Luís Filipe Alvão Serra Leite da Cunha

SEMÂNTICA DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO ASPECTUAL DOS ESTADOS

PORTO

2004

Luís Filipe Alvão Serra Leite da Cunha

Membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto
Unidade de I & D da F.C.T. nº 22 / 94

Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

SEMÂNTICA DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO ASPECTUAL DOS ESTADOS

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
para a obtenção do grau de Doutor em Linguística
(Decreto Lei nº 216 / 92 de 13 de Outubro e Regulamento de Doutoramento da Universidade do Porto)

Sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Pimenta de Oliveira,
Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do F.S.E.
no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

PORTO
2004

ÍNDICE

ÍNDICE i

AGRADECIMENTOS vii

RESUMO ix

ABSTRACT xi

RÉSUMÉ xiii

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ASPECTO 9

1.1. ASPECTO E CONCEITOS RELACIONADOS 10

1.1.1. Aspecto e Tempo 10

1.1.2. Aspecto e Aktionsart 12

1.1.3. Aspecto e Classes Aspectuais 15

1.1.4. Tipos de Situação e Pontos de Vista 16

1.1.5. Sistematização 18

1.2. AS CLASSES ASPECTUAIS DE PREDICAÇÕES 19

1.2.1. Propriedades e Comportamentos das Diversas Classes Aspectuais de Predicações 19

1.2.1.1. Estados 20

1.2.1.2. Actividades 23

1.2.1.3. "*Accomplishments*" 26

1.2.1.4. "*Achievements*" 29

1.2.1.5. Pontos 32

1.2.2. Integração das Classes Aspectuais num Sistema "Unificado" 36

1.2.3. Factores Linguísticos Envolvidos na Determinação do Aspecto 44

1.2.3.1. O Verbo enquanto Item Lexical 45

1.2.3.2. O Argumento Interno Objecto Directo 46

1.2.3.3. O Argumento Externo Sujeito 48

1.2.3.4. Sintagmas Preposicionais 49

1.2.3.5. Os Adverbiais Temporais 50
1.2.3.6. Os Verbos Aspectuais 51
1.2.3.7. Os Tempos Gramaticais 52
1.2.3.8. Factores Contextuais 53

1.3. PARA UMA CONCEPÇÃO UNIFICADA DO ASPECTO 54
1.3.1. Aspecto Micro-Estrutural 55
1.3.2. Aspecto Macro-Estrutural 57

CAPÍTULO 2: OS ESTADOS: PRIMEIRA ABORDAGEM 63

2.1. AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE ESTADO 64
2.1.1. As Primeiras Propostas: Vendler (1967) e Dowty (1979) 64
2.1.1.1. Vendler (1967) 65
2.1.1.2. Dowty (1979) 66
2.1.2. Os Estados e a "Derivação Aspectual": Moens (1987) 71
2.1.3. Os Estados nas Formalizações Semânticas: Parsons (1990) e Kamp e Reyle (1993) 73
2.1.3.1. Parsons (1990) 73
2.1.3.2. Kamp e Reyle (1993) 75
2.1.4. Estados e Genericidade: Krifka et al. (1995) 77
2.1.5. Predicados de Indivíduo vs. Predicados de "Estádio": Kratzer (1995) e Chierchia (1995) 81
2.1.6. A Questão da "Faseabilidade" dos Estados: Cunha (1998a) 85
2.1.7. Estados: um Primeiro Esboço 90

2.2. CRITÉRIOS DE ESTATIVIDADE 92
2.2.1. Critérios Baseados na Interacção com Verbos de Operação Aspectual 93
2.2.1.1. *Estar a* e *Andar a* 93
2.2.1.2. *Começar a* e *Passar a* 94
2.2.1.3. *Parar de* e *Acabar de* 98
2.2.2. Os Critérios de Agentividade 100
2.2.3. Leituras Preferenciais de Certos Tempos Gramaticais 104
2.2.4. Compatibilidades com Adverbiais Temporais 107
2.2.5. Comportamento no Contexto de Orações Temporais com Quando 109
2.2.6. Notas Finais 111

CAPÍTULO 3: A REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA DA ESTATIVIDADE: OS DIFERENTES TIPOS DE ESTADOS 115

3.1. OS ESTADOS LEXICAIS 116
3.1.1. Estruturas com Predicadores Verbais 116
3.1.2. Estruturas com Predicadores Adjectivais, Nominais e Preposicionais 120
3.1.2.1. *Ser* vs. *Estar* 121
3.1.2.2. *Continuar* 130
3.1.2.3. *Andar* 131
3.1.2.4. *Ficar* 132
3.1.2.5. *Ser*, *Estar* e *Estar a Ser* 137

3.2. ESTADOS OBTIDOS A PARTIR DE VERBOS DE OPERAÇÃO E DE PERSPECTIVAÇÃO ASPECTUAL 141

3.2.1. Os Estados Progressivos 142

3.2.1.1. Evidência Indirecta 142

3.2.1.2. Os "Testes" de Agentividade 144

3.2.1.3. Os Adverbiais Temporais 146

3.2.1.4. Os "Testes" de Estatividade 147

3.2.1.5. O Operador *Andar a* 150

3.2.2. Estativos Associados a Outros Verbos de Operação Aspectual 154

3.2.2.1. Verbos de Operação Aspectual com "*Input*" e "*Output*" Estativos 154

3.2.2.2. Os Estados Cessativos 158

3.2.2.3. Os Estados Consequentes 160

3.2.3. Os Estados Preliminares ou Pré-Preparatórios 161

3.3. ESTRUTURAS INDUTORAS DE ESTADOS RESULTATIVOS OU CONSEQUENTES 169

3.3.1. O "Sistema do Perfeito" e a Questão da Perfectividade 170

3.3.1.1. O Perfeito como Suporte de Informação Essencialmente Aspectual 170

3.3.1.2. O Perfeito como Suporte de Informação Essencialmente Temporal 172

3.3.1.3. O Perfeito como Suporte de Informação Simultaneamente Temporal e Aspectual 173

3.3.1.4. O Perfeito como Potencial Gerador de Ambiguidade entre uma Leitura Temporal e uma Interpretação Aspectual 174

3.3.2. O Sistema do Perfeito Vs. a Construção Perfectiva Ter + Objecto Directo + Particípio Passado Flexionado 175

3.3.2.1. A Questão da "Sistematicidade" 176

3.3.2.2. Os Adverbiais Temporais 178

3.3.2.3. A Questão da Cancelabilidade 182

3.3.2.4. A Questão dos Estados "não faseáveis" 185

3.3.3. O Particípio Absoluto e a Construção Estar + Particípio Passado Flexionado 192

3.3.3.1. O Particípio Absoluto 192

3.3.3.2. A Construção *Estar* + Particípio Passado Flexionado 197

3.3.4. O Particípio Passado Flexionado como Suporte Preferencial de Estados Consequentes 202

3.4. ESTRUTURAS INDUTORAS DE ESTADOS HABITUAIS 211

CAPÍTULO 4: A INTERACÇÃO ENTRE OS ESTADOS E ALGUNS COMPONENTES DA GRAMÁTICA 225

4.1. OS ESTADOS E OS TEMPOS GRAMATICAIS 226

4.1.1. Tempos Gramaticais Desencadeadores de Estatividade 226

4.1.1.1. O Presente do Indicativo 227

4.1.1.2. O Pretérito Imperfeito do Indicativo 231

4.1.1.3. O Pretérito Perfeito Composto 236

4.1.2. Tempos Gramaticais Relativamente "Neutros" Quanto à Estatividade 238

4.1.2.1. O Pretérito Perfeito Simples do Indicativo 239

4.1.2.2. Tempos do "Sistema do Perfeito" 244

4.1.2.3. A Expressão do Futuro (*Ir* + Infinitivo) 246
4.1.3. A Estatividade e os Tempos do Conjuntivo *247*

4.2. OS ESTADOS E OS ADVERBIAIS TEMPORAIS 255
4.2.1. Adverbiais de Medição e de Localização Temporal 256
4.2.2. Adverbiais de Frequência e de Quantificação sobre Eventos 259
4.2.3. A Construção "Há N Tempo" 261

4.3. OS ESTADOS E AS ORAÇÕES TEMPORAIS 270
4.3.1. As Orações Temporais com Quando 271
4.3.2. As Orações Temporais com Enquanto 277
4.3.3. As Orações Temporais com Antes e com Depois 281

4.4. OS ESTADOS E A NEGAÇÃO PROPOSICIONAL 288
4.4.1. Comportamento sob o Escopo de Verbos de Operação Aspectual 290
4.4.2. Comportamento das Orações Subordinadas Temporais Introduzidas por Quando 292
4.4.3. Compatibilidades com Adverbiais Temporais 293
4.4.4. A Negação Proposicional enquanto "Perspectivador" Aspectual 295

CAPÍTULO 5: OS ESTADOS E A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DO DISCURSO 299

5.1. QUESTÕES GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DO DISCURSO NARRATIVO: ALGUMAS PROPOSTAS 300
5.1.1. As Propostas da DRT (Kamp e Reyle (1993)) 301
5.1.2. As Propostas de Dowty (1986) 304
5.1.3. As Propostas de Lascarides (1992), Lascarides e Asher (1993) e Lascarides e Oberlander (1993) 312

5.2. OS ESTATIVOS NA ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DOS DISCURSOS 318
5.2.1. O Papel das Subclasses de Estativos na Organização Temporal do Discurso 319
5.2.1.1. Estados de Indivíduo "não Faseáveis" 319
5.2.1.2. Estados de Indivíduo "Faseáveis" 321
5.2.1.3. Estados de "Estádio" ("Faseáveis" e "não Faseáveis") 322
5.2.2. O Papel da Estatividade na Leitura de Acesso Duplo 326

5.3. DA TEORIA À PRÁTICA: ANÁLISE DE ALGUNS TEXTOS NARRATIVOS 329

CAPÍTULO 6: CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS: RECONSIDERANDO ALGUMAS QUESTÕES 343

6.1. ESTATIVIDADE: REAVALIANDO ALGUMAS QUESTÕES 344
6.1.1. Propriedades e Comportamentos Comuns aos Estativos 344
6.1.2. Homogeneidade Vs. Uniformidade 347
6.1.3. As Noções de "Fase" e de "Estádio" 350
6.1.4. Propriedades e Comportamentos Específicos das Diferentes Subclasses de Estativos 351
6.1.4.1. A Questão da "Faseabilidade" 352
6.1.4.2. Estados de Indivíduo vs. Estados de "Estádio" 354

6.1.5. Consequências Semânticas da Interacção entre os Vectores de Classificação dos Estativos *357*
6.1.5.1. Estados de Indivíduo "não Faseáveis" 357
6.1.5.2. Estados de Indivíduo "Faseáveis" 358
6.1.5.3. Estados de Estádio "não Faseáveis" 361
6.1.5.4. Estados de Estádio "Faseáveis" 363
6.1.6. O que são Estados? *366*

6.2. PISTAS PARA UM TRATAMENTO FORMAL DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS: ALGUMAS QUESTÕES SINTÁCTICAS E SEMÂNTICAS 369

6.2.1. Estados Básicos vs. Estados Derivados *372*
6.2.2. Operadores vs. Perspectivadores Aspectuais *373*

CONCLUSÕES 377

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 389

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a presente dissertação se tornasse uma realidade. Pretendo, com estas breves palavras, manifestar o meu reconhecimento pela preciosa colaboração de que tenho beneficiado.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Doutora Fátima Oliveira, por todo o seu incansável trabalho de acompanhamento, pela total disponibilidade e empenhamento que sempre demonstrou, pelos muitos e valiosos comentários, observações e sugestões, propostos ao longo dos nossos encontros e, sobretudo, pelo estímulo para a investigação e para a "descoberta" na linguística e pela amizade que me tem dedicado.

Agradeço igualmente à Professora Doutora Ana Maria Brito e ao Professor Doutor João Peres que, perante a F.C.T., acreditaram que eu seria capaz de levar a bom porto o trabalho que me propus realizar e ainda às Professoras Doutora Gabriela Matos e Doutora Carlota S. Smith que gentilmente me disponibilizaram alguns dos seus enriquecedores artigos.

Quero deixar também uma palavra de apreço aos colegas que, ao longo destes últimos anos, têm trabalhado comigo em diferentes projectos, em particular à Idalina Ferreira, à Helena Couto Lopes, ao Joaquim Barbosa, ao Sérgio Matos, à Purificação Silvano, ao António Leal e à Anabela Gonçalves.

Não posso esquecer, por outro lado, a importante contribuição do Centro de Linguística da Universidade do Porto, que me proporcionou todo o apoio, tanto ao nível bibliográfico, quanto no que diz respeito à apresentação de comunicações em vários encontros e congressos e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que suportou financeiramente a concretização da presente tese com uma bolsa de investigação.

Estendo os meus agradecimentos à Deolinda, que nunca se poupou a esforços para me auxiliar na resolução dos mais diversos problemas que me foram surgindo, e a todos os membros do C.L.U.P., que me ajudaram a repensar alguns dos aspectos da minha investigação com a sua presença activa e interessada na discussão de algumas partes deste trabalho.

Quero testemunhar ainda a minha gratidão em relação aos meus pais, aos meus irmãos (principalmente ao Pedro e ao Jorge, pela sua ajuda na execução informática dos esquemas aqui presentes) e a toda a minha família, em particular à tia Guida, ao Titó e aos meus primos Joana, Alexandre, Miguel e Fátima, bem como aos meus informantes, sempre prontos a responder às solicitações que lhes fui fazendo, aos meus professores, amigos e colegas e a todos quantos, de uma maneira ou de outra, comigo colaboraram.

Gostaria de deixar um agradecimento muito especial à minha mãe, a quem esta dissertação é dedicada, pelo seu apoio constante e incondicional e pela sua dedicação, que nunca conhece limites, sem os quais a concretização desta "empreitada" não teria sido possível. Mais do que do meu, este é, verdadeiramente, o produto do nosso trabalho.

SEMÂNTICA DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS
PARA UMA CARACTERIZAÇÃO ASPECTUAL DOS ESTADOS

RESUMO

O objectivo central do presente trabalho é o de caracterizar semanticamente as predicações de cariz estativo, procurando determinar as propriedades e comportamentos linguísticos que nos permitem identificar uma tal classe aspectual e distinguindo-a, por outro lado, das restantes categorias de situações propostas na literatura.

Para tal, começamos por reequacionar a própria noção de Aspecto, comparando-a com outros conceitos relacionados, como os de Tempo e de *Aktionsart*. Argumentamos em favor de uma concepção unificada de Aspecto, que, no entanto, se revele capaz de distinguir entre Aspecto Micro-estrutural, responsável pela formação de predicações de tipo básico, e Aspecto Macro-estrutural, relacionado com a derivação de situações, quer por meio de operadores, quer através do que apelidamos "perspectivadores" aspectuais e que se distinguem, por diversas razões, dos operadores, tal como são apresentados na literatura.

Após a discussão de algumas das propostas mais relevantes sobre o assunto (cf. Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987), Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993), Kratzer (1995) e Chierchia (1995)), fornecemos uma série de critérios que possibilitem dar conta do comportamento linguístico dos estativos. Sugerimos e fundamentamos, por outro lado, uma subclassificação para os estados, baseada nas oposições que se podem constatar entre predicados de indivíduo vs. predicados de "estádio" (cf. Carlson (1977)) e entre estados "faseáveis" e "não faseáveis" (cf. Cunha (1998a)).

Investigamos, em seguida, as diferentes configurações linguísticas que veiculam a estatividade: analisamos, assim, os estados lexicais, tanto com predicadores verbais quanto com predicadores adjectivais, nominais e preposicionais; os estados obtidos a partir da intervenção de verbos de operação e de "perspectivação" aspectual, de que se

destacam os estados progressivos, os estados que resultam da comparência de "*outputs*" de cariz estativo e os estados associados a "*outputs*" de natureza eventiva, bem como os estativos que designamos como pré-preparatórios ou preliminares; consideramos ainda os estados consequentes ou resultativos, estreitamente ligados a construções perfectivas envolvendo o Particípio Passado flexionado; e, por último, os estados habituais e frequentativos.

Abordamos, igualmente, a interacção que se estabelece entre os estados e outros componentes da gramática, conferindo especial relevo ao papel desempenhado pelos diversos tempos gramaticais, pelos adverbiais de localização e de medição temporal, pelos adverbiais que expressam frequência e quantificação, pelas orações temporais introduzidas por *quando*, por *enquanto*, por *antes* e por *depois* e pelas configurações envolvendo a negação proposicional.

Procuramos ainda avaliar o impacto que a estatividade assume na organização temporal dos discursos, discutindo em que medida as diferentes subclasses de estativos interferem na interpretação de frases linearmente ordenadas e reconhecendo a íntima relação que se verifica entre a estatividade e a possibilidade de leituras de acesso duplo.

Finalmente, tentamos demonstrar que as subclasses de estativos que propusemos derivam da intervenção de dois factores distintos fundamentais: um primeiro, de ordem eminentemente temporal, responsável pela diferenciação entre estados de indivíduo e de "estádio", e um outro, de natureza predominantemente aspectual, associado à distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis".

As propostas por nós avançadas pretendem, pois, dar conta da variabilidade dos comportamentos linguísticos e das configurações gramaticais que veiculam estatividade através da interacção dinâmica entre propriedades temporais e aspectuais, bem como fornecer uma caracterização unificada para os diferentes tipos de estados, recorrendo ao conceito de homogeneidade aspectual ou "uniformidade".

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to characterize the semantic profile of stative predications, determining the proprieties and linguistic behaviour that allow us to identify such an aspectual class and simultaneously to distinguish it from the other types of situations discussed in the literature.

In order to do that, we must re-evaluate the notion of Aspect, comparing it with other related concepts, such as those of Time and Aktionsart. We also argue in favour of a unified view of Aspect that should be able to distinguish inner Aspect, related with the establishment of basic situations, from outer Aspect, responsible for the eventualities' derivation, not only by means of operators, but also by means of what we labelled aspectual "perspectivizers".

After discussing the most relevant studies about this topic (cf. Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987), Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993), Kratzer (1995) and Chierchia (1995)), we give some important criteria that enable us to describe the linguistic behaviour of stative propositions. Moreover, we suggest and justify a subclassification of states into individual-level vs. stage-level states (cf. Carlson (1977)), on the one hand, and into "phase states" vs. "non-phase states" (cf. Cunha (1998a)), on the other.

We also explore the different linguistic configurations that convey stative predications: thus, we consider lexical states with verbal, adjectival, nominal and prepositional predicates; states achieved by means of the application of aspectual operators and "perspectivizers", namely progressive states, states related to stative "outputs", states connected with eventive "outputs" and the so-called preliminary states;

consequent or resultant states, closely linked to the perfective constructions involving the inflected Past Participle; and habitual and frequentative states.

We also look at the interaction that states establish with other grammatical components, focusing primarily on the role played by tense, by measure and locating adverbials, by frequency and quantificational adverbials, by temporal clauses introduced by *quando* ('when'), *enquanto* ('while'), *antes* ('before') and *depois* ('after') and by structures concerning sentential negation.

We also try to establish and determine the role of stative predications in the discourse temporal structure: we discuss the function carried out by the different subclasses of states in the interpretation of linear ordered sentences and we point out the intimate relation between stativity and the double-access readings.

Finally, we show that the subclasses of states previously put forward can be derived from the involvement of two distinct factors: the first one is a mainly temporal feature and leads up to the opposition between individual-level and stage-level states; the other one is an aspectual feature, related to the difference between phase- and non phase-states.

The different proposals developed in this dissertation aim to account for the variability of the linguistic behaviour and for the diversity of grammatical configurations that convey stativity by means of the dynamic interaction between aspectual and temporal proprieties. We also give a unified characterization of the different kinds of states thanks to the concept of aspectual homogeneity, also labelled "uniformity".

RÉSUMÉ

Le but central de notre dissertation est de caractériser sémantiquement les prédications statives, à fin de déterminer les propriétés et les comportements linguistiques identifiant une telle classe aspectuelle et, en même temps, de la distinguer des autres catégories de situations proposées dans la littérature.

Donc, nous commençons par réévaluer la notion d'Aspect elle-même: nous la confrontons avec d'autres concepts similaires, comme ceux de Temps et d'*Aktionsart*. Nous défendons une conception unifié d'Aspect qui doit être capable de distinguer entre l'Aspect Micro-struturel, responsable pour la formation des prédications basiques, et l'Aspect Macro-struturel, relatif aux procès de dérivation de situations, obtenus non seulement par des opérateurs, mais aussi par ce que nous appelons des 'pérspectivateurs' aspectuels.

Après la discussion des théories, les plus importantes, sur ce sujet (cf. Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987), Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993), Kratzer (1995) et Chierchia (1995)), nous fournissons un ensemble de critères qui nous permettent de décrire le comportement linguistique des statifs. Nous suggérons et nous justifions, d'autre part, une sous-classification pour les états fondée sur les oppositions entre des prédicats d'individus vs. des prédicats de 'stade' (cf. Carlson (1977)) et entre des états de type 'phaséable' et 'non phaséable' (cf. Cunha (1998a)).

Nous étudions, ensuite, les différentes configurations linguistiques qui véhiculent stativité: nous étudions les états lexicaux avec des prédicats verbaux, adjectivaux, nominaux et prépositionnels; les états obtenus par l'intervention des verbes d'opération et de 'pérspectivation' aspectuelle, en particulier les états progressifs, les états résultant de '*outputs*' de caractère statif, les états associé à des '*outputs*' éventifs et les ainsi

nommés états préliminaires; les états conséquents ou résultatifs, strictement liés aux constructions perfectives comprenant le Participe Passé fléchi; et, finalement, les états habituels et fréquentatifs.

Nous étudions aussi l'interaction qui se établie entre les états et d'autres éléments de la grammaire, détachant surtout le rôle joué par les temps grammaticaux, par les adverbiaux de localisation et de mesurage temporelle, par les adverbiaux qui expriment la fréquence et la quantification sur des événements, par les propositions temporelles introduites par *quando* ('quand'), par *enquanto* ('tandis que'), par *antes* ('avant') et par *depois* ('après') et par des configurations résultant de l'application de la négation propositionnelle.

D'autre part, nous évaluons l'influence de la stativité sur l'organisation temporelle des discours. Nous essayons de faire une recherche sur le rôle que chaque sous-classe d'état joue dans l'interprétation des phrases linéairement ordonnés et nous examinons la relation qu'on établit entre la stativité et la possibilité d'une lecture de double accès.

Finalement, nous essayons de montrer que les sous-classes d'états que nous avons déjà présenté dérivent de l'intervention de deux facteurs distinctes : le premier, de nature essentiellement temporelle, est à l'origine de l'opposition entre des états d'individus et des états de 'stade' ; le deuxième, de nature éminemment aspectuelle, donne lieux à la distinction entre des états 'phaséables' et 'non phaséables'.

Les hypothèses développées dans notre dissertation rendent compte de la variabilité des comportement linguistiques et des configurations grammaticales qui véhiculent la stativité par l'interaction dynamique entre les propriétés temporelles et aspectuelles attribuées aux situations en question. Nous fournissons aussi une caractérisation unifiée des différents types d'états au moyen du concept de homogénéité aspectuelle, aussi appelé «uniformité».

INTRODUÇÃO

O estudo sistemático de questões relacionadas com o Aspecto e, em particular, com as diversas classes aspectuais de predicações, tem suscitado um grande interesse por parte de um vasto conjunto de filósofos e de linguistas, como se pode verificar, entre muitos outros, pelos trabalhos desenvolvidos por autores como Aristóteles, Kenny (1963), Vendler (1967), Dowty (1979), Mourelatos (1981), Moens (1987), Parsons (1990), Smith (1991) e Kamp e Reyle (1993). Se, no que respeita aos eventos, parece existir algum consenso em termos da sua caracterização e da sua subclassificação, já no que se refere às situações de cariz estativo, estamos longe de encontrar acordo entre as diferentes propostas que se debruçaram sobre o assunto.

Por outro lado, e ao contrário do que sucede com os eventos, os estados não têm, na maioria das vezes, sido alvo de um tratamento autónomo, sistemático e aprofundado na literatura. De facto, esta classe aspectual tem sido frequentemente relegada para segundo plano nos estudos que se propõem estabelecer uma categorização aspectual das eventualidades e, embora seja por vezes invocada para a resolução de alguns problemas mais específicos de índole linguística, não tem recebido, pelo menos em nosso entender, uma caracterização adequada.

Notemos ainda que o estabelecimento de critérios linguísticos que se revelem capazes de identificar a classe aspectual sob análise tem deparado com obstáculos de grande complexidade. Assim, por exemplo, como procuraremos demonstrar no decurso do presente trabalho, "testes" como o da incompatibilidade com formas progressivas ou com expressões que, de uma maneira ou de outra, remetam para a agentividade parecem enfrentar dificuldades difíceis de superar sem procedermos a um reequacionamento do próprio conceito de estatividade.

Finalmente, a análise da semântica dos estativos é de crucial importância para a compreensão de vários componentes da gramática e de certos fenómenos linguísticos que, aparentemente, não se encontram na dependência directa de estruturas aspectuais. Referimo-nos, a título de exemplo, às orações temporais, à negação proposicional ou a divergências ao nível da interpretação de frases linearmente ordenadas no discurso.

Face a estas observações, colocaram-se algumas questões de grande relevância que despertaram o nosso interesse, conduzindo-nos à prossecução do presente trabalho. Destacamos as seguintes:

- Que características e propriedades nos permitem identificar as situações de cariz estativo, distinguindo-as das restantes classes aspectuais de predicações?
- Quais são os critérios linguísticos que lhes correspondem?
- Qual será o tipo de subclassificação mais apropriado para dar conta da grande diversidade de comportamentos ostentada por parte das predicações estativas?
- Que elementos e factores linguísticos induzem estatividade?
- Como se comportam as predicações estativas no interior dos discursos e face a diferentes componentes da gramática do Português?
- O que são, afinal, os estados?

A presente dissertação propõe-se, na medida do possível, responder a todas estas questões, procurando reavaliar a problemática da estatividade e enquadrá-la no âmbito mais geral de um tratamento semântico do Aspecto.

*****

O objectivo fundamental do presente trabalho é o de proceder à caracterização, em termos semânticos, do "perfil" aspectual das predicações estativas e de investigar o conjunto de propriedades e de comportamentos que nos permitirão identificar a referida classe de situações enquanto tal.

Nesse sentido, é imprescindível reflectir sobre o Aspecto enquanto realidade semântica de capital importância, procurando encontrar um enquadramento teórico que se revele adequado para a análise do nosso objecto de estudo.

Daremos particular atenção, por outro lado, ao estabelecimento de um conjunto de critérios linguísticos que nos permitam identificar os estados, distinguindo-os das restantes classes aspectuais de predicações, bem como às diferentes propriedades que lhes estão na origem.

É também nossa intenção estabelecer, de modo tão fundamentado quanto possível, uma subclassificação para as predicações estativas, reconhecendo a relevância de cada subtipo de estado na globalidade da categorização aspectual proposta.

Não esqueceremos, naturalmente, as interacções que os estativos mantêm com as restantes classes aspectuais de eventualidades nem o papel decisivo que desempenham num número muito significativo de contextos linguísticos, tanto ao nível da predicação quanto do discurso.

Estudaremos ainda o impacto da estatividade sobre diversificados componentes da gramática do Português, desde os tempos gramaticais e os adverbiais temporais até às estruturas mais complexas subjacentes a certas orações subordinadas e à organização linear dos discursos.

Finalmente, pretendemos fornecer um tratamento global para os estativos, capaz de dar conta, de uma forma integrada, de todas as suas propriedades e comportamentos, tornando, desse modo, possível o estabelecimento de uma caracterização adequada para tão heterogénea e complexa classe aspectual.

Com vista a encontrar respostas satisfatórias que nos permitam alcançar os vários objectivos que acabámos de expor, organizamos o nosso trabalho do seguinte modo:

No primeiro capítulo desta obra tecemos algumas considerações de âmbito geral sobre o Aspecto: nessa medida, em 1.1., procuramos confrontar o Aspecto com outros conceitos com ele relacionados, como o de Tempo ou o de *Aktionsart*; em 1.2. voltamos a nossa atenção para as propriedades e os comportamentos linguísticos que caracterizam as diferentes classes aspectuais de predicações, integrando-as num sistema unificado, organizado em torno da adopção de um Núcleo e de uma Rede Aspectual, segundo as propostas formuladas por Moens (1987); apontamos, igualmente, os múltiplos factores de ordem linguística envolvidos na determinação das diferentes classes de situações; por fim, na secção 1.3., argumentamos em favor de uma concepção unificada do Aspecto, que se revele capaz, todavia, de distinguir entre um nível micro-estrutural, responsável pela obtenção de categorias básicas, e um nível macro-estrutural, preparado para dar conta dos processos de derivação.

O capítulo 2 é integralmente devotado a uma primeira aproximação a uma série de questões relacionadas com a estatividade: em 2.1. esboçamos uma apresentação crítica das propostas que, na literatura, se nos afiguraram mais relevantes no que respeita ao tratamento da estatividade, particularmente as de Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987), Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993), Krifka et al. (1995), Chierchia (1995), Kratzer (1995) e Cunha (1998a). Na sequência da referida apresentação, avançamos uma hipótese de subclassificação para os estativos baseada na distinção entre estados de indivíduo e de "estádio", por um lado, e entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", por outro. Na secção 2.2., procuramos fundamentar tal opção através do estabelecimento de critérios e de "testes" linguísticos relevantes.

No capítulo 3, prestamos particular atenção às diversas representações linguísticas que os estados podem assumir: nessa medida, a secção 3.1. é dedicada aos estados de carácter lexical, tanto associados a predicados verbais quanto a predicadores adjectivais, nominais e preposicionais, introduzidos por verbos como *ser*, *estar*, *andar*, *continuar* e *ficar*. Em 3.2., analisam-se os estados obtidos a partir da intervenção de certos verbos de operação e de perspectivação aspectual, de que são exemplo os estados progressivos, "*outputs*" de cariz estativo como os que resultam da aplicação de *andar a*, *passar a* e de *continuar a* e estados associados a "*outputs*" eventivos, como os estados cessativos propiciados por *parar de* e *deixar de* e os estados consequentes desencadeados por *acabar de*. Argumentaremos igualmente em favor da existência de estados preliminares ou pré-preparatórios, obtidos por meio do perspectivador *estar para*. Na secção 3.3., debruçamo-nos sobre os estados consequentes ou resultativos, procurando demonstrar que a Perfectividade, enquanto noção puramente aspectual, é preferencialmente veiculada, em línguas como o Português, pelo Particípio Passado flexionado que integra estruturas como *ter* + OD + PP flexionado, o designado Particípio Absoluto e *estar* + PP flexionado. Por fim, em 3.4., investigamos os estados frequentativos e habituais.

No capítulo 4 pretendemos descrever certas interacções que se verificam entre os estados e alguns componentes da gramática. Assim, em 4.1., abordamos a relação que se pode observar entre estatividade e tempos gramaticais, diferenciando os tempos que propiciam uma leitura estativa das configurações a que se aplicam, como o Presente, o Imperfeito e, até certo ponto, o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo, daqueles que se mostram relativamente "neutros" em termos de "comutação" do "perfil" aspectual da predicação com que ocorrem, como é o caso do Pretérito Perfeito simples do Indicativo. Em 4.2., referimo-nos às interdependências que se estabelecem entre a estatividade e

vários adverbiais de medição, de localização e de quantificação temporal, com especial destaque para a construção "*há* N tempo". A secção 4.3., por seu lado, é dedicada à análise do comportamento das predicações estativas no contexto de orações temporais introduzidas por *quando*, por *enquanto*, por *antes* e por *depois*. Concluiremos colocando a hipótese de que, de modo geral, a negação proposicional favorece uma interpretação estativa das eventualidades com que se combina.

Ao longo do capítulo 5, questionamo-nos acerca do impacto que a estatividade manifesta sobre a organização temporal dos discursos narrativos. Em 5.1. constatamos que a oposição entre estados e eventos, a par de outros importantes factores, como a ordenação linear dos Tempos de Referência, a intervenção de certos tempos gramaticais e um número limitado de relações de inferência despoletadas pelo nosso conhecimento do mundo, desempenha um papel de grande relevância no que se refere à estruturação e à interpretação do discurso. Na secção 5.2., avaliamos a influência que cada subclasse de estativo tem no interior dos enunciados e a estreita interdependência que se observa entre estatividade e a possibilidade de uma leitura de acesso duplo; finalmente, em 5.3., analisamos seis textos jornalísticos com vista à verificação das hipóteses avançadas.

Por fim, o capítulo 6 constitui uma espécie de síntese de toda a investigação que empreendemos ao longo da presente dissertação: assim, em 6.1. reequacionamos a nossa concepção de estatividade, graças à reavaliação das propriedades e dos comportamentos comuns às predicações estativas e à clarificação de algumas noções fundamentais como é o caso da homogeneidade temporal, da uniformidade aspectual, da fase e do "estádio". Retomaremos as diversas categorias de estativos à luz dos dois vectores de classificação que as configuram. Terminaremos com breves considerações acerca das possibilidades de representação formal dos diferentes tipos de construções estativas e da importância que um estudo que faça apelo à interacção entre sintaxe e semântica pode vir a assumir neste âmbito.

*****

Antes, contudo, de determos a nossa atenção na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, importa dar conta de algumas observações de natureza metodológica, relativas a certas opções teóricas que conduzirão a nossa investigação.

Embora inscrito no quadro geral da Teoria das Representações Discursivas (cf. Kamp e Reyle (1993)), o presente trabalho não pretende fornecer uma proposta global

para o tratamento formal das predicações de cariz estativo. Como teremos oportunidade de discutir mais adiante, a consecução de um tal propósito implica obrigatoriamente a tomada de decisões no que toca às representações sintácticas a atribuir às configurações sob análise, o que vai muito para além do âmbito do estudo que pretendemos realizar.

Ainda que perfeitamente conscientes de que a adopção de representações formais para os diversos tipos de estativos se revela absolutamente fundamental para um melhor conhecimento deste tipo de estruturas, optámos por um tratamento mais "informal" das eventualidades em questão, capaz de, no futuro, ser adoptado e adaptado a diferentes abordagens e perspectivas teóricas no âmbito da aspectologia.

Tendo em conta que um dos nossos objectivos centrais é o de estabelecer critérios linguísticos que nos permitam detectar a presença de marcas de estatividade e identificar as diferentes subclasses de estativos, o presente trabalho é essencialmente baseado na "manipulação" de frases que foram testadas por um conjunto de falantes do Português, com vista a aferir o seu grau de aceitabilidade.

No sentido de tornar tão claras quanto possível as diferentes hipóteses que formos colocando no decurso do presente trabalho, optámos quase sempre por fornecer mais do que um exemplo ilustrativo de cada uma das estruturas linguísticas analisadas.

Dada a quantidade e complexidade dos exemplos envolvidos, não nos será de todo possível fornecer um tratamento estatístico exaustivo para os resultados por nós obtidos. Limitamo-nos, portanto, a apresentar as intuições mais representativas e consensuais manifestadas pelos falantes consultados através das seguintes notações:

* Frase agramatical ou inaceitável;

?? Frase muito pouco aceitável;

? Frase que suscita algumas dúvidas quanto à sua aceitabilidade;

Interpretação inadequada ou pragmaticamente inválida;

( ) Opcionalidade: todos os símbolos anteriormente apresentados podem surgir neste contexto sempre que é detectada uma clara divergência entre os falantes consultados, tal que alguns aceitam perfeitamente a frase em questão e outros manifestam um juízo de gramaticalidade diferente.

/ Múltiplas possibilidades: utilizamos este símbolo para marcar a manifestação clara de juízos divergentes, consoante os falantes, para uma mesma frase.

Sempre que tal nos foi possível, recorremos a um conjunto bastante diversificado de informantes, constituído, na sua totalidade, por falantes do Português Europeu sem formação linguística específica. No entanto, em casos muito particulares, procurámos também discutir com linguistas alguns exemplos que se afiguraram mais problemáticos.

Apesar de termos optado, para a globalidade do nosso trabalho, pela manipulação de exemplos e pela consulta directa a informantes, não deixámos, contudo, de recorrer a um pequeno corpus de textos jornalísticos que nos irá servir de base para a análise do comportamento dos estados em frases linearmente ordenadas no discurso.

Embora conscientes da diversidade e, por vezes, até das contradições inerentes aos juízos de gramaticalidade produzidos pelos falantes, procurámos sempre optar pelos que se revelaram mais consensuais e representativos.

Factores como as variações de natureza diatópica ou diastrática não irão ser, por princípio, considerados ao longo do presente estudo.

No que diz respeito à terminologia a que iremos recorrer, decidimos utilizar, na maior parte dos casos e sempre que possível, vocábulos portugueses que habitualmente figuram na literatura. No entanto, quando fazemos referência directa a uma proposta de análise concreta ou quando não existe uma tradução satisfatória, optamos por aplicar os termos originais.

Por outro lado, sobretudo devido a exigências impostas pelo trabalho que iremos desenvolver, traduzimos, adaptámos, ou até mesmo criámos termos que se adequassem aos diversos propósitos a alcançar. Referimo-nos, por exemplo, às noções de "estádio", que corresponde à tradução do Inglês *stage*, ou à introdução de "faseabilidade" ou de "perspectivador", entre outros conceitos, que serão devidamente explicados no decurso da presente dissertação.

Para facilitar a leitura e a articulação das diferentes propostas aqui apresentadas, introduzimos conclusões parcelares no final de cada capítulo ou de cada secção.

Tendo em mente todas as observações que acabámos de realizar, encontramo-nos, finalmente, em condições de desenvolver o nosso trabalho.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ASPECTO

O **Aspecto**, considerado como um componente essencial em qualquer teorização semântica, revela-se, apesar disso, um conceito extremamente complexo e de difícil definição, na medida em que múltiplos e diversificados factores contribuem para a sua realização concreta na estrutura das línguas particulares. Sob este ponto de vista, importa reflectir um pouco sobre a natureza, estatuto e propriedades dos diferentes elementos que lhe servem de suporte, por forma a alcançarmos uma maior compreensão do seu funcionamento efectivo e da sua própria "realidade".

Tendo em conta estas observações, o objectivo central do presente capítulo será, por um lado, o de procurar uma definição apropriada para a noção de Aspecto e, por outro, o de fornecer e fundamentar um enquadramento teórico suficientemente estruturado, com vista ao tratamento das questões relativas à estatividade.

Começaremos, pois, por delimitar o Aspecto face a alguns conceitos que com ele partilham certos pontos de contacto (1.1.); seguidamente, voltaremos a nossa atenção para a caracterização das classes aspectuais de predicações (1.2.1.), procurando dar conta da sua unidade através da ideia de "estrutura fásica" (1.2.2.) e identificar os diversos processos linguísticos que contribuem para a sua materialização (1.2.3.). Finalmente, com base nos resultados obtidos, tentaremos caracterizar o Aspecto de modo ao mesmo tempo unificado e estruturante, por forma a definir um enquadramento teórico ajustado ao estudo dos estativos, que será o objecto central deste trabalho.

1.1. ASPECTO E CONCEITOS RELACIONADOS

Em termos muito gerais, poderemos afirmar que o Aspecto veicula informações sobre a "perspectivação" ou "focalização" da estrutura temporal interna das predicações. Embora relativamente consensual, esta formulação pode, contudo, sofrer variações de acordo com as opções teóricas e os pontos de vista dos diversos linguistas. Com vista a clarificar a noção de Aspecto e melhor compreender o seu alcance, torna-se útil, a nosso ver, tentar delimitar, com rigor, o seu "campo de acção", pelo que nos propomos discutir a sua relação com certos conceitos análogos (como o Tempo, os *Aktionsarten* ou o Aspecto Aristotélico). Esta comparação vai permitir, por um lado, optar por uma concepção de Aspecto com contornos mais precisos e, por outro, dar conta de algumas das áreas que entram em contacto com esta categoria semântica.

1.1.1. Aspecto e Tempo

Concebido como um conjunto ordenado e linear – ramificante, em determinadas teorizações – de unidades temporais, que podem ser "atómicas", indivisíveis (instantes) ou "densas" (intervalos), e considerado também, por outro lado, como o conjunto das possíveis relações de sucessividade ou de sobreposição que entre elas se estabelecem, o **Tempo** aproxima-se bastante do Aspecto, sob certos pontos de vista, embora, tal como argumentaremos adiante, deva ser postulado enquanto categoria semântica inteiramente autónoma, já que manifesta consideráveis atributos específicos.

Um primeiro ponto de contacto importante entre Tempo e Aspecto tem que ver com o facto de que ambos podem operar com o mesmo tipo de conceitos temporais. Com efeito, noções como as de intervalos ou momentos desempenham um papel fulcral em muitas tentativas de formalização destas duas categorias semânticas. Notemos, por exemplo, que é possível definir classes (e mesmo operações) aspectuais com recurso a entidades puramente temporais (cf. Bennett e Partee (1978), Bennett (1981)).

A partilha de entidades temporais que parece existir entre Tempo e Aspecto não se limita às representações formais; ela está igualmente bem expressa em estruturas linguísticas concretas. É o que sucede, por exemplo, com os Adverbiais Temporais[1] que, embora sob formas algo divergentes, tanto podem funcionar como "delimitadores" aspectuais quanto como "localizadores" temporais, por vezes mesmo com o recurso a termos de designação temporal semelhantes, como o exemplo (1) nos mostra:

(1) a- O João trabalhou durante (toda) a manhã. ("delimitação" aspectual)
b- O João fugiu da prisão durante a/de manhã. (localização temporal)

Enquanto em (1a) o adverbial mede a situação envolvida, fornecendo informações acerca da sua duração concreta, em (1b), o referido elemento apenas pode ser entendido como indicador de localização, dada a relação de inclusão que é possível constatar entre o adverbial e a eventualidade descrita.

Esta vinculação próxima entre Tempo e Aspecto revela-se, de modo ainda mais evidente, quando observamos o comportamento linguístico dos tempos gramaticais: basicamente portadores de informação temporal, estes morfemas veiculam também, em muitos casos, dados importantes ao nível aspectual. Em frases como as de (2), por exemplo, o Presente e o Pretérito Imperfeito do Indicativo, para além de indicarem a localização temporal das situações relativamente ao momento da enunciação – presente e passado, respectivamente –, actuam ainda ao nível aspectual, produzindo, neste caso particular, uma leitura de "efeito habitual",[2] que se traduz na ocorrência recorrente das situações representadas.

(2) a- A Maria fuma.
b- A Maria fumava.

---

[1] Utilizaremos, ao longo do texto, o termo Adverbiais Temporais de uma forma um tanto alargada, não restringindo esta expressão à simples identificação de uma categoria morfo-sintáctica (i.e., designando somente SAdvs com função temporal); optámos, pelo contrário, por alargar o seu âmbito a todas as sequências linguísticas que ostentam características distribucionais e funcionais idênticas às dos sintagmas adverbiais, independentemente da sua "real" constituição sintáctica interna (muitas delas apresentam-se, em rigor, como Spreps).

[2] Decidimos, neste momento, recorrer a esta designação por se revelar bastante "neutra" relativamente à natureza e às consequências aspectuais da habitualidade. Regressaremos a este ponto em 3.5, onde procuraremos fundamentar o carácter estativo deste tipo de construções.

Se é certo que, como vimos até agora, existem fortes relações entre Tempo e Aspecto, importa igualmente sublinhar que estas duas categorias divergem bastante sob variados pontos de vista, o que nos levará a defender a necessidade de as compreender separadamente, enquanto entidades independentes. Procuramos mostrar, em seguida, quais as diferenças que as afastam.

Sendo a sua principal função a de localizar (intervalos de) situações, o Tempo é, necessariamente, uma categoria de tipo relacional, ou seja, opera sempre com mais do que um único elemento. O Aspecto, pelo contrário, concentra-se exclusivamente na eventualidade que focaliza internamente, não dando conta de relações que lhe sejam extrínsecas. Nesse sentido, o Aspecto é autónomo, na medida em que pode prescindir, por assim dizer, de informações "exteriores". O Tempo, pelo contrário, é (directa ou indirectamente) dêictico, isto é, está, de alguma forma, orientado para o momento da enunciação, estabelecendo ainda, em muitos casos, ligações anafóricas com outros intervalos acessíveis no discurso, que se constituem, então, como "referentes" ou pontos de "ancoragem" para a localização temporal.

A somar a estas divergências, poderemos dizer ainda que o Aspecto perspectiva as situações a partir do seu próprio "interior", ao passo que o Tempo as encara apenas externamente, i.e., sem considerar as variações temporais na sua estruturação intrínseca. Isto significa que o Aspecto será "subatómico" (tal como Parsons (1990) sustentaria), na medida em que manifesta a capacidade de "intervir" ou de "penetrar" na composição temporal das predicações, em contraste com o Tempo, que as considera atomicamente, ou seja, como unidades indivisíveis.

Em face de todos estes dados, parece-nos perfeitamente legítimo defender a ideia de que, embora partilhando algumas propriedades comuns, Tempo e Aspecto devem ser encarados como categorias semânticas distintas, com um funcionamento próprio e perfeitamente autónomo, conquanto em interdependência mútua.

1.1.2. Aspecto e *Aktionsart*

Desde os trabalhos dos neo-gramáticos, a tradição aspectual distingue, por vezes, a noção de Aspecto da de *Aktionsart* (cf. Binnick (1991), Moens (1987), Kamp e Reyle

(1993))[3], reservando a primeira para a perspectivação interna das predicações feita através de morfemas flexionais – preferencialmente sistemáticos e obrigatórios – e servindo a segunda para dar conta do mesmo fenómeno mas obtido a partir de meios de natureza lexical (implicando, consequentemente, um menor grau de sistematicidade). Uma tal posição obriga-nos a uma redefinição do conceito de Aspecto, que passaria a designar uma realidade bem mais restrita: como Dowty, 1979: 52 sugere, "(...) aspect in linguistic terminology is usually understood to refer to different inflectional affixes, tenses, or other syntactic "frames" that verbs can acquire (aspect markers) (...)".

Se uma tal concepção parece bastante adequada a línguas como as eslavas, em que distinções como a que se verifica entre Perfectivo e Imperfectivo são, de modo geral, marcadas morfologicamente através de afixos associados ao verbo, ela levanta, contudo, alguns problemas para línguas que não possuem este tipo de recursos, como sucede, por exemplo, com o Português. Vejamos, então, quais são as principais dificuldades que uma proposta deste género nos coloca.

Em primeiro lugar, parece ser indiscutível que uma mesma informação aspectual pode ser obtida, sem grandes alterações em termos de significação final, tanto através da flexão, como com o recurso a meios lexicais. Um exemplo típico é o já referido "efeito de habitualidade" que pode ser alcançado não só graças à intervenção de certos tempos gramaticais como o Presente do Indicativo (um expediente morfológico-flexional; cf. (3a)), mas também pela acção de adverbiais temporais (cf. (3b)) ou até de determinados verbos (cf. (3c)):

(3) a- A Rosa Mota corre a maratona.
b- A Rosa Mota correu a maratona durante vários anos.
c- A Rosa Mota costuma/costumava correr a maratona.

Se, tal como a observação dos exemplos em (3) parece sugerir, não existem diferenças muito marcantes ao nível da significação aspectual destas frases, então o tipo de "suporte" (gramatical ou lexical) da informação aspectual não se afigura, pelo menos nestes casos, determinante em termos semânticos, o que, a confirmar-se, poderá

[3] Embora a distinção proposta por estes autores se assemelhe mais àquela que opõe Aspecto a Aspecto Aristotélico (cf. Binnick (1991)) ou a Classes Aspectuais. De facto, por vezes, a noção de *Aktionsart* é identificada com os tipos aspectuais de predicações que investigaremos em 1.2..

contribuir, a nosso ver, para enfraquecer a relevância (e mesmo a necessidade) da distinção entre Aspecto e *Aktionsart*.

Um outro argumento que contra-indica uma análise deste género prende-se com o facto de, em línguas como o Português, não existirem morfemas flexionais que veiculem informação estritamente aspectual. Com efeito, as indicações morfológicas relativas ao Aspecto são geralmente suportadas pelos tempos gramaticais que, como já referimos, são portadores de múltiplas informações linguísticas, nomeadamente no que diz respeito às conexões temporais. Não existindo um conjunto sistemático e obrigatório de morfemas aspectuais, a divisão proposta parece perder grande parte do seu sentido, na medida em que o Aspecto se reduziria a um conjunto de indicadores, algo dispersos, amalgamados num sistema flexional prioritariamente orientado para a representação de outras funções semânticas.

O caso torna-se ainda mais complexo quando nos apercebemos de que um mesmo morfema pode exprimir mais do que um valor aspectual. É o que sucede, por exemplo, com o Pretérito Imperfeito do Indicativo que, dependendo dos contextos de ocorrência, tanto pode manifestar um "efeito de habitualidade" (cf. (4a)), como de "eventualidade em progressão", muito semelhante ao da forma *estar a* + Infinitivo (cf. (4b)).

(4) a- Quando era pequeno, o João bebia leite.
b- Quando entrei em casa, o João bebia leite.

Por outras palavras, línguas como o Português não só não apresentam um sistema flexional exclusivo para o Aspecto, como também não codificam sistematicamente tal categoria na gramática (embora a morfologia contribua para a sua determinação final), o que torna pouco viável uma distinção como a que temos vindo a apresentar.

O facto de os vários elementos que codificam indicações sobre a estrutura interna das predicações se combinarem entre si, por forma a transmitirem uma significação complexa, em que cada factor interage conjuntamente com os outros num "todo" indissociável, cujas "partes" nem sempre são fáceis de identificar, vai ao encontro do que temos vindo a defender até ao momento. Em frases como as de (5), o "efeito de habitualidade" não pode ser imputado, isoladamente, a cada um dos elementos que carregam informação aspectual; ele deve ser visto como o resultado ou "produto" (e nunca como a mera "soma") da interacção entre as diversas contribuições particulares dos itens envolvidos:

(5) a- O Pedro lê jornais habitualmente.

b- O Pedro ia à escola todos os dias.

O carácter composicional destas construções não parece muito compatível com a adopção de uma divisão rígida entre Aspecto e *Aktionsart*, já que esta não apreende satisfatoriamente a índole fortemente inter-relacional que subjaz a um tal conceito.[4]

Em função de todos estes argumentos, parece-nos razoável abandonar a distinção entre Aspecto e *Aktionsart*, pelo menos para línguas como o Português, já que os dados empíricos observados parecem indiciar a necessidade de um tratamento globalizante para o fenómeno em causa.

1.1.3. Aspecto e Classes Aspectuais

Uma outra distinção, por vezes adoptada na literatura, contrapõe Aspecto a Classes Aspectuais (ou Aspecto Aristotélico; cf. Binnick (1991), Cap. 6, a.). Neste caso, o Aspecto é concebido enquanto "forma" aspectual, i.e., enquanto um conjunto de operações que alteram a "visão" ou "perspectiva" da estrutura temporal das situações; o Aspecto Aristotélico, por seu lado, tem que ver com a "classificação tipológica" dos estados de coisas, ou seja, permite dar conta da sua constituição temporal "abstracta", sem a interferência dos "modificadores" aspectuais.

Se a ideia de identificar classes aspectuais de predicações parece ser pertinente e positiva, na medida em que permite proceder a uma avaliação dos diversos tipos de estruturação interna suportados pelas diferentes situações, já o estabelecimento de uma

---

[4] Os casos em que a informação aspectual se associa à derivação por sufixação colocam um problema singular: se é certo que todos os morfemas derivacionais são parte integrante do domínio morfológico (logo, susceptíveis de serem considerados como pertencentes ao Aspecto, na sua concepção restrita), também é um facto que dão origem a novos lexemas (o que se prova pela possibilidade de alteração categorial da maior parte dos itens que se combinam com sufixos), apontando, assim, para o campo dos *Aktionsarten*. Estaremos perante informação morfológica ou referente ao léxico? Sobre o caso particular da formação de nominalizações e dos princípios que regem a transferência, para tais estruturas, de propriedades aspectuais das predicações verbais que lhes servem de base, vejam-se Brito e Oliveira (1995) e Rio-Torto (1997).

Notemos, de passagem, que, sob o ponto de vista aspectual, este não é um processo muito produtivo no Português: assinale-se, no entanto, o contraste aspectual entre "dormir", que ocorre em predicações básicas de tipo durativo e atélico e "adormecer", que comparece preferencialmente em construções pontuais e télicas.

oposição bem marcada entre este conceito e o de Aspecto se revela problemático, para não dizer mesmo indesejável, pois depara com obstáculos dificilmente ultrapassáveis.

Com efeito, sempre que tentamos estabelecer uma linha de fronteira entre Aspecto e Classificação Aspectual, deparamo-nos com um dilema de difícil resolução: ou somos levados a assumir que uma categoria aspectual se apresenta de uma forma puramente "virtual", na medida em que acaba por se constituir como uma entidade inteiramente "abstracta", sem existência concretizável na prática linguística dos falantes, ou, em alternativa, torna-se impossível dissociá-la dos múltiplos factores que, em interacção dinâmica, contribuem para a sua constituição, acabando por se fundir, neste caso, com o próprio conceito de Aspecto. Por outras palavras, só poderemos identificar classes aspectuais no seio das inter-relações recíprocas entre os diversos elementos que lhes dão origem, ou seja, em ligação indissociável com o Aspecto.

Tais reflexões surgem em estreita ligação com o facto de que, em qualquer caso, uma classificação aspectual adequada aos dados observados deverá ser efectivada, não relativamente a itens lexicais encarados em isolamento, mas sempre sobre a totalidade complexa e dinâmica da predicação, dando conta, desta forma, da indissociabilidade dos factores inerentes ao carácter composicional da "realidade" em questão.

Parece lícito concluir, a partir do que ficou dito, que as classes de situações fazem parte integrante do sistema aspectual, contribuindo para a sua determinação uma grande diversidade de factores indissociavelmente ligados entre si. Sob este ponto de vista, será algo problemático defender qualquer oposição entre Aspecto e Classes Aspectuais; pelo contrário, devemos encarar estes conceitos – por vezes bem difíceis de isolar — como expressando uma mesma realidade.

1.1.4. Tipos de Situação e Pontos de Vista

Smith (1991) propõe um sistema aspectual que distingue os conceitos de Tipo de Situação (*Situation Type*) e de Ponto de Vista (*Viewpoint*). Os Tipos de Situação (básicos ou derivados) reflectem a estrutura temporal interna típica de um dado estado de coisas, identificando-se, desta forma, com a noção de Classes Aspectuais. Os Pontos de Vista, pelo contrário, constituem-se como elementos que, por assim dizer, tornam "visíveis" determinadas partes do esquema temporal inicial, fornecido pelos diversos Tipos de Situação, ou, segundo as próprias palavras da autora: "The aspectual viewpoint

of a sentence functions as an independent lens on the situation talked about. Viewpoint makes visible all or part of a situation, without obscuring the conceptual properties of the situation type. It may also contribute to comput the aspectual meaning by giving a particular temporal perspective to a sentence." (Smith, 1991: 126).

Uma primeira vantagem da opção por um tal sistema reside no facto de as noções envolvidas surgirem como subclasses do conceito básico e mais geral de Aspecto, que, assim, poderá abranger, sem grandes problemas, as diferentes distinções particulares. Tal assumpção permite, por conseguinte, dar conta da estreita relação que se estabelece entre todos os elementos afectos à estruturação temporal interna das predicações, o que vai ao encontro das observações até aqui efectuadas.

Se a pertinência teórica de uma distinção deste género nos parece evidente, já a sua implementação, em termos práticos, depara com obstáculos que importa explorar. Torna-se necessário, por exemplo, determinar com rigor quais os critérios linguísticos que justificam a distinção entre Tipos de Situação e Pontos de Vista: afinal, que razões objectivas poderemos invocar no sentido de legitimar a opção por este tipo de divisão? Uma solução para tais questões não se nos afigura simples e Smith (1991) não lhe dá, a nosso ver, uma resposta totalmente satisfatória. Com efeito, não se torna muito clara, em termos linguísticos, a separação entre a aplicação de um Ponto de Vista e a obtenção de Tipos de Situação derivados, tal como nos é apresentada em Smith (1991), 3.2.. Devemos notar, de facto, que certas construções, consideradas pela autora como veiculando Pontos de Vista, alteram efectivamente a classe aspectual das predicações com que ocorrem, constituindo-se, desse modo, como Tipos de Situação derivados. É o que sucede, por exemplo, com a forma do Progressivo, que converte as "constelações verbais" com que comparece em Estados (cf. 3.2., Moens (1987), Cunha (1998a), 2.2.1 e Cunha (1998d)).

Em resumo, uma oposição entre entidades aspectuais semelhante a esta só poderá ser sustentada com credibilidade se encontrarmos argumentos linguísticos objectivos, suficientemente claros e inequívocos, que se revelem capazes de a sustentar.

Retomaremos esta linha de pensamento, embora em moldes um pouco diferentes, na secção 1.3., onde procuraremos explorar alguns factos que, em nosso entender, se mostram de indiscutível relevância para a postulação de uma distinção entre operadores e "perspectivadores" aspectuais.

1.1.5. Sistematização

De acordo com os factos discutidos, parece-nos lícito concluir pela pertinência da distinção entre Tempo e Aspecto, dado que, apesar das semelhanças que os aproximam, estes dois conceitos referem realidades bem diversas – a localização (dos tempos) de situações encaradas apenas a partir da sua "exterioridade" e a "perspectivação" da sua estrutura temporal interna, respectivamente. Quanto às outras divisões apresentadas, verificámos que podem variar bastante, dependendo não só do enquadramento teórico adoptado como também dos meios disponíveis nas diferentes línguas naturais.

Tal como Moens (1987) e Binnick (1991) optaremos por uma concepção alargada e unificadora de Aspecto, encarando-o como a "perspectivação" ou a "focalização" da estrutura temporal interna das predicações, independentemente dos meios linguísticos envolvidos. Uma tal tomada de posição baseia-se, sobretudo, na constatação de que:

- Nem sempre é fácil separar processos unicamente lexicais de meios puramente morfológicos ou flexionais;
- Uma mesma informação semântica pode ser obtida por uma imensa variedade de procedimentos linguísticos;
- Existe uma considerável variação entre as línguas humanas quanto aos recursos disponíveis para expressar a informação aspectual relevante.

Esta opção não invalidará, como veremos mais adiante, o recurso à especificação de categorias intra-aspectuais, que se revelarão, de resto, bastante úteis para a compreensão dos mecanismos sob análise. De facto, apesar de ser desejável uma noção unificada de Aspecto, torna-se igualmente necessária uma visão mais analítica do seu funcionamento. Procuraremos, naturalmente, compatibilizar estes dois requisitos, por forma a encontrarmos uma conceptualização equilibrada. Iniciaremos, pois, um estudo mais atento destes fenómenos tomando como ponto de partida as classes aspectuais.

1.2. AS CLASSES ASPECTUAIS DE PREDICAÇÕES

Estando a expressão da categoria Aspecto, em línguas como o Português, na total dependência de uma multiplicidade complexa de relações indissociáveis entre diversos factores combinados composicionalmente, as **Classes Aspectuais** de predicações irão necessariamente desempenhar um papel preponderante no que diz respeito à avaliação das propriedades inerentes à estrutura temporal interna das situações descritas. De facto, serão elas que, de uma certa forma, servirão de suporte à manifestação dos atributos aspectuais patenteados por cada frase. Importa, por isso mesmo, reflectir um pouco sobre a sua natureza, pelo que nos ocuparemos em seguida, ainda que brevemente, da sua caracterização.

1.2.1. Propriedades e Comportamentos das Diversas Classes Aspectuais de Predicações

As Classes (ou Tipos) Aspectuais são concebidas como categorias semânticas que permitem determinar e descrever as principais características associadas à estruturação temporal interna subjacente às diferentes predicações. Ou, segundo Smith, "Situation types are semantic categories of language, classes of idealized situations with distinctive temporal features." (Smith, 1991: 17).

À instanciação mais geral do conjunto de propriedades temporais ostentadas por uma predicação damos o nome de **situação**, **estado de coisas** ou **eventualidade** (termo introduzido por Bach (1981), (1986)). Sob um certo ponto de vista, poderemos afirmar que uma situação "esquematiza" tais propriedades, conferindo "identidade" temporal à estrutura interna de uma dada frase.

As diversas classes aspectuais deverão ser estabelecidas tomando como ponto de partida determinados elementos "básicos" de caracterização – que, como veremos, se poderão apresentar sob a forma de traços distintivos — que nos vão dar a possibilidade de surpreender as suas identidades próprias, bem como as suas respectivas divergências.

Entre os mais relevantes contam-se o **dinamismo**, que se relaciona directamente com a existência de "fases" diferenciadas e sucessivas, conducentes a um qualquer tipo de "mudança de estado"; a **telicidade**, que se traduz na presença de um ponto "final" ou "terminativo" intrínseco ao estado de coisas; e a **duratividade**, que remete para a "porção" ou extensão de tempo que as eventualidades "duram" ou "demoram".[5] Poderemos acrescentar ainda a **homogeneidade**, que, em termos muito gerais, designa a faculdade de fraccionamento de uma situação mantendo a sua identidade original, i.e., em que cada uma das suas "partes" é de natureza semelhante ao "todo".

Na sequência destas observações, vamos proceder a uma apresentação das classes aspectuais mais comummente discutidas na literatura, realçando sobretudo a motivação linguística que lhes está subjacente.[6]

1.2.1.1. Estados

Os estados são eventualidades não dinâmicas, durativas e atélicas. O facto de não possuírem fases" sucessivas e não provocarem qualquer mudança de estado, ou seja, de serem perfeitamente "uniformes", em virtude do seu não dinamismo, conjugado com a sua extensão ao longo do tempo, conduz à completa homogeneidade patenteada por esta classe aspectual, bem como à correlativa cumulatividade (a soma de duas "porções" de um mesmo estado dá sempre origem a um estativo totalmente idêntico). Com efeito, um estado é verdadeiro em todos os momentos em que ocorre: sendo "inalterável" ao longo do seu decurso e desprovido de "estrutura" interna, a propriedade de subintervalos que manifesta pode ser levada ao extremo, i.e. aos próprios "instantes" de tempo. Por outro lado, ao contrário das restantes classes aspectuais, os estativos não parecem admitir

---

[5] O conceito de "temporalidade" com que operaremos ao longo deste trabalho será essencialmente de cariz linguístico, deixando de lado, por isso, discussões sobre a natureza e constituição do tempo à luz, por exemplo, da física. Nesse sentido, não discutiremos problemas como o da concepção "discreta" (i.e., em que são consideradas unidades temporais mínimas indivisíveis, os "instantes") vs. "densa" (em que cada intervalo pode ser sempre subdividido em intervalos menores) para a constituição da temporalidade. Deveremos ter sempre em conta que, quando falamos aqui em "momentos" de tempo, os perspectivamos enquanto realidades linguisticamente motivadas. Assim, eventualidades "pontuais" ou "instantâneas" serão situações cujo padrão de comportamento sintáctico e semântico aponta para a sua realização em "momentos" de tempo (linguisticamente construídos), independentemente da sua duração cronométrica efectiva.

[6] Os esforços com vista à obtenção de uma classificação aspectual de predicações adequada remontam a Aristóteles. No entanto, só com Ryle (1949), Kenny (1963) e principalmente Vendler (1967) é que tais categorias começam a desempenhar um papel fulcral na investigação linguística. É também a partir dessa altura que é prestada uma maior atenção aos critérios semânticos e sintácticos que fundamentam e justificam uma tal divisão.

"pausas" no seu interior, o que derivará, mais uma vez, do carácter completamente "uniforme" que lhes está associado.

Das características definidoras apontadas derivam determinados comportamentos linguísticos típicos que nos permitem identificar as construções que realizam a categoria sob análise.[7] Assim, o facto de os estativos serem não dinâmicos parece conduzir à impossibilidade que revelam em se combinarem com a maioria das formas "agentivas". Na verdade, esta classe aspectual, ao contrário de todas as outras, não é possível em frases no Imperativo, não se combina com adverbiais "agentivos" como é o caso, por exemplo, de *deliberadamente* ou de *voluntariamente*, não comparece na condição de complemento de verbos que remetam para a expressão da "agentividade" como *obrigar* ou *persuadir* e não admite construções pseudoclivadas do tipo de "O que X fez foi..." (cf. (6) e (7)):

(6) a- * João, sê alto!
    b- * O João foi voluntariamente alto.
    c- * A mãe persuadiu o João a ser alto.
    d- * O que o João fez foi ser alto.
(7) a- * Lígia, sabe francês!
    b- * A Lígia soube francês deliberadamente.
    c- * O Jorge obrigou a Lígia a saber francês.
    d- * O que a Lígia fez foi saber francês.

A uniformidade absoluta que caracteriza os estativos, i.e., a completa ausência de "fases" sucessivas no seu interior, parece ser responsável pela grande dificuldade que esta classe aspectual manifesta em termos de co-ocorrência com operadores aspectuais: tais construções estão sujeitas, com efeito, a um certo grau de anomalia semântica quando combinadas com a maior parte destes elementos. (8) e (9) ilustram o facto não só para o Progressivo, o caso mais frequentemente citado, mas também para *começar a*, *parar de* e *acabar de*.

[7] Os "testes" linguísticos que apresentamos ao longo desta secção são avançados, pela primeira vez de um modo sistemático, por Dowty (1979), 2.2, com base em observações anteriores de Vendler (1967) e Kenny (1963); são frequentemente utilizados na literatura como meio de identificar as diversas classes aspectuais de predicações (cf., entre outros, Binnick (1991), Cap. 6, a. ou Smith (1991), 3.1.).

(8) a- * O João está a ser alto.

b- * O João começou a ser alto.

c- * O João parou de ser alto.

d- * O João acabou de ser alto.

(9) a- * A Lígia está a saber francês.

b- * A Lígia começou a saber francês.

c- * A Lígia parou de saber francês.

d- * A Lígia acabou de saber francês.

A conjugação do não dinamismo dos estativos com a sua duratividade, por um lado, e com a sua completa homogeneidade – i.e., com o facto de serem verdadeiros relativamente a todos os momentos de tempo em que decorrem –, por outro, explica, de certo modo, a possibilidade de (pelo menos algumas de entre) estas situações conterem ou englobarem, tipicamente, as expressões que designam "instantaneidade", bem como a sua interpretação perfeitamente natural de "presente real" no contexto do Presente do Indicativo, contrastante com a leitura preferencialmente habitual ocasionada por todos os outros estados de coisas, tal como se pode verificar nos exemplos seguintes, em que o adverbial de localização temporal se encontra incluído no estado com que se combina (cf. (10a)) e em que os estativos abrangem o momento da enunciação (cf. (10b,c,d)).

(10) a- O João esteve/estava doente às cinco da tarde. (inclusão)

b- O João está doente neste momento.

c- O João é alto. (neste momento)

d- A Lígia sabe francês. (neste momento)

Sendo eventualidades durativas e atélicas, os estados surgem sem problemas com os adverbiais de "simples duração", como *durante N tempo*, não podendo comparecer, no entanto, com adverbiais do género de *em N tempo*, que identificam o intervalo que descrevem com a totalidade da situação, e com adverbiais "pontuais", no caso de não se estabelecer a relação de inclusão já referida. Vejam-se os exemplos (11) e (12):

(11) a- O João esteve doente durante uma semana.

b- * O João esteve doente numa semana.

c- (??) O João esteve doente às cinco horas.

(12)a- A Lígia soube francês durante dez anos.

b- * A Lígia soube francês em dez anos.

c- ??/* A Lígia soube francês às cinco da tarde.

Finalmente, a homogeneidade dos estados parece dificultar a sua articulação com adverbiais de "quantificação" de eventos[8] ou de "contagem cardinal", sobretudo se não existirem elementos contextuais que favoreçam a sua interpretabilidade:

(13)a- ??/* O meu casaco foi verde três vezes.

b- * O João foi alto três vezes.

c- * A Lígia soube francês três vezes.

Como veremos no próximo capítulo (cf. 2.2.), muitos destes "testes" terão que ser reequacionados, por forma a obtermos uma descrição mais adequada do comportamento das construções estativas. Deixaremos, contudo, essa reavaliação para mais tarde, concentrando agora a nossa atenção na caracterização das restantes classes aspectuais de predicações.

1.2.1.2. Actividades

As actividades são eventualidades dinâmicas, durativas, atélicas e homogéneas. Divergem dos estados por serem tipicamente constituídas por um conjunto de "fases" sucessivas que lhes conferem o dinamismo, i.e., por ostentarem uma estrutura "fásica" interna que propicia a alteração do estado de coisas inicial. No entanto, possivelmente devido ao facto de não incluírem um ponto final intrínseco, mantêm, até certo ponto, um comportamento relativamente homogéneo, que se traduz no princípio de que qualquer subintervalo de uma actividade manifesta exactamente a mesma natureza do seu "todo"; a cumulatividade parece, de igual modo, estar presente: a "soma" de "porções" de uma mesma actividade resulta numa situação em tudo semelhante às partes que a constituem. No entanto, a propriedade de subintervalos que parece ser inerente a este género de eventualidade não poderá ser levada ao limite máximo dos "instantes" de tempo, como

[8] Importa deixar bem clara a distinção entre adverbiais de "quantificação" temporal, que delimitam ou "constituem" — e, por conseguinte, tornam "contáveis" — dados intervalos de tempo e adverbiais de "quantificação" de eventos, que permitem a contagem de (determinados tipos de) eventualidades.

acontece em relação às predicações de índole estativa. O carácter dinâmico associado às actividades possibilita-nos explicar tal facto: confrontamo-nos com "subintervalos" mínimos, obrigatoriamente mais extensos do que simples "momentos"[9], que poderão ser identificados com as "fases" em que todas as propriedades básicas de cada actividade se mantêm inalteradas. A duração de uma actividade é "indefinida", já que o seu ponto "terminativo" lhe é arbitrariamente conferido.

Enquanto portadoras de marcas de dinamismo, as actividades podem ocorrer, sem problemas, no contexto de construções "agentivas", no escopo da maior parte dos "operadores" aspectuais, incluindo o Progressivo, e com uma leitura preferencialmente habitual quando combinadas com o Presente do Indicativo (cf. (14) e (15)):

(14) a- Nuno, bebe leite!
b- A mãe obrigou o Nuno a beber leite.
c- O Nuno bebeu leite voluntariamente.
d- O Nuno está a beber leite.
e- O Nuno parou de beber leite.
f- O Nuno bebe leite. (todos os dias)

(15) a- Ana, corre!
b- O seu treinador convenceu a Ana a correr.
c- A Ana correu deliberadamente.
d- A Ana está a correr.
e- A Ana parou de correr.
f- A Ana corre. (todos os sábados de manhã)

A conjugação da atelicidade com a duração acarreta consequências interessantes, sobretudo ao nível das implicações que as actividades originam. Assim, se uma destas situações é verdadeira durante N tempo, ela será igualmente verdadeira relativamente a todos os subintervalos desse tempo. Por outro lado, uma actividade associada a formas do Progressivo implica necessariamente a verdade dessa mesma actividade apresentada no Pretérito Perfeito: se "O Nuno está/esteve/estava a beber leite" é verdadeiro, então

[9] Embora certas teorias possam postular diferenças mais ou menos significativas entre os conceitos de "instante" e de "momento", encará-los-emos aqui como termos equivalentes, designando unidades discretas mínimas de tempo.

"O Nuno bebeu leite" também o será.[10] Uma inferência semelhante é desencadeada pelo "operador" aspectual *parar de*: se "O Nuno parou de beber leite" é verdadeiro, então "O Nuno bebeu leite" também o é necessariamente.[11]

Ainda como resultado da interacção entre os factores citados, podemos referir o facto de as actividades apenas comparecerem com adverbiais de "simples duração", dando origem a estruturas anómalas tanto com adverbiais que identificam um intervalo com a totalidade do evento como com adverbiais "pontuais" (cf. (16) e (17)):

(16) a- O Nuno bebeu leite durante meia hora.
b- ??/* O Nuno bebeu leite em meia hora.
c- ?? O Nuno bebeu leite às dez horas.

(17) a- A Ana correu durante meia hora.
b- ??/* A Ana correu em meia hora.
c- ?? A Ana correu às dez horas.

Paralelamente, as actividades apenas surgem com expressões do tipo de *gastar tempo*, ostentando, contudo, incompatibilidades com estruturas envolvendo *levar tempo*. Os exemplos seguintes ilustram o que acabámos de referir:

(18) a- A Ana gastou meia hora a correr.
b- ?? A Ana levou meia hora a correr.

(19) a- O Nuno gastou uma tarde inteira a ver televisão.
b- ?? O Nuno levou uma tarde inteira a ver televisão.[12]

Finalmente, o carácter (relativamente) homogéneo das actividades impõe fortes restrições contextuais à comparência de tais situações em combinação com "adverbiais de contagem cardinal", como os juízos de gramaticalidade expressos em (20) indiciam.

---

[10] Isto significa que, com actividades, o designado paradoxo do imperfectivo não se aplica; cf. 1.2.1.3..

[11] Neste caso estaremos face a uma relação de pressuposição já que a verdade da proposição inferida sobrevive ao designado "teste" da negação, i.e., "O Nuno bebeu leite" será verdadeiro tanto para "O Nuno parou de beber leite" quanto para "O Nuno não parou de beber leite". Tal inferência deve-se, muito provavelmente, ao carácter homogéneo e cumulativo deste tipo de predicações, aliado ao seu dinamismo; cf. 1.2.1.3..

[12] Note-se, no entanto, que este teste parece aplicar-se melhor à oposição entre *spend* time (gastar tempo) e *take* time (levar tempo) para o Inglês do que propriamente às expressões equivalentes do Português. Com efeito, grande parte dos falantes consultados não se revelou muito sensível à diferença sob análise.

Exceptuam-se, como é óbvio, todas as interpretações de natureza "derivada" que podem ser obtidas a partir deste tipo de eventualidades.

(20) a- # O Nuno bebeu leite três vezes.
b- # A Maria correu três vezes.
c- # O João trabalhou três vezes.

1.2.1.3. *"Accomplishments"*

Os "*accomplishments*" são situações dinâmicas, durativas, télicas e heterogéneas. Possuindo um "ponto final" ou "terminus" intrínseco, estas eventualidades só podem ser verdadeiras em relação a intervalos únicos e bem delimitados: nenhum subintervalo ou superintervalo que as contenha poderá, portanto, manifestar todo o conjunto das suas características definidoras. Por outras palavras, as diversas "partes" que compõem um "*accomplishment*" são de natureza diferente daquela que qualifica o seu "todo". A identificação dos "*accomplishments*" com o intervalo que "ocupam" impede igualmente que lhes seja atribuída a propriedade de cumulatividade. Estamos, pois, perante eventos intrinsecamente "finitos" e, nesse sentido, "completos" em si mesmos, i.e., não podendo prosseguir para além do intervalo que "definem".

Tal como nos foi dado observar em relação às actividades, os "*accomplishments*" manifestam todos os comportamentos típicos das eventualidades de carácter dinâmico: nessa medida, combinam-se facilmente com formas ditas agentivas, ocorrem no escopo da maior parte dos "operadores" aspectuais e recebem normalmente uma interpretação preferencial de habitualidade no contexto do Presente do Indicativo (cf. os exemplos em (21) e (22)):

(21) a- João, escreve a tese!
b- A mãe persuadiu o João a escrever a tese.
c- O João escreveu a tese voluntariamente.
d- O João começou a escrever a tese.
e- O João está a escrever a tese.
f- O João parou de escrever a tese.
g- O João escreve a tese. (todos os dias)

(22) a- Maria, pinta um quadro!

b- O Zé convenceu a Maria a pintar um quadro.

c- A Maria pintou um quadro deliberadamente.

d- A Maria começou a pintar um quadro.

e- A Maria está a pintar um quadro.

f- A Maria acabou de pintar um quadro.

g- A Maria pinta um quadro todas as semanas.

As implicações desencadeadas pelos "*accomplishments*" parecem derivar, na sua maior parte, da interacção que se estabelece entre a duratividade, a telicidade e a heterogeneidade, três factores preponderantes para o seu comportamento linguístico. Assim, se uma destas situações é verdadeira para um determinado intervalo de tempo, nunca o poderá vir a ser em nenhum dos seus subintervalos, dada a inexistência, nestes casos, de equivalência de propriedades entre o "todo" e as "partes" que o constituem. Por outro lado, um "*accomplishment*" perspectivado pelo Progressivo implica a sua não realização total: assim, se "O João está a escrever a tese" ou "A Maria está a pintar o quadro" são frases verdadeiras num dado momento, a única coisa que poderemos inferir a partir delas é que "O João (ainda) não escreveu a tese" ou "A Maria (ainda) não pintou o quadro".[13] O mesmo tipo de inferência sucede com operadores como *parar de*: assim, da frase "O João parou de escrever a tese" somente nos será lícito concluir que "O João (ainda) não escreveu a tese".

Por fim, quando um "*accomplishment*" surge no Pretérito Perfeito em combinação com um adverbial de identificação do intervalo descrito com a eventualidade que o acompanha, podemos, em geral, inferir a verdade da forma progressiva correspondente durante o tempo indicado: se é um facto que "O João escreveu a carta em meia hora", então "O João esteve a escrever a carta durante (essa) meia hora" será uma conclusão perfeitamente adequada (embora nem sempre necessária ou obrigatória).[14] Note-se que

---

[13] Observações como estas estão na base da formulação do designado paradoxo do imperfectivo (cf. Dowty (1979): dado que uma situação télica perspectivada no Progressivo pode nunca chegar a alcançar o seu ponto terminal intrínseco, a verdade de "X *estar a* V" não implica a verdade de "X VPret.Perf.", tal que "V" é [+télico].

[14] Ignoraremos, neste momento (mas apenas por razões de ordem prática), a possibilidade de ocorrência de "pausas" no interior de um qualquer evento. No entanto, estas parecem desempenhar um papel muito importante na interpretação de frases como "O João esteve a escrever/escreveu a tese durante/em 4 anos". Não nos parece de todo razoável sustentar que a situação descrita decorreu ininterruptamente na extensão total do intervalo relevante. A necessidade de postular a existência de "pausas" no decurso (de pelo menos uma boa parte) das eventualidades revela-se-nos, por conseguinte, bastante óbvia. A avaliação da

este tipo de inferência é inversa relativamente às que foram observadas anteriormente: nesse sentido, apenas podemos depreender do verbo no Pretérito Perfeito a verdade da respectiva forma no Progressivo, não sendo possível, como já foi dito, supor a verdade da frase com Pretérito Perfeito a partir do Progressivo que lhe equivale.

A conjugação de factores apontada parece também ser a principal responsável pelo comportamento dos "*accomplishments*" face aos adverbiais temporais. De facto, as eventualidades em causa ocorrem preferencialmente com adverbiais de identificação da duração de um intervalo com a totalidade da situação descrita, surgindo marginalmente com adverbiais de "simples" duração e dando origem a estruturas anómalas no contexto de adverbiais "pontuais". (23) e (24) ilustram:[15]

(23) a- O João escreveu a carta em meia hora.
b- # O João escreveu a carta durante meia hora.
c- # O João escreveu a carta às cinco horas.

(24) a- A Maria pintou o quadro em duas horas.
b- # A Maria pintou o quadro durante duas horas.
c- # A Maria pintou o quadro às cinco da tarde.

Ao contrário das actividades, os "*accomplishments*" podem ocorrer com estruturas do tipo de *levar tempo*, sendo a sua combinação com *gastar tempo*, no entanto, um pouco mais problemática, como os exemplos seguintes nos mostram.[16]

(25) a- O João levou meia hora a escrever a carta.
b- ?/?? O João gastou meia hora a escrever a carta.

(26) a- A Maria levou dois dias a pintar o quadro.
b- ?/?? A Maria gastou dois dias a pintar o quadro.

O facto de os "*accomplishments*" serem heterogéneos permite explicar, por outro lado, a ambiguidade que surpreendemos quando tais situações se encontram no escopo de *quase*. Observem-se os exemplos em (27):

---

sua natureza, duração e frequência poderá estar essencialmente na dependência de factores como o nosso conhecimento do mundo, pelo que não adiantaremos mais pormenores quanto à sua caracterização. A este respeito, veja-se Kratzer (1989).

[15] Ignoraremos aqui, mais uma vez, os casos em que se verifica a possibilidade de derivação de situações.

[16] Cf. nota 12.

(27) a- O João quase escreveu a tese.

b- A Maria quase pintou o quadro.

Estas frases podem receber duas leituras distintas: numa, o João, apesar de todos os seus esforços, não chegou a começar a escrever a tese e a Maria, por seu lado, não começou a pintar o quadro; na outra, embora as situações tenham parcialmente ocorrido, o seu "terminus" não foi alcançado: aqui, uma parte não especificada da tese foi escrita e a Maria pintou parte do quadro. Uma ambiguidade semelhante é obtida com *tentar*: uma frase como "A Maria tentou construir uma casa" tanto pode significar que a Maria se esforçou para começar a construir a casa, sem, no entanto, o conseguir fazer, como, em alternativa, que ela começou e muito possivelmente construiu uma parte da casa, mas não a chegou a concluir.

Notaremos, para finalizar a discussão sobre os "*accomplishments*", que o carácter télico, que lhes fornece um ponto "terminativo" intrínseco, possibilita a sua "contagem", sem a necessidade de quaisquer especificações contextuais, através dos adverbiais de "quantificação" de eventos (cf. (28)):[17]

(28) a- O João atravessou a cidade três vezes.

b- A Maria pintou o quadro várias vezes.

c- A Ana leu a tese três vezes.

1.2.1.4. "*Achievements*"

Os "*achievements*" apresentam-se como situações dinâmicas, télicas e pontuais. Dadas estas características, não surpreende que ocorram unicamente em "instantes" de tempo, singulares e bem definidos, não se podendo constituir, por conseguinte, como sucessividades de múltiplas "fases". No entanto, este tipo de eventualidade encontra-se obrigatoriamente associado a um estado consequente – tal como, de resto, sucede com os "*accomplishments*" – que, porém, quase sempre está apenas implícito no que respeita ao seu comportamento linguístico.

---

[17] Em relação a exemplos como (28b), confronte-se a hipótese adiantada por Dowty (1991) acerca da influência exercida pelo Tema Incremental no desenrolar da eventualidade e o papel desempenhado pelo homomorfismo entre situação e argumento afectado.

Tal como as restantes eventualidades dinâmicas, os "*achievements*" combinam-se facilmente com formas "agentivas", recebem uma leitura habitual quando apresentados no Presente do Indicativo e toleram determinados operadores aspectuais, como sucede, por exemplo, com o Progressivo. No entanto, o facto de estarmos perante estados de coisas "pontuais" (i.e., que não ostentam uma estrutura interna de múltiplas "fases") parece conduzir a certas incompatibilidades com (pelo menos) alguns destes elementos, sobretudo os que mais explicitamente requerem a duratividade para a sua interpretação (cf. (29f,g)):

(29) a- João, ganha a corrida!
b- A mãe persuadiu o João a ganhar a corrida.
c- O João ganhou a corrida voluntariamente.
d- O João ganha a corrida. (todas as semanas)
e- O João está a ganhar a corrida.
f- ?/?? O João começou a ganhar a corrida.
g- * O João parou de ganhar a corrida.

A conjugação da telicidade com a não duratividade, característica destes eventos, desencadeia consequências interessantes: ao contrário do que observámos relativamente aos "*accomplishments*" básicos, a associação de um "*achievement*" com a generalidade dos adverbiais que remetem para a identificação do intervalo com a totalidade de uma situação dá forçosamente origem a uma eventualidade de tipo derivado. Um tal facto irá conduzir, por sua vez, ao seguinte resultado: dado que, na base, um "*achievement*" se constitui como um estado de coisas de cariz pontual, a verdade da predicação derivada não implica, por si só, a ocorrência da forma progressiva correspondente durante o período indicado. Assim, se "O João ganhou a corrida em duas horas" é verdadeiro, isso não significa necessariamente que "O João esteve/estava a ganhar a corrida durante duas horas" também o tenha que ser.

Os "*achievements*" combinam-se preferencialmente com adverbiais "pontuais", podendo também comparecer, embora em contextos mais restritos, com os adverbiais de identificação de intervalos com o todo das situações, dado o seu carácter télico, que, por outro lado, nos vai ajudar, de certa forma, a justificar a possibilidade de surgimento desta categoria aspectual em estruturas do tipo de *levar tempo*, face à sua completa incompatibilidade relativamente a construções com *gastar tempo* (cf. (31)):

(30) a- O João chegou às cinco da tarde.

b- # O João chegou em vinte minutos.

c- * O João chegou durante vinte minutos.

(31) a- O João levou vinte minutos a chegar.

b- ??/* O João gastou vinte minutos a chegar.

Importa ainda observar que os "*achievements*" são geralmente incompatíveis com determinadas expressões adverbiais que remetem, de modo mais ou menos explícito, para intervalos de tempo durativos (cf. (32)):

(32) a- ??/* O João encontrou uma moeda lentamente.

b- ??/* A Rosa Mota ganhou a corrida cuidadosamente.

c- ??/* O João partiu o braço devagar.

Embora quase sempre implícita no seu comportamento linguístico (pense-se, por exemplo, na combinação preferencial com os adverbiais "pontuais"), a presença de um estado resultativo parece desempenhar um papel fulcral no que toca à caracterização dos "*achievements*", sobretudo quando se trata de os diferenciar em relação aos pontos, como teremos oportunidade de mostrar mais à frente. Os exemplos seguintes confirmam a pertinência de um tal elemento na estruturação da categoria aspectual mencionada:

(33) a- A corrida está ganha.

b- O braço do João está partido.

c- O ladrão está morto.

Resta-nos observar, para concluir, que o carácter télico dos "*achievements*", provavelmente em conjugação com a "instantaneidade" que revelam, permite licenciar a sua "contabilidade", através dos adverbiais de "quantificação" de eventos, sem que seja obrigatório o recurso a contextos linguísticos especiais (cf. (34)):

(34) a- A Rosa Mota ganhou a maratona três vezes.

b- O João partiu o braço três vezes.

c- A Ana desmaiou três vezes.

1.2.1.5. Pontos

Os pontos, por vezes também denominados semelfactivos (veja-se, por exemplo, Smith (1991)), são situações dinâmicas, "instantâneas" e atélicas – ou, talvez melhor, tendo em vista que nos encontramos perante eventos de natureza estritamente atómica, em que a "telicidade" não se aplica de todo.[18] Nesse sentido, tal como sucede com os "*achievements*", ocorrem num único "momento" de tempo com o qual se identificam. No entanto, contrastam com esta categoria aspectual no que respeita à telicidade: sendo eventualidades que não suportam tal propriedade (i.e., não revelando quaisquer marcas que remetam para a "terminatividade" em si mesmas), os pontos não se associam a um estado consequente, seja ele explícito ou implícito, ao contrário do que observámos relativamente aos "*achievements*".

Tal como acontece com as restantes eventualidades dinâmicas, os pontos podem surgir no contexto de formas "agentivas" e recebem uma leitura tipicamente habitual quando combinados com o Presente do Indicativo, como os exemplos em (35) sugerem:

(35) a- João, toca o sino!

b- O primo convenceu o João a tocar o sino.

c- O João tocou o sino deliberadamente.

d- O João toca o sino (todas as manhãs).

Sendo de tipo não télico, os semelfactivos parecem estar em melhores condições do que os "*achievements*" para formarem sequências iteradas (o facto de não admitirem um estado consequente ou resultativo na sua estruturação interna não será totalmente alheio à facilidade com que estas situações se encadeiam, constituindo um todo de cariz homogéneo). A consequência mais visível de tal possibilidade parece ser, sem dúvida, a

[18] Na realidade, o facto de os pontos se identificarem com meros "instantes" de tempo parece inviabilizar, de certa forma, quaisquer possibilidades de avaliação da existência de um momento terminal intrínseco. Observações muito semelhantes poderão ser estendidas à determinação de marcas de homogeneidade ou de heterogeneidade: dada a completa "indivisibilidade" que caracteriza este tipo de eventualidades, com o consequente impedimento da sua segmentação em "subintervalos", torna-se impraticável a análise do seu comportamento em relação às referidas propriedades. Seja como for, importa sublinhar que a "telicidade" desempenha um papel fulcral no que toca à distinção entre pontos e "*achievements*", na medida em que será a presença de um estado resultativo subjacente a estes últimos (e ausente nos primeiros) que nos vai permitir diferenciá-los entre si.

capacidade que os pontos manifestam em se combinarem, sem problemas, com a maior parte dos "operadores" aspectuais, mesmo os que supõem duratividade (cf. (36) e (37)):

(36) a- A Maria começou a espirrar.
b- A Maria parou de espirrar.
c- A Maria está a espirrar.

(37) a- O João começou a tocar o sino.
b- O João parou de tocar o sino.
c- O João está a tocar o sino.

Tratando-se de situações "instantâneas", os pontos surgem, de preferência, com os adverbiais "pontuais"; no entanto, dada a facilidade que demonstram em se integrarem em estruturas iterativas[19], podem comparecer igualmente com adverbiais de "simples duração", do género de *durante N tempo*, o que, como observámos, nunca sucede com os "*achievements*". Os exemplos seguintes ilustram o que acabámos de dizer:

(38) a- A Maria espirrou às cinco da tarde.
b- A Maria espirrou durante cinco minutos.
c- ??/* A Maria espirrou em cinco minutos.

(39) a- O João tocou o sino às cinco da tarde.
b- O João tocou o sino durante cinco minutos.
c- ??/* O João tocou o sino em cinco minutos.

---

[19] Distinguiremos aqui entre processos iterativos, que se obtêm sempre que uma situação é repetida numa única porção espacio-temporal bem delimitada que dará conta da sua duração global e estados habituais, que surgem quando o padrão de ocorrência da eventualidade assume relevância suficiente a ponto de esta poder vir a ser considerada como uma "característica" geral das entidades envolvidas. Comparem-se os exemplos em (i) e (ii):

(i) A Ana saltou à vara durante cinco horas.
(ii) A Ana saltou à vara durante vinte anos.

Em (i) temos a simples representação de um processo obtido a partir da iteração de um número facilmente quantificável de eventos de natureza idêntica, neste caso de "saltar à vara", que ocupa um intervalo bem delimitado, cuja função primordial é a de dar conta da sua duração; em (ii), pelo contrário, confrontamo-nos com a descrição de um padrão recorrente do mesmo tipo de eventualidade, capaz de "caracterizar" o João como um "saltador à vara" durante o período indicado. Refira-se, finalmente, que existem formas de quantificação intermédias entre os processos iterados e os estados habituais. É o caso, por exemplo, do aspecto frequentativo, que se identifica pela repetição esporádica de uma situação ao longo de uma dada "porção" de tempo.

Finalmente, os pontos distinguem-se dos "*achievements*" na medida em que não toleram construções que evidenciem a presença de um estado consequente (cf. (40)):

(40) a- * As asas do frango estão batidas.

b- ??/* O sino está tocado.

c- * A Maria está espirrada.

Uma forma simples de diferenciar as diversas classes aspectuais de predicações passa por encarar as suas principais propriedades definidoras – dinamismo, telicidade e duração – como traços distintivos, que podem apresentar valores positivos ou negativos. O quadro que se segue sintetiza, desse modo, as divergências aspectuais que acabámos de observar e descrever.

QUADRO I – CLASSES ASPECTUAIS DE PREDICAÇÕES

Estados	[-dinâmico]	[-télico]	[+durativo]
Actividades	[+dinâmico]	[-télico]	[+durativo]
"Accomplishments"	[+dinâmico]	[+télico]	[+durativo]
"Achievements"	[+dinâmico]	[+télico]	[-durativo]
Pontos	[+dinâmico]	[-télico]	[-durativo]

O número de categorias aspectuais consideradas e os critérios que presidem ao seu agrupamento variam um pouco consoante as propostas apresentadas pelos diferentes autores que se debruçaram sobre esta problemática. De facto, apesar de encontrarmos alguns consensos importantes, deparamo-nos também com divergências a vários níveis. Vamos em seguida ilustrar brevemente este ponto, embora apenas a título de exemplo.[20]

Vendler (1967) propõe quatro classes aspectuais – estados e "*achievements*", por um lado, e actividades e "*accomplishments*", por outro —, agrupadas em dois "*genera*", cujo principal critério distintivo está fundamentado na possibilidade vs. impossibilidade

[20] Para uma discussão mais pormenorizada destas e de outras propostas, cf. Verkuyl (1993), Cap. 2 e Cunha (1998a), 1.1..

de comparência no *continuous tense* ou Progressivo (critério que, como já tivemos a oportunidade de constatar, dificilmente poderá fornecer uma base sólida e credível para a divisão requerida, já que somente (certos) estativos desencadeiam indubitavelmente casos de anomalia semântica no escopo de formas progressivas).

Dowty (1979) aceita à partida as categorias aspectuais identificadas por Vendler, aprofundando os critérios linguísticos que as justificam. No entanto, a verificação de que todas elas podem manifestar tanto valores positivos como negativos relativamente ao critério da "agentividade" leva-o a proceder a uma reclassificação em oito tipos de situações: estados (que, como veremos adiante, estão sujeitos a subdivisões adicionais), actividades, mudanças de estado complexas (em tudo paralelas aos "*accomplishments*") e mudanças de estado simples (ou "*achievements*"), cada uma delas dividida, por sua vez, em função da nova propriedade considerada, em "agentivas" e não "agentivas".

Mourelatos (1981), por seu lado, defende uma classificação dicotómica para as categorias aspectuais. Uma tal estratégia parece pôr em evidência a funcionalidade dos diferentes traços distintivos, na medida em que torna saliente o efeito que a aplicação de cada um deles irá produzir. Assim, o Dinamismo seria directamente responsável pela divisão entre estados ([-dinâmicos]) e ocorrências ([+dinâmicas]); a Telicidade separaria os processos ([-télicos]) dos eventos ([+télicos]); finalmente, a Duratividade distinguiria as ocorrências pontuais ([-durativas]) dos "*developments*" ([+durativos]).

Nem todas as propostas recorrem a uma divisão quadripartida para as categorias aspectuais de predicações. Muitas delas, como a de Moens (1987) ou a de Smith (1991), preconizam a existência de uma quinta classe, a dos pontos ou semelfactivos, cujas propriedades centrais e comportamento linguístico já discutimos atrás.

Certos autores, como é o caso de Parsons (1990), preferem uma abordagem, por assim dizer, um pouco mais "reducionista" para o problema, propondo a bipartição entre estados e eventos como a única distinção efectivamente relevante no que diz respeito à classificação aspectual. Em alternativa a este tipo de tratamento, podemos referir ainda a hipótese de extensão da divisão geralmente efectuada ao nível nominal entre expressões "massivas" e "contáveis", que nos irá conduzir a uma categorização um pouco diferente, centrada nos conceitos básicos de predicações inerentemente "contáveis" e predicações essencialmente "massivas". O critério que recorre aos adverbiais de "quantificação" de eventos desempenha aqui, como é de prever, um papel fundamental.[21]

---

[21] Sobre o assunto, vejam-se, entre outros, Mourelatos (1981), Verkuyl (1993) ou Krifka (1989).

Temos vindo, até ao momento, a encarar as classes aspectuais de predicações na sua individualidade, de forma separada, como entidades completamente autónomas, ou seja, temos concentrado a nossa atenção somente nas suas características definitórias. No entanto, importa também reflectir, mesmo que de um modo breve, sobre outras duas questões, essenciais em qualquer tentativa de teorização deste género:

a. Como se posicionam as diversas classes aspectuais, umas em relação às outras? Quais serão os princípios básicos que as interligam? Será realmente possível derivar as suas características fundamentais a partir de conceitos mais gerais?

b. Dada a possibilidade, em línguas como o Português, de usos divergentes, no que respeita ao Aspecto, de elementos linguísticos aparentemente idênticos, quais serão os factores determinantes que nos permitem estabelecer a categorização aspectual de uma predicação? Como interagem entre si?

As secções que se seguem procuram fornecer pistas para uma resposta, o mais satisfatória e adequada possível, a tão complexas questões.

1.2.2. Integração das Classes Aspectuais num Sistema "Unificado"

Até este momento, temos vindo a encarar as classes aspectuais como entidades relativamente "isoladas" e independentes entre si. No entanto, parece-nos desejável encontrar princípios "unificadores" que nos permitam integrá-las num "todo" coerente. De facto, um tratamento globalizante das categorias aspectuais reforçaria a consistência e a capacidade descritiva/explicativa da teorização adoptada, abrindo caminho para a definição de "primitivos" de natureza mais geral, a partir dos quais seria possível "construir" a tipologia apropriada. Importa, contudo, saber qual o melhor procedimento a tomar com vista a uma aproximação deste género, integrando conceitos aparentemente tão diversos numa mesma e única realidade.

Os esforços tendentes à "unificação" das várias classes aspectuais de predicações remontam à semântica de intervalos. Autores como Bennett (1981) procuram derivar tais categorias a partir das noções "básicas" de momentos e intervalos de tempo, que se constituiriam, desse modo, como "primitivos", a partir dos quais seria possível gerar as

diferentes "configurações" capazes de reflectir a estrutura temporal interna associada a cada tipo de situação particular.

Tal proposta parece ir ao encontro de algumas das observações que efectuámos relativamente às diversas classes aspectuais de predicações. Enquanto representados por uma sucessão linear de "momentos", sem o recurso a "pausas", os estados serão sempre estruturados como entidades inteiramente homogéneas; o facto de as actividades serem "aferíveis" apenas em intervalos "abertos" impede, por um lado, qualquer possibilidade de "contabilização" deste tipo de eventos, remetendo, por outro, para a sua (relativa) homogeneidade, já que se nos afigura perfeitamente exequível "retirar" ou "acrescentar" "partes" a um dado intervalo "aberto" sem que este perca a sua identidade própria; por fim, o carácter "fechado" dos intervalos de tempo que comportam as "*performances*"[22] permite identificá-las enquanto eventualidades "contáveis" e espelhar igualmente o seu comportamento heterogéneo e não cumulativo, na medida em que nenhuma "porção" de um intervalo "fechado" pode ser retirada ou adicionada sem provocar certas alterações ao nível das suas características definitórias.

Se é certo que esta hipótese de tratamento parece apropriada para a resolução de algumas questões importantes, não deixa, contudo, de se mostrar incapaz de ultrapassar determinados obstáculos que não devem ser ignorados. Vejamos, em seguida, quais as principais dificuldades com que uma tal proposta terá de se confrontar.

a. Em primeiro lugar, a teoria em causa faz a previsão de que, quando combinadas com os tempos gramaticais que, de uma forma ou de outra, impõem o "fechamento" ao intervalo em que ocorrem, as actividades se apresentam como "*performances*", o que, no entanto, não corresponde totalmente aos factos observáveis. Na realidade, em frases como as presentes em (41), o Pretérito Perfeito, embora sendo o principal responsável pelo "fechamento" do intervalo em questão, não parece alterar as propriedades típicas das actividades que, assim, mantêm, por exemplo, uma selecção de adverbiais temporais diferente daquela que normalmente é efectivada pelas "*performances*".

(41) a- O João trabalhou durante duas horas/* em duas horas.
b- A Maria nadou durante meia hora/* em meia hora.
c- A Ana viajou durante dois meses/* em dois meses.

---

[22] Este termo, introduzido na literatura por Mourelatos (1978), (1981), designa o conjunto formado pelas situações de tipo télico, i.e., "*accomplishments*" e "*achievements*".

(42) a- O João construiu uma casa ??durante um ano/num ano.

b- A Maria comeu o bolo ??durante cinco minutos/em cinco minutos.

c- A Ana fez o jantar ??durante meia hora/em meia hora.

Por outras palavras, uma proposta como a de Bennett (1981) não nos fornece instrumentos teóricos capazes de distinguir um "terminus" intrinsecamente determinado de um "ponto terminal" arbitrariamente conferido a uma predicação: não nos permitirá diferenciar, por conseguinte, situações "culminadas" ou "concluídas" de situações simplesmente "terminadas" (cf. a discussão em 4.1.).

b. As observações que acabámos de fazer conduzem-nos directamente a um outro problema associado a este tipo de tratamento: dado que um intervalo "aberto" de tempo é intrinsecamente "infinito", como poderá dar conta de eventualidades que, de um modo geral, se apresentam como "finitas"? Ou, dito de outra forma, sabendo nós que, por norma, todas as actividades acabam, mais cedo ou mais tarde, por ser interrompidas ou (arbitrariamente) terminadas, como compatibilizar este facto com a "infinitude" inerente a um intervalo "aberto"?

c. Por outro lado, a proposta de tratamento para as classes aspectuais avançada em Bennett (1981) enfrenta sérias dificuldades no que diz respeito à relação que permite estabelecer entre eventos pontuais e estados: sendo os estativos representados por uma sucessão de "momentos" de tempo (que, por seu lado, caracterizam, isoladamente, os eventos pontuais), isto significará que uma tal categoria se pode reduzir, em última instância, a uma sucessão de "*achievements*" ou de pontos. Ou seja, a teoria sob análise prediz que um qualquer estativo equivalerá necessariamente a uma sucessão de eventos pontuais, o que, no entanto, parece ser contrário aos factos, tendo em conta a total homogeneidade que, como observámos, parece definir aquela classe aspectual.

d. Uma última objecção a esta hipótese prende-se com a incapacidade que revela em estabelecer uma distinção clara entre "*achievements*" e pontos. Com efeito, parecem existir evidências empíricas suficientes para justificar uma tal diferenciação que, no entanto, se nos afigura difícil de formalizar num enquadramento teórico como este.

Poderemos talvez compreender melhor os problemas subjacentes a esta teorização se os tentarmos encarar à luz das propriedades ou dos traços definitórios anteriormente considerados: se é certo que a distinção entre "intervalos" e "momentos" de tempo nos permite dar conta do comportamento das diversas categorias aspectuais no que respeita à sua duratividade, e se o carácter "aberto" do intervalo que caracteriza as actividades

aparenta ser capaz de espelhar a sua homogeneidade, não deixa de ser verdade, todavia, que elementos tão importantes como o dinamismo ou a telicidade não encontram aqui qualquer meio de expressão; designadamente, a impossibilidade de distinguir entre "*achievements*" e pontos parece estar estreitamente ligada ao facto de uma hipótese como esta se revelar incapaz de tomar em linha de conta as suas divergências ao nível da telicidade.[23]

Todas estas observações são, a nosso ver, suficientes para afastar propostas de unificação de classes aspectuais que se baseiem única e exclusivamente em noções de simples "temporalidade". Como Ramchand (1997) sugere, "Problems with an interval based theory of semantics have been pointed out in the literature, particularly in the interpretation of the English progressive. (...) To make this system work, we need a notion of interval which is sensitive to information regarding the inherent temporal architecture of an event. This architecture does not seem to make reference to absolute time, but is rather a relational system which takes as primitive the notions of the different stages in that event." (Cf. Ramchand, 1997: 2-3).

É neste contexto que se posicionam as tentativas de unificação de categorias aspectuais alicerçadas no conceito central de ***fase***. Uma fase não é identificável com um simples "intervalo" ou "momento" de tempo; pelo contrário, ela vai constituir-se como uma "porção" característica e bem definida de um dado evento; poderemos, portanto, afirmar que as fases "estruturam" as eventualidades, na medida em que comportam em si, de uma forma regular, certas propriedades típicas ou caracterizadoras. Nessa medida, devem ser encaradas como períodos bem definidos e perfeitamente delimitados no que diz respeito à sua constituição própria, já que da sua definição fazem parte integrante alguns traços distintivos de grande relevância.

Parece-nos interessante, neste momento, sublinhar a necessidade de estabelecer uma distinção entre a noção de ***fase*** – concebida enquanto "parte" característica de um evento e cujo teor será paralelo ao do termo *phase*, tal como Moens (1987) ou Binnick (1991), Cap. 6, f. e g. o concebem – e a de ***estádio*** (correspondente a *stage*, na acepção de Carlson (1977) ou ter Meulen (1987)). Com efeito, ao contrário das fases, os estádios são "porções" indeterminadas e não específicas de uma eventualidade; podemos mesmo

[23] A substituição da noção de "intervalo aberto" pela de "união de intervalos abertos" proposta em Bennett (1981), se é certo que soluciona a questão da possibilidade de existência de pausas no interior das actividades, em nada parece contribuir para a resolução das dificuldades que aqui foram enumeradas.

defini-los como meras realizações espacio-temporais de indivíduos, independentemente das propriedades que caracterizem o intervalo envolvido no espaço-tempo em questão.[24]

Propostas como as de Moens (1987), de Moens e Steedman (1988) ou de Kamp e Reyle (1993) procuram explorar o conceito de fase como "primitivo" aspectual, a partir do qual se podem derivar as diversas tipologias de situações. Vejamos agora quais são as linhas de força mais relevantes que orientam este tipo de trabalhos.

Um elemento fundamental neste género de teorizações é o ***Núcleo Aspectual***, termo que designa o conjunto das fases que estarão na base da constituição das diversas classes aspectuais de predicações. Tipicamente, o Núcleo é constituído por um ***Processo Preparatório*** (fase durativa e homogénea), um ***Ponto de Culminação*** (fase pontual que representa uma mudança "instantânea" de estado) e um ***Estado Resultativo*** (fase que suporta as consequências de (determinados) eventos).[25]

As três fases constitutivas do Núcleo Aspectual, bem como (algumas d)as suas combinações possíveis, permitem-nos derivar, sem problemas, as diferentes classes aspectuais de predicações discutidas em 1.2.1.. Tomando isoladamente a primeira fase do Núcleo, obteremos actividades ou ***processos***; a combinação de uma fase processual com uma culminação e um estado resultativo dará origem aos "*accomplishments*", também designados ***processos culminados***; a partir de uma culminação (explícita) e de um estado consequente (implícito) é possível formar "*achievements*" ou ***culminações***. Os pontos, por seu lado, serão exclusivamente constituídos por uma culminação, sem quaisquer consequências associadas. Finalmente, os estados serão representados como eventualidades sem fases, o que significa que estão fora do esquema expresso pelo Núcleo Aspectual.[26]

---

[24] Note-se que uma Fase Nuclear, no sentido em que Moens a concebe, pode, sob determinadas condições, ser constituída por um número indeterminado de subfases. É o que acontece, por exemplo, com os Processos Preparatórios: um Processo Preparatório realiza uma fase do Núcleo Aspectual e é "estruturado", por sua vez, com base em (sub)fases sucessivas que vão "alterando" ou "modificando" o estado de coisas inicial. Veja-se, a este respeito, a discussão em 6.1..

[25] Embora estas sejam as fases "nucleares", i.e., aquelas que se mostram determinantes para a constituição das diversas classes aspectuais de predicações, isso não significa, de modo algum, que sejam as únicas possíveis. Com efeito, a análise de diversos operadores e perspectivadores aspectuais sugere a existência de fases não nucleares (i.e., ausentes do Núcleo Aspectual), como será o caso, por exemplo, dos estados pré-preparatórios ou dos estados cessativos (cf. 1.3, 3.2. e também Cunha (1998a), 2.5. e 3.1., Cunha (1998b) e (1998c)).

[26] É possível surpreender, a este nível, certas divergências pontuais entre as propostas de Moens (1987) e as de Kamp e Reyle (1993): por exemplo, como estes últimos não consideram a existência da categoria ponto, a separação entre culminação e estado consequente não se afigura aspectualmente muito relevante, sobretudo em termos de diferenciação entre as várias classes. Por conseguinte, seguiremos mais de perto a formulação adoptada em Moens (1987), na medida em que nos parece ser aquela que, pelo menos neste caso em concreto, melhor acomoda os factos linguísticos que temos vindo a investigar.

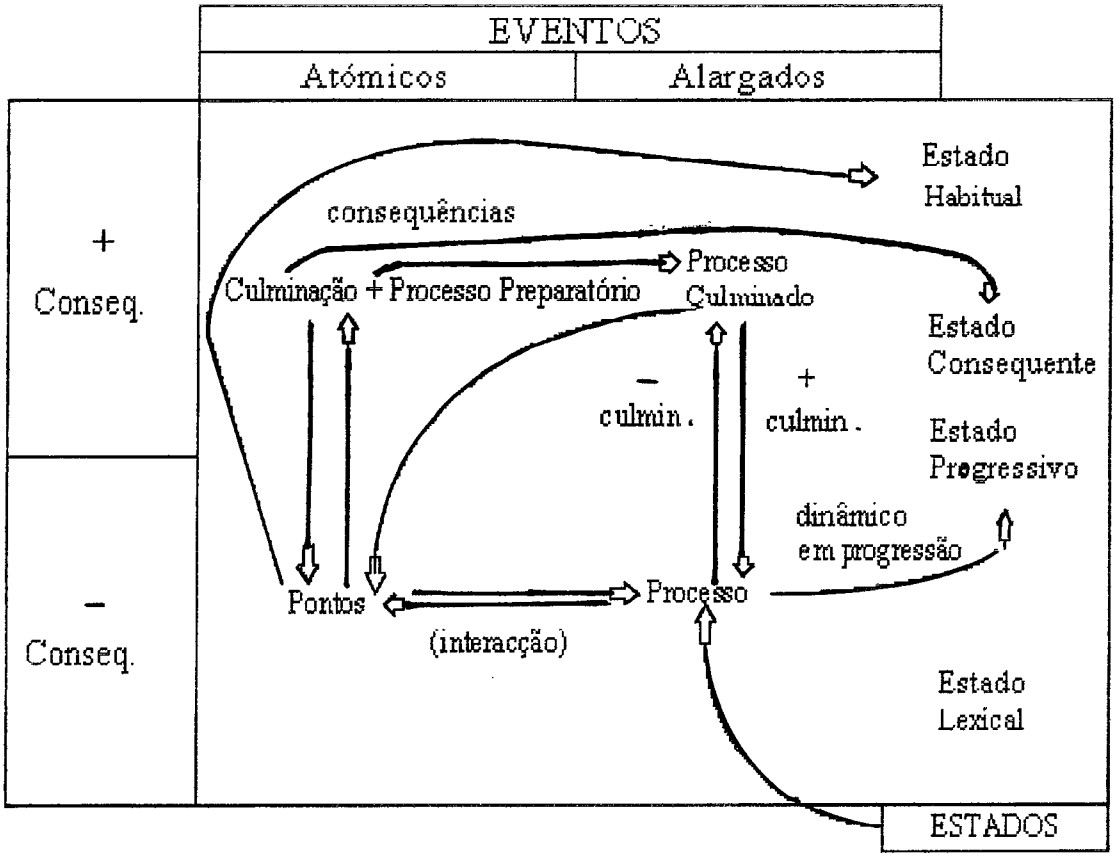
Parece-nos, pois, lícito afirmar que o Núcleo Aspectual comporta, por assim dizer, as fases "elementares" que nos permitem construir todos os tipos de evento analisados, o que significa, em última instância, que estas poderão ser encaradas como candidatos credíveis para se constituírem como categorias aspectuais "básicas".

Uma vantagem inegável das teorias baseadas na noção de fase é a capacidade que demonstram em fundamentar, de uma forma clara e precisa, as várias possibilidades de alteração de classe aspectual manifestadas por praticamente todas as predicações, desde que devidamente inseridas nos contextos apropriados. De facto, esquemas como o da Rede Aspectual proposta por Moens (1987) e Moens e Steedman (1988) ilustram bem o que acabámos de dizer.

A Rede Aspectual é, pois, concebida como um vasto conjunto de "transições" ou de "comutações" que podem ocorrer entre as diversas classes aspectuais, graças a "perdas" ou "ganhos" de determinadas fases no seu esquema específico. Assim, por exemplo, uma culminação pode ser convertida num processo culminado através da "adição" de um processo preparatório à sua estrutura inicial; por seu lado, um processo culminado pode adquirir a "forma" de um processo por meio da "subtracção" das duas últimas fases ao seu esquema de partida.[27]

A Rede Aspectual permite-nos, pois, descrever as múltiplas relações que podemos estabelecer entre os diversos eventos que nela participam, tendo como função prioritária a de predizer quais as "transições" que são possíveis e as que originam algum tipo de anomalia semântica. A sua estrutura é ilustrada na figura seguinte:

[27] Sublinhe-se, mais uma vez, que consideramos os estados consequentes como fazendo parte integrante, ainda que implicitamente, da estrutura fásica das culminações e dos processos culminados.



Apesar de se revelar quase sempre em perfeita sintonia com os factos que procura descrever, esta formalização não está, contudo, totalmente isenta de dificuldades: por um lado, como teremos oportunidade de clarificar mais adiante, a possibilidade de integração na Rede por parte dos estados estará sujeita a certas restrições. A capacidade vs. incapacidade de passagem a Processo constituirá, como veremos, um ponto-chave na classificação das formas estativas (cf. Cunha (1998a)); por outro, não nos parece muito evidente a razão que leva Moens (1987) a "reduzir" os Processos a Pontos para que a operação de iteração seja licenciada. Observações semelhantes são aplicáveis, de igual modo, a todos os outros tipos de situação que podem ocorrer em construções iterativas.

A adopção de um tratamento para as classes aspectuais de predicações baseado no conceito central de fase apresenta um conjunto de vantagens que importa realçar.

a. Em primeiro lugar, este tipo de análise permite estabelecer uma estreita relação entre as diversas classes aspectuais, na medida em que as faz derivar de um único conjunto de fases, aqui representado pelo Núcleo Aspectual. Desta forma, as várias

categorias propostas não são encaradas como entidades inteiramente autónomas, i.e., totalmente independentes umas das outras, mas como "partes" de uma mesma estrutura.

b. Por outro lado, as propriedades definitórias de cada classe aspectual parecem poder ser composicionalmente deriváveis a partir das características próprias das fases que as constituem. Nesse sentido, os processos ostentam o comportamento típico da fase processual que lhes dá origem, ou seja, são eventualidades dinâmicas, durativas e atélicas. Já os processos culminados combinam a duratividade específica da primeira fase do Núcleo com a telicidade proveniente da conjugação de um ponto de culminação com um estado resultativo. Os pontos, apenas constituídos por uma fase não durativa, são eventos momentâneos e distinguem-se das culminações pelo facto de somente estas últimas comportarem consequências associadas. Os estados, por não serem compostos por fases sucessivas, revelam-se inteiramente homogéneos. Em suma, o comportamento linguístico dos diversos tipos aspectuais de predicações pode ser facilmente explicável pela interacção que se estabelece entre as propriedades das suas fases constitutivas.

Mesmo determinados comportamentos linguísticos relevantes associados a certas classes aspectuais de predicações podem ser adequadamente descritos recorrendo à sua constituição "fásica". É o caso, por exemplo, da ambiguidade dos "*accomplishments*" na presença de *quase*. Se é verdade que tanto processos quanto culminações se combinam, sem problemas, com este elemento, desencadeando, contudo, leituras algo divergentes, então parece-nos ser lícito admitir a conclusão de que uma categoria que integre, em simultâneo, as duas "partes" referidas deverá ser ambígua no contexto sob análise. É o que, na realidade, sucede com os processos culminados. Com efeito, para uma frase como "A Ana quase escreveu um romance", a paráfrase "A Ana esteve para escrever um romance mas não o chegou a começar" dá conta da interacção que se estabelece entre o advérbio e a fase processual; por seu lado, a interpretação expressa em "A Ana escreveu parte de um romance mas não o concluiu" perspectiva a culminação no interior do escopo do operador em causa. O facto de os processos culminados serem ambíguos em construções envolvendo *quase* parece, pois, derivar directamente da sua própria constituição interna, tal como a temos vindo a considerar aqui.

c. Para além de permitir o estabelecimento de uma relação estreita entre as várias classes, através da derivação de todos os tipos de eventos a partir de um único conjunto de fases, representado pelo Núcleo, este tipo de tratamento, graças à adopção da Rede, dá igualmente conta das múltiplas alterações e transições, ao nível da categorização aspectual, que as eventualidades podem suportar. Uma mesma predicação, em contextos

apropriados, poderá "comutar" a sua classe aspectual, surgindo sob a forma de uma predicação derivada (cf. 1.3.). Uma abordagem deste género está, pois, apta a integrar na nossa análise os efeitos dos diferentes operadores aspectuais, já que parece fornecer meios suficientes para tratar devidamente todas as suas consequências (cf. Cunha (1998a), 3.1., (1998b)).

As vantagens que aqui foram enumeradas levam-nos a acreditar que o conceito de fase deverá desempenhar um papel essencial num qualquer tratamento que incida sobre classes aspectuais de predicações. Nesse sentido, admitiremos que os traços – encarados como unidades aspectuais mínimas ou "primitivos" – se aplicam directamente às fases, que serão, por conseguinte, concebidas enquanto "feixes" de traços distintivos; as chamadas fases nucleares, por sua vez, combinam-se entre si por forma a "estruturarem" as classes de predicações. Como consequência, as características definitórias das fases envolvidas vão estar espelhadas no comportamento linguístico específico de cada evento particular.

Recorde-se, mais uma vez, que as fases diferem de meros intervalos na medida em que, enquanto os segundos se revelam elementos de natureza exclusivamente temporal, as primeiras estão indissociavelmente ligadas a um conjunto de propriedades aspectuais que as caracterizam. Sob este ponto de vista, podemos afirmar que uma fase se constitui como um intervalo aspectualmente estruturado, portador de informação relevante acerca da composição e da organização interna de uma situação.

Até este momento, temos vindo a discutir alguns pressupostos teóricos que se nos afiguram de extrema importância na definição de estratégias com vista à obtenção de uma abordagem adequada para o tratamento do Aspecto em termos gerais. Importa, contudo, não esquecer a análise dos meios linguísticos através dos quais ele se realiza. Iremos, pois, voltar a nossa atenção para os diferentes elementos que, em línguas como o Português, comportam informação aspectual.

1.2.3. Factores Linguísticos Envolvidos na Determinação do Aspecto

Ao contrário daquilo que acontece, por exemplo, com as línguas eslavas ou com o Gaélico (cf. Ramchand (1997)), que integram, no seu sistema morfológico-flexional, marcadores especificamente aspectuais, em línguas como o Português todos os dados

respeitantes à estrutura temporal interna das predicações são veiculados por meio de um vasto conjunto de elementos (morfológicos, sintácticos e semânticos), geralmente também portadores de outros tipos de informação. Por esse motivo, a determinação das classes aspectuais vai estar na dependência de uma multiplicidade complexa de factores em permanente interacção recíproca.

A comparência de um mesmo verbo em estruturas representando tipos aspectuais manifestamente distintos parece ser uma das consequências mais notórias da grande diversidade de factores implicados na determinação da composição temporal interna das predicações em Português. As frases que apresentamos em seguida ilustram bem uma tal "mobilidade" aspectual das formas verbais, neste caso concreto recorrendo ao verbo *pintar*.

(43) a- O João está a pintar um quadro. (estado)
b- O João pintou (durante uma hora). (processo)
c- O João pintou um quadro (numa hora) (processo culminado)
d- O João acabou de pintar o quadro (às duas horas) (culminação)

Este comportamento "polivalente" dos verbos face às classes aspectuais sugere inequivocamente que, no que diz respeito à "computação" geral de tais categorias, se deverá considerar, não apenas o predicado, mas a globalidade da predicação, concebida como um complexo linguístico multidimensional.

O objectivo central desta subsecção vai ser, pois, o de explicitar — embora sem quaisquer pretensões de exaustividade — os elementos linguísticos que contribuem, de forma mais decisiva, para a constituição do "perfil" aspectual das frases do Português.

1.2.3.1. O Verbo enquanto Item Lexical

A informação, ao nível semântico, presente no conteúdo lexical do verbo parece desempenhar um papel extremamente relevante na determinação da classe aspectual de uma predicação. Na realidade, as frases em (44) manifestam alterações significativas no que diz respeito ao seu "perfil" aspectual que, de acordo com os dados de que dispomos, apenas poderão ser derivadas directamente da significação do verbo, já que todos os outros elementos que nelas tomam parte se mantêm completamente inalterados.

(44) a- O Super Homem existiu. (estado)

b- O Super Homem correu. (processo)

c- O Super Homem almoçou. (processo culminado)

d- O Super Homem caiu. (culminação)

e- O Super Homem espirrou. (ponto)

Assim, assumiremos que o verbo, enquanto item lexical, é portador de informação aspectual relevante.

1.2.3.2. O Argumento Interno Objecto Directo

Os SDets argumentos internos do verbo que desempenham a função sintáctica de Objecto Directo influenciam também, de uma forma decisiva, a computação aspectual. Vejamos em que medida.

Com um vasto conjunto de formas verbais, a ausência vs. presença de um Objecto Directo conduz, frequentemente, a notórias discrepâncias ao nível da leitura global da predicação, sobretudo no que diz respeito ao traço de telicidade. Se, nas frases de (a), em que o elemento em causa está ausente, nos deparamos tipicamente com processos, já nas de (b), em que este ocorre, encontramo-nos face a processos culminados; a presença de um SDet no interior do sintagma verbal parece, pois, ser a única explicação plausível para uma tal divergência interpretativa.

(45) a- A Rosa Mota correu (durante duas horas). (processo)

b- A Rosa Mota correu a maratona (em duas horas). (processo culminado)

(46) a- O João pintou (durante duas horas). (processo)

b- O João pintou um quadro (em duas horas). (processo culminado)

O estatuto referencial do SDet argumento interno parece, por seu lado, exercer também certa influência no domínio aspectual. De facto, SDets "contáveis" determinam geralmente predicações télicas, ao passo que SDets não "contáveis" (ou "massivos") surgem quase sempre em estruturas marcadas negativamente quanto ao traço distintivo de telicidade. Contrastem-se os exemplos seguintes, em que, na presença de um mesmo verbo, as expressões "massivas" de (a) ocorrem com processos e as "contáveis" de (b) com processos culminados.

(47) a- O Nuno bebeu leite (durante 5 minutos). (processo)

b- O Nuno bebeu um copo de leite (em 5 minutos). (processo culminado)

(48) a- A Maria ouviu música (durante uma hora). (processo)

b- A Maria ouviu o disco preferido (numa hora). (processo culminado)

Finalmente, a estrutura quantificacional do argumento interno parece ser, de igual modo, relevante para a identificação das diversas classes aspectuais de predicações. Neste sentido, expressões quantificadas existencialmente (sobretudo quando se trata de descrições definidas), universalmente, ou por meio de numerais conduzem, na maior parte dos casos, a uma leitura [+télica]; os "meros plurais", pelo contrário, surgem mais frequentemente em predicações [-télicas]. Observem-se, a propósito, os seguintes exemplos ilustrativos:

(49) a- O João leu o/um livro (numa hora). (processo culminado)

b- O João leu dez livros (em duas horas). (processo culminado)

c- O João leu todos os livros (em dois dias). (processo culminado)

d- O João leu livros (durante duas horas). (processo)

(50) a- A Ana lavou os pratos (numa hora). (processo culminado)

b- A Ana lavou doze pratos (numa hora). (processo culminado)

c- A Ana lavou todos os pratos (numa hora). (processo culminado)

d- A Ana lavou pratos (durante uma hora). (processo)

É curioso notar, no entanto, que determinados quantificadores, apelidados de "vagos" na literatura, não manifestam nenhuma preferência específica por qualquer tipo de interpretação, podendo, por conseguinte, comparecer, sem problemas, quer com eventualidades télicas, quer com situações atélicas. É o que sucede, por exemplo, com a forma *alguns* nas frases que se seguem:

(51) a- O João leu alguns livros (durante uma hora). (processo)

b- O João leu alguns livros (numa hora). (processo culminado)

(52) a- A Ana lavou alguns pratos (durante uma hora). (processo)

b- A Ana lavou alguns pratos (numa hora). (processo culminado)

Parece-nos, por conseguinte, bastante evidente que uma qualquer teorização que procure estudar os meios linguísticos envolvidos na determinação da estrutura temporal interna das predicações deverá ter sempre em linha de conta (pelo menos para línguas como o Português) o papel preponderante desempenhado pelo argumento interno com a função de Objecto Directo.[28]

1.2.3.3. O Argumento Externo Sujeito

A denotação do SDet argumento externo que desempenha a função sintáctica de Sujeito de frase pode, em contextos apropriados, influenciar a classificação aspectual da predicação em que comparece, embora os efeitos da sua intervenção ao nível do "perfil" temporal interno da situação não se revelem tão decisivos quanto os do Objecto Directo. Os exemplos apresentados em (53) e (54) ilustram o que acabámos de referir:

(53) a- O João entrou no museu às 5 horas. (culminação)
b- Os visitantes entraram no museu durante toda a manhã. (processo)
(54) a- O camião atravessou a ponte em 5 minutos. (processo culminado)
b- Os camiões atravessaram a ponte durante duas horas. (processo)

Refira-se, no entanto, que a alternância aspectual representada em (53) e (54) se restringe a leituras "distributivas" do SDet sujeito nas segundas frases do paradigma; uma interpretação "colectiva" da expressão em causa remete para uma "perspectivação" idêntica à que obtemos em (53a) e (54a), não se verificando qualquer alteração ao nível das propriedades aspectuais das predicações envolvidas.

---

[28] Não nos cabe, neste trabalho, analisar aprofundadamente os princípios e condicionalismos que norteiam o relacionamento entre os argumentos e a forma verbal na composição das diversas classes aspectuais de predicações. Vejam-se, sobre este assunto (e com maior incidência na relação que se estabelece entre verbo e Objecto Directo) Dowty (1979), 2.2.6. e 2.3.3., Krifka (1989), Verkuyl (1993), Filip (1996) e Ramchand (1997), entre outros. Note-se, de passagem, que, em línguas como o Português, a presença de um Objecto Directo pode não induzir obrigatoriamente a uma interpretação télica (tipicamente de processo culminado) da predicação em que comparece. É o caso, por exemplo, de frases como "A Maria guiou o carro" ou de "Os cães puxaram o trenó" que conservam inalterada a sua natureza processual.

1.2.3.4. Sintagmas Preposicionais

Alguns Sintagmas Preposicionais – sejam ou não directamente subcategorizados pelo verbo – parecem poder interferir decisivamente no estabelecimento das categorias aspectuais. De entre este tipo de expressões, destacam-se aquelas com função locativa: os SPs que marcam um "destino" específico ou um "alvo" definido impõem tipicamente uma leitura télica às predicações com que se combinam, ao contrário do que sucede com os SPs que apenas referem meras "localizações" espaciais. Contrastem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(55) a- A Maria correu pelo jardim (durante uma hora). (processo)
b- A Maria correu para a escola (em 5 minutos). (processo culminado)
(56) a- A Ana viajou em África (durante um mês). (processo)
b- A Ana viajou do Porto até Pequim (em 5 dias). (processo culminado)

A simples "adição" de um SP marcando um "destino" ou "alvo" a um processo sem qualquer tipo de informação locativa parece ser suficiente para o converter num processo culminado, como os exemplos em (57) e (58) ilustram:

(57) a- A Maria viajou. (processo)
b- A Maria viajou para os E.U.A.. (processo culminado)
(58) a- O pássaro voou. (processo)
b- O pássaro voou até à árvore. (processo culminado)

Mais uma vez, não nos parece praticável "computar" o "perfil" aspectual de uma predicação sem encarar seriamente as consequências semânticas inerentes ao conteúdo e ao comportamento linguístico deste tipo de SPs.

1.2.3.5. Os Adverbiais Temporais

Os adverbiais temporais cuja função central é a de "medir" intervalos de tempo[29] têm uma importante palavra a dizer no que se refere à identificação e à caracterização aspectual das predicações com que se combinam. De facto, sempre foram considerados na literatura como um dos principais e mais seguros "testes" para a determinação das várias categorias aspectuais, como tivemos oportunidade de observar em 1.2.1.. Nessa medida, podem impor certas restrições interpretativas às frases em que comparecem. Atentemos, pois, ainda que muito brevemente, na sua actuação ao nível aspectual.

Em conjugação com certas predicações — que designaremos, de modo um tanto informal, como "relativamente vagas" ou "indeterminadas" em termos aspectuais —, o adverbial temporal pode "marcar" (ou, pelo menos, "fixar") com precisão a categoria aspectual em causa. Em frases como as que apresentamos em seguida, os adverbiais de "simples duração" conduzem a uma leitura preferencialmente processual, enquanto os adverbiais de identificação de intervalos com a totalidade dos eventos apontam para uma interpretação télica das situações envolvidas.

(59) a- A Maria limpou o pó da sala durante uma hora. (processo)
b- A Maria limpou o pó da sala numa hora. (processo culminado)
(60) a- O Reinaldo regou o jardim durante meia hora. (processo)
b- O Reinaldo regou o jardim em meia hora. (processo culminado)

Nos casos em que um adverbial temporal "durativo" marca um intervalo de tempo muito extenso, poderemos estar condicionados a uma leitura "habitual" para as frases envolvidas: o nosso conhecimento do mundo corroborará (ou não) tal interpretação, que, no entanto, é indiciada, primariamente, pela expressão adverbial (cf. (61)).

(61) a- O João trabalhou na fábrica durante vinte anos. (estado habitual)
b- A Ana estudou os adverbiais durante quatro anos. (estado habitual)
c- A Rosa Mota venceu a maratona durante seis anos. (estado habitual)

---

[29] Sobre a importante distinção entre adverbiais de "medição/duração" e de mera "localização" temporal (e, em termos gerais, sobre uma classificação mais vasta para os adverbiais temporais), cf. Garrido (1996), Matos (1998) e (1999) e Móia (1999).

Por outro lado, a combinação de um adverbial de "duração" com pontos e (pelo menos algumas) culminações, eventualidades tipicamente "momentâneas", dá origem, em geral, a uma leitura processual de iteração, como podemos constatar pelos exemplos de (62) e (63):

(62) a- O Jorge espirrou às duas horas. (ponto)
b- O Jorge espirrou durante meia hora. (processo iterativo)
(63) a- O Pedro caiu às sete da tarde. (culminação)
b- O Pedro caiu durante meia hora. (processo iterativo)

Acreditamos que os exemplos que acabámos de apresentar serão suficientes para fundamentar a importância que os adverbiais temporais assumem na determinação das diversas classes aspectuais de predicações.

1.2.3.6. Os Verbos Aspectuais

Os designados "verbos aspectuais"[30] têm como principal função a de "converter" ou comutar as predicações — básicas ou derivadas — que se encontram no seu escopo em situações com um "perfil" aspectual diferente.[31] Nesse sentido, os exemplos que apresentamos em seguida parecem-nos bem elucidativos:

(64) a- O João leu o jornal (em meia hora). (processo culminado)
b- O João acabou de ler o jornal (às 5 horas). (culminação)
c- O João continuou a ler o jornal (durante meia hora). (processo)
d- O João esteve a ler o jornal (durante meia hora). (estado)

---

[30] Optamos pelo emprego da expressão "verbos aspectuais" por nos parecer a designação mais "neutra" para estas formas, com vista a evitar, pelo menos no momento da apresentação em que nos encontramos, penetrar na complexa polémica acerca do estatuto sintáctico dos verbos em causa (i.e. tentar saber se estamos perante auxiliares, semi-auxiliares ou verbos plenos que seleccionam um SAsp (a existir uma tal projecção funcional em línguas como o Português), ou mesmo uma categoria "frásica", seja um SFlex, seja um SComp; para uma análise mais detalhada dos problemas sintácticos associados a estes elementos, cf. Gonçalves (1992) e Natcheva (1998).

[31] Sobre o "funcionamento", em concreto, de cada um destes verbos enquanto "operador" aspectual, cf. Cunha (1998a), 3.1., (1998b) e (1998c) e Oliveira et al. (2000).

Discutiremos os efeitos aspectuais de alguns destes verbos em 3.2., quando nos propusermos investigar os estados de tipo derivado.

1.2.3.7. Os Tempos Gramaticais

Também os elementos linguísticos – em particular de natureza flexional – que traduzem primariamente relações temporais entre eventualidades contribuem, na maior parte das vezes, com informação aspectual de grande relevância para as predicações em que se integram.

Um dos exemplos mais citados é, sem dúvida, o do Presente do Indicativo que, na sua leitura preferencial, aponta para uma interpretação estativa-habitual das frases com que comparece.

(65) a- A Rita nadou numa piscina olímpica. (processo)
b- A Rita nada numa piscina olímpica. (estado habitual)
(66) a- O João leu o jornal. (processo culminado)
b- O João lê o jornal. (estado habitual)

O designado Pretérito Perfeito Composto, por seu lado, parece também manifestar a capacidade de influenciar o "perfil" aspectual das predicações com que co-ocorre, na medida em que, sob um certo ponto de vista, ostenta um comportamento relativamente próximo ao do Presente do Indicativo, impondo uma interpretação iterativa ou habitual à generalidade das predicações não estativas com que se combina, como poderá ser comprovado pela observação das frases em (67) e (68):

(67) A Rita tem nadado numa piscina olímpica.
(68) O João tem lido o jornal.

O Pretérito Imperfeito do Indicativo remete, de modo similar, para interpretações preferencialmente estativas, seja em contextos de habitualidade (cf. (69)), seja em estruturas que se podem aproximar, até certo ponto, das de tipo progressivo[32] (cf. (70)):

---

[32] A designação de "estado progressivo" é utilizada aqui de um modo ainda bastante informal. Ao longo do nosso trabalho, porém, procuraremos explicitá-la mais adequadamente, bem como demonstrar que o uso do Imperfeito, em contextos como os de (70), revela um paralelismo de considerável importância com o da forma *estar a*, o "operador" de Progressivo por excelência em línguas como o Português (cf. 4.1.).

(69) a- A Maria ia para a escola de autocarro. (estado habitual)

b- O Ricardo dormia no sótão. (estado habitual)

(70) a- A Maria ia para a escola quando viu o João. (estado "progressivo")

b- Entrei em casa. O Ricardo dormia. (estado "progressivo")

Ficou, pois, — pelo menos assim o julgamos — bem patente a relevância que os tempos gramaticais assumem na determinação da tipologia aspectual da globalidade das predicações.[33]

1.2.3.8. Factores Contextuais

Devemos ainda realçar a contribuição que os factores contextuais e, de um modo mais geral, o nosso conhecimento global do mundo fornecem para a determinação ou para a "fixação" das classes aspectuais de predicações.

Frases como "A Maria limpou o pó" ou "Os ministros discutiram o problema" parecem, de facto, manifestar um certo grau de "ambiguidade" aspectual (flutuando, neste caso, entre uma leitura de processo e uma de processo culminado) que, na maioria das vezes, somente o contexto e o conhecimento do mundo poderão resolver.

Os diversos elementos linguísticos aqui enumerados (e, provavelmente, também alguns outros que não tivemos oportunidade de explorar) parecem, pois, penetrar numa complexa teia de inter-relações recíprocas de modo a estruturarem a tipologia aspectual das situações, encaradas na sua globalidade. A interacção que se estabelece entre estes factores é de tipo **composicional**, ou seja, surge como resultado de uma multiplicidade de interdependências dinâmicas e não apenas de uma mera "adição" de contribuições individuais isoladas.

Sob este ponto de vista, o Aspecto não deverá ser considerado como uma simples "soma" de contribuições dispersas, mas antes como um "produto" coeso e estruturado de "forças" actuando em conjunto. Entre os diferentes elementos envolvidos impõem-se

---

[33] O próprio Tempo, concebido enquanto conjunto de relações dêicticas e anafóricas entre eventualidades e intervalos de tempo, pode conduzir a algumas alterações ao nível do Aspecto. Assim, só para dar um exemplo, a perspectivação de um processo culminado como simultâneo relativamente ao "momento da enunciação" tem como consequência óbvia a impossibilidade de focalizar a respectiva culminação e o estado consequente, na medida em que estes ainda não ocorreram (e, na verdade, não é possível saber se virão de facto a ocorrer).

frequentemente intrincadas restrições combinatórias, daí resultando que nem todos terão exactamente o mesmo estatuto final, dada a grande variabilidade que se verifica ao nível das relações de escopo e da preponderância que, por vezes, certos factores assumem sobre outros.

Qualquer tentativa de teorização que procure investigar a estrutura temporal interna das predicações terá que, forçosamente, ter em conta o carácter composicional do Aspecto e a relevância que assumem, neste campo, as diversas formas linguísticas que "transportam" informação aspectual.

A questão que se coloca neste momento é a de saber como se organizam todos estes elementos entre si, com vista à "formação" de uma dada categoria aspectual. Ou, por outras palavras, importa compreender como poderemos integrar uma variedade tão grande de factores numa visão global e unificada do Aspecto. Procuraremos dar um breve esboço de resposta para estes problemas na próxima secção, que encerrará o presente capítulo.

1.3. PARA UMA CONCEPÇÃO UNIFICADA DO ASPECTO

Até este momento, concentrámos sobretudo a nossa atenção nas propriedades que caracterizam as classes aspectuais de predicações, bem como nos elementos linguísticos que as realizam. No entanto, ainda não nos debruçámos suficientemente sobre a questão da "organização" interna do Aspecto, ou seja, sobre o modo como obtemos o "perfil" aspectual final de uma dada predicação. Será este o problema de que nos vamos ocupar agora, embora de forma muito sucinta.

Nesse sentido, as principais perguntas a colocar, e para que tentaremos esboçar uma resposta minimamente satisfatória, são as seguintes:

- ❖ Como poderemos obter uma única classe aspectual a partir de uma tão grande diversidade de elementos envolvidos?
- ❖ Como alcançaremos uma ideia unificada de Aspecto, tendo em conta a disparidade de factores que, de um modo ou de outro, contribuem para a sua efectivação?

A primeira ideia que gostaríamos de destacar prende-se com o facto de, como já tivemos oportunidade de constatar, nem todos os elementos linguísticos contribuírem da mesma maneira para a determinação das categorias aspectuais. Uma tal observação leva-nos a acreditar que existem vários níveis identificáveis de atribuição aspectual, que, no entanto, se manterão sempre em interdependência mútua.

Esta linha de raciocínio é sustentada, entre outros, por Verkuyl (1993), 1.1., em que o autor distingue dois níveis principais de atribuição aspectual: um *inner Aspect*, respeitante ao verbo e seus argumentos, e um *outer Aspect*, relativo a outros elementos não subcategorizados pelo verbo como tempos gramaticais ou adverbiais temporais. Optaremos, na nossa exposição, por uma divisão muito semelhante, no presente caso entre ***Aspecto micro-estrutural***, termo que remete para as propriedades aspectuais do conjunto formado pelo verbo e seus argumentos e ***Aspecto macro-estrutural***, noção que descreve os efeitos associados às restantes formas linguísticas portadoras de informação aspectual.

A ideia central que motivou a adopção de uma tal diferenciação reside no facto de, como veremos, o "funcionamento" de cada um destes subsistemas ser, pelo menos em certa medida, bem particular e específico. Por outras palavras, a determinação aspectual rege-se, em cada um dos níveis referidos, por princípios não totalmente coincidentes. Apresentaremos, em seguida, os que se nos afiguram mais relevantes.

1.3.1. Aspecto Micro-Estrutural

Assim, no que diz respeito ao verbo e seus argumentos, não nos parece possível efectivar a atribuição de uma classe bem definida a cada uma destas formas por si. Com efeito, em termos aspectuais, estes elementos não podem ser interpretados isoladamente, e, nesse sentido, não serão susceptíveis de receber um tipo aspectual bem determinado. A hipótese que iremos colocar é a de que cada um dos elementos em causa recebe um

(ou mais) traço(s) aspectual(is) distintivo(s) que, em articulação com todos os outros, permitirá "construir" uma dada categoria aspectual.

Em nossa opinião, a hipótese de tratamento dos argumentos dos verbos enquanto simples "operadores" aspectuais mostra-se pouco adequada aos dados linguísticos sob análise (daí a nossa preferência pela atribuição de traços e não de classes às formas que realizam o plano micro-estrutural do Aspecto). De facto, existem certos factores que parecem contra-indicar a abordagem do efeito aspectual do verbo e dos seus argumentos em termos de "operação" aspectual "clássica", i.e., a "conversão" ou "comutação" de um dado "*input*" no respectivo "*output*"; consideramos mais plausível, pelo contrário, o recurso à ideia de "computação" aspectual, concebida como "construção" ou "fixação" de uma nova categoria a partir da contribuição dos diversos elementos que lhe estão na origem.

Para sustentar esta nossa posição podemos recorrer a alguns argumentos que se nos afiguram de grande relevância. Nesse sentido, importa referir que, se é certo que, em dados contextos, SDets "contáveis" parecem "converter" predicações atélicas em situações marcadas positivamente quanto ao traço de telicidade, tal facto não se verifica sob todas as circunstâncias, de uma forma "absoluta", como as frases em (71) sugerem, o que demonstra que é a interacção que se estabelece entre o verbo e o argumento interno (e não a mera actuação deste) que, em última instância, condicionará o "perfil" aspectual da eventualidade.

(71) a- O João guiou o carro (durante meia hora/* em meia hora).
b- A Maria amou o marido (durante toda a via/* em toda a vida).

Por outro lado, parece ser também possível (embora com muito menor frequência) encontrar nomes "massivos" (ou expressões equivalentes) envolvidos em predicações de carácter preferencialmente [+télico], ao contrário do que seria de esperar se se considerasse que a função destes elementos, encarados isoladamente, seria a de dar origem a situações de natureza obrigatoriamente [-télica] (cf. 72)):

(72) O Zé almoçou lombo assado (em meia hora/?/?? durante meia hora).

Os exemplos que acabámos de apresentar confirmam, sem margem para dúvidas, que verbo e argumentos actuam em conjunto indissociável quando se trata de encontrar uma classe aspectual para a predicação em que ocorrem. Aqui as influências recíprocas assumem um carácter bidireccional bem explícito. A ideia de "computação" de traços, tal como a sugerimos, parece-nos, portanto, ser mais apropriada, para casos como estes, do que a de "operação" aspectual.

Muitas das propostas de análise relativas à influência da estrutura argumental na determinação do Aspecto (sobretudo no que respeita ao papel do argumento interno com função de Objecto Directo) desenvolvidas na literatura vão ao encontro das observações que acabámos de efectuar. Nessa medida, quase todas defendem, de uma forma ou de outra, a necessária colaboração entre verbo e argumento(s) na definição de um "perfil" aspectual coerente. Para alcançar um tal objectivo, Krifka (1989), por exemplo, recorre ao conceito de homomorfismo, enquanto Verkuyl (1993) desenvolve e procura testar um complexo sistema computacional baseado nos traços [±Add to] (aplicável ao verbo) e [±SQA] (aplicável a argumentos de natureza nominal). Por sua vez, Ramchand (1997) adopta um tratamento alicerçado na influência recíproca de propriedades sintácticas, semânticas e lexicais dos verbos e respectivos argumentos.

Sob este ponto de vista, e de acordo com o que dissemos atrás, os diferentes traços distintivos veiculados pelo verbo e pelos respectivos argumentos combinam-se entre si, sempre em interacção mútua e dinâmica, de forma a "construírem" composicionalmente uma categoria aspectual (cf. 1.2.1.). O elemento mínimo a que é atribuível uma classe aspectual será por nós designado ***predicação-base*** (termo de cariz semântico que refere o conjunto formado pelo verbo e seus argumentos). Este nível representará a "interface" entre o Aspecto micro-estrutural e o Aspecto macro-estrutural, permitindo considerá-los como "partes" ou "subsistemas" de uma mesma realidade.

1.3.2. Aspecto Macro-Estrutural

Concentrando agora a nossa atenção no plano macro-estrutural, avançaremos com a proposta de que a categoria aspectual de uma predicação-base pode ser modificada por dois tipos de elementos diferenciados: os "***operadores***" e os "***perspectivadores***" ou "***focalizadores***" aspectuais.

Os "operadores" aspectuais são elementos que "comutam" ou "transformam" uma dada situação (básica ou derivada) numa outra com um "conteúdo" aspectual diferente. Assim, um "operador" selecciona um determinado "*input*", também designado categoria de entrada, contemplando o conjunto de pré-requisitos necessários para que possa vir a ser aplicado[34]; o "*input*", sob o efeito das "instruções" semânticas adequadas, sofre uma "transição", dando origem a um "*output*" ou categoria de saída que ostenta propriedades temporais internas distintas.

O Progressivo, realizado no Português Europeu pela expressão *estar a*, é um exemplo típico de "operador" aspectual, seleccionando como seu "*input*" um processo e convertendo-o num "*output*" de tipo estativo (cf. 3.3., Vlach (1981), Moens (1987), Cunha (1998a) e (1998d), entre muitos outros).

Os "perspectivadores" ou "focalizadores" aspectuais, pelo contrário, embora propiciem certas alterações ao nível da "visualização" final da predicação em termos aspectuais, nunca "obscurecem" totalmente a sua natureza categorial básica. As frases que se seguem parecem-nos particularmente elucidativas:

(73) a- Durante 2 anos, a Rosa Mota esteve para correr a maratona em 2 horas.
b- Durante 2 anos, o João esteve para correr 2 horas.
c- Durante 2 anos, o João esteve para acordar às 4 da manhã.

(74) a- Durante 2 anos, a Rosa Mota correu a maratona em 2 horas.
b- Durante 2 anos, o João correu durante 2 horas (por dia).
c- Durante 2 anos, o João acordou às 4 da manhã.

Ao contrário do que acontece com os "operadores" aspectuais (cf. (75) a (77)), os "perspectivadores" admitem, sem quaisquer problemas, a presença de dois adverbiais de medição ou de delimitação temporal[35]: um deles, que, nos exemplos aqui apresentados,

---

[34] Tendo em conta que a função central do "*input*" é a de veicular as "exigências" ou as condições necessárias para que um "operador" possa ocorrer, não surpreende que, em certos casos, não coincida obrigatoriamente com as predicações-base que lhe dão origem; cf. Cunha (1998b) e (1998c).

[35] Previsivelmente, a combinação dos "operadores" aspectuais com dois adverbiais temporais distintos, um com a função de "delimitação" e o outro com a de "localização", revela-se perfeitamente aceitável, tal como os exemplos em (i) atestam:

(i) a- No mês passado, o Jorge esteve a dormir durante 12 horas.
b- No dia 22 de Novembro, a Maria acabou de escrever a tese às 6 da tarde.

ocupa o início da frase, mas que pode, igualmente, surgir em posição final, dá conta da extensão ocupada pelo estado de coisas resultante do "efeito" de "perspectivação" (em (73) um estado pré-preparatório ou "preliminar", em (74) um estado habitual), enquanto o segundo marca a categoria aspectual associada à predicação-base inicial (um processo culminado nos casos de (a), um processo nos de (b) e uma culminação nos de (c)).

(75) a- * Durante 2 horas, o João esteve a ler o livro em meia hora.
b- * Durante 2 horas, o João esteve a correr duas horas.
c- * Durante 2 horas, o Rui esteve a morrer às 4 da tarde.

(76) a- * Às 2 da tarde, o João começou a ler o livro em meia hora.
b- * Às 2 da tarde, o João começou a correr durante meia hora.
c- * Às 2 da tarde, o Rui começou a sair às 2 da tarde.

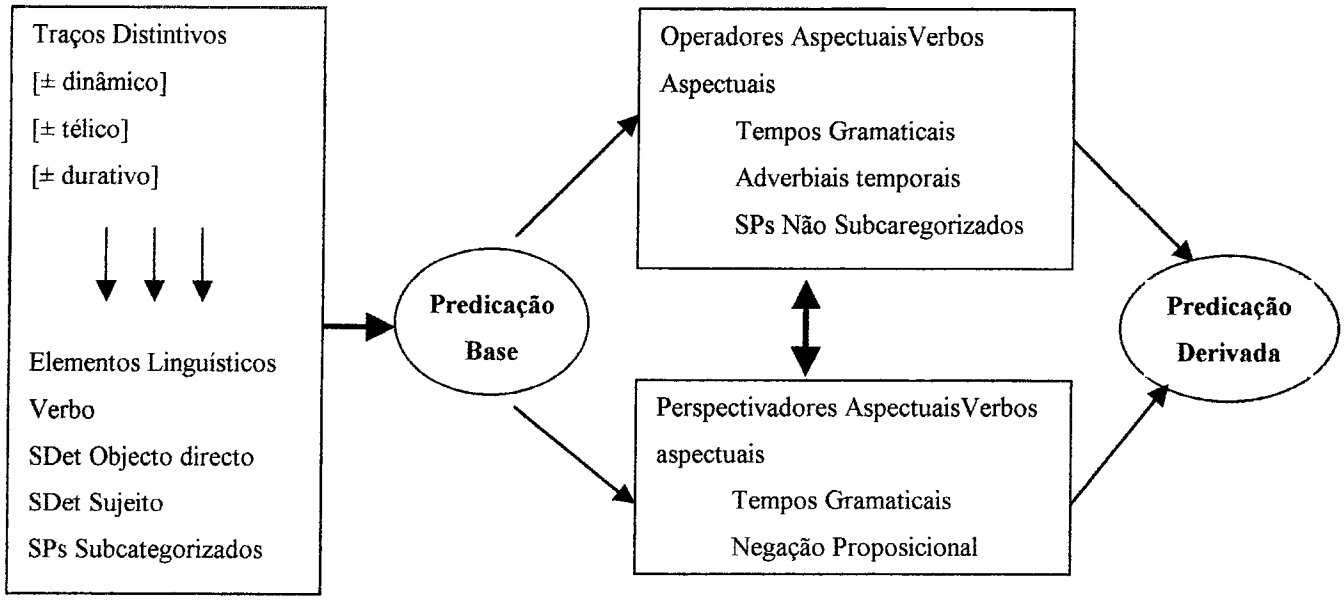
(77) a- * Às 2 da tarde, o João acabou de ler o livro em meia hora.
b- * Às 2 da tarde, o João acabou de trabalhar durante meia hora.

As possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais que temos vindo a discutir sugerem, a nosso ver, uma diferença fulcral entre estes dois tipos de elementos: enquanto os "operadores" "neutralizam" ou, pelo menos, "obscurecem" as propriedades aspectuais da predicação-base, os "focalizadores" parecem manter bem presentes, mesmo que num plano secundário, as características fundamentais da situação inicial, reflectidas aqui na selecção do segundo adverbial de "delimitação" de tempo.

Podemos, portanto, pensar nos "perspectivadores" como "focos" ou "lentes" que, sem alterarem substancialmente o conteúdo aspectual da situação a que se aplicam, fornecem uma "perspectiva" diferenciada da predicação em causa; por outras palavras, os "focalizadores" alteram o ângulo sob o qual encaramos a estrutura temporal interna das eventualidades, ao passo que os "operadores" "modificam" e "transformam" todo o "perfil" aspectual do estado de coisas com que se combinam, dando origem, em última instância, a uma nova categoria.

A proposta de análise que temos vindo a desenvolver para os diferentes níveis de estruturação do Aspecto poderá ser esquematizada do seguinte modo:

Esta co-ocorrência em nada afecta os princípios subjacentes à hipótese que temos vindo a explorar, na medida em que os adverbiais de "localização" temporal não manifestam qualquer tipo de efeito ao nível da estruturação interna das predicações com que se combinam.



Tal como o nosso esquema ilustra, os traços distintivos – [±dinâmico], [±télico] e [±durativo][36] —, suportados pelo verbo e pelos seus argumentos, combinam-se entre si, por forma a originarem uma predicação-base, que, por sua vez, pode sofrer a influência, ao nível semântico, tanto de "operadores" como de "perspectivadores" aspectuais, convertendo-se assim numa predicação de tipo derivado. Parece-nos muito importante salientar que uma predicação derivada manifesta igualmente a capacidade de surgir sob o escopo de "operadores" e de "perspectivadores" que, em contexto adequado, actuarão sobre ela do mesmo modo que sobre uma predicação básica.

Acreditando que a hipótese que temos vindo a explorar se encontra no caminho certo, parece ser lícito concluir que a determinação do Aspecto final para uma qualquer frase deverá passar obrigatoriamente por um conjunto muito complexo de interacções e de interdependências mútuas entre formas linguísticas que se encontram a diferentes níveis. Os vários subsistemas, no entanto, influenciam-se reciprocamente, formando um "todo" coerente e sistematizável. O facto de distinguirmos "planos" não coincidentes no decurso da "construção" aspectual não invalida, por conseguinte, o carácter "unificado" que propusemos para o Aspecto em 1.1., nem tão-pouco a pertinência e a vitalidade do princípio de composicionalidade.

---

[36] Tal como Smith (1991), adoptaremos no nosso trabalho uma análise bipolar para os traços distintivos, ou seja, um sistema alicerçado na sua marcação positiva ou negativa. Para uma concepção alternativa, baseada na noção de oposições "privativas" dos traços aspectuais, veja-se Olsen (1997).

CONCLUSÕES

A partir da investigação que procurámos desenvolver ao longo deste capítulo, poderemos retirar as seguintes conclusões:

- O Aspecto, concentrando o seu foco de atenção na estruturação temporal interna das predicações, difere do Tempo, que as perspectiva a partir do exterior, dando conta unicamente das relações de mera localização que as eventualidades estabelecem, seja com o momento da enunciação, seja com outras situações ou mesmo com intervalos de tempo relevantes no contexto.
- A estrutura temporal interna das predicações traduz-se basicamente por meio de classes aspectuais que conjugam três traços distintivos fundamentais: [±dinâmico], [±télico] e [±durativo]. Sob esse ponto de vista, o primeiro dos traços indicados permite distinguir os estados de todas as outras categorias; o segundo estabelece uma divisão entre "*accomplishments*" e "*achievements*", por um lado, e as restantes classes, por outro; finalmente, a "duratividade" está presente em estados, actividades e "*accomplishments*", diferenciando-os, assim, de "*achievements*" e pontos.
- A noção de "fase" permite estabelecer uma estreita relação entre as diferentes classes aspectuais, fazendo-as derivar de um mesmo Núcleo único, formado a partir de três constituintes fundamentais: um Processo Preparatório, um Ponto de Culminação e um Estado Consequente. Os estativos diferem dos restantes tipos de situações por não ostentarem uma estrutura "fásica" própria.
- Possibilitando a existência de "transições" de umas categorias para outras, a Rede Aspectual, tal como foi formulada por Moens (1987), permite-nos não só obter eventualidades derivadas com origem nas diferentes situações básicas disponíveis como também explicitar os diversos "percursos" possíveis que darão lugar a "comutações" adequadas. Cada tipo de situação entra, por conseguinte, num número limitado e bem definido de transições que estarão na base dos vários processos de derivação aspectual representados nas línguas naturais. Por fim, a Rede Aspectual mostra-se capaz de prever certas anomalias semânticas ocasionadas por violações nos "percursos" previamente definidos.

- Em línguas como o Português, a determinação das diversas categorias aspectuais de predicações reveste-se de uma grande complexidade, na medida em que são muitos os factores e os elementos linguísticos que para ela contribuem: verbos, argumentos (tanto internos como externos), SPs, adverbiais temporais, tempos gramaticais, entre outros, são portadores de informação aspectual relevante.
- Apesar de defendermos uma concepção "unificada" para o Aspecto (rejeitando, por conseguinte, as divisões tradicionalmente adoptadas na literatura entre Aspecto, Aspecto Aristotélico e *Aktionsart*), não podemos deixar de reconhecer a diversidade de níveis ou planos que interagem na "composição" aspectual. Nesse sentido propomos uma diferenciação entre fenómenos micro-estruturais, que têm a ver com a "construção" de classes a partir dos traços distintivos, e fenómenos macro-estruturais, que integram os efeitos semânticos da aplicação de "operadores" e de "perspectivadores" aspectuais.
- O verbo e os argumentos que subcategoriza veiculam informação, por assim dizer, "parcial" mas extremamente importante relativa às propriedades temporais internas que, composicionalmente computada, permitirá estabelecer a categoria aspectual básica de uma predicação. Ao conjunto de mecanismos que interagem entre si no sentido de "construírem" uma situação nestes moldes chamamos Aspecto micro-estrutural.
- Os tempos gramaticais, os verbos aspectuais, os adverbiais temporais e, provavelmente, outros factores actuam sobre uma eventualidade básica alterando o seu "perfil" aspectual e dando origem a uma situação de tipo derivado. A este género de "transformações" damos o nome de Aspecto macro-estrutural.
- A obtenção de uma eventualidade de tipo derivado pode ser desencadeada tanto por "operadores", que comutam integralmente um dado "*input*" num "*output*" de natureza inteiramente diversa, como por "perspectivadores", que, embora "focalizem" um estado de coisas de uma forma diferente da original, não fazem desaparecer, por completo, as características identificadoras da situação de base a que se aplicam.

CAPÍTULO 2

OS ESTADOS: PRIMEIRA ABORDAGEM

Tendo sido o capítulo anterior inteiramente dedicado à apresentação da complexa problemática do Aspecto, com especial incidência na clarificação de alguns conceitos fundamentais e no estabelecimento de um enquadramento teórico capaz de dar conta, de um modo adequado, do comportamento linguístico das diferentes expressões envolvidas na determinação aspectual, estamos finalmente em condições de iniciar a análise ao objecto de estudo que nos propusemos investigar neste nosso trabalho: as construções de tipo estativo.

O objectivo central do presente capítulo será, pois, o de realizar uma aproximação introdutória à classe aspectual dos estados. Para tal, discutiremos algumas das propostas que, na literatura, se concentraram sobre este assunto, procurando, em seguida, fornecer alguns "testes" que nos permitam identificar a categoria em causa.

Assim, na secção 2.1., abordaremos algumas das propostas que, mais de perto, lidam com a questão da estatividade, nomeadamente as de Vendler (1967), Dowty (1979), Moens (1987), Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993), Krifka et al. (1995) e Cunha (1998a), no sentido de encontrarmos elementos que nos ajudem a compreender a natureza e o funcionamento das construções estativas.

Tomando como ponto de partida os diversos resultados que surgirem da discussão de 2.1., procuraremos, em 2.2., propor um conjunto de testes que permitam caracterizar o comportamento linguístico das predicações estativas. Como veremos, a determinação

aspectual dos estados passa por uma complexa interacção entre factores tão diversos como as capacidades combinatórias das predicações com operadores aspectuais, o efeito dos designados "testes de agentividade", as variações interpretativas ligadas a certos tempos gramaticais (nomeadamente ao Presente do Indicativo e ao Imperfeito), os padrões de ocorrência de adverbiais temporais e as divergências, em termos de relações de localização relativa entre situações, patenteadas em orações temporais com *quando*.

A investigação dos critérios que, de um modo ou de outro, intervêm na avaliação do carácter estativo de uma predicação fornecerá uma base mais sólida e credível para a análise dos diferentes tipos de estados de que nos ocuparemos no próximo capítulo.

2.1. AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE ESTADO

Na literatura sobre o Aspecto, os estados parecem ser unanimemente considerados de grande relevância para qualquer teorização que envolva a classificação de situações. No entanto, e paradoxalmente, não conhecemos estudos que lhes sejam integralmente dedicados e as referências à questão da estatividade surgem, em geral, dispersas e sob formulações por vezes pouco claras e explícitas. Apesar de os encontrarmos sempre presentes nas diversas categorizações aspectuais, os estados mantêm ainda, por assim dizer, um certo grau de "impenetrabilidade" (diríamos mesmo quase de "mistério") no que se refere à sua natureza e propriedades. Atentemos, por conseguinte, na forma como são apresentados em alguns dos estudos que se nos afiguraram de maior interesse para a elucidação de uma tão complexa problemática.

2.1.1. As Primeiras Propostas: Vendler (1967) e Dowty (1979)

As primeiras propostas de análise em que é atribuído verdadeiro destaque ao papel desempenhado pelas construções estativas no âmbito da determinação e caracterização aspectual das predicações remontam aos trabalhos de Vendler (1967) e Dowty (1979). Procuraremos, em seguida, fazer uma breve referência a algumas das principais ideias

defendidas por estes dois autores, realçando aquelas cujo impacto no desenvolvimento futuro da investigação linguística se revestiu de um maior significado.

2.1.1.1. Vendler (1967)

Sem nunca aspirar ao estabelecimento de uma subclassificação sistemática para as situações estativas, Vendler (1967) confronta-nos com uma série de observações que, embora algo dispersas, constituem um ponto de partida muito importante para o estudo do fenómeno em análise.

No seu entender, os estados poderão ser definidos através de duas propriedades básicas, a que correspondem dois comportamentos linguísticos típicos: a ausência de dinamismo, que se traduz pela impossibilidade de comparência sob o escopo de formas progressivas e a duratividade, reflectida na preferência pela selecção de adverbiais que apontam para intervalos em curso no tempo.

Vendler identifica o carácter não dinâmico que distingue os estativos com a total ausência de processualidade que tais eventualidades parecem manifestar. Nesse sentido, nota que os estados nunca descrevem "acções", estando reservados para a expressão de qualidades, características, propriedades ou meras relações "estáticas" entre indivíduos. A completa inexistência de "mudança" inerente à concepção "estática" deste tipo de situações conduz directamente a outro ponto fundamental para a teorização de Vendler: os estados são necessariamente "não agentivos", na medida em que, segundo o autor, não se mostram compatíveis com a exteriorização da "vontade" de um "agente".

Na dependência directa da falta de qualquer tipo de "mudança" ou de "alteração" no decurso dos estados está ainda a completa "uniformidade" que lhes é atribuída e cuja consequência mais relevante, em nosso entender, reside no facto de estas eventualidades serem obrigatoriamente verdadeiras em todos os "momentos" do intervalo que ocupam.

Embora sem a intenção de estabelecer uma tipologia organizada para os estados, Vendler (1967) não se mostra totalmente alheio à diversidade de formas que esta classe aspectual consegue revestir. Reconhece, por exemplo, que é perfeitamente possível obter predicações estativas, tomando como ponto de partida outras categorias, através de uma operação a que dá o nome de "*habit-forming*". São, pois, de natureza estativa todas as expressões que indicam habitualidade, encarada no seu sentido lato, incluindo, por conseguinte, não apenas meros "hábitos" mas também "disposições", "ocupações" e "capacidades".

É neste contexto que Vendler considera pertinente o estabelecimento de duas subcatogrias fundamentais: a dos "**estados específicos**" e a dos "**estados genéricos**". Os primeiros serão todos aqueles que derivam directamente de uma outra situação, graças aos efeitos inerentes à "operação" de habitualidade; os segundos serão estados que não ostentam uma tão próxima relação de derivação com os eventos. (Teremos oportunidade de observar que uma abordagem deste género será mais tarde retomada e desenvolvida por autores como Krifka et al. (1995); cf. 2.1.4..)

Uma outra constatação que nos pareceu particularmente interessante, no que diz respeito às relações que podemos surpreender entre estados e outras situações, prende-se com o facto de os "*achievements*" se associarem, muito frequentemente, a predicações estativas que, de um certo modo, por eles são "originadas" ou "ocasionadas". Talvez não seja inteiramente descabido encontrar nestas observações de Vendler os primeiros passos no sentido da identificação dos chamados estados consequentes.

Embora pouco sistemático e, por vezes, vago e um tanto incipiente, o trabalho de Vendler (1967) no que se refere às construções estativas lançou pistas de discussão que nunca deixaram de ocupar um lugar central nas preocupações de quem procura abordar uma questão de tão grande complexidade.

2.1.1.2. Dowty (1979)

Tomando como ponto de partida algumas das ideias fundamentais avançadas por Vendler (1967), Dowty (1979) procura desenvolver uma proposta de categorização para os estativos. Nessa medida, procede a um reequacionamento e a uma revisão de certos pontos considerados essenciais pelo seu antecessor, começando a desenhar um quadro mais organizado – mas também bem mais problemático – das características definitórias deste tipo de eventualidades.

Como já referimos no capítulo precedente, uma das principais preocupações de Dowty é a de procurar "testes" linguísticos concretos que permitam dar uma indicação, o mais precisa quanto possível, sobre as propriedades distintivas dos diversos tipos aspectuais de predicações. Nesse sentido, constata que os estados são de natureza não dinâmica, com base, por um lado, na sua incompatibilidade com o Progressivo (assim como com outros "operadores" aspectuais) e, por outro, na sua inaceitabilidade em

contextos "agentivos"; conclui igualmente pelo carácter durativo destas situações, dados os adverbiais temporais com que preferencialmente se combinam.[37]

Em conformidade com as posições tomadas por Vendler (1967), Dowty defende, pelo menos num primeiro momento, que os estados devem ser verdadeiros na totalidade dos "instantes" constitutivos do intervalo em que decorrem, sendo, nessa medida, as únicas eventualidades que admitem, preferencialmente e sem reservas, uma leitura de "presente real" quando combinadas com o Presente do Indicativo.

No sistema adoptado por Dowty, os estados assumem um papel preponderante, já que são considerados como as entidades de cariz mais "básico". Com efeito, segundo as propostas apresentadas, parece ser possível derivar todos os restantes tipos de situação a partir da conjugação de uma tal categoria com certos elementos "operatórios", como é o caso de CAUSE ou de BECOME. Assim, todas as classes aspectuais seriam deriváveis com base na interacção entre determinados estativos e mecanismos capazes de traduzir "mudanças", "alterações" ou "transições" ao nível desses estados de coisas primários.[38]

No entanto, uma análise mais aprofundada dos dados linguísticos envolvidos forçou Dowty a propor algumas alterações relevantes em termos de caracterização das predicações estativas, o que, em última instância, conduziu à necessidade de postular a redefinição da própria categoria aspectual em causa.

Dowty observa, em primeiro lugar, que existem estados que se podem combinar com o Progressivo sem, contudo, darem origem a qualquer tipo de anomalia semântica. É o que sucede, por exemplo, com as frases de (1):

(1) a- A Maria está a gostar do filme.
b- A Rita está a viver na Holanda.
c- O exame está a ser fácil.

---

[37] Para uma descrição um pouco mais pormenorizada dos testes a que fizemos alusão, vejam-se 1.2.1. e 2.2., Binnick (1991) Cap. 6, a. e Smith (1991), 3.1..

[38] Não discutiremos aqui em pormenor os mecanismos que regem a "construção" de actividades, "accomplishments" e "achievements" a partir de estados, na medida em que uma tal proposta não se nos afigura sustentável face aos dados linguísticos de que dispomos; nessa medida, seríamos obrigados a entrar num debate de contornos bastante complexos e que em nada contribuiria para a consecução dos objectivos a que nos propusemos. Salientemos, no entanto, que seria muito problemática a redução das entidades básicas aos estados; na realidade, a noção de evento parece-nos tão fundamental como a de estado, na medida em que o papel que desempenha no sistema aspectual não poderá ser totalmente substituído por fórmulas envolvendo unicamente operadores e estativos (cf. o tratamento dos pontos). Confiram-se, a este respeito, posições como as de Parsons (1990) que parecem apontar num sentido contrário às de Dowty, privilegiando os eventos em detrimento dos estativos. Em nossa opinião, contudo, ambas as entidades deverão ser consideradas em plano de igualdade no interior do sistema.

Dado que, no entender de Dowty, a função central do Progressivo é a de asserir a verdade da ocorrência de uma eventualidade (cuja forma não progressiva somente pode ser aferida para um intervalo) num determinado momento, os estativos ilustrados em (1) deverão ser verdadeiros apenas relativamente a intervalos de tempo: se o seu valor de verdade fosse aferível em todos os instantes que ocupam, o Progressivo seria excluído por se revelar absolutamente irrelevante. Sob o ponto de vista da sua estrutura temporal, por conseguinte, estes estados aproximam-se bastante das actividades, na medida em que as divergências ao nível das propriedades que separam os dois tipos de situação se mostram aqui muito esbatidas.[39]

Por outro lado, Dowty procede a uma revisão do estatuto dos designados "testes de agentividade", com base na constatação de que todas as classes aspectuais (incluindo os estados) podem ser realizadas tanto em contextos "agentivos" como em construções que não integram uma tal propriedade semântica, o que irá ter um impacto bastante significativo na reorganização da sua proposta de categorização das entidades aspectuais (cf. a sistematização em Dowty (1979), pp. 184). A compatibilidade de certas estruturas estativas com formas que supõem claramente a presença da "agentividade" está patente em exemplos como os de (2) e (3):[40]

(2) a- João, está atento!
b- A professora pediu ao João para estar atento.
c- O João esteve propositadamente atento.
d- O que o João fez foi estar atento.

(3) a- Maria, sê generosa com os teus colegas!
b- A mãe convenceu a Maria a ser generosa com os seus colegas.
c- A Maria foi voluntariamente generosa com os seus colegas.
d- O que a Maria fez foi ser generosa com os seus colegas.

---

[39] Como consequência, Dowty (1979) é levado a considerar a (in)existência de "mudanças de estado" como o único critério realmente fundamental para a distinção entre as formas estativas e todas as outras categorias aspectuais.

[40] Refira-se que, embora muito poucas vezes mencionada na literatura, a presente proposta de Dowty é de crucial importância, na medida em que, pela primeira vez, separa claramente os efeitos da "agentividade" da noção de evento, reconhecendo a existência de estados "agentivos" e conferindo à propriedade em questão um estatuto diferente na sua proposta de classificação dos tipos de situações.

Dados como estes forçaram Dowty a relativizar o peso conferido à "agentividade" em termos de diferenciação entre categorias aspectuais de predicações, relegando-a para segundo plano no que respeita às propriedades definitórias das várias classes discutidas. Isso não significa, contudo, que os "testes de agentividade" se revelem inteiramente irrelevantes no que concerne à determinação aspectual; como teremos oportunidade de constatar em 2.2., continuarão a ter para nós uma certa utilidade, embora nunca devam ser encarados como critérios de algum modo decisivos.

Uma outra proposta, com impacto considerável em muitos trabalhos futuros, tem que ver com a adaptação da distinção, inicialmente formulada em Carlson (1977), entre predicados de "objecto" e predicados de "estádio"[41] ao domínio das estruturas estativas. Dowty diferencia os estados que predicam "objectos", mantendo com estes uma relação de tipo directo e de "continuidade", dos estados que predicam "estádios", ou seja, todos aqueles que se aplicam a intervalos de tempo mais ou menos longos, por sua vez ligados a "indivíduos" – ao longo da sua existência, um "indivíduo" pode "ocupar" um número indeterminado de intervalos, que designaremos como "estádios".[42]

Na sequência da nova abordagem adoptada para as várias questões que acabámos de analisar, Dowty (1979) defende uma reformulação do próprio quadro categorial em que se inscrevem as eventualidades. Nesse sentido, reconhece a existência de três tipos distintos de estativos: os estados de intervalo (*interval states*), cujo valor de verdade é aferível apenas em relação a intervalos de tempo e que se caracterizam essencialmente por se revelarem compatíveis com o Progressivo; os estados verdadeiros em momentos que predicam "estádios" (*stage-level momentary states*), que, embora dependentes de intervalos, são obrigatoriamente verdadeiros em todos os "instantes" que os constituem; e, por fim, os estados verdadeiros em momentos que predicam "objectos" (*object-level momentary states*), que, como vimos, se associam directamente a todos os momentos específicos de um dado "objecto".

Nessa medida, serão dois os critérios fundamentais que, na concepção de Dowty, norteiam a elaboração de uma classificação adequada para os estativos: um tem que ver com a sua constituição temporal interna propriamente dita, distinguindo-se entre os estados que são verdadeiros em momentos e aqueles que o são em intervalos de tempo;

---

[41] "Predicados de estádio" é a expressão que empregaremos para a tradução de "stage-level predicates"; como veremos mais à frente (cf. 2.2. e 6.1.) a distinção entre "estádio" e "fase" será crucial para a nossa proposta de tratamento das predicações estativas.

[42] Para uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre este assunto, com especial incidência nas suas principais consequências em termos linguísticos, cf. 3.1..

o outro prende-se com o âmbito e a natureza das entidades que predicam, propondo-se a divisão entre os estados que se aplicam a "estádios" e os que se referem directamente a "indivíduos". Do cruzamento entre os critérios apontados surgem, assim, as três classes de estativos a que fizemos referência no parágrafo precedente. Note-se, de passagem, que a quarta hipótese deixada em aberto pelo sistema de categorização proposto parece não se aplicar de todo. Com efeito, não se nos afigura muito defensável a postulação da existência de estados de intervalo que prediquem "objectos", na medida em que, sendo uma tal classe forçosamente construída em torno de períodos de tempo concretos, estes estabelecerão, por princípio, uma mediação (logo, a efectivação de um relacionamento indirecto) entre o estativo e o "indivíduo" em causa. Consequentemente, os predicados de intervalo estarão, à partida, confinados à predicação de "estádios", nunca lhes sendo permitido ocorrer em associação directa com "objectos".

A característica considerada verdadeiramente definitória para a totalidade dos estados, e que nos vai permitir separá-los de todos os outros tipos de situação, residirá, segundo Dowty, no facto de não haver lugar para qualquer "mudança" no seu interior. No entanto, um conceito como o de "mudança de estado" afigura-se-nos, nesta fase da investigação, algo vago e difícil de reconhecer, na medida em que nenhum "teste" linguístico concreto é avançado com vista à sua identificação. Será necessário aguardar pelo tratamento proposto por Moens (1987) para que o seu conteúdo se exprima de um modo mais rigoroso e compatível com um nível de formalização mais elevado.

Em suma, parece-nos perfeitamente lícito concluir que Dowty (1979) nos oferece uma abordagem bastante interessante e, até certo ponto, mais rigorosa que outras para o tratamento das predicações estativas, na medida em que abre o caminho à resolução de alguns dos problemas mais importantes que tais estruturas nos colocam, não deixando, por outro lado, de tomar em linha de conta as múltiplas variações e complexidades que é possível surpreender ao nível do seu comportamento linguístico.

Um desenvolvimento de grande relevância que importa destacar relativamente às concepções anteriores, como as de Vendler (1967), prende-se com o facto de Dowty ter adoptado, de forma explícita e organizada, uma primeira tipologia para as subcategorias que, no seu conjunto, constituem o grupo dos estados, reconhecendo, por conseguinte, a heterogeneidade subjacente a esse tipo de eventualidade.

2.1.2. Os Estados e a "Derivação Aspectual": Moens (1987)

A introdução de novas "ferramentas" teóricas proposta por Moens (1987) para o tratamento das questões aspectuais conduziu, como era de prever, a algumas alterações relevantes no que respeita ao estudo das categorias aspectuais em geral e da estatividade em particular. Parece-nos, pois, desejável deter a nossa atenção sobre as consequências que uma tal concepção comportou para a análise dos estados, com especial incidência no impacto produzido pela consideração da noção de "fase" e dos mecanismos inerentes ao funcionamento da Rede Aspectual.

Na esteira de autores como Mourelatos (1981), Moens (1987) irá optar por uma divisão fundamental entre estados e não estados (eventos), alicerçada no conceito de "dinamismo", que, no entanto, parece aqui tomar contornos bem mais precisos do que nas diferentes propostas anteriores. Com efeito, o recurso à ideia de **estrutura "fásica"**, cuja concepção geral já se encontra delineada em Johnson (1981), permite estabelecer uma fronteira mais nítida entre as construções que revelam propriedades de cariz "dinâmico" e aquelas que as não ostentam. Nesse sentido, os estativos poderão ser descritos como situações que não integram "fases" sucessivas na sua estrutura temporal interna, i.e., que não se identificam com períodos característicos perfeitamente definidos e bem delimitados, ao contrário do que sucede com os eventos. Por outras palavras, os estados não participam, enquanto eventualidades complexas, de estruturas representáveis através do Núcleo Aspectual (embora os estados consequentes nele tomem parte), limitando-se a "ocupar" um intervalo de tempo, sem lhe imporem, porém, quaisquer especificações adicionais.[43]

O facto de os estados não tolerarem uma estruturação fásica permite, por seu lado, explicar algumas das propriedades fundamentais que, como já observámos atrás, foram frequentemente utilizadas para os identificar, nomeadamente o seu carácter plenamente "uniforme" e a total ausência de "mudanças" ou "alterações" ao longo do seu decurso, o que, em nossa opinião, acaba por reforçar a consistência desta hipótese de tratamento.

---

[43] O que acabámos de afirmar não impede, contudo, que os estados se possam integrar na Rede Aspectual, assumindo formas eventivas devido ao efeito de certas transições (deixando, nesse caso, de ser estativos para se converterem em verdadeiros eventos). O que dissemos não invalida igualmente a capacidade de os estados integrarem, sob certas condições, a estrutura complexa de um evento, tal como sucede com os estados consequentes no que toca a culminações e processos culminados.

Se a consideração do conceito de "fase" se mostrou extremamente importante ao nível da redefinição da categoria dos estativos, também o recurso à Rede Aspectual e aos mecanismos de derivação de eventualidades que uma tal esquematização possibilita terá um peso muito significativo neste domínio.

A Rede Aspectual permite-nos, pela primeira vez, estabelecer uma interacção dinâmica entre estados e eventos, o que, como veremos em 2.1.5, será imprescindível para acomodar alguns dados linguísticos relativos ao comportamento de certos estados; as "comutações" aspectuais inscritas na Rede facultam igualmente a constituição de situações "derivadas", o que irá conduzir a uma reestruturação da (sub)classificação tradicional para as predicações estativas.

Nesse sentido, Moens constata que, para além dos estados lexicais "básicos" propriamente ditos, existem outros tipos de predicações, obtidos a partir da derivação de eventos, que, apesar da sua origem, manifestam comportamentos tipicamente estativos. Assim, o autor propõe a subdivisão da classe dos estados em Estados Lexicais (básicos), Estados Progressivos, Estados Consequentes e Estados Habituais (derivados com base em certas "operações" aspectuais permitidas na Rede). Em (4) fornecemos exemplos de cada uma destas subcategorias:

(4) a- O João tem um B.M.W.. (estado lexical)
b- A Maria está a dormir. (estado progressivo)
c- O vaso está partido. (estado consequente)
d- A Rita trabalha na Holanda. (estado habitual)

Em geral, os estados lexicais são "básicos", ou seja, o seu carácter não "dinâmico" acompanha-os desde a origem; os estados progressivos, pelo contrário, parecem resultar da "comutação" de um "*input*" eventivo (de natureza processual) num "*output*" de cariz estativo, resultado da intervenção aspectual da estrutura *estar a* + Inf. – no caso do Português Europeu padrão; transformação idêntica sucede com os estados habituais, em virtude dos efeitos do "operador de habitualidade".[44] Quanto aos estados consequentes, aparecem sobretudo associados à actuação do designado "operador" de perfectividade.[45]

---

[44] Ignoraremos, pelo menos por agora, a divisão entre "operadores" e "perspectivadores" apresentada em 1.3., dado que se revela inteiramente irrelevante para a discussão das concepções de Moens (1987).
[45] Para uma discussão um pouco mais aprofundada das várias subclasses de estativos, cf. Cap. 3.

Concluiremos esta secção acentuando a relevância das propostas de Moens (1987) para uma reavaliação da problemática da estatividade nas suas diversas vertentes. Conferimos especial destaque à redefinição do conceito de "dinamismo", em função da sua conexão com a ideia de "estruturação fásica", e ao papel desempenhado pela Rede Aspectual no que respeita ao estabelecimento de uma classificação renovada para as predicações estativas.

2.1.3. Os Estados nas Formalizações Semânticas: Parsons (1990) e Kamp e Reyle (1993)

Desde os esforços iniciais de implementação de uma "semântica de eventos" por parte de autores como Davidson (1967) que é reconhecida a relevância da introdução de conceitos como o de eventualidade na representação formal do significado nas línguas naturais. Com efeito, um tal desenvolvimento permitir-nos-á, sob um certo ponto de vista, incluir informação de natureza aspectual na estruturação formal da semântica das expressões linguísticas, para além de contribuir para a resolução de outros problemas.

Estudos recentes, enquadrados nesta linha de investigação, têm vindo a conferir um papel de destaque aos estativos, pelo que importa deter sobre eles a nossa atenção. Discutiremos nesta secção os trabalhos desenvolvidos por Parsons (1990) e por Kamp e Reyle (1993), como exemplos representativos das tendências predominantes no campo de pesquisa em causa.

2.1.3.1. Parsons (1990)

A necessidade de introdução dos estados na representação formal da estruturação semântica das predicações faz-se sentir, fundamentalmente, a partir da observação de alguns dados linguísticos que, segundo Parsons (1990), constituem, até certo ponto, evidência em favor da existência de tais tipos de situação, bem como da sua relevância no que respeita à interpretação global dos enunciados.

Um dos argumentos mais convincentes aduzidos por Parsons (1990) em defesa do estatuto dos estados enquanto entidades ontologicamente "reais" tem que ver com a lógica que rege o funcionamento semântico dos modificadores. Se a verdade de uma frase como "A Maria esteve doente com gripe em Janeiro" implica obrigatoriamente a

verdade de todas as partes que a compõem, i.e., de "A Maria esteve doente com gripe", de "A Maria esteve doente em Janeiro" e de "A Maria esteve doente", a sua conjunção com "A Maria esteve doente com sarampo em Julho" já não permite inferir a verdade de "A Maria esteve doente com gripe em Julho". Do mesmo modo, uma estrutura com a configuração de "O João viveu em Paris num apartamento" & "O João viveu em Roma numa vivenda" não implica, naturalmente, que "O João viveu em Paris numa vivenda". Este facto sugere fortemente que estaremos perante dois estados autónomos, e não face a uma simples atribuição directa de dadas propriedades a um mesmo indivíduo (nesse caso, nada impediria que as conjunções acima indicadas desencadeassem as inferências correspondentes).

No entender de Parsons, uma fundamentação plena para a existência, em concreto, de estados passa pelo reconhecimento de argumentos adicionais, capazes de robustecer a teoria sob análise, nomeadamente a possibilidade de encontrar estativos sob o escopo de verbos de percepção (cf. "O João viu a Maria doente"), a atestação de expressões que façam referência explícita a estados ou a possibilidade de quantificação sobre este tipo de situações; tais factores, no entanto, revestem-se de uma importância bem menor, na medida em que se revelam menos conclusivos.[46]

Contrariamente ao que sucede com a maioria dos estudiosos nesta área, Parsons não propõe qualquer tipo de subclassificação para os estados, limitando-se a enumerar as categorias de predicadores capazes de suportar uma leitura estativa. Sob esse ponto de vista, o autor reconhece que os estados surgem não apenas com predicadores verbais, mas também adjectivais, preposicionais (preferencialmente com informação locativa) e até (provavelmente) nominais. Exemplificamos em seguida cada um destes casos:

(5) a- A Maria ama o João. (predicador verbal)
b- O João está furioso. (predicador adjectival)
c- A Maria está em casa. (predicador preposicional)
d- O Rui é o presidente. (predicador nominal)[47]

[46] Para uma discussão mais aprofundada de toda esta linha argumentativa, ver Parsons (1990), Cap. 10.
[47] Parsons mostra-se extremamente cauteloso quanto aos predicadores nominais, hesitando em associar à sua representação semântica uma entidade de natureza situacional, na medida em que tais construções não parecem justificar, de um modo tão evidente, a necessidade da inclusão de um argumento estativo.

No que respeita à representação formal da semântica das construções estativas, Parsons advoga a inclusão de um argumento "**s**" para expressar estados, por oposição a "**e**", que é destinado às predicações eventivas. Ao contrário destas últimas, que podem comparecer, sem problemas, tanto sob o escopo de "**Hold**", se manifestam progressão, como de "**Cul**", se traduzem um evento "completo", os primeiros somente se poderão combinar com o operador "**Hold**", na medida em que são intrinsecamente "uniformes", não ostentando quaisquer "fases" ou "estádios" sucessivos ao longo do seu decurso.

Dadas as observações que acabámos de efectuar, uma frase como "A Maria ama o João" obedeceria à seguinte configuração:

(6) $(\exists s)[amar(s) \& Suj(s, Maria) \& Obj(s, João) \& (\exists t)[(t=now) \& Hold(s,t)]]$

A proposta de Parsons parece-nos, pois, de grande relevância, fundamentalmente em duas vertentes: por um lado, motiva e justifica a presença de um argumento estativo na representação semântica das predicações; por outro, confere-lhe uma identidade própria, por contraste com as situações de cariz eventivo. No entanto, confrontamo-nos com problemas de difícil resolução sempre que surgem estados derivados na medida em que o tratamento em questão se mostra incapaz de acomodar este tipo de configurações.

2.1.3.2. Kamp e Reyle (1993)

Tal como vimos em relação a Parsons (1990), Kamp e Reyle (1993) preconizam a introdução de um argumento estativo na formalização de estruturas de representação do discurso. Consideraremos, em seguida, algumas das suas propostas mais significativas sobre esta questão.

Como muitas das teorizações já discutidas ao longo do presente capítulo, também esta toma como ponto de partida a diferenciação fundamental entre estados e eventos. Contudo, Kamp e Reyle (1993) introduzem um dado novo na sua análise: a ideia de que estamos face a uma distinção "graduável" e não "absoluta" ou "bipolar": "(...) we are led to conclude (i) that not every sentence can be treated as the description of an event; (ii) that some sentences must rather be seen as descriptions of states; and (iii) that the division between event-describing and state-describing sentences appears to be gradual rather than sharp." (Kamp e Reyle (1993) P. 507).

A conceptualização, em termos ontológicos, subjacente à categoria dos estados é, em grande medida, idêntica à de quase todas as propostas que aqui foram analisadas: os estativos são essencialmente encarados como eventualidades em que não se verifica qualquer tipo de "mudança" ou de "alteração" do estado de coisas descrito, que, sob esse ponto de vista, se mantém "inalterado" ao longo da totalidade do seu decurso. Encontramo-nos, por conseguinte, face a situações integralmente "uniformes", cuja característica fundamental será a "permanência" constante de uma dada "condição".

Sem nunca pôr em causa o estatuto ontológico dos estativos, Kamp e Reyle não deixam, contudo, de assinalar que, ao nível da expressão linguística, estados e eventos se constituem como duas formas distintas mas indissociáveis de perspectivar o mundo, assumindo-se, assim, enquanto "pontos de vista" alternativos sobre a "realidade". Isto significa, em última instância, que um mesmo facto poderá ser traduzido tanto por meio de um evento quanto de um estado, dependendo, sobretudo, do tipo de "focalização" que o locutor pretende transmitir.

A importância conferida pelos autores à questão da estatividade reflecte-se, por outro lado, no facto de um dos traços distintivos basilares do seu sistema aspectual ser [±STAT], correspondendo à distinção fundamental entre estados (marcados [+STAT]) e eventos ([-STAT]), a par com o traço [±PERF], de que não nos ocuparemos agora.

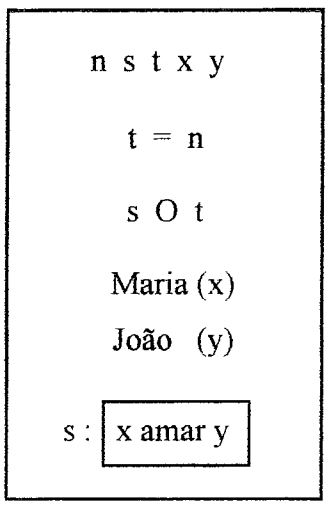
Contrariamente aos eventos, que podem ser analisados e descritos com base nas designadas "fases nucleares" – Processo Preparatório, Ponto de Culminação e Estado Consequente ou Resultativo (terminologia adoptada por Moens (1987)) –, os estados obedecem a um esquema de representação maximamente simples, identificando-se com intervalos de tempo não-estruturados, tal como o seu carácter inteiramente "uniforme" requer. Por outras palavras, os estativos, porque não comportando em si qualquer tipo de separação entre períodos distintos, não parecem ter a capacidade de se enquadrar no esquema aspectual desenvolvido para os eventos.

Kamp e Reyle (1993) propõem uma representação formal para a significação do discurso que inclui os estados no conjunto das entidades relevantes para a interpretação semântica dos enunciados.

A inclusão dos estados (e dos eventos) na representação semântica leva os autores a assumir tais categorias como referentes discursivos, a par com as variáveis para as expressões nominais, o referente *n*, que designa o tempo da enunciação, e *t*, o tempo com que o estado (ou evento) se irá relacionar e que dará indicações quanto à sua

localização, graças às relações que estabelece com *n* e, eventualmente, com outros tempos presentes na DRS.

A Estrutura de Representação Discursiva para uma frase como "A Maria ama o João" corresponderá à seguinte configuração:



Importa realçar, para concluir, que tanto a formalização de Parsons (1990) como a Teoria das Representações Discursivas (DRT), desenvolvida por Kamp e Reyle (1993), conferem um papel de particular relevo aos estados, ao introduzir este tipo de situação nas suas propostas de representação semântica. O facto de se considerar necessária, a esse nível, uma distinção clara entre estados e eventos sugere fortemente que existem razões suficientes, seja em termos ontológicos, seja em relação ao seu comportamento linguístico, que, de alguma forma, justificam uma tal separação e, pelo menos até certo ponto, a consideração destas duas categorias como "primitivos" aspectuais.

2.1.4. Estados e Genericidade: Krifka et al. (1995)

No trabalho que dedicam à genericidade, Krifka et al. (1995) não esquecem a questão dos estativos, lançando algumas pistas conducentes a um novo tratamento para este tipo de predicações. Importa, pois, deter a nossa atenção sobre as principais ideias que nos são apresentadas, por forma a estabelecer uma comparação com as diferentes teorizações que até aqui temos vindo a debater.

Em primeiro lugar, Krifka et al. (1995) consideram que as predicações estativas não revelam a capacidade de introduzir um argumento de natureza situacional na

representação formal da semântica do discurso, limitando-se a estabelecer uma relação de tipo indirecto com tais entidades, que somente os eventos poderão veicular.

Segundo a perspectiva de análise adoptada em Krifka et al., a função primordial dos estados será a de efectuar generalizações sobre eventualidades episódicas. Tal papel não estará apenas reservado aos estados habituais, que inequivocamente generalizam sobre eventos, mas estender-se-á igualmente a determinados estados lexicais que, sob um certo ponto de vista, parecem ostentar um "perfil genérico". Tal como os habituais, os estativos em causa traduziriam uma generalização de situações episódicas para as quais, no entanto, não existem predicados explícitos nas línguas naturais. Por exemplo, o estado descrito por uma frase como "O João sabe Francês" seria encarado, no âmbito desta proposta, como a manifestação "genérica" de "comportamentos" ou de "eventos" episódicos relativos a "O João saber Francês", nomeadamente todas as situações em que o João fala, escreve ou compreende Francês.[48]

A única diferença sensível entre os estados habituais e os estados lexicais com interpretação genérica residiria, por conseguinte, no facto de apenas em relação aos primeiros poderem ser encontrados na língua eventos facilmente identificáveis, a que se tornará possível aplicar directamente o "perspectivador" de habitualidade; em contraste, os segundos confinar-se-iam a generalizações sobre eventos "implícitos".

Neste momento, importa salientar que, das concepções de Krifka et al. (1995) a que acabámos de fazer referência, podemos retirar consequências bastante interessantes para a relação que se estabelece entre estruturas como "O João é simpático" e "O João está a ser simpático", na medida em que será plausível fazer derivar o estado genérico presente na primeira frase das diversas situações episódicas que poderiam ser descritas através da segunda. Um tal ponto de vista articula-se, até certo ponto, com as ideias que temos vindo a defender ao longo deste trabalho, nomeadamente no que diz respeito à existência dos designados estados "faseáveis", ou seja, de estruturas estativas básicas que implicam a presença de configurações correlativas de natureza eventiva.

Tomando como ponto de partida algumas das observações atrás discutidas, Krifka et al. propõem uma nova subclassificação para a categoria dos estativos em **estados disposicionais**, que se caracterizam por evidenciarem uma interpretação "genérica", e estados não disposicionais, que não induzem uma tal leitura.

---

[48] Veja-se, a este respeito, a discussão das configurações habituais em Vendler (1967) e também a secção 2.1.1. do presente trabalho.

O grupo dos estados disposicionais é constituído pelos estados habituais, que se obtêm a partir de uma generalização sobre eventos, e pelos estados lexicais "genéricos", formados com base na generalização de situações episódicas "implícitas".

Quanto aos estados não disposicionais, partilham com todos os membros da classe dos estativos o facto de não representarem uma situação por si sós; surgem usualmente como "seguimento", "consequência" ou "resultado" de um evento episódico, estando a sua existência dependente da efectivação de outras eventualidades. A verdade de "O João é casado", por exemplo, resulta da ocorrência prévia de um evento (no caso, "O João casar-se") e da não comparência de outro(s) ("O João divorciar-se/morrer, etc."). Nesta medida, os estados não disposicionais de Krifka et al. (1995) aproximam-se, sob um certo ponto de vista, dos estados "resultativos" ou "consequentes" de Moens (1987).

O que de facto parece identificar as predicações estativas, no entender de Krifka et al., é o seu carácter "não situacional", como as próprias palavras dos autores indiciam: "The general property of all or at least most stative predicates, be they dispositional or not, is that they lack reference to a specific situation. A stative predicate either expresses a generalization over situations (as with habituals and dispositional lexical statives) or is tied only indirectly to situations (as with non-dispositional statives, and perhaps with episodic statives as well)." (Krifka et al. (1995), p. 38).[49]

Apesar do reconhecimento inequívoco da necessidade de flexibilizar a fronteira que separa estados de eventos, através da possibilidade de um mesmo predicado traduzir uma ou outra das categorias em causa, dependendo, em grande medida, do seu contexto de ocorrência, a proposta de Krifka et al. não deixa, no entanto, de se confrontar com obstáculos por vezes difíceis de superar. Com efeito, as hipóteses que estes autores nos apresentam suscitam problemas bastante significativos, alguns dos quais passaremos a enumerar em seguida.

a. A primeira dificuldade com que nos deparamos reside no facto de Krifka et al. assumirem que os estados representam, preferencialmente, construções de natureza não situacional. Com efeito, tal hipótese revela-se, em nossa opinião, pouco consistente:

[49] Note-se, no entanto, que uma tal posição parece pouco sustentável quando nos confrontamos com predicações envolvendo *gostar*, *detestar* e provavelmente outros verbos indutores de estatividade que, por si mesmos, se apresentam indissociavelmente ligados ao estatuto situacional da proposição em que tomam parte.

como observámos na subsecção anterior, os argumentos avançados por Parsons (1990) indiciam fortemente a validade da posição contrária, mostrando-se muito convincentes no que toca à necessidade de adoptar um argumento estativo na formalização global das predicações (cf. 2.1.3).

b. Um segundo problema prende-se com as dificuldades encontradas ao nível da determinação das situações episódicas que suportariam as generalizações efectuadas pelos diferentes estados lexicais disposicionais. Não nos parece muito clara a justificação apresentada para o estabelecimento de uma configuração abstracta associada a um evento particular, sem qualquer manifestação linguística, que, submetido a uma dada generalização, seria traduzido por "O João saber francês". Dito de outra forma: se, para que seja possível um estado habitual, é imprescindível a realização concreta dos eventos que lhe dão origem, já no caso dos estados lexicais disposicionais, tal como Krifka et al. os concebem, não se nos afigura tão óbvia a necessidade de efectivação dos "comportamentos episódicos" correspondentes (a existirem realmente). Exemplificando: para que um estado habitual do tipo de "A Maria fuma" seja verdadeiro, é obrigatório que "A Maria fumou" tenha ocorrido um determinado número de vezes no mundo em questão e que um tal evento se continue a verificar (sob pena de "A Maria fumava" se tornar a descrição mais adequada para o estado de coisas referido). Pelo contrário, para que "O João sabe Francês" se revele um estado verdadeiro, não parece ser requerida, de forma tão evidente, a presença de eventos concretos do tipo de "O João ler/escrever/compreender Francês" e muito menos será necessário que eles se prolonguem no futuro (i.e., o João pode continuar a saber Francês mesmo que não tenha oportunidade de ler, escrever ou ouvir esta língua).

O problema que acabámos de enunciar coloca uma outra questão: tendo em vista a indefinição ou "vaguidade" das situações episódicas associadas aos estados lexicais disposicionais, como poderemos estabelecer uma separação efectiva entre uma tal classe e os designados estados não disposicionais, considerando a total ausência de critérios linguísticos distintivos a este respeito? Por outras palavras, a indeterminação relativa à existência de estados disposicionais conduz à diluição de qualquer tentativa de divisão entre esta e outra(s) categoria(s) possíveis.

c. Para finalizar, e como os próprios autores reconhecem, a existência de estados progressivos, bem como de certos "estados episódicos", requer uma explicação que não parece poder ser enquadrada na teorização que temos vindo a expor, exigindo, por isso, um tratamento diferenciado com carácter excepcional.

Se bem que a proposta de Krifka et al. tenha dado um contributo decisivo para a resolução de certos problemas ligados à questão da estatividade, os múltiplos obstáculos que enfrenta sugerem a inevitabilidade de reformulação de alguns dos seus princípios.

2.1.5. Predicados de Indivíduo vs. Predicados de "Estádio": Kratzer (1995) e Chierchia (1995)

A distinção entre **predicados de indivíduo** (*individual-level predicates*) e **predicados de "estádio"** (*stage-level predicates*) remonta aos trabalhos de Carlson (1977) e, com especial incidência na questão da estatividade, de Dowty (1979) (veja-se 2.1.1). Kratzer (1995) e Chierchia (1995) retomam a investigação de tais conceitos, conferindo-lhes novos contornos. Procuraremos, em seguida, abordar as propostas que, a este nível, se nos afiguram mais relevantes para a consecução do nosso estudo.

Kratzer assume que a diferenciação entre estados de indivíduo e de "estádio" deve estar reflectida nas representações formais: enquanto os últimos serão obrigatoriamente acompanhados de uma posição argumental específica que remete para a sua localização espacio-temporal, os primeiros nunca a poderão integrar na respectiva estruturação. O problema óbvio que tal concepção acarreta prende-se com a necessidade de introduzir um argumento de natureza situacional em ambos os casos, como ficou provado a partir das observações de Parsons (1990) nesse sentido.

Contrariamente a Kratzer, Chierchia (1995) advoga a presença de um argumento de natureza situacional tanto para estados de indivíduo quanto de "estádio". No entanto, o autor preconiza a inclusão de um operador de genericidade na representação formal dos estados de indivíduo, que assim se distinguiriam de todos os outros tipos de estativos. Os obstáculos que uma tal hipótese terá que enfrentar já foram parcialmente referidos na discussão em torno das concepções de Krifka et al. (1995): a adopção de um operador de genericidade no contexto de estados lexicais de indivíduo carece de justificação empírica (pelo menos em línguas como o Português), dada a inexistência de predicações episódicas sobre as quais possa ter escopo. Um outro argumento – desta feita de cariz mais teórico — que contra-indica o recurso ao operador genérico no presente caso prende-se com a completa uniformidade inerente à maioria dos estados de indivíduo: na realidade, uma leitura com qualquer proximidade com "# O João é

geralmente alto" afigura-se bastante inadequada para traduzir a significação do estado de coisas em causa.

Independentemente da formalização adoptada para a expressão destas noções na representação semântica do discurso[50], Kratzer e Chierchia efectuam certas observações em que importa deter a nossa atenção, seja ao nível da definição das subcategorias sob análise, seja no que toca aos critérios linguísticos que nos permitem distingui-las.

Como já tivemos oportunidade de referir em 1.2., um "estádio" é uma "porção" temporalmente estabelecida (mas não previamente determinada) de uma eventualidade ou de um indivíduo, que tanto poderá ser um objecto como uma espécie. Quer isto dizer que um "estádio" representa uma parte de uma situação ou de um indivíduo unicamente através da sua localização em termos espacio-temporais (ao contrário, por exemplo, da "fase" que exige a presença de certas propriedades definitórias para ser identificada como tal).

Os predicados de indivíduo aplicam-se directamente a este tipo de entidades, pelo que manifestam propriedades "permanentes" ou, pelo menos, tendencialmente estáveis. Isto significa que as características veiculadas pelos predicados em causa poderão acompanhar os indivíduos através do seu percurso no tempo e no espaço.

Por seu lado, os predicados de "estádio" encontram-se numa relação forçosamente indirecta com os indivíduos, já que remetem para meras localizações espacio-temporais. Nessa medida descrevem propriedades tipicamente "transitórias" ou episódicas, na total dependência de intervalos de tempo mais ou menos longos.

Tendo bem presente tudo quanto foi dito, não surpreende que apenas os estados estejam capacitados para assumir o estatuto de predicados de indivíduo: sendo as únicas eventualidades que não se organizam em "fases" sucessivas, nada parece obstar a que se prolonguem indefinidamente no tempo, ao contrário do que sucede com os eventos que, como observámos em 1.2., estão sujeitos a várias restrições inerentes à sua estruturação em termos temporais. Quanto aos predicados de "estádio", tanto podem ser de natureza estativa como eventiva, na medida em que ambas as classes são susceptíveis de suportar uma delimitação temporal, seja intrínseca, seja extrinsecamente.

---

[50] No que se refere ao estatuto dos estativos, continuaremos a adoptar, ao longo do nosso trabalho, propostas formais na linha de investigação de Parsons (1990) e de Kamp e Reyle (1993). Com efeito, as hipóteses adiantadas por Kratzer (1995) e Chierchia (1995) a este respeito colocam problemas que, na presente fase da investigação, parecem difíceis de superar, como a breve discussão que desenvolvemos nos parágrafos iniciais desta subsecção deixou bem claro.

Decidir se um determinado estado predica sobre indivíduos ou sobre "estádios" não é tarefa fácil, já que as noções envolvidas apresentam contornos um tanto vagos. Torna-se, pois, desejável encontrar alguns critérios distintivos que permitam estabelecer uma fronteira relativamente bem definida entre as duas subcategorias em causa.

Com base nos resultados obtidos por Kratzer e Chierchia, propomos os seguintes testes que, para línguas como o Português, nos possibilitam distinguir entre estados de indivíduo e de "estádio":

a. O primeiro critério de distinção entre estados de indivíduo e de "estádio", que provavelmente será o mais relevante, prende-se directamente com o "perfil" temporal que define cada uma destas categorias: trata-se da (im)possibilidade de ocorrência com adverbiais que, de alguma forma, imponham restrições, a nível temporal, às predicações com que se combinam (Ex.: *ontem*, *desde... até*, etc.). Dado o carácter (relativamente) estável dos estados de indivíduo, a sua comparência com os adverbiais referidos deverá resultar, na grande maioria dos casos, em anomalia semântica, ao contrário do que sucede com os estativos que predicam sobre "estádios", que admitem, sem dificuldades, restrições no que respeita à sua extensão no tempo. Os exemplos seguintes ilustram bem este facto:

(7) a- * O João foi alto ontem/durante a semana passada.
b- * Esta mesa foi redonda ontem/desde sábado até terça.

(8) a- A Maria esteve doente ontem/durante a semana passada.
b- Este livro esteve na minha mesa ontem/desde sábado até terça.

b. Um outro modo de distinguir os dois tipos de estado que temos vindo a analisar tem que ver com processos de quantificação. Quando um estado predica directamente sobre um indivíduo, a sua iteração torna-se impossível, dada a relação imediata que estabelece com a entidade em causa (e não com as suas localizações espacio-temporais). Daqui resulta que tais predicações não possam ser quantificadas através de operadores que, de algum modo, propiciem uma leitura iterativa, como, por exemplo, *quando* com valor atemporal, *habitualmente* ou *sempre que*. Uma tal restrição, porém, não parece ser aplicável aos estativos de "estádio", na medida em que as manifestações temporalmente limitadas de indivíduos que estas estruturas veiculam podem ser naturalmente repetidas. Os exemplos (9) e (10) ilustram o contraste apresentado.

(9) a- * Sempre que o João é alto, joga basketball.

b- * Esta mesa foi redonda muitas vezes.

(10) a- Sempre que a Maria está doente, toma chá de limão com mel.

b- Este livro esteve na minha mesa muitas vezes.

c. Um outro teste comummente apresentado no contexto da oposição entre estados de indivíduo e de "estádio" diz respeito às divergências de comportamento aferíveis em estruturas envolvendo expressões de cariz locativo. Em consonância com o facto de que, em termos gerais, os "estádios" representam localizações espacio-temporais, estaremos em condições de concluir que somente predicados que refiram as entidades em causa se poderão combinar com este tipo de construções (cf. (11) e (12)):

(11) a- * O João é alto em casa da avó.

b- * Esta mesa é redonda na sala.

(12) a- O João está contente na escola.

b- A Maria está com medo na floresta.

Note-se, no entanto, que existem diversos dados linguísticos que põem em causa a validade deste critério. Com efeito, não é difícil encontrar estados de indivíduo que se combinam com expressões locativas (cf. (13)) nem estados de "estádio" que, por seu lado, as não toleram (cf. (14)), o que sugere fortemente a necessidade de abandonar o referido teste.

(13) a- A Maria é professora no Porto.

b- O Reinaldo tem uma casa no Gerês.

(14) a- * A Ana está grávida no seu quarto.

b- ??/* O João está cansado no jardim.

Uma análise atenta destes factos permite-nos levantar a hipótese de que talvez os "estádios" sejam entidades de natureza eminentemente temporal, em que a componente espacial desempenhe apenas um papel relativamente secundário ou acessório.

Chierchia (1995) avança mais alguns critérios linguísticos que, em sua opinião, permitem avaliar se um determinado estativo se aplica a indivíduos ou a "estádios". Contudo, tais "testes", ou produzem resultados pouco claros no que toca à distinção sob

análise – será, por exemplo, o caso da (in)comparência como complemento de verbos de percepção, já que a grande maioria dos estados, independentemente de predicarem ou não sobre indivíduos, escapa à percepção humana –, ou simplesmente não se adequam de todo a línguas como o Português – por exemplo, a (im)possibilidade de ocorrência com *there-sentences* ou as divergências na interpretação de meros plurais em posição de sujeito de frase.

Antes de encerrar a presente subsecção, importa pôr em evidência dois aspectos fundamentais que presidiram à formulação das propostas que temos vindo a apresentar.

Em primeiro lugar, devemos sublinhar que não nos encontramos face a categorias com fronteiras estanques: tanto Kratzer quanto Chierchia encaram a possibilidade de reclassificação dos predicados em função do contexto linguístico global em que estes se encontram inseridos.

Em segundo lugar, cumpre referir que, até um certo ponto, a escolha entre uma ou outra destas subclassificações é de ordem preponderantemente subjectiva, i.e., depende, em grande medida, da "forma de ver" do sujeito enunciador, muito mais do que da mera configuração ontológica do mundo descrito.

Concluiremos, finalmente, chamando a atenção para a centralidade que a distinção entre estados de indivíduo e de "estádio" irá assumir no tratamento global da questão da estatividade, como, de resto, o capítulo 3 deixará bem claro.

2.1.6. A Questão da "Faseabilidade" dos Estados: Cunha (1998a)

Ao aflorar alguns problemas relativos à questão da estatividade, Cunha (1998a) observa que o comportamento patenteado pelos estados face aos critérios propostos por Dowty (1979) para a sua identificação não parece ser completamente homogéneo. Com efeito, não é difícil surpreender divergências a esse nível, como os exemplos que se seguem poderão confirmar:

(15) a- * O João está/começou a ser Português.
b- * João, sê Português!
c- * O João foi propositadamente Português.
d- * A mãe pediu ao João para ser Português.
e- * O que o João fez foi ser Português.

f- * O João é habitualmente Português.

g- * Quando nasceu, o João foi Português.

(16) a- A Maria está/começou a ser cuidadosa.

b- Maria, sê cuidadosa!

c- A Maria foi propositadamente cuidadosa.

d- A mãe pediu à Maria para ser cuidadosa.

e- (Sozinha em casa), o que a Maria fez foi ser cuidadosa.

f- A Maria é habitualmente cuidadosa.

g- Quando saiu à noite sozinha, a Maria foi cuidadosa.

Se em exemplos como (15) nos encontramos inequivocamente face a predicações de natureza estativa, tal como comprovam os resultados obtidos a partir da aplicação dos "testes" relevantes, já em (16) o estatuto categorial da situação descrita é passível de discussão, porquanto o seu comportamento em termos linguísticos se aproxima bastante do dos eventos. Importa, por conseguinte, investigar o que leva determinados estados a manifestarem propriedades típicas de construções eventivas.

A proposta de Cunha (1998a) no sentido de solucionar o problema sob análise passa pela hipótese de inclusão da ideia de "faseabilidade" na conceptualização global dos estados: graças às possibilidades de integração na Rede Aspectual, certos estativos podem ser convertidos em processos, "absorvendo", assim, o traço [+dinâmico], facto que, como constatámos em (16), se irá reflectir no seu comportamento linguístico.

É importante sublinhar que a integração na Rede Aspectual (e a consequente "passagem" a processo) está limitada a determinados estativos, não se assumindo, pois, como uma possibilidade acessível a todos os membros da referida classe; este facto permite-nos explicar as divergências observadas entre (15) e (16): enquanto no segundo caso o estado em causa parece reunir todas as condições para se converter em processo (o que acaba por se reflectir no seu comportamento linguístico), no primeiro tal já não acontece, mantendo a predicação todas as propriedades características dos estativos.

Tendo em vista as observações precedentes, parece-nos lícito admitir a postulação de um traço distintivo [±"faseável"] para as predicações estativas: os estados marcados com o traço [+faseável] serão aqueles que ostentam a capacidade de integração na Rede Aspectual e de "passagem" a processos; os estados de cariz [-faseável], pelo contrário, não manifestam tal propriedade, comportando-se sempre, e de forma obrigatória, como situações de natureza estativa, independentemente do seu contexto de ocorrência.

O primeiro problema que uma teorização como esta terá de enfrentar diz respeito a casos que, por assim dizer, parecem posicionar-se na "fronteira" que separa os estados de carácter [+faseável] dos de natureza [-faseável]: tais estruturas não obedecem linearmente a qualquer dos paradigmas típicos que foram propostos, partilhando, pelo contrário, comportamentos representativos de cada um dos dois esquemas. Torna-se, por conseguinte, indispensável procurar uma solução apropriada para dar conta do hibridismo patenteado em exemplos como (17) ou (18):

(17) a- ??/* O Rui está a ser famoso.
b- O Rui começou a ser famoso.
c- ? Rui, sê famoso!
d- ?? A mãe convenceu o Rui a ser famoso.
e- * O Rui foi propositadamente famoso.
f- * O que o Rui fez foi ser famoso.
g- * O Rui é frequentemente famoso.
h- ? Quando apareceu na televisão, o Rui foi famoso.

(18) a- ?? A Ana está a ser rica.
b- A Ana começou a ser rica.
c- ?? Ana, sê rica!
d- A mãe persuadiu a Ana a ser rica.
e- ??/* A Ana foi propositadamente rica.
f- ?? O que a Ana fez foi ser rica.
g- ?/?? A Ana é frequentemente rica.
h- ? Quando ganhou o totoloto, a Ana foi rica.

Não nos parece, no entanto, de todo impossível acomodar este tipo de intuições à proposta que temos vindo a desenvolver ao longo da presente subsecção: se encararmos o conceito de "faseabilidade", não como um traço distintivo de cariz meramente binário, mas como uma propriedade "graduável", estaremos em condições de conceber as frases em (17) e (18) como representando estativos que se posicionam num ponto intermédio de uma escala que percorre diversos "níveis" ou "graus", desde o "patamar" claramente [+"faseável"], até ao inequivocamente [-"faseável"]. Por outras palavras, os estados não se encontram apenas nos dois pólos da oposição "faseável"/"não faseável", mas também em (possivelmente) muitas outras "zonas" no interior de tal distinção.

A proposta de análise que estamos a discutir confronta-se, contudo, com questões de outra índole que reclamam igualmente uma resposta adequada: por um lado, para que a hipótese de tratamento desenvolvida possa ser considerada válida, será fundamental provar que nos encontramos face a estados que se convertem em eventos e não perante eventos "básicos"; por outro, afigura-se-nos indispensável encontrar uma justificação credível para o recurso à distinção em causa, comprovando a sua operacionalidade em conexão com as restantes oposições que foram abordadas ao longo deste capítulo, como é o caso, por exemplo, da que se estabelece entre estados de indivíduo e de "estádio".

Embora Cunha (1998a) ignore quase por completo as dificuldades que acabámos de apontar, parece-nos desejável concentrar sobre elas um pouco de atenção, por forma a proceder, com o máximo de rigor possível, à avaliação da viabilidade de integração de conceitos como o de "faseabilidade" num tratamento global para predicações estativas.

Nessa medida, começaremos por procurar demonstrar que os designados estados "faseáveis" são, de facto, estativos capazes de se converter em processos e não eventos "básicos". Para alcançar tal objectivo, iremos destacar, em seguida, determinados comportamentos linguísticos típicos deste género de predicações que, a nosso ver, se poderão constituir como manifestações inequívocas da sua estatividade.

1. Efeitos Semânticos do Presente do Indicativo. Enquanto processos "básicos" combinados com o Presente do Indicativo dão, obrigatoriamente, origem a uma leitura de cariz habitual (cf. "O João nada (duas vezes por semana)" ou "A Sara chora (todos os dias de manhã)"), os estados "faseáveis", em circunstâncias semelhantes, tanto poderão receber este tipo de interpretação, quanto a de "presente real", que, como já referimos em 1.2., está reservada aos estados (cf. "A Maria é cuidadosa" – em que o predicador "ser cuidadosa" se aplica directamente ao indivíduo "A Maria" — ou "O João vive em Paris"). Dado o estatuto preferencial, em contexto neutro, da segunda interpretação em relação à primeira, parece-nos lícito concluir que as formas envolvidas são de natureza estativa, embora susceptíveis de "conversão" em processo no interior da Rede Aspectual de Moens, tal como a gramaticalidade de "A Maria é habitualmente cuidadosa" ou de "O João vive quase sempre em Paris" sugere.

2. Ocorrência com o Operador Aspectual *Passar a*. Ao contrário do que sucede com os processos "básicos", que se revelam de todo incompatíveis com o operador aspectual *passar a*, os estados "faseáveis" surgem, sem problemas, sob o seu escopo (cf.

(19) e (20)). Se admitirmos (como irá acontecer em 2.2.) que tal elemento comparece exclusivamente em combinação com predicações estativas, teremos mais um argumento em favor do carácter não eventivo dos estados "faseáveis".

(19) a- * O João passou a nadar.
b- * O Miguel passou a chorar.[51]

(20) a- A Maria passou a ser cuidadosa.
b- O João passou a viver em Paris.

3. Comparência com *Parar de* e *Acabar de*. De acordo com Cunha (1998a), 3.1., (1998b) e (1998c), os operadores aspectuais *parar de* e *acabar de* admitem unicamente processos "básicos" como seu "*input*". Consequentemente, apenas eventos que integrem uma fase processual desde a origem poderão ocorrer no interior do seu escopo, sendo todos os tipos de estativos (inclusivamente os "faseáveis") impossíveis em tal contexto. A anomalia semântica patenteada em frases como as de (22) parece, por conseguinte, ir ao encontro da posição que temos vindo a assumir no que respeita ao carácter estativo que, de base, acompanha e identifica os estados "faseáveis".

(21) a- A Maria parou/acabou de nadar (às 5 da tarde).
b- (Finalmente) o Miguel parou/acabou de chorar.

(22) a- * A Maria parou/acabou de ser cuidadosa (às 5 da tarde).
b- * (Finalmente) o João parou/acabou de viver em Paris.

4. Orações Temporais com *Quando*. É interessante verificar que a complexa teia de afinidades e divergências, em termos semânticos, que surpreendemos entre processos e estados "faseáveis" se encontra nitidamente reflectida no contexto das orações temporais introduzidas por *quando* (veja-se, a este respeito, Cunha (1999)). Se, sempre que comparecem na oração principal, os estados "faseáveis" se comportam basicamente como os eventos, favorecendo, por conseguinte, uma interpretação em que prepondera a sequencialização entre as predicações envolvidas (cf. (23) e (24)), quando se encontram na oração subordinada, pelo contrário, parecem revelar preferencialmente a sua natureza

[51] Ignoramos, obviamente, as leituras habituais atribuíveis às frases em causa, já que, como veremos no capítulo 3, existem fortes razões empíricas para as considerarmos também de tipo estativo.

estativa. Ao invés dos processos que, no contexto referido, originam, de modo geral, uma leitura em que predomina a sucessividade — assumindo, muitas vezes, um carácter pontual correspondente ao início da situação —, os estados "faseáveis", tal como todos os outros estativos, ou ocasionam anomalia semântica, ou estabelecem uma relação de inclusão com os eventos descritos na oração principal (cf. (25) e (26)).

(23) a- Quando caiu ao rio, a Maria nadou.
b- Quando o pai lhe bateu, o Miguel chorou.
(24) a- Quando saiu sozinha de casa, a Maria foi cuidadosa. (sucessividade)
b- Quando regressou à Europa, o João viveu em Paris. (sucessividade)
(25) a- Quando a Maria nadou, deixou de sentir frio.
b- Quando o Miguel chorou, os seus irmãos acordaram.
(26) a- (??) Quando a Maria foi cuidadosa, fez bem o seu trabalho. (inclusão)
b- Quando o João viveu em Paris, conheceu o Mário. (inclusão)

No seu conjunto, estes argumentos parecem-nos suficientes para suportar a ideia de que nos encontramos face a estados "básicos" que, no entanto, se diferenciam dos restantes membros da categoria a que pertencem por manifestarem a particularidade de poderem ser "convertidos" em processos, dadas as circunstâncias apropriadas.

Quanto à questão da pertinência da adopção do conceito de "faseabilidade" numa teoria global para o tratamento das predicações estativas, só pode ser convenientemente avaliada quando investigarmos mais de perto o comportamento linguístico concreto dos diversos tipos de estados, pelo que remetemos a sua análise para o próximo capítulo.

2.1.7. Estados: um Primeiro Esboço

Afigura-se-nos desejável, neste momento, proceder a uma breve sistematização daqueles pontos que, em nosso entender, irão ser de maior utilidade na constituição de uma teoria global para o estudo das predicações estativas. Dedicaremos, pois, a presente subsecção à revisão das ideias que nos servirão de guia ao longo do próximo capítulo, em que nos ocuparemos do exame dos diversos subtipos de estados.

Em primeiro lugar, importa dizer que os estados são situações que se caracterizam pelo não dinamismo – concebido como a total ausência de estrutura "fásica" interna —, pela duratividade e pela atelicidade (i.e., inexistência de um ponto terminal intrínseco). A combinatória destas três propriedades permite-nos distinguir os estados de todos os outros tipos de eventualidade.

Os estativos patenteiam, tipicamente, um alto grau de homogeneidade, a par de uma (total) ausência de alterações ou modificações ao nível do estado de coisas descrito. Tais especificidades parecem derivar directamente da caracterização que propusemos para o tipo de situação em causa, como procurámos demonstrar em 1.2.1..

Existem múltiplos critérios, a desenvolver em 2.2., que nos permitem estabelecer subclassificações, a diversos níveis, no interior da categoria geral que engloba as predicações estativas. Apresentaremos, em seguida, aqueles que consideramos serem os mais relevantes.

a. Quanto aos padrões de relação que os estativos mantêm com as entidades sobre que predicam, podemos distinguir os estados que se aplicam directamente a indivíduos daqueles que se referem unicamente a determinadas "porções" espacio-temporais que lhes estão associadas, denominadas "estádios".

b. No que diz respeito à sua caracterização aspectual, os estados dividem-se em predicações de natureza [+faseável], se manifestam a capacidade de integração na Rede Aspectual de Moens (1987) e a consequente passagem a processos, e em predicações de natureza [-faseável], se ostentam invariavelmente o seu "perfil" estativo, ocasionando acentuada anomalia semântica sempre que ocorrem em contextos que, de alguma forma, façam apelo a uma leitura eventiva.

Não devemos esquecer, porém, que a "faseabilidade" é uma propriedade de índole "graduável", pelo que não será de todo impossível descobrir estados que combinam em si comportamentos típicos de ambas as subclasses propostas.

c. Finalmente, é possível classificar este género de predicações tomando em linha de conta os diversos elementos linguísticos que mais decisivamente contribuem para a sua caracterização enquanto estruturas estativas. Nesse sentido, consideraremos as seguintes classes de estativos:

(i) os estados lexicais;
(ii) os estados obtidos a partir da intervenção de verbos de "operação" aspectual – de que as formas progressivas são o exemplo mais conhecido e explorado;

(iii) os estados que derivam do recurso a verbos de "perspectivação" aspectual – de que se destacam as "fases" pré-preparatórias envolvendo a construção *estar para*;

(iv) os estados resultativos ou consequentes;

(v) os estados habituais, construídos com base na aplicação do "operador de habitualidade" a eventos singulares.

Importa sublinhar que estes três modos (**a.**, **b.** e **c.**) de subclassificar os estativos não são mutuamente exclusivos; pelo contrário, teremos oportunidade de deixar bem claro, no próximo capítulo, que tais categorias interagem dinamicamente entre si e que somente a sua ocorrência conjunta propiciará o enquadramento necessário para uma caracterização completa, global e adequada das predicações sob análise.

Resta-nos, neste momento, investigar quais os critérios, essencialmente de ordem linguística, a que poderemos recorrer para identificar as predicações estativas, antes de penetrarmos no seu estudo concreto e mais pormenorizado. Por outras palavras, dadas as complexidades resultantes das propostas debatidas ao longo da revisão bibliográfica a que procedemos, é de todo o interesse saber quais serão os critérios realmente válidos para a avaliação das marcas de estatividade e como funcionam e se conjugam entre si. Ocupar-nos-emos deste problema na próxima secção do presente trabalho.

2.2. CRITÉRIOS DE ESTATIVIDADE

Antes de procedermos à análise mais sistemática e aprofundada das diferentes estruturas que, de uma forma ou de outra, veiculam estatividade, importa estabelecer critérios que, com o máximo de rigor possível, permitam a identificação de situações estativas face a outras categorias aspectuais, bem como a delimitação dos subtipos mais representativos que surpreendemos no interior da classe que nos propusemos estudar. Nesse sentido, a investigação dos "testes" para a estatividade ocupará um lugar central na presente secção, por forma a alcançarmos um conjunto de configurações linguísticas susceptíveis de serem utilizadas no reconhecimento e na caracterização das predicações estativas em geral.

2.2.1. Critérios Baseados na Interacção com Verbos de Operação Aspectual

As restrições específicas a que os estados estão sujeitos no que respeita às suas possibilidades combinatórias com verbos de operação aspectual constituem, a nosso ver, um terreno muito fértil para a fundamentação de "testes" de estatividade.

Como observámos em 1.2.1., Dowty (1979) recorre ao comportamento linguístico das predicações sob o escopo de formas progressivas para diferenciar os estados dos não estados (embora, como já tivemos oportunidade de referir, a aplicabilidade de um tal critério enfrente algumas dificuldades importantes de ordem empírica). Se encararmos o Progressivo enquanto elemento integrante de um conjunto mais vasto – o dos verbos de operação aspectual – talvez nos seja um pouco mais fácil compreender a sua função a este nível, por contraste com a dos restantes operadores, e, desse modo, desenvolver uma série alargada e precisa de "testes" para a determinação da estatividade. Tomando como ponto de partida propostas de Cunha (1998c), procuraremos mostrar de que forma os condicionalismos impostos pelos diversos verbos de operação aspectual aos "*inputs*" respectivos nos poderão ajudar a reconhecer as predicações de cariz estativo.

2.2.1.1. *Estar a* e *Andar a*

Tipicamente, todas as classes aspectuais de predicações, exceptuando os estados "não faseáveis", podem surgir, sem problemas, no escopo do Progressivo e do operador *andar a*. Nesse sentido, frases como as de (27) e de (28) ostentam anomalia semântica, na medida em que as situações representadas são estados não convertíveis em eventos; pelo contrário, os exemplos em (29) e (30), integrando estados de cariz "faseável" na sua estrutura, e em (31) e (32), contemplando eventos, são perfeitamente aceitáveis.

(27) a- * O meu casaco está a ser verde. (estado não faseável)
b- * O João está a ser alto. (estado não faseável)
c- * A Maria está a ter um B.M.W.. (estado não faseável)

(28) a- * O meu casaco anda a ser verde. (estado não faseável)
b- * O João anda a ser alto. (estado não faseável)
c- * A Maria anda a ter um B.M.W.. (estado não faseável)

(29) a- Os exercícios estão a ser difíceis. (estado faseável)

b- A Ana está a ser simpática. (estado faseável)

c- O João está a gostar do livro. (estado faseável)

(30) a- Os exercícios andam a ser difíceis. (estado faseável)

b- A Ana anda a ser simpática. (estado faseável)

c- O João anda a gostar do livro. (estado faseável)

(31) a- O gnu está a pastar. (processo)

b- O João está a construir uma casa. (processo culminado)

c- A Maria está a ligar o computador. (culminação)

(32) a- O gnu anda a pastar. (processo)

b- O João anda a construir uma casa. (processo culminado)

c- O polícia anda a disparar o revólver. (culminação)

Parece-nos, pois, ser lícito concluir que operadores como *estar a* e *andar a*, que seleccionam como seu "*input*" processos (básicos ou derivados), permitem distinguir os estados "não faseáveis" de todos os outros tipos de eventualidade.

2.2.1.2. *Começar a* e *Passar a*

Ao expormos, na subsecção 2.1.6., a nossa argumentação em favor da existência de estados "faseáveis" e "não faseáveis", verificámos que a relação que se estabelece entre *começar a* e *passar a* se assume como uma das evidências mais significativas no que se refere ao reconhecimento da necessidade de adopção de uma subclassificação deste género. Por esse motivo, não gostaríamos de deixar de destacar a relevância de tais operadores no conjunto dos critérios que nos permitem avaliar o carácter estativo de uma dada predicação.

Tal como sucede com *estar a* e *andar a*, o operador aspectual *começar a* pode ser combinado com quase todos os tipos de situação, excepto os estados não convertíveis em processos e, eventualmente, também algumas culminações. Pelo contrário, *passar a* apenas ocorre, sem problemas, no contexto de formas estativas, ocasionando anomalia semântica (ou, em alternativa, uma leitura de natureza habitual) sempre que comparece com eventos, independentemente das suas características específicas. Os exemplos que se seguem ilustram bem estes factos: em (33), que integra em si estados "não faseáveis", confrontamo-nos com estruturas não aceitáveis; já em (34), que contempla estados

"faseáveis", e em (35), que apresenta eventos, o operador *começar a* surge sem levantar quaisquer dificuldades interpretativas. Quanto a *passar a*, comparece, naturalmente, em (36) e (37), que representam construções de cariz estativo, mas não em (38) (se nos limitarmos a conferir às frases em questão uma leitura eventiva e excluirmos, portanto, a interpretação estativa habitual).

(33) a- * (Quando o tingi), o casaco começou a ser verde. (estado não faseável)
b- * (Quando se naturalizou), o João começou a ser Português. (estado não faseável)
c- * (Quando enriqueceu), a Maria começou a ter um B.M.,W.. (estado não faseável)

(34) a- (No fim do ano), os exercícios começaram a ser difíceis. (estado faseável)
b- A Maria começou a ser simpática com os colegas. (estado faseável)
c- O João começou a gostar de linguística. (estado faseável)

(35) a- O gnu começou a pastar. (processo)
b- O João começou a construir uma casa. (processo culminado)
c- A Maria começou a ligar o computador. (culminação)

(36) a- (Quando o tingi), o casaco passou a ser verde. (estado não faseável)
b- (Quando se naturalizou), o João passou a ser Português. (estado não faseável)
c- (Quando enriqueceu), a Maria passou a ter um B.M.W.. (estado não faseável)

(37) a- (No fim do ano), os exercícios passaram a ser difíceis. (estado faseável)
b- A Maria passou a ser simpática com os colegas. (estado faseável)
c- O João passou a gostar de linguística. (estado faseável)

(38) a- * O gnu passou a pastar. (processo)
b- * O João passou a construir uma casa. (processo culminado)
c- * A Maria passou a ligar o computador. (culminação)

De acordo com Cunha (1998c), os dados que acabámos de observar indiciam que os operadores sob análise se encontram, por assim dizer, em distribuição complementar: enquanto *começar a* requer forçosamente a presença de (fases de) eventos (básicos ou derivados) para se constituírem como o seu "*input*" apropriado, *passar a* selecciona obrigatoriamente (fases de) estados. Em consequência, esta hipótese prediz que só os

elementos que partilhem propriedades das duas categorias referidas poderão surgir, indiferentemente, sob o escopo de ambos os operadores. Tal previsão parece, de facto, confirmar-se: se os estados "não faseáveis" (categoria portadora de características exclusivamente estativas) apenas podem comparecer com *passar a* (cf. (39)) e se os processos (classe tipicamente eventiva) admitem unicamente a presença de *começar a* (cf. (40)), já os estados "faseáveis", que tanto podem receber uma interpretação estativa quanto uma leitura processual, ocorrem, sem se depararem com quaisquer dificuldades, com os dois elementos em causa (cf. (41)):

(39) a- ?? A Maria começou a ser do Boavista. (estado não faseável)
b- A Maria passou a ser do Boavista. (estado não faseável)
(40) a- O leão começou a dormir. (processo)
b- * O leão passou a dormir. (processo)
(41) a- A festa começou a ser divertida. (estado faseável)
b- A festa passou a ser divertida. (estado faseável)

Devemos sublinhar, contudo, que o operador *passar a* não ocorre, uniformemente, com todos os tipos de estados. Com efeito, parecem existir determinadas restrições à comparência de *passar a*, mesmo em contextos estativos, como os exemplos seguintes nos revelam:

(42) a- ??/* Ontem, o João passou a estar doente.
b- * A Maria passou a estar grávida.
c- * Ontem, a Ana passou a ter frio.

Afigura-se-nos bastante óbvia a impossibilidade de invocar o carácter [±faseável] associado aos estativos para justificar ou explicar tais divergências de comportamento. Com efeito, parece-nos ter ficado bem claro nos exemplos anteriormente discutidos que tanto estados "não faseáveis" como estados "faseáveis" admitem a presença de *passar a*, dadas as condições adequadas para a sua ocorrência.

Uma solução para o problema em apreço talvez possa passar pela consideração da oposição, discutida em 2.1.5., entre estados de indivíduo e de "estádio" como pertinente a este respeito. Colocaremos, assim, a hipótese – a ser confirmada ao longo do presente trabalho – de que estados *manifestamente* de "estádio" não poderão surgir no escopo de

passar a.[52] Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos, em que (43), integrando estados de indivíduo, admite a comparência do operador em questão, ao passo que (44), em que figuram estados de "estádio", não parece tolerar a sua presença:

(43) a- O João passou a ser presidente do clube. (estado de indivíduo)
b- A Rita passou a ser milionária. (estado de indivíduo)
c- A Maria passou a ter um B.M.W. novo. (estado de indivíduo)

(44) a- ??/* (Mal cheguei), o semáforo passou a estar verde. (estado de estádio)
b- ??/* A Rita passou a estar milionária. (estado de estádio)
c- * (Quando chegou a casa), o João passou a ter febre. (estado de estádio)

Muito significativo, a este respeito (sobretudo se confrontado com (45)), é o contraste de aceitabilidade entre (46a), em que figura um estado de indivíduo, e (46b), em que encontramos um estado de "estádio".

(45) a- Em 1980, a vida foi difícil. (estado de indivíduo)
b- Em 1980, a vida esteve difícil. (estado de estádio)

(46) a- Em 1980, a vida passou a ser difícil. (estado de indivíduo)
b- ??/* Em 1980, a vida passou a estar difícil. (estado de estádio)

Em síntese, diremos que a oposição que se estabelece entre *começar a* e *passar a* desempenha um papel crucial na diferenciação entre estados "não faseáveis", estados "faseáveis" e eventos. Para além disso, o comportamento das situações estativas face ao

---

[52] Devemos ser extremamente cautelosos no que respeita à formulação desta hipótese para que ela possa vir a ter alguma validade. Sobretudo, é fundamental não esquecer que, tal como sucede com os estados no que diz respeito ao traço [±faseável], existem eventualidades que oscilam entre o paradigma dos estados de indivíduo e o comportamento típico dos de "estádio". Por outras palavras, nem todas as predicações se enquadram perfeitamente numa (sub)classe ou na outra, manifestando um comportamento algo "vago" no que toca à propriedade sob análise. Observe-se o seguinte exemplo ilustrativo:

(i) a- * Ontem, o João viveu em Paris.
b- O João viveu em Paris durante dois meses.
c- ?/?? Sempre que o João viveu em Paris, eu fui visitá-lo.
d- O João passou a viver em Paris.

Em casos como estes, *passar a* parece ser perfeitamente admissível, pelo que deveremos restringir a sua impossibilidade de ocorrência a estativos manifesta e inequivocamente de "estádio".

Acresce a grande variabilidade de juízos de gramaticalidade produzidos pelos falantes, mesmo nos casos em que os estados são indubitavelmente de "estádio", o que nos leva a manter algumas reservas quanto à validade da hipótese aqui adiantada.

operador *passar a* poderá eventualmente manifestar um certo grau de "sensibilidade" ao facto de nos encontrarmos perante predicados de indivíduo ou de "estádio", tal como os exemplos em (43), (44) e (46) nos sugerem.

2.2.1.3. *Parar de* e *Acabar de*

A pertinência da postulação da (sub)classe dos estados "faseáveis", por oposição à dos processos básicos, parece sair reforçada da investigação atenta ao comportamento linguístico dos diferentes tipos aspectuais de predicações em relação aos operadores *parar de* e *acabar de*. Na verdade, estes elementos apenas se mostram compatíveis com situações que, de alguma forma, contemplem processos desde a origem, o que significa que, em termos gerais, somente os processos e os processos culminados comparecerão, sem problemas, no contexto em causa. Os estados – sejam ou não de carácter "faseável" – reagem uniformemente no escopo de *parar de* e *acabar de*, ou seja, desencadeiam, em maior ou menor grau, anomalia semântica. Os exemplos que a seguir apresentamos são bem elucidativos a este respeito: só as frases em (49) e (52) se revelam aceitáveis, na medida em que são as únicas que representam processos básicos.

(47) a- * O casaco parou de ser verde. (estado não faseável)
b- * O João parou de ser Português. (estado não faseável)
c- * A Maria parou de ter um B.M.W.. (estado não faseável)

(48) a- * Os exercícios pararam de ser difíceis. (estado faseável)
b- * A Maria parou de ser simpática com os colegas. (estado faseável)
c- * O João parou de gostar de linguística. (estado faseável)

(49) a- O gnu parou de pastar. (processo)
b- O João parou de trabalhar. (processo)
c- O Zé parou de revelar as fotografias. (processo culminado)

(50) a- * O casaco acabou de ser verde. (estado não faseável)
b- * O João acabou de ser Português. (estado não faseável)
c- * A Maria acabou de ter um B.M.W.. (estado não faseável)

(51) a- * Os exercícios acabaram de ser difíceis. (estado faseável)
b- * A Maria acabou de ser simpática com os colegas. (estado faseável)

c- * O João acabou de gostar de linguística. (estado faseável)[53]

(52) a- O gnu acabou de pastar. (processo)

b- O João acabou de trabalhar (às 5 da tarde) (processo)

c- O Zé acabou de revelar as fotografias. (processo culminado)

Resumindo, diremos que os estados "não faseáveis" (muito provavelmente devido ao seu carácter não dinâmico, "uniforme", homogéneo, sem quaisquer fases sucessivas) constituem a categoria que mais restrições impõe aos operadores com que se associa, limitando-se a comparecer com aqueles que, de uma forma ou de outra, não alteram substancialmente o seu "perfil" aspectual (cf. *passar a*, *continuar a* ou *deixar de*, por exemplo; veja-se Cunha (1998c) para uma proposta de análise mais detalhada). Pelo contrário, os estados "faseáveis", dada a sua natureza, por assim dizer, "híbrida", admitem a totalidade dos operadores que se aplicam às formas estativas em geral, bem como alguns dos que seleccionam preferencialmente construções eventivas (cf. *estar a*, *andar a* e *começar a*). Finalmente, os processos combinam-se com todos os operadores de evento, incluindo os que não são possíveis com estados "faseáveis" (cf. *parar de* e *acabar de*).

O quadro que se segue procura sistematizar os padrões de ocorrência dos vários operadores aspectuais que acabámos de analisar.

QUADRO I
ESTADOS E OPERADORES ASPECTUAIS

Operadores incompatíveis com eventos	*Passar a*
Operadores incompatíveis com estados	*Parar de* *Acabar de*
Operadores incompatíveis com estados não faseáveis	*Começar a* *Estar a* *Andar a*

[53] Referimo-nos aqui exclusivamente ao verbo de operação aspectual *acabar de*, ignorando, por conseguinte, outros operadores que assumem a mesma forma linguística, designadamente aquele que combina valores temporais e aspectuais (cf. Cunha (1998[a]), 3.1.4., (1998c)).

As possibilidades combinatórias patenteadas pelos diversos verbos de operação aspectual permitem-nos, pois, distinguir não só os estados dos eventos mas também os estados "faseáveis" dos "não faseáveis" e até os estados "faseáveis" dos processos. Tal facto possibilita-nos a elaboração de "testes" como os que a seguir apresentamos:

- Apenas os estados podem comparecer sob o escopo de *passar a.*
- Os estados "não faseáveis" são necessariamente incompatíveis com *começar a*, *estar a* e *andar a.*
- Todos os estados ocasionam anomalia semântica com *parar de* e *acabar de.*

2.2.2. Os Critérios de Agentividade

O facto de as predicações estativas se caracterizarem pela manifesta ausência de marcas que, de algum modo, denotem dinamismo conduziu autores como Dowty (1979) a considerarem — pelo menos numa primeira fase da sua investigação — as expressões portadoras de traços de agentividade como critérios válidos em termos de demarcação de uma separação clara entre estados e eventos.

Os "testes" mais frequentemente invocados na literatura a este respeito são os seguintes:

- Apenas situações não estativas podem ocorrer com o Imperativo.
- Apenas predicações não estativas comparecem como complemento de verbos que supõem a presença de um agente, como *forçar*, *persuadir*, *obrigar*, *pedir*, etc.
- Apenas as construções não estativas surgem no contexto de pseudo-clivadas com *fazer*, do tipo de "O que X fez foi...".
- Apenas eventualidades não estativas podem ser combinadas com adverbiais agentivos como *voluntariamente* ou *deliberadamente* e com adverbiais de modo ou outras expressões que, de alguma forma, remetam para "actos de vontade explícitos", como é o caso de *cuidadosamente*, cautelosamente, com *atenção*, *de propósito*, etc..

Apesar de reflectirem uma tendência geral, estes "testes" não deixam, contudo, de levantar problemas de difícil resolução. Como o próprio Dowty (1979) reconhece na sua proposta de reclassificação das eventualidades, todas as classes aspectuais (inclusive a dos estados) podem ser agentivas ou não agentivas, o que impede, em última instância, que este seja um critério seguro para a determinação do carácter estativo de uma dada predicação. Assim, se (53) e (55), tal como esperado, veiculam situações não agentivas, já (54) e (56) contemplam formas estativas que admitem, sem problemas, a intervenção de um agente. Como a aplicação dos restantes "testes" de estatividade nos confirma, a presença de marcas de agentividade é indiferente ao estatuto "faseável" ou "não faseável" das expressões em causa.

(53) a- * O João está a ser alto.
b- * O João começou a ser alto.
c- * João, sê alto!
d- * A mãe persuadiu o João a ser alto.
e- * O que o João fez foi ser alto.
f- * O João foi voluntariamente alto.
g- * O João é habitualmente alto.
h- * Quando fez 6 anos, o João foi alto.

(54) a- * O Jorge está a ser presidente da república.
b- * O Jorge começou a ser presidente da república.
c- Jorge, sê presidente da república!
d- Os eleitores persuadiram o Jorge a ser presidente da república.
e- O que o Jorge fez foi ser presidente da república.
f- O Jorge foi voluntariamente presidente da república.
g- * O Jorge é habitualmente presidente da república.
h- * Quando fecharam as urnas, o Jorge foi presidente da república.

(55) a- O Inverno está a ser frio.
b- O Inverno começou a ser frio.
c- * Inverno, sê frio!
d- * Os meteorologistas persuadiram o Inverno a ser frio.
e- * O que o Inverno fez foi ser frio.
f- * O Inverno foi voluntariamente frio.

g- O Inverno é habitualmente frio.

h- Quando caíram os primeiros nevões, o Inverno foi frio.

(56) a- A Maria está a ser simpática com os colegas.

b- A Maria começou a ser simpática com os colegas.

c- Maria, sê simpática com os colegas!

d- A mãe persuadiu a Maria a ser simpática com os colegas.

e- O que a Maria fez foi ser simpática com os colegas.

f- A Maria foi voluntariamente simpática com os colegas.

g- A Maria é habitualmente simpática com os colegas.

h- Quando os encontrou na escola, a Maria foi simpática com os colegas.

Para além disso, todos os tipos de eventos podem ou não ser agentivos, como as frases que se seguem nos revelam:

(57) a- João, trabalha! (processo)

b- A mãe persuadiu o João a trabalhar. (processo)

c- O que o João fez foi trabalhar. (processo)

d- O João trabalhou voluntariamente. (processo)

(58) a- * Vento, sopra! (processo)

b- * Os meteorologistas persuadiram o vento a soprar. (processo)

c- * O que o vento fez foi soprar. (processo)

d- * O vento soprou voluntariamente. (processo)

(59) a- Guilherme, come a sopa! (processo culminado)

b- A mãe persuadiu o Guilherme a comer a sopa. (processo culminado)

c- O que o Guilherme fez foi comer a sopa. (processo culminado)

d- O Guilherme comeu voluntariamente a sopa. (processo culminado)

(60) a- * Mar, destrói as dunas! (processo culminado)

b- * O pescador persuadiu o mar a destruir as dunas. (processo culminado)

c- * O que o mar fez foi destruir as dunas. (processo culminado)

d- * O mar destruiu as dunas voluntariamente. (processo culminado)

(61) a- Maria, abre a porta! (culminação)

b- A mãe persuadiu a Maria a abrir a porta. (culminação)

c- O que a Maria fez foi abrir a porta. (culminação)

d- A Maria abriu a porta voluntariamente. (culminação)

(62) a- * João, nasce! (culminação)

b- * A mãe persuadiu o João a nascer. (culminação)

c- * O que o João fez foi nascer. (culminação)

d- * O João nasceu voluntariamente. (culminação)

Se, como acabámos de verificar, tanto os estados quanto os eventos podem (ou não) manifestar traços de agentividade, então critérios baseados numa tal propriedade semântica não devem ser encarados, em si mesmos, como decisivos para a determinação e para a identificação das diferentes classes aspectuais.

Tendo em vista todos os factos descritos até ao momento, importa reequacionar o papel e o estatuto dos designados "testes" de agentividade. Parece-nos lícito admitir que tais critérios, embora de modo algo indirecto, e ocupando sempre um lugar secundário, poderão revelar uma certa utilidade para a função que lhes foi inicialmente reservada.

Apesar do seu papel tendencialmente acessório, os diversos testes de agentividade mostram-se, em alguns casos particulares, de crucial relevância para a detecção da presença de traços identificadores de estatividade. Na realidade, existem contextos em que uma "perspectivação" estativa de determinadas predicações é acompanhada pelo "cancelamento" das propriedades de agentividade que eventualmente as caracterizem. Um dos exemplos mais evidentes do que aqui foi dito será, sem dúvida, a aplicação do Progressivo: quando combinado com estruturas eventivas que manifestam agentividade, este operador aspectual, ao comutá-las em estados (cf. 3.2.), parece limitar fortemente as suas possibilidades de leitura agentiva. Comparem-se (63) e (64) com as construções não progressivas correspondentes.

(63) a- * Guilherme, está a comer a sopa!

b- * A mãe persuadiu o Guilherme a estar a comer a sopa.

c- * O que o Guilherme fez foi estar a comer a sopa.

d- O Guilherme esteve a comer a sopa voluntariamente.

(64) a- * Maria, está a abrir a porta!

b- * A mãe persuadiu a Maria a estar a abrir a porta.

c- * O que a Maria fez foi estar a abrir a porta.

d- A Maria esteve a abrir a porta voluntariamente.

Observemos que parecem existir algumas divergências muito subtis, mas nem por isso negligenciáveis, no interior do conjunto dos "testes" de agentividade. Na verdade, dados como os presentes em (63) e (64) apontam para a necessidade de uma distinção entre os adverbiais agentivos, que suportam informação de carácter essencialmente "volicional", e os restantes "testes", que, para além desta, estarão em condições de oferecer indicações suplementares, possivelmente relacionáveis com factores como o dinamismo das predicações com que se combinam.

Ao longo do presente trabalho, defenderemos, por conseguinte, a manutenção dos critérios ligados à agentividade enquanto "testes" complementares para o "diagnóstico" da estatividade; em determinados casos específicos, poderão mesmo constituir-se como auxiliares preciosos no que toca à clarificação do carácter não dinâmico das predicações envolvidas.

2.2.3. Leituras Preferenciais de Certos Tempos Gramaticais

Em línguas como o Português, existem tempos gramaticais que, sob um certo ponto de vista, se mostram "sensíveis" à categoria aspectual das situações com que se combinam, podendo a sua interpretação preferencial sofrer variações de acordo com as propriedades aspectuais mais relevantes das eventualidades em causa. A oposição entre estados e eventos desempenha, também aqui, um papel fundamental, pelo que não será muito difícil encontrar critérios que, a este nível, de alguma forma nos ajudem a detectar as marcas de estatividade associadas a uma dada predicação. O Presente do Indicativo é reconhecidamente um destes tempos gramaticais, na medida em que só em conjugação com construções estativas parece poder transmitir valores de "presente real", ou seja, de se assumir como uma forma deíctica, de cariz meramente "relacional", que remete pura e simplesmente para a sobreposição entre (o tempo de) um determinado estado de coisas e o tempo da enunciação. Por outras palavras, nos seus contextos de ocorrência mais "neutros" (e ignorando, pelo menos por agora, outros valores alternativos, notoriamente menos frequentes e, por outro lado, bem mais dependentes da influência de condições previamente estabelecidas), o Presente do Indicativo oscila entre uma interpretação exclusivamente temporal com os estados e uma leitura de tipo frequentativo ou habitual com os eventos.

Estaremos, pois, em condições de avançar com o seguinte critério para a distinção entre estados e não estados:

- ❖ Em contexto neutro, somente com estados é que o Presente do Indicativo ostenta um valor temporal de "presente real", impondo interpretações habituais ou frequentativas a todas as outras classes aspectuais.

Os exemplos que a seguir apresentamos afiguram-se-nos muito significativos a este respeito: (65) e (66), em que comparecem estados, recebem, com efeito, uma leitura preferencial de simples localização temporal, ao contrário do que sucede com (67) (que integra predicações de natureza eventiva), em que a habitualidade ou a frequência parecem estar indissociavelmente ligadas à interpretação do Presente do Indicativo.

(65) a- O João é saudável. (estado não faseável)
b- A Maria é rica. (estado não faseável)
c- Esta ponte tem trinta metros de altura. (estado não faseável)

(66) a- A Ana é simpática. (estado faseável)
b- O exame é difícil. (estado faseável)
c- O João está doente. (estado faseável)

(67) a- O gnu pasta (todos os dias pela manhã). (processo)
b- O João lê o jornal (habitualmente). (processo culminado)
c- A Maria liga o computador (frequentemente). (culminação)

Variações interpretativas semelhantes podem ser encontradas no comportamento linguístico do Pretérito Perfeito Composto (cf. (68)) e do Imperfeito do Indicativo, que, todavia, quando em interacção com eventos, a par da leitura habitual/frequentativa típica, admite igualmente, sob certas condições, uma interpretação muito próxima da desencadeada pelo Progressivo (cf. (69)h,i,j).

(68) a- O João tem sido saudável. (estado não faseável)
b- A Maria tem sido rica. (estado não faseável)
c- A Ana tem sido simpática. (estado faseável)
d- O João tem estado doente. (estado faseável)
e- O gnu tem pastado (todos os dias pela manhã). (processo)

f- O João tem lido o jornal (habitualmente). (processo culminado)

g- A Maria tem ligado o computador (frequentemente). (culminação)

(69) a- O João era saudável. (estado não faseável)

b- A Maria era rica. (estado não faseável)

c- A Ana era simpática. (estado faseável)

d- O João estava doente. (estado faseável)

e- O gnu pastava (todos os dias pela manhã). (processo)

f- O João lia o jornal (habitualmente). (processo culminado)

g- A Maria ligava o computador (frequentemente). (culminação)

h- Quando o leão o atacou, o gnu pastava (= estava a pastar). (processo)

i- Entrei na sala; o João lia (= estava a ler) o jornal. (processo culminado)

j- Quando a electricidade faltou, a Maria ligava (= estava a ligar) o computador. (culminação)

O carácter dúplice ou "híbrido" que atribuímos aos estados "faseáveis" também neste caso parece estar perfeitamente perceptível: embora provavelmente a sua leitura preferencial, em contexto nulo, seja a de "presente real", uma interpretação de natureza habitual não é excluída em configurações apropriadas, ao contrário do que acontece com os estados "não faseáveis". Comparem-se (70) e (71):

(70) a- * O João é saudável todos os dias pela manhã. (estado não faseável)

b- * A Maria é habitualmente rica. (estado não faseável)

c- * Esta ponte tem frequentemente trinta metros de altura. (estado não faseável)

(71) a- A Ana é simpática todos os dias pela manhã. (estado faseável)

b- O exame é habitualmente difícil. (estado faseável)

c- O João está frequentemente doente. (estado faseável)

Pelo que ficou dito, parece-nos ser lícito concluir que o comportamento linguístico de alguns tempos gramaticais do Português face às diversas classes aspectuais permite o estabelecimento de "testes" para a determinação da presença vs. ausência de marcas de estatividade nas predicações a avaliar.

2.2.4. Compatibilidades com Adverbiais Temporais

Embora, isoladamente, as possibilidades combinatórias dos estados com os vários Adverbiais Temporais não nos permitam identificar, de forma inequívoca, esta categoria aspectual, a sua apreciação conjunta poderá ser encarada como mais um instrumento de grande valor para a avaliação e para a caracterização da estruturação interna que lhe está subjacente, pelo que se justifica inteiramente deter um pouco da nossa atenção sobre o assunto.

Tal como sucede com os processos, os estados ocorrem naturalmente no contexto de adverbiais que exprimem "simples" duração no tempo, distinguindo-se, a este nível, dos processos culminados e das culminações (cf. (72)):

(72) a- O João foi Português durante vinte anos. (estado não faseável)
b- A Maria teve um B.M.W. durante três anos. (estado não faseável)
c- O Miguel esteve doente durante uma semana. (estado faseável)
d- O Rui foi simpático durante uma hora. (estado faseável)
e- A Rita viajou durante um mês. (processo)
f- ??/* O Pedro fez o puzzle durante meia hora.[54] (processo culminado)
g- * O gato morreu durante duas horas. (culminação)

Enquanto eventualidades atélicas, os estativos revelam-se de todo incompatíveis com adverbiais que, de alguma forma, procedam a uma medição do estado de coisas que acompanham através da completa identificação da extensão do intervalo que descrevem com a totalidade da situação em causa, estabelecendo o seu término. Os exemplos que se seguem parecem confirmar estes factos.

(73) a- * O João foi Português em vinte anos. (estado não faseável)
b- * A Maria teve um B.M.W. em três anos. (estado não faseável)
c- * O João esteve doente numa semana. (estado faseável)

[54] Ignoramos aqui a possibilidade de conversão de um processo culminado num processo, que tornaria este exemplo perfeitamente aceitável.

d- * O Rui foi simpático numa hora. (estado faseável)

e- ??/* A Rita viajou num mês. (processo)

f- O Pedro fez o puzzle em meia hora. (processo culminado)

g- (??/*) O gato morreu em dois dias. (culminação)

No que diz respeito aos adverbiais pontuais, os estados tanto podem manter com eles uma relação de inclusão (sobretudo – mas não obrigatoriamente – em construções envolvendo o Imperfeito do Indicativo; ver (74a,b,c,d)) ou dar origem a anomalia semântica (cf. (74e,f,g,h)).

(74) a- Às duas da tarde, o semáforo estava/esteve verde.

b- Às duas da tarde, a Maria estava/esteve cansada.

c- Às duas da tarde, o suspeito estava/esteve em casa da vítima.

d- Às duas da tarde, a Ana tinha/teve 40 graus de febre.

e- Às duas da tarde, o casaco ? era/?? foi verde.

f- Às duas da tarde, a Maria ?? era/foi simpática.

g- Às duas da tarde, o Rui ?? era/? foi médico.

h- Às duas da tarde, a Rita ? vivia/?? viveu na Holanda.[55]

Uma observação atenta das frases aqui apresentadas indicia que as divergências de aceitabilidade que surpreendemos nestes exemplos se ficam a dever, essencialmente, ao facto de estarmos perante estados de indivíduo ou de "estádio". Com efeito, a leitura de inclusão do adverbial pontual no tempo de duração do estativo parece estar limitada aos estativos de "estádio", na medida em que os de indivíduo conduzem tendencialmente a problemas ao nível da interpretação.

Embora plenamente conscientes dos obstáculos com que a nossa hipótese terá que se confrontar, não nos escusaremos a formular o seguinte critério:

- Apenas os estados de "estádio" se mostram compatíveis com adverbiais pontuais, dando origem a uma leitura de inclusão.

[55] Sobre as divergências entre Pretérito Perfeito e Imperfeito no contexto de predicações estativas, cf. 4.1..

2.2.5. Comportamento no Contexto de Orações Temporais com *Quando*

Vlach (1981), 2.1., observa que as formas estativas se comportam de modo muito específico no que diz respeito às orações temporais introduzidas por *quando*. Enquanto parte significativa dos eventos estabelece uma relação de sucessividade temporal com as referidas estruturas, de tal forma que, em termos muito gerais, estas os precedem (cf. "Quando o João chegou a casa, a Maria saiu"), os estados remetem para um intervalo que parece "incluir" o tempo em que decorrem (os eventos das) orações temporais com *quando*, i.e., começam antes da situação por elas veiculada, podendo prolongar-se para além do intervalo que a caracteriza (cf. "Quando a conheci, a Maria era jovem").

Tomando como ponto de partida tais divergências, Cunha (1999) procura explorar o impacto das propriedades aspectuais consideradas mais relevantes no contexto das orações temporais envolvendo *quando*. Deste trabalho resultam algumas propostas que nos podem ser úteis para a formulação de "testes" de estatividade.

Dado que, com o Pretérito Perfeito, somente os eventos (básicos ou derivados) têm a capacidade de integrar orações principais no âmbito de construções envolvendo *quando* com valor temporal, apenas os estados "faseáveis" convertidos em processos (ou seja, desencadeando uma interpretação claramente sucessiva) reúnem as condições necessárias para surgirem nos contextos em causa. Os exemplos (75) e (76) são bastante elucidativos a este respeito: unicamente no segundo caso nos deparamos com estruturas aceitáveis, mas ostentando sempre uma leitura de sucessividade, paralela à dos eventos.

(75) a- * Quando o tingi, o meu casaco foi verde.
b- * Quando fez 16 anos, o João foi alto.
c- * Quando entrou para o liceu, a Maria soube inglês.

(76) a- Quando eles mais precisaram, a Maria foi simpática com os colegas.
b- Quando teve de fazer os trabalhos, o Miguel foi preguiçoso.
c- Quando regressou de África, o João esteve doente.

Nas orações subordinadas introduzidas por *quando*, pelo contrário, o contraste que se estabelece entre estados "faseáveis" e "não faseáveis" deixa de desempenhar um papel tão preponderante. Mesmo com o Pretérito Perfeito, todos os tipos de estativos parecem manter as suas propriedades características inalteradas, designadamente a de

englobarem ou de incluírem os eventos com que comparecem. Apesar disso, na grande maioria dos casos, a classe aspectual sob análise é considerada algo anómala nestas estruturas, por razões que merecem uma atenção que ultrapassa em muito o âmbito do presente trabalho. Assim, em (77) surpreendemos tanto estados de natureza [+faseável] quanto [-faseável] que contêm ou incluem, no intervalo que ocupam, os eventos das orações principais com que ocorrem e em (78) deparamos com exemplos que ilustram anomalia semântica.

(77) a- Quando o Jorge foi presidente, visitou Marrocos. (estado não faseável)
b- Quando o António foi maior de idade, mudou-se para Lisboa. (estado não faseável)
c- Quando o João esteve doente, a Maria visitou-o. (estado faseável)
d- Quando estivemos em Londres, fotografámos o Tamisa. (estado faseável)

(78) a- * Quando o meu casaco foi verde, mandei-o tingir. (estado não faseável)
b- * Quando o Rui foi alto, inscreveu-se no basketball. (estado não faseável)
c- * Quando o Miguel foi preguiçoso, não fez os trabalhos. (estado faseável)
d- * Quando o João gostou do livro, leu-o todo. (estado faseável)

Estamos, pois, em condições de formular dois "testes" importantes, um referente à distinção entre estados e eventos e o outro respeitante à diferenciação entre estados "faseáveis" e "não faseáveis".

- Em combinação com o Pretérito Perfeito, somente os estados (que não ocasionem anomalia semântica) podem ocorrer numa oração subordinada introduzida por *quando* com uma leitura preferencial de "inclusão" dos eventos da oração principal.
- Em combinação com o Pretérito Perfeito, somente os estados "não faseáveis" são impossíveis na oração principal de uma construção temporal envolvendo *quando*.

Os dados aqui apresentados sugerem que as construções temporais envolvendo *quando* parecem ser sensíveis ao "perfil" aspectual das predicações que nelas intervêm. Retomaremos este tema, de forma mais abrangente, no capítulo 4, quando abordarmos a complexa interacção entre os estativos e os diversos tipos de orações temporais.

2.2.6. Notas Finais

A secção que agora concluímos foi integralmente dedicada ao desenvolvimento de critérios de natureza linguística susceptíveis de se constituírem como "testes" para a determinação da presença de marcas de estatividade nas predicações. O exame atento das diversas construções envolvidas conduziu-nos ao estabelecimento de três distinções fundamentais, que sistematizamos em seguida:

1. Estados vs. Eventos.

- Somente os estados podem surgir sob o escopo do operador aspectual *passar a.*
- Somente os estados (e culminações) são de todo incompatíveis com operadores como *parar de* e *acabar de.*
- Somente os estados ostentam uma leitura preferencial de "presente real" quando comparecem com o Presente do Indicativo.
- Somente os estados (mesmo se combinados com o Pretérito Perfeito) ostentam uma leitura preferencial de inclusão dos eventos da oração principal no contexto de orações subordinadas temporais introduzidas por *quando.*

2. Estados "Faseáveis" vs. Estados "não faseáveis".

- Somente os estados "não faseáveis" se mostram incompatíveis com operadores aspectuais como *estar a*, *andar a* ou *começar a.*
- Somente os estados "não faseáveis" estão impedidos de surgir em construções que, de alguma forma, suponham frequência ou habitualidade, ocasionando, por conseguinte, anomalia semântica com expressões que remetam para leituras desse teor (Ex.: *frequentemente*, *habitualmente*, etc.).
- Somente os estados "não faseáveis" estão impedidos de comparecer, no Pretérito Perfeito, em orações principais de construções temporais envolvendo *quando.*

3. Estados de Indivíduo vs. Estados de "Estádio".

- ❖ Somente os estados de "estádio" parecem não estar sujeitos a quaisquer restrições adicionais no que toca às suas possibilidades combinatórias com adverbiais de duração e de localização temporal.
- ❖ Somente os estados de "estádio" podem ser "quantificados" com o recurso a expressões como *sempre que*, *todas as vezes que*, etc.
- ❖ Somente os estados manifestamente de "estádio" parecem revelar certas dificuldades de ocorrência com o operador *passar a*.
- ❖ Somente os estados de "estádio" se compatibilizam com adverbiais pontuais, produzindo uma interpretação preferencial de "inclusão" do adverbial no (tempo da) situação.

Para além dos critérios distintivos já apontados, existem outros que, embora de forma menos directa, podem ser de alguma utilidade para a determinação do carácter estativo de uma predicação. Referimo-nos, especificamente, aos designados "testes" de agentividade (cf. 2.2.2.) e aos dados referentes à conjugação dos estados com adverbiais temporais (cf. 2.2.4.).

Observemos, na esteira de autores como Binnick (1991), que a grande maioria dos comportamentos linguísticos descritos ao longo da presente secção pode ser encarada como o resultado ou a consequência natural das diversas propriedades que atribuímos às formas estativas. Nesse sentido, o carácter durativo e atélico deste tipo de situação está espelhado nas suas possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais, enquanto o seu padrão de ocorrência face aos "testes" de agentividade, aos operadores aspectuais e às orações com *quando* se relaciona estreitamente com a manifesta ausência de traços de dinamismo e com a estrutura "uniforme" que ostenta.

Importa, finalmente, sublinhar que cada "teste", por si só, não comporta quaisquer indicações de carácter definitivo nem poderá conduzir, isoladamente, a resultados de todo conclusivos acerca do estatuto categorial de uma predicação; apenas a interacção conjugada dos diversos critérios envolvidos permite uma avaliação completa e rigorosa para a detecção das marcas de estatividade eventualmente presentes num enunciado.

CONCLUSÕES

O capítulo que agora encerramos foi quase exclusivamente dedicado à elucidação de algumas questões preliminares que "gravitam" em torno do conceito de estatividade. Poderemos retirar as seguintes conclusões.

- Os linguistas que investigam a complexa problemática do Aspecto parecem ser unânimes em considerar os estados como eventualidades caracterizáveis através dos traços [-dinâmico], [+durativo] e [-télico].
- O conjunto formado pelas predicações estativas está longe de se constituir como uma classe inteiramente homogénea; pelo contrário, engloba em si estruturas que manifestam comportamentos linguísticos algo divergentes, sendo, por isso, desejável estabelecer e caracterizar subclasses no interior da referida categoria.
- No que toca à natureza dos elementos linguísticos que suportam a estatividade, é possível distinguir entre estados lexicais, estados derivados da aplicação de operadores e de "perspectivadores" aspectuais, estados resultativos, estados habituais, etc. Todos eles podem ser de carácter [+faseável], se convertíveis em processos, ou [-faseável], se incapazes de sofrer comutações no interior da Rede Aspectual. Para além disso, estaremos perante estados de indivíduo, nos casos em que se verifique uma referência directa a entidades desta natureza, ou de "estádio", sempre que a predicação é efectuada sobre "porções" ou "partes" de indivíduos espacio-temporalmente estruturadas.
- As diferentes subclasses de estativos interagem entre si, permitindo uma descrição mais adequada da multiplicidade de formas linguísticas e da variedade de configurações em que se encontram envolvidas. Por outro lado, a introdução de um conceito como o de "faseabilidade" possibilita uma melhor compreensão da relação entre estados e eventos ao estabelecer uma "ponte" entre estes dois tipos de situação.
- Existe um vasto conjunto de "testes" linguísticos para a estatividade, capazes não só de demarcar a fronteira entre estados e eventos, mas também de detectar as oposições que se estabelecem entre estados "faseáveis" e "não faseáveis" e entre estados de indivíduo e de "estádio". Estes "testes" incluem divergências de

comportamento no que respeita a verbos de operação aspectual e a adverbiais temporais, diferenças interpretativas face a certos tempos gramaticais, como o Presente do Indicativo, e a orações introduzidas por *quando*.

- Verificámos que "testes" tradicionalmente utilizados para a determinação da estatividade revelam fragilidades evidentes ao nível da sua aplicação concreta. Referimo-nos, particularmente, aos designados "testes" de agentividade, que se mostraram pouco operativos no que respeita à distinção entre estados e eventos. Com efeito, observámos que toda e qualquer classe aspectual pode ser agentiva ou não agentiva. No entanto, o recurso ao critério em questão não deverá ser totalmente descartado na medida em que, em casos particulares, desempenha um papel crucial na detecção da presença de marcas de estatividade (por exemplo no que se refere às formas progressivas).

CAPÍTULO 3

A REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA DA ESTATIVIDADE: OS DIFERENTES TIPOS DE ESTADOS

Tendo sido propostos, no capítulo anterior, variados critérios para a determinação da estatividade, importa, agora, avaliar a sua operacionalidade, confrontando-os com as diversas expressões linguísticas portadoras da característica que pretendem identificar. Por outras palavras, torna-se necessário "testar" as hipóteses de teorização que aqui desenvolvemos, por forma a obtermos a confirmação (ou a infirmação) da sua validade e da sua efectiva eficácia em termos descritivos.

Nesse sentido, dedicaremos o presente capítulo à investigação do carácter estativo de certas construções, usualmente concebidas como veiculando tal classe aspectual, com vista a uma compreensão mais aprofundada dos diferentes mecanismos, principalmente de natureza semântica, que regem o seu "funcionamento". Assim sendo, a análise que nos propomos efectuar irá incidir fundamentalmente nas configurações linguísticas que se associam a diferentes tipos de estados. À luz dos critérios apontados, exploraremos o comportamento linguístico das referidas estruturas, procurando, desse modo, determinar o estatuto categorial que lhes é conferido e as diferentes propriedades aspectuais que as

caracterizam. Faremos uso dos vários "testes" propostos em 2.2. com vista à avaliação da sua adequação no que diz respeito à detecção da presença da estatividade.

Assim, na secção 3.1., voltaremos a nossa atenção para os estativos de origem eminentemente lexical; em 3.2. analisaremos os estados obtidos a partir da aplicação de "verbos de operação aspectual" (estados progressivos, estados cessativos, entre outros), bem como de verbos de "perspectivação" aspectual (caso de estados pré-preparatórios); 3.3. procurará dar conta dos estados ditos resultativos, em conexão com a questão da perfectividade. Finalmente, em 3.4., debruçar-nos-emos sobre os estados habituais.

3.1. OS ESTADOS LEXICAIS

Tal como já referimos no primeiro capítulo deste trabalho, a componente lexical desempenha um papel primordial no que diz respeito à constituição e à caracterização do "perfil" aspectual a atribuir aos diferentes tipos de situações. Esta contribuição parece ser composicionalmente determinada, verificando-se uma interdependência entre os vários elementos que dão corpo à predicação, e não a sua actuação de forma isolada. Investigaremos, em seguida, as estruturas cujo valor de estatividade é conferido, basicamente, pelos itens lexicais que lhes estão na origem.

3.1.1. Estruturas com Predicadores Verbais

As estruturas estativas que integram predicadores verbais encontram-se associadas a configurações sintácticas muito diversificadas. De facto, surpreendemos construções intransitivas (cf. (1a)), transitivas (cf. (1b,c)) ou subcategorizando SPs de natureza argumental (cf. (1d)) capazes de veicular eventualidades desta espécie:

(1) a- O Diabo existe.
b- O João ama a Maria.
c- O Reinaldo tem um B.M.W..
d- A Rita vive na Holanda.

Que estamos perante estados, confirma-o a aplicação dos "testes" propostos no final do capítulo anterior: todas as estruturas referidas em (1) são susceptíveis de se combinarem, sem problemas, com o operador *passar a* (cf. (2)), são incompatíveis com operadores aspectuais do tipo de *parar de* ou de *acabar de* (cf. (3)), obtêm uma leitura preferencial de "presente real" com o Presente do Indicativo (cf. (4)) e, combinadas com o Pretérito Perfeito, no contexto de orações temporais introduzidas por *quando*, ou dão origem a anomalia semântica, ou englobam o evento da oração principal (cf. (5)).

(2) a- (Quando foi criado), o Diabo passou a existir.
b- O João passou a amar a Maria.
c- O Reinaldo passou a ter um B.M.W..
d- A Rita passou a viver na Holanda.

(3) a- * O Diabo parou/acabou de existir.
b- * O João parou/acabou de amar a Maria.
c- * O Reinaldo parou/acabou de ter um B.M.W..
d- * A Rita parou/acabou de viver na Holanda.

(4) a- O Diabo existe (neste momento).
b- O João ama a Maria (neste momento).
c- O Reinaldo tem um B.M.W. (neste momento).
d- A Rita vive na Holanda (neste momento).

(5) a- * Quando o Diabo existiu, as pessoas fugiram das cidades.
b- * Quando o João amou a Maria, pediu a sua mão em casamento.
c- * Quando o Reinaldo teve um B.M.W., levou toda a família a passear. [56]
d- Quando a Rita viveu na Holanda, visitou os campos de tulipas.

Se as propostas de análise para as construções estativas esboçadas no capítulo 2 estão correctamente formuladas, é previsível que estados lexicais "não faseáveis" tanto possam predicar sobre indivíduos quanto sobre "estádios". os dados que apresentamos em seguida parecem, com efeito, confirmar tal hipótese.

[56] Consideramos aqui unicamente a interpretação estativa desta construção, equivalente a "possuir", ignorando uma eventual leitura eventiva, correspondente a "obter".

Comparem-se, a este respeito, (6) e (7), que dão conta dos vários testes relativos à distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", com (8) e (9), que ilustram a oposição entre predicados de indivíduo e de "estádio".

(6) a- * O João está a ter 1,80 m. de altura.
b- * O João começou a ter 1,80 m. de altura.
c- * O João tem 1,80 m. de altura habitualmente.
d- * Quando fez 18 anos, o João teve 1,80 m. de altura.

(7) a- * A Maria está a ter 40 graus de febre.
b- * A Maria começou a ter 40 graus de febre.
c- (*) A Maria tem 40 graus de febre habitualmente.[57]
d- ?/?? Quando chegou a casa, a Maria teve 40 graus de febre.

(8) a- * Ontem, o João teve/tinha 1,80 m. de altura.
b- * Sempre que o João tem 1.80 m. de altura, joga basketball.
c- Por volta dos 18 anos, o João passou a ter 1,80 m. de altura.
d- * Às 5 da tarde, o João teve/tinha 1,80 m. de altura.

(9) a- Ontem, a Maria teve/tinha 40 graus de febre.
b- Sempre que a Maria tem 40 graus de febre, começa a delirar.
c- ?/?? Depois de chegar a casa, a Maria passou a ter 40 graus de febre.
d- Às 5 da tarde, a Maria teve/tinha 40 graus de febre.

Tendo em vista as observações realizadas na secção 2.2., podemos concluir que tanto (6) como (7) dão conta de estados de tipo "não faseável", como a impossibilidade do seu surgimento sob o escopo de *estar a* e de *começar a*, a grande dificuldade que revelam no que toca à comparência em estruturas envolvendo habitualidade e a evidente incapacidade de ocorrência, em conjugação com o Pretérito Perfeito do Indicativo, nas orações principais de configurações temporais introduzidas por *quando* nos confirmam.

---

[57] Um número bastante significativo de falantes parece aceitar frases deste género. Tal facto, no entanto, não deverá ser invocado como um contra-argumento para a teorização que temos vindo a desenvolver. Com efeito, os falantes em causa estarão a assumir que o "teste" relativo às construções habituais será condicionado, não pela distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", mas antes pela oposição que se verifica entre estados de indivíduo e de "estádio", comportando-se de um modo muito semelhante à quantificação de situações por expressões como *sempre que*. Não nos encontramos, neste momento, em condições de tomar uma posição definitiva sobre o assunto, pelo que optaremos aqui por manter este teste no conjunto dos que permitem estabelecer a diferenciação entre estados [+faseáveis] e [-faseáveis], não deixando, contudo, de sublinhar as nossas incertezas quanto ao papel que tal critério deverá desempenhar no funcionamento global do tratamento em questão.

No entanto, a análise do comportamento das duas situações em causa face aos "testes" que preconizámos para a distinção entre estados de indivíduo e de "estádio" diverge muito significativamente: enquanto a predicação em (8) parece manifestar restrições quanto à combinação com adverbiais de localização temporal, não se deixa quantificar por expressões como *sempre que*, admite, sem dificuldades, a inserção sob o escopo de *passar a* e coloca sérios obstáculos a uma interpretação inclusiva de adverbiais pontuais – indícios suficientes de que estamos perante um estado de indivíduo –, já a situação representada em (9) ostenta o comportamento inverso, o que significa, de acordo com o que propusemos anteriormente, que se tratará de um estativo aplicável exclusivamente a "estádios".

Por outras palavras, os dados que acabámos de apresentar indiciam fortemente a necessidade de postular uma separação bem clara entre a "faseabilidade" dos estados e o âmbito da sua aplicação, na medida em que estados não convertíveis em processos tanto podem predicar sobre indivíduos como sobre "estádios".

No que respeita aos estados "faseáveis", a teoria prediz que, de modo geral, todos eles possam ser aplicáveis a "estádios", considerando que, a partir do momento em que tais eventualidades são convertidas em processos, essa opção lhes está automaticamente acessível (recordemos que todos os eventos predicam, por natureza, sobre "estádios"). Apesar disso, contrastem-se os seguintes exemplos, em que (10) e (11) manifestam um comportamento praticamente idêntico no que se refere ao parâmetro da "faseabilidade", enquanto as estruturas paralelas, em (12) e (13), revelam divergências sensíveis quando se trata de avaliar o seu estatuto no que toca à oposição entre predicados de indivíduo e de "estádio":

(10) a- O João está a gostar da Maria.
b- O João começou a gostar da Maria.
c- Habitualmente, o João gosta da Maria.
d- Quando a conheceu, o João gostou da Maria.

(11) a- O Jorge está a detestar a aula de matemática.
b- O Jorge começou a detestar a aula de matemática.
c- Habitualmente, o Jorge detesta a aula de matemática.
d- Quando chegaram as equações, o Jorge detestou a aula de matemática.

(12) a- Ontem, o João ?? gostou/gostava da Maria.
b- ??/* Sempre que o João gosta da Maria, pede-a em casamento.

c- O João passou a gostar da Maria.

d- Às 5 da tarde, o João ??/* gostou/gostava da Maria.

(13) a- Ontem, o Jorge detestou/? detestava a aula de matemática.

b- Sempre que o Jorge detesta a aula de matemática, joga batalha naval com os colegas.

c- ? (Quando a professora propôs os exercícios), o Jorge passou a detestar a aula de matemática.

d- Às 5 da tarde, o Jorge detestou/? detestava a aula de matemática.[58]

Ainda que um tanto ou quanto esbatidas, as divergências que surpreendemos entre (12) e (13) não deixam de ser bastante significativas: no primeiro caso, estaremos perante um estativo que se aproxima preferencialmente dos predicados de indivíduo, ao passo que, no segundo, o comportamento linguístico patenteado pela situação envolvida tende a identificar-se com o dos predicados de "estádio". Isto significa que, mesmo no contexto de estados "faseáveis", a independência da oposição entre estados de indivíduo e de "estádio", embora de forma algo mitigada, dadas as características das predicações em causa, parece, ainda assim, persistir até um certo ponto.

Resumindo, poderemos afirmar que os estados lexicais com predicador verbal se acomodam perfeitamente aos padrões de comportamento linguístico que propusemos no final do capítulo 2 para as eventualidades estativas, confirmando, assim, as hipóteses aí adiantadas.

Atentemos, agora, nos casos em que o predicador que desencadeia estatividade é de natureza não verbal, ou seja, nos estados formados a partir de predicadores nominais, adjectivais e preposicionais.

---

[58] Sublinhe-se que as divergências observadas nestes exemplos não se encontram na dependência directa dos verbos envolvidos, mas, pelo contrário, resultam das propriedades ostentadas pelo todo da predicação, em particular no que diz respeito ao Sintagma Verbal. A permutação dos argumentos internos dos verbos em (12) e (13), com a consequente alteração interpretativa, confirma o que acabámos de explicitar (comparem-se os exemplos referidos com (i) e (ii)):

(i) a- Ontem, o João ? detestou/detestava a Maria.
b- ?? Sempre que o João detesta a Maria, expulsa-a do quarto.
c- O João passou a detestar a Maria.
d- Às 5 da tarde, o João ?? detestou/detestava a Maria.

(ii) a- Ontem, o Jorge gostou/?? gostava da aula de matemática.
b- Sempre que o Jorge gosta da aula de matemática, escuta a professora com muita atenção.
c- ? (Quando a professora propôs os exercícios), o Jorge passou a gostar da aula de matemática.
d- Às cinco da tarde, o Jorge gostou/?? gostava da aula de matemática.

3.1.2. Estruturas com Predicadores Adjectivais, Nominais e Preposicionais

Muitos estativos contemplam, na sua estruturação, predicadores não verbais (i.e., predicadores de natureza adjectival, nominal ou preposicional, combinados com verbos como *ser*, *estar*, *continuar*, *ficar*, etc.). Como veremos – e ao contrário do que sugerem algumas abordagens tradicionais – os designados "verbos copulativos" que participam neste tipo de construção estão longe de ser categorias semanticamente irrelevantes, entidades inteiramente desprovidas de significação, meros elementos de "suporte" para a expressão predicativa; pelo contrário, irão desempenhar um papel crucial ao nível da informação aspectual veiculada pelas situações em que ocorrem.

3.1.2.1. *Ser* vs. *Estar*

Em línguas como o Português, um problema "clássico", desde há muito estudado e longamente discutido, diz respeito à diferenciação entre as formas verbais *ser* e *estar*. Com efeito, o padrão distribucional que as caracteriza coloca-nos questões deveras interessantes, já que existem contextos em que ambos os elementos podem coexistir, contrastando com outros em que apenas um deles parece ser admitido sem desencadear anomalia semântica. Por outro lado, quando as duas estruturas sob análise ocorrem numa mesma configuração sintáctica, dão lugar, na grande maioria dos casos, a leituras significativamente diferentes, o que nos leva a supor que o seu conteúdo semântico diverge de alguma maneira.

As frases que se seguem ilustram bem o que acabámos de referir: (14) contrasta exemplos em que tanto *ser* como *estar* são perfeitamente admissíveis, embora revelando especificidades interpretativas próprias; (15) apresenta contextos em que apenas a forma *ser* é possível e (16) traz-nos predicadores que seleccionam unicamente *estar*.

(14) a- O João é feliz.
a'- O João está feliz.
b- Este livro é velho.
b'- Este livro está velho.

c- O Miguel é um homem.

c'- O Miguel está um homem.

d- Os documentos são na gaveta de cima.

d'- Os documentos estão na gaveta de cima.

(15) a- Errar é humano.

a'- * Errar está humano.

b- A Terra é redonda.

b'- * A Terra está redonda.

c- O Bijagós é um cão.

c'- * O Bijagós está um cão.

d- Este copo é de vidro.

d'- * Este copo está de vidro.

(16) a- * A Maria é cansada.

a'- A Maria está cansada.

b- * A televisão é avariada.

b'- A televisão está avariada.

c- * É Sol/bom tempo.

c'- Está Sol/bom tempo.

d- * A Maria é sem dinheiro.

d'- A Maria está sem dinheiro.

Tradicionalmente, as divergências que opõem *ser* a *estar* são imputadas a factores como a duração da situação em causa (*ser* representaria estados, por assim dizer, "permanentes", enquanto *estar* remeteria para estados "temporários") ou como a relação que se estabelece entre um indivíduo e a propriedade que lhe é atribuída (*ser* descreveria propriedades "inerentes" ao passo que *estar* daria conta de atributos "acessórios"). A falibilidade deste tipo de análise é evidente, sobretudo se tomarmos em conta exemplos como os que a seguir se apresentam:

(17) O Rui é jovem.

(18) O Rui está morto.

Não se nos afigura plausível defender que a duração do estativo em (17) seja, em termos absolutos, obrigatoriamente maior do que a da eventualidade em (18), pelo que a

inadequação da adopção de um critério estritamente temporal parece ser irrefutável. Por outro lado, não será nada fácil estabelecer uma fronteira clara e estável entre o que é "permanente" e o que é "acessório": não encontramos quaisquer justificações válidas para considerar o estado de (17) mais "inerente" ao indivíduo a que se aplica do que aquele que se acha representado em (18).

Importa, por conseguinte, rever os termos em que é formulada a distinção entre estas estruturas, de modo a encontrarmos uma análise satisfatória para o seu tratamento.

Uma hipótese a explorar tem que ver com a diferença, já discutida no capítulo anterior, entre predicados de indivíduo e de "estádio": segundo esta proposta de análise, construções envolvendo *ser* remeteriam para estados de indivíduo, enquanto estruturas integrando *estar* veiculariam estados de "estádio".[59] Relativamente a outras concepções anteriores, a hipótese que agora avançamos comportará como principal vantagem, em nossa opinião, o facto de a distinção entre *ser* e *estar* espelhar uma oposição de âmbito mais abrangente no interior do conjunto das predicações estativas – a (sub)classificação em estados de indivíduo e de "estádio". Por outras palavras, as duas formas em causa não serão mais do que "reflexo" de uma categorização de natureza geral, realizada sob múltiplas interacções linguísticas, inclusivamente por meio de várias expressões lexicais independentes, como as que tivemos oportunidade de observar em 3.1.1..

É importante sublinhar, desde já, que nos encontramos face a uma categorização, por assim dizer, "flexível": não se trata de uma classificação exclusivamente dependente de propriedades rígidas ou "absolutas", univocamente atribuíveis a dados predicadores, mas, pelo contrário, acreditamos que a divisão em causa se deixa condicionar também – se assim nos podemos exprimir – por determinados elementos de índole "subjectiva", no sentido em que se relacionam muito estreitamente com a avaliação que os diferentes sujeitos falantes fazem do que se passa no designado "mundo real". A escolha de cada uma das formas verbais irá ser influenciada (pelo menos em certa medida) pelo ponto de vista que cada falante imprime à situação que deseja descrever. A hipótese que aqui pretendemos desenvolver resultará, por conseguinte, numa interdependência dinâmica e complexa entre a "perspectivação" de um dado sujeito (ao nível prático "traduzida" na liberdade de escolha de *ser* ou de *estar*, possível para um grande número de contextos) e

---

[59] A presente proposta surge na sequência de trabalhos como os desenvolvidos por Mateus et al. (1989), secção 5.4.1., em que *ser* é encarado como predicando sobre indivíduos, ao passo que *estar* ficará reservado para dar conta de "manifestações temporalmente limitadas de indivíduos". Vejam-se também, a este respeito, as propostas desenvolvidas em Cunha (1998a) e Cunha e Ferreira (2003).

as propriedades características inerentes aos predicadores envolvidos (que estarão na origem de muitas das restrições combinatórias a que já aludimos na presente secção). Assim, vai ser a focalização que cada falante tem intenção de explorar, conjugada com os condicionalismos impostos pela própria natureza semântica dos itens seleccionados, que dará forma à representação linguística final das estruturas em questão.

Para além de acomodar, sem problemas, a possibilidade de escolhas, por parte dos falantes, do "âmbito de atribuição" de algumas propriedades, o tratamento que identifica as estruturas abrangendo *ser* com estados de indivíduo e as predicações integrando *estar* com estados de "estádio" permite, igualmente, dar conta das relações de inferência que se podem surpreender entre estes dois tipos de construção. Dadas as definições, ao nível semântico, para as referidas entidades linguísticas, parece-nos óbvio que, ao passo que um predicado de indivíduo, para poder ser ratificado, envolve, de maneira obrigatória, a realização das formas correspondentes num número bastante significativo de intervalos, um predicado de "estádio", pelo contrário, não depende, em princípio, das propriedades ostentadas pelo indivíduo a que se aplica para que a sua ocorrência seja viabilizada (um "estádio", por si só, não revela a capacidade de caracterizar um indivíduo, pelo que os predicados que se lhe associam vão comparecer, por assim dizer, de modo "autónomo"). Estas intuições estão bem patentes nas relações que se estabelecem entre *ser* e *estar*: nos casos em que ambas as formas se encontram disponíveis, enquanto as frases contendo *ser* implicam sempre as suas correlativas com *estar* (por exemplo, se "O João é doente" ou se "A sala é fria" descrevem estados de coisas verdadeiros, então "O João esteve/está doente (N vezes)" e "A sala esteve/está fria (N vezes)" receberão também forçosamente um valor de verdade de "sinal" positivo), a situação inversa não se verifica (isto é, "O João está doente" ou "A sala está fria" não implicam a verdade de "O João é doente" ou de "A sala é fria", respectivamente).

A hipótese que temos vindo a advogar aqui não deixa, contudo, de se confrontar com alguns obstáculos sérios, que importa ter em conta. Passemos, pois, a uma breve análise dos principais factos que, sob um certo ponto de vista, poderão ser encarados como contra-argumentos no que diz respeito à teorização que tem vindo a ser defendida ao longo da presente subsecção.

Comecemos por voltar a nossa atenção para estruturas que, embora integrando a forma verbal *estar*, assumem, todavia, um comportamento linguístico aparentemente em divergência com os casos típicos de predicados de "estádio":

(19) a- Ontem, o João estava/* esteve vivo.

b- * Sempre que o João está vivo, sente-se feliz.

c- ??/* (Quando nasceu), o João passou a estar vivo.

d- Às duas da tarde, o João estava/* esteve vivo.[60]

(20) a- Ontem, o cão estava/* esteve morto.

b- * Sempre que o cão está morto, a Maria fica triste.

c- * (Quando sofreu o acidente), o cão passou a estar morto.

d- Às 5 da tarde, o cão estava/* esteve morto.

Em conformidade com todos os predicados de "estádio" que até agora analisámos, as situações representadas pelos exemplos (19) e (20) denotam uma certa dificuldade de ocorrência sob o escopo do operador *passar a* e (pelo menos no contexto do Imperfeito do Indicativo) convivem, sem suscitar problemas, com vários adverbiais de localização temporal, estabelecendo uma relação preferencial de inclusão com adverbiais pontuais. Porém, e ao contrário do que seria de prever, não se deixam quantificar por expressões do género de *sempre* que e a sua comparência em construções contemplando adverbiais temporais em conjugação com o Pretérito Perfeito dá origem, de modo geral, a anomalia semântica. Como poderemos, então, explicar "oscilações" tão significativas em termos de comportamento linguístico? Estaremos, de facto, perante estados de "estádio"?

Dado que, como acabámos de notar, as predicações sob análise não se distanciam excessivamente do paradigma proposto para a identificação dos predicados de "estádio" e tendo em conta que se constituem com base no verbo *estar*, continuaremos a admitir que nos encontramos perante estados de "estádio". Resta-nos, por conseguinte, procurar descobrir explicações credíveis e adequadas para a impossibilidade de quantificação das referidas construções, bem como para as dificuldades de conjugação com o Pretérito Perfeito em frases ostentando adverbiais temporais.

O conhecimento que os falantes têm do mundo parece desempenhar, a este nível, um papel fundamental. Com efeito, sabemos que situações como as descritas por formas como "estar vivo" ou "estar morto" são, por assim dizer, "irrepetíveis". Nesse sentido,

---

[60] Limitamos os nossos juízos de gramaticalidade a interpretações em que "vivo" significa "vivente", ignorando, por conseguinte, nestes exemplos, outras leituras eventualmente associadas ao adjectivo em questão. Chamamos, igualmente, a atenção para o facto de a presença do Pretérito Perfeito e do Imperfeito acarretar consequências interpretativas importantes ao nível do Aspecto, como, de resto, os exemplos em (12) e (13) já deixaram claro. Exploraremos as divergências manifestadas pelos referidos tempos gramaticais em 4.1..

dificilmente poderão integrar uma estrutura quantificacional. Isto explicará a anomalia subjacente às frases em (19b) e (20b). A par (e, em certa medida, como consequência) da "irrepetibilidade", confrontamo-nos com a "irreversibilidade" das eventualidades sob análise. Ou seja, dada a atribuição de um determinado "estádio" ao referido estativo, a identificação entre ambos torna-se única e irreversível. Sem deixar de ter em mente que estamos a lidar com predicados de "estádio", colocaremos, tentativamente, a hipótese de que a ocorrência combinada de um Pretérito Perfeito com os adverbiais de localização temporal poderá conduzir os falantes a inferir que o estado em questão, terminado num intervalo mais ou menos definido e especificado no passado, não será "irreversível" e, assim, verá reunidas todas as condições para voltar a suceder, contrariando os factos, pelo que tais estruturas serão, em princípio, rejeitadas.[61]

Acreditamos que a tentativa de explicação que procurámos explorar no parágrafo precedente será corroborada pelo facto de certos eventos – predicados tipicamente de "estádio", como já fizemos notar – "resistirem" também à quantificação em função dos conhecimentos manifestados pelos falantes. Frases como "* Sempre que o João morre, a Rita fica triste" revelam um tipo de anomalia semântica paralelo ao que surpreendemos para os estados de "estádio" ilustrados acima (não existindo dúvidas de que o presente exemplo representa uma culminação, i.e., um evento pontual, afigura-se-nos irrefutável que se trata necessariamente de um predicado de "estádio"; cf. Oliveira e Cunha (2003) e de Swart (1991)).

Parece lícito concluir do que foi dito que factores externos como o conhecimento do mundo podem, por vezes, interferir em certas propriedades dos estados de "estádio", ocasionando alterações ao nível do seu comportamento linguístico típico, sem, contudo, conduzirem obrigatoriamente a modificações substanciais no que respeita ao seu perfil aspectual básico.

Passemos à investigação do caso, bem mais complexo, das estruturas envolvendo *ser*. Observem-se os seguintes exemplos:

(21) a- Ontem, o João ?era/foi sincero.

b- Sempre que o João é sincero, ninguém acredita nele.

---

[61] Não faria sentido defender uma incompatibilidade total deste tipo de estativos com o Pretérito Perfeito, como o exemplo seguinte parece confirmar:

(i) Depois do acidente, o cão (ainda) esteve vivo durante duas horas.

c- O João passou a ser sincero.

d- Às 5 da tarde, o João ??/*era/foi sincero.

(22) a- Ontem, o trabalho ?era/foi cansativo.

b- Sempre que o trabalho é cansativo, o Rui faz pequenas pausas.

c- O trabalho passou a ser cansativo.

d- Às 5 da tarde, o trabalho ??era/foi cansativo.

A resposta para os problemas levantados por frases como (21) e (22) aparenta, de facto, ser bem mais difícil do que a solução proposta para dados como os de (19) e (20), não só porque o universo de predicações que manifestam um certo "desvio" em relação aos "testes" linguísticos é, neste caso, indubitavelmente mais alargado, mas também porque a proximidade com predicados de estádio por parte dos nossos supostos estados de indivíduo se torna muito mais evidente (apenas a possibilidade de combinação com o operador *passar a* respeita integralmente o paradigma avançado em 2.2.).

Quererá isto significar que a proposta de identificação de construções integrando *ser* com estados de indivíduo está irremediavelmente condenada ao fracasso? Pensamos que não. Nas próximas linhas, procuraremos justificar esta nossa posição.

Em primeiro lugar, importa ter em conta que apenas os estados a que atribuímos o traço [+faseável] se desviam efectivamente do paradigma que caracteriza os predicados de indivíduo. (23) e (24) procuram demonstrar que, na realidade, as frases introduzidas em (21) e (22) ilustram a referida subcategoria; em (25) e (26) damos um exemplo de um estado "não faseável", confirmando que este tipo de estrutura se comporta, em geral, como um predicado de indivíduo típico.

(23) a- O João está a ser sincero.

b- O João começou a ser sincero.

c- O João é habitualmente sincero.

d- Quando lhe perguntámos o que aconteceu, o João foi sincero.

(24) a- O trabalho está a ser cansativo.

b- O trabalho começou a ser cansativo.

c- O trabalho é habitualmente cansativo.

d- Quando obrigaram o João a levar as pedras, o trabalho foi cansativo.

(25) a- * O João está a ser alto.

b- * O João começou a ser alto.

c- * O João é habitualmente alto.

d- * Quando fez 18 anos, o João foi alto.

(26) a- * Ontem, o João era/foi alto.

b- * Sempre que o João é alto, joga basketball.

c- (Aos 18 anos,) o João passou a ser alto.

d- * Às 5 da tarde, o João era/foi alto.

A observação atenta dos diferentes dados que acabámos de apresentar sugere-nos uma interessante hipótese para a resolução do difícil problema com que nos temos vindo a confrontar: partindo do princípio de que os eventos predicam forçosamente sobre intervalos limitados de tempo, não será de todo incongruente considerar que, se apenas os estados "faseáveis" com *ser* se comportam como predicados de "estádio", então irão ser os eventos derivados a partir deles (e não os estativos em si mesmos) que assumirão a integral responsabilidade sobre a manifestação desta propriedade.

Por outras palavras, sustentamos que todos os estados envolvendo *ser* representam predicados de indivíduo (daí a compatibilidade com o operador *passar a* em qualquer dos casos); porém, quando comutados em eventos, o seu estatuto categorial sofrerá, pelo menos parcialmente, alterações significativas, entre as quais a passagem a predicado de "estádio", condição *sine qua non* para a plena realização da sua natureza eventiva.

Isto significa, em última instância, que são os eventos derivados a partir de estados "faseáveis" que estão em causa em estruturas como (21a,b,d) e (22a,b,d), e não as eventualidades estativas correspondentes. Confirma-o o facto de não encontrarmos, no contexto do Pretérito Perfeito, uma relação de inclusão entre a situação descrita e o adverbial pontual; pelo contrário, somos confrontados com uma leitura de sobreposição temporal entre ambos, o que indicia fortemente a preferência por uma interpretação de cariz eventivo para a predicação sob análise. Na realidade, frases como "A Catarina foi simpática às 5 da tarde" ou "O meu cão foi agressivo às 2 da manhã" parecem receber uma leitura mais próxima à que é conferida a construções eventivas similares, como "O Rui comeu lagosta às 2 da manhã" do que à atribuída a exemplos paralelos com estados de indivíduo "não faseáveis" que, em geral, ocasionam anomalia semântica no contexto em questão (cf. "* A Maria foi alta às 5 da tarde").

Um segundo argumento que pode ser invocado em favor da natureza eventiva dos estados "faseáveis" com o Pretérito Perfeito prende-se com o seu comportamento face a adverbiais de localização temporal: tal como as frases eventivas correspondentes (cf.

"Ontem, o Rui comeu lagosta"), os estados "faseáveis" encontram-se maioritariamente incluídos no intervalo descrito pelo adverbial de localização (cf. "Ontem, a Catarina foi simpática" ou "O meu cão foi agressivo no sábado"), contrastando com os estados de indivíduo "não faseáveis" que manifestam severas restrições quanto às possibilidades combinatórias com este tipo de elementos linguísticos (cf. "* Ontem, a Maria foi alta"). Factos como os que acabámos de apresentar sugerem fortemente que os estados de tipo [+faseável], no contexto do Pretérito Perfeito e de certos adverbiais temporais, recebem preferencialmente uma leitura eventiva. Retomaremos alguns problemas relacionados com estas questões mais detalhadamente em 4.2..

Em síntese, diremos que apenas a consideração do factor "faseabilidade" poderá permitir manter a ideia inicial de que os estados envolvendo *ser* dão conta de predicados de indivíduo ao passo que os estados contemplando *estar* remetem para predicados de "estádio".

Neste aspecto, o ponto de vista aqui adoptado contrasta, em grande medida, com as propostas avançadas em Mateus et al. (1989), que, em última instância, ignoram por completo a possibilidade do comportamento de frases envolvendo *ser* como predicados de "estádio".

A adopção da dupla caracterização dos estativos – em termos de "faseabilidade", por um lado, e de âmbito de aplicação a entidades, por outro – afigura-se-nos crucial para a compreensão dos mecanismos que regem a divergência de significação entre *ser* e *estar*. Nomeadamente, a aparente compatibilidade de estativos envolvendo o verbo *ser* com predicados de "estádio" só poderá ser explicada, de um modo satisfatório, através das possibilidades abertas pela Rede Aspectual no que se refere à comutação de estados em eventos.

O facto de a distinção entre *ser* e *estar* se revelar relevante a nível interpretativo, exprimindo, nas construções com predicadores adjectivais, nominais e preposicionais, a importante oposição entre estados de indivíduo e de "estádio", leva-nos a discordar da concepção tradicional que assume que estes verbos são simples elementos de "ligação", sem conteúdo ou significado próprios; pelo contrário, procurámos demonstrar aqui que as formas em causa se constituem como peças fundamentais na composição semântica e aspectual de uma predicação, em interacção dinâmica com a informação veiculada pelos restantes constituintes que lhe dão corpo.

3.1.2.2. *Continuar*

Em construções envolvendo predicadores adjectivais, nominais ou preposicionais, a forma verbal *continuar* comporta-se, tipicamente, como uma "variante contextual" de *estar*. De facto, as restrições que se colocam à ocorrência de *continuar* parecem muito semelhantes às que surpreendemos para *estar* – como, aliás, os exemplos que se seguem procuram comprovar –, o que nos leva a pensar que estaremos face a elementos que, de algum modo, compartilham a mesma "distribuição".

(27) a- A Maria continua triste.
b- A televisão continua avariada.
c- A Rita continua na Holanda.
d- O João continua sem dinheiro.

(28) a- * A mesa continua redonda.
b- * Continuam 5 da tarde.
c- * O Bijagós continua um cão.
d- * O cinzeiro continua de vidro.

Note-se que existe uma relação de pressuposição semântica que reforça a ligação entre os dois elementos sob análise: de facto, as frases integrando *continuar* propiciam uma tal relação com as suas congéneres contemplando *estar*: assim, se "O Zé continuou doente" ou se "A Maria continuou em casa" descrevem estados de coisas verdadeiros, então o mesmo sucederá, de forma obrigatória, com "O Zé esteve doente" ou com "a Maria esteve em casa"; e, mesmo que as duas primeiras situações sejam negadas, as segundas mantêm, apesar disso, um valor de verdade positivo. É, na realidade, esta "sobrevivência" à negação que nos fornece os mais objectivos e seguros indícios de que nos encontramos perante uma efectiva relação de pressuposição semântica.

A questão que agora se nos coloca prende-se com a distinção entre as duas formas em causa: comparecendo em contextos muito idênticos, o que separa, afinal, *continuar* de *estar*? A informação aspectual parece ter aqui uma palavra muito importante a dizer. Nesse sentido, sugerimos que *continuar* veicule um "estádio" não inicial de um estado, ou seja, um "estádio" que acaba por se traduzir no "prolongamento" ou no seguimento de um dado estativo.

Afigura-se-nos lícito, por conseguinte, falar de uma divergência de perspectivação aspectual para casos como estes: enquanto estruturas em que comparece *estar* dão conta de "estádios", por assim dizer, "indiferenciados" (ou seja, de períodos de tempo não "específicos", no que toca a características aspectuais), construções em que *continuar* se encontra presente descreverão, preferencialmente, intervalos de tempo que requerem a existência de intervalos de tempo anteriores exactamente com a mesma natureza, o que significa, em última instância, que o referido elemento impõe importantes restrições semânticas à interpretação final da predicação em que se insere.

3.1.2.3. *Andar*

Os padrões distribucionais em que *andar* se enquadra aproximam-se claramente do paradigma de ocorrências que se aplica aos restantes verbos que induzem uma leitura de "estádio" aos estativos obtidos a partir de predicadores nominais, adjectivais e preposicionais, comparecendo o referido elemento apenas nos contextos em que *estar* e *continuar* se revelam igualmente admissíveis. A título de exemplo, contrastem-se (29) e (30):

(29) a- A Maria anda cansada.
b- A televisão anda avariada.
c- A Rita anda na Cochinchina.
d- O João anda sem dinheiro.

(30) a- * A mesa anda redonda.
b- * Andam 5 da tarde.
c- * O Bijagós anda um cão.
d- * O cinzeiro anda de vidro.

Também *andar* estabelece relações de inferência (neste caso de implicação estrita) com *estar*: assim, se construções do género de "A Maria andou cansada" ou de "O João andou sem dinheiro" descrevem eventualidades verdadeiras, "A Maria esteve cansada (N vezes)" ou "O João esteve sem dinheiro (N vezes)" terão igualmente que manifestar um valor de verdade positivo. Será conveniente notar, de passagem, que, tratando-se de um caso típico de implicação, a negação aplicada às primeiras frases não acarreta a manutenção da verdade das segundas.

A observação cuidadosa das relações de inferência que acabámos de surpreender sugere-nos que *andar* terá como principal função a de referir a ocorrência iterada, frequente ou mesmo habitual de determinados "estádios" ou "porções" temporalmente bem delimitadas de alguns estativos: nesse sentido, defenderemos que, mais uma vez, nos encontramos perante especificidades de tipo aspectual: *andar* dará conta da iteração, da frequência ou da habitualidade, no que respeita a "estádios" de estados susceptíveis de sofrer restrições ao nível da sua estrutura temporal interna.

3.1.2.4. *Ficar*

Em estruturas com predicadores de natureza adjectival, nominal e preposicional, *ficar* parece comportar-se, à semelhança da maioria das formas verbais anteriormente analisadas, como uma "variante contextual" de *estar*; exemplos como os que se seguem ilustram bem o que acabámos de referir:[62]

(31) a- A Maria ficou cansada.
b- A televisão ficou avariada.
c- A Rita ficou na Holanda.
d- O João ficou sem dinheiro.

(32) a- ??/* A mesa ficou redonda.
b- * Ficaram 5 da tarde.
c- * O Bijagós ficou um cão.
d- ??/* O cinzeiro ficou de vidro.

Em contraste com o que é mais comummente defendido na literatura, observamos que as configurações que integram *ficar* exibem, em relação às suas congéneres com outros verbos, uma divergência muito significativa: apontam, preferencialmente, para uma leitura de tipo eventivo. Isto quer dizer que não estaremos, neste caso, face a estados de "estádio" que veiculam informação aspectual relevante, mas perante eventos. Voltemos, agora, a nossa atenção para alguns argumentos que justificam uma tal tomada de posição.

---

[62] Embora com objectivos bastante diferentes daqueles que norteiam o nosso trabalho, veja-se, para uma análise de diversos tipos de *ficar*, Carvalho (1984).

Em primeiro lugar, é importante realçar que, quando comparecem em combinação com adverbiais pontuais, estas estruturas não manifestam a habitual relação de inclusão, característica dos estativos; pelo contrário, como sucede com os eventos momentâneos (i.e., culminações e pontos), o adverbial pontual vai determinar o tempo de ocorrência da situação em termos de "simultaneidade". Tal facto pode ajudar a explicar a anomalia de exemplos como (34), em que surge o Imperfeito, tempo gramatical que, geralmente, dá origem a uma interpretação "inclusiva" no contexto em causa.

(33) a- A Maria ficou furiosa às 3 da tarde.
b- O João ficou cansado às 2 da manhã.
c- Ontem, às 6, o Rui ficou doente.

(34) a- ?? A Maria ficava furiosa às 3 da tarde.
b- ?? O João ficava cansado às 2 da manhã.
c- ?? Ontem, às 6, o Rui ficava doente.[63]

Um segundo argumento em favor da natureza eventiva da construção sob análise prende-se com o facto de, no contexto do Presente do Indicativo, e ao contrário de todos os tipos de estados, a grande maioria das estruturas envolvendo *ficar* não induzir uma leitura preferencial de "presente real" às frases em que ocorre, ocasionando, por norma, uma interpretação frequentativa/habitual. Situação semelhante sucede com o Imperfeito e com o Pretérito Perfeito Composto.

(35) a- O João fica furioso ??agora/todos os dias de manhã.
b- A Maria fica ??neste momento/habitualmente cansada.

(36) a- O Rui ficava triste ??ontem/sempre que ia para a escola.
b- A Maria ficava em casa ??ontem/frequentemente.
c- O Zé tem ficado com os amigos ??ontem/todos os fins-de-semana.
d- A Ana tem ficado assustada ??ontem/sempre que vê o cão.

Em sintonia com a posição que temos vindo a advogar, observaremos que frases com *ficar*, no Pretérito Perfeito, se revelam perfeitamente aceitáveis como subordinadas de construções temporais envolvendo *quando*, sem, contudo, poderem incluir a situação

[63] Ignoramos aqui, naturalmente, casos especiais como o da iteração ou da habitualidade, entre outros.

da oração principal na eventualidade que descrevem (o que significa que desencadeiam, de forma praticamente obrigatória, uma relação de sucessividade), comportamento este que, como já demos a entender atrás, está vedado a qualquer tipo de estativo:

(37) a- Quando o João ficou doente, levaram-no para o hospital.
b- Quando o Zé ficou furioso, os seus filhos esconderam-se na cave.
c- Quando a Maria ficou presa no elevador, começou a gritar.

Por outro lado, construções com *ficar* no Imperfeito não parecem ser possíveis no contexto de orações temporais introduzidas por *quando*, quer se trate da subordinada (cf. (38)), quer da principal (cf. (39)). Tal facto, mais uma vez, aproxima as estruturas sob análise do comportamento característico dos eventos, que, nas referidas condições, se encontram sujeitos a diversas alterações no que respeita ao seu "perfil" aspectual, conferindo, de modo geral, uma leitura quantificacional às predicações que integram, ao contrário do que sucede com os estativos, que preservam uma interpretação meramente temporal.

(38) a- * Quando a Ana ficava triste, o pai deu-lhe um presente.
b- * Quando a Maria ficava presa no elevador, deu um grito.
c- * Quando o Jorge ficava cansado, adormeceu.
(39) a- * Quando o seu cão morreu, a Ana ficava triste.
b- * Quando faltou a electricidade, a Maria ficava presa no elevador.
c- * Quando correu a maratona, o Jorge ficava cansado.[64]

Se as observações que acabámos de efectuar estão correctamente formuladas, será possível concluir pelo carácter eventivo das construções que integram *ficar*. Sob esse ponto de vista, não nos parece de todo descabido sugerir que tais predicações exprimem

---

[64] Contrastem-se estas frases com as suas correspondentes envolvendo *estar*, que, visto comportarem um verdadeiro estativo, se mostram perfeitamente aceitáveis, como (i) e (ii) nos confirmam.

(i) a- Quando a Ana estava triste, o pai deu-lhe um presente.
b- Quando a Maria estava presa no elevador, deu um grito.
c- Quando o Jorge estava cansado, adormeceu.
(ii) a- Quando o seu cão morreu, a Ana estava triste.
b- Quando a electricidade faltou, a Maria estava presa no elevador.
c- Quando correu a maratona, o Jorge estava cansado.

as "mudanças" ou "alterações" que conduzirão à ocorrência de um estado de "estádio", muito semelhante a um estado consequente. Assim sendo, sugeriremos que as estruturas envolvendo *ficar* dariam conta não somente das modificações a que a situação descrita está sujeita mas também do seu "resultado".

Dada a relação de sobreposição temporal que se estabelece entre as estruturas com *ficar* e os adverbiais pontuais, somos levados a depreender que nos encontramos perante meras culminações. No entanto, a determinação do carácter aspectual destas frases não se afigura assim tão simples, já que adverbiais durativos parecem igualmente possíveis no contexto em causa, como (40) nos revela:

(40) a- O João ficou furioso durante toda a tarde.
b- A Maria ficou triste durante uma hora.
c- O Zé ficou com os amigos durante dois dias.

Observamos que em exemplos como (40), a presença de um estado consequente se torna bastante evidente, dado o carácter durativo das configurações em questão; neste caso, a culminação parece ser apenas um elemento eventualmente inferível.

Exemplos como estes, por si só, estão, por certo, na base da concepção tradicional de que estruturas envolvendo *ficar* se revelam sobretudo propiciadoras de estatividade.

Torna-se, pois, imprescindível encontrar uma resposta para a seguinte questão: como compatibilizar, de um modo satisfatório, o carácter simultaneamente "pontual" e "durativo" ostentado por estas predicações? Sem esquecer que estamos face a eventos, como, de resto, procurámos demonstrar ao longo dos parágrafos anteriores, colocaremos a hipótese de que, ao contrário da generalidade das culminações, as eventualidades que estamos a explorar podem incluir, explicitamente, o estado consequente na sua estrutura "fásica" visível. Isto significa que os eventos em causa manifestam, não só propriedades inerentes ao ponto de culminação, mas também (pelo menos) algumas características do estado consequente "expresso" que lhe sucede.

Sublinhe-se, pois, que o "perfil" aspectual associado a estruturas com *ficar* inclui um evento pontual ligado a um estado consequente explícito que representa o resultado da sua ocorrência. A visibilidade de cada um dos referidos elementos vai depender, em grande medida, da configuração em apreço e do predicador envolvido.

As dificuldades a superar são ainda maiores quando nos deparamos com exemplos do género de (41), em que as frases contendo *ficar* se afastam do paradigma que rege o

seu comportamento típico, incompatibilizando-se com adverbiais pontuais, geralmente aceitáveis nestas condições:

(41) a- ?? A Maria ficou sentada às 5 da tarde.
b- ?? O guarda-sol ficou no jardim às 5 da tarde.

Representarão estas frases eventos, como as anteriores, ou estados de "estádio"? A resolução de um tal dilema não se nos afigura nada fácil, sobretudo porque os resultados obtidos a partir da aplicação dos "testes" propostos estão longe de ser conclusivos. Se, por um lado, assistimos a dificuldades no que toca à ocorrência das referidas estruturas, no Pretérito Perfeito, como subordinadas de orações temporais introduzidas por *quando* – o que, de um certo modo, as vai aproximar da maioria das predicações estativas[65] –, por outro, a não atribuição de uma leitura de "presente real" às construções em causa e a incapacidade que manifestam em englobar eventos, no contexto de orações temporais com *quando*, mesmo recorrendo ao Imperfeito, remetem, sem qualquer dúvida, para um padrão comportamental mais consistente com o dos eventos. Não estamos, portanto, em condições de atribuir uma categoria aspectual definitiva para este tipo de construções, limitando-nos, por isso, a constatar que o seu comportamento linguístico "oscila" entre o dos eventos e o dos estados, tal como os exemplos abaixo indiciam.

(42) a- ?? Quando a Maria ficou sentada, o João abriu a porta.
b- ?? Quando o guarda-sol ficou no jardim, os miúdos entraram em casa.
(43) a- * A Maria fica sentada neste momento.
b- * O guarda-sol fica no jardim neste momento.
(44) a- ?? Quando a Maria ficava sentada, o João abriu a porta.
b- ?? Quando o guarda-sol ficava no jardim, os miúdos entraram em casa.
c- ?? Quando o João chegou, a Maria ficava sentada.
d- ?? Quando os miúdos saíram de casa, o guarda-sol ficava no jardim.

---

[65] Note-se, no entanto, que, mesmo em orações temporais com *quando* e o Pretérito Perfeito, podemos surpreender o comportamento híbrido deste género de estruturas, como os exemplos de (i), em que as configurações com *ficar* tanto podem ser encaradas como estados quanto como eventos, nos sugerem:

(i) a- Quando o João abriu a porta, a Maria ficou sentada.
b- Quando a Maria ficou doente, o João chamou o médico.

A ambiguidade interpretativa que parece caracterizar as estruturas predicativas envolvendo *ficar* torna-se também bem evidente quando alteramos o tempo gramatical que acompanha as configurações em apreço: por exemplo, uma frase perspectivada no futuro, como "A Maria vai ficar irritada", tanto pode remeter para um evento pontual (cf. "A Maria vai ficar irritada às 5 horas, quando souber que vai ser despedida") quanto para um estado consequente (cf. "A Maria vai ficar irritada durante o fim-de-semana, enquanto estiver a limpar a casa").

Em suma, tendo em vista a discussão que acabámos de levar a cabo, assumiremos que *ficar*, no contexto de predicadores adjectivais, nominais e preposicionais, tanto poderá dar conta de um evento pontual quanto do estado consequente que dele resulta.

Finalmente, parece-nos interessante chamar a atenção para o facto de todas as variantes contextuais com que nos deparámos até ao momento se organizarem em torno de *estar*, i.e., de remeterem obrigatoriamente para "estádios". Tal constatação não é de todo surpreendente, na medida em que apenas os "estádios" (e nunca os indivíduos) são passíveis de sofrer variações no que diz respeito à sua composição temporal interna e, consequentemente, as únicas entidades susceptíveis de se acomodarem, sem problemas, a alterações ao nível da sua "focalização", podendo ser encaradas nas suas diferentes "partes" constitutivas sem que isso acarrete qualquer mudança ontológica substancial.

3.1.2.5. *Ser, Estar* e *Estar a Ser*

Concluiremos a presente subsecção reflectindo acerca de algumas consequências importantes que podemos retirar da proposta de análise que temos vindo a desenvolver, o que nos ajudará a avaliar o seu grau de fiabilidade e de eficácia na resolução de certas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito à (im)possibilidade de ocorrência de determinadas estruturas estativas com *ser* no Progressivo.

Com efeito, um dos problemas mais complexos e intrigantes que tradicionalmente surgem na literatura prende-se com as (in)compatibilidades que se observam entre as predicações estativas e formas progressivas; procuraremos, em seguida, demonstrar como o tratamento que propusemos fornece respostas satisfatórias a uma tal questão.

Vejam-se, a este respeito, as seguintes frases, em que os predicadores adjectivais envolvidos, para além de poderem ocorrer tanto com *ser* quanto com *estar*, se revelam igualmente susceptíveis de comparecer, sem levantar problemas, com *ser* no contexto do operador de Progressivo:

(45) a- As moscas são irritantes.

b- As moscas estão irritantes.

c- As moscas estão a ser irritantes.

(46) a- O filme é violento.

b- O filme está violento.

c- O filme está a ser violento.

As diferentes estruturas representadas espelham três realidades distintas: em casos como (45a) ou (46a), estamos perante estados de indivíduo "básicos"; em (45b) e (46b) confrontamo-nos com estados de "estádio"; finalmente, (45c) e (46c) ilustram estados progressivos, i.e., estativos derivados a partir de eventos de natureza processual, por sua vez resultantes da comutação de estados de indivíduo ostentando o traço [+faseável] – o que poderá explicar, de certa forma, o seu carácter simultaneamente mais dinâmico e temporalmente mais restrito.[66] Quanto à grande proximidade que se verifica, a nível interpretativo, entre as construções de (b) e (c), será facilmente captada pelo facto de, em ambas as frases, a categoria aspectual "visível" final ser um estado de "estádio", como teremos oportunidade de confirmar em 3.2..

À semelhança do que acontece com os restantes estados lexicais (veja-se 3.1.1.), também no caso das estruturas com predicadores adjectivais, nominais e preposicionais encontramos representantes das diferentes subclasses de estativos postuladas no capítulo anterior. Nesse sentido, (47) ostenta um estado de indivíduo "não faseável", enquanto (48) revela um estado de indivíduo "faseável" (logo, "enquadrável", como se disse, num padrão de comportamento análogo ao dos predicados de "estádio", dada a possibilidade de uma leitura eventiva);[67] (49) e (50), por seu lado, dão conta de estados de "estádio", o primeiro tendencialmente [-faseável], o segundo tipicamente [+faseável].

---

[66] Na realidade, o operador de Progressivo parece desempenhar um importante papel quando combinado com estados de indivíduo de cariz "faseável": não só os aproxima dos eventos, ao conferir-lhes certas características processuais, típicas do "*input*" em que são convertidos, como os perspectiva enquanto estados de "estádio".

[67] Note-se que a existência de estados de tipo [±faseável] é independentemente requerida para o adequado funcionamento do sistema que temos vindo a desenvolver, mesmo que, em alguns casos, os seus efeitos se articulem com a distinção entre estados de indivíduo e de "estádio". De facto, como tivemos oportunidade de expor no capítulo 2, cada um destes "vectores" aponta para realidades linguísticas bastante diferentes, o que é confirmado pelos "testes" respectivos. Como discutiremos em pormenor na

(47) a- * O tapete está a ser verde.

b- * O tapete começou a ser verde.

c- * O tapete é habitualmente verde.

d- * Quando o tingi, o tapete foi verde.

e- * Ontem, o tapete foi/era verde.

f- * Sempre que o tapete é verde, a Maria tinge-o de azul.

g- (Quando o tingi), o tapete passou a ser verde.

h- O tapete * foi/?? era verde às 5 da tarde.

(48) a- A caminhada está a ser difícil.

b- A caminhada começou a ser difícil.

c- A caminhada é habitualmente difícil.

d- Quando chegámos ao monte, a caminhada foi difícil.

e- Ontem, a caminhada foi/era difícil.

f- Sempre que a caminhada é difícil, o João leva três cantis cheios de água.

g- (Quando chegámos ao monte), a caminhada passou a ser difícil.

h- (?/??) Às 5 da tarde, a caminhada foi/era difícil.

(49) a- * A Ana começou a estar rica.[68]

b- * A Ana está habitualmente rica.

c- * Quando ganhou o totoloto, a Ana esteve rica.

d- Ontem, a Ana esteve/estava rica.

e- Sempre que a Ana está rica, dá dinheiro a toda a gente.

f- ?/?? (Quando ganhou o totoloto), a Ana passou a estar rica.

g- Às 5 da tarde, a Ana esteve/estava rica.

(50) a- A Maria começou a estar aflita.

b- A Maria está habitualmente aflita.

c- Quando os seus filhos fugiram de casa, a Maria esteve aflita.

d- Ontem, a Maria esteve/estava aflita.

e- Sempre que a Maria está aflita, telefona ao psicólogo.

f- ??/* (Quando o filho fugiu), a Maria passou a estar aflita.

g- Às 5 da tarde, a Maria esteve/estava aflita.

---

secção 6.1., a "faseabilidade" aponta essencialmente para propriedades aspectuais, enquanto a oposição entre predicados de indivíduo e de "estádio" remete para factores de índole eminentemente temporal.

[68] O "teste" da compatibilização com o Progressivo não se aplica a estruturas como as exemplificadas em (49) e (50). Para uma hipótese explicativa de um tal facto, veja-se Cunha (1998a), 3.3..

Todos os factos que foram descritos ao longo desta secção parecem, pois, apontar para a adequação da proposta de subcategorização dos estativos adiantada no capítulo 2. Com efeito, somos levados a acreditar que só um tratamento alicerçado nos conceitos de "faseabilidade", por um lado, e de predicação sobre indivíduos e sobre "estádios", por outro, poderá dar conta, de forma satisfatória, não apenas das múltiplas divergências, ao nível do comportamento linguístico, ostentadas pelos diferentes tipos de estados, mas também de alguns dos condicionalismos que afectam mais directamente as construções que dão corpo à "clássica" divisão entre *ser* e *estar*.

CONCLUSÕES

Encontramo-nos, pois, em condições de retirar as seguintes conclusões:

- A diversidade de comportamentos linguísticos manifestada pelos estados lexicais parece justificar plenamente a adopção de uma subclassificação complexa, baseada em factores como a faseabilidade e a predicação sobre indivíduos ou "estádios".
- A subclassificação proposta parece ser igualmente adequada para dar conta das divergências observadas entre estruturas predicativas com *ser* e com *estar*: se é certo que uma tal oposição se constitui como o reflexo da distinção entre predicados de indivíduo e de "estádio", não deixa, contudo, de ser verdade que a "faseabilidade" se revela um factor essencial para a cabal explicação de certos comportamentos linguísticos aparentemente mais problemáticos.
- A análise de diferentes estruturas envolvendo predicadores adjectivais, nominais e preposicionais revelou a existência de variantes contextuais de *estar* com valores aspectuais específicos: assim, configurações integrando *continuar* descrevem intervalos de tempo que supõem, obrigatoriamente, a comparência prévia de intervalos de tempo de natureza idêntica, ao passo que *andar* dá conta da perspectivação iterada ou habitual de determinados tipos de "estádio".

- Particularmente interessante parece ser o comportamento linguístico de estruturas predicativas integrando *ficar*, na medida em que suportam não só uma leitura de cariz eventivo mas também uma interpretação de índole estativa. Com efeito, as observações efectuadas apontam para o tratamento deste género de configurações enquanto realidades bastante complexas em termos aspectuais, na medida em que envolvem, quase sempre, a presença de um evento pontual e de um estado consequente explícito.
- Finalmente, a subclassificação aqui adoptada parece dar conta, de modo apropriado, das (im)possibilidades combinatórias que se verificam entre predicações estativas e formas do Progressivo.

3.2. ESTADOS OBTIDOS A PARTIR DE VERBOS DE OPERAÇÃO E DE PERSPECTIVAÇÃO ASPECTUAL

Como acabámos de verificar, as propostas de análise para a estatividade expostas no capítulo 2 parecem perfeitamente ajustadas à descrição dos factos linguísticos em que os estados lexicais se encontram envolvidos. Importa, no entanto, investigar se tais hipóteses de tratamento estão igualmente em condições de dar conta do comportamento de outros tipos de estativos. É o que procuraremos fazer ao longo das próximas páginas.

Os denominados verbos de operação aspectual são dos elementos linguísticos que mais frequentemente intervêm em situações estativas, uns por darem origem a "*outputs*" que ostentam uma tal classe aspectual, outros por integrarem estados nos seus "*outputs*" eventivos (cf. Cunha (1998c)). Nesse sentido, dedicaremos a presente secção ao estudo das diferentes predicações estativas inerentes a estas estruturas. Iniciaremos a nossa discussão com os estados progressivos, passando depois à abordagem dos restantes estativos que, de alguma forma, resultam da aplicação dos operadores aspectuais. Finalmente, voltaremos a nossa atenção para o comportamento linguístico da construção *estar para*, argumentando em favor da ideia de que a expressão em causa "perspectiva" ou "focaliza" um estado pré-preparatório.

3.2.1. Os Estados Progressivos

Tomando como ponto de partida os trabalhos desenvolvidos por Vlach (1981) e por Moens (1987), Cunha (1998a), Cap. 2, sustenta que o Progressivo é um operador aspectual que converte "inputs" processuais (sejam básicos ou derivados) em "*outputs*" de cariz estativo. Isto significa, em última instância, que as frases progressivas deverão ostentar, forçosamente, um comportamento em tudo idêntico ao dos restantes estados. Cunha (1998a), 2.2.1., avança, com efeito, um conjunto de argumentos em defesa de um tal posicionamento. Retomamos aqui a sua fundamentação em favor do carácter estativo das formas progressivas, adaptando-a, contudo, às necessidades dos novos pressupostos teóricos explorados no capítulo anterior, a fim de procedermos a uma reavaliação das várias hipóteses aí adiantadas.

3.2.1.1. Evidência Indirecta

Antes de aferirmos o comportamento das construções no Progressivo em relação aos diversos critérios de estatividade propostos no capítulo 2, faremos breve referência a alguns argumentos que, sem se revelarem de todo decisivos, poderão, apesar disso, ser encarados, no seu conjunto, como uma série de considerações complementares, capazes de fornecer evidência indirecta, mas relevante, com vista à comprovação do carácter estativo das estruturas sob análise.

Em primeiro lugar, parece-nos ser lícito relacionar o tratamento estativo proposto para o Progressivo com as características aspectuais inerentes à forma *estar*, envolvida na referida estrutura, pelo menos em línguas como o Português. De facto, o verbo *estar* comparece, de modo geral, apenas em conjugação com predicações de natureza estativa, como é o caso, por exemplo, dos estados lexicais, examinados na secção anterior, ou de certos estados resultativos, de que daremos conta em 3.3., não surgindo sob o escopo de situações básicas de valor eventivo (embora, como já referimos atrás, em circunstâncias favoráveis, dadas frases integrando *estar* possam sofrer alterações em termos aspectuais, tal como a Rede de Moens (1987) prediz). Neste sentido, é previsível que a construção progressiva, obtida com origem em tal verbo, mantenha as propriedades de estatividade que o identificam.

Por outro lado, é interessante observar que um dos critérios que nos permitem diferenciar os estados não convertíveis em processos das outras categorias aspectuais tem que ver com a total impossibilidade de estes surgirem em predicações progressivas. Com efeito, os estativos apenas parecem poder comparecer com tais construções quando transmutados em processos no interior da Rede Aspectual, o que explica que somente os que ostentam o traço [+faseável] se revelem compatíveis com a estrutura em causa (em tais casos, porém, não serão os estados, mas os processos obtidos, por "comutação", a partir deles, que vão admitir o Progressivo). Impõe-se, então, a seguinte pergunta: qual é a razão que impede os estados (não convertíveis em processos) de se combinarem com o Progressivo, como em "* A Carolina está a ser alta" ou em "* Este casaco está a ser verde"? Uma hipótese de resposta para tal questão pode apoiar-se na ideia de que um dos efeitos principais do Progressivo é o de tornar as predicações no seu escopo estativas, o que conduzirá a que a sua ocorrência com estados "não faseáveis" seja pura e simplesmente bloqueada, dado não produzir qualquer consequência relevante ao nível da predicação, ser absolutamente redundante e, assim, desnecessária.

Em terceiro lugar, parece-nos muito sugestivo evidenciar as afinidades semânticas (de equivalência ou paráfrase) que se estabelecem entre alguns Progressivos e certas construções inequivocamente estativas. É o que acontece com as frases exemplificadas em (51) e (52).

(51) a: O avião está a voar.
b: O avião está em voo.

(52) a: Os preços estão a cair.
b: Os preços estão em queda.

Se é certo que este tipo de paráfrases não deverá ser encarado como uma prova definitiva, não deixa, no entanto, de se revelar bastante significativo e de contribuir, ainda que de modo algo indirecto, para a posição que temos vindo a defender.

A acrescentar a todos estes factos, Vlach (1981) refere alguns estudos históricos sobre o Progressivo no Inglês que relacionam a sua origem com construções locativas, tipicamente de cariz estativo. Além disso, parece haver evidências em diferentes línguas naturais, mesmo pertencentes a famílias muito distintas, de que existe uma estreita

relação entre o Progressivo e certos estados locativos, o que, a confirmar-se, remeteria, mais uma vez, para o carácter estativo da construção sob análise.

Parsons (1990), por seu lado, tece algumas breves considerações, igualmente relativas à história da construção progressiva no Inglês, que, em certa medida, poderão corroborar, ainda que, mais uma vez, indirectamente, a ideia de que o Progressivo está envolvido em predicações estativas (veja-se Parsons (1990), Cap. 12). O autor coloca a hipótese de que, numa dada fase do Inglês Antigo, o Progressivo era formado a partir da combinação do verbo *to be* com particípios presentes adjectivais. Ora, sendo todas as estruturas que contemplam *to be* + Adjectivo fundamentalmente de cariz estativo, em virtude da sua composição interna, o Progressivo constituir-se-ia também, a acreditar nesta sua origem, como a realização de um estado.

Se os argumentos aduzidos até este momento apenas indiciam, de uma forma nem sempre absoluta, a presença de marcas de estatividade nas construções com Progressivo, uma análise atenta e sistemática do comportamento destas estruturas face aos diferentes "testes" de estatividade que aqui foram propostos assumir-se-á, sem dúvida, como um meio de fundamentação bem mais sólido e decisivo para confirmar ou infirmar tal ideia. Sob esse ponto de vista, importa deter um pouco da nossa atenção sobre a interacção que o Progressivo estabelece com os critérios em causa.

3.2.1.2. Os "Testes" de Agentividade

De modo geral, poderemos afirmar que as estruturas progressivas são compatíveis com elementos portadores de "marcas" ou de "traços" de agentividade. Na realidade, o Progressivo combina-se, sem dar origem a grandes problemas, com todas as espécies de verbos agentivos (cf. (53)), admitindo inclusivamente a comparência de adverbiais que, de uma maneira ou de outra, remetam explicitamente para a expressão da "manifestação de vontade" (cf. (54)).

(53) a- O João esteve a trabalhar.
b- A Ana esteve a arrumar a casa.
c- O Rui está a desligar a televisão.

(54) a- O João esteve a trabalhar voluntariamente.

b- A Rita esteve a bater ao irmão de propósito.

c- O Rui está a partir o copo deliberadamente.

Surpreendentemente, contudo, as frases no Progressivo – mesmo as que integram verbos ditos agentivos – ocasionam anomalia semântica com a maioria dos designados "testes" de agentividade: não podem ocorrer com o Imperativo, não se deixam encaixar no escopo de verbos que induzem leituras "volicionais" aos respectivos complementos e não comparecem em pseudoclivadas com *fazer*. Os exemplos que se seguem ilustram bem estes factos:

(55) a- * João, está a trabalhar!

b- * Ana, está a arrumar a casa!

c- * Rui, está a ligar a televisão!

(56) a- * O patrão forçou o João a estar a trabalhar.

b- * A mãe convenceu a Ana a estar a arrumar a casa.

c- * O irmão pediu ao Rui para estar a ligar a televisão.

(57) a- ?? O que o João fez foi estar a trabalhar.

b- ?? O que a Ana fez foi estar a arrumar a casa.

c- ?? O que o Rui fez foi estar a ligar a televisão.

Torna-se necessário, por conseguinte, procurar uma explicação apropriada para o facto de, embora não se assumindo como totalmente incompatíveis com a agentividade, as formas progressivas se revelarem inconciliáveis com grande parte das manifestações desta realidade semântica.

Apesar de, como tivemos oportunidade de indicar no capítulo anterior, os estados tanto poderem revestir um carácter agentivo como não agentivo, ficou bastante claro que, tendencialmente, a ausência de marcas de "manifestação de vontade" acompanha a grande maioria dos representantes da referida categoria aspectual.[69] Não será de todo descabido, por conseguinte, admitir a hipótese de que, reunidas determinadas condições, a presença de traços de estatividade poderá contribuir para "mitigar" ou "atenuar" os

[69] Daí o facto de autores como Dowty (1979), pelo menos num primeiro momento da sua investigação, incluírem os "testes" de agentividade no conjunto de critérios distintivos para a identificação da classe dos estativos, como já referimos atrás.

efeitos da agentividade. Sendo assim, e considerando os exemplos fornecidos, estamos em condições de assumir que o Progressivo, ostentando a capacidade de "moderar" as consequências ordinariamente associadas à agentividade inerente aos verbos com que se combina, deverá ser encarado como uma forma estativa.

3.2.1.3. Os Adverbiais Temporais

A consideração do comportamento das construções envolvendo o Progressivo em relação aos diversos adverbiais temporais pode fornecer indicações adicionais em favor do carácter estativo destas estruturas. Observem-se os seguintes exemplos:

(58) a- * O João esteve a trabalhar em meia hora.
b- * A Ana esteve a limpar a casa em meia hora.
c- * O Rui esteve a ligar a televisão em 5 minutos.

(59) a- O João esteve a trabalhar durante meia hora.
b- A Ana esteve a limpar a casa durante meia hora.
c- ? O Rui esteve a ligar a televisão durante 5 minutos.

(60) a- O João esteve/estava a trabalhar às 5 da tarde.
b- A Ana esteve/estava a limpar a casa às 5 da tarde.
c- O Rui esteve/estava a ligar a televisão às 2 da manhã.

Tal como acontece com as restantes predicações estativas, as construções com o Progressivo não consentem a presença de adverbiais que identificam a totalidade de um evento com o intervalo de tempo definido (cf. (58)); combinam-se, sem restrições, com os adverbiais durativos (cf. (59)) e ocorrem no contexto de adverbiais pontuais, dando origem a uma leitura necessariamente inclusiva: apenas quando existe uma interpretação em que o adverbial está "contido" na situação descrita é que esta configuração se torna possível (cf. (60)).

Mais uma vez, verificamos que o comportamento das formas progressivas face aos vários adverbiais temporais parece apontar inequivocamente para o carácter estativo das estruturas em questão.

3.2.1.4. Os "Testes" de Estatividade

Tendo em vista as observações que efectuámos até agora, não surpreende que as construções progressivas se integrem perfeitamente no paradigma desenvolvido para os estados no capítulo 2, obedecendo a todos os critérios aí propostos. Na realidade, as estruturas em causa revelam-se totalmente incompatíveis com operadores como *parar de* ou *acabar de* (cf. (61)), recebem uma leitura preferencial de "presente real" quando comparecem com o Presente do Indicativo (cf. (62)) e dão lugar a anomalia semântica sempre que são representadas pelo Pretérito Perfeito, no contexto de orações temporais subordinadas introduzidas por *quando*, ou, em alternativa, a uma relação de inclusão com o evento da oração principal (cf. (63)).

(61) a- * O João parou/acabou de estar a trabalhar.

b- * A Ana parou/acabou de estar a arrumar a casa.

c- * O Rui parou/acabou de estar a ligar a televisão.

(62) a- O João está a trabalhar (neste momento).

b- A Ana está a arrumar a casa (neste momento).

c- O Rui está a ligar a televisão (agora mesmo).

(63) a- (??) Quando esteve a trabalhar, o João leu o relatório.

b- Quando esteve a arrumar a casa, a Ana encontrou uma barata.

c- ?? Quando o Rui esteve a ligar a televisão, a Maria entrou em casa.

A acrescentar a todos estes factos, diremos, ainda, que, em orações temporais com *quando*, o Progressivo, tal como os restantes estativos, se combina, de preferência, com o Imperfeito, em detrimento do Pretérito Perfeito, quer se trate da subordinada, quer da principal. Comparem-se as seguintes frases:

(64) a- ??/* Quando a Maria esteve a ver televisão, o João bateu à porta.

b- Quando a Maria estava a ver televisão, o João bateu à porta.

(65) a- ??/* Quando a Rita abriu a porta, o cão esteve a dormir.

b- Quando a Rita abriu a porta, o cão estava a dormir.

Após a pesquisa que acabámos de levar a cabo, não parece que subsistam grandes dúvidas quanto ao facto de as formas progressivas veicularem predicações de natureza estativa. Importa, pois, investigar a que subclasse de estados pertencem.

Em conformidade com o que sucede à maior parte das estruturas envolvendo *estar* (nomeadamente aos estados lexicais analisados na secção anterior), as construções progressivas manifestam, de uma forma muito evidente, as propriedades identificadoras dos estados de "estádio". Nessa medida, não parecem sujeitar-se a quaisquer restrições no que diz respeito à sua co-ocorrência com adverbiais de localização temporal (veja-se (66)); aceitam, sem levantar problemas, a quantificação por expressões do género de *sempre que* (cf. (67)); experimentam sérias dificuldades quanto à integração no escopo do operador *passar a* (cf. (68)) e, finalmente, compatibilizam-se com os adverbiais pontuais, promovendo uma interpretação "inclusiva" do adverbial no tempo da situação (cf. (69)).

(66) a- Na semana passada, o João esteve a trabalhar.

b- A Ana esteve a arrumar a casa no sábado.

c- Ontem de manhã, o Rui esteve a ligar a televisão.

(67) a- Sempre que o João está a trabalhar, desliga o telemóvel.

b- Todas as vezes que a Ana está a arrumar a casa, a vizinha bate à porta.

c- Sempre que o Rui está a ligar a televisão, há uma falha de energia.

(68) a- * O João passou a estar a trabalhar.

b- * A Ana passou a estar a arrumar a casa.

c- * O Rui passou a estar a ligar a televisão.

(69) a- O João esteve a trabalhar às 5 da manhã.

b- A Ana esteve a arrumar a casa às 5 da tarde.

c- O Rui esteve a ligar a televisão ao meio-dia.

Enquanto o enquadramento das construções progressivas na categoria dos estados de "estádio" se afigura relativamente consensual, na medida em que os resultados da aplicação dos diversos "testes" relevantes conspiram em favor de tal tomada de posição, já a avaliação dos traços de "faseabilidade" atribuíveis às estruturas em causa enfrenta obstáculos mais difíceis de transpor. Notemos, em primeiro lugar, que, sendo, em geral, interdita a iteração de operadores, o "teste" da combinação com o Progressivo deixa de poder revelar consequências válidas ou conclusivas. No entanto, as incompatibilidades que se verificam em relação a operadores como *começar a* (cf. (70)), conjugadas com as evidentes restrições que se manifestam ao nível da aceitação de expressões que remetam para a habitualidade (cf. (71))[70], apontam para a caracterização da situação progressiva como um estado "não faseável". Pelo contrário, a disponibilização de uma leitura de sucessividade às referidas predicações no contexto da oração principal de temporais com *quando* indicia a possibilidade de conversão destes estativos em eventos, ou seja, sugere um comportamento típico dos estados que exibem o traço [+faseável] (ver (72)).

(70) a- * O João começou a estar a trabalhar.

b- * A Ana começou a estar a arrumar a casa.

c- * O Rui começou a estar a ligar a televisão.

(71) a- ?? O João está a trabalhar habitualmente.[71]

b- ?? A Ana está a arrumar a casa frequentemente.

c- ?? O Rui está a ligar a televisão todos os dias.

---

[70] Não é, naturalmente, nossa intenção sugerir que as construções integrando o Progressivo devam ser encaradas como completamente incompatíveis com a expressão da habitualidade ou da genericidade; desejamos apenas sublinhar que existem algumas restrições à efectivação de tal possibilidade.

[71] É interessante verificar que, se o elemento desencadeador de habitualidade for "topicalizado", a frase se torna perfeitamente aceitável (cf. "Habitualmente, o João está a trabalhar"). Não nos encontramos, neste momento, em condições de fornecer uma explicação adequada para este facto, mas veja-se a discussão na secção 3.4..

(72) a- Quando chegou ao escritório, o João esteve a trabalhar.

b- Quando as crianças saíram, a Ana esteve a arrumar a casa.

c- Quando voltou a electricidade, o Rui esteve a ligar a televisão.

Os dados que acabámos de observar reforçam a ideia de que a "faseabilidade" não poderá ser apropriadamente descrita por meio de um "traço bipolar", confirmando, pelo contrário, a hipótese de que esta deverá ser entendida como uma propriedade semântica de natureza "graduável". Sob esse ponto de vista, as formas progressivas receberiam um valor intermédio na "escala" que parte das predicações de carácter indubitavelmente [+faseável] até chegar às estruturas de índole inequivocamente [-faseável]. Uma tal abordagem daria conta, de forma bastante evidente, das oscilações que surpreendemos no que diz respeito ao seu comportamento face aos critérios linguísticos pertinentes.

3.2.1.5. O Operador *Andar a*

Se excluirmos da análise a fundamentação baseada nas informações que derivam especificamente das particularidades concretas dos vários componentes das estruturas envolvidas, verificamos que os argumentos avançados em favor do carácter estativo das construções com Progressivo se estendem, sem alteração, às predicações que integram o operador aspectual *andar a*. Com efeito, também nestes casos se constatam restrições quanto à aplicabilidade da maior parte dos "testes" de "agentividade", mesmo quando a situação-base ostenta características de índole tipicamente "agentiva" (cf. (73) e (74)), mantendo-se o paralelismo entre as eventualidades em questão também no que respeita à co-ocorrência com os adverbiais temporais (cf. (75) e (76)) e ao comportamento face aos restantes critérios de estatividade, particularmente no que se refere às possibilidades combinatórias com operadores como *parar de* ou *acabar de*, à interpretação preferencial do Presente do Indicativo e às interacções nas orações com *quando* (cf. (77) e (78)).

(73) a- * João, anda a trabalhar!

b- * O patrão obrigou o João a andar a trabalhar.

c- ?? O que o João fez foi andar a trabalhar.

(74) a- * Ana, anda a arrumar a casa!

b- * A mãe pediu à Ana para andar a arrumar a casa.

c- ?? O que a Ana fez foi andar a arrumar a casa.

(75) a- * O João andou a trabalhar em meia hora.

b- O João andou a trabalhar durante toda a manhã.

c- O João (?) andou/andava a trabalhar às 5 da manhã.

(76) a- * A Ana andou a arrumar a casa em três horas.

b- A Ana andou a arrumar a casa durante três horas.

c- A Ana (?) andou/andava a arrumar a casa às 5 da manhã.

(77) a- * O João parou/acabou de andar a trabalhar.

b- O João anda a trabalhar (neste momento).

c- * Quando o João andou a trabalhar, a Maria entrou no escritório.

(78) a- * A Ana parou/acabou de andar a arrumar a casa.

b- A Ana anda a arrumar a casa (neste momento).

c- Quando a Ana (?) andou/andava a arrumar a casa, descobriu uma barata.[72]

Parece-nos igualmente indubitável que as estruturas que aqui estamos a analisar se assumem, em quase todos os aspectos do seu comportamento linguístico, como estados de "estádio" (cf. (79) e (80)), apesar de o impacto das restrições a nível temporal se fazer sentir com maior acuidade sobre as predicações que integram o operador *andar a*, comparativamente com o que se verifica em relação às que resultam da aplicação do Progressivo, pelo menos no entender dos falantes consultados.

Observem-se, nesse sentido, os referidos exemplos que ilustram o comportamento de *andar a* face aos diversos "testes" propostos para a detecção dos predicados de "estádio":

[72] Observemos que, em qualquer dos casos, nos deparamos forçosamente com uma interpretação inclusiva do evento da oração principal no estado da subordinada.

(79) a- Ontem, o João andou a trabalhar.

b- Sempre que o João anda a trabalhar, almoça à pressa.

c- * O João passou a andar a trabalhar. [73]

d- O João andou a trabalhar às 5 da tarde.

(80) a- Ontem, a Ana andou a arrumar a casa.

b- Sempre que a Ana anda a arrumar a casa, a vizinha toca à porta.

c- * A Ana passou a andar a arrumar a casa.

d- A Ana andou a arrumar a casa às 5 da manhã.

Por outro lado, importa reconhecer que o estatuto das construções introduzidas pelo operador *andar* a, quanto à determinação de um valor [±"faseável"] para o estativo que suportam, terá que ser basicamente idêntico ao conferido às estruturas progressivas, na medida em que, em ambos os casos, somos confrontados com oscilações do mesmo género, no que respeita ao seu comportamento linguístico, à excepção, provavelmente, de um maior grau de compatibilização do primeiro tipo de predicação com os adverbiais que, de alguma forma, exprimem habitualidade (cf. (81b) e (82b)).

(81) a- * O João esteve/começou a andar a trabalhar.

b- (?/??) O João anda a trabalhar habitualmente.

c- (??) Quando terminou o curso, o João andou a trabalhar.

---

[73] Sublinhe-se, no entanto, que *andar a* pode desencadear uma interpretação habitual para as predicações com que se combina. Ora, como veremos em 3.4., os estados habituais comportam-se, tipicamente, como predicados de indivíduo. Isto significa que, em contextos apropriados, frases integrando o operador sob análise revelam a capacidade de co-ocorrerem, sem problemas, com operadores como *passar a*. Os exemplos em (i) ilustram este facto:

(i) a- O João passou a andar a trabalhar com o portátil.
b- A Ana passou a andar a arrumar a casa de avental.

A tensão que se verifica entre os valores de predicado de "estádio" e de indivíduo inerentes a configurações integrando *andar a* parece envolver um conjunto muito complexo de factores, incluindo a presença de certos modificadores que reforcem o valor habitual ou contrastivo das situações descritas. Não discutiremos, no entanto, a problemática em questão neste momento.

(82) a- * A Ana esteve/começou a andar a arrumar a casa.

b- A Ana anda a arrumar a casa frequentemente.

c- Quando regressou de férias, a Ana andou a arrumar a casa.

Dada a proximidade aspectual que se verifica entre os "*outputs*" dos operadores *estar a* e *andar a*, impõe-se saber se existirão, de facto, divergências que nos permitam distingui-los, justificando, deste modo, a existência de dois elementos linguísticos diferentes. A observação cuidadosa dos exemplos precedentes fornece uma pista muito interessante que indicia uma resposta afirmativa para a questão apontada: ao contrário do que sucede com as estruturas progressivas, as formas envolvendo *andar a* parecem poder remeter para estados habituais ou frequentativos, sendo esta, em certa medida, a sua leitura preferencial. Tal tendência é confirmada pelo facto de, ao contrário das suas congéneres com Progressivo, as construções sob análise não admitirem adverbiais que impliquem um intervalo de duração excessivamente curto. Comparem-se a este respeito os exemplos em (83) e (84):

(83) a- O João esteve a trabalhar durante 5 minutos.

b- A Maria esteve a rir uns segundos.

(84) a- ??/* O João andou a trabalhar durante 5 minutos.

b- ??/* A Maria andou a rir uns segundos.

Tomando em consideração o vasto conjunto de factos linguísticos que tem vindo a ser alvo da nossa atenção até agora, e independentemente da subcategorização que lhes possa vir a ser atribuída, não parecem subsistir grandes dúvidas de que os "outputs", quer do Progressivo, quer de *andar* a, se apresentam sob a forma de eventualidades de cariz eminentemente estativo.

3.2.2. Estativos Associados a Outros Verbos de Operação Aspectual

Na sequência de propostas como as de Cunha (1998b) e (1998c), assumimos que a obtenção de estados a partir de verbos de operação aspectual não se restringe aos casos específicos do Progressivo ou de *andar a*; pelo contrário, a estatividade parece estar envolvida, directa ou indirectamente, com um número significativo desses operadores.

Na presente subsecção conferiremos especial destaque aos estativos provenientes da aplicação de verbos de operação aspectual a estados de carácter "não faseável" (cf. *continuar a*, *passar a* e *deixar de*), bem como aos estados cessativos e resultantes ou consequentes, associados ao "*output*" eventivo de operadores como *deixar de* (com um "*input*" processual), *parar de* ou *acabar de*.[74]

3.2.2.1. Verbos de Operação Aspectual com "*Input*" e "*Output*" Estativos

Dada a completa incapacidade de integração na Rede Aspectual que caracteriza os estados "não faseáveis", será de prever que os operadores que tomem representantes de tal categoria como seu "*input*" venham a originar um "*output*" de natureza basicamente idêntica. Por outras palavras, diremos que um estado impedido de receber uma estrutura fásica interna não parece encontrar-se em condições de abandonar as suas propriedades estativas, mesmo quando sujeito a algum tipo de "perspectivação" aspectual.

Paradigmático, a este respeito, é o comportamento linguístico das estruturas que integram o operador aspectual *continuar a* em combinação com estativos. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

---

[74] Recorde-se que os operadores aspectuais são elementos linguísticos cuja principal função será a de converter uma dada classe aspectual – o seu "*input*" – numa outra, geralmente com diferentes propriedades temporais internas – o seu "*output*".

O "*input*" codifica todas as condições necessárias para que se obtenha uma transição aspectual. Em particular, dá conta da ocorrência prévia de uma ou mais "fases" da eventualidade antes da aplicação do operador. Isto significa que, pelo menos em alguns casos, o "*input*" não irá coincidir forçosamente com uma predicação básica, na medida em que também situações de tipo derivado poderão reunir as condições necessárias para a aplicação de um operador e, nessa medida, ser consideradas como "*inputs*" adequados. A determinação do "input" depende, em grande parte, das (im)possibilidades combinatórias do operador com as diversas classes aspectuais de predicações.

(85) a- * O meu casaco parou/acabou de continuar a ser verde.

b- O meu casaco continua a ser verde (neste momento).

c- * Quando o meu casaco continuou a ser verde, ofereci-o à minha irmã.

(86) a- * A Lígia parou/acabou de continuar a saber francês.

b- A Lígia continua a saber francês (neste momento).

c- * Quando a Lígia continuou a saber francês, foi contratada pela agência.

(87) a- * O meu casaco está a continuar a ser verde.

b- * O meu casaco continua a ser verde habitualmente.

c- * Quando o fui buscar à lavandaria, o meu casaco continuou a ser verde.

(88) a- * A Lígia está a continuar a saber francês.

b- * A Lígia continua a saber francês habitualmente.

c- * Quando entrou na faculdade, a Lígia continuou a saber francês.[75]

Sublinhe-se que, tal como as frases que acabámos de apresentar deixam transparecer, a categoria de saída associada à aplicação de *continuar a*, não só preserva as marcas de estatividade que identificam o respectivo "*input*" (cf. (85) e (86)), mas também conserva inalterado o seu carácter "não faseável" (cf. (87) e (88)). Sob esse ponto de vista, o comportamento do operador em análise constituir-se-á como mais um contributo válido no sentido de fundamentar a proposta de que não é de todo possível converter estados "não faseáveis" em predicações de cariz eventivo.

Bem mais complexos e problemáticos são, sem dúvida, os casos de operadores do género de *passar a* ou de *deixar de*. Vejamos porquê.

Mesmo no contexto de estados "não faseáveis", as configurações obtidas a partir da aplicação do operador *passar a* não parecem ostentar um comportamento linguístico absolutamente idêntico ao que é manifestado pelas predicações que lhes servem de base (nomeadamente, e pelo menos na opinião de alguns falantes consultados, originam um certo grau de anomalia semântica quando comparecem com o Presente do Indicativo, cf.

A natureza aspectual do "*output*" corresponde à leitura final da frase e a sua classe aspectual é directamente determinada pelos "testes" habitualmente utilizados para a determinação do "perfil" temporal interno das situações.

[75] Contrastem-se os exemplos (87c) e (88c) com as suas versões envolvendo o Imperfeito, que se revelam perfeitamente aceitáveis, numa leitura inclusiva, tal como a teoria que temos vindo a desenvolver prediz:

(i) a- Quando o fui buscar à lavandaria, o meu casaco continuava a ser verde.
b- Quando entrou na faculdade, a Lígia continuava a saber francês.

(89b) e (90b)). Apesar disso, encontramo-nos, mais uma vez, inequivocamente perante situações estativas, como os exemplos seguintes nos confirmam, muito embora, dada a significação atribuída ao verbo aspectual em questão, possa ser defendida a presença de um qualquer tipo de "transição" implícita a elas associado.

(89) a- * O meu casaco parou/acabou de passar a ser verde.
b- (??/*) O meu casaco passa a ser verde (neste momento).
c- * Quando o meu casaco passou a ser verde, ofereci-o à minha irmã.

(90) a- * A Lígia parou/acabou de passar a saber francês.
b- (??/*) A Lígia passa a saber francês (neste momento).
c- * Quando a Lígia passou a saber francês, foi contratada pela agência.

O contraste entre "input" e "output" torna-se ainda mais flagrante se atentarmos nos testes de determinação da "faseabilidade": estados manifestamente "não faseáveis", quando integrados no escopo do operador sob análise, parecem receber, em contextos bastante particulares, algumas marcas que remetem para comportamentos de certo modo característicos de predicações convertíveis em eventos, como os exemplos de (91c) e de (92c) nos sugerem.

(91) a- * O meu casaco está a passar a ser verde.
b- * O meu casaco passa a ser verde habitualmente.
c- Quando o tingi, o meu casaco passou a ser verde.

(92) a- * A Lígia está a passar a saber francês.
b- * A Lígia passa a saber francês habitualmente.
c- Quando concluiu o curso, a Lígia passou a saber francês.[76]

Embora, em termos muito gerais, o desempenho das predicações representadas em (91) e (92) face aos critérios relevantes confirme que nos encontramos perante estativos incapazes de se converter em processos, a possibilidade de ocorrência de estruturas que combinam *passar a* com estados de carácter "não faseável", no contexto das orações

[76] Confrontem-se (91c) e (92c) com os exemplos em (i), que mantêm a predicação básica inalterada.

(i) a- * Quando o tingi, o meu casaco foi verde.
b- ?? Quando concluiu o curso, a Lígia soube francês.

principais de temporais introduzidas por *quando*, com Pretérito Perfeito, desencadeando uma leitura preferencial de sucessividade, revela-nos que, em certa medida, existe uma "potenciação" de eventuais vestígios de "faseabilidade" inerentes às situações em causa. Como tivemos oportunidade de observar, os estados são, habitualmente, excluídos deste género de construção.

Paralelo a este, parece ser o caso das estruturas que integram o operador *deixar de*. Considerem-se os seguintes exemplos:

(93) a- * O meu casaco parou/acabou de deixar de ser verde.
b- (??/*) O meu casaco deixa de ser verde (neste momento).
c- * Quando o meu casaco deixou de ser verde, ofereci-o à minha irmã.

(94) a- * A Lígia parou/acabou de deixar de saber francês.
b- (??/*) A Lígia deixa de saber francês (neste momento).
c- * Quando a Lígia deixou de saber francês, reprovou nos exames.

(95) a- (?/??) O meu casaco está a deixar de ser verde.
b- * O meu casaco deixa de ser verde habitualmente.
c- Quando o mandei tingir, o meu casaco deixou de ser verde.

(96) a- (?/??) A Lígia está a deixar de saber francês.
b- * A Lígia deixa de saber francês habitualmente.
c- Quando sofreu o acidente, a Lígia deixou de saber francês.

As frases em (93) e (94) indiciam que, mais uma vez, as propriedades estativas da predicação-base "não faseável" "sobrevivem", sem alterações muito significativas, à aplicação do operador *deixar de*. (95) e (96), pelo contrário, apontam para importantes variações ao nível do "grau" de "faseabilidade" a conferir ao "*output*" da construção sob análise: a possibilidade de integração no escopo do Progressivo, admitida pelo menos por parte de alguns falantes, por um lado, e a gramaticalidade de uma leitura sucessiva em orações com *quando* no Pretérito Perfeito, por outro, constituem-se como sólidos argumentos em favor da ideia de que, sob um certo ponto de vista, o operador *deixar de* intensifica o "potencial" de "faseabilidade" que surpreendemos nos estativos em causa.

Seja como for, no contexto de estados "não faseáveis", tanto o "*output*" de *passar a* quanto o de *deixar de* revelam, tendencialmente, características comuns aos restantes estativos, o que vem ao encontro da proposta, aqui adiantada, de que os representantes desta subcategoria não estão em condições de sofrer alterações tipológicas profundas no

que diz respeito ao seu "perfil" aspectual (para uma abordagem mais pormenorizada do funcionamento dos diversos operadores, cf. Cunha (1998c), Oliveira et al. (2000)).

3.2.2.2. Os Estados Cessativos

A relação entre verbos de operação aspectual e formas estativas não se limita aos casos em que o resultado final da aplicação do operador reveste, de maneira clara e inequívoca, as propriedades típicas da referida categoria; em determinados contextos, parece possível surpreender a presença de estativos associados a "*outputs*" de natureza eventiva. É o que sucede, por exemplo, com os estados cessativos que acompanham os eventos pontuais provenientes da comutação aspectual ocasionada por operadores como *parar de* ou *deixar de* (quando combinado com eventos).

Observe-se, desde já, que os estados cessativos diferem dos estados consequentes na medida em que os primeiros dão conta de uma situação de cariz estativo que decorre no período de tempo que se segue imediatamente à interrupção de um evento, não tendo ainda, por conseguinte, sido alcançado o resultado da sua aplicação. Um dos reflexos mais evidentes desta divergência prende-se, sem dúvida, com o requisito da telicidade, que, sendo crucial para a ocorrência de estados consequentes, não se aplica ao caso dos estados cessativos.

A determinação da presença de estados, nestas circunstâncias, torna-se bastante complexa, como veremos, já que a configuração básica da categoria de saída é a de um evento momentâneo, como os exemplos (97) e (98) nos sugerem.

(97) a- O cão pára de ladrar à noite (habitualmente).
b- Quando o cão parou de ladrar, a Maria adormeceu.
c- O cão está a parar de ladrar.
d- Quando a Maria lhe deu de comer, o cão parou de ladrar.
e- O cão parou de ladrar às três da manhã.

(98) a- O motor do meu carro deixa de funcionar (frequentemente).
b- Quando o motor do meu carro deixou de funcionar, chamei o reboque.
c- O motor do meu carro está a deixar de funcionar.
d- Quando o enchi de água, o motor do meu carro deixou de funcionar.
e- O motor do meu carro deixou de funcionar às três da manhã.

A manifesta preferência por uma interpretação habitual do Presente do Indicativo, a imposição de uma leitura de sucessividade às estruturas com Pretérito Perfeito no interior das orações temporais envolvendo *quando* e a possibilidade de integração sob o escopo do Progressivo são comportamentos linguísticos que, aliados à determinação da duração por intermédio de adverbiais pontuais, levam a acreditar que nos encontramos perante eventos momentâneos. Como poderemos, então, sustentar que os operadores em questão suportam a presença de um estado cessativo?

Contrariamente ao que sucede com a generalidade dos eventos pontuais – mesmo com aqueles que, de uma maneira ou de outra, incluem algum tipo de "consequências" no respectivo esquema "fásico" –, as situações representadas pelos "*outputs*" de *parar de* e de *deixar de* manifestam a capacidade de se combinarem com adverbiais durativos, sem que tal co-ocorrência dê lugar a uma leitura iterativa ou habitual (cf. (99) e (100)).

(99) a- O motor do meu carro deixou de funcionar durante uma semana.

b- O Luís deixou de escrever o artigo durante uns minutos (para atender o telefone).

c- Deixou de chover durante uma semana.

(100) a- O cão parou de ladrar durante meia hora.

b- O Luís parou de escrever o artigo durante uns minutos (para atender o telefone).

c- Parou de chover durante cinco minutos.

Dado que, em frases como as que acabámos de observar, não somos confrontados com estruturas que veiculam iteração ou habitualidade, parece-nos lícito concluir que o intervalo suportado pelos adverbiais de duração remete para um estativo que "segue" obrigatoriamente o evento pontual, constituindo-se como uma espécie de "resultado" ou de "consequência" em relação a este.

Uma análise cuidadosa às inferências associadas às estruturas que temos vindo a explorar indicia que o estativo que acompanha o evento pontual não deverá ser encarado como um estado consequente, idêntico ao que encontramos em situações de tipo télico. Com efeito, se "O João parou de montar o puzzle" ou se "A Maria deixou de ler o livro" descrevem estados de coisas verdadeiros, então "O puzzle está montado (pelo João)" ou "O livro está lido (pela Maria)" exprimem, necessariamente, eventualidades falsas. Por outras palavras, o estado que aqui encontramos não expressa os resultados típicos de

uma culminação, mas antes o intervalo de interrupção ou de "cessação" de um processo. Nesse sentido, denominá-lo-emos **estado cessativo**.

Os diferentes argumentos que aqui foram apresentados permitem-nos concluir que os "*outputs*" de operadores como *parar de* ou *deixar de*, embora de natureza eventiva, comportam, de forma explícita, um estado cessativo no seu "perfil" aspectual.

3.2.2.3. Os Estados Consequentes[77]

À semelhança do que se passa com os verbos de operação aspectual que acabámos de tratar, também *acabar de* parece ostentar uma categoria de saída de cariz eventivo, como o seu comportamento face aos vários "testes" relevantes, ilustrado nos exemplos (101) e (102), nos confirma.

(101) a- O João acaba de trabalhar às cinco (habitualmente).
b- Quando o João acabou de trabalhar, foi ao cinema.
c- O João está a acabar de trabalhar.
d- Quando o relógio deu as cinco horas, o João acabou de trabalhar.

(102) a- A Maria acaba de escrever o artigo atrasada (frequentemente).
b- Quando a Maria acabou de escrever o artigo, partiu para férias.
c- A Maria está a acabar de escrever o artigo.
d- Quando comprou o computador, a Maria acabou de escrever o artigo.

Uma vez mais, a leitura preferencialmente habitual que é conferida ao Presente do Indicativo e a interpretação forçosamente sucessiva das orações com Pretérito Perfeito em temporais introduzidas por *quando*, bem como a facilidade de integração no escopo do Progressivo, conspiram em favor da caracterização dos "*outputs*" provenientes da aplicação do operador *acabar de* como eventos típicos.

Notam-se, contudo, neste caso, importantes divergências no que diz respeito às possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais: ao contrário do que sucede com *parar de* e com *deixar de*, *acabar de* não parece admitir de todo a comparência de

[77] Embora, como teremos oportunidade de verificar ao longo da próxima secção, os denominados estados consequentes ou resultativos sejam suportados por uma grande diversidade de configurações linguísticas, limitar-nos-emos, neste momento, ao estudo da interacção que uma tal categoria estabelece com os verbos de operação aspectual.

adverbiais de "simples duração", ocorrendo apenas com os adverbiais pontuais e com os adverbiais que identificam um intervalo com o todo da situação (cf. (103) e (104)).

(103) a- O João acabou de trabalhar às cinco horas.

b- (??) O João acabou de trabalhar em meia hora.

c- * O João acabou de trabalhar durante meia hora.

(104) a- A Maria acabou de escrever o artigo às cinco horas.

b- (??) A Maria acabou de escrever o artigo em meia hora.

c- * A Maria acabou de escrever o artigo durante meia hora.

O comportamento linguístico das expressões aqui ilustradas aproxima-se bastante do que surpreendemos para a generalidade das culminações. Com efeito, tal como estas, os "*outputs*" de *acabar de* não manifestam, à superfície, qualquer evidência directa e explícita da presença de um estado consequente. No entanto, uma análise cuidadosa às inferências produzidas pelo operador em causa permite-nos concluir pela necessidade da inclusão de um tal elemento no esquema "fásico" da referida estrutura. Na realidade, frases como "O João acabou de limpar a casa" ou "A Ana acabou de escrever o artigo" implicam estritamente que "A casa está limpa (pelo João)" ou que "O artigo está escrito (pela Ana)", o que significa, em última instância, que nos deparamos com construções que, de alguma forma, "exigem" a comparência de um estado resultativo (ainda que só implícito) no seu "perfil" aspectual.

3.2.3. Os Estados Preliminares ou Pré-Preparatórios

Importa, neste momento, direccionar a nossa atenção para os designados estados pré-preparatórios, i.e. situações estativas que precedem ou conduzem a um dado evento. Em línguas como o Português, tais eventualidades são essencialmente veiculadas por configurações do género de *estar para* (cf. Cunha (1998a)), a que dedicamos a presente subsecção.

Embora partilhando algumas características com as estruturas progressivas, as situações envolvendo a expressão *estar para* revelam interessantes particularidades, ao nível do seu comportamento linguístico, que nos vão levar a encará-las como suporte

preferencial de um "perspectivador" aspectual que dá conta de uma fase preliminar ou pré-preparatória relativamente aos constituintes do Núcleo Aspectual.

Tal como sucede com o Progressivo, as estruturas desencadeadas pela forma *estar para* dão lugar a predicações de cariz estativo. Nessa medida, não podem ocorrer sob o escopo de operadores como *parar de* ou *acabar de*, recebem uma leitura preferencial de "presente real" com o Presente do Indicativo e originam anomalia semântica quando se encontram inseridas em subordinadas de orações temporais introduzidas por *quando*. Os exemplos (105) e (106) confirmam o que acabámos de referir.

(105) a- * O João parou/acabou de estar para sair.
b- O João está para sair (neste momento).
c- * Quando o João esteve para sair, a Maria entrou.

(106) a- * A Maria parou/acabou de estar para comprar um casaco de peles.
b- A Maria está para comprar um casaco de peles (neste momento).
c- * Quando a Maria esteve para comprar um casaco de peles, foi a Paris.

A corroborar o carácter estativo atribuído às estruturas em análise está o facto de, mesmo podendo comparecer no contexto de predicações de tipo "agentivo" e admitindo, sem levantar problemas, a presença de adverbiais que apontam para a "manifestação de vontade", essas construções se revelarem tendencialmente incompatíveis com frases no Imperativo, com os verbos do género de *ordenar* ou de *persuadir* e com pseudoclivadas integrando *fazer*. Observem-se os seguintes exemplos:

(107) a- O João está para sair do país voluntariamente.
b- * João, está para sair do país!
c- * Os colegas persuadiram o João a estar para sair do país.
d- * O que o João fez foi estar para sair do país.

(108) a- A Ana esteve para acordar os vizinhos de propósito.
b- * Ana, está para acordar os vizinhos!
c- * A irmã convenceu a Ana a estar para acordar os vizinhos.
d- * O que a Ana fez foi estar para acordar os vizinhos.

Tal como sucede com a maior parte das estruturas envolvendo *estar*, também esta é portadora das propriedades que identificam os estados de "estádio", ou seja, ostenta um certo grau de anomalia semântica quando introduzida no escopo do operador *passar a*, não se encontra sujeita a grandes restrições em termos de ocorrência com adverbiais de localização temporal, pode ser quantificada por meio de expressões do género de *sempre que* e dá origem a uma leitura de tipo inclusivo dos adverbiais pontuais com que se combina (cf. (109) e (110)).

(109) a- * O João passou a estar para ir ao cinema.
b- Ontem, o João esteve para ir ao cinema.
c- Sempre que o João está para ir ao cinema, os bilhetes esgotam-se.
d- Às duas horas, o João esteve/estava para ir ao cinema.

(110) a- * A Maria passou a estar para limpar a casa.
b- Ontem, a Maria esteve para limpar a casa (mas as crianças não deixaram).
c- Sempre que a Maria está para limpar a casa, a vizinha vem visitá-la.
d- Às duas horas, a Maria esteve/estava para limpar a casa.

No que diz respeito ao parâmetro da "faseabilidade", os dados obtidos a partir da aplicação dos "testes" relevantes não escondem certas oscilações de comportamento por parte das construções com *estar para*: se, por um lado, nos confrontamos com anomalia semântica sempre que as estruturas sob análise se submetem ao escopo de operadores como o de Progressivo ou *começar a* e se combinam com expressões que remetem para a habitualidade – indícios claros de que nos encontramos face a estados "não faseáveis" –, por outro surpreendemo-las, em conjugação com o Pretérito Perfeito, em orações principais de temporais introduzidas por *quando*, ostentando uma inequívoca leitura de sequencialidade, facto que sugere a necessidade da sua conversão em eventos.

A questão crucial com que nos deparamos pode ser formulada do seguinte modo: em consonância com os diversos "testes" que temos vindo a perfilhar desde o capítulo 2, enquanto as frases em (111a,b) e (112a,b) manifestam o comportamento típico dos estados de índole [-faseável], os exemplos de (111c) e (112c) remetem para o carácter [+faseável] das expressões envolvidas.

(111) a- * O João está/começou a estar para ir ao cinema.

b- * O João está para ir ao cinema habitualmente.

c- Quando saiu do trabalho, o João esteve para ir ao cinema.

(112) a- * A Maria está/começou a estar para limpar a casa.

b- * A Maria está para limpar a casa frequentemente.

c- Quando voltou de férias, a Maria esteve (mesmo) para limpar a casa.

Mais uma vez, para dar conta destes exemplos de forma adequada, afigura-se-nos indispensável o recurso à ideia de que a "faseabilidade" é uma propriedade "graduável", podendo, por conseguinte, determinados estativos receber um valor "intermédio" quanto à referida característica.

Se, com base em toda a fundamentação aqui adiantada, parece incontroverso que as estruturas envolvendo *estar para* descrevem situações de tipo estativo, não deixa, contudo, de ser algo curioso o seu comportamento no contexto dos diversos adverbiais temporais. De facto, somos confrontados com uma série de especificidades em relação ao que se passa com os operadores aspectuais que merecem um pouco da nossa atenção.

Em primeiro lugar, importa realçar que as frases integrando *estar para* admitem, sem problemas, a presença de dois adverbiais de "medição" temporal, divergindo, neste ponto, das estruturas desencadeadas por operadores aspectuais, que somente aceitam a comparência de um único desses elementos – excluiremos, naturalmente, os adverbiais de simples "localização" temporal da presente discussão. Observem-se os seguintes contrastes, em que (113), que combina operadores aspectuais com dois adverbiais de medição temporal, resulta em anomalia semântica, enquanto (114), que contempla *estar para* no referido contexto, se revela perfeitamente aceitável:

(113) a- * Durante duas horas, o João esteve a falar 10 minutos no congresso.

b- * Durante uma semana, a Rita esteve a partir o vidro às 2 da manhã.

c- * Durante três horas, o Pedro esteve a montar o puzzle em 5 minutos.

d- * Às 5 da tarde, o João começou a falar durante 10 minutos no congresso.

e- * Às 5 da tarde, a Rita começou a partir o vidro às 2 da manhã.

f- * Às 5 da tarde, o Pedro começou a montar o puzzle em 5 minutos.

(114) a- Durante duas horas, o João esteve para falar 10 minutos no congresso.

b- Durante uma semana, a Rita esteve para partir o vidro às 2 da manhã.

c- Durante três horas, o Pedro esteve para montar o puzzle em 5 minutos.

Por outro lado, as estruturas incorporando *estar para* parecem, de alguma forma, preservar determinadas características associadas à classe aspectual da predicação-base com que co-ocorrem, facto que se torna evidente quando procedemos a uma observação atenta das variações em termos das possibilidades de selecção dos adverbiais temporais manifestadas em exemplos como (121)-(123).

Tal comportamento difere bastante daquele que é tipicamente ostentado por parte dos operadores aspectuais, cujos "*outputs*" mantêm uma relação constante e inalterada com os adverbiais com que comparecem, totalmente independente, por conseguinte, da natureza das categorias de origem. Assim, frases com o Progressivo patenteiam sempre o seu carácter estativo, não admitindo a presença de quaisquer elementos associados ao "perfil" temporal interno da predicação básica a que se aplicam (vejam-se (115)-(117)). Observações idênticas poderão ser efectuadas em relação ao operador *começar a*, que revela o seu carácter pontual seja qual for a classe aspectual da situação de origem com que se combina (cf. (118)-(120)). Em contraste, as configurações que integram *estar para*, apesar de reflectirem, de modo consistente, a estatividade que lhes é inerente, manifestam, de igual modo, algumas marcas aspectuais identificadoras das diferentes eventualidades básicas com que comparecem, como os vários exemplos apresentados em (121)-(123) nos deixam bem claro.

(115) a- O João esteve a falar no congresso durante 10 minutos.

b- * O João esteve a falar no congresso em 10 minutos.

c- O João esteve a falar no congresso às 2 da tarde. (leitura inclusiva)

(116) a- A Rita esteve a partir o vidro durante alguns segundos.

b- * A Rita esteve a partir o vidro em alguns segundos.

c- A Rita esteve a partir o vidro às 2 da tarde. (leitura inclusiva)

(117) a- O Pedro esteve a montar o puzzle durante meia hora.

b- * O Pedro esteve a montar o puzzle em meia hora.

c- O Pedro esteve a montar o puzzle às 2 da tarde. (leitura inclusiva)

(118) a- * O João começou a falar no congresso durante 10 minutos.

b- * O João começou a falar no congresso em 10 minutos.

c- O João começou a falar no congresso às 2 da tarde.

(119) a- * A Rita começou a partir o vidro durante alguns segundos.

b- * A Rita começou a partir o vidro em alguns segundos.

c- A Rita começou a partir o vidro às 2 da tarde.

(120) a- * O Pedro começou a montar o puzzle durante meia hora.

b- * O Pedro começou a montar o puzzle em meia hora.

c- O Pedro começou a montar o puzzle às 2 da tarde.

(121) a- (Durante 2 horas) o João esteve para falar no congresso 10 minutos.

b- (Durante 2 horas) * o João esteve para falar no congresso em 10 minutos.

c- (Durante 2 horas) (??) o João esteve para falar no congresso às 5 da tarde.[78]

(122) a- (Durante 2 horas) * a Rita esteve para partir o vidro (durante) uns segundos.

b- (Durante 2 horas) * a Rita esteve para partir o vidro nuns segundos.

c- (Durante 2 horas) a Rita esteve para partir o vidro às 2 da manhã.

(123) a- (Durante 2 horas) * o Pedro esteve para montar o puzzle meia hora.

b- (Durante 2 horas) o Pedro esteve para montar o puzzle em meia hora.

c- (Durante 2 horas) ??/* o Pedro esteve para montar o puzzle às 2 da tarde.

Por fim, é interessante verificar que as predicações envolvendo a forma *estar para* no Presente do Indicativo surgem, sem dificuldades, quer com adverbiais que expressam duração desde o passado até ao momento da enunciação, como acontece com a leitura de medição associada a *há N tempo*, quer com adverbiais que remetem para a realização futura de uma determinada situação, como é o caso, por exemplo, de *daqui a N tempo*. Pelo contrário, operadores aspectuais cuja categoria de saída é de cariz estativo apenas admitem a comparência de elementos do primeiro tipo. Os exemplos seguintes ilustram bem este facto:[79]

(124) a- A Ana está para apresentar o artigo há duas semanas.

b- O João está para fotografar a Torre dos Clérigos há dois meses.

c- A Maria está para se casar há dois anos.

(125) a- A Ana está para apresentar o artigo daqui a dois dias.

b- O João está para fotografar a Torre dos Clérigos no próximo sábado.

c- A Maria está para se casar daqui a uma semana.

---

[78] A ser possível, esta construção só será viabilizada no contexto de uma interpretação "inceptiva" (i.e. em que o adverbial pontual marca o início do decurso da eventualidade), paralela àquela que obteríamos com a frase "(??) O João falou no congresso às 2 da tarde".

[79] Para uma discussão aprofundada dos diversos tipos de adverbiais temporais mencionados cf. Matos (1999) e Móia (1998), (1999).

(126) a- A Ana está a apresentar o artigo há uma hora.

b- O João está a fotografar a Torre dos Clérigos há duas horas.

c- A Maria está a casar-se há 5 minutos.

(127) a- # A Ana está a apresentar o artigo daqui a dois dias. [80]

b- # O João está a fotografar a Torre dos Clérigos no próximo sábado.

c- # A Maria está a casar-se daqui a uma semana.

O conjunto de dados que acabámos de explorar conduz, de um modo muito claro, à necessidade de postulação de um tratamento diferenciado para operadores aspectuais, por um lado, e para elementos do género de *estar para*, por outro. Com efeito, estruturas em que intervenham tais elementos deixam transparecer certas características típicas da predicação básica a que se aplicam, em geral relegadas para o plano das inferências sempre que nos encontramos perante uma mera "comutação" aspectual.

De facto, a possibilidade de coexistência de dois adverbiais de medição temporal apontando para intervalos manifestamente disjuntos e a capacidade de ocorrência, tanto com elementos que remetem para o passado, quanto com expressões que "localizam" no futuro, constituem indícios de que as estruturas originadas por *estar para* comportam em si duas componentes aspectuais bem distintas e, até certo ponto, independentes: uma fase estativa e a situação-base que ela parece preceder. Tomando como ponto de partida algumas observações avançadas por Cunha (1998a), 2.5., diremos que a mais "visível" – porque preponderante no que respeita à aplicação dos diferentes "testes" relevantes – será a situação de cariz estativo, antecedendo forçosamente um evento que, embora, por assim dizer, menos "saliente", mantém, na essência, as suas propriedades originais inalteradas (cf. os exemplos de (121) a (123)).

Por outras palavras, a função central das construções introduzidas por *estar para* é a de "perspectivar" um estado preliminar ou pré-preparatório que, embora não fazendo parte integrante do Núcleo Aspectual, na medida em que não parece ser determinante no que toca à constituição e à identificação das várias categorias de situações, se combina com ele, sem, contudo, revelar a capacidade de alterar as características definitórias das classes previamente estabelecidas. Nesse sentido, referir-nos-emos aos elementos que dão origem a este género de configurações como "perspectivadores" ou "focalizadores"

---

[80] Note-se que, de momento, apenas nos interessa a interpretação durativa associada a estas frases, que aqui se revela inteiramente impossível. Ignoramos, por conseguinte, todas as leituras que remetam para a utilização localizadora dos adverbiais em questão.

aspectuais, e não como operadores, já que não se verifica qualquer tipo de "comutação", constatando-se apenas uma simples "alteração" ou "desvio" de "perspectiva" em relação à estrutura nuclear de uma dada eventualidade que, no entanto, não sofre modificações significativas ao nível do seu "perfil" temporal interno, tal como já referimos em 1.3..

CONCLUSÕES

Ao longo da presente secção tivemos oportunidade de demonstrar que muitos dos verbos de operação e de "perspectivação" aspectual estão indissociavelmente ligados, de uma forma ou de outra, a predicações de cariz estativo. Sintetizamos, em seguida, as principais observações que aqui efectuámos.

- Constatámos que, em línguas como o Português, são bastante comuns os verbos de operação aspectual, como *estar a* ou *andar a*, cuja função primordial parece ser a de converter predicações eventivas, básicas ou derivadas, em estados de diferentes tipos. Assim, *estar a*, tomando como ponto de partida um "input" de natureza processual, dará origem a um "*output*" que se identifica com um estado progressivo, ao passo que *andar a* converte os eventos com que se combina em estados frequentativos ou habituais.
- Operadores aspectuais que tomam como "*input*" um estado "não faseável" dão, obrigatoriamente, origem a "*outputs*" que preservam as principais "marcas" da estatividade, embora possamos assistir a variações quanto ao grau de "faseabilidade" por eles ostentado. Pertencem a este grupo formas do género de *continuar a*, *passar a* ou *deixar de*.
- Existem ainda verbos de operação aspectual que "conduzem" a situações de natureza eventiva a que se associam, implícita ou explicitamente, certos estativos. É o caso, por exemplo, de *deixar de* (com "*input*" processual) e de *parar de*, que habitualmente incluem nos seus "*outputs*" pontuais um estado cessativo, ou de *acabar de*, cuja categoria de saída comporta um estado consequente.

- Finalmente, o "perspectivador" *estar para* parece ser "utilizado" com o objectivo de pôr em evidência ou de focalizar um estado pré-preparatório ou preliminar que se combina com as diferentes categorias aspectuais de predicações, sem, contudo, as alterar na sua essência nem modificar a sua configuração temporal interna básica. Sob esse ponto de vista, *estar para* limitar-se-á a adicionar, salientando-o, um estado conducente aos eventos a que se aplica.

3.3. ESTRUTURAS INDUTORAS DE ESTADOS RESULTATIVOS OU CONSEQUENTES

A presente secção será fundamentalmente dedicada à investigação das principais propriedades semânticas que caracterizam os estados resultativos ou consequentes. Muito embora já tenha sido feita uma breve alusão aos referidos estativos neste trabalho – nomeadamente, no primeiro capítulo, quando discutimos o esquema "fásico" relevante para as culminações e para os processos culminados e em 3.2.2., quando procedemos à avaliação do "*output*" de *andar a* –, ainda não os abordámos de uma forma sistemática, em particular no que diz respeito às estruturas linguísticas que veiculam tal categoria aspectual de um modo "autónomo".

Nesse sentido, procuraremos determinar quais as configurações linguísticas que dão lugar a estados resultantes, conferindo um especial destaque à complexa questão da perfectividade, que tem sido alvo de longe e aceso debate na literatura.

Em 3.3.1., procederemos ao confronto de diferentes propostas de tratamento para o designado "sistema do Perfeito", com vista a clarificar até que ponto esta estrutura manifesta propriedades aspectuais efectivamente relevantes. Prosseguiremos advogando em favor da hipótese de que, pelo menos em línguas como o Português, a construção *ter* + Objecto Directo + Particípio Passado flexionado, sempre que sintacticamente viável, será o suporte preferencial para a veiculação da Perfectividade, concebida enquanto operação aspectual. Alargaremos a nossa análise a estruturas que parecem igualmente dar conta de estados resultativos, como é o caso, por exemplo, dos particípios absolutos e das denominadas passivas adjectivais constituídas com base em *estar* + Particípio

Passado flexionado. Finalmente, procuraremos sistematizar as observações realizadas, estabelecendo uma relação directa entre o Particípio Passado flexionado, presente nas diferentes configurações investigadas, e a comparência de evidências conducentes à verificação da existência de uma operação aspectual de Perfectividade.

3.3.1. O "Sistema do Perfeito" e a Questão da Perfectividade

O chamado "sistema do Perfeito" tem suscitado acalorada discussão na literatura, sobretudo no que diz respeito ao seu estatuto semântico. Com efeito, os diversos autores que se têm debruçado sobre o problema apontam para soluções algo divergentes quando analisam os principais efeitos, ao nível do significado, associados a esta construção. Enquanto certas propostas defendem que o Perfeito veicula um valor prioritariamente aspectual, dando conta de um estado consequente, outras, pelo contrário, advogam uma abordagem eminentemente temporal, que assenta na ideia de que as formas do Perfeito localizam uma eventualidade num intervalo anterior a um dado Ponto de Perspectiva Temporal.[81] A questão central que nos ocupará em seguida será a de saber se, de facto, o Perfeito deverá ser encarado como um operador aspectual de Perfectividade.[82]

3.3.1.1. O Perfeito como Suporte de Informação Essencialmente Aspectual

Autores como Moens (1987), Moens e Steedman (1988), Parsons (1990), Vlach (1993) e Kamp e Reyle (1993) assumem que o principal efeito da aplicação do Perfeito a uma dada predicação se poderá resumir à "perspectivação" de um estado consequente ou resultativo. Sob esse ponto de vista, a construção em análise funcionaria como um operador aspectual que focalizaria a parte do Núcleo que segue a culminação, tal como a formulação proposta por Kamp e Reyle (1993) deixa bem explícito: "The eventualities described by the perfect of a verb v are of the type which is represented by that part of

---

[81] Dada a abundância, riqueza e complexidade da literatura sobre o assunto, torna-se praticamente impossível desenvolver aqui todos os pormenores que subjazem à análise do "sistema" do Perfeito. Limitar-nos-emos, por conseguinte, a salientar os aspectos que se nos afiguram mais relevantes para a elucidação da questão da estatividade.

[82] Neste momento é de crucial importância ter em conta que optaremos aqui por uma terminologia semelhante à proposta por Smith (1991), 5.3.2.. Assim, estabeleceremos uma distinção bem clara entre o termo Perfeito, que designará uma mera configuração estrutural (neste caso formada a partir do auxiliar

the schema corresponding to the Aktionsart of v which starts at, but does not include, the culmination point" (cf. Kamp e Reyle, 1993: 566).

Segundo este ponto de vista, os tempos gramaticais construídos com o auxiliar *have*, no caso do Inglês, ou com *ter*, no do Português[83], marcariam somente o intervalo em que o estado resultante ocorre. O efeito de localização relativa de anterioridade observável para a situação-base em relação ao referido intervalo, surge, assim, como simples consequência da configuração aspectual proposta: o estado resultativo segue sempre e forçosamente a eventualidade de que é a última "fase", tendo em consideração a estrutura do Núcleo Aspectual.

Um primeiro obstáculo com que uma proposta deste género terá que se confrontar diz respeito ao facto de os estativos – situações tipicamente desprovidas de estrutura "fásica" própria – se poderem combinar, sem quaisquer dificuldades, com o sistema do Perfeito. Kamp e Reyle (1993), que parecem estar inteiramente conscientes do problema em causa, procuram contorná-lo, postulando a presença obrigatória de um evento (por sua vez susceptível de comportar um estado consequente) que ocorre imediatamente a seguir à cessação do estado inicial. No entanto, tal procedimento afigura-se-nos um tanto ou quanto arbitrário, dado não ser fácil encontrar respostas consensuais para questões como as que se seguem: que evento particular deverá seguir cada estativo? Como poderemos determiná-lo em concreto?[84]

Em traços muito gerais, poderemos afirmar que este tipo de abordagem confere à construção de Perfeito um carácter eminentemente aspectual, o que significa, em última instância, que a referida estrutura é encarada como um operador de Perfectividade, i.e., como suporte da realização de um estado resultativo.

---

ter em conjugação com um Particípio Passado não flexionado), e o termo Perfectivo, que remeterá para um certo tipo de operação aspectual cujo "*output*" é um estado consequente.

[83] Note-se, no entanto, que, como ficará claro mais à frente, existem divergências bastante significativas no que respeita à semântica das referidas construções em Inglês e em Português. De facto, tempos como o Pretérito Perfeito Composto recebem uma interpretação que se afasta, em grande medida, do paradigma associado aos restantes tempos do "sistema do perfeito".

[84] Esta e outras objecções relevantes para a hipótese de tratamento aspectual do sistema do Perfeito serão analisadas em pormenor na próxima subsecção deste capítulo.

3.3.1.2. O Perfeito como Suporte de Informação Essencialmente Temporal

Alguns autores, como Declerck (1991) e Binnick (1991), consideram que a função semântica fundamental a atribuir ao sistema do Perfeito será a de localizar uma situação num intervalo anterior relativamente a um determinado Ponto de Referência (termo aqui utilizado no sentido de Ponto de Perspectiva Temporal, tal como formulado em Kamp e Reyle (1993)). Por outras palavras, propostas deste género sustentam que a construção de Perfeito revela a capacidade de "situar" a predicação a que se aplica num intervalo anterior àquele que é estabelecido como o Ponto de Perspectiva para a globalidade da frase em causa.

Segundo esta hipótese de tratamento, os tempos gramaticais associados ao auxiliar estabelecem um intervalo de tempo em relação ao qual o Particípio Passado localiza a situação-base como já tendo ocorrido na sua totalidade. A ocasional presença de um estado consequente é concebida como uma mera implicatura conversacional que resulta, muito provavelmente, da obrigatoriedade da comparência prévia do estado de coisas (e do respectivo terminus) no tempo de avaliação final da frase, ou seja, ao nível do Ponto de Perspectiva Temporal.

O estatuto inferencial conferido por Declerck (1991) ao Aspecto Perfectivo, no âmbito do sistema do Perfeito, é fundamentado pelas seguintes observações, que irão ser retomadas, com mais pormenor, na próxima secção deste trabalho:

- Nem todas as frases em que o Perfeito comparece ostentam consequências ou resultados de uma forma explícita (veja-se, por exemplo, o caso dos estativos);
- A resultatividade associada a estas estruturas é potencialmente cancelável;
- Finalmente, em determinadas circunstâncias, os resultados ou as consequências atribuídos à construção de Perfeito revelam-se, por assim dizer, extremamente dependentes de factores contextuais, o que nos remete para a necessidade de um tratamento mais próximo do campo da pragmática do que da semântica.

Tendo em vista os factores que acabámos de enumerar, Declerck (1991) é levado a concluir que a noção de resultatividade não parece dar conta, de forma satisfatória, do comportamento semântico manifestado pelo sistema do Perfeito, devendo, portanto, ser encarada apenas como uma mera consequência (provavelmente de índole pragmática) associada à significação eminentemente temporal veiculada pela estrutura em causa.[85]

3.3.1.3. O Perfeito como Suporte de Informação Simultaneamente Temporal e Aspectual

Autores como Smith (1991) ou Peres (1993), (1994), por seu lado, assumem que o sistema do Perfeito combina informação de cariz predominantemente aspectual (como seja a presença de um estado consequente) com indicações de natureza eminentemente temporal (como é o caso da estipulação de uma localização relativa de anterioridade para a situação-base face ao Ponto de Perspectiva Temporal). Tal tomada de posição permite, pelo menos até um certo ponto, conciliar os dois tipos de abordagem, que analisámos anteriormente, face à complexa problemática da determinação da semântica do Perfeito, tal como Smith (1991) refere: ""Scholars have debated the question of whether the Perfect involves temporal location or aspect. According to this analysis, both domains are involved." (cf. Smith, 1991: 109).

Segundo esta hipótese de análise, os tempos gramaticais veiculados pelo verbo auxiliar marcarão o Ponto de Perspectiva Temporal em que o estado resultante decorre. O Particípio Passado não flexionado desempenhará a função de conferir à situação-base uma localização relativa de anterioridade face ao intervalo determinado pelo auxiliar. De uma certa forma, isto significa que, no entender dos proponentes da presente abordagem, o Perfeito comporta em si informações, tanto de índole temporal, quanto de carácter aspectual, sendo-lhes atribuído um peso relativamente idêntico.

O valor semântico inerente ao sistema do Perfeito será, pois, "computável" a partir da combinação entre elementos temporais e traços aspectuais, mantendo estas duas componentes uma estreita relação de interdependência mútua.

---

[85] Como teremos oportunidade de verificar na próxima secção, a resultatividade atribuída à construção do Perfeito está indissociavelmente ligada à estrutura "fásica" das predicações-base envolvidas. Assim, tendencialmente, apenas categorias télicas, no contexto do Perfeito, darão origem, de forma inequívoca, a uma interpretação resultativa.

Para que uma abordagem deste género possa vir a ser irrefutavelmente legitimada, contudo, torna-se indispensável provar que, de facto, a construção do Perfeito integra um estado resultativo, i.e., que, de uma forma ou de outra, manifesta comportamentos indiciadores da presença de uma tal classe aspectual. Como veremos em 3.3.2., porém, não será nada fácil encontrar provas concretas e incontestáveis em favor de tal tomada de posição.

3.3.1.4. O Perfeito como Potencial Gerador de Ambiguidade entre uma Leitura Temporal e uma Interpretação Aspectual

Finalmente, autores como Ogihara (1996), 1.3., encaram a construção do Perfeito, pelo menos em línguas como o Inglês, enquanto uma estrutura potencialmente ambígua entre uma interpretação de localização temporal em termos de anterioridade da situação-base face ao Ponto de Perspectiva Temporal e uma leitura de operação aspectual que dá lugar à presença de um estado consequente.

Segundo esta concepção, encontramo-nos, de facto, perante estruturas semânticas inteiramente distintas e com uma identidade própria, apesar da óbvia semelhança a nível morfo-sintáctico: enquanto uma é o suporte de significação eminentemente temporal, a outra ostenta valores essencialmente aspectuais. Se o *Present Perfect* é concebido como possuidor de informação exclusivamente aspectual, já as restantes formas que compõem o sistema podem ser portadoras da referida ambiguidade.

Esta hipótese de tratamento parece, pois, distanciar-se bastante da que analisámos anteriormente, na medida em que, ao invés de sustentar a ideia de integração das duas componentes semânticas em causa numa única construção, advoga, muito claramente, a necessidade de postulação de estruturas divergentes para cada uma das significações identificadas.

Tomando como ponto de partida a ideia de que o *Present Perfect* se assume como operador aspectual, divergindo, nesse ponto, do *Simple Past*, cujos efeitos semânticos se manifestam, principalmente, ao nível temporal, Ogihara observa que construções como a do *Past Perfect* ostentam um comportamento linguístico "ambíguo" a este respeito, podendo a forma em causa corresponder à expressão do "passado" de qualquer uma das estruturas referidas. Especificamente, o autor analisa discursos indirectos em que esta dupla função do *Past Perfect* se revela muito evidente.

Ogihara refere, finalmente, que as duas interpretações conferidas ao sistema do Perfeito em Inglês são realizadas, em línguas como o Japonês, por meio de sequências linguísticas diferenciadas, o que, a confirmar-se, poderia constituir mais um argumento em favor da hipótese aqui adiantada.

Em Cunha (1998a) é esboçada, ainda que de forma bastante breve, uma hipótese de análise que, em certa medida, apresenta alguns pontos de contacto com aquela que aqui acabámos de explorar. Assim, o autor sugere que, para línguas como o Português, existem duas configurações distintas, uma com valor temporal (a designada "construção de Perfeito", obtida a partir de formas do verbo *ter* em conjugação com o Particípio Passado não flexionado) e outra com valor aspectual, constituída pela sequência *ter* + O(bjecto) D(irecto) + Particípio Passado flexionado.

Na próxima subsecção deste trabalho procuraremos aprofundar um pouco mais tal proposta de tratamento, demonstrando que, no Português, somente a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado é susceptível de suportar informação inequivocamente aspectual, tendo em vista que parece ser a única capaz de dar conta, de modo explícito e bem claro, de um estado consequente "expresso". O sistema do Perfeito ficará, por seu lado, reservado para a representação de indicações de cariz eminentemente temporal.

3.3.2. O Sistema do Perfeito Vs. a Construção Perfectiva Ter + Objecto Directo + Particípio Passado Flexionado

No final da subsecção anterior apontámos, muito tentativamente, para a hipótese de que, enquanto as estruturas envolvendo *ter* + Particípio Passado não flexionado, que constituem o sistema do Perfeito, veiculariam, preferencialmente, informação de cariz temporal, as construções constituídas pela sequência *ter* + OD + Particípio Passado flexionado ostentariam o comportamento típico de um verdadeiro operador aspectual de Perfectividade, ou seja, revelariam a capacidade de converter os eventos com que se combinam nos respectivos estados resultativos ou consequentes.

Para que uma tal linha de análise possa vir a ser considerada válida, no entanto, parece-nos absolutamente imprescindível investigar, um pouco mais aprofundadamente, o comportamento linguístico de cada uma das construções em questão. Nesse sentido, procederemos a uma breve comparação entre as referidas estruturas, a fim de "testar" devidamente até que ponto se enquadram nos princípios da proposta por nós adiantada.

Procuraremos, por conseguinte, demonstrar que as formas que constituem o sistema do Perfeito não revelam as características identificadoras de um operador aspectual de Perfectividade, ao contrário do que acontece com as suas congéneres que comportam o Particípio Passado flexionado.

3.3.2.1. A Questão da "Sistematicidade"

Em primeiro lugar, importa sublinhar que os diversos operadores aspectuais, em línguas como o Português, exibem, tipicamente, um elevado grau de "sistematicidade". De facto, não só comparecem com todos os tempos gramaticais disponíveis, como também parecem manter, numa certa medida, o seu valor semântico relativamente inalterado, independentemente do contexto ou da configuração linguística em que ocorram.

O caso do Progressivo é, a este respeito, exemplar: a estrutura *estar a* parece ser perfeitamente compatível com qualquer tempo gramatical do Português sem, no entanto, estar sujeita a variações semânticas relevantes, i.e., mantendo um valor consistente de estado progressivo obtido a partir de um processo (básico ou derivado). Os exemplos que se seguem ilustram bem estas afirmações:

(128) a- A Maria está/estava a aspirar a casa.
b- A Maria esteve a aspirar a casa.
c- A Maria tem/tinha estado a aspirar a casa.
d- Se a Maria estivesse a aspirar a casa, o aspirador estaria a fazer barulho.
e- Amanhã, a Maria vai estar a aspirar a casa.

Uma análise cuidadosa das possibilidades combinatórias do auxiliar *ter* associado a Particípio Passado não flexionado demonstrará que tal estrutura não se enquadra neste paradigma, na medida em que parece não se mostrar sensível a nenhum dos princípios anteriormente formulados. Observem-se as seguintes frases:

(129) a- A Maria tem/tinha aspirado a casa.
b- * A Maria teve aspirado a casa.
c- * A Maria tem/tinha tido aspirado a casa.

d- * Se a Maria tivesse tido aspirado a casa, as crianças não estariam com alergia.

e- * Amanhã, a Maria vai ter aspirado a casa.

Exemplos como os de (129) deixam transparecer, sem margem para dúvidas, que, ao contrário de um operador como o de Progressivo, o auxiliar *ter* representado neste género de configurações não só apresenta severas restrições quanto às possibilidades combinatórias que manifesta em relação a certos tempos gramaticais – nomeadamente, é de todo impossível a sua comparência no contexto do Pretérito Perfeito simples e de grande parte dos "tempos compostos" com base em *ter* e *ir* – como também nem sempre consegue manter um valor semântico consistente. Com efeito, afigura-se-nos lícito afirmar que o designado Pretérito Perfeito Composto contrasta, por exemplo, com o Mais-que-Perfeito, na medida em que, em co-ocorrência com situações de tipo eventivo, veicula a ideia de iteração ou mesmo de habitualidade e, em termos gerais, dá conta de uma certa "extensão" temporal, que está ausente nas restantes formas do sistema.

Por outras palavras, em contraste com o que sucede com os diferentes operadores aspectuais a que nos temos vindo a referir ao longo do presente trabalho, o auxiliar *ter* nas configurações que constituem o "sistema do perfeito" parece estar sujeito a certas "assistematicidades" ou "inconsistências", tanto no que respeita à co-ocorrência com os tempos gramaticais quanto no que se refere às suas possibilidades interpretativas.

Pelo contrário, a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado parece patentear um comportamento, até certo ponto, mais compatível com a "sistematicidade" requerida pela configuração típica dos operadores aspectuais. Na verdade, a referida estrutura comparece com a totalidade dos tempos gramaticais do Português (incluindo aqueles que dão lugar a anomalia semântica com o sistema do Perfeito) e conserva um valor semântico constante de "resultatividade", independente dos diferentes tempos gramaticais utilizados ou da intervenção de factores contextuais extrínsecos (cf. (130)).

(130) a- A Maria tem/tinha a casa aspirada.

b- A Maria teve a casa aspirada.

c- A Maria tem/tinha tido a casa aspirada.

d- Se a Maria tivesse tido a casa aspirada, as crianças não estariam com alergia.

e- Amanhã, a Maria vai ter a casa aspirada.

Tendo em conta os factos que acabámos de investigar, somos levados a concluir que, no que respeita à "sistematicidade", a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado se aproxima mais dos requisitos exigidos pela grande maioria dos operadores aspectuais do que o sistema do Perfeito, o qual manifesta divergências importantes a este nível.

3.3.2.2. Os Adverbiais Temporais

Como já tivemos oportunidade de verificar, as predicações estativas manifestam um comportamento relativamente homogéneo face aos diferentes adverbiais temporais. De facto, surgem, geralmente sem levantar problemas, em conjugação com adverbiais de "simples duração", ocasionando, no entanto, anomalia semântica no contexto de adverbiais de identificação de um intervalo com (a totalidade d)a situação (cf. "em N tempo"). No que respeita aos adverbiais pontuais, ou se revelam incompatíveis com as eventualidades em causa (se estivermos perante estados de indivíduo "não faseáveis"), ou estabelecem com elas uma relação de inclusão, em que o adverbial é interpretado como estando contido no intervalo ocupado pelo estado. Os exemplos que a seguir se apresentam ilustram bem as afirmações que acabámos de fazer.

(131) a- O António foi analfabeto durante vinte anos.
b- * O António foi analfabeto em vinte anos.
c- * O António foi analfabeto às cinco da tarde.

(132) a- A Rita esteve doente durante uma semana.
b- * A Rita esteve doente numa semana.
c- A Rita esteve doente às cinco da tarde. (leitura inclusiva)

Como é de esperar, as alterações decorrentes dos efeitos semânticos produzidos por um operador aspectual ao nível das características categoriais da predicação a que se aplica acabam por se repercutir em claras modificações no que toca às possibilidades combinatórias com adverbiais temporais. Assim, a título de exemplo, observemos que as frases progressivas requerem sempre adverbiais compatíveis com a estatividade que manifestam, independentemente da situação básica envolvida:

(133) a- O João esteve a escrever o artigo durante duas horas.

b- * O João esteve a escrever o artigo em duas horas.

c- O João esteve a escrever o artigo às cinco da tarde. (leitura inclusiva)

(134) a- A Ana esteve a morrer durante uma semana.

b- * A Ana esteve a morrer numa semana.

c- A Ana esteve a morrer às cinco da tarde. (leitura inclusiva)

O comportamento ostentado pela generalidade das formas de Perfeito[86] face aos adverbiais temporais está longe de se assemelhar ao de um qualquer estativo, parecendo aproximar-se mais do das predicações básicas envolvidas. Por outras palavras, diremos que, no caso do sistema do Perfeito, existe uma evidente sensibilidade às propriedades aspectuais características das situações de origem, tal como os exemplos que se seguem deixam transparecer.

(135) a- O João tinha trabalhado durante duas horas.

b- * O João tinha trabalhado em duas horas.

c- ??/* O João tinha trabalhado às cinco da tarde.

(136) a- ??/* O João tinha escrito o artigo durante duas horas.

b- O João tinha escrito o artigo em duas horas.

c- ??/* O João tinha escrito o artigo às cinco da tarde.[87]

(137) a- * A Ana tinha morrido durante uma semana.

b- * A Ana tinha morrido numa semana.

c- A Ana tinha morrido às cinco da tarde.

---

[86] Exceptuaremos aqui o caso do Pretérito Perfeito Composto que, em construções envolvendo eventos, manifesta, de uma forma sistemática, marcas características de iteratividade ou mesmo de habitualidade, revelando tendencialmente comportamentos aproximáveis aos dos estados habituais.

[87] Notemos que nos estamos a referir apenas a adverbiais de "medição" temporal e não a adverbiais de mera "localização". De facto, é possível encontrar configurações como as de (i), desde que seja atribuído ao adverbial um papel um pouco diferente daquele que aqui nos ocupa:

(i) a- Às cinco da tarde, o João (já) tinha escrito o artigo.
b- Às cinco da tarde, a Maria (já) tinha aspirado a casa.

Em casos como estes, o adverbial pontual não "mede" a duração da eventualidade em causa; apenas fornece o Ponto de Perspectiva Temporal relativamente ao qual a situação-base vai ser localizada (em termos de anterioridade).

A estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, pelo contrário, apresenta um comportamento bastante próximo daquele que caracteriza os diferentes operadores aspectuais, na medida em que exibe, quase sempre, um padrão combinatório constante e consistente em relação aos vários adverbiais temporais, independente, por conseguinte, da natureza aspectual das predicações de origem envolvidas. Tais possibilidades de ocorrência são idênticas às que surpreendemos para os restantes estativos, pelo que se nos afigura natural concluir que estamos diante de um operador aspectual cujo "*output*" partilha as principais propriedades identificadoras da referida classe de predicações.

(138) a- A Maria teve a casa limpa durante uma semana.

b- ??/* A Maria teve a casa limpa numa semana.[88]

c- A Maria teve a casa limpa às cinco da tarde. (leitura inclusiva)

(139) a- O Ricardo teve a televisão ligada durante duas horas.

b- ??/* O Ricardo teve a televisão ligada em duas horas.

c- O Ricardo teve a televisão ligada às cinco da tarde. (leitura inclusiva)

Por outro lado – e sob circunstâncias que teremos oportunidade de explorar mais tarde – apenas os estativos, em tempos como o Imperfeito, são susceptíveis de receber uma leitura de "medição da duração" (e não de localização temporal) com o adverbial *há N tempo* e se revelam perfeitamente compatíveis com expressões introduzidas por *desde*.[89] Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(140) a- O João vivia em Paris há cinco anos. (leitura durativa)

b- O João vivia em Paris desde 1998.

c- A Ana estava doente há uma semana. (leitura durativa)

d- A Ana estava doente desde quinta-feira.

A análise das formas pertencentes ao sistema do Perfeito nos contextos em causa revela-nos que o seu comportamento diverge, também a este nível, do que é ostentado pela generalidade dos estativos. Assim, quando comparecem com o Mais-que-Perfeito,

---

[88] Ignoramos aqui a leitura correspondente a "A Maria teve a casa limpa dentro/depois de uma semana", possível para este adverbial no contexto em análise, mas que, mais uma vez, parece estar fora do âmbito estritamente aspectual em que temos vindo a concentrar a nossa atenção.

[89] Para uma análise mais aprofundada do comportamento linguístico dos adverbiais em causa ver Matos (1999) e Móia (1994), (1998) e (1999).

configuração que, como sabemos, se serve do Imperfeito para estabelecer um Ponto de Perspectiva Temporal relevante, as predicações eventivas não se mostram compatíveis com adverbiais introduzidos por *desde* e a aplicação de expressões do género de *há N tempo* apenas possibilita uma leitura de localização temporal, como os exemplos que se seguem deixam bem patente.

(141) a- * O João tinha escrito o artigo desde quinta-feira.
b- O João tinha escrito o artigo há uma semana. (leitura de localização)
c- * A Maria tinha partido o vaso desde sexta-feira.
d- A Maria tinha partido o vaso há três dias. (leitura de localização)

Em contraste, a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado enquadra-se integralmente no paradigma que atribuímos aos estados: não só se mostra perfeitamente compatível com expressões introduzidas por *desde*, como admite, sem levantar qualquer problema, uma interpretação durativa no contexto de adverbiais do tipo de *há N tempo* (cf. (142)):

(142) a- O João tinha o artigo escrito desde 1999.
b- O João tinha o artigo escrito há um ano. (leitura durativa)
c- A Maria tinha o vaso partido desde quinta-feira.
d- A Maria tinha o vaso partido há uma semana. (leitura durativa)[90]

Mais uma vez, a observação atenta às possibilidades combinatórias dos adverbiais temporais leva-nos a acreditar que a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado reage de modo idêntico ao dos estativos, devendo, por conseguinte, ser considerada um autêntico operador aspectual que, tomando como "input" um evento de tipo culminado, o comuta integralmente num "*output*" que revestirá a forma de um estado consequente. Por seu lado, o sistema do Perfeito não tem manifestado qualquer propriedade que nos permita aproximá-lo da categoria em causa, mantendo, pelo contrário, as características relevantes das predicações básicas a que se aplica.[91]

---

[90] Note-se que, de acordo com Móia (1998), a leitura de medição associada ao adverbial *há N tempo* corresponderá à expressão *desde há N tempo*, ao passo que a sua interpretação de localização receberá uma paráfrase semelhante a *em há N tempo*. Retomaremos esta questão em 4.2.3..

[91] Embora, como já foi dito, a incompatibilidade com os adverbiais que remetem para a "agentividade" não possa ser encarada como um critério minimamente consistente e credível quanto à identificação da

3.3.2.3. A Questão da Cancelabilidade

Em termos gerais, poderemos afirmar que, se um estado resultativo se constituir como a principal consequência semântica da aplicação de um dado elemento linguístico, e, nesse sentido, se fizer parte integrante da significação global veiculada pela estrutura em que comparece, isso implicará, em última instância, que as suas propriedades identificadoras não poderão, em nenhum caso, ser canceladas, sob pena de uma total descaracterização da construção em causa.

Ora, as diversas formas que compõem o sistema do Perfeito parecem permitir, nos contextos adequados, o cancelamento da presença de um estado consequente. É o que se verifica, por exemplo, quando o Perfeito interage com o Progressivo, como sucede com as frases que a seguir apresentamos:

(143) a- O João tinha estado a escrever um artigo mas desistiu.

b- A Rosa Mota tinha estado a ganhar a corrida durante algumas voltas mas não a ganhou.

c- O Zé tinha estado a montar a tenda mas não o conseguiu fazer.

Em todos estes casos parece-nos bastante evidente que o ponto de culminação não chega a ser alcançado, o que significa que o estado consequente que necessariamente o segue não poderá, de igual modo, ser "perspectivado".

A estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, no entanto, apresenta um comportamento bastante diverso daquele que acabámos de ver nos exemplos anteriores. Contrastem-se, a este respeito, as frases de (143) com as de (144):

---

presença de traços de estatividade, não deixa, contudo, de ser interessante observar que, tal como sucede com o Progressivo, a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado restringe, em determinadas circunstâncias, a ocorrência das referidas expressões (mesmo quando as situações de origem são manifestamente "agentivas"), contrastando, nesse ponto, com o sistema do Perfeito, que parece não exercer qualquer influência a este respeito (cf. o contraste entre (i) e (ii)). Se, como temos vindo a defender, o "enfraquecimento" das marcas de "agentividade" é uma das características dos estativos, este poderá ser mais um argumento invocado em favor da proposta que aqui estamos a desenvolver.

(i) a- A Maria tinha partido o vaso de propósito.
b- A Eva tinha comido a maçã rapidamente.
c- O João tinha lavado o carro apressadamente.

(ii) a- * A Maria tinha o vaso partido de propósito.
b- * A Eva tinha a maçã comida rapidamente.
c- * O João tinha o carro lavado apressadamente.

(144) a- * O João tinha vários artigos estados a escrever.

b- * A Rosa Mota tinha a corrida estada a ganhar.

c- * O Zé tinha a tenda estada a montar.

Ao contrário do que sucede com as diversas formas que constituem o "sistema do Perfeito", a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado não tolera a presença de estruturas envolvendo o Progressivo no seu interior.

Ora, se aceitarmos a hipótese de que a configuração em análise dá lugar, de modo praticamente obrigatório, a um estado resultativo, obteremos uma explicação plausível para a sua completa impossibilidade de comparência em articulação com as formas do Progressivo, dado que o "perfil" semântico atribuível a estas últimas parece ser, pelo menos até certo ponto, inconciliável com a necessidade de focalização de um estado consequente pós-culminativo (cf. (144)).

Um outro contexto relevante em que um eventual estado resultativo associado às formas do Perfeito parece poder ser perfeitamente cancelável é o de orações temporais introduzidas por *quando*.

Antes, contudo, de prosseguirmos com a nossa argumentação, importa deixar bem claro que estamos a fundamentar a presente discussão numa análise predominantemente composicional das estruturas em questão, baseada na ideia de que o estado consequente, representado pelo Particípio Passado, será localizado por meio do tempo gramatical associado ao auxiliar que o acompanha. Por outras palavras, numa configuração em que a perfectividade assuma plenamente o seu estatuto de operador aspectual, deverão poder ser identificados, de uma forma inequívoca, dois elementos semânticos independentes: o temporal, neste caso expresso através do auxiliar, e o aspectual, aqui veiculado pelo Particípio Passado.

Com todas estas observações preliminares em mente, passemos, então, à pesquisa das diferenças de comportamento reveladas pelas estruturas que temos vindo a estudar no contexto das orações com *quando*.

Tendo em vista que as subordinadas temporais introduzidas por *quando* marcam o Ponto de Perspectiva Temporal em relação ao qual a localização das principais irá ser avaliada, a associação ao auxiliar *ter* de um Imperfeito – tempo gramatical que, segundo Peres (1993), (1994), indica sobreposição a Passado – deveria envolver forçosamente a comparência do estado consequente em decurso no referido intervalo. Não é, todavia,

isso o que se verifica no que diz respeito ao "sistema do Perfeito", como os exemplos que a seguir apresentamos nos revelam:

(145) a- Quando a mãe chegou, o Pedro tinha feito a cama, mas o Miguel tinha-a desfeito logo a seguir (i.e., a cama não estava feita)

b- Quando o João abriu a porta, a Maria tinha lavado o chão, mas o cão tinha-o sujado logo a seguir. (i.e., o chão não estava lavado)

Por outras palavras, as formas que dão corpo ao sistema do Perfeito parecem, de facto, permitir, sem quaisquer problemas, o "cancelamento" dos estados resultativos das predicações com que comparecem, mesmo nos intervalos que se constituem como o seu Ponto de Perspectiva Temporal, no qual, tipicamente, eles deveriam ocorrer se fizessem parte integrante da semântica das construções em causa.

O mesmo não se poderá dizer, contudo, da estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, que requer, obrigatoriamente, a presença do estado consequente no intervalo que funciona como Ponto de Perspectiva Temporal, não admitindo, por conseguinte, o seu "cancelamento", como a inaceitabilidade das frases em (146) parece confirmar.

(146) a- Quando a mãe chegou, o Pedro tinha a cama feita, * mas o Miguel tinha-a desfeito logo a seguir.

b- Quando o João abriu a porta, a Maria tinha o chão lavado, * mas o cão tinha-o sujado logo a seguir.

Os dados que acabámos de discutir indicam, mais uma vez, que apenas a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado parece ostentar um comportamento linguístico compatível com a presença obrigatória de um estado resultativo no conjunto das suas propriedades semânticas definidoras.

3.3.2.4. A Questão dos Estados "não faseáveis"

A acreditar nas propostas de análise desenvolvidas ao longo do presente trabalho, torna-se inevitável assumir que os estados "não faseáveis", não reunindo as condições necessárias para se converterem em eventos, jamais terão a capacidade de suportar qualquer tipo de culminação e, em consequência, de dar conta de um estado resultante a ela associado.

No entanto, as construções que "realizam" o sistema do Perfeito são inteiramente compatíveis com este tipo de predicações, o que coloca sérios problemas às teorias que advogam que a Perfectividade, concebida enquanto operação aspectual de representação de um estado consequente, faz parte da semântica global das referidas estruturas. Com efeito, autores como Kamp e Reyle (1993) são levados a postular a presença, em nosso entender algo arbitrária, de um evento, no seguimento do estado de base, para dar conta de frases como as de (147):

(147) a- (Antes de o mandar tingir), o meu casaco tinha sido verde.
b- (Antes de comprar o Volvo), o João tinha tido um B.M.W..
c- A Maria tinha detestado o curso de filosofia.

Na realidade, Kamp e Reyle são forçados a assumir a existência de um evento de tipo culminativo associado aos estados básicos descritos neste género de contextos, sugerindo as seguintes relações entre eventualidades:[92]

1. s, e, s';
2. e = end(s');
3. e $\supset\subset$ s

Nesta representação, **s** simboliza o estado consequente, **e** o evento arbitrariamente introduzido para marcar o final do decurso de um estativo que o antecede e **s'** o estado básico perspectivado no Perfeito.

---

[92] Por uma questão de simplificação, ignoraremos aqui os Tempos Gramaticais e as restantes entidades implicadas, focando a nossa atenção apenas nas diferentes situações envolvidas.

Numa concepção como esta, a introdução de um evento será essencial não só para marcar o final do estativo original mas também para criar as condições necessárias com vista à introdução do estado consequente. A questão que se coloca, no entanto, é a de saber que evento é esse e quais as evidências linguísticas que nos permitem justificar a sua presença. Em nossa opinião, os problemas apontados estão muito longe de receber uma resposta satisfatória, pelo que subsistem importantes dúvidas no que diz respeito à adequação da solução proposta.

Pelo contrário, a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado revela-se totalmente incompatível com estados "não faseáveis" (e, como teremos oportunidade de verificar mais adiante, com a generalidade das situações atélicas), mesmo quando todos os requisitos sintácticos para a sua ocorrência estão satisfeitos, i.e., mesmo quando existe um Objecto Directo disponível na predicação-base. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(148) a- (Antes de comprar o Volvo), * o João tinha um B.M.W. tido.

b- * A Maria tinha o curso de filosofia detestado.

A inequívoca rejeição de estados no interior do escopo deste tipo de construções constitui-se como mais um argumento muito significativo em favor da ideia de que nos encontramos, na realidade, perante um operador aspectual de Perfectividade.

Os diferentes contrastes, em termos de comportamento linguístico, surpreendidos entre as construções que temos vindo a analisar sugerem fortemente, no seu conjunto, que apenas a estrutura constituída por *ter* + OD + Particípio Passado flexionado poderá ser encarada como o suporte incontestável de uma operação aspectual de Perfectividade, devendo o designado sistema do Perfeito, por sua vez, ser concebido como "veículo" de informação eminentemente temporal.[93]

Em conformidade com as observações que acabámos de efectuar, parece-nos lícito concluir pela existência de uma notória distinção, ao nível semântico, entre formas claramente Perfectivas, representadas, em línguas como o Português, pela estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, e construções de cariz essencialmente temporal,

[93] Importa deixar bem claro que as conclusões que aqui estamos a propor não derivam tanto do impacto isolado de cada um dos factores discutidos, mas antes do peso global atribuído ao todo da argumentação produzida.

como é o caso das configurações que integram o sistema do Perfeito, realizado por *ter* + Particípio Passado não flexionado.

Com efeito, os diferentes factos aqui discutidos levam-nos a assumir, de forma bastante segura, que as estruturas construídas a partir de *ter* + OD + Particípio Passado flexionado veiculam informação de natureza predominantemente aspectual, dando conta da existência de estados consequentes associados às predicações com que se combinam. Em contraste, as configurações contemplando ter + Particípio Passado não flexionado são portadoras de indicações basicamente temporais, respeitantes à localização relativa de anterioridade da situação descrita em relação a um Ponto de Perspectiva Temporal, eventualmente complementadas pela imposição de um "terminus" (natural ou arbitrário) à referida eventualidade.

O tipo de abordagem que acabámos por adoptar impõe, no entanto, a clarificação de determinadas questões relativas às estruturas sob análise. Procuraremos, em seguida, debater, ainda que brevemente, alguns dos problemas com que nos confrontámos.

No que diz respeito ao sistema do Perfeito, é muito significativo observar que, em termos semânticos, o comportamento manifestado pela grande maioria das formas que o constituem parece acomodar-se perfeitamente à análise aqui desenvolvida. Com efeito, as suas principais características poderão ser facilmente derivadas a partir do valor temporal de localização relativa de anterioridade que as estruturas em causa conferem às predicações com que se combinam. O facto de a situação de origem ser localizada num intervalo necessariamente anterior ao delimitado pelo Ponto de Perspectiva Temporal conduz, forçosamente, à ideia de que tal eventualidade está "terminada" no momento de avaliação, o que não significa, naturalmente, que tenha de estar "concluída" ou que um estado consequente tenha de decorrer no referido espaço de tempo. Por outras palavras, a configuração temporal atribuída às construções que realizam o Perfeito impõe, de um modo praticamente obrigatório, a presença de um terminus conferido à predicação-base, não fornecendo, porém, quaisquer indicações acerca da "completude" da eventualidade em questão, o que explica, pelo menos até certo ponto, a possibilidade de co-ocorrência com o Progressivo, nem da presença de um estado resultativo contemporâneo do Ponto de Perspectiva Temporal, o que permite a sua "cancelabilidade" representada em frases do género de "Quando a mãe chegou, o Pedro tinha construído um castelo de areia, mas o Miguel tinha-o destruído logo a seguir".

A adopção de uma abordagem desta natureza conduz-nos, contudo, à formulação da seguinte questão: Como poderemos dar conta, de forma adequada, das (potenciais) consequências muitas vezes associadas a Perfeitos envolvendo eventos télicos?

- Uma primeira hipótese para ultrapassar este obstáculo poderia ser a de considerar as formas que fazem parte do designado sistema do Perfeito como "perspectivadores" aspectuais de Perfectividade. Nessa medida, as estruturas em causa focalizariam os estados resultantes dos eventos envolvidos, sem, contudo, produzirem alterações significativas ao nível das principais propriedades identificadoras das predicações de origem. Se uma tal proposta parece resolver (pelo menos parcialmente) os problemas levantados pelos adverbiais temporais, não deixa, todavia, de se revelar algo inapropriada quando nos confrontamos com questões como a do "cancelamento" dos estados consequentes, em certos contextos específicos, pelo que, em nossa opinião, deverá ser rejeitada à partida. Nesse sentido, tomaremos uma posição um pouco diferente da adoptada por Kamp e Reyle (1993). Na verdade, parece ser uma concepção alicerçada na presente hipótese que se encontra na base da representação formal adiantada pelos referidos autores para o *Perfect*, embora estes continuem a considerá-lo como um mero operador aspectual.
- Uma outra tentativa de solucionar esta questão, adiantada, entre outros, por Declerck (1991), passa por atribuir aos estados consequentes o estatuto de implicaturas conversacionais desencadeadas pela construção de Perfeito. Tal ponto de vista permite acomodar o facto de, por vezes, estes estativos suportarem contextos que remetem para o seu "cancelamento": enquanto inferências pertencentes ao domínio da pragmática, não integrarão o conteúdo semântico central do sistema do Perfeito, podendo, portanto, estar ausentes sem que isso implique forçosamente qualquer tipo de descaracterização a nível do significado da estrutura sob análise.
- Finalmente, existe ainda uma terceira alternativa a considerar para a resolução do problema com que nos temos vindo a confrontar e que pode ser resumida do seguinte modo: o estado resultativo, no contexto do Perfeito aplicado a eventos télicos, será visível graças à conjugação do

> valor temporal de localização relativa de anterioridade que é conferido à situação de origem com a relativa neutralidade, em termos aspectuais, que caracterizaria a maior parte das formas que se integram no sistema em questão. Ora, tendo em vista que os estados consequentes se encontram contemplados na composição "fásica" de base dos Núcleos de todos os eventos télicos (i.e., das culminações e dos processos culminados), acabarão também por estar representados, de uma maneira ou de outra, na significação final destes tempos gramaticais, desde que seja assegurada a sua relativa neutralidade aspectual.[94]

Seja como for, a presença de estados resultativos em configurações envolvendo o Perfeito está sujeita, como observámos, a diversas restrições, o que contra-indica um tratamento predominantemente aspectual para dar conta das características semânticas das estruturas em causa, sendo preferível, em nossa opinião, a adopção de propostas que evidenciem os factores temporais implicados.

Voltemos agora a nossa atenção para a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado. Como já referimos anteriormente, esta estrutura parece reunir em si todas as condições consideradas necessárias para poder ser concebida como suporte preferencial de uma operação aspectual de Perfectividade, cujo "*output*" será um estado resultativo. Sob esse ponto de vista, é de supor que ostente um comportamento tipicamente estativo, obedecendo, por conseguinte, aos vários "testes" propostos para a avaliação da referida propriedade semântica. Tais previsões parecem, de facto, confirmar-se.

Em primeiro lugar importa referir que, ao contrário do que sucede com o Pretérito Perfeito Composto, o uso do Presente do Indicativo nas configurações sob análise não acarreta qualquer tipo de alteração aspectual que aponte para a frenquentatividade ou para a habitualidade, mantendo-se, deste modo, o valor preferencial de "presente real", tão característico da esmagadora maioria das predicações estativas (cf. (149)):

(149) a- A Maria tem a casa limpa (neste momento).
b- O João tem a tese escrita (neste momento).
c- A Rita tem o computador ligado (neste instante).

---

[94] Concebemos no presente trabalho "neutralidade aspectual" como a integral preservação da classe de origem de uma dada eventualidade. Assim, um operador será aspectualmente "neutro" sse não altera o perfil temporal interno básico, i.e., a categoria aspectual, de uma qualquer predicação.

Em segundo lugar, notemos que, à semelhança dos restantes estados, a construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado surge, sem causar problemas, sob o escopo do operador *passar a*, dando, contudo, origem a uma certa anomalia semântica sempre que a procuramos combinar com verbos de operação aspectual do género de *parar de* ou de *acabar de*.[95] Os exemplos que se seguem são bastante significativos a este respeito.

(150) a- (Desde que as crianças partiram), a Maria passou a ter a casa arrumada.
b- O Rui passou a ter o alarme de casa ligado.
c- O museu passou a ter o seu acervo vigiado.

(151) a- * A Maria parou/acabou de ter a casa arrumada.
b- * O Rui parou/acabou de ter o alarme de casa ligado.
c- * O museu parou/acabou de ter o seu acervo vigiado.

Finalmente, afigura-se-nos interessante observar que, no interior das subordinadas temporais introduzidas por *quando*, a estrutura constituída por *ter* + OD + Particípio Passado flexionado estabelece uma relação de inclusão dos eventos presentes na oração principal com o estado consequente que veicula. Isto significa, em última instância, que não encontramos diferenças semânticas relevantes entre a utilização do Imperfeito e do Pretérito Perfeito nos contextos em causa, como, até certo ponto, parece suceder com os exemplos apresentados em (152):

(152) a- Quando o João tinha/teve a tese escrita, descansou finalmente.
b- Quando o Rui tinha/teve o carro arranjado, sofreu um novo acidente.
c- Quando o António tinha/teve a relva cortada, decidiu podar as árvores.

Para além de um valor aspectual inequivocamente estativo, a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado manifesta outras características igualmente marcantes que devem ser objecto da nossa atenção, sobretudo no que toca às diversas restrições a que se encontra sujeita.

---

[95] Recorde-se que o comportamento das predicações no contexto deste tipo de verbos aspectuais nos permite distinguir entre eventualidades de cariz estativo e não estativo; cf. os testes apresentados em 2.2..

Com efeito, a construção sob análise é alvo de significativas restrições de natureza sintáctica, na medida em que requer a presença obrigatória de um Objecto Directo para se poder aplicar com sucesso. Nesse sentido, parece estar confinada apenas a verbos que subcategorizem tal complemento, originando anomalia semântica sempre que a referida condição não se encontra satisfeita.

A ocorrência de um Objecto Directo explícito não é, contudo, requisito suficiente para que o emprego da forma *ter* + OD + Particípio Passado flexionado dê lugar a frases perfeitamente aceitáveis. De facto, parecem existir condicionalismos complementares, essencialmente de ordem semântica, capazes de intervir na "interpretabilidade" deste tipo de estruturas. Na realidade, somente os processos culminados e as culminações são consensualmente admitidos no contexto em causa, surgindo evidentes limitações quanto à comparência das restantes categorias aspectuais de predicações. Observem-se, a este respeito, os seguintes exemplos ilustrativos:

(153) a- * O João tem a Maria odiada. (estado)
b- * O Pedro tem o carro guiado. (processo)
c- A Maria tem o livro lido. (processo culminado)
d- O Luís tem o computador ligado. (culminação)
e- * A águia tem as asas batidas. (ponto)

(154) a- * A Rita tem a verdade sabida. (estado)
b- * A mãe tem o bebé passeado (pelo jardim). (processo)
c- O Pedro tem o puzzle feito. (processo culminado)
d- A Rosa Mota tem a corrida ganha. (culminação)
e- * O João tem o carro chocado contra o muro. (ponto)[96]

Por outras palavras, o complexo obtido a partir de *ter* + OD + Particípio Passado flexionado parece unicamente poder operar sobre predicações cuja constituição "fásica" interna inclua, desde a origem, um estado resultativo. Como veremos mais adiante, tal

[96] Em função do seu comportamento linguístico, assumiremos que frases como as de (i) descrevem pontos, apesar de o verbo *chocar* poder participar em muitas outras configurações com significação e com estatuto aspectual eventualmente diferentes (cf. (ii)). Ignoraremos aqui, no entanto, tais estruturas.

(i) O João chocou o carro contra o muro.
(ii) O discurso do primeiro-ministro chocou os Portugueses.

restrição não será exclusiva desta estrutura particular, estendendo-se, pelo contrário, a outras configurações semelhantes.

Um argumento adicional em favor do tratamento que temos vindo a perfilhar para a construção sob análise prende-se com o facto de, em estruturas bastante diferentes, o Particípio Passado flexionado manifestar a capacidade de contribuir com praticamente o mesmo tipo de conteúdo semântico que aqui é considerado, i.e., de funcionar como um verdadeiro operador aspectual que focaliza apenas o estado consequente das predicações com que se combina (embora, como veremos mais adiante, nem todas as realizações do elemento em causa conduzam forçosamente ao efeito descrito). Pertencem a este grupo específico os Particípios Absolutos e as por vezes designadas passivas adjectivais (cf. a discussão em Marques (1998)), formadas com o recurso ao verbo *estar*, a que a próxima subsecção deste trabalho será dedicada.

3.3.3. O Particípio Absoluto e a Construção *Estar* + Particípio Passado Flexionado

Para além da construção que acabámos de analisar em 3.3.2., o Particípio Passado flexionado intervém noutras configurações linguísticas que com ela partilham múltiplas propriedades semânticas. Tal facto sugere a inevitabilidade de um tratamento unificado que coloque em destaque as importantes semelhanças que as aproximam. Nesse sentido, procuraremos provar que um dos pontos de contacto mais relevantes entre as estruturas em causa será a presença de um estado consequente expresso, presumivelmente ligado à intervenção do Particípio.

Na presente subsecção deste trabalho procederemos a uma breve análise de duas dessas construções: o Particípio Absoluto e *estar* + Particípio Passado flexionado.

3.3.3.1. O Particípio Absoluto

Os Particípios Absolutos manifestam alguns comportamentos linguísticos muito próximos dos que caracterizam a estrutura *ter* + OD + Particípio Passado flexionado. Com efeito, as restrições aspectuais, em termos de selecção categorial de predicações, parecem ser, basicamente, as mesmas em ambas as configurações: nessa medida, apenas as culminações e processos culminados serão admitidos nos contextos em questão sem

causarem quaisquer problemas, ao contrário do que sucede com os estados, processos e pontos, que, quase sempre, dão origem a anomalia semântica.

No sentido de confirmar as observações aqui efectuadas, podemos invocar o facto de, no que respeita a um vasto conjunto de verbos transitivos, estruturas envolvendo, na posição de Objecto Directo, "nomes contáveis" ou descrições definidas (que, pela sua própria natureza "delimitada", remetem para uma interpretação télica das situações em que ocorrem) serem perfeitamente admissíveis, por oposição a predicações integrando massivos ou meros plurais, que, por apontarem para uma leitura preferencial de tipo processual, são prontamente rejeitadas. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(155) a- Bebido o copo de leite, o Guilherme adormeceu.
b- * Bebido leite, o Guilherme adormeceu.
c- * Bebidos copos de leite, o Guilherme adormeceu.

(156) a- Escrita a tese, o João partiu para férias.
b- * Escrita ficção, o João partiu para férias.
c- * Escritas páginas e páginas da tese, o João partiu para férias.[97]

Mesmo quando o estatuto referencial do SN que realiza o argumento interno não é determinante para a classificação da predicação-base em que comparece, as restrições categoriais observadas mantêm-se inalteradas, como as frases seguintes nos sugerem:

(157) a- * Detestado o curso de filosofia, o João alistou-se no exército. (estado)
b- * Guiado o carro, o João foi às compras. (processo)
c- Arrumada a casa, a Cristina foi ao cinema. (processo culminado)
d- Ligado o computador, o Luís começou a trabalhar. (culminação)
e- ?? Batidas as asas, a águia voou. (ponto)

---

[97] Um fenómeno paralelo pode ser surpreendido em relação a estruturas com *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, como as frases em (i) deixam bem claro:

(i) a- O Guilherme tem o copo de leite bebido.
b- * O Guilherme tem leite bebido.
c- * O Guilherme tem copos de leite bebidos.

Curiosamente, estruturas como "Bebido um pouco de/a maior parte do/algum leite" revelam-se perfeitamente aceitáveis, mesmo que a quantificação não seja completamente delimitada. Não é este, porém, o lugar para proceder a uma investigação aprofundada de fenómenos relativos às divergências no que respeita à quantificação nominal.

(158) a- * Querido o bolo, o Rui pediu-o à mãe. (estado)

b- * Abanadas as folhas das árvores, o vento parou. (processo)

c- Lido o jornal, a Ana foi trabalhar. (processo culminado)

d- Partidos os vidros, os assaltantes entraram em casa. (culminação)

e- * Chocado o carro contra o muro, o João desmaiou. (ponto)

Tendo em conta os dados que acabámos de avançar, parece-nos lícito concluir que apenas predicações que incluam no seu Núcleo Aspectual básico um estado consequente são susceptíveis de comparecer com o Particípio Absoluto (restrição esta que, tal como verificámos na secção anterior, se aplica também à estrutura *ter* + OD + PP flexionado).

Quanto aos condicionalismos de ordem sintáctica a que o Particípio Absoluto está sujeito, podemos dizer que, em certa medida, diferem um pouco dos que "constrangem" a construção *ter* + OD + PP flexionado: com efeito, para além de verbos transitivos, a primeira das configurações referidas é igualmente compatível com inacusativos, como os exemplos de (159) nos confirmam:

(159) a- Chegada a carta, a Maria apressou-se a abri-la.

b- Caída a árvore, foi possível cortá-la em pedaços.

c- Desaparecido o tesouro, foi necessário procurá-lo em toda a parte.

Perante estes factos, somos, por conseguinte, levados a concluir que somente os verbos que seleccionam um Objecto Directo, ou seja, que subcategorizam um SDet que funciona como seu argumento interno (i.e., os transitivos e os inacusativos), permitem uma construção de Particípio Absoluto.

As diversas observações mencionadas parecem favorecer um tratamento integrado para a sintaxe e para a semântica das expressões em causa, apontando no sentido de uma hipótese muito interessante a este respeito: se a comparência em estruturas absolutivas for considerada como um critério válido para a determinação da inacusatividade no que toca a predicadores de um argumento, tal como é sugerido em Mateus et al., 1993: 173, então deverá ser possível estabelecer uma correlação estreita entre características sintácticas (a inacusatividade) e propriedades semânticas (a telicidade). Por outras

palavras, seremos forçados a admitir que todos os inacusativos são, obrigatoriamente, predicados de base télica.[98]

Sublinhemos, finalmente, que os verbos transitivos apenas serão admissíveis em configurações de Particípio Absoluto se, como é óbvio, preencherem todos os requisitos semânticos impostos pela construção, ou seja, se estiverem integrados em situações de natureza télica (cf. (155)-(158)).

Tendo em consideração todas as semelhanças que surpreendemos entre a estrutura *ter* + OD + PP flexionado e os Particípios Absolutos, será de prever que também estes se constituam como suporte de um estado resultativo. Serão, de facto, os Particípios Absolutos realizações do operador aspectual de perfectividade, ou seja, denotarão eles o estado resultante do evento-base representado? Procuraremos, em seguida, fornecer uma resposta satisfatória para esta questão.

Para que uma determinada estrutura linguística possa ser considerada perfectiva, é indispensável, como já referimos, que veicule o estado consequente de um dado evento. Isto significa, em última instância, que o Particípio Absoluto terá que ostentar "marcas" bem claras de estatividade por forma a poder vir a ser inequivocamente concebido como uma das realizações do operador de perfectividade. Vejamos, pois, se tal pré-requisito se verifica.

Infelizmente, a grande maioria dos "testes" estabelecidos para a determinação do carácter estativo das eventualidades não pode ser aplicada directamente aos Particípios Absolutos, na medida em que tais estruturas se revelam funcionalmente defectivas em termos temporais (i.e., não projectam a categoria funcional STemp, tal como sugerido por Santos (1999)). A ausência da flexão temporal torna inviável, por conseguinte, a avaliação do comportamento das construções em causa face às orações introduzidas por *quando*, ao Presente do Indicativo e à integração no escopo de operadores aspectuais como *passar a*, *parar de* ou *acabar de*. Mesmo os adverbiais temporais manifestam um certo grau de incompatibilidade com o contexto sob análise. Teremos, pois, de encontrar alternativas que nos forneçam indícios relativos ao estatuto categorial das expressões que aqui nos ocupam.

---

[98] Dado o objecto primordial do nosso estudo ser a semântica das predicações estativas, não estaremos em condições de prosseguir aqui uma investigação conducente à determinação precisa das relações que se estabelecem entre inacusatividade e telicidade, deixando esta questão em aberto para trabalhos futuros. Para uma hipótese de tratamento sintáctico-semântico dos Particípios Absolutos, com algumas afinidades com a que temos vindo a propor, veja-se Santos (1999), Cap. 2.

Existem, na realidade, alguns factores importantes que se poderão constituir como evidência indirecta em favor do tratamento dos Particípios Absolutos como construções perfectivas/estativas. Referimo-nos, especificamente, às restrições combinatórias impostas pela configuração em causa e à manifesta impossibilidade de "cancelamento" do eventual estado resultativo.

Na linha do que acima foi referido, como poderemos explicar o facto de apenas os processos culminados e as culminações – eventualidades que, como já mencionámos no capítulo 1, possuem em comum a propriedade de ostentarem um estado consequente na sua estrutura fásica interna – comparecerem, sem problemas, no Particípio Absoluto? Ou seja, o que impede estados, processos e pontos de surgirem em tal configuração? A resposta mais óbvia a estas perguntas passa por considerar a presença vs. ausência de um estado resultativo no esquema aspectual básico das predicações envolvidas como a fonte das divergências ao nível da aceitabilidade dos enunciados. Isto significaria que tal estativo desempenha um papel fulcral nas absolutivas, remetendo naturalmente para a sua interpretação enquanto suporte da operação aspectual de perfectividade.

Por outro lado, importa realçar que, à semelhança do que sucede com a estrutura *ter* + OD + PP flexionado, o Particípio Absoluto não permite, em circunstância alguma, o cancelamento das "consequências" associadas à culminação dos eventos que integra, o que, mais uma vez, indicia fortemente a presença obrigatória de um estado resultativo nas condições semânticas inerentes à construção sob análise. Frases como as de (160) parecem confirmar o que acabámos de dizer:

(160) a- ?? Feitos e desfeitos os puzzles, os miúdos foram para a cama.
b- ?? Ligada e desligada a televisão, o João adormeceu.
c- ?? Montada e desmontada a tenda, o campista continuou a caminhar.[99]

Se assumirmos que os Particípios Absolutos veiculam um estado consequente que resulta da culminação do evento-base que suportam, não só teremos uma boa explicação

[99] Assumiremos, sem grande discussão, a aceitabilidade de estruturas coordenadas como as de (i):

(i) a- Limpa e arrumada a casa, a Cristina foi ao cinema.
b- Passada e dobrada a roupa, a Maria arrumou-a no armário.
c- Contado e guardado o dinheiro, o Manuel fechou a loja.

para as restrições aspectuais manifestadas (será necessária a comparência de um estado resultativo associado, desde a origem, a um ponto de culminação para que a construção possa ser licenciada), como também daremos conta, de forma totalmente satisfatória, dos juízos presentes em frases como as de (160). Embora indirecta, esta parece-nos ser evidência suficiente para apoiar a hipótese aqui esboçada, o que nos leva a encarar as estruturas absolutivas como realização do operador de perfectividade.

Uma tal estratégia de análise permite-nos, igualmente, explicar o facto de o evento que serve de "*input*" nas absolutivas ser interpretado como anterior relativamente à situação representada na oração principal. Tendo em linha de conta que a participial é inteiramente defectiva em termos temporais, a localização relativa de anterioridade conferida ao evento que lhe dá origem dever-se-á ao facto de a oração em causa ser o suporte de um estado resultativo, que, obrigatoriamente, segue a situação de que é a consequência. Por outras palavras, o evento de base vai ser compreendido como anterior à situação descrita na principal porque o estado resultante que ocasiona é temporalmente dependente (i.e. contemporâneo) desta.

Em suma, diremos que a oração principal que acompanha uma absolutiva decorre no intervalo estabelecido pelo estado consequente que esta veicula. Isto significa que a localização relativa de anterioridade é devida, no caso em apreço, a factores aspectuais, e não a relações temporais independentemente postuladas.

Em conclusão, afigura-se-nos lícito admitir que o Particípio Absoluto se constitui como uma das várias realizações do operador aspectual de perfectividade no Português, perspectivando o estado consequente de eventos télicos.

3.3.3.2. A Construção *Estar* + Particípio Passado Flexionado

A construção formada a partir do verbo *estar* e do Particípio Passado flexionado partilha um número bastante significativo de propriedades, quer de natureza semântica, quer sintáctica, com estruturas como a de Particípio Absoluto ou *ter* + OD + Particípio Passado flexionado.

Em primeiro lugar, verificamos que as restrições, a nível categorial, ostentadas pela configuração que agora nos ocupa são, basicamente, as mesmas que identificámos para as duas construções anteriormente exploradas, ou seja, apenas predicações de cariz télico (culminações e processos culminados) parecem ser admitidas, verificando-se a

exclusão de todos os outros tipos de situação, tal como os exemplos que se seguem nos confirmam:

(161) a- * O curso de filosofia está detestado (pelo João). (estado)

b- * O carro está guiado. (processo)

c- A casa da Cristina está arrumada. (processo culminado)

d- O computador está ligado. (culminação)

e- * As asas da águia estão batidas. (ponto)

(162) a- * O bolo de chocolate está querido (pelo João). (estado)

b- * As folhas das árvores estão abanadas (pelo vento). (processo)

c- O jornal de hoje está lido. (processo culminado)

d- Os vidros da loja estão partidos. (culminação)

e- * A Maria está vista (pelo João). (ponto)

Os juízos de gramaticalidade patenteados levam-nos a concluir que somente as predicações integrando um estado resultativo no seu "perfil" aspectual de base serão perfeitamente compatíveis com este género de contextos.

Por outro lado, as mesmas restrições, em termos sintácticos, que observámos para os Particípios Absolutos estendem-se igualmente à estrutura *estar* + Particípio Passado flexionado: assim, só verbos que subcategorizem um Objecto Directo argumento interno (i.e., transitivos e inacusativos) serão susceptíveis de comparecer nesta configuração, ocupando o OD, à superfície, a posição de sujeito frásico.[100] As frases de (163) dão conta de verbos transitivos, enquanto as de (164) contemplam o caso dos inacusativos:

(163) a- Os vidros estão partidos.

b- O carro está estacionado.

c- A casa está pintada.

(164) a- O Zé está desmaiado.

b- O muro está caído.

c- As árvores estão floridas.

---

[100] Mais uma vez, se considerarmos que a comparência em estruturas deste género contribui para a detecção dos inacusativos (face aos inergativos), verificaremos que as consequências, no que respeita à "interface" sintaxe/semântica, que surpreendemos em relação aos Particípios Absolutos, poderão também ser alargadas aos presentes contextos. Nomeadamente, seremos obrigados a postular que todos os inacusativos participam, de uma forma ou de outra, em predicações de tipo télico.

Tomando em linha de conta a significativa proximidade que se verifica entre *estar* + Particípio Passado flexionado e as restantes construções perfectivas, é de prever que tal estrutura também veicule um estado resultativo. Existem, com efeito, numerosos indicadores que conspiram em favor da referida proposta de análise. Iremos, de seguida, destacar os que se nos afiguram mais relevantes.

a. Em primeiro lugar, é importante salientar que a presente construção se organiza em torno do verbo *estar*, que, como já tivemos a oportunidade de verificar em secções precedentes, ocorre tipicamente com predicações estativas (cf. certos estados lexicais e formas do Progressivo). Sendo assim, será natural que também a estrutura de que agora nos ocupamos partilhe algumas propriedades características da referida classe aspectual, conferidas pelo tipo de verbo nela envolvido.

b. Em segundo lugar, parece-nos significativo invocar o facto de *estar* + Particípio Passado flexionado manifestar um comportamento inteiramente constante e regular face aos adverbiais temporais. Assim, e independentemente da categoria-base implicada, esta construção admite a presença de adverbiais de simples duração, rejeita liminarmente os adverbiais de identificação de uma eventualidade com um intervalo (cf. "em N tempo") e dá lugar a uma leitura de inclusão (conferindo preferência ao Imperfeito do Indicativo) quando combinada com adverbiais pontuais. Encontramo-nos, por conseguinte, perante o enquadramento típico em que surge a grande maioria dos estativos, como observámos no capítulo 2.

(165) a- O computador esteve ligado durante duas horas.
b- * O computador esteve ligado em duas horas.
c- O computador (?) esteve/estava ligado às 2 da manhã.

(166) a- A casa da Cristina esteve arrumada durante dois dias.[101]

---

[101] Como é óbvio, os adverbiais durativos de delimitação só se aplicarão a estados consequentes cujos limites temporais sejam perfeitamente "determináveis". Nos casos em que a duração dos estativos não pode ser demarcada, por não existir um ponto terminal apropriado, tais elementos não estarão em condições de comparecer. Tal facto não implica, porém, que as predicações em causa não se comportem igualmente como estativos (cf. (i)). O que se passa é que há certos estados resultativos que se prolongam indefinidamente no tempo, o que significa que a sua "medição" se torna praticamente impossível.

(i) a- * O comboio esteve chegado durante duas semanas.
b- * Este livro esteve lido durante 20 dias.
c- * A sopa esteve comida durante três horas.

b- * A casa da Cristina esteve arrumada em dois dias.

c- A casa da Cristina (?) esteve/estava arrumada às 2 da manhã.

c. Finalmente, as estruturas sob análise respondem positivamente a todos os testes que propusemos no capítulo anterior para a detecção da estatividade, ou seja, recebem uma leitura preferencial de "presente real" com o Presente do Indicativo, dão origem a anomalia semântica ou estabelecem uma relação de inclusão com a oração principal nos casos em que, no Pretérito Perfeito, ocorrem em subordinadas de temporais introduzidas por *quando* e revelam-se totalmente incompatíveis com operadores aspectuais do género de *parar de* ou de *acabar de*:

(167) a- A porta está fechada (neste momento).

b- ?/?? Quando a porta esteve fechada, o João não pôde entrar em casa.

c- * A porta parou/acabou de estar fechada.

(168) a- As paredes estão pintadas (neste momento).

b- ??/* Quando as paredes estiveram pintadas, o João pendurou os quadros.

c- * As paredes pararam/acabaram de estar pintadas.

A inferência da total realização do evento veiculado pelo Particípio indicia que nos encontramos perante um estado resultativo. Com efeito, a estrutura sob análise implica sempre a presença de um evento obrigatoriamente concluído, culminado. A não "cancelabilidade" representada nas frases que se seguem parece corroborar estas nossas afirmações.

(169) a- * A minha tese está escrita mas eu ainda não a escrevi toda.

b- * O frango está assado mas ainda não assou.

c- * O computador está ligado mas eu já o desliguei.

d- * O puzzle está feito mas o Pedro já o desfez.

Sublinhe-se, no entanto, que o facto de estes estativos não poderem ser delimitados em termos temporais não invalida, naturalmente, o seu carácter intrinsecamente durativo.

Um último argumento em favor da hipótese de tratamento que aqui temos vindo a propor para *estar* + Particípio Passado flexionado passa por considerar as restrições semânticas que uma tal estrutura impõe às predicações com que se combina: se somente eventualidades contemplando, desde a origem, um estado consequente no seu "esquema aspectual" são admitidas, então será altamente provável que esta "fase" desempenhe um papel fulcral na organização interna da configuração em causa.

Se não parecem subsistir dúvidas de que *estar* + Particípio Passado flexionado suporta uma situação estativa, importa, agora, saber de que tipo de estado se trata afinal. O seu comportamento linguístico em relação aos diversos "testes" relevantes mostra que nos encontramos perante um estado de "estádio" típico. Na verdade, não surpreendemos restrições quanto à co-ocorrência com adverbiais de localização temporal; é admissível a quantificação por meio de expressões como *sempre que;* verificam-se, até certo ponto, algumas incompatibilidades no que respeita ao operador aspectual *passar a*; e a inclusão do tempo dos adverbiais pontuais no intervalo ocupado pela eventualidade constitui-se como uma leitura perfeitamente natural. Exemplos como os que apresentamos em (170) e (171) confirmam as afirmações que acabámos de fazer:[102]

(170) a- Ontem, a porta esteve fechada.

b- Sempre que a porta está fechada, eu entro em casa pela janela.

c- ?/?? A porta passou a estar fechada. (leitura não habitual)

d- A porta (?) esteve/estava fechada às 2 da manhã.

(171) a- Ontem, a sala esteve enfeitada.

b- Sempre que a sala está enfeitada, o João sabe que vai haver festa.

c- ?/?? A sala passou a estar enfeitada. (leitura não habitual)

d- A sala (?) esteve/estava enfeitada às 5 da tarde.

A determinação do estatuto do estado resultante representado na construção *estar* + Particípio Passado flexionado quanto ao traço de "faseabilidade" enfrenta problemas um pouco mais sérios. Se, por um lado, o seu comportamento perante operadores como o Progressivo ou *começar a* aponta para uma certa dificuldade no que toca à conversão

[102] Nos casos em que a delimitação temporal dos estados resultativos se torna, por qualquer motivo, impraticável, muitos dos "testes" aqui invocados enfrentam certas dificuldades no que diz respeito à sua aplicabilidade. Não aprofundaremos, no entanto, tal questão neste momento. Confronte-se, a propósito, a discussão sobre os estados lexicais com *estar* em 3.1.

em processos, a possibilidade de comparência em contextos habituais e a ocorrência em orações principais de temporais introduzidas por *quando*, por outro, indiciam o carácter [+"faseável"] a atribuir à estrutura em causa.

(172) a- * A porta está/começou a estar fechada.

b- A porta está habitualmente fechada.

c- Quando a polícia cercou a casa, a porta esteve fechada.

(173) a- * A sala está/começou a estar enfeitada.

b- A sala está frequentemente enfeitada.

c- Quando a Maria deu a sua festa de anos, a sala esteve enfeitada.

Embora os dados de (172) e (173) estejam longe de ser conclusivos, julgamos que as eventualidades representadas neste tipo de exemplos se aproximam tendencialmente do "perfil" temporal que caracteriza os estados de natureza [+faseável]. Não deveremos, no entanto, esquecer que a "faseabilidade" é, como já dissemos atrás, uma propriedade "graduável", o que nos vai permitir, em certa medida, encontrar uma explicação para os comportamentos aparentemente inconsistentes ostentados pelas referidas configurações em relação aos vários "testes" propostos.

De todos os resultados obtidos ao longo da presente discussão depreendemos que a estrutura *estar* + PP flexionado veicula, inegavelmente, um estado resultativo.

As flagrantes semelhanças com que nos deparámos ao proceder à investigação de algumas estruturas envolvendo o Particípio Passado flexionado sugerem a necessidade de uma generalização que, de forma global, nos permita enquadrar os factos analisados. Na próxima subsecção deste trabalho procuraremos averiguar a viabilidade de uma tal hipótese de tratamento, salientando as suas vantagens e dificuldades de execução.

3.3.4. O Particípio Passado Flexionado como Suporte Preferencial de Estados Consequentes

Tendo em conta as múltiplas características que as três configurações integrando o Particípio Passado flexionado aqui investigadas – *ter* + OD + PP flexionado, *estar* + PP flexionado e Particípio Absoluto – manifestam em comum, afigura-se-nos ser desejável

encontrar um tratamento unificado que, de certa forma, permita captar adequadamente todas essas "coincidências" ao nível do comportamento linguístico.

Fornecemos, em seguida, uma lista que contempla as semelhanças mais relevantes que surpreendemos entre as referidas estruturas.

- Restrições em termos de selecção categorial de situações: admissão exclusiva de predicações télicas, contemplando um estado resultativo no seu "esquema" aspectual básico (processos culminados e culminações).
- Restrições de natureza sintáctica: exigência de predicadores de tipo transitivo ou inacusativo que subcategorizem um argumento interno.
- Comparência de um Particípio Passado flexionado em género e número.
- Interpretação estativa inequívoca.
- Veiculação de um estado consequente, resultado da culminação de um evento previamente concluído (i.e., perfectividade).

Com base na observação dos diversos pontos de contacto que se estabelecem entre as construções analisadas, propomos a seguinte hipótese de generalização:

- Em línguas como o Português, o Particípio Passado flexionado será o suporte preferencial para a veiculação dos estados resultativos.

A presente proposta não se encontra, contudo, isenta de problemas e de objecções. Concentraremos, pois, a nossa atenção em alguns dos obstáculos que se nos afiguram de maior relevo, procurando avaliar em que medida se poderão constituir como argumentos capazes de invalidar o princípio aqui enunciado.

a. Uma questão central prende-se com as dificuldades que, por vezes, se colocam no que respeita à determinação da classe aspectual de algumas predicações, tanto devido a uma certa "vaguidade" inerente ao seu próprio "perfil" aspectual, quanto em função da extrema mobilidade que muitas delas manifestam no interior da Rede de Moens (1987). Com efeito, à primeira vista, frases do género das de (174) poderiam ser invocadas como contra-exemplos para a hipótese que temos vindo a desenvolver:

(174) a- Passeado o cão, a Cristina foi trabalhar.

b- Discutido o problema, procedemos à votação.

Com efeito, se assumirmos que as predicações aqui ilustradas representam apenas processos básicos, teremos de abandonar a ideia de que uma tal categoria é incompatível com o Particípio Absoluto. No entanto, as possibilidades combinatórias com adverbiais temporais sugerem que as presentes eventualidades são, até certo ponto, "ambíguas" entre uma leitura processual e uma interpretação de processo culminado, sendo esta última a responsável pelo comparecimento do Particípio Absoluto em conjugação com as estruturas em causa, como a anomalia semântica provocada pela imposição de uma leitura inequivocamente atélica parece atestar:

(175) a- A Cristina passeou o cão durante uma hora/numa hora.

b- Discutimos o problema durante meia hora/em meia hora.

(176) a- A mãe passeou o bebé pelo jardim durante uma hora/* numa hora.

b- * Passeado o bebé pelo jardim, a mãe regressou a casa.

O facto de existirem configurações cujo "perfil", em termos aspectuais, se mostra, por assim dizer, um tanto "variável" não parece, por conseguinte, entrar em contradição com o princípio geral de que somente predicações de tipo télico (i.e., incluindo no seu esquema fásico de base um estado resultativo) se deixam combinar com estruturas como o Particípio Absoluto.

b. O segundo problema com que nos deparamos tem que ver com a possibilidade de o Particípio Passado flexionado ocorrer – dadas determinadas circunstâncias – em construções não estativas ou perfectivas. De facto, devemos reconhecer que nem todas as configurações que integram tal elemento se constituem, forçosamente, como suporte para um estado consequente. Pensamos, concretamente, nas passivas "canónicas" (cf. (177)) e nas estruturas que Santos (1999) designa como participiais sem DP argumental realizado (cf. (178)):

(177) a- A relva foi aparada pelo António.

b- O carro foi guiado pela Lígia.

c- A Maria é amada pelo João.

(178) a- Aparada, a relva cresce mais depressa.

b- Guiado, o carro sofre grande desgaste.

c- Amada, a Maria sente-se feliz.

Ao contrário do que acontece com as estruturas que temos vindo a analisar ao longo da presente secção, as passivas "canónicas" mantêm, tipicamente, as principais propriedades aspectuais das eventualidades a que se aplicam. Os padrões combinatórios dos adverbiais temporais ilustrados nos exemplos seguintes apontam nesse sentido:

(179) a- O carro foi guiado durante uma hora.

b- * O carro foi guiado numa hora.

c- * O carro foi guiado às duas da manhã.

(180) a- * A casa foi construída durante duas semanas.

b- A casa foi construída em duas semanas.

c- * A casa foi construída às duas da manhã.

(181) a- * O golo foi marcado durante meia hora.

b- * O golo foi marcado em meia hora.

c- O golo foi marcado às 5 horas e 12 minutos.

A integral manutenção do valor aspectual associado às situações eventivas de base manifestada por parte das passivas com *ser* encontra-se igualmente atestada pelo facto de nenhum dos critérios que identificam a estatividade ser requerido por este tipo de construção:

(182) a- Ontem, a casa parou/acabou de ser construída.

b- A casa ?? é/está a ser construída neste momento.

c- Quando a casa foi construída, a Ana mudou-se para lá. (leitura sucessiva)

d- * A casa passou a ser construída.

Tendo em conta a relativa "neutralidade" aspectual que caracteriza as passivas, não surpreende que as restrições categoriais impostas às predicações que se constituem como seu "*input*" sejam muito menos significativas. Assim, apenas alguns estados – os "não faseáveis" – parecem dar origem a anomalia semântica nestes contextos, mesmo

quando cumprem todos os requisitos sintácticos exigidos. Observe-se o contraste entre (183) e (184):

(183) a- A Maria é amada pelo marido.
b- O general é temido pelos seus soldados.
c- A cidade de Paris é habitada por muitos estrangeiros.

(184) a- * Estas terras são possuídas pelo António.
b- * Quarenta graus de febre são tidos pela Maria.
c- * O cão do vizinho é querido pelo João.[103]

Algumas das afirmações efectuadas em relação às passivas "canónicas" poderão ser estendidas às designadas participiais sem DP argumental realizado, que, sob este ponto de vista, diferem consideravelmente das absolutivas.

a. Em primeiro lugar, as restrições categoriais ostentadas pelas participiais sem DP argumental realizado limitam-se, praticamente, aos estados "não faseáveis", sendo todas as outras classes aspectuais de predicações compatíveis com este tipo de estrutura:

(185) a- Guiado, um carro sofre grande desgaste. (processo)
b- Arrumada, a casa tem um aspecto muito melhor. (processo culminado)
c- Partidos, os vidros são um perigo para as crianças. (culminação)
d- Batidas, as asas das borboletas aquecem muito. (ponto)
e- Amada, a Maria sente-se feliz. (estado "faseável")
f- Temidos, os inimigos tornam-se mais fortes. (estado "faseável")
g- * Tido, um B.M.W. agrada a qualquer um. (estado "não faseável")
h- * Tidos, 40 graus de febre derrubam uma pessoa. (estado "não faseável")

---

[103] Seria possível levantar a hipótese de que o parâmetro relativo à aplicação de estativos a indivíduos ou a "estádios" estenderia a sua influência também a estes contextos. Todavia, verificamos que tanto estados de indivíduo quanto de "estádio" podem ocorrer, sem problemas, com passivas (cf. (i)) ou ocasionar anomalia semântica (cf. (ii)), pelo que, em nosso entender, uma tal tentativa de abordagem deverá ser abandonada.

(i) a- A Terra é habitada por plantas e animais. (estado de indivíduo)
b- O concerto foi apreciado pelos espectadores. (estado de "estádio")
(ii) a- * Quatro patas são tidas pelo meu cão. (estado de indivíduo)
b- * Quarenta graus de febre são tidos pela Maria. (estado de "estádio")

b. Em segundo lugar, note-se que a interpretação habitualmente conferida a este género de configurações não é, obrigatoriamente, perfectiva: com efeito, as participiais sem DP argumental realizado suportam uma leitura que "focaliza" o desenrolar de um processo preparatório ou de um estado, sem fazer referência à existência de qualquer culminação. Assim, as paráfrases de alguns dos exemplos de (185), que apresentamos a seguir, parecem ir ao encontro destas nossas observações.

(186) a- Sendo/ao ser/por ser guiado, um carro sofre grande desgaste.
b- Sendo/ao serem/por serem batidas, as asas das borboletas aquecem muito.
c- Sendo/por ser/ao ser amada, a Maria sente-se feliz.
d- Sendo/por serem/ao serem temidos, os inimigos tornam-se mais fortes.

O paralelismo que se estabelece entre a construção sob análise e as gerundivas indicia que, à semelhança do que sucede com as passivas "canónicas", as participiais sem DP argumental realizado não parecem impor às predicações com que se combinam uma interpretação perfectiva, ou seja, não veiculam, de modo obrigatório, um estado consequente.

A grande proximidade, quer a nível interpretativo, quer em termos de restrições categoriais, que surpreendemos entre as passivas com *ser* e as participiais sem um DP realizado sugere-nos a adequação de um tratamento unificado para estas duas estruturas.

Propomos, pois, que, nas configurações em causa, o Particípio Passado flexionado não induz uma leitura perfectiva das predicações envolvidas, o que se traduz na quase total ausência de restrições no que diz respeito à selecção das classes aspectuais de entrada. Exceptuam-se, por razões que não iremos explorar neste momento, os estados de cariz "não faseável".

Tomando como ponto de partida a análise que acabámos de efectuar, colocaremos a seguinte hipótese:

- Serão possíveis construções, integrando o Particípio Passado flexionado, que não remetem para uma interpretação necessariamente perfectiva das eventualidades com que co-ocorrem, e que, nesse sentido, recobrem um leque mais amplo de categorias aspectuais no seu "*input*".

Se é incontestável que estruturas como as que temos vindo a investigar aqui nos obrigam a reconhecer que o Particípio Passado flexionado nem sempre conduz a leituras de cariz perfectivo, isso não significa, contudo, que a generalização proposta no início da presente subsecção tenha que ser abandonada de imediato. Diremos, pelo contrário, que o elemento em causa pode suportar valores semânticos diferenciados, em função do contexto em que comparece. Por outras palavras, defendemos a ideia de que o Particípio Passado flexionado se comporta como uma categoria multifuncional, ou seja, veicula diversas propriedades semânticas, dependentes da configuração linguística em que se integra, sendo a perfectividade uma das suas significações possíveis e, provavelmente, mais relevantes.

c. Um último obstáculo que é forçoso ultrapassar prende-se com o comportamento algo imprevisto que caracteriza certos eventos pontuais: se, por um lado, tais situações ocorrem, sem problemas, no Particípio Absoluto, aproximando-se da generalidade das culminações, dão lugar, por outro, a anomalia semântica em estruturas com *estar* + PP flexionado, assemelhando-se, neste aspecto, ao que sucede com os pontos. Compare-se (187) com (188):

(187) a- Chegado o comboio, os passageiros saíram.
b- Aparecidas as jóias, a Maria sentiu-se mais descansada.
c- Pontapeada a bola, o jogador desequilibrou-se.

(188) a- * O comboio está chegado.
b- * As jóias estão aparecidas.[104]
c- * A bola está pontapeada.

Será este um verdadeiro entrave para a proposta de unificação das estruturas aqui adiantada? Dado que casos como os ilustrados em (187)/(188) são relativamente raros, procuramos, em seguida, encontrar algumas hipóteses de explicação, por forma a tornar possível a sua acomodação à tentativa de teorização por nós adoptada.

---

[104] Mais surpreendente ainda parece ser o contraste que se verifica em exemplos como os seguintes:

(i) * As jóias estão aparecidas.
(ii) As jóias estão desaparecidas.

Um tratamento adequado para casos como estes terá de passar necessariamente por uma análise cuidadosa das várias subclasses de culminações, o que não se enquadra no âmbito do presente trabalho.

a. Uma forma de contornar o obstáculo com que nos vemos confrontados poderá, pois, passar pela consideração das predicações representadas nos exemplos em questão como o paradigma de uma categoria aspectual híbrida, que combina características dos pontos e das culminações. No entanto, a determinação e o reconhecimento das diversas propriedades semânticas identificadoras desta classe parece ser difícil de efectuar, exigindo a redefinição dos vários "testes" linguísticos relevantes, pelo que deixaremos uma tal sugestão em aberto, sem entrar em pormenores que não se encontram no âmbito deste trabalho.

b. Uma outra possível solução para o problema de que aqui nos ocupamos reside no recurso à postulação da noção de "graduabilidade" no seio das classes aspectuais não durativas: sob esse ponto de vista, encontraremos um número relativamente limitado de pontos que serão susceptíveis, em circunstâncias apropriadas, de receber um estado consequente, convertendo-se em culminações; em alternativa, teremos culminações que perdem o respectivo estado resultativo, transformando-se, por conseguinte, em pontos. O mecanismo seria, por assim dizer, a contrapartida, em termos de eventos pontuais, do que sucede com os estados de natureza [+faseável].

c. Uma última opção, com vista à explicação da divergência de comportamento entre as estruturas ilustradas em (187) e (188) poderá ligar-se às próprias características da construção *estar* + PP flexionado, que teria a capacidade de impor algumas restrições quanto ao tipo, duração ou "perfil" do estado resultante seleccionado. Especificamente, sugeriremos, ainda que de modo muito tentativo, a ideia de que os estados consequentes associados às predicações sob análise são, por assim dizer, excessivamente "voláteis", i.e., apresentam uma grande instabilidade, devido, por exemplo, à sua curta duração ou à total impossibilidade de verificação de um resultado concreto no mundo de referência, propriedade esta que se revelaria de todo incompatível com a semântica das passivas adjectivais.

Seja qual for a solução mais apropriada – hibridismo de classes, "graduabilidade" no interior das categorias pontuais ou imposição de restrições por parte da estrutura *estar* + PP flexionado – a não coincidência entre o Particípio Absoluto e as passivas adjectivais no que se refere à aceitabilidade de certas predicações pontuais não parece ser suficiente para pôr em causa a generalização com que iniciámos a presente secção.

Em conclusão, torna-se indispensável sublinhar que, apesar de algumas objecções que importa ter presente, a hipótese de que o Particípio Passado flexionado, pelo menos em determinadas configurações – como parece ser o caso, por exemplo, de *ter* + OD + PP flexionado, do Particípio Absoluto e de *estar* + PP flexionado –, veicula, em línguas como o Português, um estado resultativo poderá descrever adequadamente parte muito significativa dos factos linguísticos com que nos deparámos. Tal observação leva-nos a considerar que o elemento em causa se apresenta como o candidato mais credível para servir como suporte da perfectividade no Português.

CONCLUSÕES

- Observámos nesta secção que o designado "sistema do Perfeito", formado com base no auxiliar *ter* + PP não flexionado, veicula, tipicamente, informação de índole temporal, localizando uma situação num intervalo que antecede um dado Ponto de Perspectiva Temporal.
- Verificámos igualmente que a construção *ter* + OD + PP flexionado dá conta de um estado resultativo, funcionando como um verdadeiro operador aspectual de perfectividade. Assim, constatámos que a referida configuração ostenta um comportamento muito próximo ao dos restantes operadores, no que diz respeito, por exemplo, à questão da sistematicidade e da cancelabilidade, manifestando, por outro lado, marcas inequívocas e consistentes de estatividade.
- Vimos, finalmente, que estruturas como a de Particípio Absoluto ou *estar* + PP flexionado expressam também um estado resultativo, o que nos levou a concluir que será a forma participial nelas envolvida a principal responsável pela operação aspectual a que dão origem.

3.4. ESTRUTURAS INDUTORAS DE ESTADOS HABITUAIS

É perfeitamente possível obter predicações derivadas de carácter estativo através da quantificação de eventos, seja esta universal (cf. (189)) ou genérica (cf. 190)):

(189) a- O Guilherme come sempre a sopa.
b- O João acorda sempre às sete e meia da manhã.
c- A Ana dá um passeio todos os dias.

(190) a- O Rui lê o jornal habitualmente.
b- A Rita vai muitas vezes ao cinema.
c- A chuva estraga frequentemente as culturas.[105]

Dedicaremos a presente secção do nosso trabalho ao estudo dos estados habituais, procurando caracterizar as propriedades semânticas inerentes a este tipo de estruturas e avaliando, à luz dos critérios apontados no capítulo anterior, em que medida poderão ser enquadrados no conjunto das predicações estativas. Notemos, de passagem, que muitos dos resultados da presente pesquisa poderão ser estendidos a construções semelhantes, como as ilustradas em (189), que, porém, não serão aqui explicitamente trabalhadas.[106]

---

[105] Independentemente da sua configuração aspectual básica, são tipicamente estativas frases envolvendo "verdades imutáveis" (cf. (i)), "leis" (cf. (ii)), capacidades (cf. (iii)) e todo o tipo de regularidades e de generalizações:

(i) a- Os morcegos são mamíferos.
b- O quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos.
c- O calor dilata os corpos.
(ii) a- É proibido atravessar a rua quando o sinal está vermelho.
b- O disco rígido de um computador deve ser desfragmentado uma vez por mês.
c- Votar é um dever cívico.
(iii) a- O João sabe falar francês.
b- A Ana é capaz de correr a maratona.
c- A Joana joga ténis.

[106] Limitaremos as nossas observações às construções habituais, pelo que alguns fenómenos relacionados com a genericidade ficarão por tratar. Referimo-nos, particularmente, à quantificação genérica sobre SNs e a todas as frases caracterizadoras que não envolvam habitualidade. Para uma discussão aprofundada destes assuntos, vejam-se Carlson e Pelletier (1995) e Oliveira e Cunha (2003).

A primeira questão que se nos impõe é a seguinte: o que são, afinal, os estados habituais? De modo bastante informal, diremos que tais estativos se constituem como "generalizações" sobre situações episódicas, expressando padrões de regularidades. Sob esse ponto de vista, e tal como sucede com todas as construções genéricas, as estruturas em causa admitem, com facilidade, a possibilidade de "excepções" (i.e., a quantificação operada sobre as eventualidades de base não é de tipo universal). Por outras palavras, os estados habituais veiculam a repetição periódica, num número indeterminado de vezes, de uma predicação episódica no decurso de um dado intervalo, sendo o estado obtido a partir da globalidade das ocorrências encarado como uma "característica" inerente a tal espaço de tempo.

Devemos realçar, entretanto, que nem toda a quantificação sobre eventos dá lugar a estados habituais. De facto, se o número de ocorrências for directamente especificado na frase, seremos obrigados a admitir que nos encontramos perante entidades contáveis, cuja identificação, enquanto unidades individuais, não é, de modo algum, alterada (i.e., não nos são fornecidos quaisquer indícios de que se formou uma situação de natureza estativa com base nas eventualidades em questão; cf. (191)):

(191) a- (Nos últimos vinte anos), o João casou-se três vezes.
b- A Maria foi quatro vezes ao cinema durante este ano.
c- Ontem, choveu duas vezes.

Devemos igualmente distinguir os estados habituais das actividades obtidas por meio de iteração. Com efeito, a comparência da "repetição" de situações episódicas não é uma condição suficiente para a formação de estados habituais, na medida em que este género de procedimento se encontra igualmente envolvido na constituição de processos iterados. Observem-se os seguintes exemplos:

(192) a- O Rui bateu à porta durante cinco minutos.
b- A Maria tocou a sonata durante toda a tarde.
c- Os trabalhadores martelaram durante todo o dia.

Em estruturas como as ilustradas por (192), confrontamo-nos com eventualidades de índole inequivocamente eventiva, como, de resto, a aplicação dos "testes" relevantes deixará bem claro. Nestes exemplos, as características do adverbial presente nas frases

em questão forçam uma interpretação derivada (iterativa) das situações de origem, sem, contudo, lhes conferir quaisquer marcas de estatividade. Isto significa, em última instância, que as propriedades inerentes ao intervalo de tempo especificado, bem como, provavelmente, muitos outros factores de ordem pragmática, parecem ser determinantes no que diz respeito à classificação final das predicações como actividades obtidas por iteração ou como estados habituais.

Por outro lado, importa sublinhar que nem todas as frases tidas como "genéricas" ou caracterizadoras descrevem habitualidade. Na realidade, os exemplos que a seguir apresentamos, embora envolvendo genericidade, dificilmente poderão ser considerados estados habituais:

(193) a- Os cisnes são brancos.
b- Os gnus têm quatro patas.
c- Os dinamarqueses são altos.[107]

Uma questão algo complexa com que nos deparamos, ao investigar as construções habituais, prende-se com o facto de não existir um "marcador" linguístico exclusivo que identifique imediatamente este tipo de estruturas. Na verdade, são múltiplas e variadas as configurações que induzem uma tal interpretação.

De entre os muitos elementos linguísticos que, em Português, se revelam capazes de conferir uma leitura habitual às eventualidades com que comparecem destacaremos o verbo aspectual *costumar* (cf. (194)), os adverbiais frequentativos e habituais do tipo de *frequentemente*, *habitualmente*, *muitas vezes*, entre outros (cf. (195)) e certos tempos gramaticais – nomeadamente o Presente do Indicativo, o Pretérito Perfeito Composto[108] e o Imperfeito – que, no contexto de predicações eventivas, remetem, tipicamente, para uma interpretação de cariz habitual da situação em que participam (cf. (196)):

---

[107] O que se nos afigura importante referir aqui, basicamente, é que o operador de genericidade não se aplica, em exclusivo, a entidades de natureza situacional; de facto, por vezes, tem escopo unicamente sobre expressões de cariz nominal, como sucede com os exemplos em (193). A confirmar tal intuição, observe-se a anomalia de frases como as de (i):

(i) a- * O cisne que agora levantou voo é habitualmente branco.
b- * O meu cão tem habitualmente quatro patas.
c- * O João é habitualmente alto.

[108] Note-se, no entanto, que este tempo gramatical veicula também (e preferencialmente) a iteratividade; cf. a discussão no capítulo 1 e em 4.1..

(194) a- O João costuma passear no jardim.

b- A Ana costumava ler o jornal.

c- O Rui costumava acordar cedo.

(195) a- O João passeia frequentemente no jardim.

b- A Ana lia o jornal habitualmente.

c- A Maria ia ao cinema regularmente.

(196) a- O João fuma.

b- A Maria tem ido às aulas.

c- O Manuel nadava nas piscinas do Fluvial.

Importa sublinhar ainda que factores de natureza pragmática podem estimular, em condições adequadas, uma leitura habitual de certas predicações: o nosso conhecimento do mundo e o contexto global em que um dado discurso se insere favorecem, por vezes, a perspectivação das situações envolvidas como estados habituais. É o que sucede, por exemplo, quando nos vemos confrontados com adverbiais que, de uma maneira ou de outra, apontam para longos períodos de tempo, em interacção com eventos básicos cujo "perfil" temporal se revela de todo incompatível com a duração especificada (pensamos em frases do género de "O Miguel fumou durante vinte anos" ou de "O Manuel acordou cedo durante todo o ano lectivo"). Em exemplos como os que acabámos de apresentar, a discrepância entre a duração do evento e o intervalo para que remete o adverbial só parece ser interpretável se conferirmos à predicação um valor habitual.

A observação atenta dos exemplos aqui expostos leva-nos, porém, a concluir que se torna extremamente difícil isolar e identificar elementos linguísticos que, por si sós, sejam passíveis de suportar a habitualidade. Pelo contrário, a interpretação habitual parece ser o resultado da interacção dinâmica entre múltiplos factores que envolvem não só a informação explicitamente contida na frase mas também indicações respeitantes ao contexto e ao nosso conhecimento do mundo.

O que permite, então, identificar a interpretação habitual de uma dada predicação? A comparência – obrigatória e em conjunto – das seguintes propriedades pode fornecer uma resposta apropriada para esta questão:

- ❖ Quantificação sobre eventualidades episódicas;
- ❖ Interpretação genérica;
- ❖ Duração prolongada no tempo;
- ❖ Estatividade.

No sentido de dar conta deste tipo de estruturas de forma adequada, postularemos a existência de um "perspectivador" aspectual de habitualidade que quantifica sobre situações episódicas e cuja representação e modo de actuação, a nível formal, ficarão mais claros no capítulo 6. Por agora, limitar-nos-emos a algumas breves observações relativas aos condicionalismos que surpreendemos em termos do seu funcionamento.

O marcador aspectual de habitualidade pode, como vimos atrás, revestir inúmeras realizações em termos linguísticos. No entanto, actua quase sempre da mesma forma, ou seja, toma como seu "*input*" situações episódicas, quantificando-as e conferindo-lhes um "valor genérico", o que se traduz na sua inclusão num estado de tipo habitual.

Enquanto verdadeiro "perspectivador" aspectual, o elemento que desencadeia a habitualidade permite preservar certas características fundamentais das eventualidades de base, combinando-as com as propriedades da categoria de saída, isto é, dos estativos. Neste ponto, contrasta com os operadores aspectuais que, como já referimos, procedem a uma completa "conversão" da situação de origem numa outra de natureza diferente, "apagando" todas as marcas da primeira em favor das da segunda.

Nesse sentido, surpreendemos nas construções habituais a coexistência pacífica de dois adverbiais temporais, ambos indicando medição, um respeitante à categoria de base e outro relativo ao todo do estado habitual. Observem-se os seguintes exemplos:

(197) a- O João correu duas horas (por dia) durante este ano.
b- O Guilherme comeu a sopa em cinco minutos durante a semana passada.
c- O Jorge deitou-se à uma da manhã durante os últimos vinte anos.

(198) a- A Ana trabalhava 8 horas (por dia) durante os primeiros anos na empresa.
b- A Teresa arrumava a casa num quarto de hora durante o Inverno.
c- O meu relógio despertou às oito horas da manhã durante muitos anos.[109]

[109] Notemos, de passagem, que, no que respeita a simples operadores aspectuais, a comparência de dois adverbiais de "medição" temporal (um relativo ao "*input*", outro ao "*output*") dá lugar a uma notória anomalia semântica, como exemplos do género de "* A Maria esteve a escrever uma carta em meia hora durante vinte minutos" ou de "* A Ana começou a correr durante vinte minutos às três da tarde" deixam bem patente.

Em cada uma das frases que acabámos de apresentar, os dois adverbiais temporais parecem desempenhar o mesmo tipo de função, a saber, a circunscrição do intervalo de tempo ocupado por uma determinada eventualidade. No entanto, enquanto os primeiros se destinam fundamentalmente à delimitação do evento básico, os segundos têm escopo somente sobre o estado habitual derivado.

Por outro lado, os exemplos de (197) e (198) comprovam que os adverbiais que se encontram ligados às situações de base variam consoante a categoria aspectual por elas veiculada, o que significa, em última instância, que se mostram sensíveis a (pelo menos algumas) características definitórias das predicações de origem, mesmo após a aplicação do desencadeador de habitualidade. Este é, sem dúvida, um forte argumento em favor da consideração de tal elemento como um "perspectivador" de pleno direito, bem diferente, portanto, de um mero operador aspectual, cujo "*output*" perde claramente a "memória" da classe de que provém (cf. 1.3.).

Um outro argumento que, à primeira vista, poderia ser invocado em favor da ideia de que nos encontramos perante um verdadeiro "perspectivador" prende-se com o facto de as estruturas habituais preservarem o "perfil" de agentividade que caracteriza as situações de origem. No entanto, se é certo que alguns operadores revelam a capacidade de o alterar (cf. o Progressivo), não deixa, contudo, de ser uma realidade que outros não o modificam (vejam-se os casos de *começar a* ou de *acabar de*), pelo que nos sentimos obrigados a abandonar uma tal linha de análise.

Outras particularidades comportamentais ostentadas pelas construções sob análise que, potencialmente, apontam no sentido da necessidade do tratamento do despoletador de habitualidade como "perspectivador" aspectual serão realçadas quando discutirmos o seu carácter estativo. Por agora, concluiremos apenas que as configurações habituais combinam, de forma explícita, propriedades das predicações básicas com características dos estados, a classe resultante da derivação.

Temos vindo a assumir, ao longo da presente exposição, que as estruturas que envolvem habitualidade são, em última análise, de natureza estativa. Existirão, contudo, factos linguísticos capazes de fundamentar, de modo satisfatório, uma tal tomada de posição? É o que procuramos investigar, com mais pormenor, no decurso dos próximos parágrafos.

A aplicação dos diversos critérios propostos no capítulo 2 indicia fortemente que nos encontramos, na realidade, perante construções de índole estativa. Assim (e embora

o "teste" da leitura preferencial do Presente do Indicativo não seja, por razões óbvias, ajustável a estes casos), as estruturas habituais podem surgir, sem dificuldades, sob o escopo do verbo de operação aspectual *passar a* (cf. (199)) e, integradas na subordinada de orações temporais introduzidas por *quando*, incluem, obrigatoriamente, os eventos presentes na principal (cf. (200)). Já os critérios que respeitam a *parar de* e a *acabar de* levantam problemas um pouco mais complexos, na medida em que, como foi referido anteriormente, estamos perante um "perspectivador" que, como tal, preserva a grande maioria das propriedades das situações básicas que lhe servem de "*input*".

(199) a- O João passou a fumar (habitualmente/# neste momento).[110]

b- A Maria passou a estudar na escola de Terras de Bouro.

c- O meu cão passou a ladrar de noite.

(200) a- Quando o João fumava, teve uma síncope cardíaca.

b- Quando a Maria estudava na escola de Terras de Bouro, recebeu um prémio por bom comportamento.

c- Quando o meu cão ladrava de noite, o vizinho de cima apresentou uma queixa ao condomínio.

Se, como os factos acima apontados confirmam, nos encontramos face a estativos, importa investigar a que tipo de estado pertencem as construções habituais.

Não se afigura muito difícil provar que as estruturas que envolvem habitualidade veiculam estados de indivíduo. Com efeito, tais configurações revelam-se compatíveis com o operador *passar a*, manifestam restrições relevantes quanto à co-ocorrência com adverbiais de mera localização temporal (veja-se (201)) e não permitem a comparência de quantificadores do género de *sempre que* (cf. (202). Refira-se, no entanto, que este último facto poderá ser também devidamente explicado com recurso ao princípio mais geral de que as expressões de tipo habitual quantificam sobre eventos, encontrando-se, por esse motivo, incapacitadas para receber qualquer outro elemento que desempenhe uma função semelhante.

---

[110] Refira-se que nos interessa unicamente a interpretação do adverbial relativa à situação integrada no escopo de *passar a* e não à globalidade da predicação, entendida como um todo. Nesse sentido, um exemplo como este servirá fundamentalmente para deixar claro que apenas estados habituais (e não eventos básicos) podem surgir, sem problemas, no contexto em causa. Tal assunção está de acordo com algumas das ideias centrais que temos vindo a defender ao longo do presente trabalho, nomeadamente no que se refere ao facto de o "*input*" de *passar a* ser de natureza obrigatoriamente estativa.

(201) a- * Ontem, o João fumava habitualmente.

b- * Ontem, a Maria ia frequentemente ao cinema.[111]

c- * No dia 1 de Junho de 2001, o meu cão ladrava habitualmente.

(202) a- ?? Sempre que o João fumava habitualmente, ia para o hospital.

b- ?? Sempre que a Maria ia frequentemente ao cinema, faltva-lhe dinheiro.

c- ?? Sempre que o cão ladrava habitualmente, os vizinhos queixavam-se.

Enfrentamos obstáculos bem mais difíceis de superar, porém, quando procedemos à avaliação dos estados habituais no que diz respeito ao seu "grau" de "faseabilidade". Com efeito, os principais critérios que nos permitem determinar os valores relativos a este traço prendem-se, fundamentalmente, com a comparência de operadores aspectuais e com a aplicabilidade de adverbiais de frequência, o que significa, em última instância, que interferem com propriedades semânticas fulcrais da construção considerada – por se tratar de um "perspectivador" aspectual que preserva algumas características da situação de base, no primeiro caso, e por envolver quantificação habitual, no segundo. Contudo, a impossibilidade de ocorrência das configurações sob análise, no Pretérito Perfeito, em orações principais de temporais introduzidas por *quando* sugere que nos encontramos face a estados "não faseáveis". Deveremos, no entanto, ser extremamente cautelosos em relação ao peso conferido a esta constatação, na medida em que tal comportamento pode ficar a dever-se ao facto de a interpretação habitual ser, em geral, pouco compatível com o referido tempo gramatical.

Em conclusão, é possível afirmar que as estruturas de habitualidade se constituem como estados de indivíduo, possivelmente de carácter [-faseável], obtidos a partir de uma generalização efectuada sobre eventualidades episódicas.

No entanto, antes de darmos a presente secção por encerrada, afigurou-se-nos de grande importância dispensar um pouco de atenção a certas interacções que nos poderão ajudar a compreender melhor o funcionamento das construções habituais.

---

[111] Note-se que, a este respeito, as frases frequentativas se comportam de forma idêntica às habituais, pelo que as incluímos no paradigma aqui apresentado.

Veja-se, em primeiro lugar, a relação que se estabelece entre os estados habituais e o Progressivo. Não parece existir, entre os falantes do Português, qualquer tipo de consenso em relação a este ponto, sendo muito variáveis os juízos de aceitabilidade com que nos confrontamos, o que, naturalmente, dificulta bastante a investigação conducente a uma tentativa de explicação para estes factos. No entanto, contrastes como os que a seguir apresentamos poderão projectar alguma luz sobre o problema:

(203) a- ?? O João está a ler o jornal habitualmente.
b- ?? A Maria está a jogar futebol frequentemente.
c- ?? O meu cão está a ladrar usualmente.
(204) a- ?? O João está habitualmente a ler o jornal.
b- ?? A Maria está frequentemente a jogar futebol.
c- ?? O meu cão está usualmente a ladrar.
(205) a- Habitualmente, o João está a ler o jornal.
b- Frequentemente, a Maria está a jogar futebol.
c- Usualmente, o meu cão está a ladrar.
(206) a- O João está, habitualmente, a ler o jornal.
b- A Maria está, frequentemente, a jogar futebol.
c- O meu cão está, usualmente, a ladrar.

Parece-nos lícito reconhecer que, independentemente do enquadramento teórico e do tipo de formalização que venham a ser adoptados para a representação sintáctica das configurações sob análise, o "perspectivador" de habitualidade, que surge vinculado aos diferentes adverbiais nos exemplos que acabámos de oferecer, se encontra numa posição mais elevada na hierarquia em (205) e (206) do que em (203) e (204). Isto significaria que, nos dois últimos casos, ele teria escopo largo sobre o Progressivo, contrariamente ao que sucederia nos primeiros, em que tal relação se afigura muito menos evidente.[112]

Tendo em linha de conta os dados aqui adiantados, aventaremos a hipótese de que o "perspectivador" de habitualidade pode, sem levantar grandes problemas, integrar no seu escopo as formas com Progressivo (o que explica a perfeita aceitabilidade de (205) e

[112] Não queremos, com isto, afirmar que (203) e (204) são de todo incompatíveis com uma interpretação em que o "perspectivador" de habitualidade tenha escopo largo sobre o Progressivo; apenas desejamos deixar bem claro que uma tal leitura é muito menos provável, o que justificaria a maior dificuldade de processamento destas frases por parte dos falantes consultados.

(206)), sendo o inverso, no entanto, de todo impossível (o que dá conta das hesitações patenteadas em (203) e (204)).

Uma análise deste teor comporta um conjunto de consequências que merecem ser tomadas em conta com vista a uma compreensão global da construção de habitualidade: por um lado, confirma a ideia de que nos encontramos diante de um estado [-faseável], na medida em que a estrutura em causa parece não ser passível de integração no escopo do Progressivo; por outro, sugere que determinados estativos poderão estar sujeitos à "perspectivação" habitual, já que formas com o Progressivo manifestam a capacidade de comparecer no interior do domínio de influência do desencadeador de habitualidade. Esta última predição merece, sem dúvida, uma discussão mais pormenorizada, pelo que voltaremos agora a nossa atenção para o problema da integração dos estados no escopo do "perspectivador" de que nos temos vindo a ocupar ao longo da presente secção.

Será, de alguma forma, possível combinar o "perspectivador" de habitualidade com estados? A resposta a esta pergunta parece ser afirmativa, apesar de nem todas as predicações de cariz estativo se integrarem com facilidade na construção sob análise. Os exemplos seguintes revelam-nos que somente estados contemplando o traço [+faseável] e/ou de estádio admitem uma leitura habitual sem darem origem a anomalia semântica.

(207) a- * O João é habitualmente alto.
b- * A Maria sabe francês com frequência.
c- O Rui é habitualmente simpático.
d- A Ana detesta as aulas frequentemente.
e- O Jorge está habitualmente cansado.
f- As cortinas da sala estão frequentemente sujas.

Dado que o desencadeador de habitualidade não opera, mas apenas "perspectiva" (i.e., não altera o "perfil" das situações básicas, limitando-se a focalizá-las sob um outro ponto de vista), não surpreende que certos estativos integrem o leque das eventualidades por ele seleccionadas. O problema que realmente aqui se nos coloca diz respeito ao tipo de estados que suportam a quantificação de situações propiciada por adverbiais do tipo de *habitualmente* ou de *frequentemente*.

Como já referimos no capítulo 2, em conexão com o estabelecimento dos critérios para a detecção da estatividade, não é muito fácil decidir se o quantificador habitual se mostra sensível às marcas de "faseabilidade" ou à distinção entre estados de indivíduo e

de "estádio". Vejamos quais as consequências, em termos linguísticos, da perfilhação de cada uma destas hipóteses.

Se assumirmos que o "perspectivador" de habitualidade é sensível à distinção que se estabelece entre predicados de indivíduo e de "estádio", seremos forçados a concluir que a totalidade dos estados de "estádio" pode comparecer neste género de construções. Frases como (207c,d) seriam facilmente acomodáveis a uma tal proposta se se adoptar o princípio geral de que, para ocorrerem sob o escopo do desencadeador de habitualidade, os estados de indivíduo de natureza [+faseável] terão que ser previamente convertidos em processos: tendo em vista que, por defeito, praticamente todos os eventos descrevem porções temporalmente delimitadas de indivíduos, não será de todo surpreendente que também os processos derivados a partir de estativos manifestem a referida propriedade, o que faz deles candidatos credíveis à comparência em configurações genéricas de cariz habitual.[113]

Sob este ponto de vista, a função central do "perspectivador" de habitualidade seria a de converter predicações de "estádio" em predicados de indivíduo: graças à múltipla repetição de situações episódicas, obter-se-ia uma característica "genérica" a atribuir ao(s) participante(s) envolvido(s).[114]

Se, em alternativa, encararmos o quantificador habitual como estando associado ao grau de "faseabilidade" das estruturas com que se combina, obteremos resultados um pouco diferentes. Tomando como ponto de partida tal hipótese de tratamento, seremos levados a defender que o elemento em causa converte predicações de cariz [+faseável] em estados de natureza [-faseável], o que explicaria, de imediato, os comportamentos ilustrados em exemplos como (207c,d); no que respeita às frases em (207e,f), teríamos de assumir que as situações aí representadas descrevem estados de "estádio" de carácter [+faseável]. Na verdade, uma das consequências mais evidentes da concepção que agora nos ocupa tem que ver com o facto de, previsivelmente, estativos de "estádio" de índole [-faseável] não poderem estar sujeitos à "perspectivação" de habitualidade, na medida

---

[113] Assumimos que operadores como o de habitualidade quantificam sobre certas predicações, dando origem às designadas "frases caracterizadoras" que, tipicamente, envolvem uma interpretação "genérica" das eventualidades envolvidas. Poderemos, assim, para além da genericidade atribuída a expressões nominais, falar também da genericidade conferida a entidades de natureza "situacional". Veja-se, a este respeito, a discussão em Carlson e Pelletier (1995) e Oliveira e Cunha (2003).

[114] A comutação prévia de estados de indivíduo de cariz [+faseável] em processos e a sua posterior reconversão em eventualidades de cariz estativo seria plenamente justificável pela atribuição de um valor habitual às predicações em causa.

em que partimos do princípio de que é o factor "faseabilidade" que está em jogo nestes casos.

Infelizmente, os dados pertinentes não são muito conclusivos, na medida em que frases em que o "perspectivador" de habitualidade se combina com estados de "estádio" "não faseáveis", como as que a seguir expomos, estão longe de reunir consenso entre os falantes do Português consultados no que toca ao seu grau de aceitabilidade.

(208) a- (??) A Maria tem 38 graus de febre habitualmente.

b- (??) A Ana está casada habitualmente.

c- (??) O meu cão tem fome frequentemente.

Configurações como estas parecem poder ser enquadradas nas duas hipóteses que acabámos de explorar:

a. Para falantes que aceitam, sem problemas, frases como as presentes em (208), uma proposta que associa a habitualidade à distinção entre predicados de indivíduo e de "estádio" parece ser a mais apropriada.

b. Pelo contrário, para os que rejeitam de todo tais configurações, um tratamento alicerçado na sensibilidade do quantificador habitual ao grau de "faseabilidade" das estruturas com que se combina afigura-se-nos bastante mais vantajoso.

Da exposição que agora encerramos podemos concluir que o "perspectivador" de habitualidade generaliza sobre situações de carácter episódico, convertendo-as em estados habituais, uma das realizações possíveis da genericidade em línguas como o Português.

CONCLUSÕES

O presente capítulo foi integralmente dedicado à implementação da hipótese de tratamento para os estativos desenvolvida ao longo de 2.2., com vista à confirmação ou à infirmação das propostas aí adiantadas. Resumiremos, em seguida, os resultados mais relevantes da nossa pesquisa:

- A análise ao comportamento dos diferentes tipos de estativos parece confirmar, de forma clara, a necessidade de estabelecer uma diferenciação entre estados de indivíduo e de "estádio", por um lado, e entre estados com o traço [+faseável] e [-faseável], por outro. Nomeadamente, um tal enquadramento teórico será essencial para a compreensão apropriada dos diversos contextos de ocorrência em que surgem os estados lexicais e para a completa fundamentação de uma proposta de explicação para a distinção que se verifica entre *ser* e *estar*.
- Observámos que as estruturas com predicadores nominais, adjectivais e preposicionais introduzidas por *ser* veiculam estados de indivíduo, ao passo que aquelas envolvendo *estar*, *andar* e *continuar dão conta de estados de "estádio", diferindo entre si fundamentalmente ao nível da natureza ou da extensão das "porções" temporais que perspectivam.*
- A hipótese de análise que aqui temos vindo a defender dá conta, igualmente, do comportamento linguístico ostentado pelos estados derivados a partir da intervenção de operadores aspectuais como o Progressivo, *andar a*, *passar a*, *deixar de* ou *continuar a*, e de "perspectivadores" como *estar para*. A aplicação de cada um destes elementos dá lugar a diferentes tipos de estativos. Assim, o "*output*" de *estar a* corresponderá a um estado progressivo; o de *andar a* a um estado frequentativo ou habitual; o de *passar* a a um estado de indivíduo tendencialmente "não faseável"; o de *continuar a* a um estado em tudo idêntico ao respectivo "*input*"; o de *deixar de* a um estado cessativo e, finalmente, o de *estar para* a um estado preliminar ou pré-preparatório.
- Propusemos ainda uma distinção entre a construção temporal de Perfeito, realizada através de *ter* + Particípio Passado não flexionado, e a operação aspectual de Perfectividade, que apresenta como categoria de saída estados consequentes, desencadeada pelo Particípio Passado flexionado. Tal opção permite-nos não só dar conta, de um modo inteiramente satisfatório, das múltiplas divergências comportamentais observadas mas também proceder à unificação de configurações aparentemente independentes como *ter* + OD + PP flexionado, *estar* + PP flexionado e o Particípio Absoluto.

- Finalmente, verificámos que o "perspectivador" de habitualidade dá origem a predicações de natureza estativa que, como tal, se acomodam, sem problemas, aos princípios gerais enunciados no capítulo 2. Tal configuração ostenta a particularidade de, embora veiculando um "*output*" inequivocamente estativo, preservar algumas das propriedades típicas das situações-base a que se aplica.

CAPÍTULO 4

A INTERACÇÃO ENTRE OS ESTADOS E ALGUNS COMPONENTES DA GRAMÁTICA

Tal como observámos no capítulo 1, as propriedades aspectuais das predicações, em línguas como o Português, são o resultado da interacção recíproca e composicional que se estabelece entre múltiplos e diversificados elementos da gramática. Isto significa, em última instância, que será imprescindível investigar os efeitos que os referidos componentes manifestam sobre as categorias básicas de situações com que ocorrem, no sentido de alcançarmos uma compreensão mais completa do fenómeno da estatividade.

Tendo em conta que a estatividade é muito frequentemente influenciada (e, por vezes, até induzida) por uma gama variada de estruturas semânticas da língua, torna-se necessário pesquisar os efeitos produzidos pelas interacções em que tais elementos comparecem. Sob esse ponto de vista, procuraremos, ao longo do presente capítulo, avaliar o impacto que as configurações em causa têm sobre os estados, com o principal intuito de determinar as suas repercussões em termos aspectuais.

Com o objectivo central de reconhecer e avaliar a influência de certas estruturas linguísticas nas predicações de cariz estativo, debruçar-nos-emos sobre as interacções que os estados estabelecem com os tempos gramaticais (4.1.), com alguns Adverbiais Temporais (4.2.), com as Orações Temporais (4.3.) e com a Negação Frásica (4.4.).

Notemos, antes de prosseguir a investigação, que não é nosso propósito fornecer uma caracterização completa e exaustiva dos componentes da gramática referidos; dada a natureza e objectivos do presente trabalho, concentraremos a nossa atenção sobretudo no impacto que as configurações em causa manifestam sobre os estativos.

4.1. OS ESTADOS E OS TEMPOS GRAMATICAIS[115]

Tal como temos vindo a comprovar ao longo do presente trabalho, os tempos gramaticais, em línguas como o Português, não veiculam apenas informação de carácter estritamente temporal (em termos de anterioridade, sobreposição ou posterioridade em relação a um dado intervalo), integrando também, na maior parte das vezes, indicações de natureza aspectual muito diversificadas.

Dada a considerável relevância aspectual patenteada por uma parte significativa dos tempos gramaticais do Português, propomo-nos, seguidamente, investigar o seu impacto no que diz respeito à questão da estatividade. Observaremos, em particular, que tempos como o Presente do Indicativo, o Pretérito Imperfeito ou o Pretérito Perfeito Composto induzem interpretações estativas às configurações que integram, ao contrário do que sucede com muitos outros tempos gramaticais que, sob um certo ponto de vista, se revelam aspectualmente bem mais "neutros".

4.1.1. Tempos Gramaticais Desencadeadores de Estatividade

Em Português, confrontamo-nos com um conjunto de tempos gramaticais que, de alguma forma, parecem induzir uma interpretação estativa às predicações com que se combinam. Tomando em consideração os principais resultados da pesquisa que temos vindo a empreender, torna-se possível esperar as seguintes consequências: na presença

---

[115] Acerca do funcionamento e características dos diferentes tempos gramaticais vejam-se obras gerais como Declerck (1991), Binnick (1991), Kamp e Reyle (1993), Cap. 5., Giorgi e Pianesi (1997) e Michaelis (1998). No que diz respeito ao Português, cf. Peres (1993), (1994), Oliveira e Lopes (1995) e Oliveira (1985), (1991b), (1998a) e (2003).

de estados, os tempos gramaticais sob análise não deverão alterar substancialmente o "perfil" aspectual que caracteriza as predicações originais, limitando-se a fornecer indicações de índole estritamente temporal; em interacção com eventos, pelo contrário, é de prever que se efective uma "comutação" ao nível da estrutura temporal interna das eventualidades envolvidas, no sentido de uma aproximação das construções eventivas às marcas específicas de estatividade que lhes são conferidas.

Com efeito, este parece ser o padrão comportamental que acompanha as leituras preferenciais do Presente do Indicativo, do Pretérito Imperfeito e do Pretérito Perfeito Composto.

4.1.1.1. O Presente do Indicativo

O Presente do Indicativo é um tempo gramatical que, tipicamente, localiza uma situação num intervalo que se sobrepõe ao momento da enunciação, estabelecendo com este, em condições normais, uma relação de inclusão. Como teremos oportunidade de verificar no decurso da discussão que se segue, a coincidência estrita entre o instante da enunciação e a eventualidade descrita é muito rara, sendo a inclusão do primeiro na segunda o padrão de relacionamento mais frequente.

Quando combinado com predicações estativas, o Presente do Indicativo parece, de facto, compatibilizar-se com as características semânticas que acabámos de propor para a sua definição, na medida em que a eventualidade em causa é localizada num intervalo que contém o momento da enunciação. Isto significa que, com situações deste género, e em total concordância com as nossas previsões, o Presente do Indicativo transmite informação de cariz eminentemente temporal. Observem-se os seguintes exemplos:

(1) a- O João vive em Paris.
b- A Maria está doente.
c- O cão é grande.

Com os eventos, pelo contrário, o Presente do Indicativo desencadeia alterações bastante significativas em termos aspectuais, que se traduzem numa leitura habitual das situações envolvidas:

(2) a- O João come a sopa (todos os dias).

b- A Maria lê o jornal (habitualmente).

c- O Ricardo acorda às oito horas (todas as manhãs).

d- O Miguel espirra (durante todo o Inverno).

e- O Pedro trabalha na faculdade (desde 1990).

Em exemplos como os que acabámos de observar em (2), a leitura preferencial ocasionada pelo Presente do Indicativo é a de um estado habitual, construído com base num padrão de ocorrência repetida e, até certo ponto, indeterminada de eventos do mesmo tipo que têm lugar num intervalo de tempo não perfeitamente delimitado, mas que, como requerido, inclui o momento da enunciação. Ou seja, para que a informação temporal associada ao Presente do Indicativo possa ser veiculada sem problemas, parece necessário que os eventos sofram previamente uma conversão em estados habituais.

Em qualquer dos casos, a informação temporal parece manter-se inalterada, i.e., confrontamo-nos com uma eventualidade que decorre num intervalo de tempo que se sobrepõe ao ponto da enunciação (ou o inclui); a única divergência consiste no facto de, com eventos, o Presente do Indicativo alterar aspectualmente o "perfil" das situações básicas, conferindo-lhes um carácter habitual. Uma tal diferença poderá ser utilizada como critério para distinguir estados básicos de derivados, quando estes últimos são formados a partir de eventos, pelo que, no capítulo 2, a adoptámos para a detecção da presença de marcas de estatividade no que diz respeito ao "perfil" interno inicial de uma predicação.

Que as configurações habituais manifestam, em termos gerais, um comportamento de índole estativa já foi exaustivamente explorado em 3.4., pelo que não repetiremos aqui os múltiplos argumentos que apoiam uma tal tomada de posição. Limitar-nos-emos apenas a deixar bem claro que o Presente do Indicativo, "forçando" uma leitura habitual dos eventos com que comparece, lhes confere explicitamente um carácter estativo, pelo que diremos que, na sua interpretação básica, este tempo gramatical é um verdadeiro "estativizador".

No entanto, quando nos propomos analisar mais de perto as interpretações menos preferenciais do Presente do Indicativo, verificamos que, na grande maioria dos casos, a conversão dos eventos envolvidos em estados não parece verificar-se.

Comecemos pelo designado uso "reportivo" do Presente do Indicativo, ilustrado nas frases que a seguir apresentamos:

(3) a- João Pinto segue com a bola, finta um adversário, passa a Figo e... golo!!!

b- E, neste momento, Rosa Mota corta a meta!!

c- Surgem agora dois carros da polícia e perseguem o assaltante pela Avenida da Boavista.

O uso "reportivo" do Presente do Indicativo – geralmente encontrado nos relatos desportivos e em algumas descrições "ao vivo" de acontecimentos – mostra as situações envolvidas como sucedendo exactamente à medida que o discurso se vai desenrolando. Embora a concepção que a seguir se adopta possa ser algo discutível, parece-nos existir uma coincidência plena entre o momento da enunciação e as eventualidades descritas, o que, a acontecer, obriga o enunciador a convertê-las em eventos pontuais – partindo do princípio de que o momento da enunciação é tipicamente concebido como um instante e não enquanto um intervalo de tempo (cf., por exemplo, Kamp e Rohrer (1983) e Kamp e Reyle (1993)). Sob este ponto de vista, e assumindo que as eventualidades "reportadas" são encaradas como estritamente coincidentes com o "acto de enunciação", o Presente do Indicativo, nos contextos em causa, revelará a capacidade de converter as situações com que se combina em eventos pontuais, por forma a serem perfeitamente compatíveis com a duração de tempo em que aquele tem lugar (aceitando, à partida, o seu carácter inteiramente "instantâneo").[116]

Esta quase perfeita simultaneidade entre o momento da enunciação e a situação representada poderá também ser surpreendida nos usos "performativos" do Presente do Indicativo (cf. (4)):

(4) a- Declaro aberta a sessão.

b- Prometo que te vou levar a passear amanhã.

c- Juro que vou pagar as minhas dívidas.

Nos exemplos de (4), o Presente do Indicativo constitui-se, ele próprio, como o suporte de um acto concreto (uma declaração, uma promessa ou um juramento), pelo que não surpreende que seja forçosa a postulação de uma coincidência estrita entre o

[116] Este género de análise só se revelará consistente se aceitarmos as hipóteses avançadas por Kamp e Rohrer (1983) e por Kamp e Reyle (1993), segundo as quais o momento da enunciação é concebido como um instante de tempo que se vai "movendo" constantemente à medida que o discurso se desenvolve.

momento da enunciação e a eventualidade em causa. Mais uma vez parece ser desejável a conversão das situações relevantes em eventos pontuais (ou pseudo-pontuais, no caso de atribuirmos duração ao tempo da enunciação), por razões muito semelhantes às que invocámos para a análise das frases com o Presente "reportivo".

O uso "futurativo" por vezes associado ao Presente do Indicativo parece também não se revelar capaz de impor um "perfil" estativo às predicações com que comparece. Na realidade, sempre que o referido tempo gramatical remete para uma localização das eventualidades com que ocorre num intervalo posterior ao ponto da enunciação (graças, sobretudo, à intervenção de adverbiais orientados para o futuro), manifesta uma certa "neutralidade" em termos aspectuais, bem visível, não só através da preservação dos adverbiais de medição temporal correspondentes a cada um dos tipos de situação, como também da marcada preferência por uma interpretação sucessiva dos eventos em relação a uma leitura de sobreposição, característica das predicações estativas.

(5) a- Amanhã, levanto-me (às nove horas), tomo o pequeno-almoço (em cinco minutos), corro (durante meia hora) e, enfim, vou trabalhar.
b- Na próxima semana, a Maria parte para Lisboa (às seis da manhã), anda no comboio (durante três horas), apresenta o seu trabalho (em trinta minutos) e regressa ao Porto (ao fim da tarde).[117]

A grande maioria das observações que acabámos de efectuar parece estender-se também ao designado Presente Histórico – uso em que o enunciador projecta os factos passados no presente, tipicamente visando efeitos retóricos de "vivacidade" do discurso, e que representa acontecimentos pretéritos como decorrendo num tempo que engloba o momento da enunciação. Nas configurações sob análise, as diferentes classes aspectuais

---

[117] É curioso observar que, em relação aos eventos, os estativos parecem resistir mais frequentemente a um uso "futurativo" com o Presente do Indicativo (cf. (i)):

(i) a- * Amanhã, o João é alto.
b- * Daqui a três meses, os cortinados são cinzentos.

No entanto, tal facto deve ter que ver com certas dificuldades ao nível da determinação ou do estabelecimento de um grau adequado de "previsibilidade" para este tipo de situações, mais do que propriamente com as suas características aspectuais intrínsecas, tal como a possibilidade de estados "não faseáveis" em contextos de Presente com valor de futuro ilustrada em (ii) parece confirmar:

(ii) a- No próximo ano, a Maria (já) está rica e faz uma viagem à volta do mundo.
b- No Outono, o Jorge é presidente do clube e tem que se mudar para o Porto.

mostram-se sensíveis ao tipo de adverbial temporal que com elas co-ocorre, existindo igualmente uma forte preferência por uma relação de sucessividade entre os eventos, em detrimento da de sobreposição (cf. (6)).

(6) a- O exército chega às portas da cidade às seis da manhã, aguarda durante duas horas e, finalmente, depois da invasão, arrasa-a em três semanas.
b- Na Primavera de 1114, os cavaleiros descobrem o rio, atravessam o vale, passam o monte, contornam o deserto e chegam à cidade. (leitura sucessiva)

Com base em todos os exemplos aqui discutidos, poderemos concluir, pois, que o Presente do Indicativo, na sua interpretação preferencial, apenas se revela compatível com predicações de carácter inequivocamente estativo (convertendo os eventos com que se combina em estados habituais); tal efeito semântico parece, contudo, estar de todo ausente nos usos menos frequentes do referido tempo gramatical, em que se verifica normalmente uma certa "neutralidade" em termos aspectuais (cf. o Presente Histórico e "Futurativo"), ou, em alternativa, a conversão dos eventos em situações de cariz pontual (cf. os valores "reportivo" e "performativo").

4.1.1.2. O Pretérito Imperfeito do Indicativo

O Pretérito Imperfeito do Indicativo é um tempo gramatical que, por princípio, localiza a situação com que se combina num intervalo que se sobrepõe a (e geralmente inclui) um Ponto de Perspectiva Temporal anterior ao momento da enunciação. Nessa medida, revela-se intrinsecamente anafórico, i.e., requer a presença explícita de um determinado tempo no passado para poder ser interpretado, o que justifica a sua usual caracterização como não apresentando "autonomia".

Em termos aspectuais, o seu efeito aproxima-se bastante do que surpreendemos para o Presente do Indicativo: dado perspectivar as situações de modo "continuativo" (ou imperfectivo), o tempo gramatical de que agora nos ocupamos parece tender para a representação estativa das predicações com que co-ocorre. Tal facto pode ser invocado para explicar o carácter não terminativo e não delimitado das construções sob análise, já que tais propriedades, como vimos no capítulo 1, se mostram perfeitamente compatíveis com a estrutura temporal interna dos estados.

Tal como era de esperar, o Imperfeito não altera categorialmente as predicações estativas com que comparece, fornecendo unicamente informação de índole estritamente temporal (no caso de sobreposição a um tempo passado), como as frases que se seguem parecem demonstrar:

(7) a- Na sua juventude, a Maria morava no Porto.
b- Na sua juventude, a Maria era lindíssima.
c- Antigamente, o João tinha um B.M.W..

No que se refere aos eventos, o caso altera-se substancialmente: o Imperfeito, para além da indicação temporal de passado, impõe uma leitura estativa às predicações com que co-ocorre, que tanto se pode traduzir numa perspectivação das situações eventivas como "incompletas" ou "em decurso", sendo-lhes, para isso, retirada a culminação – o que dá origem a uma interpretação algo semelhante à que é veiculada pelo Progressivo, pelo que será aqui designada ***semi-progressiva*** – (cf. (8)), quanto, talvez até com maior frequência, numa acepção habitual (cf. (9)).[118]

(8) a- Quando os assaltantes entraram, o polícia dormia (= estava a dormir).
b- Enquanto o professor falava (= estava a falar), o João adormeceu.
c- Quando o Rui jantava (= estava a jantar), ouviu um barulho estranho.
(9) a- A Maria lia o jornal (todos os dias de manhã).
b- Antigamente, o João ia para a escola de bicicleta (habitualmente).
c- Na sua juventude, a Maria cantava num bar (todos os fins-de-semana).

Seja qual for a interpretação conferida ao Imperfeito, não subsistirão grandes dúvidas de que os eventos devem ser forçosamente convertidos em estados. Com efeito, parece ter ficado suficientemente claro que tanto as construções habituais (cf. 3.4.) quanto as formas Progressivas (cf. 3.2.1.) suportam a categoria aspectual em questão. Iremos, no entanto, fornecer alguns dados adicionais que nos vão ajudar a confirmar o carácter estativo das configurações integrando este tempo gramatical.

[118] Sublinhe-se que já Kamp e Rohrer (1983), na sua discussão acerca do funcionamento dos tempos gramaticais no discurso, se referem ao Imperfeito em Francês como desencadeador de estatividade.

Um primeiro indicador tem a ver com o comportamento linguístico das estruturas que integram o Imperfeito no contexto de orações temporais introduzidas por *quando*. Todas as vezes que um tal tempo gramatical surge neste tipo de configurações, inclui, tipicamente, um evento no Pretérito Perfeito que com ele co-ocorra, quer se encontre na oração principal, quer na subordinada (cf. (10) e (11)):

(10) a- Quando o João entrou na sala, a Maria escrevia uma carta.
b- Quando o gato avistou o pássaro, este voava tranquilamente.
c- Quando o avião levantou voo, a Ana dormia.

(11) a- Quando a Maria escrevia a carta, o João entrou na sala.
b- Quando os polícias dormiam, os ladrões assaltaram a esquadra.
c- Quando o Luís ligava o computador, faltou a energia eléctrica.

A relação de inclusão aqui representada é característica das predicações estativas, como tivemos oportunidade de verificar na secção 2.2., contrastando com a preferência pela sucessividade manifestada por parte dos eventos não alterados aspectualmente no contexto em causa (cf. (12)):

(12) a- Quando o gato avistou o pássaro, este voou tranquilamente.
b- Quando a Maria escreveu a carta, o João entrou na sala.
c- Quando o João entrou na sala, a Maria escreveu uma carta.
d- Quando o Luís ligou o computador, faltou a energia eléctrica.

Por outro lado, e como qualquer estativo, as formas do Imperfeito estabelecem uma relação de sobreposição com estados lexicais nas orações temporais com *quando*, quer estes se encontrem também no Imperfeito, quer no Pretérito Perfeito (cf. (13)):

(13) a- Quando a Maria morava no Porto, comprava chocolates na baixa.
b- Quando a Maria morou no Porto, comprava chocolates na baixa.
c- Quando Sampaio era presidente, visitava o Mosteiro dos Jerónimos.
d- Quando Sampaio foi presidente, visitava o Mosteiro dos Jerónimos.

Mais uma vez, este padrão interpretativo contrasta com o apresentado em (14), em que o Pretérito Perfeito cancela a leitura habitual (i.e., estativa) das predicações

relevantes, propiciando a relação de inclusão dos eventos no intervalo ocupado pelos estados que com eles co-ocorrem:

(14) a- Quando a Maria morava/morou no Porto, comprou (uma vez) chocolates na baixa.
b- Quando Sampaio era/foi presidente, visitou o Mosteiro dos Jerónimos.

Uma abordagem um pouco mais detalhada de dados como estes será desenvolvida na secção 4.3., quando nos debruçarmos com maior profundidade sobre a interacção que se verifica entre estados e orações temporais.

Um segundo argumento que poderá ser invocado no sentido de fortalecer a ideia de que o Imperfeito se comporta como um verdadeiro "estativizador" prende-se com a relação que o tempo gramatical em causa estabelece com a generalidade dos adverbiais pontuais. Observem-se os seguintes exemplos:

(15) a- A Maria escrevia a tese às cinco da tarde.
b- A Ana lavava o carro às três da manhã.
c- O Miguel saía de casa às nove horas.

Em qualquer das suas duas interpretações possíveis (habitual ou semi-progressiva, dependendo das indicações fornecidas pelo contexto), o intervalo de tempo ocupado pelas predicações aqui representadas inclui necessariamente o adverbial pontual, mesmo quando a situação-base é de natureza não durativa, como acontece com a culminação de (15c). Este tipo de interacção é, como já vimos, característico dos estativos, denotando o "prolongamento" não delimitado no tempo, que parece ser parte fulcral da significação do Imperfeito.[119]

Um último indício de estatividade associado a construções com o Imperfeito pode ser surpreendido no seu comportamento semântico face a adverbiais do género de *há N tempo*. Na realidade, nas configurações sob análise, o adverbial parece licenciar uma interpretação durativa e não de mera localização, o que, como procuraremos demonstrar

[119] Sublinhe-se que, no caso de uma leitura habitual, temos mais do que uma ocorrência do adverbial pontual, já que este se encontra associado à predicação básica sujeita à quantificação, tal como propusemos em 3.4.. Quando tal acontece, todas as ocorrências do adverbial terão de se encontrar incluídas no intervalo ocupado pelo estativo resultante da "perspectivação" de habitualidade, pelo que as observações que acabámos de fazer não precisam de ser substancialmente alteradas.

fundamentadamente em 4.2., sugere, de forma quase inequívoca, a presença de marcas de estatividade (cf. (16)):

(16) a- O João trabalhava na faculdade há seis anos (quando foi para Paris).
b- A Maria lia o seu livro há uma hora (quando adormeceu).
c- A Ana apresentava o programa há dois anos (quando foi despedida).

O valor estativo conferido pelo Imperfeito às predicações com que ocorre parece perder-se quando a informação que é veiculada pelo referido tempo gramatical é, em grande medida, de natureza modal. Nesse sentido, nas frases que a seguir apresentamos, os diversos adverbiais temporais mostram-se sensíveis às propriedades que caracterizam as situações de base, o que indicia uma certa "neutralidade" em termos aspectuais:

(17) a- (Se estivesse em boas condições físicas), eu corria a maratona em 3 horas.
b- (Se não houvesse tanto trânsito), eu chegava a casa às seis e meia.
c- (Se não estivesse tão cansado), eu trabalhava ainda durante mais 3 horas.

O mesmo parece suceder quando o Imperfeito é utilizado na criação de contextos ficcionais, presentes, sobretudo, no discurso infantil ou, de um modo mais geral, no estabelecimento de "mundos alternativos".[120] Não veiculando, nestes casos, informação predominantemente temporal (cf. Oliveira (1986), Fonseca (1986), será, pelo menos até certo ponto, previsível que o tempo gramatical sob análise deixe igualmente de fornecer indicações de índole aspectual. A confirmar tal hipótese, notemos que, por um lado, os adverbiais temporais se revelam sensíveis às características básicas dos eventos com que ocorrem (cf. (18a)) e que, por outro, a relação que se verifica entre as predicações eventivas linearmente ordenadas é, preferencialmente, a de sucessividade, e não a de sobreposição (cf. (18b)).

[120] Na sequência das observações efectuadas por Oliveira (1986), consideraremos os usos habitualmente designados de "delicadeza" associados ao Imperfeito como uma consequência destas possibilidades interpretativas mais gerais, na medida em que, sob um certo ponto de vista, parecem deixar aberto um leque mais vasto de "alternativas" em termos de interacção discursiva.

(18) a- Então o monstro verde chegava a nossa casa, esperava à porta durante meia hora, entrava à meia-noite em ponto e devorava os nossos irmãos em cinco minutos.

b- Tu chegavas, discutias com o dragão, lutavas contra ele e fugias para a montanha.

Em conformidade com os diferentes dados que acabámos de expor, afigura-se-nos lícito concluir que o Imperfeito funciona como um verdadeiro "estativizador" nos casos em que não assume natureza modal; nas configurações em que este tipo de informação se revela prioritário, contudo, tal característica parece perder-se.

4.1.1.3. O Pretérito Perfeito Composto

O Pretérito Perfeito Composto é um tempo gramatical que localiza uma situação num intervalo que tem o seu início no passado mas que se prolonga até ao momento da enunciação e, muito possivelmente, para além deste. Trata-se, por assim dizer, de um tempo do passado "extensível" até ao presente (cf. Campos (1987), (1997), Peres (1994) e Oliveira (1994)). O Pretérito Perfeito Composto indica, pois, que uma eventualidade teve início num momento indeterminado do passado e que tal estado de coisas perdura, pelo menos até ao tempo da enunciação.

No que diz respeito aos estados, este parece ser o único tipo de informação que o Pretérito Perfeito Composto veicula, como as frases que se seguem deixam transparecer. Ou seja, não encontramos aqui quaisquer alterações em termos aspectuais: apenas existe a indicação, de índole estritamente temporal, de que um estado iniciado no passado se prolonga até ao momento da enunciação, podendo eventualmente continuar no futuro.[121]

(19) a- O Miguel tem estado doente (desde a semana passada).

b- A Maria tem sido professora em Terras de Bouro (desde o Natal).

c- A Ana tem morado em Paris (desde o ano de 1999).

---

[121] Note-se que, com estados de "estádio" ou com estados de natureza [+faseável] é igualmente possível uma leitura de iteração, ou mesmo de habitualidade, que, no entanto, não parece ser a preferencial. Com estados de indivíduo "não faseáveis", pelo contrário, apenas a interpretação de medição do intervalo em que decorre a situação será licenciada sem problemas (cf. "O João tem sido saudável"). Observe-se, por outro lado, que a combinação de um adverbial simultaneamente de localização e de medição temporal do género de *desde o dia X* com os estativos que admitem a iteração favorece, de modo inequívoco, a leitura temporal destas configurações.

Com eventos, no entanto, o Pretérito Perfeito Composto, para além de fornecer indicações temporais, promove óbvias alterações a nível aspectual. Assim, tipicamente, impõe uma interpretação frequentativa ou habitual às predicações eventivas com que se combina, o que, como verificámos em variadas ocasiões, indicia fortemente a conversão das situações sob análise em estados. Este efeito de iteração ou de habitualidade parece estar estreitamente relacionado com o facto de a duração estabelecida pelo Pretérito Perfeito Composto ser, em termos gerais, bastante vaga, quer no que se refere ao seu início, quer no que respeita ao seu término, característica essa que, como sabemos, se encontra, em certa medida, associada à estatividade (cf. Oliveira (1994)).

(20) a- O Rui tem nadado na piscina do Fluvial.
b- A Maria tem encontrado as amigas na baixa.
c- O meu cão tem saltado para o quintal do vizinho.

Não surpreende, por conseguinte, que a relação preferencial que as configurações de que agora nos ocupamos estabelecem entre si, quando dispostas em ordenação linear, seja a de sobreposição, em detrimento da de sucessividade:

(21) A Maria tem telefonado às amigas, tem escrito o seu novo romance, tem ido às compras e tem fumado imenso.

Ignorando, por agora, os seus usos menos frequentes ou mais "cristalizados"[122], é possível concluir que, em termos gerais, o Pretérito Perfeito Composto se comporta como um "estativizador", na medida em que se revela capaz de converter as predicações eventivas com que surge em estados habituais, ou, pelo menos, de forçar a sua iteração até uma leitura frequentativa, mantendo, no entanto, praticamente inalterado o "perfil" básico dos estativos com que se combina.

[122] Referimo-nos, particularmente, a certas frases feitas do género de "Tenho dito!" (que, no entanto, podem ser facilmente assimiláveis à construção *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, analisada em 3.3.), ou a alguns usos de carácter "modal" muito restritos deste tempo gramatical como em "Se eu não tenho saído a tempo de casa, ...".

Em suma, consideramos que a discussão que empreendemos ao longo da presente subsecção terá sido suficientemente esclarecedora no que concerne à fundamentação da ideia de que tempos gramaticais como o Presente do Indicativo, o Pretérito Imperfeito do Indicativo ou o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo desempenham um papel de inegável importância em termos aspectuais, na medida em que se comportam como potenciais "estativizadores". Com efeito, parecem alterar substancialmente a estrutura temporal interna das predicações eventivas com que se combinam, conferindo-lhes, ou uma interpretação habitual, ou uma leitura de cariz semi-progressivo que, como tivemos oportunidade de justificar detalhadamente no capítulo anterior, comportam "marcas" inequívocas de estatividade. Em combinação com estados, pelo contrário, e como seria de prever, os tempos gramaticais em causa limitam-se a fornecer indicações de índole estritamente temporal.

4.1.2. Tempos Gramaticais Relativamente "Neutros" Quanto à Estatividade

Nem todos os tempos gramaticais alteram substancialmente o "perfil" categorial das predicações com que interagem, limitando-se, unicamente, a fornecer indicações de natureza temporal ou a impor certas restrições aspectuais que, no entanto, não revelam a capacidade de "descaracterizar" a estrutura "fásica" interna das classes envolvidas. É o caso, por exemplo, do Pretérito Perfeito, cuja contribuição, em termos aspectuais, pode ser encarada apenas como a adição de um "terminus" a uma eventualidade que decorre no passado, tal como teremos oportunidade de esclarecer em seguida.

Designaremos tais elementos como relativamente "neutros" em termos aspectuais. Gostaríamos, contudo, de deixar bem claro que um tempo gramatical será considerado relativamente "neutro" em termos aspectuais, não tanto pelo facto de o seu significado estar de todo isento de informação extra-temporal, mas antes por não reunir o conjunto das condições necessárias e suficientes para alterar categorialmente a eventualidade de base com que se combina.

Dado não existirem modificações muito significativas no que se refere à categoria básica das predicações, é de prever que os tempos gramaticais relativamente "neutros" em termos aspectuais preservem (pelo menos algumas das) propriedades fundamentais que caracterizam cada tipo de situação, sendo possível, por conseguinte, surpreender,

ainda que de um modo algo parcial, especificidades do seu comportamento linguístico. Isto significa, em última instância, que as mais importantes divergências entre estados e eventos se manifestam explicitamente nos contextos sob análise, já que os referidos tempos gramaticais intervêm num número bastante expressivo de testes que permitem diferenciar as duas classes fundamentais. Procuraremos, em seguida, ilustrar, com o recurso a casos concretos, o funcionamento deste género de estruturas.

4.1.2.1. O Pretérito Perfeito Simples do Indicativo

O Pretérito Perfeito do Indicativo é um tempo gramatical que localiza situações "terminadas" num intervalo anterior ao momento da enunciação. Isto significa que, em nenhum caso, a eventualidade envolvida se poderá prolongar até ao presente, estando assim, pelo contrário, confinada a um período de tempo cuja fronteira final antecede obrigatoriamente o instante da enunciação.

Como veremos, o Pretérito Perfeito revela-se relativamente "neutro" em termos de categorização aspectual, ou seja, mantém praticamente inalterado o "perfil" temporal interno básico das predicações com que se combina, imprimindo-lhes simplesmente um "terminus" explícito, que não reveste, no entanto, de modo obrigatório, a forma de um ponto de culminação.[123]

Poderemos afirmar, por conseguinte, que o Pretérito Perfeito do Indicativo é um tempo do passado claramente "terminativo", embora esteja longe de se constituir como o suporte preferencial para a Perfectividade, concebida enquanto operação aspectual cujo "*output*" se manifesta sob a forma de um estado consequente (cf. a discussão em 3.3.). Os dados que a seguir apresentamos parecem, na realidade, ir ao encontro desta análise, justificando-a plenamente.

O Pretérito Perfeito, em Português, não inclui nas suas propriedades semânticas intrínsecas a ideia de estado consequente nem tão-pouco a de culminação (embora as possa suportar, dependendo da configuração básica das predicações com que co-ocorre). Não surpreende, por isso mesmo, que frases em que o Pretérito Perfeito se conjuga com

[123] Afigura-se-nos crucial distinguir, neste momento, os conceitos de "terminação" e de "culminação". De facto, o Pretérito Perfeito apresenta as situações com que co-ocorre como obrigatoriamente "terminadas", i.e., como decorrendo num intervalo cujo limite final se encontra explicitamente marcado (no caso que aqui nos ocupa num período anterior ao momento da enunciação), independentemente de estarem ou não "culminadas", i.e., "completas", "concluídas".

o Progressivo sejam perfeitamente naturais, significando que o ponto de culminação não chegou a ser alcançado (cf. (22)):

(22) a- A Ana esteve a ganhar a corrida, (foi ultrapassada e *não a ganhou*).
b- O Miguel esteve a ler o livro, (desistiu a meio e *não o leu todo*).
c- O Pedro esteve a concertar as persianas (e *não conseguiu*).

Igualmente sintomáticos da não inclusão de culminações e estados consequentes no significado que caracteriza o Pretérito Perfeito são os exemplos em que este tempo gramatical ocorre com estados "não faseáveis": tendo em conta que a classe aspectual em causa não revela a capacidade de integração na Rede Aspectual, é de prever a sua total incompatibilidade com elementos que incorporem intrinsecamente quaisquer fases do Núcleo de Moens (cf. 3.3.), originando anomalia semântica, o que, no entanto, não sucede com as frases que a seguir apresentamos:

(23) a- O João foi Português (antes de se naturalizar Belga).
b- O meu casaco foi verde (antes de o tingir de roxo).
c- O Pedro teve um B.M.W. (antes de ter o Volvo).

Se nos detivermos, contudo, no comportamento semântico das culminações e dos processos culminados com o Pretérito Perfeito, observaremos que, normalmente, tanto o ponto de culminação quanto o estado consequente parecem estar representados, como os exemplos em (24) parecem demonstrar:

(24) a- O cão roeu o osso (i.e., o osso está roído).
b- O Pedro fez os trabalhos de casa (i.e., os trabalhos de casa estão feitos).
c- O Luís ligou o computador (i.e., o computador esteve/está ligado).
d- O Rui partiu o copo (i.e., o copo está partido).

Relativamente às construções envolvendo o Pretérito Perfeito do Indicativo, como poderemos, então, compatibilizar a obrigatoriedade da presença de um estado resultante com culminações e processos culminados face à sua manifesta ausência no contexto de estados "não faseáveis" e de formas Progressivas?

Uma resposta satisfatória para uma tal questão deverá passar, em nosso entender, pela consideração do tempo gramatical sob análise como sendo relativamente "neutro" em termos aspectuais, i.e., como revelando a capacidade de preservar as propriedades básicas das predicações com que se combina. Nesse sentido, a presença de um ponto culminativo e de um estado consequente no contexto das culminações e dos processos culminados decorreria, naturalmente, da própria estrutura temporal interna característica das referidas eventualidades; do mesmo modo, os estados (sejam ou "não faseáveis") e os processos preservariam o seu "perfil" aspectual de origem, pelo que, nestes casos, o Pretérito Perfeito não estaria em condições de incluir qualquer tipo de estado resultativo – o que, aliás, é confirmado por todos os exemplos disponíveis. Por outras palavras, um ponto de culminação ou um estado resultante só parecem ser admissíveis em conjugação com o Pretérito Perfeito se forem gerados independentemente na constituição aspectual das situações de base.

No sentido de fortalecer uma tal hipótese, voltemos a nossa atenção para outros argumentos que, a par do que acabámos de invocar, favorecem a ideia de que o Pretérito Perfeito é um tempo gramatical relativamente "neutro" no que respeita à categorização aspectual das predicações com que co-ocorre.

O facto de as principais divergências comportamentais características das várias classes de situações estarem quase sempre visíveis nas frases que integram o Pretérito Perfeito do Indicativo é um indicador seguro de que o referido tempo gramatical revela uma certa "neutralidade" em relação à tipologia aspectual. Vejamos concretamente em que se traduzem tais diferenças.

Em primeiro lugar, notemos que a selecção dos adverbiais de medição temporal é condicionada unicamente pela classe de situação básica, não desempenhando o Pretérito Perfeito qualquer influência significativa a este nível. Os exemplos que se seguem demonstram bem este facto:[124]

---

[124] Poderia ser invocado, como contra-argumento, o facto de a generalidade dos "perspectivadores" aspectuais (como, por exemplo, as construções habituais) revelar uma certa "sensibilidade" em relação às categorias de origem das predicações envolvidas, como ilustrado em (i):

(i) a- Todas as manhãs, o João trabalha durante 2 horas/* em 2 horas/* às 9 da manhã.
b- Todos os dias, a Maria faz o almoço em 20 minutos/* durante 20 minutos/? às 11 horas.
c- Todos os dias, o Rui liga a televisão às 8 da manhã/?? durante 2 horas/* em 2 horas.

Contudo, e como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, estes adverbiais encontram-se sob o escopo de um outro, de cariz eminentemente durativo, que se constitui como o verdadeiro avaliador da extensão do estado habitual e que, como seria de prever, se mantém constante, independentemente do tipo de eventualidade com que co-ocorra (cf. (ii)).

(25) a- O João correu durante 20 minutos/* em 20 minutos/* às 10 da manhã.
b- O barco atravessou o lago em 20 minutos/* durante 20 minutos/?? às 10 da manhã.
c- O Pedro chegou às 10 da manhã/?? em 20 minutos/* durante 20 minutos.

Se ignorarmos os efeitos resultantes das transições no interior da Rede Aspectual, com as suas consequentes alterações em termos de significado, podemos afirmar que os exemplos que integram o Pretérito Perfeito preservam o "perfil" temporal interno básico das eventualidades neles representadas, o que se irá reflectir nas suas possibilidades combinatórias com os diversos adverbiais temporais.

Um outro contexto em que o Pretérito Perfeito deixa transparecer as divergências entre estados e eventos é o das orações subordinadas introduzidas por *quando*. De facto, enquanto os estados, neste tipo de configurações, participam numa relação de inclusão com as predicações eventivas representadas na oração principal, ou, em alternativa, dão origem a casos de anomalia semântica (cf. (26)), os eventos remetem para uma leitura preferencial de sucessividade (cf. (27)):

(26) a- Quando a Maria esteve no Porto, visitou a Torre dos Clérigos.
b- Quando o Manuel foi director do departamento, inaugurou a biblioteca.
c- * Quando o João foi alto, jogou basquetebol no clube da escola.

(27) a- Quando o João correu, tropeçou numa pedra e caiu.
b- Quando a Maria comeu a sopa, a mãe deu-lhe um gelado.
c- Quando o Jorge fechou a porta, as luzes acenderam-se.

Também as indicações fornecidas pelas interpretações preferenciais manifestadas nas sequências linearmente ordenadas de frases integrando o Pretérito Perfeito deixam

---

(ii) a- Durante vinte anos, o João trabalhou duas horas todas as manhãs.
b- Durante vinte anos, a Maria fez o almoço em meia hora todos os dias.
c- Durante vinte anos, o Rui ligou a televisão às 8 da manhã.

Quando, por conseguinte, recorremos ao critério da "sensibilidade" das predicações ao tipo de adverbiais temporais com que se combinam para justificar a "neutralidade" aspectual de um qualquer elemento linguístico, referimo-nos, obviamente, a um tipo de "sensibilidade" em sentido estrito, i.e., uma "sensibilidade" que não se reduz à mera possibilidade combinatória, mas que, para além desta, supõe a autonomia - ou, se preferirmos, a não subordinação - do escopo do adverbial em causa.

transparecer, de uma forma bastante evidente, as divergências que separam os estados dos eventos. Assim, enquanto os estativos linearmente ordenados parecem manter entre si uma relação preferencial de sobreposição (cf. (28a)), os eventos desencadeiam quase sempre a sucessividade (cf. (28b)).[125]

(28) a- Ontem, o dia esteve frio, (esteve) húmido e (esteve) desagradável.
b- Ontem, o mar galgou a praia, derrubou as barracas e arrastou as cadeiras das esplanadas.

Uma tentativa de explicação plausível e unificada para divergências tão evidentes terá, em nossa opinião, de passar pela ideia da preservação de (pelo menos uma grande) parte da informação temporal interna que caracteriza as predicações básicas no contexto do Pretérito Perfeito do Indicativo.

Em síntese, se concebermos o Pretérito Perfeito do Indicativo como um tempo do passado relativamente "neutro" no que diz respeito à "conversão" ou à "transformação" aspectual, poderemos encontrar pistas bastante interessantes para a resolução de muitos dos problemas aqui abordados.

Ao encará-lo como um tempo gramatical categorialmente "neutro", capaz apenas de impor uma indicação de terminação às situações que o acompanham, o Pretérito Perfeito preserva a configuração fásica de origem das predicações com que se combina, o que nos permite compreender a presença de um ponto culminativo e de um estado consequente com culminações e processos culminados face à ausência de tais elementos nos outros tipos de eventualidades.

Por outro lado, a relativa "neutralidade" do Pretérito Perfeito possibilita, igualmente, dar conta do comportamento divergente de estados e de eventos no contexto em questão (cf. 3.3.). Em última instância, é o facto de o tempo gramatical sob análise não alterar tipologicamente as situações com que co-ocorre que nos facilita a sua utilização nalguns dos principais "testes" para a detecção da presença de marcas de estatividade.

---

[125] No capítulo 5., trataremos mais pormenorizadamente o estatuto das predicações estativas no contexto de frases linearmente ordenadas no discurso.

4.1.2.2. Tempos do "Sistema do Perfeito"

Os tempos gramaticais que formam o designado "sistema do Perfeito" localizam as eventualidades com que comparecem num intervalo anterior a um determinado Ponto de Perspectiva Temporal que varia consoante as indicações que são fornecidas pelo auxiliar *ter*. Assim, por exemplo, o Pretérito Mais-que-Perfeito, construído a partir do Imperfeito de *ter* em conjugação com o Particípio Passado não flexionado (cf. "tinha saído"), localiza uma situação como anterior a um tempo passado, enquanto o Futuro Perfeito (cf. "terá saído") o faz em relação a um intervalo futuro.[126]

Em conformidade com a extensa argumentação desenvolvida ao longo de 3.3.1 e de 3.3.2., defenderemos que os representantes do "sistema do Perfeito" não se assumem, em Português, como o suporte preferencial para a Perfectividade, na medida em que nem sempre dão conta, de forma obrigatória e inequívoca, de um estado consequente.

Dado que já procedemos, no capítulo anterior, a uma inventariação relativamente pormenorizada das propriedades que individualizam o conjunto de tempos gramaticais que integram o "sistema do Perfeito", limitar-nos-emos, neste momento, a aduzir alguns argumentos em favor da sua "neutralidade" em termos de categorização aspectual.

Observemos, em primeiro lugar, que, tal como acontecia com o Pretérito Perfeito Simples do Indicativo, os principais tempos gramaticais que dão corpo ao denominado "sistema do Perfeito", em línguas como o Português, nem sempre contemplam, de modo obrigatório, um ponto de culminação e um estado resultante na sua significação básica; em particular, comparecem, sem causar quaisquer problemas, com formas progressivas que explicitamente apontam para a "suspensão" do decurso da eventualidade (cf. (29)), bem como com estados "não faseáveis" (cf. (30)):

(29) a- (Antes de desistir), Rosa Mota tinha estado a ganhar a corrida.
b- (Antes de adormecer), o Zé tinha estado a fazer um puzzle (que não chegou a acabar).
c- (Antes de morrer), o João tinha estado a escrever um romance (que não passou das primeiras páginas).

---

[126] Excluímos da presente análise o Pretérito Perfeito Composto, cujas propriedades semânticas divergem substancialmente das dos restantes tempos que compõem o "sistema do Perfeito", como, de resto, tivemos oportunidade de constatar em 4.1.1..

(30) a- (Antes de o tingir de azul), o meu casaco tinha sido verde.
b- (Antes de se naturalizar belga), o João tinha sido Português.
c- (Antes de comprar o Volvo), o Pedro tinha tido um B.M.W..

Quando, no entanto, as predicações básicas incluem, na sua estrutura "fásica" de origem, um ponto culminativo e um estado consequente, como sucede com os processos culminados e com as culminações, os referidos elementos aspectuais parecem manter-se representados na grande maioria das configurações integrando os tempos em questão, geralmente sob a forma de implicaturas (veja-se a discussão em 3.3.2.). Neste sentido, propomos que tal possibilidade remete para a relativa "neutralidade" dos constituintes do "sistema do Perfeito" que, dessa forma, deixam transparecer as diferentes estruturas nucleares das situações com que ocorrem (cf. A. Lopes (1997)).

A estrita "sensibilidade"[127] manifestada pelos tempos gramaticais que integram o "sistema do Perfeito" quanto aos diversos adverbiais temporais parece, igualmente, apontar no sentido da sua relativa "neutralidade" em termos de categorização aspectual. Com efeito, o "perfil" temporal interno básico das predicações parece ser integralmente preservado quando estes adverbiais delimitam os intervalos em que as eventualidades decorrem (cf. (31)):

(31) a- O João tinha corrido durante uma hora/* numa hora/* às dez da manhã.
b- O Rui tinha feito a barba em 5 minutos/* durante 5 minutos/? às cinco em ponto.
c- A Maria tinha partido o copo às 5 da manhã/* durante 10 minutos/?? em 10 minutos.

Por outro lado, constatamos que, no contexto da mera ordenação linear de frases, o comportamento semântico dos estativos e dos eventos parece divergir declaradamente, tornando evidente o efeito das suas principais propriedades aspectuais intrínsecas. Assim, enquanto os estados estabelecem entre si uma relação prioritária de sobreposição (cf. (32a)), os eventos veiculam, preferencialmente, uma leitura em que predomina a sucessividade (cf. (32b)):

[127] Na acepção que a esta expressão foi conferida na nota 91.

(32) a- Naquele tempo, o João tinha sido professor de linguística, tinha vivido em Paris e tinha tido muitos amigos.

b- Naquele tempo, o João tinha fugido de casa, tinha viajado pela Europa e tinha comprado um carro novo.

Observações como aquelas que acabámos de efectuar aqui poderão ser estendidas, de forma natural, a outros tempos que compõem o sistema do Perfeito, nomeadamente no que se refere ao modo Indicativo.[128]

Tomando em linha de conta todos os critérios avançados na presente subsecção e as observações levadas a cabo em 3.3.2., afigura-se-nos lícito defender a ideia de que a maioria dos tempos gramaticais que compõem o "sistema do Perfeito", como o Pretérito Mais-que-Perfeito ou o Futuro Perfeito do Indicativo, manifestam um comportamento relativamente "neutro" no que se refere à "comutação" ou à "transformação" aspectual de situações, na medida em que parecem preservar uma grande parte das características identificadoras das eventualidades básicas a que se aplicam, limitando-se a fornecer indicações de índole estritamente temporal, i.e., de localização relativa de anterioridade face a um dado Ponto de Perspectiva Temporal.

4.1.2.3. A Expressão do Futuro (*Ir* + Infinitivo)[129]

A localização de situações num intervalo posterior ao momento da enunciação é veiculada, em Português Europeu, por meio de diversificadas estruturas gramaticais, destacando-se a construção obtida a partir do Presente do Indicativo do verbo *ir* em conjugação com formas do Infinitivo.

A construção de Futuro *ir* + Infinitivo comporta em si indicações de carácter predominantemente temporal, localizando a eventualidade representada num intervalo posterior ao ponto da enunciação. Em termos aspectuais, esta parece ser uma estrutura relativamente "neutra", já que a constituição temporal interna básica das predicações envolvidas é, em geral, preservada. Vejamos em que medida.

---

[128] Em 4.1.3., discutiremos certas particularidades interessantes do Futuro Perfeito do Conjuntivo que o tornam algo excepcional ao nível do seu impacto em termos aspectuais.

[129] Embora não seja considerada tradicionalmente como um tempo gramatical, decidimos integrar aqui a construção *ir* + Infinitivo por veicular preferencialmente informação temporal de futuro. No Português Europeu contemporâneo, com efeito, o Futuro Simples do Indicativo parece transmitir, em grande medida, indicações de natureza modal, estando a ser preterido, no que se refere à expressão da simples relação temporal de futuro, pela configuração que agora nos propomos analisar.

Tal como sucede com os restantes tempos que considerámos serem relativamente "neutros" em termos aspectuais, a configuração *ir* + Infinitivo não oblitera a relação que se estabelece entre os adverbiais de medição temporal e as situações básicas com que se combinam (cf. (33)):

(33) a- Amanhã, o João vai nadar durante 2 horas/* em 2 horas/? às 2 horas.
b- Amanhã, a Rita vai fazer o almoço em meia hora/?? durante meia hora/? ao meio-dia.
c- Amanhã, o Luís vai ligar o computador às 8 horas/* em 2 horas/* durante 2 horas.

Por outro lado, no contexto da ordenação linear de frases, as relações preferenciais que observamos entre estados (cf. (34a)) e entre eventos (cf. (34b)) – de sobreposição e de sequencialidade, respectivamente – parecem não ser substancialmente alteradas:

(34) a- No próximo ano, o João vai ser professor de linguística, vai morar no Porto e vai ser muito feliz.
b- No próximo ano, o João vai acabar o curso, vai comprar uma casa e vai pedir a Maria em casamento.

Em síntese, diremos que os tempos gramaticais que considerámos relativamente "neutros" em termos de categorização aspectual partilham a característica de preservar grande parte das propriedades de origem das eventualidades com que ocorrem. Tal facto é visível sobretudo na distribuição e nas possibilidades combinatórias dos adverbiais de medição temporal, bem como nas interpretações preferenciais conferidas por estativos e eventos às frases linearmente ordenadas ou às orações temporais com *quando*.

4.1.3. A Estatividade e os Tempos do Conjuntivo

Os diferentes tempos gramaticais que constituem o designado Modo Conjuntivo transmitem, essencialmente, indicações de carácter modal, surgindo, quase sempre, no contexto de orações subordinadas.

No que diz respeito à informação modal que veicula, o Conjuntivo parece ser o suporte preferencial para a expressão da possibilidade (cf. (35)), da dúvida ou da incerteza (cf. (36)), do desejo e da expectativa (cf. (37)) ou da contra-factualidade (cf. (38)), entre outras significações relevantes, como as associadas aos complementos de verbos factivos como *lamentar* ou *surpreender*.[130]

(35) a- É possível que a Maria regresse hoje de Paris.
b- Talvez vá ao cinema.

(36) a- Duvido que chova.
b- Não é certo que a Maria chegue amanhã de Paris.

(37) a- Queria que trouxesses um bolo de chocolate.
b- Espero que não chova amanhã.

(38) a- Se o João tivesse estudado, teria passado no exame.
b- É falso que a Maria tenha estado cá hoje à tarde.

Os tempos gramaticais do Conjuntivo são, em geral, relativamente "neutros" no que respeita às classes aspectuais. Nomeadamente, o Presente do Conjuntivo não impõe, de modo obrigatório, uma leitura habitual às predicações com que co-ocorre, embora possa suportá-la em circunstâncias restritas. Observem-se os seguintes exemplos em que se atesta a referida "neutralidade" através das possibilidades combinatórias com os adverbiais temporais:

(39) a- Surpreende-me que hoje o avião chegue às 2 da madrugada/* em 2 horas/* durante 2 horas.
b- Surpreende-me que a Maria hoje faça o almoço em 5 minutos/* durante 5 minutos/? ao meio-dia.
c- Surpreende-me que o João hoje trabalhe durante 2 horas/* em 2 horas/?? às 8 da manhã.

A observação atenta dos exemplos de (39) revela-nos que os diversos adverbiais de localização e de medição temporal ocorrem de acordo com as diferentes propriedades que identificam a classe aspectual básica das situações envolvidas, tornando clara a

[130] Para um estudo aprofundado destas questões, veja-se Marques (1995).

relativa "neutralidade" em termos de "comutação" aspectual associada ao Presente do Conjuntivo. Na realidade, a presença do localizador *hoje* bloqueia uma leitura habitual eventualmente conferível a estas frases, tornando unicamente viável a sua interpretação "episódica".

Sublinhe-se, para além disso, que, ao contrário do que acontece com o Presente do Conjuntivo, que, em geral, confere às frases em que ocorre uma leitura não marcada de carácter "episódico", o seu correspondente do Indicativo, com eventos, conduz quase sempre a uma interpretação preferencial de habitualidade, como já referimos em 2.2. e em 4.1.1..

Observações semelhantes, no que se refere à "sensibilidade" aos vários adverbiais temporais e à "neutralidade" aspectual que tal comportamento parece indiciar, poderão ser estendidas ao Imperfeito (cf. (40)) e ao Futuro do Conjuntivo (cf. (41)):

(40) a- Se o avião chegasse hoje às 2 da madrugada/* em 2 horas/* durante 2 horas, eu poderia viajar para Paris.

b- Se a Maria fizesse hoje o almoço em 5 minutos/? ao meio-dia/* durante 5 minutos, poderia ir comigo ao cinema.

c- Se o João trabalhasse hoje durante 5 horas/* em 5 horas/* às 8 da manhã, acabaria a sua tese.

(41) a- Se amanhã o avião chegar às 2 da madrugada/* em 2 horas/* durante 2 horas, eu vou ter contigo a Paris.

b- Se amanhã a Maria fizer o almoço em 5 minutos/? ao meio-dia/* durante 5 minutos, vai ao cinema com as amigas.

c- Se amanhã o João trabalhar durante 5 horas/* em 5 horas/* às 8 horas da manhã, vai acabar a sua tese.

Também a consideração dos dados respeitantes às interpretações preferenciais das frases linearmente ordenadas com estados e eventos favorece a ideia da "neutralidade" aspectual dos tempos gramaticais sob análise. Nessa medida, com predicações estativas, estabelece-se, na maior parte das vezes, uma relação de sobreposição (cf. (42a)), ao contrário do que se constata com os eventos, que, em geral, dão lugar a uma leitura de sucessividade (cf. (42b)):

(42) a- Surpreende-me que o Rui seja professor de linguística, (seja) presidente da associação e goste de jogar ténis.

b- Surpreende-me que hoje a Maria saia tão cedo de casa, vá às compras e assista à conferência sem almoçar.[131]

Um outro contexto em que a divergência comportamental entre estados e eventos se manifesta muito claramente com o Presente e o Imperfeito do Conjuntivo parece ser o que diz respeito à leitura durativa do adverbial *há N tempo* (cf. Móia (1998) e a secção 4.2.3. do presente trabalho). Na verdade, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a interpretação preferencial do Presente do Indicativo, subsiste, nestes casos, uma certa assimetria em relação às possibilidades combinatórias ostentadas pelo adverbial sob análise: assim, observamos que somente os estativos (básicos ou derivados) admitem, sem dar origem a problemas, a sua comparência com o valor de medição da duração da eventualidade, emergindo anomalia semântica com outros tipos de situação.

(43) a- Lamento que o João esteja doente há dois dias.

b- Surpreende-me que o Rui seja presidente do clube há três anos.

c- Admira-me que o Zé trabalhe na fábrica há dois anos. (estado habitual)

---

[131] Poderia ser contra-argumentado que, no contexto de configurações habituais, a sucessividade entre eventos também se verifica (cf. (i)):

(i) Todas as manhãs, a Maria sai de casa às 8, toma o pequeno-almoço no café, dá as suas aulas e vai passear para o jardim.

No entanto, a interpretação sucessiva restringe-se aos eventos particulares no interior de cada sequência que, por sua vez, será iterada, como um todo, com o objectivo de dar corpo à construção habitual, i.e., o hábito de sair, enquanto tal, não precede o de tomar o pequeno-almoço etc.; apenas os eventos individuais, ao nível do "*input*" do "perspectivador", desencadeiam uma relação de sucessividade, não podendo esta ser inferida no que diz respeito aos estados habituais por eles constituídos.

Em última instância, as observações que acabámos de efectuar demonstram que a identidade dos eventos, nas configurações habituais, parece ser até certo ponto preservada, o que constitui mais um forte argumento em favor da necessidade de postular uma distinção clara entre "operadores" (que convertem as eventualidades noutras de tipo totalmente distinto) e "perspectivadores" (que apenas submetem as situações com que se combinam ao escopo de um elemento aspectual que, no entanto, não revela a capacidade de alterar por completo a sua natureza básica).

Contudo, os "perspectivadores" diferem dos elementos relativamente "neutros" em termos de categorização tipológica na medida em que as características do componente aspectual com escopo mais alto se sobrepõem às propriedades das situações de origem. Assim, não podemos afirmar que os estados habituais desencadeiam uma leitura preferencial de sucessividade; apenas os eventos, no seu interior, se encontram em condições de o fazer.

(44) a- Se o João estivesse doente há dois dias, não teria ido ontem ao cinema.

b- Se o Rui fosse presidente do clube há três anos (e não apenas há um), já teria tido tempo para resolver os problemas todos.

c- Se o Zé trabalhasse na fábrica há 10 anos, estaria com um esgotamento.[132]

(45) a- Surpreende-me que o João ?? escreva/esteja a escrever a carta há 2 horas.

b- Lamento que o Rui ?? brinque/esteja a brincar há 12 horas.

c- Admira-me que a Ana ?? ligue/esteja a ligar o computador há 10 minutos.

(46) a- Se o João * escrevesse/estivesse a escrever a carta há 2 horas, já estaria muito cansado.

b- Se o Rui * brincasse/estivesse a brincar há 2 horas, a professora já o teria repreendido.

c- Se a Ana * ligasse/estivesse a ligar o computador há 10 minutos, algum amigo já a teria ido ajudar.

Bastante significativos parecem ser os dados de (45) e (46), que nos revelam que as formas Progressivas (i.e., estativas) se compatibilizam perfeitamente com a leitura durativa do adverbial *há N tempo*, ao contrário do que acontece com as formas simples dos verbos eventivos correspondentes. Se admitirmos que o Presente e o Imperfeito do Conjuntivo são, no actual contexto, "neutros" em termos aspectuais, teremos uma pista muito interessante para uma tentativa de resolução do problema que aqui se nos coloca. Deixamos, contudo, a nossa explicação para 4.2., quando aprofundarmos a investigação das propriedades semânticas do adverbial em questão.

Os vários tempos gramaticais que integram o designado Perfeito do Conjuntivo são obtidos, à semelhança dos seus congéneres do Indicativo, a partir da conjugação de formas do verbo *ter* com o Particípio Passado não flexionado. Tais tempos revelam-se, em geral, relativamente "neutros" em termos de "transformação" aspectual. No entanto, o Futuro Perfeito do Conjuntivo ostenta um comportamento linguístico que se distingue dos outros representantes do sistema, parecendo remeter para uma leitura Perfectiva, i.e., constituindo-se como suporte de um estado consequente. Observemos, pois, quais os argumentos que nos levam a considerar válida a hipótese sob análise.

---

[132] Ignoramos, por agora, as interpretações localizadoras desencadeadas pelo adverbial *há N tempo*, que serão retomadas em 4.2..

Em primeiro lugar, é interessante verificar que o Futuro Perfeito do Conjuntivo equivale, no que se refere ao seu valor semântico, à construção Perfectiva com ter + OD + Particípio Passado flexionado, analisada em 3.3.. Assim, frases como as presentes em (47) servirão de paráfrase, sem manifestar grandes divergências ao nível da significação final, às de (48):

(47) a- Quando o João tiver escrito a tese, vai viajar ao Brasil.
b- Quando o Guilherme tiver comido a sopa, pode ir brincar.
c- Quando o Luís tiver ligado o computador, começa a trabalhar.

(48) a- Quando o João tiver a tese escrita, vai viajar ao Brasil.
b- Quando o Guilherme tiver a sopa comida, pode ir brincar.
c- Quando o Luís tiver o computador ligado, começa a trabalhar.

Não é de surpreender, por conseguinte, que, tal como acontece com a construção Perfectiva do Português, o Futuro Perfeito do Conjuntivo ocasione anomalia semântica com os estativos e, embora em menor grau, também com processos, facto que contrasta, de modo evidente, com o que se passa em relação a outros tempos gramaticais, como o Mais-que-Perfeito do Conjuntivo, que não manifestam este tipo de restrição:[133]

(49) a- * Quando o meu casaco tiver sido verde, vou tingi-lo de azul.
b- * Quando o João tiver vivido em Paris, vai mudar-se para a Austrália.
c- * Quando a Maria tiver estado doente, vai regressar a Portugal.
d- ?? Quando o Pedro tiver trabalhado, telefona-te.

(50) a- Se o meu casaco tivesse sido verde, eu não o teria mandado tingir.
b- Se o João tivesse vivido em Paris, teria conhecido a Ana.
c- Se a Maria tivesse estado doente, não teria vindo trabalhar ontem.
d- Se o Pedro tivesse trabalhado, teria a tese concluída.

---

[133] Tendo em conta que o Progressivo é um operador aspectual cujo "*output*" manifesta marcas inequívocas de estatividade (cf. 3.2.1.), será de prever que o Futuro Perfeito do Conjuntivo não se possa compatibilizar com tal operador (cf. (i)), contrariamente ao que sucede com outros tempos compostos do Conjuntivo, como ilustrado em (ii).

(i) * Quando o João tiver estado a ler o livro, a Maria vai abrir a porta.
(ii) Se o João tivesse estado a ler o livro, sem dúvida perceberia mais do assunto.

Por outro lado, o Futuro Perfeito do Conjuntivo, à semelhança das construções Perfectivas, não admite o "cancelamento" do estado consequente, ao contrário do que se verifica em relação a outros tempos gramaticais que compõem o "sistema" do Perfeito. Os dados referentes à possibilidade de ocorrência de formas Progressivas nos contextos em causa parecem-nos bastante significativos a este respeito. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(51) a- * Quando o Pedro tiver estado a comer a sopa, terá direito à sobremesa.
b- * Quando o Luís tiver estado a escrever a tese, irá a um congresso.

(52) a- Se o Pedro tivesse estado a comer a sopa, teria direito à sobremesa.
b- Se o Luís tivesse estado a escrever a tese, iria a um congresso.

A total equivalência semântica com a construção Perfectiva *ter* + OD + Particípio Passado flexionado, a incompatibilidade manifestada em relação a estados e processos e a absoluta impossibilidade de cancelamento dos estados resultativos associados sugerem que o Futuro Perfeito do Conjuntivo (pelo menos no que respeita ao contexto de orações temporais introduzidas por *quando*), ao contrário dos restantes tempos do Perfeito aqui analisados, suporta, na realidade, um estado consequente, devendo, por conseguinte, ser considerado uma forma Perfectiva de pleno direito.

Tendo em vista os resultados obtidos a partir da breve discussão que acabámos de realizar, afigura-se-nos lícito concluir que a grande maioria dos tempos do Conjuntivo se comporta de forma relativamente "neutra" no que se refere à categorização aspectual, veiculando essencialmente informação de índole modal.[134] Exceptua-se, porém, o

---

[134] O comportamento semântico do Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo parece-nos bastante curioso, pelo que merece aqui uma referência especial. Ao contrário do que acontece com o seu correspondente do Indicativo, este tempo gramatical não veicula "extensibilidade" até ao momento presente (com estados) nem iteratividade (com eventos), o que nos poderia levar a colocar a hipótese de que nos encontramos perante um elemento portador de Perfectividade. No entanto, a sua compatibilidade com todas as classes aspectuais de predicações (e particularmente com estados "não faseáveis"; cf. (i)), bem como a facilidade com que suporta o Progressivo (cf. (ii)) desaconselham o tratamento proposto:

(i) a- Não acredito que estes cortinados alguma vez tenham sido brancos!!
b- Não me surpreende que a Rita tenha sido holandesa, já que viveu 9 anos em Amesterdão.
(ii) a- Espanta-me que o Pedro tenha estado a fazer os trabalhos de casa.
b- Não acredito que a Lígia tenha estado a limpar a casa.

Talvez uma análise eminentemente modo-temporal seja a mais correcta para dar conta do comportamento semântico do Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo que, nesse caso, teria como principal função a de localizar uma eventualidade num intervalo anterior ao tempo de avaliação.

Futuro Perfeito do Conjuntivo que, segundo parece, se constitui como suporte para um estado resultativo, aproximando-se, assim, das construções estritamente Perfectivas.

CONCLUSÕES

- Tempos gramaticais como o Presente do Indicativo, o Imperfeito do Indicativo e o denominado Pretérito Perfeito Composto do Indicativo, nas suas interpretações básicas ou preferenciais, funcionam como verdadeiros "estativizadores", conferindo leituras habituais ou semi-progressivas às predicações com que se combinam.
- Tempos gramaticais como os que compõem o "sistema" do Perfeito e o Pretérito Perfeito do Indicativo manifestam um comportamento linguístico que poderá ser considerado relativamente "neutro" no que diz respeito à comutação ou à recategorização aspectual, na medida em que mantêm inalterada uma grande parte das propriedades definitórias das situações de origem com que se combinam. Nestes casos, as divergências fundamentais que surpreendemos entre estados e eventos (e, naturalmente, entre todas as eventualidades em geral) parecem ser globalmente preservadas.
- Os tempos que integram o Modo Conjuntivo revelam-se, tipicamente, "neutros" em termos de transformação aspectual, preservando, dessa forma, as características fundamentais que identificam o "perfil" temporal interno básico das predicações com que co-ocorrem. Exceptua-se, porém, o Futuro Perfeito do Conjuntivo que, pelo menos em certos contextos particulares, se constitui como o suporte preferencial para a expressão de um estado de tipo resultativo, convertendo-se, assim, numa construção inequivocamente perfectiva.

4.2. OS ESTADOS E OS ADVERBIAIS TEMPORAIS

Como observámos no capítulo 1, os adverbiais temporais desempenham um papel fundamental no que diz respeito à identificação das diferentes classes aspectuais de predicações, sendo, por conseguinte, um dos critérios distintivos a que temos recorrido com maior frequência ao longo do presente trabalho.

O propósito central que norteia a presente secção será o de fornecer uma análise, ainda que muito breve, das interacções que se estabelecem entre predicações estativas e os diversos tipos de adverbiais temporais. Não será, pois, nossa intenção discutir aqui as relações que estes estabelecem com as restantes classes aspectuais de eventualidades, na medida em que uma tal temática já foi explorada em 1.2..

Como teremos oportunidade de verificar ao longo das próximas páginas, os vários adverbiais temporais desempenham um papel crucial no que respeita à identificação (e, por vezes, mesmo à obtenção) de situações de cariz estativo, participando em alguns dos "testes" mais relevantes que propusemos para o reconhecimento da presença dos traços inerentes a uma tal categoria aspectual.

Advertimos desde já, no entanto, que não é, de modo algum, nossa intenção proceder a uma investigação exaustiva das características dos elementos em questão; limitar-nos-emos, pelo contrário, à avaliação do seu impacto no que toca à estatividade das predicações que integram. Para um tratamento bem mais aprofundado e completo do complexo comportamento linguístico destas estruturas, considerem-se, entre outros, Kamp e Reyle (1993), 5.5, Garrido (1996), Viegas (1996), Matos (1998), (1999) e Móia (1998) e (1999). Dado que não nos cabe aqui discutir as vantagens e inconvenientes das referidas propostas, procuraremos, sempre que possível, manter uma certa neutralidade em relação a cada uma delas.

Conferiremos especial atenção à estrutura *há N tempo*, tendo em conta que as suas possibilidades interpretativas parecem ser fortemente condicionadas pelo cariz estativo das predicações com que se combina, facto que se nos afigura de especial interesse para o nosso trabalho.

4.2.1. Adverbiais de Medição e de Localização Temporal

Em abstracto, será possível supor que os adverbiais de medição temporal ocorrem, sem problemas, com as predicações estativas. No entanto, como veremos mais à frente, existem restrições importantes (cf. os adverbiais que identificam um intervalo com o todo de uma situação terminada do tipo de *em N tempo*). Por outro lado, os adverbiais de localização interagem com os estados de formas muito diversificadas, estando o seu comportamento em grande medida condicionado pelas propriedades que caracterizam as diferentes subclasses que compõem a referida categoria.

Como já referimos anteriormente, as possibilidades combinatórias manifestadas pelas diversas classes aspectuais relativamente aos adverbiais de medição temporal são tomadas, por um número muito significativo de autores, como critérios fundamentais no que diz respeito à caracterização da sua estrutura temporal interna.

Assim, verificamos que as eventualidades de cariz estativo, tal como os processos, se revelam perfeitamente compatíveis com os adverbiais durativos, contrastando, nesta matéria, com as predicações de tipo télico. Na realidade, os estados comparecem, de uma forma inteiramente natural, em conjugação com adverbiais de simples duração (cf. (53)) ou com adverbiais que combinam a informação de duração com a de localização das situações com que ocorrem (cf. (54)):

(53) a- O João esteve doente durante uma semana.
b- A Maria viveu em Paris durante cinco anos.
c- As cortinas foram brancas durante cinco anos, até eu as tingir de verde.

(54) a- O João esteve doente de/desde segunda-feira até sábado.
b- A Maria viveu em Paris de 1984 até 1999.
c- O Rui foi professor de inglês desde 1963 até 2001, quando se reformou.

No contexto dos adverbiais que identificam o intervalo descrito com a duração da totalidade de determinada situação (como é o caso, por exemplo, de *em N tempo*), pelo contrário, os estativos, em consonância com o que sucede com os processos, ocasionam anomalia semântica, divergindo, mais uma vez, das predicações télicas, que aceitam a presença deste tipo de estruturas sem levantar quaisquer problemas.

(55) a- * O João esteve doente em cinco dias.

b- * A Maria viveu em Paris em vinte anos.

c- * As cortinas foram brancas em cinco anos.

Os adverbiais pontuais estabelecem com as predicações estativas uma relação que manifesta um grau de complexidade um pouco maior: de facto, em conformidade com o que verificámos no capítulo 2, somente os estados de "estádio" parecem poder interagir com este género de configurações, dando origem a uma leitura de inclusão do tempo do adverbial no da eventualidade descrita; os estados de indivíduo, pelo contrário, rejeitam, quase sempre, a sua presença. A confirmar tal hipótese, observe-se o contraste entre os seguintes exemplos ilustrativos:[135]

(56) a- O João esteve em casa da avó às duas da tarde.

b- A Rita teve febre às duas da manhã.

c- O Luís quis um bolo de chocolate às duas da manhã.

(57) a- * O João foi alto às duas da tarde.

b- * As cortinas da sala foram brancas às cinco da manhã.

c- * A Maria viveu em Paris às cinco da tarde.

Voltemos, agora, a nossa atenção para o tipo de interacção que se verifica quando os estativos se combinam com adverbiais de mera localização temporal.

Importa sublinhar, em primeiro lugar, que, comparativamente ao que sucede com a grande maioria dos adverbiais de medição temporal, os adverbiais que expressam a simples localização, tendo como função central a de situar as eventualidades a que se associam no eixo temporal, não vão impor tão evidentes restrições em termos aspectuais às predicações com que co-ocorrem, o que não significa, como veremos mais à frente, que não desempenhem um importante papel a esse nível.

No contexto de situações de natureza estativa, os adverbiais de mera localização temporal desencadeiam, tipicamente, uma relação de sobreposição que exibe extrema flexibilidade. Com efeito, frases como as presentes em (58) suportam, sem dificuldades,

---

[135] Não nos cabe aqui discutir o estatuto dos adverbiais pontuais em termos classificatórios. Notemos, apenas, que tais estruturas veiculam, não só informação relativa à localização, mas também à medição temporal, na medida em que remetem para um "momento" ou "instante" (por oposição a um intervalo).

tanto uma interpretação em que o tempo ocupado pelo estado está contido no intervalo de localização, quanto uma leitura de tipo inverso (i.e., em que o tempo do estativo engloba o da localização), permitindo, igualmente, a sobreposição, total ou parcial, entre ambos os intervalos referidos (cf. Kamp e Reyle (1993)).

(58) a- O João esteve em casa da avó no domingo.
b- A Rita morou na Holanda em 1999.
c- O meu cão esteve doente na semana passada.[136]

Apesar de uma certa "vaguidade" em termos interpretativos, os adverbiais de que nos estamos a ocupar mostram-se de fundamental importância no que respeita à questão da estatividade, na medida em que, como já referimos no capítulo 2, apenas os estados de "estádio" se combinam livremente com as construções em causa, divergindo, assim, dos estados de indivíduo que, pelo contrário, impõem fortes restrições combinatórias à comparência desta classe de adverbiais. Os exemplos que se seguem deixam bem claro o contraste que acabámos de enunciar:

(59) a- O João esteve em casa da avó no domingo.
b- A Maria teve 40 graus de febre na semana passada.
c- O mar esteve bravo na sexta-feira.
(60) a- * O João foi alto no domingo.
b- * A Maria soube francês na semana passada.
c- * O mar foi azul na sexta-feira.

Os dados avançados sugerem-nos, por conseguinte, que os padrões de ocorrência associados aos adverbiais de localização temporal nos permitem distinguir entre estados de indivíduo e de "estádio", constituindo um "teste" fundamental para a detecção destas duas subcategorias aspectuais.

---

[136] Este comportamento contrasta com o dos eventos que, em geral, se encontram obrigatoriamente incluídos no tempo da localização, como os exemplos de (i) indiciam:

(i) a- O João escreveu a carta no domingo.
b- A Maria trabalhou no sábado.
c- O meu cão morreu em 1999.

4.2.2. Adverbiais de Frequência e de Quantificação sobre Eventos

Na esmagadora maioria das suas ocorrências, os adverbiais frequentativos e de habitualidade estão na origem de predicações de carácter estativo, na medida em que intervêm activamente na obtenção de uma "perspectivação" aspectual de habitualidade, tal como a descrevemos em 3.4..

Na presente subsecção limitar-nos-emos, por conseguinte, a assinalar o tipo de restrições que estes adverbiais manifestam com as diferentes subclasses de estativos e a analisar, de forma muito sucinta, as comutações possíveis, por eles propiciadas, com vista à obtenção de estados, já que foram discutidas com maior profundidade em 3.4..

Em termos muito gerais, diremos que os adverbiais sob análise se mostram de todo incompatíveis com os estados de indivíduo "não faseáveis", o que parece ser inteiramente confirmado pela anomalia semântica patenteada pelos exemplos seguintes:

(61) a- * O João é habitualmente/frequentemente alto.
b- * Este casaco é habitualmente/frequentemente verde.
c- * A Maria sabe francês habitualmente/frequentemente.

Na esteira das hipóteses que colocámos anteriormente, começaremos por assumir que a compatibilidade com adverbiais de frequência e de habitualidade se constitui como critério para a distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis". No entanto, e como já fizemos notar, é possível que, para um número significativo de falantes, os referidos adverbiais participem igualmente na diferenciação entre estados de "estádio" e de indivíduo, sobretudo se se encararem aceitáveis frases como as presentes em (62a,b). Nesse sentido, julgamos mais prudente considerar a incompatibilidade com adverbiais de habitualidade como uma propriedade característica das eventualidades estativas que simultaneamente ostentam o comportamento linguístico de predicados de indivíduo e de situações com o traço [-faseável] (cf. (62c,d)).

(62) a- (?/??) A Maria tem 40 graus de febre habitualmente/frequentemente.

b- (?/??) O Zé quer um bolo de chocolate habitualmente/frequentemente.[137]

c- * O João é alto habitualmente/frequentemente.

d- * A minha casa é grande habitualmente/frequentemente.

Existem, por outro lado, determinados adverbiais que simplesmente quantificam sobre as eventualidades com que ocorrem, sem, no entanto, manifestarem qualquer tipo de evidência relativamente à alteração do "perfil" temporal interno que as caracteriza. É o que sucede, por exemplo, com expressões do género de "N vezes".

No capítulo 1, constatámos que, em condições normais, as expressões em causa se compatibilizam preferencialmente com predicações de natureza télica, dando origem a anomalia semântica no contexto de estados e processos. Comparem-se, a este respeito, as divergências, ao nível dos juízos de gramaticalidade, patenteadas nas frases em (63) e (64):

(63) a- O João leu este livro três vezes. (processo culminado)

b- O Pedro tocou a sonata três vezes. (processo culminado)

c- O ladrão fugiu da cadeia três vezes. (culminação)

d- O meu cão partiu a perna três vezes. (culminação)

(64) a- # A Ana nadou três vezes. (processo)

b- # O Pedro trabalhou três vezes. (processo)

c- # A Maria foi simpática três vezes. (estado [+faseável])

d- * O Rui foi alto três vezes. (estado [-faseável])[138]

---

[137] Note-se que a comparência, em frases como estas, de adverbiais frequentativos, como é, por exemplo, o caso de *frequentemente*, parece ser, para alguns falantes, bastante mais aceitável do que a de expressões que remetem inequivocamente para a habitualidade. Isto pode significar que a quantificação desencadeada pelos primeiros é menos restritiva do que a associada aos segundos. Por outras palavras, os adverbiais frequentativos admitiriam tanto estados de tipo [+faseável] quanto de índole [-faseável] no seu escopo, ao passo que os habituais apenas se combinariam com eventualidades "não faseáveis", independentemente de se tratarem de predicados de indivíduo ou de "estádio".

[138] Tendo em conta que o Pretérito Perfeito, em exemplos como os de (64a,b,c), impõe um "terminus" às situações representadas, parece aceitável uma leitura em que a quantificação é possível, desde que se considerem as predicações envolvidas como perfeitamente delimitadas e, nessa medida, perspectivadas não como eventualidades de carácter "massivo" mas "contável". O mesmo não acontece com (64d), em que a referida operação não é de todo admissível, dado estarmos perante um estado de indivíduo "não faseável".

Contudo, nos contextos apropriados, os adverbiais de mera quantificação sobre situações manifestam a capacidade de ser "licenciados" mesmo em conjugação com os estados de "estádio". Nesse sentido, a sua presença poderá ser invocada como critério distintivo no que respeita à oposição entre estados de "estádio" e de indivíduo, como os exemplos seguintes nos sugerem.

(65) a- Ontem, o João esteve em casa da avó três vezes.
b- O ano passado, o Miguel esteve preso três vezes.
c- No Inverno passado, a Maria teve febre três vezes.

(66) a- * O ano passado, o João foi alto três vezes.
b- * Ontem, os cortinados foram brancos três vezes.
c- * No Inverno passado, a Maria teve olhos azuis três vezes.

Esta brevíssima análise está longe de fazer justiça à extrema complexidade que a interacção que se estabelece entre os adverbiais de quantificação temporal e as diversas categorias aspectuais acarreta. Contudo, dado que, em grande medida, estas questões já foram abordadas nos capítulos 1 e 3, procurámos aqui unicamente deixar bem claro que tais estruturas desempenham um papel crucial ao nível da detecção e da caracterização da estatividade. Temos, no entanto, plena consciência de que será imprescindível uma investigação muito mais completa e aprofundada do que aquela que empreendemos na presente subsecção no sentido de esclarecer todos os problemas que as configurações de que nos temos vindo a ocupar colocam.

4.2.3. A Construção "*Há* N Tempo"

Até ao momento, temos constatado que se estabelece uma relação indissociável entre adverbiais temporais e predicações estativas. Uma das construções que, em nosso entender, melhor espelham este tipo de interacção é, sem dúvida, a forma "*há* N tempo". O objectivo central da presente subsecção será, pois, o de demonstrar em que medida a estatividade exerce uma influência decisiva no que respeita à interpretação da estrutura em questão. Em particular, procuraremos provar que a referida propriedade semântica se revela fundamental, naturalmente em conjugação com outros factores a que iremos

dar a devida atenção mais adiante, para o licenciamento da leitura de cariz durativo associada a esta expressão adverbial.

Antes de prosseguirmos com a nossa análise, importa referir que a configuração "*há* N tempo" pode receber, em Português, duas interpretações bem diferentes: uma de natureza predominantemente durativa, em que a expressão adverbial "mede" o intervalo ocupado pela eventualidade descrita (cf. (67)) e outra de carácter localizador, em que a situação relevante apenas é posicionada no eixo temporal (cf. (68)):

(67) a- A Rita vive na Holanda há três anos.
b- Jorge Sampaio é Presidente da República há seis anos.
c- Quando foi despedido, o Ricardo trabalhava na fábrica há vinte anos.

(68) a- O meu gato nasceu há sete anos.
b- A Rita foi à Holanda há três anos.
c- O novo centro comercial abriu há duas semanas.

No sentido de dar conta, de um modo adequado, de tão significativas divergências em termos interpretativos, Móia (1998) avança com uma explicação, que procuraremos resumir em seguida, baseada na relação entre o adverbial e as propriedades temporais da predicação em que este se encontra inserido.

Segundo Móia (1998), a interpretação durativa da expressão "*há* N tempo" requer, obrigatoriamente, uma relação de sobreposição com o Ponto de Perspectiva Temporal, ou seja, impõe a presença de tempos gramaticais que induzam uma localização relativa de sobreposição, na terminologia de Peres (1993). Estão aptas a integrar este tipo de estruturas, por conseguinte, formas verbais como o Presente, o Imperfeito ou o Futuro do Indicativo, bem como, possivelmente, o Pretérito Perfeito Composto (cf. (69)):

(69) a- A Maria está fechada no quarto há duas horas.
b- O Rui dormia/estava a dormir há duas horas, quando o pai chegou a casa.
c- Quando a mãe o for buscar, o Zé vai estar em casa da avó há duas horas.

Em todos os contextos em que não se verifica uma relação de sobreposição com o Ponto de Perspectiva Temporal, pelo contrário, a interpretação localizadora parece ser a única opção disponível. É o que sucede, por exemplo, com os diversos tempos verbais

que expressam uma localização relativa de anterioridade, como o Pretérito Perfeito, o Mais-que-Perfeito ou o Futuro Perfeito (cf. (70)):

(70) a- O Zé esteve em casa da avó há duas semanas.
b- Quando o João chegou, a Maria tinha partido há duas semanas.
c- Quando os polícias regressarem, os ladrões terão fugido há duas horas.

Resta-nos sublinhar que, para que a leitura durativa da expressão "*há* N tempo" se torne viável, parece ser imprescindível que o Ponto de Perspectiva Temporal a que o tempo gramatical da predicação se sobrepõe se encontre de alguma forma acessível na frase. Tal pré-requisito não coloca grandes problemas ao Presente do Indicativo, já que, neste caso, o momento da enunciação é, por defeito, o PPT. No entanto, observem-se os seguintes exemplos com o Imperfeito:

(71) a- O João era muito jovem há vinte anos.
b- A Rita vivia na Holanda há dois anos.
c- A minha tese estava em cima da mesa há cinco minutos.

Dado que, nos exemplos apresentados em (71), não se encontra qualquer elemento linguístico capaz de se constituir como Ponto de Perspectiva Temporal passado com que o Imperfeito possa estabelecer uma relação de sobreposição, será a própria expressão com *haver* que terá de desempenhar uma tal função, dando origem, em consequência, a uma interpretação de índole localizadora.

Uma abordagem como aquela que acabámos de intentar prediz que serão possíveis configurações contemplando dois adverbiais com o formato "*há* N tempo", o primeiro com uma função de mera localização, estabelecendo o Ponto de Perspectiva Temporal, e o segundo de cariz eminentemente durativo, medindo a extensão do intervalo ocupado pela eventualidade descrita. Tal previsão parece, de facto, estar atestada em frases como as seguintes:

(72) a- Há três semanas, o Pedro estava na prisão há dois dias.
b- Há 5 anos, quando tudo aconteceu, a lei estava em vigor apenas há quinze dias.

A análise proposta por Móia (1998) pode ser sintetizada da seguinte forma:

- O adverbial "*há* N tempo" recebe uma interpretação (de medição) durativa sse, na frase em que comparece, está presente um tempo gramatical que, de alguma forma, manifesta uma relação de sobreposição com o Ponto de Perspectiva Temporal e também sse este último se encontra explicitamente indicado, ou seja, é, de uma certa maneira, inequivocamente identificável no contexto (extra)-linguístico.

Embora se afigure particularmente interessante, a presente proposta de tratamento para o adverbial "*há* N tempo" não está, contudo, isenta de dificuldades. Iremos, pois, em seguida, apontar algumas das suas limitações mais evidentes, procurando encontrar uma solução satisfatória no sentido de as ultrapassar.

São especialmente problemáticos os casos em que, estando satisfeitos todos os pré-requisitos exigidos por uma leitura durativa, tal como acabámos de os enunciar, nos confrontamos com estruturas que indubitavelmente desencadeiam anomalia semântica. Observe-se, a título exemplificativo, o contraste que se surpreende entre as frases de (73) e de (74):

(73) a- Quando a mãe chegou, o João dormia há duas horas.
b- Quando o telefone tocou, a Maria lia o jornal há cinco minutos.
c- Quando o Jorge saiu de casa, chovia há meia hora.

(74) a- * Quando a mãe chegar, o João vai dormir há duas horas.
b- * Quando o telefone tocar, a Maria vai ler o jornal há cinco minutos.
c- * Quando o Jorge sair de casa, vai chover há meia hora.

Exemplos como os de (74) parecem reunir todas as condições indispensáveis para que a expressão "*há* N tempo" adquira uma interpretação durativa. Com efeito, o Futuro do Indicativo pode, como vimos atrás, estabelecer uma relação de sobreposição com um Ponto de Perspectiva Temporal localizado num intervalo posterior ao da enunciação e, para além disso, a oração introduzida por *quando* fixa explicitamente o PPT requerido. O que explicará, então, a anomalia presente nestas frases?

Em face de frases como estas, torna-se necessário, em nossa opinião, rever parte da proposta anteriormente postulada por forma a acomodar comportamentos linguísticos

tão inesperados. Como veremos, o papel desempenhado pela categorização aspectual (e, particularmente, pela estatividade) terá um lugar central numa explicação satisfatória para os factos com que acabámos de nos confrontar.

Colocamos, por conseguinte, a hipótese de que o carácter estativo das predicações envolvidas se assume como requisito indispensável para o licenciamento de uma leitura durativa da expressão "*há* N tempo", naturalmente em conformidade com as restantes condições avançadas por Móia (1998).

Procuraremos, pois, em seguida, fornecer argumentos que nos permitam justificar fundamentadamente uma tal suposição.

Sublinhemos, em primeiro lugar, que parte significativa dos tempos gramaticais que desencadeiam a leitura durativa do adverbial "*há* N tempo" é portadora de marcas inequívocas de estatividade. Referimo-nos, especificamente, ao Presente do Indicativo e ao Imperfeito que, como procurámos deixar claro em 4.1., perspectivam a generalidade das eventualidades com que se combinam como pertencentes à categoria dos estativos. Nestes casos, previsivelmente, a classe aspectual básica das situações envolvidas não terá qualquer impacto no que respeita à combinação com a expressão "*há* N tempo", na medida em que, em circunstâncias normais, todas as predicações que se encontrem sob o escopo dos tempos em questão são previamente comutadas em estados (cf. (73)).

Existem, contudo, certas estruturas temporais, como é o caso das diversas formas de representação do Futuro ou do Presente do Conjuntivo, que, apesar de incorporarem uma relação de 'localização relativa' de sobreposição, não dão origem a alterações muito significativas ao nível do "perfil" temporal interno das predicações com que ocorrem. Serão elas o alvo preferencial da nossa atenção a partir de agora, já que propiciam as condições necessárias para a avaliação da hipótese que acabámos de formular.

Comparem-se os seguintes exemplos ilustrativos em que (75) integra predicações de natureza estativa, ao passo que (76) incorpora situações de cariz inequivocamente eventivo:

(75) a- Quando a ambulância chegar, o João vai estar em coma há duas horas e já não haverá mais nada a fazer.

b- Quando se candidatar novamente, Jorge Sampaio vai ser presidente há 5 anos e a sua imagem estará bastante desgastada.

c- Quando me telefonares, vou estar no laboratório apenas há uma hora e não terei tido tempo de acabar o trabalho.

(76) a- * Quando a mãe chegar, o Guilherme vai comer a sopa há meia hora.

b- * Quando telefonares, vou ler o artigo há duas horas.

c- * Quando o despertador tocar, o Jorge vai dormir há 8 horas.

Em qualquer dos exemplos apresentados, a configuração *ir* + Infinitivo poderá ser concebida como um tempo gramatical que, em princípio, se revela capaz de comportar a indicação de localização relativa de sobreposição ao Ponto de Perspectiva Temporal (aqui explicitamente representado pela oração introduzida por *quando*). O que explicará, então, as divergências em termos de aceitabilidade entre as frases de (75) e as de (76)?

A única variável que parece reunir as condições para responder satisfatoriamente a esta questão será o contraste entre o carácter estativo inerente às predicações em (75) e a natureza eventiva manifestada pelas de (76). Assim sendo, a interpretação durativa do adverbial "*há* N tempo" acabaria por estar fortemente condicionada pela presença de "marcas" inequívocas de estatividade no seu contexto de ocorrência.

A confirmar tal tomada de posição, observe-se a aceitabilidade das frases de (77), correspondentes às de (76), em que apenas é alterado o "perfil" aspectual das situações relevantes através da introdução do operador de Progressivo.

(77) a- Quando a mãe chegar, o Guilherme vai estar a comer a sopa há meia hora.

b- Quando telefonares, vou estar a ler o artigo há duas horas.

c- Quando o despertador tocar, o Jorge vai estar a dormir há 8 horas.

Dado que a divergência mais relevante entre as frases de (76) e de (77) se prende com o facto de estas últimas imporem um carácter estativo às predicações envolvidas, somos levados a acreditar que tal propriedade irá ter uma responsabilidade directa no que respeita ao licenciamento da leitura durativa da expressão "*há* N tempo".

Em suma, os dados que acabámos de analisar apontam para a ideia de que o factor estatividade assume um papel fundamental ao nível da interpretação do adverbial "*há* N tempo": com efeito, para que este possa receber uma leitura de medição ou de duração,

parece ser essencial que a predicação com que se combina manifeste comportamentos de índole inequivocamente estativa.[139]

Um caso idêntico surge nas configurações que integram o Presente do Conjuntivo. Vejamos em que medida.

Partiremos do princípio de que o Presente do Conjuntivo estabelece uma relação de sobreposição com um Ponto de Perspectiva Temporal que, sob certo ponto de vista, se identifica com o momento da enunciação (que deve ser intensionalmente definido, ou seja, enquadrado num mundo possível que nem sempre corresponde obrigatoriamente ao designado "mundo real"). Tal assunção explicaria a possibilidade da leitura durativa atribuída ao adverbial "*há* N tempo" em frases como as que a seguir apresentamos:

(78) a- Lamento que o João esteja doente há mais de um mês.
b- Surpreende-me que a Rita more na Holanda há dois anos.
c- Admira que o Pedro esteja na presidência do clube há cinco anos.

Como já deixámos claro na secção anterior, o Presente do Conjuntivo não altera, pelo menos de uma forma preferencial, o "perfil" aspectual básico das predicações com que se combina, no sentido de as tornar estativas. Tomando em linha de conta todas as considerações que efectuámos em relação aos tempos que apontam para o Futuro, não surpreende que, também no presente caso, os eventos desencadeiem anomalia semântica no contexto do adverbial "*há* N tempo" (cf. (79)):

(79) a- ?? Lamento que o João leia o jornal há duas horas.
b- ?? Surpreende-me que o Guilherme coma a sopa há meia hora.
c- ?? Admira que o Rui veja televisão há cinco horas.[140]

---

[139] Se a estatividade parece ser uma condição necessária para o licenciamento da interpretação durativa do adverbial "*há* N tempo", ela não se afigura suficiente. Com efeito, estados de indivíduo "não faseáveis" desencadeiam frequentemente anomalia semântica nos contextos em causa, como (i) nos deixa bem claro. Não iremos, no entanto, aprofundar aqui as razões pelas quais tais estruturas se mostram inaceitáveis. Talvez a dificuldade em dividir "porções" temporalmente delimitadas no interior deste tipo de estativos esteja na origem dos problemas de aceitabilidade constatados.

(i) a- * Quando se inscrever na equipa de basquetebol, o João vai ser alto há dois anos.
b- * Quando o mandar tingir, o meu casaco vai ser verde há cinco anos.

[140] Ignoramos, naturalmente, a possibilidade de uma interpretação de tipo semi-progressivo (logo, estativa), semelhante àquela que discutimos para o Imperfeito em 4.1.1., que alguns falantes consultados parecem admitir para frases como estas.

É igualmente de prever que, quando são convertidas em estativos, por meio, por exemplo, da aplicação da operação aspectual associada ao Progressivo, as predicações em questão compareçam, sem levantar obstáculos, em combinação com a expressão "*há* N tempo", na sua interpretação durativa (cf. (80)):

(80) a- Lamento que o João esteja a ler o jornal há duas horas.
b- Surpreende-me que o Guilherme esteja a comer a sopa há meia hora.
c- Admira que o Rui esteja a ver televisão há cinco horas.

Também no que diz respeito ao Presente do Conjuntivo somos levados a acreditar que, em termos gerais, a leitura durativa do adverbial "*há* N tempo" está dependente do carácter estativo manifestado pelas situações com que o tempo gramatical vai interagir.

Encontramo-nos, pois, em posição de avançar com algumas alterações à análise de Móia (1998), no sentido de acomodar os factos que acabámos de discutir. A condição para a interpretação durativa da expressão "*há* N tempo" terá que ser alterada com o objectivo de explicitar claramente o papel central desempenhado pela estatividade.

A definição que propomos é a seguinte:

- O adverbial "*há* N tempo" recebe uma interpretação de medição da duração do intervalo ocupado por uma situação sse:
  1. O tempo gramatical da frase em que ocorre aponta, de alguma forma, para a 'localização relativa' de sobreposição a um determinado Ponto de Perspectiva Temporal;
  2. O referido Ponto de Perspectiva Temporal se encontra explicitamente identificável no contexto (extra)-linguístico da predicação;
  3. A eventualidade em questão ostenta marcas inequívocas de estatividade.

A compatibilidade com a interpretação durativa do adverbial "*há* N tempo" pode, por conseguinte, ser invocada como mais um critério para a detecção de eventualidades de natureza estativa.

CONCLUSÕES

Os adverbiais temporais interagem de uma forma estreita e muito evidente com as predicações estativas, podendo revelar-se de inestimável relevância no que respeita à sua identificação e caracterização. Assim, ao longo da presente subsecção, procurámos avaliar o impacto que tais elementos têm sobre a estatividade, chegando às seguintes conclusões principais:

- O comportamento linguístico patenteado por certos adverbiais temporais poderá ser explorado com vista ao estabelecimento de critérios auxiliares para a identificação de predicações estativas. São especialmente relevantes a este nível os adverbiais de simples duração e a expressão *há N tempo*.
- Tipicamente, os estados mostram-se compatíveis com os adverbiais de simples duração, do género de *durante N tempo*; no entanto, são de todo impossíveis com os adverbiais que identificam um intervalo com o todo de uma situação, como sucede, por exemplo, com a expressão *em N tempo*.
- Confrontámo-nos, por outro lado, com adverbiais temporais cujo padrão de ocorrência se deixa influenciar de modo notório pelo facto de os estados se aplicarem a indivíduos ou a "estádios". Referimo-nos, neste caso, aos adverbiais pontuais, aos adverbiais de mera localização e aos adverbiais de quantificação não habitual ou frequentativa.
- Os estados de "estádio" combinam-se de uma forma muito "flexível" com os adverbiais de mera localização: tanto podem englobar quanto estar incluídos no intervalo representado pelo adverbial, sendo igualmente de realçar a relação de sobreposição total ou parcial entre ambos.
- Certos adverbiais temporais parecem evidenciar alguma sensibilidade no que toca ao grau de faseabilidade associado aos estados: os que exprimem habitualidade serão, provavelmente, os que melhor ilustram este ponto.
- Por fim, a construção *há N tempo* desempenha um papel muito relevante a nível aspectual, já que a possibilidade de receber uma leitura de medição da duração de uma eventualidade se encontra fortemente condicionada pela presença de marcas de estatividade na situação a que se aplica.

4.3. OS ESTADOS E AS ORAÇÕES TEMPORAIS

Não será excessivo afirmar que, no que diz respeito ao comportamento semântico manifestado pelas designadas orações temporais, a estatividade se assume como um dos factores que mais decisivamente influenciam a relação entre a subordinada e a principal. O objectivo da presente secção será o de explicitar em que medida o carácter estativo das predicações envolvidas se revela crucial para uma análise aspectual adequada das estruturas em causa, nomeadamente ao nível do tipo de interacção que as eventualidades representadas estabelecem entre si.

Em termos muito gerais, diremos que a função central de uma oração subordinada temporal é a de localizar, directa ou indirectamente, o intervalo ocupado pela situação veiculada pela oração principal com que se combina, disponibilizando designadamente um Ponto de Referência que lhe seja acessível. Um tal facto conduziu autores que se debruçaram sobre o assunto, como Moens (1987), Declerck (1991), Carecho (1996) e Móia (1999), a considerarem as orações temporais como parte integrante do conjunto dos adverbiais de localização temporal. No entanto, devemos sublinhar que a introdução de uma segunda eventualidade, com o consequente acréscimo de informação de carácter temporal e aspectual que a ela se encontra associada, torna o tratamento das referidas orações bem mais complexo, introduzindo variáveis, como a interacção entre os tempos gramaticais, inteiramente ausentes da investigação requerida pelos adverbiais de mera localização a que aludimos na secção anterior.

As orações subordinadas temporais localizam, pois, a eventualidade representada na oração principal com que ocorrem através de um conjunto de "regras" de ordenação, tipicamente desencadeadas pelas expressões temporais introdutoras da frase, em estreita articulação com o estabelecimento do seu Ponto de Referência e, em circunstâncias apropriadas, do seu Ponto de Perspectiva Temporal (cf. a discussão em Kamp e Reyle (1993), 5.5.).

Tal como sucedeu com outras questões linguísticas abordadas neste capítulo, não será nossa intenção explorar pormenorizadamente a problemática das orações temporais em toda a sua extensão e complexidade.[141]

Ao longo da discussão a que iremos proceder, procuraremos, sempre que possível, evitar tomar partido por qualquer uma das propostas de teorização existentes, salvo no que directamente disser respeito à questão da interacção com a estatividade.

4.3.1. As Orações Temporais com *Quando*

As orações temporais introduzidas por *quando* desempenham, como já referimos em diversas ocasiões, um papel fundamental no que toca ao estabelecimento de "testes" para a identificação de predicações estativas. Procuraremos, pois, ao longo da presente subsecção, explorar os múltiplos contextos em que tais estruturas se mostram cruciais para a avaliação da presença de marcas de estatividade.

Na esteira de propostas como as avançadas por Cunha (1999), (2000), encaramos a conjunção *quando* com valor temporal como um localizador, por assim dizer, "neutro" quanto à imposição de uma determinada ordenação relativa entre as situações com que se combina. Na verdade, a principal função deste elemento parece ser a de "saturar", com a eventualidade que lhe está associada, as possibilidades de localização temporal da situação descrita na oração principal, disponibilizando, para o efeito, o seu Ponto de Referência e, se necessário – mas não forçosamente – também um Ponto de Perspectiva Temporal que lhe seja acessível, como acontece, por exemplo, na interpretação de frases envolvendo tempos gramaticais, como o Mais-que-Perfeito, que requerem um intervalo de "ancoragem" diferente do momento da enunciação.[142]

Por outras palavras, as (situações representadas nas) subordinadas temporais com *quando* determinam a localização das eventualidades incluídas nas orações principais que as acompanham, não através da fixação de uma relação concreta de anterioridade, de sobreposição ou de posterioridade, mas unicamente por meio da mera especificação

---

[141] Para um maior desenvolvimento destas questões, vejam-se os trabalhos de Kamp e Reyle (1993), 5.5.4., Carecho (1996), Declerck (1997), Móia (1999) e Cunha (1999), (2000), entre outros.

[142] Para uma explicação aprofundada dos conceitos de Ponto de Referência (*Reference Point* – RPt) e de Ponto de Perspectiva Temporal (*Temporal Perspective Point* – PPt), bem como do seu funcionamento, veja-se Kamp e Reyle (1993).

do seu Ponto de Referência, o que, de certa forma, aproxima bastante o comportamento das configurações em questão do das frases linearmente organizadas no discurso.

De modo muito geral, parece possível adiantar que, nas orações temporais com *quando* em que ocorrem tempos gramaticais relativamente "neutros" a nível aspectual, nos deparamos, preferencialmente, com uma relação de sucessividade entre as situações de carácter eventivo (em que o evento da subordinada, que se constitui como Ponto de Referência, antecede o da principal; cf. (81)), de sobreposição entre estados (cf. (82)) e de inclusão dos eventos nos estativos (cf. (83)), tal como sucede com a generalidade das frases linearmente ordenadas que teremos oportunidade de analisar no próximo capítulo.

(81) a- Quando o leão rugiu, as gazelas fugiram.
b- Quando as gazelas fugiram, o leão rugiu.
c- Quando a Maria chegou, o Pedro saiu.

(82) a- Quando o Pedro foi presidente, a Maria foi sua secretária.
b- Quando o Miguel morou em Paris, a Ana viveu muito sossegadamente.
c- Quando o Zé esteve doente, a Rita andou cansadíssima.

(83) a- Quando o João esteve doente, a Maria visitou-o (uma vez).
b- Quando esteve na Austrália, a Ana encontrou um canguru.
c- Quando foi primeiro-ministro, Cavaco Silva inaugurou o Centro Cultural de Belém.[143]

Concentraremos, a partir de agora, toda a nossa atenção no objectivo central que norteia a presente subsecção: a investigação mais aprofundada do papel desempenhado pela estatividade nas orações temporais com *quando*.

No capítulo 2, verificámos que as orações temporais introduzidas por *quando* se assumem como um dos critérios primordiais no que diz respeito à detecção da presença de situações estativas. Vejamos em que medida.

No contexto de uma subordinada temporal introduzida por *quando*, os estativos no Pretérito Perfeito parecem manter, em grande medida, as propriedades essenciais que os caracterizam, designadamente a de englobarem ou incluírem os eventos representados

[143] Embora inequivocamente preferenciais, as relações ilustradas estão longe de se tornarem obrigatórias. Com efeito, diversos factores de natureza contextual influenciam e, até certo ponto, condicionam a interpretação a conferir às estruturas em causa. Para uma discussão destes casos, vejam-se, entre outros, Carecho (1996) e Cunha (1999), (2000).

nas orações principais com que ocorrem (cf. (84)). No entanto, com alguma frequência, tais eventualidades desencadeiam também uma notória anomalia semântica no referido âmbito de comparência (cf. (85)). Em qualquer dos casos, porém, o seu comportamento linguístico contrasta inequivocamente com o dos eventos em idênticas circunstâncias, os quais, como já referimos atrás, privilegiam uma relação de sequencialidade entre si.

(84) a- Quando a Maria esteve doente, o João fez-lhe uma visita.
b- Quando morou em Paris, o Pedro conheceu o Mário.
c- Quando foi jogador de basquetebol, o Rui viajou até à Austrália.

(85) a- ?? Quando o Pedro esteve a ler o livro, o telefone tocou.
b- * Quando gostou de linguística, a Maria leu um artigo muito interessante.
c- * Quando foi alto, o Rui inscreveu-se numa equipa de basquetebol.[144]

Nas orações principais associadas a subordinadas introduzidas por *quando*, apenas os estados de carácter [+faseável], no Pretérito Perfeito, são admitidos. Tal facto, conjugado com a interpretação preferencial de sucessividade suscitada pelas referidas configurações, leva-nos a pensar que os estativos, não sujeitos a qualquer tipo de transição aspectual, se encontram excluídos dos contextos em causa.

Observe-se o seguinte contraste:

(86) a- * Quando fez 10 anos, o Miguel foi alto.
b- * Quando o tingi, o meu casaco foi verde.
c- * Quando entrou para a faculdade, a Ana soube francês.

(87) a- Quando a polícia os prendeu, a Maria foi solidária com os colegas.
b- Quando o irritaram, o meu cão foi violento.
c- Quando voltou de Paris, a Ana esteve doente.

Dado que os estados ditos "não faseáveis" se revelam de todo incompatíveis, no Pretérito Perfeito, com a possibilidade de ocorrência em orações principais de temporais

[144] Tal como os exemplos apresentados deixam bem patente, as distinções entre subclasses de estativos propostas ao longo dos capítulos anteriores não parecem desempenhar aqui um papel muito relevante. Com efeito, em orações subordinadas introduzidas por *quando*, estados de "estádio" e de indivíduo, "faseáveis" ou "não faseáveis", tanto podem ocorrer sem quaisquer problemas, como ocasionar anomalia semântica. Factores relacionados com o nosso conhecimento do mundo poderão estar na base de tais divergências.

envolvendo *quando* (veja-se (86)) e que os estados "faseáveis" que nelas comparecem ostentam o comportamento típico dos eventos (i.e., estabelecem, preferencialmente, uma ordenação sequencial com as situações eventivas que surgem na subordinada; veja-se (87)), somos levados a concluir que somente predicações de cariz eventivo (básico ou derivado) manifestam a capacidade de integrar o contexto sob análise. Isto quer dizer, em última instância, que os estados "faseáveis" presentes nestas configurações têm de ser antecipadamente convertidos em processos para que nelas possam vir a tomar parte: estaremos, assim, perante eventos derivados e não face a estados propriamente ditos, tal como o seu desempenho semântico, de resto, nos sugere.

Em suma, diremos que, por princípio, os estados no Pretérito Perfeito parecem ser rejeitados pelas orações principais das construções temporais introduzidas por *quando*.

Por outro lado, a inclusão do Imperfeito nas estruturas que temos vindo a analisar altera, pelo menos em certa medida, as relações observadas. De facto, constatamos que, tendencialmente, o estado que este tempo gramatical traduz (seja lexical, habitual ou de tipo Progressivo; cf. 4.1.1.) inclui o evento (no Pretérito Perfeito) presente na outra oração, independentemente de se tratar da principal ou da subordinada. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(88) a- Quando conheceu o Mário, o Pedro vivia em Paris.
b- Quando se casou com a Maria, o João dava aulas na faculdade.
c- Quando o assaltante fugiu, os polícias jogavam/estavam a jogar cartas.

(89) a- Quando era pequeno, o João partiu uma perna.
b- Quando jogava basquetebol, o Pedro visitou os Estados Unidos.
c- Quando os polícias dormiam/estavam a dormir, o assaltante fugiu.

Verificamos que, nas configurações em que a oração subordinada introduzida por *quando* comparece no Pretérito Perfeito e a principal se combina com o Imperfeito, a primeira integra quase sempre eventos, enquanto a segunda pode suportar praticamente todo o tipo de estativos, sejam eles "faseáveis", "não faseáveis", habituais ou de cariz Progressivo (cf. (88)). Notemos, no entanto, que é possível surpreender estados com o Pretérito Perfeito na subordinada. Nestes casos, parece ser privilegiada uma relação de sobreposição entre os estativos, i.e., entre o da subordinada e o da principal, (seja este básico ou derivado), embora a anomalia semântica se revele, de longe, o resultado mais frequente (cf. (90)):

(90) a. Quando esteve doente, a Maria bebia chá de limão com mel.
b- Quando foi Presidente da República, Mário Soares vivia em Belém.
c- * Quando o meu casaco foi verde, eu vestia-o muitas vezes.
d- * Quando o João soube francês, dava explicações aos colegas.
e- * Quando o Guilherme esteve a comer a sopa, a mãe lia-lhe histórias.

As configurações que integram o Pretérito Perfeito na principal e o Imperfeito na subordinada obedecem, igualmente, ao princípio geral que aponta para a inclusão dos eventos no tempo determinado pelos estativos, sejam estes básicos ou derivados ((89)). É interessante observar que, também no caso em apreço, os estados parecem não revelar a capacidade de integrarem as orações principais com o Pretérito Perfeito. Na realidade, somente estativos de natureza inequivocamente faseável, ostentando um comportamento muito próximo ao dos eventos (i.e., participando numa relação de inclusão no intervalo estabelecido pela situação representada no Imperfeito) reúnem as condições necessárias para surgir no referido contexto. O contraste que surpreendemos entre as frases de (91), contemplando estados "não faseáveis", e as de (92), que incorporam estados "faseáveis" com valor eventivo, suporta a hipótese que acabámos de propor.[145]

(91) a- * Quando eram novos, os cortinados da sala foram brancos.
b- * Quando jogava basquetebol, o João foi alto.
c- * Quando trabalhava na faculdade, o Pedro foi professor de linguística.
(92) a- Quando era pequeno, o João esteve doente com varicela.
b- Quando jogava basquetebol, o João esteve na Austrália.
c- Quando eles mais precisavam, a Maria foi solidária com os colegas.

A instituição de diversas subclasses no interior da categoria dos estativos parece também desempenhar um papel de crucial relevância para casos em que se combinam dois Imperfeitos no contexto de orações introduzidas por *quando*. Na realidade, somente estados "não faseáveis", tanto de indivíduo quanto de "estádio", na oração subordinada

[145] Sublinhemos, mais uma vez, que nos temos vindo a referir apenas a relações de tipo preferencial entre as eventualidades envolvidas, existindo, no entanto, diversos factores, sobretudo de ordem pragmática, que, em circunstâncias favoráveis, revelam a capacidade de as alterar substancialmente (cf. Cunha (1999), (2000) para uma abordagem um pouco mais pormenorizada destes casos).

parecem propiciar uma leitura temporal para estas construções (cf. (93)), estando os estados "faseáveis" e os derivados a partir de eventos reservados para interpretações de natureza quantificacional, parafraseáveis por expressões do género de *sempre que*, ou seja, conduzindo, de uma certa forma, a uma leitura de habitualidade (cf. (94)).

Sublinhe-se que este poderá ser invocado como mais um importante argumento em favor da necessidade da postulação de uma distinção clara entre a "faseabilidade" e a oposição que se estabelece entre predicados de indivíduo e de "estádio". Com efeito, é a "faseabilidade" a única responsável pelas divergências interpretativas aqui exploradas, já que tanto estados "não faseáveis" de indivíduo (cf. (93a,b) quanto de "estádio" (cf. (93c)) dão origem ao mesmo tipo de interpretação basicamente temporal, contrastando assim com os estados derivados e de índole [-faseável], ilustrados em (94), que induzem uma leitura predominantemente quantificacional.

(93) a- Quando era pequena, a Luísa gostava de contos de fadas.
b- Quando era professor, o Pedro trabalhava muitíssimo.
c- Quando tinha 10 anos, o António ia muitas vezes ao cinema.

(94) a- Quando almoçava fora, o Miguel convidava todos os seus amigos.
b- Quando era rigorosa na correcção dos testes, a Ana reprovava os alunos.
c- Quando estava doente, a Maria tomava chá de limão com mel.

Tendo em vista as possibilidades interpretativas manifestadas pelos exemplos que acabámos de fornecer, parece-nos plausível afirmar que, nos casos em que se encontram envolvidos dois Imperfeitos, uma leitura de localização temporal – preferencialmente veiculando sobreposição entre as situações representadas, já que, por princípio, lidamos com predicações estativas – tem lugar apenas quando, na oração subordinada, ocorre um estado básico de tipo "não faseável". Tais restrições não se aplicam, porém, à oração principal, em que a grande maioria dos estativos pode comparecer sem causar quaisquer problemas.

Tomando como ponto de partida a discussão que desenvolvemos até aqui, estamos em condições de concluir que as orações com *quando* fornecem, de uma forma bastante evidente, importantes argumentos em favor, não só da distinção que se estabelece entre estados e eventos, mas também da divisão que propusemos no capítulo 2 entre estativos de cariz [+"faseável"] e [-"faseável"].

4.3.2. As Orações Temporais com *Enquanto*

Tipicamente, as orações temporais introduzidas por *enquanto* estabelecem, com as principais que se lhes associam, uma relação de sobreposição, veiculando, com alguma frequência, a simultaneidade entre as situações envolvidas.

Assumimos, por conseguinte, que a subordinada encabeçada por *enquanto* fornece o Ponto de Referência ao qual forçosamente se encontra sobreposto o intervalo ocupado pela eventualidade representada na oração principal.

A imposição de um vínculo de sobreposição, com uma manifesta preferência pela simultaneidade, a todas as situações que comparecem no contexto de orações temporais desencadeadas por *enquanto* comporta restrições bastante evidentes no que se refere às possibilidades combinatórias dos tempos gramaticais e, até, de categorias aspectuais, como os exemplos que se seguem nos sugerem:

(95) a- * Enquanto o João fechou a porta, a Maria tinha lido o livro.
b- * Enquanto o João chegou, a Maria tinha saído.
c- ?? Enquanto a bomba explodiu, os habitantes atravessaram a ponte.
d- ?? Enquanto partiu o braço, o João ficou no hospital.

Em termos muito gerais, constatamos que, no contexto de orações com *enquanto*, os eventos, quando perspectivados por tempos gramaticais tendencialmente "neutros", favorecem uma leitura em que predomina a sobreposição a nível temporal. No caso de a extensão dos respectivos intervalos se revelar muito distinta, a anomalia semântica é o resultado mais provável, não sendo, contudo, de excluir a relação de inclusão.

(96) a- Enquanto a Maria fez o almoço, a Ana limpou a casa.
b- Enquanto o Zé leu o jornal, a Maria passeou pelo jardim.
c- * Enquanto o Rui abriu a porta, a Maria escreveu a sua tese.
d- ? Enquanto os polícias dormiram, os ladrões fugiram das suas celas.

Entre as predicações de cariz estativo, surpreendemos, igualmente, uma relação obrigatória de sobreposição, com uma forte tendência para o favorecimento da leitura em que se verifica a simultaneidade das situações envolvidas (cf. (97)):

(97) a- Enquanto esteve doente, o João permaneceu no hospital.
b- Enquanto foi deputado, o Rui morou em Lisboa.
c- Enquanto foi jovem, a Maria pesou cerca de 50 kg.

A interacção entre estados e eventos no contexto de orações com *enquanto* levanta dificuldades bastante mais complexas do que aquelas que observámos nas configurações anteriormente examinadas; a tendência geral, contudo, parece ser a da conversão dos eventos em estados habituais, por forma a estruturarem um intervalo co-extenso com o do estativo básico que os acompanha, o que conduz a uma interpretação preferencial de simultaneidade (cf. (98a,b)). A inclusão do tempo do evento no do estado é, no entanto, também uma possibilidade a considerar (cf. (98c)):

(98) a- Enquanto foi jovem, o João jogou futebol (?? uma vez/todos os dias).
b- Enquanto morou no Porto, a Ana fotografou a cidade (?? uma vez/muitas vezes).
c- Enquanto o João esteve doente, a Maria visitou-o uma única vez.

Procuraremos, nos parágrafos seguintes, proceder a uma investigação um pouco mais pormenorizada do comportamento semântico ostentado pelas predicações estativas no âmbito das orações temporais encabeçadas por *enquanto*.

Como os exemplos que acabámos de discutir sugerem, os estativos, no Pretérito Perfeito, presentes na oração subordinada introduzida por *enquanto* dão origem a uma relação de simultaneidade com os estados representados na principal. No caso, porém, de esta enquadrar eventos, são duas as possibilidades disponíveis: ou a situação eventiva é incluída no tempo ocupado pelo estativo, ou é "perspectivada" de modo habitual, por forma a propiciar uma interpretação em que se assume a coincidência entre os intervalos em causa.

Sublinhemos que os estados de indivíduo "não faseáveis", no Pretérito Perfeito, manifestam evidentes reservas quanto à comparência na oração principal de construções envolvendo *enquanto*. De facto, se a subordinada ostentar eventos ou estados de estádio,

a sua ocorrência é praticamente impossível (cf. (99); apenas quando surgem estativos que predicam sobre indivíduos no referido contexto o resultado parece ser aceitável (cf. (100)), evidenciando que a configuração em causa é bastante restritiva no que respeita à selecção aspectual quando a eventualidade da principal é um estado "não faseável":

(99) a- ??/* Enquanto jogou basquetebol, o João foi alto.
b- ??/* Enquanto o usei, o meu casaco foi verde.
c- ??/* Enquanto esteve de férias, o João foi português.

(100) a- Enquanto (foi) jovem, o João foi alto.
b- Enquanto o possuí, o meu casaco foi verde.
c- Enquanto viveu em Portugal, o João foi português.

Tais restrições não se aplicam, todavia, aos outros tipos de estativos que, obtendo uma leitura preferencial de simultaneidade, poderão ocorrer livremente com eventos na oração subordinada.

(101) a- Enquanto os atendeu, a Maria foi simpática com os clientes da loja.
b- Enquanto a professora falou, os alunos estiveram muito atentos.
c- Enquanto as gazelas se aproximaram, os leões estiveram quietos.

Quando é explorado o recurso ao contraste entre Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito nas orações temporais com *enquanto*, somos normalmente confrontados com uma leitura de inclusão do evento ou estado representados pelo Perfeito no intervalo ocupado pelo estativo obtido a partir da aplicação do Imperfeito, seja este básico ou derivado. Tal interpretação parece estar disponível tanto nos casos em que o Imperfeito se encontra na subordinada quanto naqueles em que o referido tempo gramatical surge na principal, como os exemplos seguintes nos confirmam:

(102) a- Enquanto os polícias dormiam/estavam a dormir, os ladrões fugiram.
b- Enquanto escrevia a tese, o Pedro publicou dois artigos nesta revista.
c- Enquanto estava doente, o João recebeu uma visita importante.

(103) a- Enquanto os ladrões fugiram, os polícias dormiam/estavam a dormir.
b- Enquanto o João esteve doente, os seus pais viajavam pela Europa.
c- Enquanto a Maria fez o almoço, os convidados estavam no jardim.

Mais uma vez, as únicas excepções representativas a esta regra geral parecem ser devidas aos estados de indivíduo "não faseáveis" que, tendencialmente, desencadeiam anomalia semântica no contexto sob análise:

(104) a- ?? Enquanto sabia francês, a Lígia deu explicações.

b- * Enquanto era alto, o João jogou basquetebol.

c- * Enquanto eu o usei, o meu casaco era verde.

d- * Enquanto esteve de férias, o João era Português.

Finalmente, o uso de dois Imperfeitos dá lugar, de modo geral, a uma relação de simultaneidade, ou mesmo de total coincidência, entre os intervalos representados na subordinada e na principal (cf. (105)):

(105) a- Enquanto a Maria fazia o almoço, o João lia o jornal.

b- Enquanto o Rui trabalhava na faculdade, a Rita viajava pelo Pacífico.

c- Enquanto era jovem, a Maria gostava de contos de fadas.

Os factos investigados até ao momento permitem-nos concluir que a estatividade não desempenha um papel muito decisivo no que respeita à interpretação das estruturas envolvendo *enquanto*, sobretudo em comparação com o que acontece nas construções com *quando*. De facto, mais do que o contraste entre estados e eventos, é a alternância de tempos gramaticais que parece ser determinante para as configurações de que nos temos vindo a ocupar na presente subsecção.

Não devemos esquecer, no entanto, que o "perfil" aspectual das situações pode também influenciar este tipo de estruturas, nomeadamente no que se refere às restrições que a comparência de estados de indivíduo "não faseáveis" na oração principal impõe às eventualidades que surgem na subordinada.

Em síntese, a situação presente na oração subordinada introduzida por *enquanto* estabelece uma relação obrigatória de sobreposição com a eventualidade da principal, independentemente da classe aspectual que a caracteriza. Quando os tempos gramaticais são idênticos, a coincidência entre os intervalos representados é quase sempre obtida; quando se verifica o contraste entre eles – nomeadamente entre o Pretérito Perfeito e o Imperfeito – uma relação de inclusão será o tipo de configuração mais frequente.

4.3.3. As Orações Temporais com *Antes* e com *Depois*

As subordinadas de cariz temporal introduzidas por *antes* e *depois* determinam, de uma forma directa ou indirecta, a localização respectivamente anterior ou posterior para a situação descrita na oração principal que as acompanha.[146]

Assim sendo, e seguindo a linha de análise proposta para as restantes orações de natureza temporal, assumimos que a subordinada se constitui como Ponto de Referência – e, eventualmente, em circunstâncias particulares, também como Ponto de Perspectiva Temporal[147] – em relação ao qual o estado de coisas representado na oração principal ocupa um intervalo anterior (*antes*) ou posterior (*depois*).

Em termos muito gerais, podemos dizer que uma oração subordinada introduzida por *antes* localiza a situação presente na principal num intervalo que necessariamente antecede o tempo de ocorrência da eventualidade que nela se encontra representada. As orações encabeçadas por *depois* desencadeiam uma relação que, sob um certo ponto de vista, será a simétrica desta, ou seja, localizam a eventualidade actualizada pela principal num intervalo de tempo obrigatoriamente posterior àquele em que decorre a situação da subordinada.

Uma tentativa de abordagem baseada em tais pressupostos teóricos não parece, na verdade, levantar grandes dificuldades quando lidamos com eventos, na medida em que a relação de sucessividade entre as situações envolvidas é, em qualquer dos casos, bem evidente, como nos revelam os exemplos que expomos a seguir:

(106) a- Antes de o João chegar a casa, a Maria fez o almoço.
b- Antes de trabalhar, o João leu o jornal.
c- Antes de atacarem o gnu, as leoas esconderam-se no mato.

---

[146] Não nos cabe aqui discutir as vantagens e inconvenientes das diferentes hipóteses de análise adiantadas para o tratamento das configurações em causa. Nomeadamente, não tomaremos posição em relação às propostas que encaram os elementos *antes* e *depois* como localizadores temporais ou como meras expressões de denotação de intervalos às quais é adicionado um localizador nulo (veja-se, a este respeito, a discussão em Móia (1999)).

[147] Tal como já fizemos notar em relação às orações introduzidas por *quando*, estamos a pensar aqui, em particular, nos diversos tempos gramaticais que seleccionam um intervalo de "ancoragem" diferente do momento da enunciação, como sucede, por exemplo, com o Pretérito Mais-que-Perfeito.

(107) a- Depois de o João chegar a casa, a Maria fez o almoço.

b- Depois de trabalhar, o João foi ao cinema.

c- Depois de atacarem o gnu, as leoas devoraram-no.

No entanto, a interacção das predicações estativas com este tipo de configurações parece colocar alguns problemas inesperados. Atentemos, pois, no que acontece quando os estados comparecem nos contextos sob análise.

Um primeiro exame aos exemplos disponíveis leva-nos a acreditar que, em geral, as orações temporais introduzidas por *antes* e por *depois* parecem manifestar um padrão comportamental bastante homogéneo, numa primeira análise, independente das diversas classes aspectuais das predicações que as integram.

Com efeito, no que toca às estruturas envolvendo *antes*, quando nos deparamos com uma predicação estativa na subordinada e com um evento na principal, este último precede integralmente a referida situação, como as frases apresentadas em (108) nos sugerem:

(108) a- Antes de ser Presidente da República, Jorge Sampaio percorreu o país.

b- Antes de ter um B.M.W., o João comprou um Mini.

c- Antes de estar cansado, o Rui correu 50 km.

O mesmo tipo de relação entre eventualidades, i.e., a sucessividade, encarada no sentido estrito do termo, poderá igualmente ser surpreendido quando estão envolvidos dois estativos (cf. (109)) ou quando um evento ocupa a oração subordinada e um estado a principal (cf. (110)):

(109) a- Antes de ser Presidente da República, Jorge Sampaio foi presidente da Câmara de Lisboa.

b- Antes de viver em França, o Pedro morou na Holanda.

c- Antes de a Ana estar com gripe, o Nuno esteve com varicela.

(110) a- Antes de o tingir de verde, o meu casaco foi azul.

b- Antes de fugir, o ladrão esteve com o chefe da polícia.

c- Antes de a Maria viajar, a Rita esteve em casa da avó.

A presença de um Imperfeito na oração principal não parece, surpreendentemente, alterar, de forma substancial, a interpretação conferida às configurações sob análise, mantendo-se, por conseguinte, a leitura (inteiramente) sucessiva entre as predicações envolvidas.

(111) a- Antes de ser milionário, o João trabalhava nos Correios.
b- Antes de morar em França, o Pedro vivia na Holanda.
c- Antes de fugir, o ladrão estava com o chefe da polícia.
d- Antes de o seu filho nascer, a Maria tinha imenso trabalho.

Praticamente todos os dados que até agora discutimos se revelam perfeitamente compatíveis com a hipótese formulada no início da presente subsecção com vista a uma caracterização das propriedades de localização inerentes às orações temporais iniciadas por *antes*. No entanto, a interpretação das construções integrando *depois* coloca novos problemas a que será indispensável procurar responder satisfatoriamente. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(112) a- Depois de correr, o João sentiu-se cansado.
b- Depois de se naturalizar, o João foi (verdadeiramente) Português.
c- Depois de o Presidente discursar, os seus opositores estiveram reunidos.
(113) a- Depois de ser Presidente da Câmara de Lisboa, Jorge Sampaio foi Presidente da República.
b- Depois de ser Presidente da República, Jorge Sampaio esteve em Paris.
c- Depois de estar no hospital, o João teve 41 graus de febre.

Assim, quando somos confrontados com um evento na oração subordinada e com um estado na principal, a relação de sucessividade global entre as eventualidades parece ser a única hipótese interpretativa disponível, como (112) deixa bem claro. Nos casos, porém, em que interagem dois estativos, a leitura de plena sucessividade, ilustrada em exemplos como (113a), coexiste com uma outra em que ocorre a sobreposição parcial entre as situações envolvidas, sendo o início da principal obrigatoriamente posterior ao da subordinada (cf. (113b,c)).

A questão torna-se ainda mais complexa se tomarmos em linha de conta estruturas em que um estado ocupa a oração subordinada e um evento comparece na principal:

(114) a- Depois de ser presidente, Jorge Sampaio inaugurou este monumento.

b- Depois de a casa estar bem fechada, a Maria partiu para férias.

c- Depois de saber francês, a Lígia deu explicações aos colegas.

Neste contexto, a interpretação preferencial parece ser a de inclusão do evento no intervalo ocupado pelo estativo, não se verificando, na maioria dos casos, a estrita sucessividade entre as eventualidades em causa, característica das orações temporais encabeçadas por *antes*.

Como será possível, então, solucionar uma tal assimetria? Que factores estarão na origem de tão significativas divergências, em termos de comportamento linguístico, que se surpreendem entre as configurações com *antes* e *depois*?

Sem quaisquer pretensões de fornecer uma solução integral e definitiva para tão complexo problema, aventaremos a hipótese de que as disparidades observadas radicam, essencialmente, numa assimetria ao nível dos elementos seleccionados como localizador e localizado. Assim, propomos, muito tentativamente, os seguintes postulados:

- No contexto de orações temporais com *antes* e *depois*, é unicamente o intervalo representado na subordinada (e não a eventualidade que com ele se relaciona) que se pode constituir como elemento localizador.
- No contexto de orações temporais com *antes* e *depois*, é a eventualidade representada na principal (e não apenas o intervalo em que decorre) que irá receber o estatuto de elemento localizado.

Vejamos agora em que medida uma tomada de posição como esta se mostra capaz de responder satisfatoriamente às questões que levantámos nos parágrafos anteriores.

Dado que as orações temporais introduzidas por *antes* localizam a eventualidade da principal (e não apenas o intervalo que ela ocupa) como necessariamente anterior ao início do tempo de referência, a relação de sucessividade integral entre as situações em causa será o resultado preferencial, independentemente do "perfil" aspectual ostentado pelas predicações envolvidas. Na realidade, qualquer que seja a situação representada, terá que estar perfeitamente terminada antes do início do intervalo que lhe serve como Ponto de Referência.

O caso das orações encabeçadas por *depois*, no entanto, é um pouco diferente, na medida em que, a acreditar na hipótese que temos vindo a desenvolver, a eventualidade presente na principal irá alcançar a sua localização de posterioridade tomando como ponto de referência o intervalo da subordinada (e não a situação que com ele interage). Isto significa que, em última instância, a relação entre as predicações estará dependente, pelo menos em parte, da categoria aspectual que as caracteriza, tendo em vista que, de um modo geral, eventos e estados se relacionam de formas diferentes com os intervalos com que comparecem, i.e., os eventos favorecem tipicamente uma leitura de inclusão, ao passo que os estativos dão preferencialmente lugar à sobreposição.

Assim, se na oração subordinada se encontrar um evento, a sucessividade absoluta entre as situações é o resultado obtido, dado que, tipicamente, as predicações eventivas mantêm um vínculo de inclusão com o intervalo em que ocorrem (veja-se Kamp e Reyle (1993)), não podendo, por conseguinte, estender-se para além da sua fronteira final. Se, pelo contrário, é um estativo que ocupa o referido contexto, a relação de sobreposição que tendencialmente estabelece com o período de tempo em que se desenrola deverá dar origem, na maior parte dos casos, à inclusão dos eventos ou à sobreposição parcial dos estados da principal, já que, como temos vindo a defender, estes apenas são posteriores ao intervalo definido na subordinada e não necessariamente à eventualidade que a ele se acha associada.

Para além de dar conta, de modo adequado, das assimetrias, ao nível da interacção aspectual, que tivemos oportunidade de observar no seio das configurações com *antes* e *depois*, a hipótese de tratamento que aqui esboçámos apresenta ainda outras vantagens adicionais que passaremos a enumerar.

Sublinhemos, em primeiro lugar, que a adopção do intervalo da subordinada – e não da eventualidade com ele associada – como elemento localizador permite preservar o total paralelismo que Móia (1999) advoga entre as orações e os adverbiais temporais encabeçados por *antes* e por *depois*. Na verdade, os mecanismos de localização poderão ser encarados como muito semelhantes, diferindo apenas estas construções no que diz respeito às estratégias de delineação dos intervalos que veiculam e aos "componentes" linguísticos que nelas tomam parte.[148]

---

[148] Note-se, de passagem, que o facto de assumirmos que é a situação da principal, e não somente o intervalo com que se combina, que se irá constituir como o componente localizado em nada parece alterar a proposta sob análise.

Em segundo lugar, será interessante relembrar que as orações subordinadas de que nos temos vindo a ocupar introduzem um Ponto de Referência e, por vezes, até mesmo um Ponto de Perspectiva Temporal, realidades estas de índole eminentemente temporal, o que parece reforçar a ideia de que, em última instância, é um intervalo, e não tanto uma situação, que funciona como elemento localizador, embora, como já referimos por várias vezes, as restrições aspectuais desempenhem também aqui um papel de inegável relevância.

Finalmente, tanto quanto nos é dado avaliar, não parecem existir grandes entraves ao alargamento da proposta sob análise a todos os tipos de orações temporais, pelo que o tratamento unificado das referidas estruturas continua a ser perfeitamente possível.

Embora estejamos plenamente conscientes de que uma investigação bastante mais aprofundada será requerida para a confirmação ou infirmação da hipótese de análise que propusemos para as orações temporais introduzidas por *antes* e por *depois*, pensamos que o resultado em certa medida assimétrico aqui observado, obtido a partir da análise efectuada, poderá ser útil na resolução de algumas dificuldades com que nos deparámos, nomeadamente no que se refere às divergências, a nível das relações temporais, que se podem constatar nos contextos em causa.

Concluiremos a presente secção reconhecendo que também as orações temporais se revelam extraordinariamente sensíveis à questão da estatividade que, na maioria dos casos, contudo, toma parte numa intrincada relação de inter-dependências recíprocas com outros factores linguísticos, como os tempos gramaticais ou interacções de índole estritamente temporal.

CONCLUSÕES

Se é certo que a função central das orações temporais é a de localizar as situações com que co-ocorrem, não deixa, contudo, de ser igualmente verdade que tais estruturas se revelam muito sensíveis a certas divergências em termos aspectuais.

Tendo em conta que o objectivo central do presente trabalho é o de investigar as predicações de cariz estativo, resumiremos em seguida alguns dos comportamentos que se nos afiguraram de maior interesse no que diz respeito ao complexo relacionamento observado entre as orações temporais e a referida classe aspectual:

- Em orações subordinadas temporais introduzidas por *quando*, os estativos no Pretérito Perfeito ou dão origem a anomalia semântica ou incluem os eventos representados na principal, contrastando com as predicações eventivas que, no contexto em causa, desencadeiam, preferencialmente, uma leitura de sucessividade.
- Os estados no Pretérito Perfeito parecem estar excluídos da comparência em orações principais de construções temporais introduzidas por *quando*, salvo se forem previamente convertidos em processos, o que irá conduzir à sua participação numa relação preferencial de sucessividade com os eventos da subordinada.
- No contexto de orações temporais com *quando*, uma leitura puramente temporal (i.e., não quantificacional) com dois Imperfeitos só é possível se o estado presente na oração subordinada manifestar o traço [-faseável], independentemente de predicar sobre "estádios" ou sobre indivíduos.
- A comparência de estados "não faseáveis" em orações principais de temporais introduzidas por *enquanto* parece estar sujeita a importantes restrições de natureza aspectual: assim, tais eventualidades apenas se mostram aceitáveis quando, na oração subordinada, se encontram estados que predicam sobre indivíduos. Limitações até certo ponto semelhantes parecem estender-se às situações em causa nas orações subordinadas, sendo, no entanto, a leitura habitual dos eventos da principal uma forma possível de evitar a anomalia.
- Embora de um modo indirecto, a estatividade desempenha também um papel fulcral na interpretação conferida às orações temporais com *depois*: dado que são os intervalos, e não as eventualidades, que, na subordinada, são tomados como o verdadeiro elemento localizador, a relação preferencial de sobreposição que os estados com eles mantêm abre caminho à leitura de inclusão dos eventos da principal neste tipo de configurações, contrastando com o que se passa quando apenas eventos se encontram envolvidos, i.e., uma leitura inequívoca de sucessividade.

4.4. OS ESTADOS E A NEGAÇÃO PROPOSICIONAL

Dedicaremos a secção final do capítulo em que nos propusemos abordar algumas das mais importantes interacções que se estabelecem entre a estatividade e determinados componentes relevantes da gramática à análise do impacto que a negação proposicional tem sobre o "perfil" aspectual das predicações em que ocorre.

Em termos bastante gerais, diremos que a negação frásica consiste numa operação que, entre algumas outras funções que não importa de momento aprofundar, permite dar conta da "inexistência" ou da "ausência" da eventualidade representada no seu escopo.

A negação é, na realidade, um tópico extraordinariamente complexo, quer no que se refere ao seu tratamento semântico, quer no que toca à sua representação sintáctica, pelo que nos abstemos aqui de tecer grandes considerações sobre a matéria em questão. Problemas como os que dizem respeito aos diversos tipos de constituintes susceptíveis de se integrarem no escopo do operador de negação, à multiplicidade de elementos que, em línguas como o Português, desencadeiam ou são portadores de polaridade negativa ou às diferentes propostas avançadas no sentido da formulação adequada de condições de licenciamento para a designada Concordância Negativa não serão, pois, abordados na presente exposição (vejam-se, por exemplo, Horn (1989), Peres (1997), (2002), Branco e Crismann (1999) e Matos (1998), (1999a), (1999b) e (2003), entre outros).

Assim, limitaremos as nossas observações à relação que se pode surpreender entre negação proposicional e estatividade, temática que se constituirá como o objecto central da investigação que nos propomos prosseguir ao longo dos parágrafos seguintes.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que os efeitos da aplicação de um operador de negação frásica a uma determinada situação não se podem reduzir, de forma alguma, à mera inversão de polaridade da proposição em causa; pelo contrário, somos levados a acreditar que a negação de uma eventualidade acarreta consequências de considerável relevância a vários níveis, nomeadamente no que diz respeito à caracterização das suas propriedades aspectuais (cf. Contini-Morava (1989)).

Tentaremos, em seguida, demonstrar que a negação aplicada a uma eventualidade afecta, pelo menos em certa medida, o seu "perfil" aspectual básico, no sentido de uma aproximação ao comportamento característico das predicações estativas.

Nesse sentido, colocaremos a hipótese de que um operador negativo com escopo sobre uma eventualidade revela a capacidade de alterar (pelo menos algumas d)as suas propriedades aspectuais de origem, conferindo-lhe características algo semelhantes às que qualificam os estativos. Sugerimos, pois, que as restrições impostas pela presença da negação apontam para uma certa "estativização" dos eventos envolvidos, i.e., que a negação proposicional será, em condições propícias, desencadeadora de estatividade.

Importa, neste momento, explicitar os argumentos que nos levaram a adoptar uma tal posição, conferindo-lhe uma fundamentação tão válida e adequada quanto possível.

Um primeiro argumento em favor do carácter estativo das situações sob o escopo da negação prende-se com as características manifestadas pela sua própria estrutura temporal interna. Com efeito, autores como Dowty (1986) ou Krifka (1989) observam que uma qualquer eventualidade negada se comporta de forma inteiramente homogénea, ou seja, obedece, sem restrições, à chamada propriedade de subintervalos (cf. Dowty (1979)), independentemente do "perfil" aspectual que a sua congénere não negativa possa ostentar.

Nesse sentido, se para um determinado intervalo frases como "O Guilherme não comeu a sopa" ou "A Ana não fechou a porta" descrevem estados de coisas verdadeiros, o mesmo terá que suceder obrigatoriamente em relação a todo e qualquer subintervalo (incluindo os "momentos") que se encontre incorporado no referido espaço de tempo. Por outras palavras, as proposições "O Guilherme comeu a sopa" ou "A Ana fechou a porta" nunca poderão vir a descrever eventualidades verdadeiras em períodos de tempo contidos num intervalo mais vasto em que as suas correspondentes negadas recebam um valor de verdade positivo.

Ora, como já referimos no primeiro capítulo, a conformidade à propriedade de subintervalos é uma das características que, na literatura, mais frequentemente têm sido invocadas para a identificação e caracterização das predicações estativas. Nessa medida, o comportamento das situações negadas parece aproximar-se bastante do manifestado pelos restantes estados, o que levou Dowty (1986) a afirmar que "It can similarly be shown that the negation of any atomic sentence will be a stative sentence (...)" (Dowty, 1986: 44).

Ou, na óptica da concepção que temos vindo a perfilhar, diremos que, veiculando a "ausência" ou a inexistência da eventualidade a que se aplica, a negação proposicional inviabiliza a postulação de qualquer tipo de estrutura "fásica" para a situação em causa. Ora, como já referimos, uma das principais características que identificam os estativos é a ausência de "fases" sucessivas, pelo que este será um ponto de inegável convergência entre as duas realidades que estão a ser comparadas.

No sentido de confirmar ou infirmar a hipótese que aqui estamos a desenvolver, é de todo imprescindível avaliar o comportamento das proposições negadas no contexto dos diversos "testes" sugeridos para a determinação da estatividade. Será, pois, a este objectivo que devotaremos os próximos parágrafos.

Se, como todas as nossas observações preliminares levam a crer, a negação de uma qualquer situação, independentemente da categoria básica com que se identifica, traz consigo "marcas" de estatividade, a configuração que a suporta terá que manifestar um comportamento linguístico muito próximo ao dos restantes estativos, nomeadamente no que diz respeito aos critérios distintivos avançados no capítulo 2. Vejamos em que medida tais predições conduzem efectivamente a resultados satisfatórios.

4.4.1. Comportamento sob o Escopo de Verbos de Operação Aspectual

No que se refere aos designados verbos de operação aspectual, as configurações negativas parecem patentear restrições muito próximas àquelas que identificámos para os estativos. Assim, a negação proposicional é unicamente admitida sob o escopo de operadores que também se apliquem a outros estados, como sucede com *passar a* e com *continuar a* (cf. os exemplos de (115) e (116)).

O caso de *passar a* é particularmente significativo, na medida em que se trata de um dos poucos operadores aspectuais que, em línguas como o Português, se encontram exclusivamente reservados à co-ocorrência com predicações de cariz estativo (cf. Cunha (1998b), (1998c)).

(115) a- O Guilherme passou a não comer a sopa.

b- A Ana passou a não fechar a porta de casa à chave.

c- A Rita passou a não viver na Holanda.

(116) a- O João continuou a não ir às aulas.

b- A Ana continuou a não viajar de avião.

c- A Rita continuou a não gostar de linguística.

Por outro lado, a inclusão de proposições negadas no escopo de operadores que, tipicamente, rejeitam a presença de predicações estativas ocasiona anomalia semântica. Os casos de *parar de*, *acabar de* e do próprio Progressivo são muito reveladores a este respeito, mantendo-se a inaceitabilidade das configurações negativas mesmo quando as estruturas não negadas que lhes correspondem se revelam inteiramente compatíveis com os contextos de ocorrência em questão:

(117) a- * O Guilherme parou/acabou de não comer a sopa.

b- * A Ana parou/acabou de não ler o livro.

c- * A Rita parou/acabou de não viajar de avião.

(118) a- * O Guilherme está a não comer a sopa.[149]

b- * A Ana está a não fechar a porta de casa à chave.

c- * A Rita está a não viver na Holanda.

Em suma, parece-nos lícito concluir que os dados referentes ao comportamento semântico ostentado pelas eventualidades negadas no contexto de verbos de operação aspectual favorecem, de uma forma inequívoca, o seu tratamento enquanto predicações estativas de pleno direito.

---

[149] Para a argumentação que estamos a desenvolver, apenas nos interessam aqui as interpretações episódicas das frases sob análise. Alguns falantes, no entanto, aceitam-nas na sua leitura habitual. Tal facto não invalida, de qualquer forma, a proposta que estamos a adoptar na medida em que, como já tivemos oportunidade de referir em 3.4., as configurações habituais são, por natureza, de cariz estativo. Por outro lado, o facto de as estruturas que integram a negação reflectirem as hesitações dos falantes quanto à possibilidade ou não de conferir às formas progressivas uma interpretação habitual não será de todo surpreendente, tendo em conta que, como argumentaremos mais adiante, nos encontramos face a um "perspectivador" aspectual que preserva muitas das características das predicações de base com que se combina.

4.4.2. Comportamento das Orações Subordinadas Temporais Introduzidas por *Quando*

No que concerne às orações subordinadas temporais introduzidas por *quando*, o comportamento manifestado pelas situações negadas é, uma vez mais, em tudo paralelo ao dos restantes estativos. Nessa medida, e em conjugação com o Pretérito Perfeito, tais estruturas ou desencadeiam anomalia semântica (cf. (119)) ou dão origem a uma relação que, sob um certo ponto de vista, se aproxima bastante da de inclusão do evento representado na oração principal, tendo em vista que a proposição negada se inicia antes e se poderá manter de todo inalterada para além do intervalo de ocorrência em que este se inscreve (cf. (120)):

(119) a- * Quando a Maria não leu a revista, adormeceu.
b- * Quando a Ana não viajou, encontrou o Mário.
c- * Quando o João não esteve em casa da avó, brincou com o irmão.

(120) a- Quando o Guilherme não comeu a sopa, a mãe irritou-se.
b- Quando a Ana não tomou o café, adormeceu.
c- Quando a Rita não viu os pais, começou a chorar.[150]

As indicações fornecidas pelo comportamento linguístico das proposições negadas no contexto de orações subordinadas temporais introduzidas por *quando* constituem-se, por conseguinte, como mais uma forte evidência em favor do carácter estativo ostentado pelas estruturas que têm sido alvo preferencial da nossa investigação na presente secção deste trabalho.

---

[150] A relação de inclusão a que aqui nos estamos a referir é de índole estritamente temporal, ignorando, por conseguinte, a expressão da causalidade que, em exemplos como os representados em (120), se afigura muito evidente. Não nos encontramos, contudo, em condições de fornecer uma explicação inteiramente adequada para a razão pela qual as construções com *quando*, envolvendo uma negativa na subordinada, dão origem, quase obrigatoriamente, a este tipo de conexão. Notaremos, contudo, que ela parece remeter para uma certa ideia de sucessividade, o que aponta para o carácter algo "híbrido" patenteado pelas configurações sob análise e que, em última instância, poderá ser invocado como mais um argumento em favor do tratamento da negação enquanto "perspectivador" aspectual a que a seguir faremos referência.

4.4.3. Compatibilidades com Adverbiais Temporais

As diferentes possibilidades combinatórias das eventualidades negadas com os adverbiais temporais poderão, igualmente, ser invocadas no sentido de comprovar o seu comportamento estativo.

Assim, afigura-se-nos de crucial relevância sublinhar que qualquer eventualidade negada se poderá combinar com adverbiais de simples duração, independentemente do "perfil" aspectual manifestado pela predicação de base. Tal facto indicia a duratividade e a homogeneidade inerentes a todas as proposições negativas, o que vem ao encontro da hipótese que aqui temos vindo a defender:

(121) a- A Maria não saiu de casa durante dois dias.
b- O Guilherme não comeu a sopa durante duas horas.
c- O Luís não ligou o computador durante cinco dias.

Um outro aspecto em que as proposições negadas se aproximam dos estativos e se afastam dos eventos prende-se com o tipo de relação que estabelecem com os adverbiais de mera localização temporal que supõem duração, do género de *ontem*, *na quinta-feira*, ou *no dia 2 de Julho*. Como procurámos provar em 4.2., os eventos mantêm um vínculo quase obrigatório de inclusão no que se refere aos localizadores com que co-ocorrem, contrariamente ao que se passa com os estados, que admitem diversos tipos de conexões temporais, com preferência pela de sobreposição. Ora, as predicações negadas parecem obedecer ao paradigma em que se enquadram os estativos, i.e., desencadeiam, em geral, uma relação de sobreposição com os localizadores com que são combinadas, na medida em que podem coincidir com o intervalo por eles estabelecido ou mesmo prolongar-se para além deste (cf. (122)). Na realidade, se "Ontem, o Luís não ligou o computador" descreve um estado de coisas verdadeiro, a proposição negada tanto parece poder ser interpretada como coincidente com o intervalo referido, como nele incluída, ou mesmo até como ultrapassando os seus limites, característica esta que, como vimos, é comum à generalidade dos estativos.

(122) a- Ontem, o Luís não ligou o computador.

b- Ontem, o Guilherme não comeu a sopa.

c- No Sábado, a Maria não foi ao cinema.[151]

Se é certo que os dados relativos aos adverbiais temporais que discutimos até ao presente momento apontam, de forma bastante evidente, para o comportamento estativo patenteado pelas eventualidades negadas, não deixa, contudo, de ser verdade que muitos outros nos colocam sérios problemas a este respeito. Referimo-nos, em particular, às possibilidades de comparência de expressões que, de uma maneira ou de outra, remetem explicitamente para o "perfil" temporal interno típico das predicações de origem, tal como ilustrado em (123):

(123) a- A Maria não saiu de casa às sete da manhã.

b- O Guilherme não comeu a sopa em meia hora.

c- O Luís não ligou o computador às três da manhã.

d- O Pedro não fez o exame em duas horas.

Estaremos, de facto, perante verdadeiros contra-exemplos, capazes de invalidar a hipótese que temos vindo a desenvolver? Em nossa opinião, a resposta será negativa. Vejamos porquê.

Em primeiro lugar, importa notar que os adverbiais em causa se encontram sob o escopo da negação, ou seja, estão forçosamente sob a influência do operador negativo. Tal facto pode ser comprovado por frases do género de "A Maria não saiu às sete, mas às oito" ou "O Pedro não fez o exame em duas horas, mas apenas em meia".

Quando um adverbial durativo integra este tipo de configurações, pelo contrário, parece ter escopo sobre a negação, i.e., dá conta do período de tempo em que a situação negada decorre.

---

[151] Confronte-se a relação de sobreposição preferencial patenteada por frases como estas com a de inclusão requerida pelas suas correspondentes não negadas:

(i) a- Ontem, o Luís ligou o computador.
b- Ontem, o Guilherme comeu a sopa.
c- No Sábado, a Maria foi ao cinema.

A "vaguidade" interpretativa conferida às proposições negadas no que diz respeito aos adverbiais de localização temporal parece aproximar-se bastante do tipo de interacções que Kamp e Reyle (1993) verificam existir entre a generalidade dos estados e os diversos tipos de localizador: embora a sobreposição seja a relação preferencial, todas as outras conexões parecem também ser possíveis.

Não será de todo surpreendente, por conseguinte, que frases que integram dois adverbiais, um actuando no interior da eventualidade negada, outro medindo a situação descrita na sua globalidade, se revelem perfeitamente aceitáveis, tal como poderemos constatar pelos exemplos de (124):

(124) a- Durante as férias, a Ana não se levantou uma única vez às sete da manhã.
b- Durante uma semana, o Pedro não fez o puzzle uma única vez em meia hora.[152]

4.4.4. A Negação Proposicional enquanto "Perspectivador" Aspectual

Se as observações que acabámos de efectuar estão correctas, afigura-se-nos lícito concluir que nos encontramos, afinal, diante de um "perspectivador" aspectual, tal como foi definido no capítulo 1, i.e., de um elemento linguístico capaz de alterar o "perfil" temporal interno básico de uma situação sem, no entanto, "apagar" ou "esconder" parte muito significativa das suas propriedades aspectuais de origem, tendo em vista que pelo menos algumas das características inerentes à predicação de base se mantêm presentes e "activas" após a sua aplicação.

Encararemos, pois, a negação proposicional como um elemento desencadeador de "perspectivação" de estatividade, e não apenas como um simples operador aspectual; tal assunção permite dar conta do facto de que a negação, embora confira às eventualidades com que se combina "marcas" inequívocas de estatividade, não se mostra capaz de as comutar integralmente em estados, sendo visíveis, em circunstâncias apropriadas, pelo menos algumas das características fundamentais das situações de origem.

Não são somente os dados respeitantes às múltiplas possibilidades combinatórias dos adverbiais temporais que nos levam a acreditar que a negação proposicional actua como um "perspectivador" aspectual. Na realidade, as configurações negativas revelam uma certa "sensibilidade" a outras propriedades identificadoras das diferentes categorias básicas envolvidas, comprovando a inadequação do seu tratamento enquanto elemento propiciador de "comutação" aspectual, tal como Dowty (1986) sugere.

---

[152] Consideramos aqui, unicamente, a interpretação de medição da duração associada aos adverbiais que surgem no início da frase, ignorando, por conseguinte, a possibilidade de uma leitura de localização a que tais configurações podem também dar origem.

A preservação da maior parte dos traços comportamentais que, a nível linguístico, permitem distinguir entre predicados de indivíduo e predicados de "estádio" é um dos casos mais significativos. Comparem-se, a este respeito, as frases de (125) e (126), que respondem positivamente aos vários testes propostos para a detecção dos predicados de "estádio", com as de (127) e (128), que mantêm o padrão de ocorrências característico dos predicados de indivíduo:

(125) a- Sempre que o Guilherme não come a sopa, a sua mãe zanga-se.
b- Ontem, o Guilherme não comeu a sopa.
c- (??) O Guilherme não comeu a sopa às duas da tarde.

(126) a- Sempre que a Ana não está deprimida, vai às compras com as amigas.
b- Ontem, a Ana não esteve deprimida.
c- (??) A Ana não esteve deprimida às três da manhã.

(127) a- * Sempre que o João não é alto, os colegas brincam com ele.
b- * Ontem, o João não foi alto.
c- * O João não foi alto às duas da tarde.

(128) a- * Sempre que o meu casaco não é verde, deixo-o no guarda-vestidos.
b- * Ontem, o meu casaco não foi verde.
c- * O meu casaco não foi verde às duas da tarde.[153]

Verificámos, desta forma, que, apesar do seu cariz eminentemente "estativizador", a negação frásica é, por assim dizer, "permeável" a certas propriedades identificadoras das categorias aspectuais associadas às situações de origem. Ou, dito de um outro modo, no contexto de proposições negadas, confrontamo-nos com estados em que pelo menos

---

[153] A preservação de propriedades características das predicações de base pode eventualmente estender-se à distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", como as divergências, em termos de aceitabilidade, que surpreendemos entre as construções de (i) e (ii) nos sugerem. Com efeito, as eventualidades nas orações principais de (i) parecem manter o seu carácter "faseável", na medida em que se comportam como eventos no contexto em questão, propiciando uma leitura preferencial de sequencialidade, ao contrário do que sucede com as de (ii) que, ao desencadearem anomalia semântica, conservam o comportamento típico dos estados "não faseáveis":

(i) a- Quando lhe pedi informações, a Maria não foi nada simpática.
b- Quando o veterinário o examinou, o meu cão não foi agressivo.

(ii) a- * Quando fez seis anos, o João não foi alto.
b- * Quando o mandei tingir, o meu casaco não foi verde.

algumas das características inerentes às predicações de base se mantêm activas, graças à "perspectivação" aspectual que, como temos vindo a advogar, não oblitera por completo a natureza da eventualidade inicial.

Em suma, as indicações fornecidas pelo comportamento face a verbos de operação aspectual, às orações subordinadas introduzidas por *quando* e aos adverbiais temporais levam a crer que, por princípio, a negação proposicional confere marcas inequívocas de estatividade às predicações com que se combina; no entanto, tal elemento funciona mais como um perspectivador do que propriamente enquanto um operador de estatividade, na medida em que deixa transparecer determinadas propriedades aspectuais características das eventualidades básicas que toma como "*input*", contribuindo assim para a natureza algo híbrida manifestada pelo "perfil" temporal interno do estado de coisas resultante da sua aplicação.

CONCLUSÕES

Foi nossa intenção, ao longo do presente capítulo, demonstrar que, em línguas como o Português, a estatividade se encontra indissociavelmente ligada a múltiplos e diversificados componentes da gramática, estabelecendo com eles uma interacção de cariz dinâmico e interdependente.

Exemplos concretos deste género de inter-relações são:

- Os tempos gramaticais que desencadeiam estatividade, como o Presente, o Imperfeito e o Pretérito Perfeito Composto do Indicativo. Nestes casos, a estatividade surge como resultado de uma leitura preferencial de cariz habitual associada aos tempos em questão que é tipicamente conferida às predicações eventivas que com eles co-ocorrem e, no que diz respeito ao Imperfeito, também graças à possibilidade de uma interpretação de índole semi-progressiva.
- Os adverbiais temporais que, de uma forma ou de outra, restringem as suas possibilidades combinatórias à comparência em configurações de natureza estativa, com especial destaque para a leitura de medição da duração do

adverbial "*há* N tempo" que parece ser unicamente licenciada neste tipo de contexto.

- As orações temporais que se revelam sensíveis à presença de predicações estativas, possibilitando a sua detecção a partir das co-relações temporais que manifestam, como sucede com as estruturas introduzidas por *quando*. Sublinhe-se, igualmente, que as orações temporais fornecem argumentos muito significativos em favor da postulação de subclasses no interior da categoria dos estados, nomeadamente no que diz respeito às condições de licenciamento de uma leitura puramente temporal de orações encabeçadas por *quando* com dois Imperfeitos e às importantes restrições aspectuais manifestadas pelas configurações integrando *enquanto*.
- Os elementos linguísticos que se revelam capazes de desencadear a designada "perspectivação" de estatividade, alterando parcialmente o perfil aspectual básico das predicações com que se combinam, como parece ser o caso da Negação Proposicional.

A investigação efectuada ao longo das últimas subsecções leva-nos a concluir que a estatividade percorre transversalmente vários domínios da gramática de línguas como o Português, interagindo, modificando e sofrendo por sua vez alterações por um vasto e muito heterogéneo conjunto de componentes linguísticos.

CAPÍTULO 5

OS ESTADOS E A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DO DISCURSO

Como tem vindo a ser unanimemente reconhecido na literatura, as distinções que se verificam entre as diferentes classes aspectuais de predicações parecem ser de grande relevância para a determinação da organização temporal das sequências discursivas. Sendo assim, importa prestar alguma atenção ao modo como as diversas eventualidades interagem reciprocamente e ao impacto que o seu "perfil" aspectual tem no que respeita ao tipo de relação temporal que estabelecem entre si.

O objectivo central do presente capítulo será, pois, o de avaliar em que medida a estatividade interfere com a organização temporal das situações linearmente ordenadas no interior do discurso, procurando detectar as suas principais consequências a este nível.

Nesse sentido, começaremos por apresentar e discutir algumas das propostas mais influentes que surgiram na literatura sobre o assunto; seguidamente, consideraremos em pormenor o comportamento discursivo das diferentes subclasses de estativos que temos vindo a postular ao longo do nosso trabalho. Finalmente, procederemos à análise de um conjunto reduzido de exemplos concretos de discurso narrativo com vista à verificação da validade das hipóteses aqui desenvolvidas.

Tendo em conta os objectivos específicos estabelecidos para a investigação que nos propusemos realizar, advertimos desde já que não é nossa intenção desenvolver uma proposta teórica completa e exaustiva para a abordagem do discurso na sua globalidade; limitar-nos-emos, por conseguinte, ao estudo do impacto dos factores aspectuais mais significativos no que toca à determinação das relações temporais entre as eventualidades envolvidas no referido contexto.

5.1. QUESTÕES GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DO DISCURSO NARRATIVO: ALGUMAS PROPOSTAS

As proposições inseridas num determinado discurso são, em geral, temporalmente interpretadas em função das indicações fornecidas pelas predicações que as antecedem. A estratégia de encadeamento temporal em questão afigura-se especialmente relevante quando a sequência linguística introduzida não integra explicitamente qualquer tipo de informação de natureza temporal, dada, por exemplo, através de expressões adverbiais, de tal forma que a nova eventualidade só poderá ser localizada a partir do contexto que a precede. Esta relação de dependência que se verifica entre as situações e a informação antecipadamente veiculada no discurso é denominada Anáfora Temporal (veja-se Partee (1984)).

As relações temporais entre as eventualidades no interior do discurso manifestam um alto grau de complexidade, procedendo de um conjunto muito vasto de factores que actuam em interdependência dinâmica. Destacam-se, como iremos verificar em seguida, as propriedades aspectuais das predicações envolvidas, nomeadamente no que respeita à distinção entre estados e eventos, pelas importantes consequências que comportam ao nível da estruturação discursiva.

Ao longo da presente secção iremos explorar e discutir algumas das propostas que procuram investigar a organização temporal do discurso, concentrando a nossa atenção sobretudo no papel desempenhado por estativos e eventos no que se refere à ordenação das situações envolvidas. Procederemos igualmente à sua comparação sistemática, por forma a encontrar um modelo adequado para os factos linguísticos com que nos vamos deparar.

5.1.1. As Propostas da DRT (Kamp e Reyle (1993))

No âmbito da Teoria das Representações Discursivas (DRT), autores como Kamp e Reyle (1993) defendem que a distinção aspectual entre estados e eventos manifesta um impacto directo e fundamental sobre o modo de estruturação temporal dos discursos. Nessa medida, e de uma forma muito geral, sustentam que os eventos fazem "progredir" o tempo em que as predicações se encontram localizadas, ao passo que os estativos o mantêm preferencialmente inalterado.

De acordo com Kamp e Reyle (1993), as eventualidades introduzidas no discurso estabelecem ligações entre si através dos Tempos de Referência com que se relacionam. A interpretação das frases não iniciais de um dado discurso, particularmente quando não contemplam quaisquer elementos específicos de marcação temporal, requer, em termos de localização, a instituição de regras de processamento que liguem a situação em causa a todos os elementos temporalmente relevantes previamente introduzidos no contexto. Assim sendo, cada evento está incluído num intervalo que, por um lado, segue o tempo em que se situa o evento precedente e que, por outro, pode ser tomado como Tempo de Referência para a introdução de uma nova situação. Os estados, pelo contrário, não se revelam capazes de instaurar um Tempo de Referência próprio, limitando-se, por isso, a manter uma relação de sobreposição com o intervalo do evento que os antecede.

Tendo em vista as considerações que acabámos de expor, poderemos afirmar que, segundo a proposta sob análise, a distinção entre estados e eventos actua directamente e de forma determinante na organização temporal do discurso. Nessa medida, verificamos que, em termos gerais, os eventos fazem avançar o Tempo de Referência, dando lugar a uma relação de sucessividade (cf. (1)), enquanto os estativos não reúnem as condições indispensáveis para o actualizarem, encontrando-se, por conseguinte, subordinados ao intervalo introduzido pelo evento que os precede, com o qual estabelecem uma relação de sobreposição (cf. (2)):

(1) a- A Maria abriu a porta, entrou em casa e deitou-se no sofá.
b- O meu cão atirou-se ao carteiro e mordeu-lhe uma perna. O homem fugiu a correr.

(2) a- A Lígia saiu de casa. Estava muito frio.

b- O João apaixonou-se pela Maria. Ela era lindíssima.

Simplificando um pouco as coisas, diremos que, sob um certo ponto de vista, a introdução de novos Tempos de Referência acompanha a ordenação linear do discurso. Os eventos, por suportarem um Tempo de Referência próprio, em que tipicamente se encontram incluídos, fazem avançar o "fluxo" narrativo; os estados, pelo contrário, por se socorrerem de um intervalo previamente estabelecido pelo evento que os antecede, a que se sobrepõem, não produzem quaisquer alterações ao nível do "decurso" temporal.

Tal como Kamp e Reyle (1993) reconhecem, a presente proposta de análise não se encontra em condições, por si só, de dar conta da grande diversidade e complexidade das múltiplas relações temporais que se podem surpreender no interior de um discurso, constituindo apenas um princípio bastante geral que rege a maior parte das conexões que se estabelecem entre as eventualidades.

Por outro lado, se uma proposta como esta parece ser perfeitamente adequada para o Inglês, ela torna-se um pouco mais problemática quando pretendemos analisar línguas como o Português, em que, a par das distinções que envolvem as diferentes categorias aspectuais, a oposição entre tempos gramaticais – particularmente entre o Pretérito Perfeito e o Imperfeito – desempenha um papel crucial no estabelecimento de relações temporais no interior dos discursos (para uma discussão de um caso semelhante, como é o do Francês, vejam-se, entre outros, os trabalhos desenvolvidos por Kamp (1981), Kamp e Rohrer (1983) e Rohrer (1986)).

Na verdade, se o tratamento das formas do Imperfeito não parece suscitar grandes dificuldades, na medida em que, como vimos, este tempo gramatical dá lugar, em geral, a situações de natureza estativa, o que explicaria o tipo de relação de sobreposição dos estados e de inclusão dos eventos que normalmente desencadeia, já a possibilidade de combinação do Pretérito Perfeito com estados coloca questões bem mais exigentes, que uma proposta de análise como a que foi desenvolvida por Kamp e Reyle (1993) não se encontra em condições de esclarecer totalmente.

Tal como procurámos deixar claro em 4.1.2., a combinação do Pretérito Perfeito com uma predicação de cariz estativo não altera categorialmente o "perfil" da situação em causa, impondo-lhe apenas um limite ou "terminus" arbitrário. Este "confinamento", no entanto, parece ter importantes consequências em termos discursivos, na medida em que favorece (ou, pelo menos, permite) a leitura sucessiva de certos tipos de estados.

Nesse sentido, não é difícil verificar que, nos contextos apropriados, os estados no Pretérito Perfeito podem desencadear, sem levantar grandes problemas, relações que apontam, preferencialmente, para a sucessividade, quer com outros estativos (cf. (3)), quer mesmo com eventos (cf. (4)):

(3) a- A Ana morou em Paris, morou em Londres e morou em Lisboa.
b- O Pedro foi deputado, foi ministro e foi Presidente da República.

(4) a- O Jorge esteve a ver televisão, adormeceu e teve pesadelos horríveis.
b- O Rui esteve na faculdade, saiu e dirigiu-se ao banco.

O caso torna-se ainda mais problemático e complexo quando somos confrontados com configurações em que certos estativos, mesmo no Imperfeito, parecem estabelecer uma relação de sucessividade com os eventos que os acompanham. Observem-se, a este respeito, as frases em (5):

(5) a- O João tinha um B.M.W.. Vendeu-o para comprar um Ferrari.
b- O meu cão estava no jardim. Saiu a correr e mordeu o carteiro.
c- O comboio atravessou a ponte. Estávamos no Porto.

Por outro lado, os eventos nem sempre se articulam em sucessividade linear. Com efeito, em exemplos como os de (6), o primeiro evento apresentado inclui todos os que o seguem; em (7), a leitura preferencial é aquela em que o segundo evento antecede o primeiro.

(6) a- O João visitou a tia. Jogou computador e brincou com os primos.
b- Ontem fomos à festa da Maria. Dançámos, cantámos e bebemos cerveja.

(7) a- A Maria deu uma grande festa. Convidou a cidade inteira.
b- O Zé pagou uma multa descomunal. Estacionou o carro na auto-estrada.

Torna-se, por conseguinte, indispensável enriquecer e expandir a abordagem que aqui foi apresentada, no sentido de a alargar aos diversos casos excepcionais apontados, por forma a alcançarmos uma proposta de teorização mais abrangente e, nessa medida, mais apropriada à globalidade dos factos linguísticos com que nos deparámos, capaz de

integrar os vários factores que, para além do Aspecto, contribuem, de modo inequívoco, para a organização dos discursos.

Será, pois, imprescindível ter em conta, para além da distinção entre estados e eventos, que, como já tivemos oportunidade de constatar, desempenha um papel fulcral na ordenação das eventualidades no discurso, não só factores adicionais de carácter estritamente sintáctico-semântico, de que são exemplo as divergências observáveis entre os tempos gramaticais (particularmente no que diz respeito à distinção entre Pretérito Perfeito e Imperfeito), mas também condicionalismos de ordem pragmática, como será o caso do estabelecimento de nexos de causalidade ou dos constrangimentos relativos ao conhecimento do mundo em geral.

Prosseguiremos, pois, a nossa investigação relativa às diversas propostas teóricas existentes para o tratamento da estruturação temporal dos discursos com o objectivo de procurar soluções adicionais que, a acrescentar àquelas de que já dispomos, se revelem capazes de solucionar pelo menos alguns dos problemas com que nos confrontámos.

5.1.2. As Propostas de Dowty (1986)

Dowty (1986) pretende descrever os vários fenómenos associados à estruturação dos discursos a partir de um único princípio geral, de índole essencialmente temporal, que, ao interagir dinamicamente com as diversas propriedades aspectuais das situações, dá lugar a diferentes relações discursivas. Sob este ponto de vista, Tempo e Aspecto actuam conjunta e interdependentemente na organização temporal do discurso.

Segundo o referido autor, o discurso seria o "reflexo" directo da passagem ou da percepção dos acontecimentos. Isto significa que a sequencialização de frases expressa num determinado texto teria de corresponder mais ou menos directamente à ordem em que as eventualidades apresentadas se desenrolaram ou foram apreendidas pelo locutor.

Dowty (1986) argumenta em favor da existência de um princípio semântico geral, de carácter eminentemente temporal, para a interpretação das frases que se sucedem de modo linear no interior do discurso narrativo, a que dá o nome de *Temporal Discourse Interpretation Principle* (Princípio de Interpretação Temporal do Discurso).

Tomando como ponto de partida as propostas de análise avançadas por Dowty a este respeito, podemos formular o referido princípio do seguinte modo:

- ❖ Princípio de Interpretação Temporal do Discurso: Dada uma sequência de frases, F1, F2, ... Fn, a ser analisada como um discurso narrativo, o Tempo de Referência de cada frase F deverá ser interpretado como (a) um tempo compatível com o veiculado pelos adverbiais temporais existentes em F; ou (b) caso não estejam presentes elementos que explicitamente remetam para um dado intervalo concreto, um tempo que siga imediatamente o Tempo de Referência da frase anterior, F-1.

Notemos, desde já, que o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso não faz nenhuma menção específica às divergências que se observam entre as classes aspectuais de predicações, postulando que qualquer eventualidade requer a presença de um Tempo de Referência próprio, independentemente do "perfil" aspectual que a caracterize. No entanto, como procuraremos defender mais adiante, não irá ser difícil integrar numa proposta como esta as importantes observações avançadas por Kamp e Reyle (1993) em relação ao papel desempenhado pela oposição entre estados e eventos na interpretação dos discursos.

Como o princípio aqui reproduzido nos permite constatar, Dowty (1986) opta por uma separação clara e efectiva entre factores temporais e aspectuais no tratamento que propõe para a análise da organização discursiva. Sob este ponto de vista, os Tempos de Referência associados às diferentes predicações comportam-se de forma inteiramente uniforme, revelando, por conseguinte, total independência em relação à classe aspectual que as caracteriza. Como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, contudo, o "perfil" aspectual das situações não deixará de ter uma intervenção decisiva no que se refere à estruturação temporal dos discursos.

Atentemos, pois, na interacção que se estabelece entre o princípio que acabámos de enunciar e as diversas categorias aspectuais de predicações relevantes.

Tendo em conta que o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso estipula que os Tempos de Referência se encadeiam imediatamente uns após os outros[154] e que, como já referimos na subsecção anterior, os eventos se encontram tipicamente incluídos

---

[154] Quando afirmamos que os Tempos de Referência se "sucedem imediatamente" não estamos a querer sustentar que não possa existir qualquer outro período de tempo intervindo entre eles; desejamos apenas realçar que nenhuma outra eventualidade relevante pode surgir no contexto em questão. A efectiva proximidade entre estes Tempos de Referência está na dependência de factores como a natureza das eventualidades que intervêm no discurso, a sua relevância, o grau de pormenor com que as situações estão a ser descritas e o conhecimento partilhado pelos interlocutores acerca da sua natureza.

nos intervalos que lhes servem de Tempos de Referência, a relação de sucessividade, requerida por exemplos como (1), aqui renumerado como (8), é obtida sem dar origem a quaisquer problemas.

(8) a- A Maria abriu a porta, entrou em casa e deitou-se no sofá.
b- O meu cão atirou-se ao carteiro e mordeu-lhe uma perna. O homem fugiu a correr.

Poderá esta concepção compatibilizar-se com o comportamento manifestado pelos estativos no interior do discurso, nomeadamente no que toca às observações efectuadas relativamente à preferência pela sobreposição de estados a eventos? A resposta parece ser positiva. Vejamos em que medida.

Tal como sucede com as restantes eventualidades, também os estados, na presente concepção, estão dependentes de um Tempo de Referência próprio, o que, de uma certa forma, difere consideravelmente das propostas defendidas por Kamp e Reyle (1993). Contudo, a relação que com ele estabelecem é a de sobreposição, o que significa que, frequentemente, a sua duração poderá ser bem maior do que a do intervalo em questão. Por outras palavras, os estativos poderão começar antes e prolongar-se para além do Tempo de Referência a que se encontram associados.[155] Uma consequência óbvia desta indeterminação da duração das predicações estativas manifesta-se pela possibilidade de as referidas situações se prolongarem, sem dificuldade, pelos Tempos de Referência que lhes estão adjacentes, particularmente por aqueles em que os eventos (anteriores ou posteriores) se encontram incluídos, obtendo-se, assim, uma relação de sobreposição entre estados e eventos, tal como os exemplos de (2), aqui repetidos em (9), sugerem:

(9) a- A Lígia saiu de casa. Estava muito frio.
b- O João apaixonou-se pela Maria. Ela era lindíssima.

[155] É importante realçar que o intervalo de tempo a que nos estamos a referir é um verdadeiro Tempo de Referência, e não um Ponto de Perspectiva Temporal. Na realidade, o seu funcionamento torna-se bastante claro quando somos confrontados com estativos que se encontram numa relação de sucessividade, como acontece nos exemplos de (10): para que uma tal conexão seja viabilizada, torna-se indispensável postular a existência de Tempos de Referência linearmente ordenados, associados às predicações estativas em causa.

Em nosso entender, no entanto, o mais interessante parece ser o facto de que o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, tal como foi concebido por Dowty (1986), permite acomodar, de uma forma bastante simples, exemplos em que os estados se encontram envolvidos numa relação preferencial de sucessividade, como sucede com as frases apresentadas em (10):

(10) a- A Ana morou em Paris, morou em Londres e morou em Lisboa.
b- O Pedro foi deputado, foi ministro e foi Presidente da República.
c- O Jorge estava a ver televisão. Adormeceu e teve pesadelos.
d- O meu cão estava no jardim. Saiu a correr e mordeu o carteiro.

Em casos como estes, é suficiente postular que a duração do estativo se encontra restringida ao intervalo que lhe serve de Tempo de Referência, de acordo com o que foi referido acima, não se prolongando para além deste. Ora, em concordância com Dowty, diremos que, tomando em consideração que os Tempos de Referência se organizam em termos de encadeamento linear imediato, independentemente dos tipos de eventualidade que neles compareçam, a relação de sucessividade patenteada nos exemplos anteriores pode ser obtida sem necessidade de recurso a quaisquer mecanismos teóricos adicionais que a expliquem.

Finalmente, parece-nos lícito defender que a conjugação das propostas avançadas por Dowty (1986) com o sistema desenvolvido por Kamp e Reyle (1993) abre caminho a uma hipótese de explicação para as divergências entre o comportamento discursivo de frases estativas com o Pretérito Perfeito e com o Imperfeito. Vejamos em que medida.

Tendo em conta que o Pretérito Perfeito adopta como o seu Ponto de Perspectiva Temporal o momento da enunciação (i.e., é caracterizado, segundo a terminologia de Peres (1994), como anterior a Presente), a leitura sucessiva, correspondente à ordenação dos Tempos de Referência associados às eventualidades, será a preferida – embora, com os estativos, dada a natureza da relação que estabelecem com o intervalo sob análise, também a sobreposição se constitua como uma opção perfeitamente viável.

O Imperfeito, pelo contrário, mantendo um maior grau de dependência no que diz respeito a outras situações que com ele co-ocorrem, dado tratar-se tipicamente de um tempo gramatical concebido como sobreposto a passado, i.e., que selecciona para Ponto de Perspectiva Temporal um determinado intervalo, contextualmente relevante, anterior ao momento da enunciação, geralmente proporcionado pelas eventualidades no Pretérito

Perfeito que o acompanham, favorece, na grande maioria dos casos, uma interpretação de sobreposição, ou mesmo de inclusão, dos eventos com que se combina.

Sublinhe-se que a postulação de um Tempo de Referência associado ao Imperfeito não irá alterar substancialmente a sua caracterização enquanto tempo gramatical "não autónomo", na medida em que nada nos impede de continuar a encará-lo como estando, de uma certa maneira, indissociavelmente ligado a um Ponto de Perspectiva Temporal pré-estabelecido no passado (cf. a relevância da distinção entre TR e PPT em Kamp e Reyle (1993)).[156]

Uma tal dependência, por um lado, e o facto de o Imperfeito, como referimos em 4.1.2., ser inequivocamente portador de marcas de estatividade, por outro, constituem-se como factores que, em conjunto, favorecem a leitura de sobreposição, total ou parcial, atribuída, na maior parte dos casos, a este tempo gramatical. A pertinência do Tempo de Referência limitar-se-á, por conseguinte, aos contextos em que a sucessividade é a única interpretação possível, como acontece nos exemplos de (5), aqui repetidos em (11):

(11) a- O João tinha um B.M.W.. Vendeu-o para comprar um Ferrari.
b- O meu cão estava no jardim. Saiu a correr e mordeu o carteiro.
c- O comboio atravessou a ponte. Estávamos no Porto.

Note-se, em primeiro lugar, que esta relação de sucessividade pode ocorrer tanto nos casos em que um estado precede um eventos (cf. (11a,b) quanto naqueles em que é um evento que precede um estado (cf. (11c)). Seja como for, para que uma tal conexão possa vir a ser viabilizada, parece-nos necessário postular a existência de Tempos de Referência linearmente ordenados associados a cada uma das eventualidades descritas.

---

[156] É curioso observar que, mesmo em algumas gramáticas tradicionais, a distinção entre Pretérito Perfeito e Imperfeito passa, em certa medida, pela ideia de que existem divergências substanciais no que se refere aos tempos a partir dos quais as proposições são localizadas, o que parece ir ao encontro da postulação de diferenças em termos de Ponto de Perspectiva Temporal, tal como Kamp e Reyle as concebem. A este respeito, afiguram-se-nos particularmente significativas as seguintes observações de Cunha e Cintra (1983): "A própria denominação deste tempo – Pretérito Imperfeito – ensina-nos o seu valor fundamental; o de designar um facto passado, mas não concluído (...). Encerra, pois, uma ideia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada do que os outros tempos pretéritos, razão por que se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados. (...) Além dos empregos a que nos referimos, o Imperfeito pode ter outros, já que, sendo um tempo relativo, o seu valor temporal é comandado pelos verbos com os quais se relaciona ou pelas expressões temporais que o acompanham." (cf. Cunha e Cintra, 1983: 450-453); "(...) A forma simples [do Pretérito Perfeito] indica uma acção que se produziu em certo momento do passado. É a que se emprega para «descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente»." (ibidem: 453).

Segundo a proposta de análise que aqui temos vindo a defender, essencialmente baseada na conjugação das observações levadas a cabo por Kamp e Reyle (1993) e por Dowty (1986), a maior parte das divergências, a nível de organização temporal, que somos capazes de surpreender no seio das diferentes sequências discursivas dever-se-á sobretudo à interacção que se estabelece entre tempos gramaticais e classes aspectuais e ao género de conexão que cada tipo de eventualidade mantém com o respectivo Tempo de Referência.

Nesse sentido, encontram-se reunidas as condições necessárias para descrever, de uma forma adequada, os tipos de relação mais frequentemente encontrados no interior do discurso narrativo.

Assim, no que diz respeito aos eventos, a sucessividade parece ser a relação mais natural, na medida em que a inclusão das predicações eventivas no intervalo com que comparecem é praticamente obrigatória.

Quanto aos estados, constatamos que a relação de sobreposição, que, de um modo geral, mantêm com os respectivos Tempos de Referência, acaba por tornar possível uma maior diversidade de interpretações. Nesse sentido, a sobreposição, total ou parcial, às situações com que co-ocorrem no discurso parece surgir como a leitura preferencial para os representantes desta classe aspectual, já que, por norma, os estativos se prolongam para além dos respectivos Tempos de Referência (cf. (9)); no entanto, a sucessividade não deverá ser excluída das interpretações que podem ser conferidas a esta categoria de predicações, na medida em que será perfeitamente viável considerar os estados como decorrendo apenas durante a extensão máxima do intervalo a que se encontram ligados, sem se estenderem, portanto, a outros Tempos de Referência representados no discurso, como sucede com os exemplos de (10) e (11).

Isto significa, em última instância, que o tratamento aqui desenvolvido não só dá conta, de modo adequado, de todos os factos linguísticos explicáveis pela proposta de Kamp e Reyle (1993), mas também de dados adicionais que, na ausência dos princípios que acabámos de enunciar, esta não se mostrou capaz de acomodar (cf., por exemplo, os discursos de (10) e (11)).

Um modelo que tenha em linha de conta o papel que é desempenhado tanto pela componente temporal quanto pela aspectual, funcionando em interdependência mútua e dinâmica, estará, pois, em melhores condições para responder satisfatoriamente aos diversos problemas com que nos temos vindo a confrontar, particularmente no que se refere à questão das interpretações divergentes ostentadas pelos estativos.

Uma tentativa apropriada de descrição do estabelecimento de relações temporais nos discursos deverá, pois, contemplar a função exercida pelos seguintes componentes fundamentais:

- ❖ Um princípio de natureza essencialmente temporal que associa a cada situação, seja de índole eventiva ou estativa, representada no discurso um Tempo de Referência próprio e perfeitamente autónomo. Os diferentes Tempos de Referência estabelecem entre si uma ordenação linear de tipo sucessivo, correspondente ao "desenrolar" ou ao "fluir" discursivo (cf. Dowty (1986)).
- ❖ Um princípio de cariz eminentemente aspectual que nos diz que os eventos se encontram incluídos nos respectivos Tempos de Referência, favorecendo, nessa medida, uma interpretação em que predomina a sucessividade, ao passo que os estativos desencadeiam, em geral, uma relação de sobreposição total ou parcial com os intervalos de tempo em que ocorrem, podendo, nesse sentido, incluir os eventos e sobrepor-se aos estados com que comparecem (cf. Kamp e Reyle (1993)).
- ❖ Um princípio que associa ao "confinamento" propiciado pelo Pretérito Perfeito uma preferência clara pela interpretação sucessiva das situações que com ele se combinam, contrastando, neste ponto, com o Imperfeito que, estando tipicamente dependente de um Ponto de Perspectiva Temporal no passado, favorece uma leitura de sobreposição em relação às restantes eventualidades do discurso (cf. Kamp (1981), Kamp e Rohrer (1983), Kamp e Reyle (1993)).
- ❖ Princípios pragmáticos que instituem relações discursivas particulares, a serem analisados na próxima secção deste trabalho.

A proposta de análise para a organização temporal dos discursos que resulta da interacção mútua e dinâmica entre os componentes acima referidos parece comportar algumas vantagens que importa pôr em destaque.

Em primeiro lugar, a abordagem em questão propõe princípios gerais que têm em conta o papel desempenhado por factores tão diversificados como o Tempo, o Aspecto ou os diferentes tempos gramaticais, não esquecendo, no entanto, a interacção dinâmica e mesmo, em certos casos, as interdependências que todos eles mantêm entre si.

Em segundo lugar, importa sublinhar que a presente concepção contempla tanto princípios de natureza temporal quanto de índole aspectual, o que nos permite avaliar com maior precisão a influência exercida por cada um destes componentes da gramática na organização dos discursos.

Por outro lado, o tratamento sob análise manifesta uma maior flexibilidade no que se refere à interpretação dos estativos, o que permite solucionar alguns problemas de considerável relevância, nomeadamente o da comparência deste tipo de eventualidades em estruturas em que claramente se estabelece uma relação de sucessividade.

Apesar de todas as vantagens que acabámos de enumerar, não é possível ignorar, de modo algum, as limitações a que a teorização aqui apresentada se encontra sujeita.

Na realidade, não dispomos ainda de mecanismos suficientemente elaborados para dar conta, de modo adequado, dos exemplos em que os eventos não se apresentem numa relação de sucessividade (cf. (6) e (7), aqui repetidos como (12) e (13)). Referimo-nos particularmente aos casos excepcionais em que intervêm factores como a causalidade ou em que certos eventos são "expandidos" nas subsituações que os compõem.

(12) a- O João visitou a tia. Jogou computador e brincou com os primos.
b- Ontem fomos à festa da Maria. Dançámos, cantámos e bebemos cerveja.

(13) a- A Maria deu uma grande festa. Convidou a cidade inteira.
b- O Zé pagou uma multa descomunal. Estacionou o carro na auto-estrada.

Torna-se, por conseguinte, imprescindível reequacionar a teoria em questão – por exemplo através da adopção de princípios específicos capazes de incorporar indicações de cariz extra-linguístico – por forma a acomodar também casos como os que acabámos de expor.

Em suma, estamos em condições de concluir que as abordagens desenvolvidas por Kamp e Rohrer (1983), por Dowty (1986) e por Kamp e Reyle (1993) fornecem pistas fundamentais para a interpretação temporal das sequências discursivas, na medida em que, em conjunto, dão conta de um número bastante considerável de factos linguísticos relevantes, através da interacção do Princípio de Interpretação Temporal do Discurso com as propriedades aspectuais das predicações envolvidas. No entanto, a complexidade ostentada pelas relações intra-discursivas requer a postulação de princípios específicos que complementem esta regra geral e permitam descrever apropriadamente os casos que ainda lhe escapam.

Hipóteses como as enunciadas, entre outros, por Lascarides (1992), Lascarides e Oberlander (1993) e Lascarides e Asher (1993) parecem facultar respostas interessantes, de grande valia para ultrapassar as dificuldades com que ainda nos deparamos.

5.1.3. As Propostas de Lascarides (1992), Lascarides e Asher (1993) e Lascarides e Oberlander (1993)

Lascarides (1992), Lascarides e Oberlander (1993) e Lascarides e Asher (1993) partem do princípio de que, no interior dos discursos, as conexões que se estabelecem entre as diversas eventualidades presentes não são sempre linearmente obtidas a partir de um único princípio universal: nelas intervêm muitos outros factores – sintácticos, semânticos e pragmáticos – para além das relações estritamente temporais.

Um dos objectivos centrais que norteiam o trabalho destes investigadores é, pois, o de formularem princípios específicos que dêem conta, de modo apropriado, dos vários tipos de relações que surpreendemos dentro de um determinado discurso. Sustentam que factores de ordem pragmática, como a hierarquização entre situações devida ao grau de relevância que lhes é atribuído ou o estabelecimento de cadeias de causalidade, podem, reunidas as condições necessárias, sobrepor-se aos princípios gerais que regulam, em termos somente preferenciais, a ordenação temporal entre eventualidades, ocasionando, consequentemente, interpretações algo divergentes das inicialmente previstas.

A mera consideração de elementos sintácticos e semânticos não parece, pois, ser condição suficiente para compreender cabalmente a questão da organização temporal do discurso. Na verdade, as relações temporais intra-discursivas deverão ser calculadas com base na interacção dinâmica de informações fornecidas pelo conhecimento geral do mundo e das propriedades típicas que os interlocutores forem capazes de atribuir a cada situação particular com as indicações sintácticas e semânticas disponibilizadas.

Torna-se, por conseguinte, imprescindível a postulação de um conjunto de regras que formalizem as relações discursivas ou "retóricas" específicas que se estabelecem entre as predicações envolvidas.

Estas relações discursivas encontram-se na estrita dependência de uma série de componentes, respeitantes tanto a competências exclusivamente linguísticas quanto ao conhecimento do mundo partilhado pela generalidade dos falantes, que se conjugam em interdependência recíproca, tomando parte numa "Base de Conhecimento" (*Knowledge*

Base) capaz de suportar todas as inferências requeridas para a sua elaboração. É a partir destes recursos que se torna possível estabelecer uma interpretação para os discursos efectivamente produzidos.

De acordo com a perspectiva adoptada pelos autores em causa, os falantes têm à sua disposição um conjunto bastante limitado de relações discursivas ou "retóricas", hierarquicamente organizadas, que interferem, de forma mais ou menos evidente, com a estruturação temporal do discurso. As frases que participam num enunciado coerente deverão, por conseguinte, estabelecer com o (con)texto que imediatamente as antecede conexões que se mostrem de todo compatíveis com qualquer uma das referidas relações discursivas. Atentemos, pois, naquelas que se nos afiguram mais relevantes.

Quando, no decorrer da interpretação de um determinado texto, não se encontra disponível qualquer informação adicional relevante, autores como Lascarides e Asher (1993) propõem a emergência de dois tipos de relação entre as proposições envolvidas: a de Narração, que impõe a leitura sucessiva entre situações de cariz eventivo, e a de Sobreposição de Estados, que garante que os estativos incluem forçosamente os eventos com que comparecem.

Tal como procurámos deixar bem claro ao longo dos parágrafos anteriores, estas relações podem ser substituídas, com vantagens óbvias, pelo Princípio de Interpretação Temporal do Discurso – originalmente formulado em Dowty (1986) – que, de uma certa forma, irá permitir unificar os seus postulados básicos. Por essa razão, continuaremos a adoptá-lo na presente proposta de análise como princípio fundamental para o estudo da estruturação temporal dos enunciados, nos casos em que nenhum outro elemento se encontre em condições de interferir na interpretação discursiva.

Para além deste princípio de âmbito muito geral, todavia, subsistem regras mais específicas, requeridas por certos contextos particulares. Uma delas é a denominada Relação de Explicação que se aplica a predicações ligadas por encadeamentos causais e que pode ser concebida do seguinte modo:

- Numa sequência de frases F1-F2, obtém-se uma ***Relação de Explicação*** sse a eventualidade E2 em F2 "explica" ou causa a ocorrência da eventualidade E1 em F1.

Nas frases em que nenhum marcador linguístico relevante está presente, é possível surpreender, por vezes, certos nexos de causalidade entre as eventualidades envolvidas,

estabelecidos unicamente a partir do conhecimento genérico do mundo partilhado pelos interlocutores, da sua experiência acumulada ou da percepção de casos idênticos. Isto significa que factores de índole eminentemente pragmática podem, em última instância, determinar a interpretação conferida a uma dada sequência linguística, sobrepondo-se a alguns dos princípios gerais que normalmente regem o funcionamento do discurso.

Dado que, obrigatoriamente, as causas precedem os efeitos, independentemente da ordenação linear em que as situações se encontrem inseridas, a Relação de Explicação está em condições de dar conta do facto de as eventualidades descritas na segunda frase antecederem as que comparecem na primeira em exemplos como os de (14):

(14) a- O meu cão morreu. Comeu carne envenenada.
b- O ladrão fugiu da cadeia. Subornou o guarda de serviço.
c- O Jorge teve um acidente. Entrou na auto-estrada fora de mão.

Naturalmente, é possível conceber uma relação em que o nexo causal corresponde à ordem linear que as frases assumem no interior dos enunciados, i.e., em que E1 em F1 causa E2 em F2. Tal conexão é designada por Lascarides e Asher (1993) como Relação de Resultado (*Result*). No entanto, as suas consequências para a organização temporal do discurso são mínimas, na medida em que preserva os requisitos básicos do Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, pelo que não a exploraremos aqui.

Um outro tipo de relação discursiva a que importa fazer referência é a designada Relação de Elaboração, que pode ser representada da seguinte forma:

- Numa sequência de frases F1-F2, obtém-se uma ***Relação de Elaboração*** sse a eventualidade E2 em F2 é concebida como uma "parte", i.e., como um subevento, da eventualidade E1 em F1.

Dado que a Relação de Elaboração apresenta partes constitutivas ou subsituações de uma eventualidade principal, não surpreende que a inclusão seja o resultado obtido em termos temporais para frases como as de (15), que ilustram este tipo de conexão.

(15) a- Ontem jantámos em casa do João. Comemos lagosta, javali e pudim.
b- A Maria deu uma grande festa. Cantou e dançou toda a noite.
c- No sábado fui ao jardim zoológico. Tirei muitas fotografias aos leões.

Para além das relações discursivas originalmente desenvolvidas por Lascarides e Asher (1993), poderemos conceber algumas outras que nos ajudem a calcular, em toda a sua complexidade, as diferentes conexões temporais que surpreendemos no interior dos enunciados com que temos vindo a ser confrontados.

Nesse sentido, com base em observações efectuadas por Dowty (1986), sugerimos a existência de uma Relação de Identificação, que poderá ser representada do seguinte modo:

- Numa sequência de frases F1-F2, obtém-se uma ***Relação de Identificação*** sse a eventualidade E1 em F1 é, de alguma forma, idêntica à eventualidade E2 em F2.

Confrontamo-nos, nestes casos, com uma mesma e única situação que, no entanto, é encarada ou descrita de formas diferentes. Por outras palavras, as eventualidades que entram numa Relação de Identificação estabelecem entre si um vínculo de sinonímia.

Tendo em conta que, no caso em apreço, nos encontramos perante eventualidades em tudo idênticas (a ponto de nos ser possível considerar que estamos a lidar com duas "realizações" de uma mesma situação única), a postulação de uma relação temporal de sobreposição parece ser a estratégia mais adequada, como os exemplos apresentados em (16) nos sugerem:

(16) a- As hienas devoraram o gnu. Comeram-no depressa e foram para o covil.
b- O Parlamento discutiu a lei das propinas. Debateu-a durante várias horas.
c- O Guilherme tomou o remédio. Engoliu-o contrariado.

Dado que, como já referimos, a Relação de Identificação envolve duas descrições de uma mesma eventualidade, não surpreende que a anáfora nominal se constitua como um recurso linguístico praticamente obrigatório, visto as entidades envolvidas serem comuns a ambas as situações. Se quisermos ir mais longe, podemos mesmo afirmar que, neste tipo de relação discursiva, as dependências, quer semânticas, quer sintácticas, entre o predicador e os respectivos argumentos se mantêm tendencialmente inalteradas nas frases em questão (cf. (16)).

A Relação de Identificação distingue-se da de Elaboração na medida em que esta última apresenta subeventualidades que, no seu conjunto, especificam a totalidade de uma dada situação, estabelecendo com ela, por conseguinte, uma relação de inclusão; pelo contrário, a primeira dá conta de duas eventualidades "sinónimas" e, nessa medida, tipicamente co-temporâneas.

Finalmente, considere-se a Relação de Paralelismo, em que factores ligados com o nosso conhecimento global do mundo determinam a ocorrência praticamente simultânea de situações diferentes:

- Numa sequência de frases F1-F2, obtém-se uma ***Relação de Paralelismo*** sse a presença da eventualidade E1 em F1 determina o decurso em paralelo da eventualidade E2 em F2.

Dado que este tipo de relação impõe o paralelismo entre as situações envolvidas, a sobreposição dos intervalos por elas ocupados será o resultado natural da sua aplicação. Exemplos como os de (17) ilustram o que acabámos de dizer:

(17) a- A mãe contou uma história. A Maria ouviu-a com muita atenção.
b- Eu comprei um B.M.W.. O meu primo vendeu-mo por € 100000.
c- (Foi uma bela ária): a Maria cantou e o João tocou piano.

Embora bastante frequente (cf. (17a,b)), a anáfora nominal não é, nestes casos, obrigatória (cf. (17c)), tendo em vista que estamos face a eventualidades que, apesar de partilharem um mesmo intervalo de tempo, revelam, cada uma, a sua identidade própria. Nesse sentido, as diversas entidades envolvidas nas duas situações em causa poderão ser totalmente descoincidentes.

Poderemos, pois, dizer que a Relação de Paralelismo difere da de Identificação na medida em que a primeira estabelece uma conexão entre eventualidades co-temporâneas mas perfeitamente distintas uma da outra, cada qual possuindo a sua identidade própria, ao contrário do que acontece com a segunda, que, como vimos atrás, põe em confronto duas descrições de uma mesma e única situação.

Todas estas (e possivelmente muitas outras) relações discursivas são resultado da interacção recíproca e dinâmica entre factores de ordem linguística e condicionalismos

de índole essencialmente pragmática, não procedendo, por conseguinte, em exclusivo da informação veiculada pela sintaxe e pela semântica dos enunciados em questão.

A interpretação de um qualquer discurso é regida, pois, por um conjunto de regras hierarquicamente organizadas. Para além de um princípio de âmbito geral, que se aplica por defeito, somos confrontados com uma série de relações discursivas, com um campo de acção mais restrito, que, no entanto, se revelam determinantes para a compreensão final do conteúdo dos enunciados sob análise.

Sempre que as diferentes regras de interpretação discursiva desencadeiam conflito entre si, serão as mais específicas que se irão impor às de âmbito mais generalizado. Ou seja, as relações discursivas cujo campo de acção é mais restrito terão prioridade sobre aquelas cuja aplicação é manifestamente mais alargada (veja-se o "*Penguin Principle*" de Lascarides e Asher (1993)). Ou, dito de outra forma, o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, que entra em funcionamento por defeito na narrativa, poderá ser cancelado sempre que uma regra que faça apelo a inferências ou a conhecimentos mais "concretos" ou particularizados é aplicada.

A condição que acabámos de enunciar assegura, por exemplo, que, nas estruturas em que a Relação de Explicação se encontra presente, como acontece com exemplos do género de (14), esta se sobreponha ao Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, de âmbito mais geral, produzindo a interpretação requerida, ou seja, aquela em que a eventualidade representada na segunda frase antecede a da primeira.

Em termos muito gerais, observamos que a presente hipótese de tratamento para a organização temporal dos discursos prevê que, quando não está disponível qualquer tipo de informação relevante – veiculada pelo contexto, pelo conhecimento global do mundo partilhado pelos falantes ou por marcadores linguísticos particulares –, o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso fornece todos os mecanismos indispensáveis para o estabelecimento das conexões temporais requeridas. Caso intervenham regras adicionais de cariz mais específico, estas determinarão as relações temporais que se instituem entre as situações envolvidas.

Os dados observados até ao momento sugerem, pois, que uma proposta de análise unicamente alicerçada na informação fornecida pelas estruturas sintácticas e semânticas representadas nos enunciados se afigura insuficiente para um tratamento apropriado das relações temporais em toda a sua complexidade, já que não contempla, por si só, alguns dos factores de ordem extra-linguística que se revelam fundamentais para a elaboração discursiva.

No sentido de ultrapassar tal obstáculo, Lascarides e Asher (1993) adoptaram um conjunto de relações discursivas ou "retóricas", baseadas na interacção entre elementos linguísticos e extra-linguísticos, que, em conjugação com o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, de âmbito mais geral, permitem dar conta da grande maioria dos exemplos com que nos deparámos ao longo da presente secção.

A estruturação temporal de cada enunciado particular está, por conseguinte, na estrita dependência das relações discursivas que nele tomem parte.

Graças ao contributo dos diferentes recursos disponibilizados pela abordagem que acabámos de examinar, torna-se perfeitamente possível integrar na análise do discurso a influência determinante desempenhada pelo conhecimento partilhado do(s) contexto(s) em que cada enunciado é produzido e interpretado.

Segundo a concepção assumida por Lascarides e Asher (1993), sintaxe, semântica e pragmática interagem recíproca e dinamicamente, contribuindo, dessa forma, para um tratamento mais adequado da organização temporal dos discursos.

Sem perder de vista todas as concepções que aqui foram discutidas, procuraremos, ao longo da próxima secção deste trabalho, proceder à investigação mais pormenorizada do comportamento manifestado pelas diferentes subclasses de estativos no que respeita à estruturação temporal do discurso.

5.2. OS ESTATIVOS NA ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DOS DISCURSOS

Na secção anterior observámos que as predicações de cariz estativo desempenham um papel importante no que respeita à estruturação temporal dos discursos, patenteando um padrão de comportamento que contrasta com o dos eventos. Será interessante, agora, questionar em que medida as divergências que surpreendemos no interior da referida classe aspectual têm impacto sobre as suas possibilidades de ocorrência nos diferentes enunciados e se a influência exercida pela estatividade se estende a outras configurações linguísticas, como as frases complexas.

5.2.1. O Papel das Subclasses de Estativos na Organização Temporal do Discurso

Existirão discrepâncias significativas de comportamento entre os diferentes tipos de estados no interior do discurso? Para responder satisfatoriamente a uma tal questão importa avaliar em que medida as subclasses de estativos apresentadas no capítulo 2 dão origem, de facto, a divergências ao nível das relações temporais intra-discursivas.

Na secção anterior constatámos que, de forma geral, os estados desencadeiam uma relação de sobreposição com as eventualidades que os seguem ou precedem no discurso, sobretudo se conjugados com o Imperfeito, como sucede em exemplos do género de (2). No entanto, verificámos também que, em certos contextos, a sucessividade é igualmente possível com este tipo de predicações (cf. (3), (4) e (5)). Estarão tais discrepâncias de comportamento na dependência directa das propriedades características de cada classe de estativo?

Nos próximos parágrafos procuraremos dar resposta a estas questões, descrevendo o comportamento temporal ostentado por cada classe de estativo no interior do discurso. Prestaremos especial atenção ao papel desempenhado pelas divergências entre tempos gramaticais, particularmente no que respeita ao Pretérito Perfeito e ao Imperfeito, já que, como veremos adiante, se revestem de enorme relevância para a interpretação final dos enunciados em questão.

5.2.1.1. Estados de Indivíduo "não Faseáveis"

A integração no discurso de estados de indivíduo "não faseáveis" em conjugação com o Pretérito Perfeito afigura-se, se não inteiramente impossível, pelo menos bastante problemática. Observem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(18) a- * O João foi alto. Inscreveu-se numa equipa de basquetebol.
b- * O meu casaco foi verde. Mandei-o tingir de azul.
c- * A torre foi de pedra. Desmoronou-se com o terramoto de 1755.

(19) a- O João bebeu muito leite. * (Ele) foi alto.
b- Eu mandei tingir o meu casaco. * (Ele) foi verde.
c- Construímos uma bela torre. * (Ela) foi de pedra.

Tal resultado, porém, não será de todo inesperado. De facto, o Pretérito Perfeito supõe, como já referimos em 4.1., o fechamento obrigatório do intervalo que descreve; por seu lado, os estados de indivíduo "não faseáveis" aplicam-se tipicamente apenas aos indivíduos em si mesmos e nunca às suas porções temporalmente delimitadas, pelo que se verifica uma certa "tensão" entre estas duas realidades quando queremos estabelecer um Tempo de Referência no discurso. Ou seja, torna-se extremamente difícil conciliar a impossibilidade de prolongamento do estativo para além da fronteira final estabelecida pelo Pretérito Perfeito com a necessidade de o aplicar a um dado indivíduo enquanto tal. A consequência mais frequente da referida incompatibilidade é, sem dúvida, a anomalia semântica, como os exemplos de (18) e (19) deixam claro.

Já a combinação de estados de indivíduo "não faseáveis" com o Imperfeito produz resultados perfeitamente aceitáveis. Neste caso, a relação preferencial que estabelecem com os eventos que os acompanham no desenrolar do discurso parece ser a de inclusão, embora a de sucessividade também não deva ser posta de parte (cf. (20) e (21)).

(20) a- O João era alto. Inscreveu-se numa equipa de basquetebol.
b- O meu casaco era verde. Mandei-o tingir de azul.
c- A torre era de pedra. Desmoronou-se com o terramoto de 1755.

(21) a- A Maria conheceu o João numa festa. Ele era alto e magro.
b- A minha mãe ofereceu-me um casaco. Ele era verde.
c- Construímos uma bela torre. (Ela) era de pedra.

Uma vez mais, a aceitabilidade dos exemplos que acabámos de apontar parece não ser de todo surpreendente. De facto, o Imperfeito é um tempo gramatical que permite a plena abertura do intervalo que descreve, ou seja, não impõe qualquer tipo de restrição ao prolongamento (indefinido) do estado que suporta. Isto significa que a escolha de um determinado Tempo de Referência nas configurações sob análise não se irá constituir como um verdadeiro entrave à comparência de um estado de indivíduo "não faseável", na medida em que este não se encontra constrangido pela imposição de um limite final. Assim, o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso pode aplicar-se sem levantar problemas: se o estativo decorre para além do seu Tempo de Referência, obteremos uma relação de inclusão do evento com que co-ocorre (cf. (20a), (21a,b)); se, pelo contrário, tal não acontece, a leitura de sucessividade será o resultado alcançado, como se pode observar em (20b,c) e (21c).

5.2.1.2. Estados de Indivíduo "Faseáveis"

Uma análise atenta aos vários exemplos relevantes indicia que a comparência no discurso de estados de indivíduo "faseáveis" com Pretérito Perfeito não coloca grandes dificuldades no que se refere à sua aceitabilidade por parte dos falantes do Português. Quando os precedem, os estativos em questão incluem tipicamente os eventos com que se encontram combinados; quando os seguem, pelo contrário, é privilegiada uma leitura de sucessividade. Comparem-se os exemplos de (22) e (23):

(22) a- A Maria foi simpática. Deu um bolo de chocolate ao Luís.
b- O meu cão foi agressivo. Mordeu a perna ao carteiro.
c- A Rita viveu na Holanda. Conheceu lá o Mário.

(23) a- O João caiu. A Maria foi simpática e ajudou-o a levantar-se.
b- A Ana bateu no cão. Ele foi agressivo e mordeu-lhe um braço.
c- A Rita saiu de casa. Viveu na Holanda durante 3 anos.

Porque "faseáveis", estes estativos partilham com os eventos a possibilidade de exprimirem porções bem definidas e delimitadas do Núcleo Aspectual de Moens (1987) – no caso em apreço, uma fase processual. Nesse sentido, podem compatibilizar-se, sem ocasionar problemas, com um qualquer Tempo de Referência estabelecido, mesmo que se encontrem presentes indicações explícitas que forçam ao fechamento dos intervalos em que tais situações decorrem. A preferência por uma interpretação eventiva destas estruturas parece ser confirmada pela predominância da relação de sucessividade em contexto não inicial (cf. (23)) e pela tendência, manifestada por alguns falantes, para o reconhecimento de relações discursivas mais específicas, como a de Explicação ou a de Elaboração, quando os estados precedem os eventos (cf. (22)).[157]

---

[157] Que as relações discursivas desempenham um papel crucial neste tipo de configurações parece ser confirmado pelo comportamento linguístico patenteado por exemplos como os que a seguir apresentamos:

(i) a- A Maria foi simpática. Convidou o João para jantar.
b- A Maria foi simpática. O João convidou-a para jantar.
c- ?? A Maria foi simpática. O João conheceu-a no Brasil.

(ii) a- O meu cão foi agressivo. Mordeu a perna ao carteiro.
b- O meu cão foi agressivo. Prendi-o na cave de minha casa.
c- ?? O meu cão foi agressivo. Perdeu-se na floresta.

Nas configurações em que os estados de indivíduo "faseáveis" se conjugam com o Imperfeito, o comportamento manifestado a nível semântico parece identificar-se com o dos restantes estativos: a preferência pela inclusão de eventos, patenteada nos exemplos de (24) e (25), é disso testemunho bastante evidente.[158]

(24) a- A Maria era simpática. O patrão encarregou-a das relações públicas.
b- O meu cão era agressivo. Levei-o ao psiquiatra.
c- A Rita vivia na Holanda. Conheceu o Mário na Universidade.

(25) a- Apaixonei-me pela Maria no Brasil. Ela era muito simpática.
b- Ofereci o meu cão aos vizinhos. Ele era muito agressivo.
c- Os amigos foram visitar a Rita. Ela vivia na Holanda.

Tendo em conta que o Imperfeito não impõe qualquer limite final ao decurso das eventualidades que perspectiva, os estados de indivíduo "faseáveis", tal como os seus congéneres "não faseáveis", podem prolongar-se (indefinidamente) para além do Tempo de Referência estabelecido, pelo que, a acreditar nos dados expostos, não precisam de se converter em eventos para comparecerem, sem problemas, nas estruturas sob análise.

5.2.1.3. Estados de "Estádio" ("Faseáveis" e "não Faseáveis")

Quer sejam de índole "faseável" quer "não faseável", os estados de "estádio", em conjugação com o Pretérito Perfeito, podem, sem quaisquer dificuldades, anteceder os eventos num discurso. Embora a relação de inclusão se assuma como a mais frequente

---

Em (ia) e (iia) encontramo-nos claramente face a uma Relação de Elaboração, o que explica a sobreposição entre as situações envolvidas; já em (ib) e (iib) somos confrontados com uma Relação de Resultado, o que significa, tendo em conta que as causas precedem os efeitos, que é obtida uma leitura de sucessividade. Finalmente, (ic) e (iic), em que apenas um nexo temporal seria admissível, revelam-se praticamente inaceitáveis, o que sugere que são as relações discursivas que, primordialmente, licenciam este tipo de estruturas.

[158] Neste caso, e à semelhança do que acontece com os estados de indivíduo "não faseáveis", a preferência pelo estabelecimento de uma relação de inclusão dos eventos no intervalo ocupado pela totalidade do estativo não invalida a possibilidade de ocorrência de enunciados em que a sucessividade marca presença, tal como o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso prevê. É o que sucede, por exemplo, com as frases de (i):

(i) a- A Maria era muito simpática. Morreu num horrível acidente de viação.
b- O meu cão era agressivo. O treino na escola transformou-o por completo.
c- A Rita vivia na Holanda. Mudou-se para França porque lhe deram um emprego melhor.

(cf. (26)), a sucessividade entre as situações envolvidas também é viabilizada, como previsto no Princípio de Interpretação Temporal do Discurso (cf. (27)).

(26) a- A Maria esteve doente. O João visitou-a.
b- O Pedro esteve em casa da avó. Brincou com os primos toda a tarde.
c- A Ana teve 40 graus de febre. Tomou uma aspirina e adormeceu.

(27) a- A Maria esteve doente. Voltou ao trabalho ainda um pouco abatida.
b- O Pedro esteve na Austrália. Trouxe um coala e um canguru.
c- A Ana teve um pesadelo horrível. Acordou muito assustada.

Quando os estados de "estádio" seguem os eventos com que se combinam, porém, as restrições à aceitabilidade desta classe aspectual de predicações tornam-se um pouco mais evidentes: em geral, apenas serão admitidos os estativos de carácter [+"faseável"], ostentando um comportamento próximo ao dos eventos, isto é, propiciando uma leitura de sucessividade. Comparem-se, a este propósito, as frases de (28) e (29):

(28) a- O João chegou à escola. Esteve no recreio com os colegas.
b- A leoa viu o gnu. Esteve quieta, esperando uma oportunidade de ataque.

(29) a- A Ana chegou a casa. ??/* Teve 40 graus de febre.
b- A mãe preparou a festa. * O João teve 6 anos e recebeu muitos presentes.

Tomando em linha de conta que os estados de "estádio" remetem para "porções" ou para períodos temporalmente limitados de indivíduos, não surpreende que se revelem eventualidades muito mais "flexíveis" do que os estados de indivíduo; sob esse ponto de vista, o Pretérito Perfeito pode co-ocorrer com eles no discurso sem ocasionar anomalia semântica, visto que o fechamento do intervalo que o referido tempo gramatical impõe é perfeitamente compatível com a sua duração restringível e variável, tornando, por conseguinte, viável o estabelecimento de um Tempo de Referência associado a este tipo de configuração.

A comparência de estados de "estádio" com Imperfeito, por seu lado, não suscita quaisquer dificuldades à análise que aqui temos vindo a desenvolver: tal como sucede com os restantes estativos, a inclusão dos eventos é o resultado mais comum (cf. (30) e (31)), embora não sejam de excluir por completo configurações em que a sucessividade se encontra representada (cf. (32) e (33)):

(30) a- A Maria estava doente. O João visitou-a.

b- Estava frio. Vestimos os nossos casacos de Inverno.

c- A Ana tinha 40 graus de febre. Tomou uma aspirina e adormeceu.

(31) a- Saímos de casa. Estava muito frio.

b- O telefone tocou. O Pedro estava deitado.

c- O João aproximou-se do frigorífico. Tinha imensa fome.

(32) a- O João estava preso. Saiu em liberdade por bom comportamento.

b- O quarto estava limpo. As crianças encheram-no de migalhas de bolo.

c- O leão tinha imensa fome. Comeu um gnu inteiro.

(33) a- A bomba explodiu. A cidade estava em ruínas.

b- Os polícias cercaram a casa. O João estava preso.

c- O leão acordou. Tinha imensa fome.

O carácter delimitável dos estados de "estádio", a abertura do intervalo propiciada pelo uso do Imperfeito e a possibilidade (não obrigatória) de prolongamento da situação para além do Tempo de Referência estabelecido conjugam-se em favor da interpretação de inclusão dos eventos no período ocupado pelos estativos, mas suportam igualmente a leitura de sucessividade graças à postulação de um Tempo de Referência autónomo para cada uma das eventualidades envolvidas.

A partir da investigação do comportamento manifestado pelas diversas subclasses de estativos poderemos retirar algumas conclusões interessantes.

Em primeiro lugar, torna-se evidente que as particularidades que caracterizam as diferentes subclasses de estados se reflectem, de forma muito clara e visível, nas suas possibilidades combinatórias e interpretativas no interior dos discursos, o que se traduz nas importantes divergências, a nível do comportamento semântico, com que nos temos vindo a confrontar ao longo da presente secção.

Em segundo lugar, é forçoso salientar que a intervenção dos tempos gramaticais neste género de configurações assume extraordinária relevância, na medida em que tais elementos se revelam determinantes no que respeita ao licenciamento e à interpretação dos diversos tipos de estativos.

A obrigatoriedade de fechamento do intervalo imposta pelo Pretérito Perfeito faz com que, em última instância, somente os estativos compatíveis com períodos de tempo delimitáveis[159] se possam assumir como candidatos credíveis para o estabelecimento de um determinado Tempo de Referência no interior dos discursos. Isto significa que os estados de indivíduo "não faseáveis" serão tipicamente excluídos destas configurações, ocasionando anomalia semântica nos contextos em questão. Já os estados de "estádio" e os estados de indivíduo de carácter [+"faseável"], desde que previamente convertidos em eventos, reúnem todas as condições indispensáveis para participarem em sequências discursivas bem formadas.

Pelo contrário, o Imperfeito, que viabiliza um intervalo aberto, permitindo assim o prolongamento indeterminado da situação que descreve, não coloca quaisquer restrições à comparência de predicações estativas. No contexto sob análise, todas as subclasses de estados manifestam um comportamento linguístico semelhante: incluem, de modo geral, os eventos com que co-ocorrem, podendo, no entanto, estabelecer com eles uma relação de sucessividade, como previsto pelo Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, tal como aqui foi adoptado (cf. 5.1.2).

Encontramo-nos, pois, em condições de concluir que a participação dos estativos na estruturação temporal dos discursos se reveste de grande complexidade, dependendo não só das propriedades intrínsecas de cada subclasse particular de estado mas também da interacção com outros elementos, como tempos gramaticais ou relações discursivas. Mesmo sem termos explorado integralmente os múltiplos desafios que tais construções nos colocam, procurámos fornecer um enquadramento geral capaz de dar conta (de pelo menos algumas) das suas possibilidades combinatórias e interpretativas e da sua crucial importância na organização temporal do discurso.

---

[159] Quando aqui nos referimos a "delimitação", devemos notar que esta questão é, em certa medida, independente da distinção entre estados de indivíduo vs. estados de "estádio". Na realidade, alguns estados de indivíduo podem ser perfeitamente delimitados no tempo, sem, contudo, se converterem obrigatoriamente em predicados de "estádio", como os exemplos seguintes nos revelam:

(i) a- O João foi rico (durante vinte anos).
b- A Maria foi gorda (até aos vinte anos).
(ii) a- * Ontem/no sábado, o João foi rico.
b- * Ontem/no sábado, a Maria foi gorda.

Uma hipótese interessante para dar conta destes casos pode passar pela ideia de que, à semelhança do que foi postulado para a distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", a oposição entre predicados de indivíduo e de "estádio" seja uma propriedade de natureza graduável e não bipolar.

5.2.2. O Papel da Estatividade na Leitura de Acesso Duplo

No que diz respeito às orações subordinadas em frases complexas, a ocorrência de predicações de cariz estativo em conjugação com os principais tempos do passado não coloca, em princípio, grandes dificuldades. Na realidade, verificamos que o Imperfeito desencadeia uma leitura de sobreposição do intervalo ocupado pelo estado relativamente à situação veiculada pelo verbo matriz, ao passo que o Pretérito Perfeito não parece favorecer qualquer tipo de conexão específica entre as orações em causa. Comparem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

(34) a- O João disse que a Maria era portuguesa.
b- O veterinário afirmou que o meu cão era agressivo.
c- O João pensou que a Maria estava em Paris.
d- O médico assegurou que a Ana tinha 40 graus de febre.

(35) a- O João disse que a Maria foi portuguesa (antes de se naturalizar belga).
b- O veterinário afirmou que o meu cão foi agressivo.
c- O João pensou que a Maria esteve em Paris.
d- O médico assegurou que a Ana teve 40 graus de febre.

As interpretações apresentadas para estes exemplos estão em perfeita consonância com as observações efectuadas por Peres (1995) relativamente aos tempos gramaticais em questão. Com efeito, não surpreende que os estativos em (34) incluam forçosamente o intervalo do evento representado na matriz, tendo em conta que o Imperfeito veicula sobreposição a passado. O Pretérito Perfeito, pelo contrário, é entendido como anterior a presente, pelo que só indirectamente se pode obter uma conexão temporal entre a oração subordinada e a principal em frases como (35).

Se, neste tipo de configurações, a estatividade não parece desempenhar um papel determinante, outras existem em que o factor em causa se revela de crucial importância. Referimo-nos, por exemplo, à denominada Leitura de Acesso Duplo (ou "Double-access Reading"; cf. Ogihara (1995), Abusch (1997), Oliveira (1998a)).

As construções de Acesso Duplo podem ser conseguidas a partir de frases em que comparece uma proposição no Presente do Indicativo encaixada no escopo imediato de orações principais num tempo do passado, geralmente contemplando verbos "*dicendi*".

Uma leitura de Acesso Duplo é obtida quando a eventualidade que participa numa oração subordinada, no Presente do Indicativo, é simultaneamente avaliada em relação a dois intervalos de tempo distintos: o da Enunciação, directamente associado ao tempo gramatical utilizado, e um Tempo de Referência, estabelecido pelo predicador da frase matriz. Os exemplos de (36) ilustram este género de configuração:

(36) a- O João disse que a Maria está grávida.
b- O veterinário afirmou que o meu cão é agressivo.
c- O Rui assegurou que o irmão tem um B.M.W..

Nestes exemplos, a situação descrita na oração subordinada está obrigatoriamente dependente de dois intervalos de tempo diferenciados: o Tempo de Referência fornecido pela eventualidade descrita na frase matriz e o Tempo da Enunciação, invocado pelo uso do Presente do Indicativo.

Isto significa, em última instância, que a eventualidade da oração subordinada se prolonga num intervalo cuja duração inclui forçosamente tanto o tempo em que decorre a situação da matriz quanto aquele em que se processa o acto de enunciação.

Para além deste requisito fundamental, porém, a leitura de Acesso Duplo estipula um outro: a obrigatoriedade do carácter estativo da predicação representada na oração encaixada.

Nesse sentido, para que uma leitura de Acesso Duplo possa vir a ser devidamente licenciada, torna-se indispensável a presença de um estativo na oração subordinada, seja básico, como nas frases de (36), seja derivado, como nos casos de (37), em que figuram estados progressivos, e de (38), em que comparecem estados habituais.

(37) a- O Pedro afirmou que o gato está a morrer.
b- A Ana disse que a Rita está a comer o bolo todo.
c- O Rui assegurou que o pai está a trabalhar no escritório.
(38) a- O João afirmou que a Maria lê o jornal todos os dias.
b- A Ana disse que a Rita come bolo ao pequeno-almoço.
c- O Rui assegurou que o seu pai trabalha na Universidade do Porto.

A confirmar a hipótese que acabámos de enunciar encontramos exemplos como os de (39) em que, apesar da comparência do Presente do Indicativo, uma leitura habitual, i.e., de natureza estativa, não se afigura possível, facto que desencadeia imediatamente a anomalia semântica (consideramos aqui somente a leitura de Acesso Duplo, ignorando, por conseguinte, outras interpretações possíveis para estas frases):

(39) a- * O João afirmou que a Maria morre.
b- * A Ana disse que a Rita come este bolo.
c- * O Rui assegurou que a bomba cai na cidade.

Os dados com que acabámos de nos confrontar apontam, pois, para a conclusão de que uma leitura de Acesso Duplo apenas poderá ter lugar se, nos contextos apropriados, uma mesma predicação de natureza estativa se prolongar por um intervalo cuja extensão inclui simultaneamente o Tempo da Enunciação e o Tempo de Referência facultado pela eventualidade representada na frase matriz.

Na presente subsecção deste trabalho observámos que os diversos tipos de estados dão lugar a divergências notórias ao nível da estruturação e da interpretação temporal do discurso, comportando-se de modo particular de acordo com as propriedades semânticas que os caracterizam.

Constatámos igualmente que a relevância da estatividade não se encontra limitada aos casos de ordenação linear de frases; ela manifesta-se também ao nível das estruturas complexas de subordinação, nomeadamente no que se refere à leitura de Acesso Duplo.

Os factos relacionados com as discrepâncias de interpretação desencadeadas pelas diferentes subclasses de estativos em sequências narrativas e com os casos de leitura de Acesso Duplo demonstram, de forma evidente, que a estatividade desempenha um papel fulcral na organização temporal dos discursos.

Vejamos, agora, em que medida as propostas teóricas que temos vindo a perfilhar se adaptam à realidade concreta da produção discursiva através da análise das relações temporais representadas em alguns textos narrativos retirados da imprensa escrita.

5.3. DA TEORIA À PRÁTICA: ANÁLISE DE ALGUNS TEXTOS NARRATIVOS

No sentido de avaliar a validade e a adequação das hipóteses de tratamento para a organização discursiva que investigámos ao longo das duas primeiras subsecções deste capítulo, propomo-nos efectuar uma breve análise das relações de índole temporal que se podem surpreender no interior dos enunciados efectivamente produzidos por falantes do Português. Para tal, reproduziremos alguns textos recolhidos na imprensa escrita, dando especial ênfase às conexões que se estabelecem entre as eventualidades representadas.

Advertimos, desde já, para o facto de que o propósito da presente contribuição é unicamente o de ilustrar algumas das observações que temos vindo a efectuar, pelo que não será nossa intenção investigar em pormenor ou problematizar uma série de questões mais complexas com que nos veremos confrontados.

Refira-se, por outro lado, que os fragmentos aqui tratados se restringem a textos de índole jornalística, manifestando, talvez por essa razão, características bastante específicas, o que significa que, em trabalhos futuros, outros tipos de discurso narrativo devam ser igualmente investigados, no sentido de avaliar, de uma forma mais completa, as hipóteses por nós avançadas.

Os critérios que presidiram à selecção dos textos apresentados foram basicamente os seguintes:

- Natureza predominantemente narrativa dos discursos;
- Preponderância de tempos do passado, com especial destaque para o Pretérito Perfeito e para o Imperfeito;
- Comparência de eventos e estados em sequências linearmente ordenadas.

Para além das interacções entre os itens que acabámos de enunciar, nenhuma outra variável irá ser tomada em consideração, pelo que a intervenção de factores adicionais na estruturação discursiva será, por princípio, ignorada na discussão que iniciaremos em

seguida. Isto não significa, obviamente, que a influência de tais elementos deva ser, de algum modo, menosprezada ou esquecida; no entanto, sobretudo por razões que têm que ver com a clareza expositiva, optámos por limitar a nossa pesquisa às interdependências que se estabelecem entre classes aspectuais de predicações e certos tempos gramaticais do passado.

Para avaliar a validade das propostas que apresentámos nas subsecções anteriores, recolhemos seis textos de índole narrativa na imprensa escrita. A selecção da nossa amostra não atendeu a nenhum critério particular e, como tal, não pretende, de forma alguma, ser representativa sob qualquer ponto de vista. Visa apenas fornecer discursos concretamente produzidos por falantes do Português que nos permitam testar na prática as hipóteses aqui adoptadas.

As eventualidades que se nos afiguraram mais relevantes serão identificadas por meio das seguintes notações: [*e1*], [*e2*] ... [*en*] para eventos e [*s1*], [*s2*], ... [*sn*] para estados, sempre posicionadas após a predicação que pretendem designar. Estas notações fazem referência ao comportamento aspectual "final" das construções envolvidas, pelo que tanto poderão remeter para situações básicas quanto para eventos e estados de cariz derivado.

As notações introduzidas no corpo do texto dizem respeito, por norma, a situações representadas nas frases matriz, embora também sejam bastante frequentes os casos em que as eventualidades das orações subordinadas se encontram explicitamente marcadas.

Tendo em vista os objectivos muito particulares que presidiram à elaboração deste nosso trabalho, não é nossa intenção proceder a uma análise aprofundada das relações temporais que se estabelecem entre todas as predicações assinaladas; nesse sentido, considerá-las-emos unicamente na sua globalidade, enquanto instâncias particulares de regras de carácter mais geral. Deteremos apenas a nossa atenção nas configurações que, de uma forma ou de outra, manifestem comportamentos semânticos relevantes ou que se mostrem incompatíveis com as diversas propostas de tratamento aqui exploradas.

Concluídas as observações preliminares, passemos à análise dos textos recolhidos.

TEXTO 1

"Sem computadores nem impressoras, os anúncios da primeira metade do século XX eram desenhados à mão [*s1*] e reproduzidos em máquinas rudimentares [*s2*]. Os pintores faziam de ilustradores [*s3*] e alguns escritores vendiam a sua inspiração para criar slôganes e textos apelativos [*s4*]. O cartaz era então uma das formas de promoção mais habituais [*s5*]. (...).

Filho de um engenheiro espanhol que veio para o Porto ajudar a equipa de Eiffel a construir a ponte D. Maria, Raul de Caldevilla revolucionou a publicidade em Portugal [*e1*]. Caldevilla nasceu no Porto em 1877 [*e2*] e ali fez o Curso Superior de Comércio [*e3*] antes de ir completar os estudos a Paris, especializando-se em publicidade. De volta ao Porto em 1910 fundou a Empresa Técnica Publicitária (ETP) [*e4*] (...). A firma de Caldevilla foi pioneira na introdução da publicidade exterior de grande dimensão [*s6*], os chamados 'outdoors', que hoje vemos nas estradas ou paragens de autocarro, então conhecidos como tabuletas. (...)". In *Revista Focus*, N° 138, 05/06/2002, pp. 82-83.

Tal como previsto no Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, os estados representados em [*s1*], [*s2*], [*s3*], [*s4*] e [*s5*] estabelecem entre si uma relação temporal de sobreposição. Note-se, no entanto, que será perfeitamente admissível a postulação da existência de uma conexão de sucessividade relativa entre os eventos que se encontram na origem dos estados habituais de [*s1*] e [*s2*], independente da ligação que observámos para as predicações estativas propriamente ditas. Esta constatação não se nos afigura de todo implausível, sobretudo se tivermos em conta que os estados habituais são, de facto, "perspectivadores" aspectuais, o que significa, em última instância, que incorporam e manifestam as mais relevantes propriedades das situações que se constituem como o seu "*input*". Casos semelhantes, em que a sucessividade dos eventos linearmente ordenados parece conviver, sem causar problemas, com a sobreposição entre os estados habituais, são ilustrados em (40) e (41):

(40) Nas férias, o João levantava-se tarde, tomava o pequeno-almoço, lia o jornal e ia à praia.

(41) A Rita chegava sempre tarde às aulas: batia à porta da sala, pedia desculpas à professora, dirigia-se para o seu lugar e abria os livros.

Mesmo considerando a intervenção de alguns adverbiais temporais, que, como já tivemos oportunidade de sublinhar, manifestam a capacidade de estabelecer o Tempo de Referência requerido pelas eventualidades com que se combinam, constatamos que [*e2*], [*e3*] e [*e4*] obedecem também aos princípios gerais aqui adoptados, visto privilegiarem entre si uma relação de sucessividade.

Quanto à inclusão de [*e2*]-[*e4*] no intervalo ocupado por [*e1*], poderá ser encarada, em consonância com as sugestões de Lascarides e Asher (1993), como consequência da intervenção de uma Relação Discursiva de Elaboração. Na verdade, os eventos finais do enunciado sob análise parecem ter como principal função a de "expandir" ou explicitar

a situação descrita em [*e1*], o que indicia fortemente a pertinência da postulação de uma relação "retórica" deste género.

Por fim, verificamos que [*s6*], apesar do seu carácter inequivocamente estativo, dá lugar a uma leitura em que predomina a sucessividade, propiciada, além do mais, pelo facto de esta predicação se encontrar no Pretérito Perfeito, o que vai ao encontro da ideia de que os estados comportam em si um Tempo de Referência próprio, com o qual poderão desencadear diferentes tipos de conexões a nível temporal.

Passemos, agora, à discussão das relações temporais que se podem surpreender no interior do segundo texto seleccionado:

TEXTO 2

"No ano passado, António emprestou 1000 contos (quase cinco mil euros) a um amigo [*e1*] que precisava de dinheiro [*s1*] para pagar umas dívidas antigas. Até aqui tudo bem. O problema começou na altura da cobrança [e2]: o amigo não atendia os telefonemas [*s2*] e começou a desculpar-se [*e3*] que não podia pagar o empréstimo [*s3*]. Até que, por fim, recusou-se mesmo a pagar os 1000 contos [*e4*], dizendo que nunca tinha recebido aquela quantia. Como não tinha qualquer forma de provar [*s4*] que tinha emprestado os 1000 contos, António ficou de bolsos vazios [*s5*] e nunca mais conseguiu recuperar o dinheiro [*s6*]. (...)". In *Revista Focus*, N° 138, 05/06/2002, pp. 90.

Ao proceder ao exame do presente discurso, foi muito interessante constatar que as relações temporais típicas entre estados e eventos se podem estender, mesmo que de modo parcial, a certas estruturas de subordinação, como orações relativas (cf. a inclusão de [*e1*] em [*s1*]) ou construções completivas (cf. a inclusão de [*e3*] em [*s3*]).

Um outro facto que despertou a nossa atenção prende-se com a existência de duas sequências de situações que se organizam em sucessividade, abrangendo não só eventos mas também predicações estativas (vejam-se [*e1*], [*e2*], [*s2*], [*e3*], [*e4*], em que surge um estado habitual, e [*s5*], [*s6*], que contempla uma relação entre um estado resultativo e um estativo obtido a partir da aplicação da negação proposicional). Tais configurações estão, mais uma vez, em total conformidade com as diferentes propostas de tratamento por nós avançadas, nomeadamente no que diz respeito às possibilidades de interacção dos estativos com o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso.

Adverbiais temporais e marcadores sintácticos, cuja investigação ultrapassa em muito o âmbito da presente exposição, determinam as restantes relações temporais entre eventualidades, particularmente no que se refere à conexão de [*s4*] com [*s5*]-[*s6*].

Atentemos, em seguida, nos princípios fundamentais que subjazem à estruturação temporal de um discurso um pouco mais extenso:

TEXTO 3

"(...) Quando os dois marinheiros de vigia deram o alarme [*e1*] de que um icebergue surgia pela proa do navio [*s1*][160], o imediato William Murdoch, de quarto na ponte, reagiu imediatamente [*e2*]: mandou virar o leme a bombordo (esquerda) [*e3*] e ordenou à casa das máquinas "marcha à ré a toda a força" [*e4*]. O grande Titanic obedeceu vagarosamente à manobra [*e5*] – e desviou-se da montanha de gelo [*e6*]. (...) Eram 11 e meia da noite de 14 de Abril de 1912, um domingo [*s2*].

Ia animada a festa no luxuoso salão da primeira classe, com variedades e baile pela orquestra do navio [*s3*]. O champanhe ainda corria a rodos [*s4*]. Mais afastados, viajavam os 305 passageiros de segunda classe [*s5*]. (...)

O Titanic era o maior e o mais luxuoso navio de passageiros [*s6*]. (...) A zona de primeira classe, com capacidade para alojar 500 passageiros exigentes, era deslumbrante [*s7*]: camarotes confortáveis e ricamente decorados com madeiras exóticas, salões luxuosos como nenhum outro transatlântico possuía [*s8*]. Não faltava nada a bordo [*s9*]: salas de fumo e de jogos, 'court' de ténis, piscina, gabinetes para banhos turcos e massagens, ginásio. O Titanic era um verdadeiro palácio flutuante [*s10*]. Influentes figuras da alta sociedade do tempo não quiseram perder a viagem inaugural [*s11*]. (...)

O Titanic encontrou o icebergue pela proa na quarta noite de mar [*e7*]. Navegava a uma velocidade de 22 nós (pouco mais de 40 quilómetros por hora) [*s12*]. (...)

O navio e o icebergue com cerca de 100 metros de comprimento passaram lado a lado [*e8*] e roçaram-se [*e9*]. (...) O capitão do transatlântico, Eduard J. Smith, abandonou o camarote [*e10*] e subiu à ponte [*e11*]. Mandou accionar os comandos à distância das portas estanques para isolar os diversos compartimentos do porão [*e12*] e ordenou a um oficial subalterno que descesse a fim de observar se havia danos [*e13*]. Ainda o oficial não tinha abandonado a ponte, chegou o carpinteiro do navio, Hutchinson, com uma péssima notícia [*e14*]: o paquete estava a meter água perigosamente pelos porões da proa [*s13*]. (...)

Em poucos minutos, os porões da proa do Titanic ficaram inundados com uma altura de 4,5 metros de água [*s14*]. O rombo abaixo da linha de água provocou a inundação dos cinco compartimentos estanques da proa [*e15*]. O engenheiro Thomas Andrew, responsável pela construção do navio, acreditava que isso não seria suficiente para afundar o navio [*s15*]. (...) Mas assim que o sexto compartimento começou a ficar alagado [*e16*], Thomas Andrew disse [*e17*] que o Titanic já não tinha salvação [*s16*]. (...)

---

[160] Embora tenhamos classificado a predicação em causa como sendo um estado, não é muito clara a natureza desta eventualidade. Se pensarmos no Imperfeito como veiculando uma interpretação de cariz semi-progressivo, i.e., equivalente a "um icebergue estava a surgir", obteremos um tal resultado (cf. a discussão em 4.1.1.). Se, pelo contrário, encararmos aqui o Imperfeito apenas como indiciador de subordinação temporal ou como desencadeador de uma certa ideia de "vivacidade", a leitura eventiva será, talvez, a mais apropriada.

Estavam vencidos cerca de dois terços das 3118 milhas náuticas que separavam a Grã-Bretanha de Nova Iorque [*s17*]. Quando o navio raspou no icebergue [*e18*], os oficiais e os marinheiros presentes na ponte respiraram de alívio [*e19*]. Mal sabiam eles [*s18*] que o Titanic estava irremediavelmente perdido [*s19*]. O engenheiro Thomas Andrews desceu aos porões do navio para avaliar os estragos [*e20*]. Regressou à ponte [*e21*] e informou o comandante e o director da companhia [*e22*] que o paquete corria o sério risco de se afundar [*s20*]. (...) O Titanic afocinhava perigosamente de proa com o peso brutal da água [*s21*]. Mas o engenheiro ainda mantinha uma secreta esperança [*s22*]. (...) A pior notícia veio após escassos minutos [*e23*]. O sexto compartimento estava a meter água [*s23*]. O engenheiro Andrews estendeu a planta do navio [*e24*] e fez umas contas rápidas [*e25*]. O Titanic estava perdido [*s24*], em duas horas iria ao fundo.

Ninguém entre os passageiros suspeitava do perigo [*s25*]. O baile prosseguia animado no salão da primeira classe [*s26*]. À meia-noite e cinco minutos, o capitão Eduard J. Smith chamou todos os oficiais à ponte [*e26*] e deu-lhes a mais dolorosa ordem que alguma vez dera em 38 anos de mar [*e27*]: ordenou-lhes que mandassem preparar as baleeiras [*e28*]. Marinheiros tentavam com as bombas esgotar a maior quantidade de água [*s27*][161] que inundava os porões do Titanic [*s28*]. Tarefa vã. A água começou a ameaçar a casa das máquinas [*e29*]. Era o fim do maior e mais luxuoso paquete do mundo [*s29*]. (...) Morreram 835 passageiros, 53 crianças e 364 tripulantes [*e30*].". In *Revista Focus*, N° 138, 05/06/2002, pp. 92-96.

Tendo em vista toda a investigação levada a cabo nas primeiras subsecções deste capítulo, não será de estranhar que as relações temporais mais frequentes no interior do texto que agora nos ocupa sejam a de sucessividade de eventos (cf. [*e3*] a [*e6*]; [*e8*] a [*e13*]; [*e20*] a [*e22*]; [*e24*], [*e25*] e [*e26*], [*e27*]), a de sobreposição entre estativos, básicos ou derivados, (cf. [*s2*] a [*s11*][162]; [*s21*], [*s22*] e [*s25*], [*s26*]) e a de inclusão de eventos nos estados (cf. os pares [*e6*], [*s2*]; [*e7*], [*s12*]; [*e14*], [*s13*]; [*e15*], [*s15*]; [*e23*], [*s23*] e [*e25*], [*s24*]).

Não é igualmente difícil surpreender estruturas de subordinação que preservam as relações temporais típicas entre eventualidades. É o que acontece, por exemplo, com as orações introduzidas por *quando* (veja-se a sucessividade inerente a [*e1*], [*e2*] e a [*e28*], [*e29*]) e por *assim que* (cf. [*e16*], [*e17*]), com certas orações relativas (cf. a sobreposição

---

[161] Também aqui a natureza do estativo levanta algumas dúvidas: estaremos perante um caso de uma interpretação semi-progressiva ou de uma situação que funciona simplesmente como "enquadramento" para o desenrolar da acção descrita?

[162] O contraste entre Imperfeito ([*s2*] a [*s10*]) e Pretérito Perfeito ([*s11*]), pelo menos neste caso concreto, parece não manifestar efeitos muito significativos ao nível das conexões temporais que se estabelecem entre os estados envolvidos, na medida em que a relação de sobreposição se mantém praticamente inalterada, independentemente do tempo gramatical utilizado.

entre [*s27*] e [*s28*]) e com orações completivas (cf. a inclusão de [*e1*] em [*s1*];[163] de [*e17*] em [*s16*] e de [*e22*] em [*s20*], bem como a sobreposição entre [*s18*] e [*s19*]).[164]

Encontram-se também representados no *Texto 3* exemplos bastante esclarecedores de relações discursivas, tal como foram descritas em 5.1.3. Referimo-nos especialmente à conexão obtida entre [*s14*] e [*e15*], que parece configurar uma Relação de Explicação, em que o nexo de causalidade impõe que a segunda eventualidade preceda forçosamente a primeira; e ao vínculo entre [*e27*] e [*e28*], em que se afigura evidente a intervenção de uma Relação de Identificação que, como já tivemos oportunidade de referir, dá origem à simultaneidade estrita entre as situações envolvidas.

Por último, somos confrontados com uma sequência em que predicações de índole estativa, mesmo perspectivadas pelo Imperfeito, mantêm uma relação de sucessividade, mesmo que nem sempre estrita (cf. [*s27*], [*e29*]; [*e29*], [*s29*]) com os eventos com que se combinam (cf. [*s27*], [*e29*], [*s29*] e [*e30*]). Um tal facto reforça a pertinência da aceitação de propostas como as desenvolvidas na subsecção 5.1.2. para o tratamento dos estativos no discurso.

TEXTO 4

"O plano de Paula era quase perfeito [s*1*]. Como qualquer jovem emocionada com o casamento, ela chorou ao provar o vestido de noiva [e*1*], esmerou-se com os pormenores da sala do copo-d'água [e2] e quis [s2] que a nave central da igreja do Mosteiro da Batalha ficasse repleta de flores. A esta noiva, 32 anos, só faltou mesmo o altar [e*3*]. Mas não era preciso [s*3*] – porque, de acordo com a queixa apresentada na justiça pelo noivo enganado, o que ela queria era concretizar uma burla de cerca de 30 mil contos [s*4*].

A fuga de Paula, desde a véspera do casamento, que estava marcado para 11 de Maio [s*5*], terminou 13 dias depois [e*4*], quando foi detida pela polícia, em Lisboa [e*5*].

Na quarta-feira, dia 22, bateram à porta da casa [e*6*] onde se encontrava [s*6*], no cimo do Alto de São João. Era uma equipa das Brigadas Anticrime da PSP de Pombal [s*7*], que a levou de regresso àquela cidade [e*7*] (...).

---

[163] Dependendo da interpretação que for conferida a [*s1*], de acordo com a discussão levada a cabo na nota 160, poderemos ter, para além da referida relação de inclusão, a de sobreposição muito parcial ou mesmo a de sucessividade, no caso de encararmos a situação sob análise como um evento de pleno direito.

[164] Estamos obviamente conscientes de que as conexões temporais em contexto de subordinação requerem um tipo de abordagem algo diferente daquele que foi avançado para as frases linearmente ordenadas no discurso. No entanto, um tratamento adequado para as referidas configurações requer uma investigação profunda e detalhada das características particulares de cada classe de oração subordinada, o que não se enquadra no âmbito do presente trabalho. Limitamo-nos, pois, a apontar casos em que as relações temporais em estruturas subordinadas se revelam paralelas àquelas que surpreendemos entre frases em sucessão linear, sem, contudo, pretendermos avançar com qualquer tentativa de generalização definitiva acerca dos mecanismos que presidem à sua organização temporal.

Paula estava descansada [*s8*], pois tudo o que se sabia a seu respeito – tudo o que ela tinha contado – fora inventado. O apelido não era Garcia nem Menezes [*s9*], a gravidez gemelar nunca existiu [*s10*], a naturalidade estava longe de ser Mangualde [*s11*] – a moça até nasceu em Lisboa [*e8*]. (...)

Durante mais de seis meses, Paula morou com Paulo Vitória, de 32 anos, na vivenda dos pais dele [*s12*]. Ele conheceu-a em Coimbra, em Setembro do ano passado [*e9*], quando a transportou no seu táxi [*e10*]. Filho único de pais abastados, ex-emigrantes na Venezuela e Estados Unidos, Paulo era aquilo que se chama "um bom partido" [*s13*]. Começou aqui a "inventona" [*e11*]. Em Pombal, Paula contou [*e12*] que era natural de Mangualde [*s14*], que tinha muitos terrenos e negócios [*s15*]. Em Mangualde, onde tinha alugado umas águas-furtadas, contou a história inversa [*e13*]. (...) Dizia estar grávida de gémeas [*s16*]. Desapareceu na véspera do casamento [*e14*].". In *Revista Focus*, n° 138, 05/06/2002, pp. 99.

Uma vez mais, as relações temporais entre situações que parecem predominar são a sucessividade de eventos (cf. [*e11*], [*e12*], [*e13*], [*e14*]), a sobreposição entre estados, independentemente do tempo gramatical utilizado (cf. [*s9*], [*s10*], [*s11*]) e a inclusão de eventos no intervalo ocupado pelos estativos (cf. [*s1*], [*e1-e2*]; [*e3*], [*s3*]; [*e6*], [*s7*]; [*s13*], [*e11*]). É também possível encontrar uma sequência que integra eventos e estados em sucessão (cf. [*e1*], [*e2*], [*s2*]).

Será interessante observar que, enquanto [*s1*], que mantém com os eventos que o seguem uma relação de inclusão, se apresenta no Imperfeito, [*s2*], que se inscreve numa configuração de sucessividade, ocorre com o Pretérito Perfeito. Neste caso, portanto, o tempo gramatical associado aos estativos parece desempenhar um papel fulcral no que se refere às suas possibilidades interpretativas.

A comparência das relações mais frequentes entre eventualidades em contextos de subordinação é igualmente significativa ao longo do presente discurso: exemplos disso são a sucessividade de eventos em orações com *quando* (cf. [*e4*], [*e5*]; [*e9*], [*e10*]) e a inclusão de eventos em estados nas orações completivas (cf. [*e12*], [*s14*]-[*s15*]) e nas orações relativas (cf. [*e6*], [*s6*]; [*s7*], [*e7*]).

Antes de voltarmos a nossa atenção para a análise do próximo texto, importa tecer algumas breves considerações sobre este, as quais, por se encontrarem muito para além do âmbito do presente estudo, não poderão ser mais do que curtas anotações, a explorar em ocasiões futuras.

Mesmo após uma primeira leitura, é possível constatar que a alta frequência de adverbiais temporais com função localizadora permite uma muito maior flexibilização no que diz respeito às conexões que se instituem entre as eventualidades envolvidas no

interior do discurso. Tal facto é perfeitamente previsível, dado os adverbiais em questão revelarem a capacidade de facultar os Tempos de Referência requeridos pelas situações com que comparecem.

O recurso a múltiplos marcadores sintácticos que, explicitamente, determinam as interdependências (de tipo causal, contrastivo, etc.) entre predicações produzem também alterações bastante significativas ao nível dos nexos temporais que as regem.

Apesar do interesse que estas questões nos suscitam, não é objectivo do presente trabalho investigar de forma aprofundada o impacto que cada um dos referidos factores pode vir a ter na organização temporal dos discursos, pelo que nos abstemos de explorar as suas consequências na interpretação dos diferentes enunciados que aqui têm sido alvo da nossa atenção.

TEXTO 5

"(...) O trajecto que levou Arjar Mirpuri ao Algarve nos anos 70 iniciou-se em Hyderabat, cidade actualmente integrada nos territórios norte da Índia [e*1*]. Contudo, à época do nascimento de Arjar, em 1932, ainda fazia parte do estado paquistanês [s*1*] – isto apesar dos primeiros Mirpuri (nome que designa uma região e uma língua) serem provenientes da Índia e de religião hindu. Era uma família de comerciantes, nessa época já com negócios espalhados um pouco por todo o mundo, nomeadamente nas antigas colónias de Portugal em África [s2].

Foi nesses países que Arjar começou a acompanhar alguns negócios do pai [e2]. Passou uma temporada em S. Tomé e Príncipe [s*3*], onde os Mirpuri tinham negócios ligados ao abastecimento de navios [s*4*], e foi lá que se lhe colou à pele a paixão dos aviões [e*3*]. Nas horas vagas tinha o vício de se dirigir para o aeródromo [s*5*] e, depois, passava horas esquecidas num biplano monomotor a voar muito baixo, a rasar as águas do Atlântico Sul [s*6*].

Angola era o destino mais frequente das suas viagens de trabalho [s*7*] e foi durante uma delas, em 1952, que conheceu a mulher com quem veio a casar [e*4*]. Maria de Lurdes era filha de uma senhora de Trás-os-Montes e de um médico, natural de Aveiro [s*8*], que mantinha vários negócios no Sul de Angola [s*9*]. Foi, aliás, por causa desses negócios que Arjar se relacionou com o médico [e*5*] e, mais tarde, se apaixonou pela filha [e*6*]. Era um rapaz bem parecido, elegante, "muito daimoso" segundo o julgamento da futura sogra [s*10*].

Casaram-se [e*7*]. E iniciaram uma vida feliz no doce e tépido mundo português das ex-colónias [e*8*], dividindo os anos entre temporadas em Lisboa, geralmente no Verão, e semestres inteiros em Luanda, nos meses de Inverno. Compraram uma ilhota perto do Mussulo [e*9*], tinham barcos de recreio [s*11*], passeavam nos jardins [s*12*]. Os negócios prosperavam na área do "trading", do abastecimento de companhias petrolíferas, na construção civil [s*13*]. (...)

A partir de 1975, após a descolonização, a família estabeleceu-se definitivamente em Lisboa [e*10*]. A necessidade de modernizar os negócios não concedia a Arjar Mirpuri muita disponibilidade para passatempos [s*14*] – e, a verdade é esta, desde o nascimento da primeira filha que a mulher o proibira

de praticar o seu "hobby" preferido, a aviação [*e11*]. (...) A proibição foi acatada [*e12*]; mas o vírus aeronáutico transmitiu-se para os filhos [*e13*].

Atacou, sobretudo, o mais velho [*e14*]. Carlos nem para brincar quis alguma vez outra coisa que não fossem aviões [*s15*]. No início a mãe ainda tinha esperança [*s16*] que ele fosse estudar engenharia. Levou-o a fazer testes psicotécnicos [*e15*], tentou convencê-lo [*e16*]. Mas qual quê? Logo aos 16 anos começou a tirar o "brevet" [*e17*]. (...)

Em 1981 o seu destino consumou-se [*e18*]. Carlos partiu para os Estados Unidos [*e19*] e foi estudar o que queria no Airline Pilot's Center, em Miami [*e20*].

Esteve lá quatro anos [*s17*]. Mas em Lisboa a família não deixou de sonhar com aviões [*s18*]. O pai ainda digeria a proibição de pilotar imposta pela mulher [*s19*] e fazia contas de cabeça ao precioso tempo que perdia nas estradas do Portugal daquela época, sobretudo nas viagens para o Algarve [*s20*]; Paulo preparava-se para tirar o "brevet" logo aos 17 anos, antes mesmo de ter a carta de condução [*s21*]; e na mãe crescia o medo de ver os filhos a voar [s22]. (...) A mãe, Maria de Lurdes, cedeu [e21]: e pôde-se mandar vir o Aerocomander 500 S da América.

O resto aconteceu de forma surpreendentemente rápida [e22]. Paulo entrou com os seus 17 anos na então Direcção-Geral da Aviação Civil [e23] e disse [*e24*] que queria fundar uma companhia aérea [*s23*]. Devem-lhe ter achado uma graça imensa, porque lhe deram todas as instruções, modelos e formulários necessários. Luís transformou então num estudo económico irrepreensível as ideias visionárias do irmão mais novo [e25]. E Carlos, para além de ter feito o primeiro Manual de Voo da companhia segundo os altos padrões aprendidos em Miami, tornou-se desde logo perante as autoridades reguladoras o decisivo interlocutor técnico da empresa [e26] (...). Em 14 de Dezembro de 1988 foi concedida à Air Luxor a licença de transporte aéreo [e27]. (...)". In *Pública*, N° 320, 14/07/2002, pp. 40-49.

Tal como aconteceu com a maioria dos textos anteriormente examinados, também neste predominam a sucessividade de eventos (cf. [*e7*], [*e8*], [*e9*]; [*e15*], [*e16*], [*e17*]; [*e19*], [*e20*]; [*e23*], [*e24*], [*e25*], [*e26*], [*e27*] – esta última eventualidade recorrendo a um adverbial localizador para estabelecer o seu Tempo de Referência), a sobreposição de estativos (cf. [*s11*], [*s12*], [*s13*]; [*s17*], [*s18*], [*s19*], [*s20*], [*s21*], [*s22*][165]) e a inclusão de eventos nos estados com que co-ocorrem (cf. [*s2*], [*e2*]; [*s7*], [*e4*], [*s8*]; [*e6*], [*s10*], [*e7*]; [*s16*], [*e15*]-[*e16*]).

É igualmente possível deparar com certas sequências em que estados e eventos se organizam em configurações de carácter predominantemente sucessivo. Reportamo-nos, por exemplo, a [*e10*], [*s14*].

---

[165] Apesar do contraste entre Pretérito Perfeito ([*s17*] e [*s18*]) e Imperfeito ([*s19*] a [*s22*]), a relação de sobreposição entre estes estativos parece manter-se inalterada.

Confrontamo-nos ainda com certas estruturas de subordinação que preservam, em termos gerais, as relações que tipicamente caracterizam as eventualidades linearmente ordenadas. É o que se passa com a inclusão de [*e24*] em [*s23*] e com a sobreposição, no caso preferencialmente encarada como parcial, entre [*s8*] e [*s9*].

No que diz respeito à presença de relações discursivas, colocaremos a hipótese de que será desejável postular uma Relação de Elaboração entre [*e13*] e [*e14*]-[*s15*], o que nos permitiria explicar a inclusão dos intervalos ocupados pelas últimas eventualidades no da primeira. Um tratamento semelhante poderá ser sugerido para [*e18*] e [*e19*]-[*e20*]. É interessante observar ainda que [*e22*] abre para uma série de outros eventos que nele parecem estar contidos (nomeadamente os de [*e23*] a [*e27*]), o que indicia a presença de uma Relação de Elaboração.

Finalmente, importa sublinhar que a forte presença de adverbiais temporais com potencial localizador e de marcadores sintácticos explícitos condiciona, de forma muito evidente, as conexões temporais entre as eventualidades envolvidas. No entanto, tendo em vista toda a complexidade inerente a este género de configurações, seremos forçados a excluir uma avaliação do seu impacto ao nível da organização discursiva do âmbito do presente trabalho, pelo que a ignoraremos aqui.

TEXTO 6

"Na noite de 12 para 13 de Outubro, de férias em Bali, na Indonésia, Diogo Ribeirinho decidiu ir divertir-se para o Sari Club [*e1*]. Minutos antes do atentado terrorista que atingiu a discoteca, o militar foi visto na pista de dança [e2]. Horas depois, os outros soldados portugueses que estavam com ele no local foram encontrados [*e3*][166], só Diogo não. Os restantes militares – que fazem parte do 2° Batalhão de Infantaria Pára-Quedista, destacados em Timor-Leste para integrar a força das Nações Unidas, e que também se encontravam de férias na ilha indonésia – foram igualmente localizados [*e4*]. Dos 32, apenas ficava a faltar um [*s1*]. A fotocópia do Bilhete de Identidade do jovem português de 21 anos percorreu cafés, restaurantes e hospitais da cidade, nos dias que se seguiram ao atentado [e5]. Mas nada. (...)

Na passagem pela Escola de Pára-Quedistas de Tancos, Diogo revelou-se uma pessoa "alegre" [*s2*], gostava de participar nas aulas [*s3*] e mostrou desde logo o seu "voluntarismo" [*s4*]. Tirou o curso de pára-quedista [*e6*], especializou-se em operador de transmissões [*e7*] e não perdeu a oportunidade de integrar o batalhão que seguiu para Timor no início de Junho [*s5*]. Estava de férias em Bali desde o

---

[166] Assumiremos aqui, sem grande discussão, na sequência das observações efectuadas em 3.3.4., que as construções passivas preservam, tendencialmente, as propriedades aspectuais básicas das predicações a que se aplicam, pelo que consideraremos [*e2*] e [*e3*] enquanto eventos. No entanto, pelo menos para alguns falantes consultados, as formas passivas parecem salientar os efeitos relacionados com os estados consequentes eventualmente associados a tais eventos. A confirmação deste facto, porém, dependerá de um estudo global mais aprofundado da questão das frases passivas que não iremos, no entanto, realizar no presente trabalho.

dia 27 de Setembro [*s6*] e preparava-se para regressar no passado dia 16 [*s7*]. (...)". In *Revista Focus*, N° 158, 23/10/2002, pp. 25.

As relações temporais entre situações ilustradas no presente enunciado obedecem a padrões comportamentais muito próximos daqueles que subjazem aos restantes textos que temos vindo a investigar ao longo desta subsecção. Assim sendo, a sequência [*s2*], [*s3*], [*s4*] configura a sobreposição entre predicações de índole estativa (mesmo apesar da intervenção de tempos gramaticais diferenciados), ao passo que [*e3*], [*e4*], [*s1*] e [*e6*], [*e7*], [*s5*] denotam configurações, integrando tanto eventos quanto estados, em que é predominante a sucessividade.

A relevância dos adverbiais temporais para a organização discursiva está também bem patente neste texto (cf. [*e1*], [*e2*], [*e3*], [*e5*], [*s6*], [*s7*]). Nos casos em apreço, os adverbiais condicionam fortemente a interpretação das situações com que se articulam, fornecendo-lhes, na maioria das ocasiões, os respectivos Tempos de Referência de uma forma explícita. Não nos cabe, contudo, explorar em pormenor todas as potencialidades localizadoras dos referidos adverbiais, pelo que não prosseguiremos aqui a sua análise.

O exame das principais relações temporais entre as eventualidades representadas nos 6 textos recolhidos leva-nos a concluir que, de modo geral, os fundamentos teóricos adoptados nas duas primeiras secções deste capítulo serão suficientes para dar conta das mais significativas conexões entre as frases linearmente ordenadas no interior de um discurso narrativo. No entanto, dados os objectivos do presente trabalho, ignorámos certas configurações de maior complexidade, envolvendo factores como a subordinação ou a comparência de marcadores sintácticos e de adverbiais localizadores, que também interferem decisivamente na composição e na estruturação discursiva.

CONCLUSÕES

Os resultados conseguidos a partir da discussão efectuada no decurso do presente capítulo podem ser sintetizados da seguinte forma:

- De um modo geral, todas as eventualidades linearmente ordenadas estão associadas a um determinado Tempo de Referência que pode ser veiculado tanto através de um adverbial temporal quanto pela informação inerente às situações previamente introduzidas no discurso.

- Salvo informação explícita em contrário, os diferentes Tempos de Referência organizam-se sequencialmente no discurso, independentemente do tipo aspectual das predicações a que se agregam.
- As divergências, em termos de comportamento temporal, que se podem observar entre estados e eventos devem-se, fundamentalmente, ao modo como cada uma destas classes aspectuais se conjuga com os respectivos Tempos de Referência: os eventos encontram-se incluídos nos intervalos em questão, ao passo que os estativos estabelecem com eles uma relação de sobreposição, total ou parcial, abrindo caminho a um vasto leque de possibilidades combinatórias.
- Também os tempos gramaticais desempenham um papel de grande relevância no que diz respeito à organização temporal dos discursos: o Pretérito Perfeito, impondo um "confinamento" às situações com que comparece, remete, de preferência, para interpretações em que predomina a sucessividade; o Imperfeito, pelo contrário, não procedendo a qualquer tipo de delimitação das eventualidades a que se aplica e conferindo-lhes propriedades típicas dos estativos, favorece uma leitura de sobreposição.
- Para além dos princípios gerais aqui enunciados, são múltiplos os factores que condicionam a organização temporal dos discursos, chegando mesmo a propiciar alterações bastante significativas. Destacam-se, entre muitos outros, as expressões adverbiais, certos marcadores sintácticos, contextos de subordinação e condicionalismos de ordem pragmática, representáveis através de um conjunto limitado de Relações Discursivas.
- As relações discursivas, de que são exemplo a Explicação, a Causa, a Elaboração, a Identificação e o Paralelismo, fornecem uma série de indicações específicas que condicionam, em certa medida, a interpretação dos discursos através do recurso a factores semantico-pragmáticos de grande complexidade que envolvem, para além de elementos estritamente linguísticos, certos tipos de inferências e o conhecimento geral do mundo partilhado pelos intervenientes na enunciação.
- A interacção entre o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, que se aplica por defeito, e as várias Relações Discursivas, de âmbito mais restrito, permite-nos descrever as múltiplas conexões temporais que se

estabelecem no interior de uma narrativa. Se é certo que, tipicamente, os eventos se organizam em sucessão linear e os estados desencadeiam a sobreposição, não deixa igualmente de ser verdade que muitos outros tipos de relações temporais se podem verificar entre as referidas eventualidades. Assim, não irá ser difícil encontrar eventos que englobam ou que se revelam co-temporâneos de outros eventos e estados que tomam parte em configurações em que predomina a sucessividade.

- Importa, finalmente, sublinhar que as diferentes subclasses de estativos condicionam, até certo ponto, a interpretação dos discursos em que comparecem: assim, tipicamente, os estados de indivíduo cuja delimitação temporal não seja facilmente estabelecida não parecem poder participar em estruturas de sucessividade; os estados de "estádio", graças à sua grande flexibilidade em termos temporais, encontram-se em condições de ocorrer, sem problemas, em todos os géneros de configurações; os estados de natureza [+faseável], por seu lado, quando combinados com o Pretérito Perfeito, parecem ostentar um comportamento preferencial muito próximo ao dos eventos, i.e., surgem tendencialmente em contextos em que predomina a sucessividade.

CAPÍTULO 6

CONTRIBUTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS: RECONSIDERANDO ALGUMAS QUESTÕES

Tomando em linha de conta todos os resultados obtidos a partir da investigação que desenvolvemos ao longo dos capítulos anteriores, encontramo-nos, finalmente, em condições de reavaliar algumas das propostas que inicialmente foram avançadas para a definição, identificação e caracterização das predicações estativas.

Com o objectivo central de encontrar respostas satisfatórias para certos problemas deixados em aberto e de ultrapassar, na medida do possível, os obstáculos de maior complexidade que a classe de predicações sob análise nos tem colocado, procederemos, no presente capítulo, ao reequacionamento de muitas das concepções por nós adoptadas, procurando avaliar não só a sua validade no plano teórico mas também a sua adequação, em termos práticos, aos dados linguísticos com que temos vindo a ser confrontados.

Nesse sentido, dedicaremos integralmente a secção 6.1. a uma revisão do conceito de estatividade: discutiremos a articulação entre as propriedades e os comportamentos típicos das predicações estativas, reformularemos as noções centrais de "fase" e de "estádio", revisitaremos as diferentes subclasses de estativos, fornecendo argumentos

adicionais em favor da imprescindibilidade da sua postulação e procuraremos encontrar uma definição satisfatória para o que são, afinal, os estados enquanto classe aspectual.

Finalmente, em 6.2., deixaremos algumas reflexões, ainda que breves e não muito sistemáticas, acerca da sintaxe e das possibilidades de formalização de certos estados de natureza derivada, o que nos obrigará a retomar a distinção proposta no capítulo 1 entre operadores e "perspectivadores" aspectuais.

6.1. ESTATIVIDADE: REAVALIANDO ALGUMAS QUESTÕES

Nesta secção pretendemos retomar alguns dos problemas mais relevantes que nos ocuparam no decurso do capítulo 2 à luz dos resultados obtidos a partir da globalidade da investigação que fomos empreendendo ao longo do presente trabalho. Sob esse ponto de vista, é nossa intenção sistematizar e, caso se afigure necessário, reformular os conceitos básicos que se prendem com a questão da estatividade.

6.1.1. Propriedades e Comportamentos Comuns aos Estativos

Como já foi referido no capítulo 2, será desejável, em nome da consistência das propostas teóricas que estamos a adoptar, fazer depender o comportamento linguístico ostentado pelos diferentes tipos de eventualidades das propriedades que aspectualmente os caracterizam. Nesse sentido, o comportamento manifestado por uma qualquer classe aspectual de situações decorrerá directamente da sua estruturação temporal interna. Vejamos, pois, em que medida uma tal suposição é válida para as predicações de cariz estativo.

Em termos gerais, diremos que os estados são caracterizados como eventualidades não dinâmicas, i.e., em que não ocorre alteração do estado de coisas descrito, durativas, atélicas (o que significa que não contemplam um ponto terminativo intrínseco na sua constituição temporal interna) e homogéneas, i.e., cujas partes são de natureza idêntica à do todo (cf. Cap. 1 e 2).

Tais propriedades, isoladamente ou em interacção dinâmica, permitem-nos derivar a generalidade dos comportamentos linguísticos que identificam este tipo de situações. Assim, por exemplo, a duratividade e a atelicidade associadas aos estativos explicam o seu padrão de ocorrência com os adverbiais de medição temporal (cf. (1) e (2)):

(1) a- O António morou no Porto durante vinte anos.
b- * O António morou no Porto em vinte anos.
(2) a- A Ana foi amiga da Maria durante dez anos.
b- * A Ana foi amiga da Maria em dez anos.

A homogeneidade e a atelicidade, em articulação com a duratividade, permitem, por seu lado, dar conta do facto de as predicações estativas desencadearem uma relação de inclusão dos eventos com que comparecem no intervalo em que decorrem, não só nas orações temporais introduzidas por *quando*, mas também noutros contextos relevantes, como a ordenação linear de frases no discurso, mesmo nos casos em que está presente o Pretérito Perfeito (cf. (3) e (4)):

(3) a- Quando a Maria esteve doente, o João visitou-a.
b- Quando morou em Paris, a Maria escreveu um romance policial.
(4) a- A Maria esteve doente. O João visitou-a.
b- O Pedro morou em Paris. Inscreveu-se na universidade e conheceu novos amigos.

O não dinamismo e a homogeneidade, que conferem aos estativos a propriedade de se constituírem como um "contínuo" absolutamente inalterável, parecem estar na base da preferência clara por uma interpretação de "presente real" manifestada por parte deste tipo de situações no contexto do Presente do Indicativo (cf. (5)):

(5) a- A Maria é alta.
b- O meu cão está deitado.
c- A Rita mora na Holanda.

Por fim, a total ausência de "fases" sucessivas na estrutura interna dos estativos permite compreender as severas restrições, e mesmo certas incompatibilidades, que este tipo de eventualidade manifesta em relação a alguns operadores aspectuais (cf. (6)):

(6) a- * A Maria parou/acabou de ser alta.
b- * O gnu parou/acabou de estar deitado.
c- * A Rita parou/acabou de morar na Holanda.

A caracterização fornecida para as predicações estativas não está, contudo, isenta de dificuldades. Uma das mais relevantes, a que prestaremos um pouco de atenção em seguida, prende-se com a designada propriedade de subintervalos.

Tradicionalmente, os estativos são encarados como eventualidades completamente homogéneas, ou seja, qualquer subintervalo de um estado, incluindo todos os momentos que o constituam, preserva na íntegra as suas características definitórias, i.e., representa igualmente um estado da mesma natureza. Isto significa, em última instância, que não serão admissíveis pausas no decurso de uma situação deste género.

Se uma observação deste teor não oferece problemas de maior à interpretação das pausas reconhecíveis no interior dos estados habituais, já que, como demonstrámos em 3.4., enquanto "perspectivadores" aspectuais, tais configurações preservam grande parte das características que identificam as predicações de base a que se aplicam, o mesmo não poderá ser invocado para exemplos como os que a seguir se apresentam:

(7) a- A Lígia esteve triste durante todo o fim-de-semana.
b- O Pedro esteve em casa da avó durante as férias de Natal.
c- Esteve frio durante o Inverno passado.

Intuitivamente, parece razoável admitir que o valor de verdade de frases como as de (7) não será decisivamente afectado pela presença de pausas no interior dos estados descritos: assim, a proposição em (7a) poderá continuar a ser considerada verdadeira mesmo se existiram intervalos de tempo incluídos no fim-de-semana em que a Lígia não esteve triste (por exemplo, durante o seu período de sono); observações semelhantes são válidas para os restantes exemplos expostos: para que (7b) possa receber um valor de verdade positivo não é obrigatório que o Pedro tenha estado em casa da avó em todos os momentos constitutivos do período correspondente às férias de Natal e uma frase como

(7c) manterá o seu valor de verdade positivo inalterado mesmo que alguns dos dias do Inverno passado não tenham estado frios.

Verificámos, pois, que, ao contrário do que certas propostas teóricas nos sugerem (cf. Dowty (1979)), nem todos os estados são forçosamente verdadeiros no que respeita ao somatório integral dos momentos que constituem os intervalos que os acolhem. Na realidade, confrontamo-nos com configurações que, embora estativas de pleno direito, admitem, sem problemas, a presença de pausas ao longo do seu curso.

6.1.2. Homogeneidade Vs. Uniformidade

Das observações que acabámos de efectuar podemos retirar a conclusão de que a propriedade de subintervalos se revela manifestamente inadequada para a caracterização da estatividade enquanto tal, embora, como veremos mais adiante, se constitua como um elemento imprescindível para a identificação de algumas das subclasses de estativos, nomeadamente no que se refere aos estados de indivíduo.

Visto que, como procurámos demonstrar, a plena homogeneidade a nível temporal não poderá ser invocada como propriedade identificadora da totalidade das predicações estativas, o que caracteriza, então, uma tal categoria, diferenciando-a de todas as outras classes aspectuais?

No capítulo 2 do presente trabalho propusemos que a noção de uniformidade daria conta, de uma forma apropriada, das principais divergências entre estados e eventos. Tentaremos, em seguida, tornar este conceito um pouco mais explícito, mostrando em que medida soluciona satisfatoriamente o problema com que nos estamos a confrontar. Para tal, importa definir, de um modo tão claro quanto possível, a fronteira que separa os estados dos processos, os eventos que, em termos aspectuais, maiores afinidades têm com as predicações de natureza estativa.

Embora se revelem relativamente homogéneos até um certo limite, os processos nunca o são em termos absolutos, na medida em que, tal como observado, entre outros, por Dowty (1979), por Parsons (1990) ou por Smith (1991, 1999), os eventos em análise ostentam uma configuração temporal interna de tipo, por assim dizer, "molecular", ou seja, as porções mínimas que os caracterizam são obtidas a partir de uma estruturação subatómica, para além da qual as suas propriedades típicas se alteram substancialmente. Ou, dito de outra forma, os processos são construídos com base em unidades discretas

mínimas, no interior das quais a homogeneidade se torna de todo impraticável. Sob este ponto de vista, por exemplo, diremos que "caminhar" e "correr" serão constituídos por ciclos de passadas, "nadar" por braçadas, "falar" por articulações vocais, "respirar" por inspirações e por expirações, "dormir" por ciclos de sono, etc..

Isto equivale a dizer que os processos são obtidos a partir da recorrência cíclica de subfases sucessivas. É nesse sentido que podemos afirmar que os processos são, na sua essência, eventos, ou seja, situações dinâmicas, com uma estrutura "fásica" intrínseca capaz de produzir alterações significativas ao nível do estado de coisas inicialmente representado.

Os estados são, pelo contrário, eventualidades inteiramente uniformes, na medida em que não suportam quaisquer alterações aspectuais intrínsecas, não se verificando, por conseguinte, modificações significativas ao nível das características identificadoras da situação que descrevem. É nesse sentido que podemos dizer que esta classe aspectual de predicações aponta para uma certa "permanência" ou "imutabilidade" dos estados de coisas que veicula.

Os estados comportam-se, por conseguinte, como um todo perfeitamente contínuo e uniforme no que diz respeito ao seu "perfil" aspectual, não ostentando qualquer tipo de subfases ou de subeventualidades relevantes que, de alguma forma, possam vir a ser destacadas da globalidade da situação representada.

Em suma, parece-nos lícito concluir que, embora suportem pausas no seu interior, não podendo, por conseguinte, ser considerados temporalmente homogéneos, no sentido estrito do termo, os estados distinguem-se dos eventos (e particularmente dos processos) por se mostrarem absolutamente uniformes, i.e., por ostentarem uma estrutura que não contempla subfases diferenciáveis entre si (apesar de, como veremos adiante, alguns deles admitirem a sua comparência através de derivações no interior da Rede Aspectual, funcionando, nesse caso, enquanto processos derivados; cf. 6.1.4).

A uniformidade será, pois, a condição necessária e suficiente para a identificação da presença de "traços" ou "marcas" de estatividade.

Nesta linha de análise, propomos, basicamente, a distinção entre três concepções diferenciadas de homogeneidade:

a. Uma concepção, por assim dizer, tradicional do termo, na linha de observações como as efectuadas por Vendler (1967) ou por Dowty (1979), em que a homogeneidade é encarada como a possibilidade de manutenção da identidade e das várias propriedades

que caracterizam genericamente uma dada situação quando sujeita à divisibilidade ou à cumulatividade. Foi a esta acepção que recorremos no capítulo 1 para a distinção entre estados e actividades, por um lado, e "*accomplishments*" e "*achievements*", por outro.

b. Uma concepção essencialmente temporal da homogeneidade, segundo a qual este termo denota o decurso de uma situação, sem alterações e sem pausas, em todos os momentos que constituem o intervalo que ocupa e que, de uma certa forma, se identifica com a designada "propriedade de subintervalos" de Dowty (1979).

c. Uma concepção fundamentalmente aspectual da homogeneidade, a que demos o nome de "uniformidade", que se refere à completa ausência de "mudanças", traduzíveis por meio de "fases" sucessivas, na estrutura de uma eventualidade.

De toda a discussão que empreendemos até ao presente momento deve ter ficado claro que, para uma caracterização adequada dos diferentes tipos de predicações, estão necessariamente envolvidas, para além do conceito tradicional de âmbito mais alargado, tal como Vendler (1967) o apresenta, duas formas autónomas e perfeitamente distintas de homogeneidade: a primeira, de natureza estritamente temporal, identifica-se com a (im)possibilidade da comparência de pausas ao longo do decurso de uma eventualidade; a segunda, de carácter predominantemente aspectual, e que temos vindo a designar por uniformidade, prende-se com a (não) ocorrência de subfases ou de subeventualidades na constituição temporal interna de uma situação.

Sob um certo ponto de vista, será lícito afirmar que as noções de uniformidade e de homogeneidade temporal concretizam, de uma forma mais específica, a ideia central de Vendler, que integra, sem os distinguir, os conceitos aqui apresentados, na medida em que remetem directamente para uma separação clara de duas vertentes fundamentais para a análise das predicações – o Tempo e o Aspecto –, permitindo avaliar o impacto que cada uma delas tem sobre a estruturação das eventualidades.

Poderemos, assim, definir os dois conceitos centrais que aqui foram explorados da seguinte forma:

- A ***homogeneidade*** é um conceito de natureza estritamente temporal que se refere à inexistência de quaisquer pausas ou interrupções ao longo do período em que uma dada situação decorre.

- ❖ A ***uniformidade*** é um conceito basicamente aspectual que remete para a completa ausência de subfases ou de subeventualidades na estrutura interna de uma dada situação.

Tal como procuraremos mostrar na próxima subsecção deste trabalho, a distinção que acabámos de estabelecer articula-se, de forma muito estreita, com a diferenciação que propusemos, ainda que informalmente, no capítulo 2, entre as noções de "fase" e de "estádio".

6.1.3. As Noções de "Fase" e de "Estádio"

A discussão acerca da obrigatoriedade da diferenciação entre uma homogeneidade de índole temporal e uma homogeneidade de carácter aspectual poderá projectar alguma luz sobre a natureza e a pertinência dos conceitos de "fase" e de "estádio", tal como foram propostos no capítulo 2.[167] Vejamos em que medida.

Se aceitarmos a ideia de que as situações poderão ser temporal ou aspectualmente heterogéneas (por contraposição com as suas correlativas de tipo homogéneo), torna-se, naturalmente, indispensável averiguar quais as unidades distintivas que se encontram na base da divergência que opõe estas duas dimensões. Uma resposta satisfatória para tal problema poderá passar, muito plausivelmente, pela consideração do estatuto conferido às noções de "estádio" e de "fase".

Nesse sentido, defenderemos que o "estádio" se constitui como um conceito de cariz essencialmente temporal (eventualmente com um certo impacto ao nível aspectual) que designa uma porção limitada de tempo, um mero intervalo confinado, cuja duração se encontra perfeitamente estabelecida.

Pelo contrário, encaramos a "fase" como uma noção de índole predominantemente aspectual (eventualmente responsável por determinados efeitos de natureza temporal) que designa uma porção característica e bem identificável de uma eventualidade, capaz de produzir alterações significativas no desenrolar do estado de coisas em que participa. A "fase" será, pois, uma parcela que, pela dinâmica de "transformação" que imprime, se

---

[167] Recordemos que, enquanto um "estádio" representa apenas um período temporal não especificado, a "fase" designa uma porção aspectualmente relevante de uma situação. Estes dois conceitos serão investigados e reformulados ao longo da presente subsecção.

assume como um elemento aspectualmente relevante para a estrutura interna da situação em que se encontra envolvido.

Em seguida, apresentamos, sinteticamente, os conceitos de "estádio" e de "fase", tal como os entendemos após a sua reformulação à luz das noções de homogeneidade e de uniformidade:

- O ***estádio*** é um conceito essencialmente temporal que designa um intervalo perfeitamente circunscrito, com limites bem determinados.
- A ***fase*** é um conceito eminentemente aspectual que designa uma porção de tempo relevante para a alteração do estado de coisas descrito por uma dada situação.

Tal como já referimos anteriormente para as relações que, pelo menos em línguas como o Português, se podem surpreender entre várias estruturas temporais e aspectuais, também as noções de "fase" e de "estádio" estão longe de funcionar enquanto elementos estanques, totalmente independentes entre si: pelo contrário, articulam-se em interacção mútua e dinâmica, influenciando-se de forma recíproca e bidireccional. Este facto será particularmente evidente no que se refere ao comportamento das subclasses de estativos, como procuraremos demonstrar na próxima subsecção deste trabalho.

6.1.4. Propriedades e Comportamentos Específicos das Diferentes Subclasses de Estativos

Tendo deixado clara a distinção entre as noções de "fase" e de "estádio", podemos finalmente reequacionar o estatuto das diferentes subclasses de estativos a que temos vindo a fazer referência desde o capítulo 2, procurando demonstrar em que medida é que as suas especificidades em termos de comportamento linguístico derivam, de modo directo, das propriedades semânticas que as caracterizam.

6.1.4.1. A Questão da "Faseabilidade"

Como já referimos, a "faseabilidade" designa a possibilidade, manifestada por certos estados, de contemplar "fases" na sua estrutura temporal interna, passando, nessa medida, a comportar-se como verdadeiros eventos de tipo processual e a participar de pleno direito na Rede Aspectual de Moens (1987). Sob este ponto de vista, defendemos que tal conceito pertence fundamentalmente ao domínio aspectual.

Os estativos que permitem a comparência de "fases" no interior da sua estrutura temporal, passando, por conseguinte, a processos, receberão o traço [+faseável]; os que, pelo contrário, não suportam uma tal alteração do "perfil" aspectual básico ostentam o traço [-faseável]. Torna-se, contudo, imprescindível sublinhar, mais uma vez, que estas categorias representam somente os extremos de uma gradação, que comporta diferentes hipóteses intermédias, e não as duas únicas possibilidades classificatórias disponíveis para as predicações em questão.

Dadas as observações efectuadas, podemos concluir que, em termos muito gerais, os estados de natureza [+faseável] manifestam, para além de características comuns aos restantes estativos, comportamentos típicos das predicações eventivas em que podem ser comutados (cf. 2.1.6).

Os estados "faseáveis" sofrem, portanto, alterações significativas ao nível da sua estrutura temporal interna que, sob um certo ponto de vista, se torna "fásica", ou seja, adquire propriedades características de eventualidades de tipo dinâmico.

Vejamos em que medida tais assunções se reflectem, de forma directa e evidente, nos princípios subjacentes aos diversos critérios que nos permitem distinguir os estados "faseáveis" dos "não faseáveis". Tendo a possibilidade de recorrer a uma estruturação "fásica" própria, os estados de natureza [+faseável] manifestam muito menos restrições do que os seus congéneres de carácter [-faseável] no que diz respeito à comparência no contexto de verbos de operação aspectual que, de um modo ou de outro, façam apelo a um "*input*" eventivo, ou seja, de tipo dinâmico. Nesse sentido, apenas os primeiros serão perfeitamente compatíveis com operadores do género do Progressivo, de *andar a* ou de *começar a*, ao contrário do que acontece com os segundos (confrontem-se, a este respeito, os juízos de gramaticalidade representados nas frases de (8) com os presentes nas de (9)):

(8) a- A Maria está a ser simpática com os colegas.
b- O Miguel anda a ser preguiçoso.
c- O meu cão começou a ser agressivo.

(9) a- * A Maria está a ser alta.
b- * O Miguel anda a ser Português.
c- * O meu cão começou a ser castanho.

Por outro lado, a alteração do "perfil" aspectual básico permitida aos estados de índole "faseável" possibilita-lhes, de igual modo, desempenhar o papel habitualmente atribuído às predicações eventivas nas orações principais de temporais introduzidas por *quando*, em que comparecem, sem levantar dificuldades, em conjugação com o Pretérito Perfeito, desencadeando uma leitura preferencial de sucessividade. Tal comportamento está em absoluto vedado aos estados "não faseáveis", como os exemplos que se seguem nos comprovam:

(10) a- Quando o João lhe pediu informações, a Maria foi muito simpática.
b- Quando o carteiro bateu à porta, o meu cão foi agressivo.

(11) a- * Quando fez dez anos, o João foi alto.
b- * Quando nasceu, o meu cão foi castanho.

Observações até certo ponto semelhantes poderão ser produzidas para o contexto de frases linearmente ordenadas no discurso: tipicamente, apenas os estados "faseáveis" ocorrem, sem gerar anomalia semântica, em segundas orações no Pretérito Perfeito com uma leitura preferencial de sucessividade (cf. (12) e (13); mas tenha-se bem presente tudo o que foi referido a este respeito ao longo do capítulo 5):

(12) a- O Guilherme perdeu-se. Um polícia foi muito simpático e levou-o a casa.
b- O carteiro bateu à porta. O meu cão foi agressivo e mordeu-lhe a perna.

(13) a- O João fez dez anos. * Foi alto.
b- A Maria mandou tingir o seu casaco. * (Ele) foi verde.

Em síntese, afigura-se-nos lícito concluir que as propriedades e comportamentos relevantes que nos permitem diferenciar os estativos "faseáveis" dos "não faseáveis" remetem prioritariamente para o domínio aspectual, tal como sucede, em última análise,

com a noção de "fase" que lhes está subjacente. Por outras palavras, os estados de cariz [+faseável] poderão manifestar, reunidas as condições apropriadas, uma estruturação interna de tipo "fásico" que, todavia, não se encontra disponível para os estados de índole [-faseável], o que se irá reflectir de forma directa nas divergências detectadas ao nível dos respectivos comportamentos semânticos.

6.1.4.2. Estados de Indivíduo vs. Estados de "Estádio"

Tomando em consideração alguns dos resultados da investigação que temos vindo a empreender até ao momento, é de prever que a principal diferença que se estabelece entre estados de indivíduo e de "estádio" radique em factores de ordem eminentemente temporal.

Com efeito, como procuraremos deixar bem claro em seguida, tal hipótese parece ser confirmada pelas propriedades e comportamentos das eventualidades em questão.

Caracterizando uma entidade em si mesma, em toda a sua extensão, os predicados de indivíduo deverão ser homogéneos em termos temporais, ou seja, terão que obedecer estritamente à propriedade de subintervalos, tal como foi discutida na primeira secção deste capítulo. Assim sendo, se "O João é alto" descreve um estado de coisas verdadeiro para um dado intervalo, isso significa que a referida eventualidade receberá igualmente um valor de verdade positivo em todo e qualquer subintervalo (incluindo os instantes) constitutivo de tal período de tempo, podendo, dessa forma, dar conta das propriedades inerentes ao indivíduo em questão, independentemente das circunstâncias particulares a que se faz apelo no discurso.

Pelo contrário, os estados de "estádio", aplicando-se a períodos temporalmente limitados de indivíduos, serão mais flexíveis (logo, susceptíveis de admitir uma maior heterogeneidade) a nível temporal, podendo suportar, por exemplo, a presença de pausas ao longo do seu decurso, sem que o seu valor de verdade seja substancialmente alterado (vejam-se os exemplos de (7)). Isto deve-se ao facto de tais predicados caracterizarem apenas porções limitadas de indivíduos, o que significa que se encontram aptos a dar conta de intervalos com configurações e extensões muito variáveis e diversificadas.

Tomando em consideração o conjunto de observações que acabámos de realizar, não surpreende que os critérios distintivos que permitem estabelecer a fronteira entre estes dois tipos de estativos se baseiem fundamentalmente em elementos linguísticos que, de uma maneira ou de outra, remetam para a temporalidade.

Nesse sentido, só os estados de "estádio" se revelam manifestamente compatíveis com configurações que impõem evidentes restrições em termos temporais, como sucede com os adverbiais de localização temporal (cf. *ontem*, *no sábado*, etc.), com expressões de quantificação sobre intervalos (cf. *sempre que*, *todas as vezes que*, etc.) ou com os adverbiais pontuais. A este respeito, confrontem-se os exemplos de (14) e (15).

(14) a- * Ontem, o mar foi enorme.
b- * Sempre que o mar é enorme, aumenta o número de peixes.
c- * O mar foi enorme às cinco da tarde.

(15) a- Ontem, o mar esteve bravo.
b- Sempre que o mar está bravo, as gaivotas dirigem-se para terra.
c- O mar esteve bravo às cinco da tarde.[168]

A homogeneidade temporal parece estar, pois, na base da distinção que se verifica entre estados de indivíduo (que, por caracterizarem directamente as entidades a que se aplicam, serão verdadeiros em todo e qualquer momento constitutivo do intervalo em que decorrem) e estados de "estádio" (que, por remeterem para porções bem delimitadas de indivíduos, suportam, com maior facilidade, descontinuidades em termos temporais).

Uma análise atenta aos dados que aqui foram apresentados leva-nos a concluir que a esmagadora maioria dos testes a que recorremos para o estabelecimento das oposições entre as diferentes subclasses de estativos corresponde, tendencialmente, à natureza das propriedades semânticas que as identificam. Sob esse ponto de vista, a "faseabilidade" remete para comportamentos de cariz fundamentalmente aspectual, enquanto a distinção que se observa entre os estados de indivíduo e de "estádio" aponta para comportamentos de índole eminentemente temporal.

---

[168] Observações semelhantes poderão ser efectuadas relativamente a configurações envolvendo alguns Particípios Passados (cf. (i) e (ii)):

(i) a- * Ontem, o mar foi salgado.
b- * Sempre que o mar é salgado, aumenta o número de peixes.
c- * O mar foi salgado às cinco da tarde.

(ii) a- Ontem, o mar esteve agitado.
b- Sempre que o mar está agitado, as gaivotas dirigem-se para terra.
c- O mar esteve agitado às cinco da tarde.

Para uma discussão mais aprofundada de questões relativas ao comportamento dos Particípios Passados em construções predicativas, cf. Cunha e Ferreira (2003).

A intersecção dos dois vectores a que temos vindo a fazer referência – o aspectual, responsável pela distinção entre estados manifestando o traço [+faseável] e o [-faseável] e o temporal, motivador da oposição entre estados de indivíduo e de "estádio" – dará origem às quatro subclasses de estativos que propusemos no capítulo 2 e que ilustramos em (16):

(16) a- O meu cão é preto. (estado de indivíduo não faseável) [169]
b- O meu cão é agressivo. (estado de indivíduo faseável)
c- O meu cão tem febre. (estado de estádio não faseável)
d- O meu cão está nervoso. (estado de estádio faseável)[170]

Os dois eixos principais de classificação que aqui propusemos não se mostram, no entanto, totalmente independentes entre si; pelo contrário, conjugam-se numa interacção dinâmica e complexa, influenciando-se reciprocamente. Assim, por exemplo, como adiante veremos com mais pormenor, a "faseabilidade" vai ter uma grande influência no que diz respeito à possibilidade de passagem de predicados de indivíduo a predicados de "estádio". É às consequências linguísticas de tal inter-relação que iremos dedicar a próxima subsecção deste trabalho.

---

[169] É muito interessante reconhecer que, nestes casos, se estabelece uma interacção complexa entre o verbo e o predicador adjectival que o acompanha. Assim, certos adjectivos somente parecem poder comparecer com *ser*, dando origem a predicados de indivíduo (ex. "inteligente"); outros, pelo contrário, combinam-se apenas com *estar*, surgindo unicamente em configurações que representam predicados de "estádio" (ex. "contente"); os restantes, finalmente, parecem poder surgir em ambos os contextos (ex. "nervoso").

[170] Sublinhe-se que, em contextos em que comparece o verbo *estar*, o teste do Progressivo não se aplica. No entanto, existem fortes evidências de que nos encontramos perante um estado de cariz [+faseável], na medida em que a predicação em causa se pode combinar com operadores do género de *começar a* (cf. "O meu cão começou a estar nervoso" e, em orações principais de temporais introduzidas por *quando*, recebe preferencialmente uma leitura de sucessividade (cf. "Quando ouviu o trovão, o meu cão esteve nervoso").

6.1.5. Consequências Semânticas da Interacção entre os Vectores de Classificação dos Estativos

Como referimos no final da subsecção anterior, os dois vectores de classificação aplicáveis às predicações estativas interagem reciprocamente, o que terá importantes consequências ao nível do comportamento das diversas subclasses de estados a que dão lugar. Propomo-nos, ao longo dos próximos parágrafos, investigar com um pouco mais de pormenor o contributo desta inter-relação no que respeita às propriedades semânticas que caracterizam cada tipo de estativo.

6.1.5.1. Estados de Indivíduo "não Faseáveis"

Os estados de indivíduo "não faseáveis" distinguem-se das restantes classes de predicações por serem inteiramente homogéneos, tanto em termos temporais, quanto no que toca ao seu perfil aspectual, não admitindo, em circunstância alguma, alterações significativas ao nível da sua estruturação interna.

Nesse sentido, as referidas eventualidades combinam, sem levantar problemas, o comportamento característico das situações "não faseáveis", como se pode verificar por paradigmas como os representados em (17) e (19), com o que identifica os predicados de indivíduo, como (18) e (20) nos sugerem:[171]

(17) a- * A Ponte da Arrábida está/começou a ser larga.
b- * A Ponte da Arrábida é larga habitualmente.
c- * Quando eu a atravessei, a Ponte da Arrábida foi larga.

(18) a- * No Sábado, a Ponte da Arrábida foi larga.
b- * Sempre que a Ponte da Arrábida é larga, o trânsito para Gaia diminui.
c- * A Ponte da Arrábida foi larga às cinco da tarde.
d- (Depois das obras), a Ponte da Arrábida passou a ser larga.

[171] Recordem-se os diversos "testes" que foram propostos para a detecção da "faseabilidade" e para a distinção entre predicados de indivíduo e de "estádio", de que resulta a determinação das diferentes subclasses de estativos, estabelecidos ao longo da discussão levada a cabo em 2.2., e que se encontram sintetizados em 2.2.6..

(19) a- * O meu camelo está/começou a ter duas bossas.

b- * O meu camelo tem duas bossas habitualmente.

c- * Quando lhe dei de beber, o meu camelo teve duas bossas.

(20) a- * Ontem, o meu camelo teve duas bossas.

b- * Sempre que o meu camelo tem duas bossas, vou passear para o deserto.

c- * O meu camelo teve duas bossas às cinco da tarde.

d- (Depois da operação plástica), o meu camelo passou a ter duas bossas.

6.1.5.2. Estados de Indivíduo "Faseáveis"

Os estados de indivíduo de natureza "faseável" colocam-nos problemas de muito maior complexidade. Na realidade, o facto de tais situações poderem, em circunstâncias adequadas, suportar uma estrutura "fásica", convertendo-se, desse modo, em processos, terá importantes consequências, não apenas ao nível aspectual, mas também em termos temporais, na medida em que, de forma geral, todos os eventos são, sob um certo ponto de vista, predicados de "estádio", i.e., descrições de porções temporalmente limitadas de indivíduos (cf. Carlson (1977)).

Não surpreende, portanto, que os estados de indivíduo "faseáveis" se comportem enquanto verdadeiros predicados de "estádio" em relação à maioria dos testes propostos para a identificação de tal propriedade, como os exemplos de (22) e (24) confirmam. Na realidade, e como já fizemos notar por várias vezes, a "faseabilidade" permite aos estativos (mesmo de indivíduo) adoptar o comportamento característico dos eventos que se assumem, por natureza, como verdadeiros predicados de "estádio".

(21) a- O Miguel está/começou a ser preguiçoso.

b- O Miguel é preguiçoso habitualmente.

c- Quando a mãe lhe pediu ajuda, o Miguel foi preguiçoso.

(22) a- Na segunda-feira, o Miguel foi preguiçoso.

b- Sempre que o Miguel é preguiçoso, a mãe repreende-o.

c- O Miguel foi preguiçoso às 5 da tarde (quando não fez os trabalhos).

d- O Miguel passou a ser preguiçoso.

(23) a- A chuva está/começou a ser abundante.

b- (No Porto), a chuva é abundante habitualmente.

c- Quando chegou o Inverno, a chuva foi abundante.

(24) a- Ontem, a chuva foi abundante.

b- Sempre que a chuva é abundante, as ruas do Porto ficam inundadas.

c- A chuva foi abundante às 5 da tarde.

d- A chuva passou a ser abundante (por causa das mudanças climáticas).[172]

Tendo em vista apenas os dados que acabámos de revelar, poderíamos ser levados a colocar a hipótese de que as eventualidades sob análise são, de facto e desde a origem, predicados de "estádio" e não de indivíduo. No entanto, existem alguns argumentos que invalidam tal suposição. Vejamos os que se nos afiguram mais relevantes.

Intuitivamente, frases como "O Miguel é preguiçoso", "A chuva é abundante" ou "O meu cão é agressivo" parecem poder ser utilizadas para caracterizar os indivíduos envolvidos na globalidade da sua existência e não apenas para dar conta de algumas das suas porções temporalmente limitadas. Tal facto sugere que nos encontramos, em última instância, perante estados de indivíduo básicos que só assumem o estatuto de predicados de "estádio" quando adquirem uma estrutura "fásica", i.e., quando se comportam como situações eventivas. Para poder ser confirmada, tal intuição deve, contudo, ter reflexos concretos a nível linguístico.

Se o recurso ao verbo *ser* se constitui somente como um mero indício do estatuto de predicados de indivíduo que estas configurações parecem assumir (cf. a discussão em 3.1.2), outros argumentos mais convincentes poderão ser invocados no sentido de apoiar a linha de análise que temos vindo a desenvolver.

Observe-se, em primeiro lugar, que, ao contrário da grande maioria dos estados de "estádio" básicos, as construções de que nos estamos a ocupar suportam, sem quaisquer problemas, a comparência do verbo aspectual *passar a*, manifestando uma interpretação preferencial de tipo episódico. Contrastem-se, a este respeito, as frases de (25) e (26):

---

[172] A intervenção de características tipicamente eventivas, proporcionada pela "faseabilidade", irá ter um impacto muito significativo no comportamento final das predicações em análise, dando origem a sérias perturbações ao nível da sua classificação final. Por outras palavras, a interacção dinâmica entre os dois eixos de subcategorização propostos para os estativos ultrapassa em muito a mera "soma" das propriedades envolvidas. Nessa medida, a "faseabilidade", concebida como possibilidade de comutação em eventos, propicia a transformação de predicados de indivíduo em predicados de "estádio", como os exemplos acima sugerem, provocando, por conseguinte, alterações ao nível da globalidade da situação a que se aplica. Por outro lado, o facto de estarmos perante predicados de indivíduo poderá ajudar a clarificar certas hesitações e reservas manifestadas por alguns falantes perante exemplos como (22a) e (22c) na ausência de um contexto explicativo mais vasto explicitamente introduzido no discurso.

(25) a- O Miguel passou a ser preguiçoso.

b- A chuva passou a ser abundante.

c- O meu cão passou a ser agressivo.

(26) a- * A Aida passou a estar grávida.

b- * Os gnus passaram a estar deitados.

c- * O dia passou a estar frio.

Por outro lado, e reunidas as condições apropriadas, as estruturas em questão são perfeitamente compatíveis com uma leitura de espécie a atribuir às expressões nominais que nelas tomam parte, o que, de acordo com as observações avançadas por Oliveira e Cunha (2003), confirma o seu carácter de predicados de indivíduo básicos. Nesse ponto contrastam, de forma bastante evidente, com os estados de "estádio" primários, na medida em que estes não se mostram capazes de licenciar, em nenhumas circunstâncias, uma interpretação de espécie para os SDets que os acompanham (confrontem-se, a este respeito, as frases de (27), em que uma leitura de espécie é aceitável, com as de (28), em que tal possibilidade interpretativa é totalmente rejeitada):

(27) a- As focas são simpáticas.

b- Os leões são agressivos.

c- Os gnus são pouco inteligentes.

(28) a- As focas estão molhadas.

b- Os leões estão cansados.

c- Os gnus estão assustados.

Apesar dos múltiplos condicionalismos de ordem semântica que, como acabámos de verificar, constrangem o comportamento deste género de eventualidades, é possível surpreender alguns poucos casos em que os estados, embora de índole indubitavelmente [+faseável], mantêm inalterada a grande maioria das propriedades identificadoras dos predicados de indivíduo. É o que acontece, por exemplo, com as estruturas que a seguir se apresentam: se (29) dá conta, de forma evidente, de um comportamento característico de estados de natureza "faseável", (30) sugere, por seu lado, que nos encontramos face a predicados de indivíduo.

(29) a- A Rita está/começou a viver na Holanda.

b- A Rita vive na Holanda habitualmente.

c- Quando saiu de Portugal, a Rita viveu na Holanda.

(30) a- * Ontem, a Rita viveu na Holanda.

b- (*) Sempre que vive na Holanda, a Rita convida os amigos a visitá-la.[173]

c- * A Rita viveu na Holanda às 5 da tarde.

d- A Rita passou a viver na Holanda.

Exemplos como estes provam, de forma absolutamente explícita, a necessidade de estabelecer uma distinção clara entre estados de carácter [+faseável] e [-faseável], por um lado, e entre estados de indivíduo e de "estádio", por outro.

Na realidade, embora a maioria dos estativos de natureza [+faseável] ostente um comportamento bastante próximo ao dos predicados de "estádio", graças à possibilidade da sua comutação em eventos que, como já referimos, se constituem como situações que predicam somente sobre porções temporalmente restritas das entidades a que se aplicam (cf. (21)-(24)), subsistem, no entanto, casos em que estados de índole inequivocamente "faseável" mantêm, pelo menos até certo ponto, as características típicas de predicados de indivíduo (vejam-se (29)-(30)), o que nos leva a acreditar na (relativa) independência destes dois vectores de classificação.

6.1.5.3. Estados de Estádio "não Faseáveis"

Podemos dizer que os estados de "estádio" de carácter "não faseável" descrevem, por princípio, porções temporalmente limitadas de indivíduos de um modo inteiramente uniforme, i.e., sem lhes atribuir qualquer tipo de constituição "fásica", ainda que de natureza derivada. De facto, o traço [-faseável] impede, tipicamente, a sua conversão em processos, tal como tivemos oportunidade de deixar explícito na secção 2.2..

Os exemplos que a seguir são apresentados ilustram o comportamento semântico típico deste género de predicações face aos testes relevantes: (31) e (33) mostram que

---

[173] Em alguns contextos, talvez influenciados pelo conhecimento geral do mundo, frases como estas parecem perfeitamente aceitáveis para um número significativo de falantes. Tal possibilidade interpretativa estará, mais uma vez, relacionada com o facto de nos encontrarmos perante estados faseáveis, cuja conversão em eventos facilitará a leitura quantificacional.

estamos perante estados de índole [-faseável], ao passo que (32) e (34) indicam que nos encontramos diante de verdadeiros estados de "estádio".

(31) a- * O Pedro está a ter 40 graus de febre.

b- * O Pedro começou a ter 40 graus de febre.

c- (??/*) O Pedro tem 40 graus de febre habitualmente.

d- * Quando entrou em casa, o Pedro teve 40 graus de febre.

(32) a- Ontem, o Pedro teve 40 graus de febre.

b- Sempre que tem 40 graus de febre, o Pedro chama pela mãe.

c- O Pedro teve 40 graus de febre às cinco da tarde.

d- * O Pedro passou a ter 40 graus de febre. (leitura episódica)

(33) a- * O meu carro começou a estar avariado.

b- (??/*) O meu carro está avariado habitualmente.[174]

c- * Quando o estacionei, o meu carro esteve avariado.[175]

---

[174] Como já notámos no capítulo 2, existe uma certa hesitação por parte dos falantes consultados no que diz respeito ao âmbito de aplicação do teste da habitualidade: para alguns, parece servir para distinguir estados de cariz [+faseável] dos de índole [-faseável], enquanto, para outros, parece ser mais adequado para dar conta da diferenciação entre predicados de indivíduo e de "estádio". Tal facto não é, no entanto, de todo surpreendente, dada a enorme complexidade que envolve este tipo de configurações. À luz das propostas que temos vindo a adoptar, sugeriremos que, para os falantes que fazem depender a aceitabilidade das construções habituais da oposição entre estados "faseáveis" e "não faseáveis", o operador envolvido quantifica directamente sobre eventos ou "fases" de eventos; para os que, pelo contrário, associam a gramaticalidade das configurações habituais à oposição entre predicados de indivíduo e de "estádio", o quantificador aplicar-se-á directamente a intervalos de tempo que, por seu lado, manterão uma relação (provavelmente de inclusão ou de sobreposição) com as eventualidades que os ocupam. Face aos dados de que dispomos no momento, não nos encontramos em condições de decidir por uma ou por outra das hipóteses aqui enunciadas.

Esta questão torna-se ainda mais complexa se tivermos em conta o posicionamento do marcador de habitualidade no interior da predicação. Frases como as de (i) parecem perfeitamente aceitáveis, ao contrário do que sucede com as configurações equivalentes de (31c) e de (33b).

(i) a- O Pedro tem habitualmente 40 graus de febre.
b- O meu carro está habitualmente avariado.

Uma abordagem adequada de dados como estes requer, no entanto, a consideração da interacção entre factores semânticos e sintácticos, pelo que nos abstemos de a prosseguir neste trabalho.

[175] Sublinhemos que o que aqui está em causa é unicamente a leitura sucessiva característica dos eventos em contexto de orações puramente temporais, dado que estamos a avaliar o "grau" de "faseabilidade" das estruturas em questão. Na realidade, a substituição do Pretérito Perfeito pelo Imperfeito, que origina uma relação de inclusão do evento da subordinada na situação da principal, típica das predicações estativas, dá lugar a frases perfeitamente aceitáveis, como (i) nos confirma:

(i) a- Quando entrou em casa, o Pedro tinha 40 graus de febre.
b- Quando o estacionei, o meu carro estava avariado.

(34) a- Ontem, o meu carro esteve avariado.

b- Sempre que o meu carro está avariado, eu utilizo os transportes públicos.

c- O meu carro esteve avariado às 2 da manhã.

d- # O meu carro passou a estar avariado. (leitura episódica)[176]

Embora, em línguas como o Português, não sejam particularmente abundantes, os estados de "estádio" de carácter [-"faseável"] não parecem levantar grandes problemas à análise que temos vindo a desenvolver, contribuindo, nessa medida, para a confirmação das hipóteses que aqui estão a ser adoptadas.

6.1.5.4. Estados de Estádio "Faseáveis"

Por fim, os estados de "estádio" de carácter [+faseável] descrevem eventualidades que, além de se restringirem a porções temporalmente limitadas de indivíduos, poderão manifestar, graças à facilidade de integração no interior da Rede Aspectual proposta por Moens (1987), um comportamento linguístico que, dadas as circunstâncias apropriadas, se revela muito semelhante ao que nos permite identificar os eventos de tipo processual.

Os exemplos que a seguir apresentamos ilustram bem as propriedades semânticas típicas que identificam a subclasse de estativos sob análise:

(35) a- O Miguel está a gostar da aula de biologia.

b- O Miguel começou a gostar da aula de biologia.

c- O Miguel gosta da aula de biologia habitualmente.

d- Quando mudou de professora, o Miguel gostou da aula de biologia.

Observações semelhantes são válidas para os casos em que, embora compareça o Pretérito Perfeito, a interpretação estritamente temporal é substituída por outro tipo de relações textuais, como a de causalidade (cf. Cap. 5). Os exemplos seguintes ilustram bem o que acabámos de afirmar:

(ii) a- Quando apanhou gripe, o Pedro teve 40 graus de febre.
b- Quando voltei de férias, o meu carro esteve avariado.

[176] Sublinhemos que apenas as leituras inequivocamente episódicas em exemplos como este são excluídas no contexto de *passar a*. Com efeito, quando é conferida uma interpretação habitual à frase em apreço, a configuração resultante será perfeitamente aceitável. Tal facto não deverá ser de todo surpreendente na medida em que, como já referimos em 3.4., as construções habituais se assumem como estados de indivíduo, tornando-se perfeitamente compatíveis com o operador em questão. O que aqui nos importa salientar, no entanto, é o facto de um estado de "estádio" (logo, não habitual) não reunir as condições necessárias para se constituir como "*input*" de *passar a*. Observações semelhantes podem ser estendidas a exemplos como (36d) e (38d) que a seguir são apresentados.

(36) a- Ontem, o Miguel gostou da aula de biologia.
b- Sempre que o Miguel gosta da aula de biologia, faz os trabalhos de casa.
c- O Miguel gostou da aula de biologia às cinco da tarde.
d- # O Miguel passou a gostar da aula de biologia. (leitura episódica)

(37) a- O Rui começou a estar preocupado com a filha.
b- O Rui está preocupado com a filha habitualmente.
c- Quando leu as notícias do acidente, o Rui esteve preocupado com a filha.

(38) a- Ontem, o Rui esteve preocupado com a filha.
b- Sempre que o Rui está preocupado com a filha, telefona-lhe.
c- O Rui esteve preocupado com a filha às 5 da tarde.
d- # O Rui passou a estar preocupado com a filha. (leitura episódica)

Perante comportamentos tão próximos daqueles que caracterizam a generalidade dos eventos, poderíamos ser levados a questionar se, de facto, nos encontramos face a verdadeiras predicações estativas. A aplicação dos testes relevantes (i.e., interpretação preferencial do Presente do Indicativo, reacção à comparência de operadores aspectuais do género de *parar de* ou *acabar de* e avaliação da relação temporal desencadeada pelas situações representadas com o Pretérito Perfeito nas orações introduzidas por *quando*) confirma a natureza não dinâmica básica das configurações em causa:

(39) a- O Miguel gosta da aula de biologia. (leitura de "presente real")
b- * O Miguel parou/acabou de gostar da aula de biologia.
c- (?/??) Quando gostou da aula de biologia, o Miguel aprendeu a classificar as plantas. (inclusão do evento da principal no estado da subordinada)

(40) a- O Rui está preocupado com a filha. (leitura de "presente real")
b- * O Rui parou/acabou de estar preocupado com a filha.
c- Quando esteve preocupado com a filha, o Rui foi ao psicólogo. (inclusão do evento da principal no estado da subordinada)

Nem todos os estados obedecem rigidamente aos múltiplos testes apontados para a caracterização das subclasses previamente estabelecidas: muitos deles manifestam um comportamento híbrido, variável ou intermédio, não podendo ser facilmente integráveis numa única destas categorias. Tal facto justifica a posição que tomámos desde o início

da nossa discussão, segundo a qual a classificação que aqui propomos deve ser encarada de modo graduável e nunca como uma distinção fechada, estanque e meramente bipolar.

Os estativos representados nos exemplos que se seguem parecem confirmar o que acabámos de referir, na medida em que o seu comportamento semântico face aos vários testes propostos para a subclassificação das eventualidades em causa se afigura bastante instável:

(41) a- * Os gnus estão a temer os leões.
b- Os gnus começaram a temer os leões.
c- (??) Os gnus temem os leões habitualmente.
d- ?? Quando os avistaram, os gnus temeram os leões.

(42) a- ?? Ontem, os gnus temeram os leões.
b- Sempre que temem os leões, os gnus reúnem-se em grandes manadas.
c- * Os gnus temeram os leões às 5 da tarde.
d- Os gnus passaram a temer os leões.

(43) a- * O Miguel está a ter dinheiro.
b- O Miguel começou a ter dinheiro.
c- O Miguel tem dinheiro habitualmente.
d- * Quando chegou à escola, o Miguel teve dinheiro.

(44) a- ?/?? Ontem, o Miguel teve dinheiro.
b- Sempre que tem dinheiro, o Miguel compra um bolo de chocolate.
c- ?? O Miguel teve dinheiro às 5 da tarde.
d- O Miguel passou a ter dinheiro.

No Quadro I, relativo à classificação das predicações estativas, sistematizamos as principais observações levadas a cabo ao longo da presente subsecção.

QUADRO I – AS SUBCLASSES DE ESTATIVOS

Vector Temporal	Vector Aspectual	Exemplos Ilustrativos
Estado de indivíduo	[-faseável]	O João é alto.
Estado de indivíduo	[+faseável]	O João vive no Porto.
Estado de estádio	[-faseável]	O João tem 40 °C de febre.
Estado de estádio	[+faseável]	O João está assustado.

Tendo em vista todos os resultados obtidos até ao momento, importa fornecer uma definição, tão adequada quanto possível, para a própria noção de estatividade, encarada como realidade essencialmente aspectual. É a este objectivo que procuraremos dedicar a próxima subsecção do presente trabalho.

6.1.6. O que são Estados?

Na sequência de todo o trabalho desenvolvido ao longo dos capítulos precedentes, consideramos que estão finalmente reunidas as condições necessárias para avançar com algumas hipóteses de análise que nos poderão ajudar a clarificar a natureza semântica das predicações estativas.

Procuraremos, pois, responder à importante questão de saber o que são, afinal, os estados enquanto classe aspectual de predicações.

Nesse sentido, diremos que, fundamentalmente, a estatividade se caracteriza pela total ausência de estrutura "fásica" e pela consequente impossibilidade de alteração ou de mudança ao nível do estado de coisas considerado.

Os estados serão, pois, eventualidades aspectualmente homogéneas ou uniformes, i.e., situações que não suportam quaisquer "fases" sucessivas ao longo do seu decurso, configurações estrutural e intrinsecamente inalteradas, o que, no entanto, não significa que, reunidas as condições apropriadas, algumas delas não possam vir a modificar o seu "perfil" temporal interno básico, convertendo-se em eventos derivados e deixando, nessa medida, de se comportar como estativos, no sentido estrito do termo. É neste sentido que poderemos falar em estados de tipo "faseável", ou seja, em situações que,

embora originalmente não contemplando uma estrutura "fásica" própria, a podem vir a alcançar, convertendo-se, para isso, em eventos derivados. Uma tal assunção permite preservar as características que atribuímos às predicações de natureza estativa, na medida em que, quando uma configuração classificável, de base, como estado apresenta comportamentos que, de uma forma ou de outra, indiciem a presença de uma estrutura "fásica", estará a funcionar, em última instância, na sua qualidade de processo derivado.

A propriedade que, na literatura, tem sido designada como ausência de dinamismo não passará do reflexo da inexistência de uma estruturação "fásica" capaz de promover alterações significativas no interior da eventualidade que a comporta. Uma situação será não dinâmica (i.e., estativa) se não ostentar "fases" sucessivas distintas no seu curso.

Importa, por conseguinte, determinar em que circunstâncias nos deparamos com a total ausência de "fases" no curso de uma eventualidade.

- ❖ Em primeiro lugar, serão estativas todas as situações que não denotam qualquer tipo de modificação no que diz respeito ao estado de coisas que descrevem, decorrendo de forma absolutamente inalterável ao longo de todo o intervalo de tempo que ocupam. São disso exemplo a generalidade dos estados lexicais, bem como os estados derivados por efeito da aplicação de operadores aspectuais.[177]
- ❖ Serão igualmente de cariz estativo as configurações que dão conta da inexistência de determinada eventualidade, na medida em que, também neste caso, nos confrontamos com a completa ausência de "fases" sucessivas. Integram-se no paradigma em apreço as proposições negadas (ver 4.4.) ou certos períodos não dinâmicos associados à ocorrência de eventos (cf. os estados pré-preparatórios, cessativos ou consequentes analisados no capítulo 3).

Na sequência do que acabámos de referir, afigura-se-nos lícito concluir que algumas predicações estativas poderão surgir como o resultado da não comparência de uma eventualidade. De facto, a não ocorrência de uma situação implica, em princípio, a

[177] O caso dos "perspectivadores" é um pouco mais complexo na medida em que, como temos vindo a defender ao longo do presente trabalho, estes conjugam propriedades típicas do "*output*" a que dão origem com características identificadoras das predicações básicas com que se combinam.

ausência de qualquer tipo de estruturação "fásica", propriedade que, como temos vindo a defender, caracteriza os estados enquanto classe aspectual.

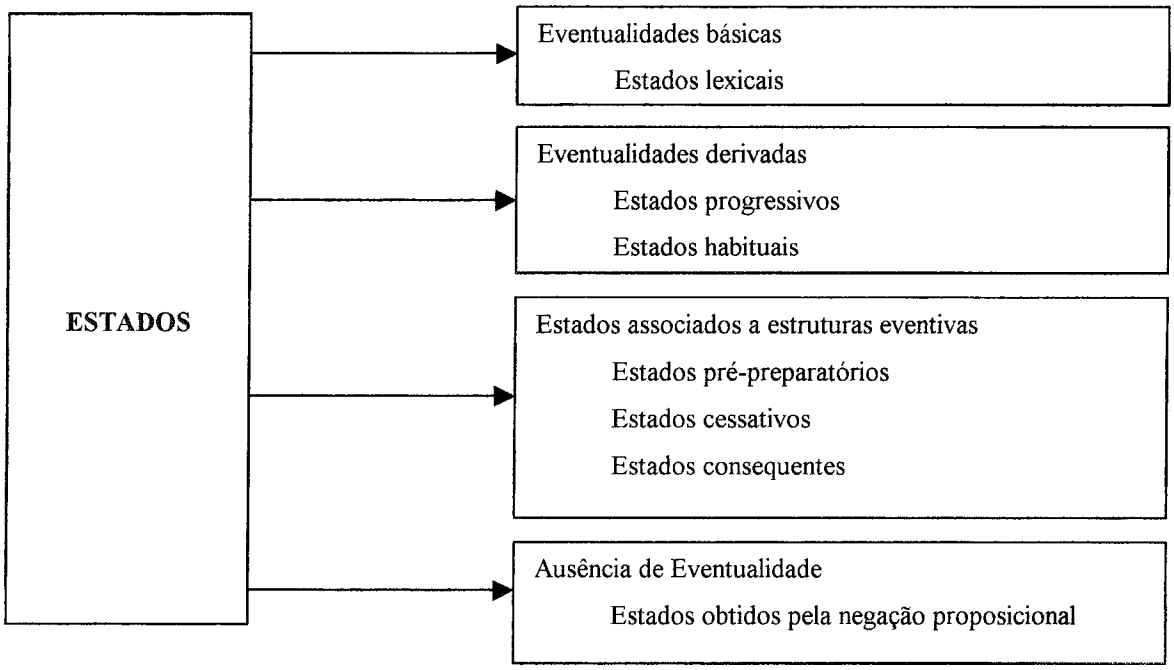
Sob um certo ponto de vista, a hipótese que aqui estamos a desenvolver soluciona, de forma bastante simples e coerente, algumas das dificuldades com que temos vindo a ser confrontados no decurso da nossa exposição, na medida em que permite dar conta da presença de marcas inequívocas de estatividade no que se refere às predicações negadas, abrindo, por conseguinte, caminho à unificação dos comportamentos manifestados pelas referidas configurações com aqueles que caracterizam os restantes estativos.

Observações até certo ponto semelhantes poderão ser invocadas para o tratamento dos estados pré-preparatórios, cessativos ou consequentes que denotam, genericamente, períodos não dinâmicos prévios ou posteriores à ocorrência de um evento e que, apesar de se encontrarem vinculados a uma situação de tipo eventivo, se revelam perfeitamente estáveis, o que significa, em última instância, que não contemplam "fases" sucessivas ao nível da sua constituição interna.

A concepção de estatividade enquanto absoluta ausência de estruturação "fásica" no interior de uma predicação possibilita-nos, de facto, a plena integração das diversas propriedades e comportamentos ostentados por estruturas aparentemente tão divergentes como os estados lexicais (cf. 3.1.), os estados derivados (cf. 3.2., 3.3. e 3.4.), a negação proposicional (cf. 4.4.) ou os estados associados à ocorrência de eventos, permitindo um tratamento unificado e coerente para todas estas configurações.

A corroborar a adequação de tal ponto de vista está o comportamento comum face aos vários "testes" para a detecção da estatividade, propostos no capítulo 2, partilhado por todas as configurações em questão, como os resultados obtidos ao longo do presente trabalho parecem deixar bem claro.

Resta-nos sistematizar as principais observações que acabámos de efectuar através do seguinte esquema ilustrativo:



6.2. PISTAS PARA UM TRATAMENTO FORMAL DAS PREDICAÇÕES ESTATIVAS: ALGUMAS QUESTÕES SINTÁCTICAS E SEMÂNTICAS

Antes de darmos o presente trabalho por concluído, importa tecer algumas breves considerações acerca do tratamento formal a atribuir às predicações estativas, sobretudo às de carácter derivado. Tomando em linha de conta os resultados de toda a investigação que aqui foi sendo efectuada, propomo-nos, ao longo dos próximos parágrafos, avançar algumas pistas que possam conduzir ao reequacionamento das análises tradicionalmente desenvolvidas para os estados no âmbito das representações formais, tendo em especial atenção os casos em que tais eventualidades são resultado de uma modificação aspectual prévia.

Cumpre deixar bem claro desde já que, tendo em vista a enorme complexidade da questão em apreço, principalmente devido à quantidade de factores linguísticos que nela se encontram envolvidos, pensamos não estar em posição de adiantar qualquer proposta

concreta de formalização, completa e precisa, capaz de fazer inteira justiça a toda a riqueza semântica ostentada pelas predicações estativas; nessa medida, limitar-nos-emos a procurar abrir caminho a uma investigação futura que se debruce em exclusivo sobre a referida problemática.

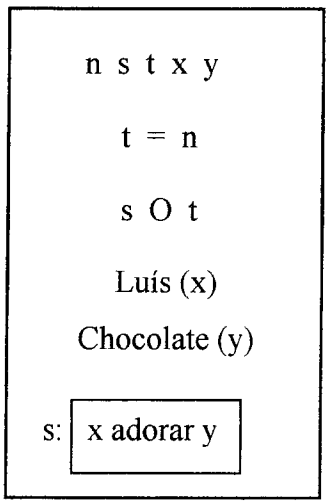
É igualmente imprescindível reconhecer que, no que à estatividade diz respeito, subsistem inúmeras questões ainda em aberto, cuja resolução exigiria debate e reflexão bastante mais aprofundados e que, dadas as limitações a que nos encontramos sujeitos, apenas irão ser afloradas na presente subsecção deste trabalho, muito embora, pela sua inegável relevância a nível linguístico, merecessem a elaboração de um outro estudo, a elas exclusivamente dedicado. Referimo-nos, por exemplo, à representação sintáctica de frases integrando operadores e "perspectivadores" aspectuais, que nos coloca desafios extremamente interessantes, mas que só poderá ser devidamente explorada no âmbito de um tratamento unificado para a sintaxe das eventualidades na sua globalidade.

As observações que acabámos de realizar justificam o carácter algo assistemático e incompleto que caracterizará as próximas páginas deste estudo. Todavia, pareceu-nos importante lançar, desde já, as ideias que poderão fundamentar muito do nosso trabalho futuro na área de investigação em apreço.

Como ponto de partida para a nossa discussão sobre as estratégias de formalização a adoptar para as diferentes construções em que figuram predicações estativas, optámos pelas propostas de análise adiantadas na Teoria das Representações Discursivas (DRT), elaborada por Kamp e Reyle (1993), embora, por vezes, o enquadramento teórico em causa se revele, em certa medida, insuficiente para a resolução de alguns dos problemas com que teremos de nos confrontar.

A representação formal dos estados básicos, de cariz lexical, não parece oferecer grandes dificuldades à DRT, tal como verificámos em 2.1.3. Na realidade, a introdução de uma variável situacional, *s*, reproduzindo uma eventualidade estativa, em conjugação com a explicitação de uma relação temporal de sobreposição entre a referida situação e o intervalo, *t*, que a acompanha, é o bastante para dar conta do comportamento aspectual típico deste género de configurações.

Nesse sentido, uma frase como "O Luís adora chocolate" corresponderá à seguinte Estrutura de Representação Discursiva (DRS):



No entanto, a consideração das especificidades inerentes aos estados de natureza derivada coloca-nos novos desafios, a que importa corresponder satisfatoriamente.

Tomando em linha de conta os resultados de toda a investigação levada a cabo até ao presente momento, torna-se imprescindível procurar respostas, tão adequadas quanto possível, para as seguintes questões:

(i) Deverão os estados derivados receber um tratamento formal em tudo semelhante àquele que propusemos para os estados básicos, ou, pelo contrário, deverão ser encarados como realidades distintas, com direito a uma estratégia de formalização autónoma?

(ii) Como se reflecte, tanto ao nível sintáctico quanto em termos de representação formal, a divergência entre operadores e "perspectivadores" aspectuais que verificámos ser tão relevante no que diz respeito ao comportamento semântico ostentado pelas configurações linguísticas em que tais elementos tomam parte?

Sem pretendermos fornecer respostas completas ou definitivas para qualquer um dos problemas apontados, procuraremos, em seguida, explorar alguns caminhos que nos possam conduzir à sua melhor compreensão e clarificação.

6.2.1. Estados Básicos vs. Estados Derivados

No que respeita ao tratamento formal a atribuir aos estativos de natureza derivada, confrontamo-nos com um dilema de difícil resolução: ou recorremos a estratégias em tudo idênticas àquelas que apresentámos, no seguimento de Kamp e Reyle (1993), para a análise dos estados básicos, ou, pelo contrário, procuramos destacar as divergências que separam estes dois tipos de estrutura também a nível das respectivas representações formais.

A primeira hipótese de abordagem, que se baseia na plena identidade, em termos de representação formal, entre estados básicos e derivados, embora inegavelmente mais simples, apresenta a desvantagem de não reunir as condições necessárias para fornecer indicações precisas acerca da actuação dos operadores aspectuais, da sua natureza, do seu modo de funcionamento e dos efeitos semânticos mais representativos que resultam da sua aplicação.

A segunda proposta de análise, pelo contrário, alicerçada na independência das estratégias de tratamento para estados básicos e derivados, abre caminho à integração da semântica dos operadores aspectuais na representação formal das situações em que tais elementos se encontram envolvidos.

Esta assunção levanta, contudo, problemas de extrema complexidade e de difícil resolução: como inserir os operadores na globalidade da formalização? Como dar conta, de um modo apropriado, dos seus efeitos semânticos mais significativos? Uma resposta satisfatória para tais questões teria que passar forçosamente pela determinação precisa do estatuto sintáctico dos operadores aspectuais sob análise, o que não se enquadra no âmbito do presente trabalho.

Aventuramo-nos a sugerir que poderá ser interessante explorar a compatibilização das consequências linguísticas resultantes da aplicação dos vários operadores aspectuais com o tratamento formal proposto para a representação da generalidade dos sistemas de inferência. De facto, a ligação que se estabelece entre o "*input*" (que, por princípio, não deverá ser directamente inserido na formalização, já que não se manifesta activamente ao nível do "perfil" aspectual da predicação final) e o "*output*" (que deverá comparecer obrigatoriamente, na medida em que, em última instância, se vai constituir como a "face visível" da operação aspectual) surge habitualmente como uma relação de inferência.

Nesse sentido, por exemplo, um estado progressivo implica estritamente a ocorrência do respectivo "*input*", ou seja, de um processo, básico ou derivado, enquanto um operador como *continuar a*, por seu lado, parece desencadear uma relação de pressuposição com o estado ou processo que lhe serve de categoria de entrada, como a aplicação dos testes relevantes, nomeadamente o que se refere à "sobrevivência" à negação, nos confirma.[178]

Deixaremos, contudo, a averiguação do potencial desta hipótese em aberto, visto a sua implementação requerer o estudo pormenorizado de um vasto conjunto de temáticas que em muito ultrapassam os objectivos do presente trabalho e de que destacamos: (i) a tipologia e a natureza das diferentes relações de inferência; (ii) as estratégias utilizadas para a sua representação em termos formais e (iii) os tipos de inferência desencadeados por cada um dos operadores aspectuais do Português.

6.2.2. Operadores vs. Perspectivadores Aspectuais

Um outro ponto que poderá suscitar grande interesse no que ao reequacionamento das propostas de representação formal diz respeito prende-se, indubitavelmente, com as discrepâncias observadas entre operadores e "perspectivadores" aspectuais.

O reconhecimento das divergências, ao nível dos efeitos aspectuais, manifestadas por estruturas como a habitualidade ou a negação proposicional, em comparação com o que sucede com os operadores "clássicos", como o Progressivo, levou-nos a propor uma distinção clara entre dois tipos de entidades aspectuais bem diferenciados: os operadores e os "perspectivadores" (cf. 1.3.).

Enquanto os operadores "comutam", "transformam" ou "convertem" na totalidade o perfil aspectual básico dos respectivos "*inputs*", a ponto de estes serem integralmente substituídos pelos "*outputs*" que lhes correspondem, os "perspectivadores" funcionam, por assim dizer, como uma espécie de "lente" ou de "filtro", na medida em que apenas se revelam capazes de alterar parcialmente as características básicas da situação a que se aplicam, acrescentando-lhe propriedades adicionais.

---

[178] Ou seja, se "O João esteve a pintar a casa" descreve um estado de coisas verdadeiro, então existe inevitavelmente um processo de "O João pintar a casa" que também ocorreu (independentemente de a culminação ter sido ou não alcançada). Se "A Maria continuou a ser simpática" descreve um estado de coisas verdadeiro, então existe um estado de "A Maria ser simpática" que necessariamente teve lugar; tal assunção é igualmente válida para uma frase como "A Maria não continuou a ser simpática", o que confirma o carácter pressuposicional da relação em apreço.

Nesse sentido, podemos afirmar que os operadores dão lugar a um perfil aspectual unitário, ao passo que os "perspectivadores" fazem convergir propriedades da categoria de saída (ou "*output*") com certas características típicas da predicação de origem.

Uma divergência tão explícita como esta terá, naturalmente, reflexos importantes a diversos níveis, o que nos leva a admitir que tal divisão se deva estender também às estratégias de formalização a propor para o tratamento das entidades aspectuais.

No que diz respeito ao seu comportamento semântico, verificámos – entre muitas outras dissemelhanças significativas, que ignoramos aqui, com vista a não sobrecarregar demasiado a presente discussão – que os operadores só suportam um único adverbial de medição temporal, equivalente à classe aspectual manifestada pelo "*output*", enquanto os "perspectivadores" admitem, tipicamente, a comparência de dois desses elementos, o primeiro medindo a categoria de saída, o segundo correspondendo à predicação básica. Observem-se, a título de exemplo, os seguintes contrastes ilustrativos:

(45) a- * Durante meia hora, o João esteve a fazer o puzzle em vinte minutos.
b- * Durante duas horas, o Pedro esteve a correr meia hora.

(46) a- * Às cinco da tarde, o João parou de fazer o puzzle em vinte minutos.
b- * Às cinco da tarde, o Pedro parou de correr meia hora.

(47) a- Durante dois anos, o João fez o puzzle em vinte minutos.
b- Durante dois anos, a Rita acordou às cinco da manhã.

(48) a- Durante a semana passada, o João não fez o puzzle em vinte minutos.
b- Durante a semana passada, a Rita não acordou às cinco da manhã.

Tendo em linha de conta a dualidade de comportamentos linguísticos patenteados por parte de operadores e de "perspectivadores" aspectuais, somos levados a acreditar que as respectivas configurações divergem não somente a nível semântico mas também em termos sintácticos. Dado o seu carácter, por assim dizer, "híbrido" ou "complexo", não será de todo descabido admitir que os "perspectivadores" propiciem a comparência de duas projecções de natureza situacional, afastando-se, nessa medida, dos operadores, que só consentiriam a presença de um único núcleo do género.[179]

---

[179] Sublinhemos que não é nossa intenção proceder à investigação das propriedades sintácticas subjacentes às estruturas sob análise, pelo que nos abstemos aqui de apresentar e de discutir quaisquer propostas concretas de tratamento neste âmbito. Limitar-nos-emos apenas a aflorar brevemente um número muito restrito de questões que possam lançar alguma luz sobre as estratégias de formalização a adoptar para tais configurações. Nesse sentido, colocaremos a hipótese da existência de um núcleo

A confirmar a hipótese que aqui foi avançada parecem estar os dados respeitantes aos padrões de ocorrência dos adverbiais de medição temporal (cf. (45)-(48)). Partindo do princípio de que os "perspectivadores" admitem duas projecções de cariz situacional, uma relativa ao resultado final da "perspectivação", a outra referente à situação básica, obteremos uma boa justificação para a gramaticalidade de frases como as de (47) e (48), em que ambas as posições se encontram preenchidas; se, por outro lado, perfilharmos a ideia de que os operadores aspectuais apenas demonstram a capacidade de projectar um único sintagma deste género, o que equivale a dizer que a comparência de um adverbial de medição temporal é suficiente para saturar a estrutura, alcançaremos uma explicação satisfatória para a completa inaceitabilidade de exemplos como (45) e (46).

O esboço de análise sintáctica que acabámos de articular comportará interessantes consequências ao nível das representações formais a propor para cada um dos elementos considerados: enquanto as DRSs a atribuir aos operadores deverão patentear unicamente uma variável situacional (de forma explícita), correspondente ao respectivo "*output*", os "perspectivadores" poderão ser associados a configurações contemplando duas variáveis deste género, desde que se estabeleça entre si uma relação de subordinação. Hipóteses como aquelas que Lenci (1995) adianta para a formalização de certos estados habituais parecem, na verdade, convergir com o caminho que temos vindo a percorrer nos últimos parágrafos, na medida em que recorrem a um tratamento pluri-situacional para dar conta das estruturas em questão.

No entanto, de momento, não estaremos em condições de aferir, com segurança, a validade da proposta de análise aqui delineada, na medida em que o sucesso de uma tal empresa depende, em grande parte, da adopção de um tratamento sintáctico sistemático para as diversas estruturas envolvidas, o que, como já referimos no início desta secção, se encontra fora do âmbito de investigação do presente trabalho.

Sublinhemos, mais uma vez, que não foi nossa intenção encontrar aqui respostas seguras e definitivas para as diversas questões levantadas pela representação formal das predicações estativas, mas apenas lançar algumas pistas, ainda que incipientes, a serem devidamente exploradas em trabalhos futuros.

---

funcional de natureza situacional que codifica toda a informação relevante para o "perfil" temporal interno das predicações em que comparece. Assim, elementos como os adverbiais de medição temporal estariam, de uma forma ou de outra, estreitamente associados a este tipo de projecção, na medida em que comportam informações relativas à classe aspectual das situações com que se articulam.

Dada a enorme complexidade inerente à estrutura dos vários tipos de estativos, as estratégias a adoptar para a sua formalização enfrentam obstáculos que nem sempre são fáceis de ultrapassar.

As respostas a tais questões irão depender, em grande medida, das opções teóricas e das propostas concretas de análise que formos adoptando, não só no que diz respeito à semântica das expressões envolvidas, mas também no que se refere à sua representação em termos sintácticos.

No presente trabalho, apenas nos considerámos em condições de adiantar algumas hipóteses relativamente simples que, a serem apropriadamente testadas, aprofundadas e fundamentadas, poderão conduzir a propostas concretas de representação formal para as diferentes categorias de predicações estativas.

Nesta fase da investigação, contudo, não nos julgamos em posição de seleccionar, de entre as múltiplas possibilidades com que nos deparamos, as que se irão revelar mais adequadas para a resolução dos problemas colocados pelas divergências linguísticas que tivemos a oportunidade de encontrar entre estados lexicais básicos, estados derivados a partir de comutações propiciadas por operadores e estativos associados à actuação de "perspectivadores" aspectuais, nem tão-pouco de prever a totalidade das consequências que a adopção de cada uma das referidas propostas de análise irá acarretar.

A consecução de tão ambicioso objectivo terá que passar, obrigatoriamente, por um esforço de investigação conjunto e inter-disciplinar, abrangendo áreas tão distintas como a semântica, a sintaxe e, possivelmente, também a análise pragmática do discurso.

CONCLUSÕES

Tendo o objectivo central do presente trabalho sido o de estudar o comportamento semântico dos diferentes tipos de predicados de cariz estativo, no sentido de determinar as características que, por um lado, os identificam enquanto categoria de pleno direito e que, por outro, os distinguem das restantes classes aspectuais, fomos confrontados com uma diversidade de fenómenos linguísticos que importa agora sintetizar. Por outro lado, a investigação que nos propusemos empreender conduziu-nos, por vezes, à necessidade de reavaliar e mesmo, em alguns casos, de reformular certas concepções de âmbito mais geral, particularmente no que respeita a uma série de factos relacionados com o Tempo e com o Aspecto.

Procuraremos, em seguida, apresentar resumidamente algumas das conclusões a que chegámos, destacando aquelas que se nos afiguram de maior interesse para trabalho futuro.

1. Operadores vs. Perspectivadores Aspectuais. Para línguas como o Português, em que não existem marcadores gramaticais especificamente devotados à veiculação de informação de natureza exclusivamente aspectual, pareceu-nos apropriado adoptar uma concepção unificada do Aspecto (cf. 1.3.), organizada em torno da noção central de classe aspectual de predicação (cf. 1.2.).

A classe aspectual básica de uma predicação é obtida composicionalmente a partir da computação das indicações relevantes fornecidas pelo verbo e pelos seus argumentos (cf. Verkuyl (1993)). A este procedimento, que nos permite alcançar o "perfil" aspectual de uma eventualidade com base na interacção entre os diversos traços que caracterizam os seus componentes demos o nome de aspecto micro-estrutural (cf. 1.3.1.).

As línguas como o Português dispõem, adicionalmente, de um vasto conjunto de mecanismos capazes de alterar o "perfil" temporal interno básico de uma dada situação, falando-se então de classes aspectuais de tipo derivado. Aos procedimentos linguísticos que estabelecem e condicionam a derivação de eventualidades demos o nome de aspecto macro-estrutural (cf. 1.3.2.).

A análise atenta e aprofundada dos processos de derivação aspectual do Português conduziu-nos à constatação de que dois tipos de entidades, perfeitamente distintos, se encontram envolvidos na alteração da configuração temporal básica das eventualidades: os Operadores Aspectuais, que "comutam" ou convertem integralmente qualquer classe aspectual numa outra, de índole diferente, obliterando por completo as propriedades identificadoras da situação de origem; e os Perspectivadores Aspectuais, que apenas "perspectivam" ou "focalizam" uma dada situação, modificando o seu "perfil" temporal interno sem, no entanto, inviabilizarem totalmente o acesso às propriedades básicas que caracterizam o respectivo "*input*" inicial.

Na prática, os Perspectivadores diferem dos Operadores pelo facto de suportarem, sem problemas, a combinação das características identificadoras da categoria de saída em que convertem uma dada eventualidade (o seu "*output*") com as da situação básica a que se aplicam (o seu "*input*"). Não surpreende, por conseguinte, que tais configurações admitam a comparência simultânea de dois adverbiais temporais de medição, o primeiro remetendo para a globalidade da situação modificada pelo Perspectivador e o segundo apontando para o "perfil" aspectual do estado de coisas original.

Evidências empíricas que suportam a postulação de uma tal distinção, bem como a discussão de algumas das características mais relevantes que permitem identificar os Perspectivadores Aspectuais, poderão ser encontradas em 1.3., 3.2., 3.4., 4.4. e 6.2..

2. Aspecto vs. Tempo. Uma outra ideia fundamental que presidiu a grande parte deste nosso trabalho reside no reconhecimento da relevância de uma distinção bem clara entre o papel desempenhado por factores de índole predominantemente temporal e por condicionalismos de ordem essencialmente aspectual.

De facto, pudemos constatar que Tempo e Aspecto se apresentam como categorias semânticas perfeitamente distintas entre si (cf. 1.1.) ocupando posições diferentes, ainda que complementares e por vezes mesmo indissociáveis, ao nível dos diversos processos que regem a interpretação das estruturas linguísticas em que se encontram envolvidas.

Assim, a distinção entre Tempo e Aspecto revelou-se de crucial importância para o tratamento adequado de um número bastante significativo de fenómenos linguísticos analisados ao longo dos capítulos anteriores. Destacaremos, em seguida, os que se nos afiguram mais relevantes:

- A diferenciação entre as estruturas que constituem o designado "Sistema do Perfeito", que, ao promoverem a localização relativa das eventualidades, veiculam informação essencialmente temporal, e as configurações verdadeiramente Perfectivas (Ex.: *ter* + OD + Particípio Passado flexionado), que, ao introduzirem um Estado Consequente, remetem inequivocamente para o domínio do Aspecto (cf. 3.3.);
- O comportamento linguístico ostentado pelas diferentes orações temporais que normalmente combinam informação relativa à localização das predicações envolvidas com importantes restrições a nível aspectual (cf. 4.3.);
- As assimetrias ao nível dos esquemas de localização de situações propiciadas por orações subordinadas temporais introduzidas por *antes* e por *depois* (cf. 4.3..3.);
- As divergências de comportamento manifestadas por parte de estados e eventos em estruturas linearmente ordenadas no discurso, nomeadamente no que se refere à interacção que se verifica entre o Princípio de Interpretação Temporal do Discurso, que postula a introdução de Tempos de Referência sucessivos, e as propriedades aspectuais que caracterizam as eventualidades sob análise (cf. 5.1.2. e 5.3.);
- A discriminação entre os dois factores fundamentais que conduzem à subclassificação das predicações estativas: o vector temporal, responsável pela distinção entre estados de indivíduo e estados de "estádio"; e o vector aspectual, responsável pela diferenciação entre estados "faseáveis" e "não faseáveis" (cf. 2.2. e 6.1.).

3. Contribuições para a Caracterização das Predicações Estativas. Como já referimos em várias ocasiões, o objectivo central do presente trabalho foi o de investigar as propriedades e comportamentos linguísticos que identificam as predicações de índole estativa. Nesse sentido, procurámos discutir em que medida os estados se constituem como uma classe aspectual de pleno direito, distinguindo-a de todos os outros tipos de eventualidades. Verificámos, igualmente, que, apesar da unidade interna que deixam transparecer, os estativos apresentam uma grande diversidade em termos de subclasses específicas, que importa ter em conta quando se pretende uma caracterização adequada para a categoria em questão.

Constatámos que as predicações estativas ostentam um comportamento linguístico que as diferencia das restantes classes aspectuais de eventualidades (cf. 2.2. e 6.1.6.). Os estados reúnem, por conseguinte, as condições indispensáveis para serem considerados como uma categoria aspectual independente e perfeitamente autónoma.

Foram, assim, estabelecidos alguns critérios linguísticos que nos permitem avaliar a presença de marcas de estatividade. Destacamos os seguintes:

- Somente os estados, no contexto do Presente do Indicativo, ostentam uma leitura preferencial de "presente real", i.e., uma interpretação puramente temporal.
- Somente os estados, no contexto do Imperfeito, recebem preferencialmente uma interpretação exclusivamente temporal; os eventos, pelo contrário, dão quase sempre lugar a leituras habituais ou semi-progressivas.
- Somente os estados, no contexto de subordinadas temporais introduzidas por *quando* – mesmo nos casos em que se combinam com o Pretérito Perfeito –, incluem preferencialmente os eventos da oração principal com que co-ocorrem.
- Somente os estados (e as culminações) são de todo incompatíveis com operadores aspectuais do género de *parar de* e de *acabar de*.
- Somente os estados podem comparecer sob o escopo do operador aspectual *passar a*.

Verificámos, por outro lado, que os comportamentos que acabámos de enumerar se constituem como o reflexo de uma propriedade comum que nos permite identificar os estativos enquanto classe aspectual de pleno direito. Referimo-nos à uniformidade ou homogeneidade aspectual, i.e., à completa ausência de uma estrutura "fásica" própria (cf. 6.1.2.).

A classe dos estativos está, no entanto, longe de se revelar totalmente homogénea. Na realidade, dentro do grande grupo de situações a que podemos dar o nome de estados existem divergências muito significativas que importa explorar.

Sob esse ponto de vista, observámos que os estativos podem ser subclassificados em estados de indivíduo, se se aplicam directamente à entidade que predicam, ou em estados de "estádio", se descrevem unicamente "porções" temporalmente delimitadas de uma dada entidade.

Este género de oposição, conhecido desde Carlson (1977), pode ser detectado, em línguas como o Português, através dos "testes" que propusemos em 2.2. e cuja aplicação nos permite apresentar os seguintes critérios distintivos:

- Somente os estados de "estádio" admitem a quantificação por meio de expressões como *sempre que*, *todas as vezes que*, etc..
- Somente os estados de "estádio" parecem não estar sujeitos a quaisquer restrições no que diz respeito às suas possibilidades combinatórias com adverbiais de simples duração e de localização temporal.
- Somente os estados de "estádio" se compatibilizam com adverbiais pontuais, dando origem a uma leitura preferencial de inclusão do adverbial no tempo da situação que descrevem.
- Somente os estados manifestamente de "estádio" revelam algumas incompatibilidades quanto à ocorrência com o operador aspectual *passar a*.

Mais uma vez, os comportamentos linguísticos subjacentes aos critérios propostos parecem estar directamente associados a uma característica que vai permitir estabelecer a diferenciação entre estados de indivíduo e de "estádio". Trata-se, neste caso, da bem conhecida propriedade de subintervalos ou homogeneidade temporal. Sob esse ponto de vista, verificámos que os estados de indivíduo são temporalmente homogéneos, ou seja,

têm de se revelar verdadeiros em relação à totalidade dos instantes que constituem o intervalo de tempo em que decorrem. Pelo contrário, constatámos que os estados de "estádio" não obedecem obrigatoriamente a um tal princípio, podendo incluir pausas ao longo do seu curso.

Por outro lado, as predicações estativas poderão também ser classificadas como "faseáveis", se, reunidas as condições apropriadas, suportam a conversão em eventos de índole processual, ou como "não faseáveis", se impossibilitadas de sofrer qualquer tipo de comutação aspectual.

Os critérios avançados para a detecção da distinção em causa são os seguintes:

- Somente os estados "não faseáveis" se revelam completamente incompatíveis com operadores aspectuais que requerem um "*input*" dinâmico, como o Progressivo, *andar a* ou *começar a*.
- Somente os estados "não faseáveis" estão de todo impedidos de comparecer, com o Pretérito Perfeito, nas orações principais de construções temporais introduzidas por *quando*.
- Somente os estados "não faseáveis" ocasionam anomalia semântica quando se combinam com expressões que, de alguma forma, veiculam habitualidade.[180]

A propriedade responsável por este tipo de divergências foi por nós denominada "faseabilidade" e traduz-se pela possibilidade de certas configurações originalmente uniformes "obterem" ou "ganharem", em condições apropriadas, uma estrutura "fásica" derivada, convertendo-se, desse modo, em predicações de natureza eventiva.

Nesta linha de análise, e com o objectivo de clarificar e de melhor compreender a classificação aqui avançada, propusemos, igualmente, o reequacionamento do conceito de homogeneidade: assim, sugerimos a adopção de uma distinção clara entre as noções de homogeneidade temporal, responsável pela oposição entre estados de indivíduo e de

---

[180] Sublinhe-se, contudo, que, como já referimos anteriormente, não é possível determinar, com total certeza, se o teste em questão se aplica à distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis" ou à oposição entre estados de indivíduo e de "estádio". Na realidade, os dados de que dispomos não são inteiramente conclusivos a este respeito, pelo que nos parece bastante difícil, neste momento, decidir por qualquer das hipóteses apontadas. Sugerimos, no entanto, que o teste da habitualidade poderá funcionar, pelo menos parcialmente, como critério válido para as duas propriedades sob análise, na medida em que, na maior parte dos casos, ambas se encontram indissociavelmente ligadas.

"estádio", e de homogeneidade aspectual ou uniformidade, que nos permite dar conta da diferenciação entre estados e eventos.

Os estativos podem, pois, ser classificados segundo dois "vectores" principais, um de índole predominantemente temporal, que vai dar origem à oposição entre estados de indivíduo e de "estádio", e outro de cariz essencialmente aspectual, que vai conduzir à distinção entre estados "faseáveis" e "não faseáveis".

Uma subclassificação como esta tem, naturalmente, importantes reflexos ao nível dos comportamentos linguísticos manifestados pelas várias estruturas que a actualizam. Uma tal observação é particularmente pertinente no que se refere à postulação de um tratamento adequado para a distinção entre *ser* e *estar* em construções predicativas (cf. 3.1.) e às restrições patenteadas por orações subordinadas temporais introduzidas por *quando* e por *enquanto* (cf. 4.3.).

Embora devam, à partida, ser considerados como factores independentes entre si, estes dois modos de classificação dos estativos interagem de uma forma muito evidente, influenciando-se dinâmica e reciprocamente (cf. 6.1.4. e 6.1.5.). Assim, por exemplo, os estados que integram o traço [+faseável], mesmo que, na base, representem predicados de indivíduo, acabam por manifestar, tendencialmente, certos comportamentos típicos dos predicados de "estádio", na medida em que, reunindo todas as condições para serem "comutados" em eventos processuais, ostentam as propriedades de tal classe aspectual. Ora, como já referimos anteriormente, todos os eventos são, por princípio, predicados de "estádio", facto que se estenderá, naturalmente, aos estados "faseáveis" convertidos em eventos.

Vimos, por outro lado, que as predicações estativas podem assumir configurações linguísticas muito diversificadas. Assim, temos estados básicos, cujo "perfil" temporal interno é determinado por factores sobretudo lexicais (cf. 3.1.) e estados derivados, cujas propriedades semânticas são condicionadas por elementos tão díspares como os diferentes verbos de operação e de "perspectivação" aspectual, adverbiais temporais, certos tempos gramaticais, a negação proposicional, entre outros.

Passamos em revista, seguidamente, de forma muito esquemática, os principais tipos de estativos com que deparámos ao longo do presente trabalho.

TIPOLOGIA DE ESTATIVOS

A. Estados Básicos ou Lexicais:

- envolvendo predicadores verbais (cf. 3.1.1.);
- envolvendo predicadores adjectivais, nominais e preposicionais (cf. 3.1.2.):
    a. com *ser*: estados de indivíduo;
    b. com *estar*: estados de "estádio";
    c. com *andar*: estados frequentativos ou habituais;
    d. com *ficar*: estados consequentes;
    e. com *continuar*: estados que supõem a comparência de um intervalo anterior contemplando um estado da mesma natureza.

B. Estados Derivados:

- a partir de verbos de operação e de "perspectivação" aspectual (cf. 3.2.):
    a. *estar a*: estados progressivos (cf. 3.2.1.);
    b. *andar a*: estados frequentativos ou habituais (cf. 3.2.1.);
    c. *parar de* e *deixar de*: estados cessativos (cf. 3.2.2.);
    d. *continuar a*: estados "continuativos" (cf. 3.2.2.);
    e. *passar a*: "passagem" a um novo estado (cf. 3.2.2.);
    f. *acabar de*: estados consequentes (cf. 3.2.2.);
    g. *estar para*: estados preliminares ou pré-preparatórios (cf. 3.2.3).
- Estados Consequentes ou Resultativos (cf. 3.3.):
    a. *ter* + Objecto Directo + Particípio Passado flexionado;
    b. *estar* + Particípio Passado flexionado;
    c. Particípios Absolutos.
- Estados Habituais (cf. 3.4.):
    a. com base em tempos gramaticais: Presente e Imperfeito do Indicativo;
    b. com base em adverbiais de quantificação habitual sobre situações;
    c. com base em verbos aspectuais como *costumar*.
- Estados obtidos a partir da Negação Proposicional (cf. 4.4.).

Finalmente, investigámos o impacto que a estatividade manifesta sobre diferentes componentes da gramática. Nesse sentido, procurámos explorar e descrever as múltiplas e complexas interacções e inter-dependências que os estados mantêm com um conjunto bastante diversificado de estruturas e elementos linguísticos.

A estatividade parece, de facto, desempenhar um papel crucial em fenómenos tão díspares como:

- A interpretação preferencial de certos tempos gramaticais, nomeadamente no que diz respeito ao Presente, ao Imperfeito e ao Pretérito Perfeito Composto do Indicativo (cf. 4.1.);
- O licenciamento de interpretações específicas para certos adverbiais temporais. Referimo-nos, por exemplo, à possibilidade de uma leitura de medição para a forma *há N tempo*, que, como vimos, se encontra fortemente condicionada pelo carácter estativo das predicações envolvidas (cf. 4.2.);
- Os vários tipos de relações que se estabelecem entre as predicações representadas nas orações temporais introduzidas por *quando*, *enquanto*, *antes* e *depois* (cf. 4.3.);
- O estabelecimento das propriedades que nos permitem caracterizar, de uma forma, por assim dizer, unificada, todas as configurações integrando a negação proposicional (cf. 4.4.);
- A interpretação das frases linearmente ordenadas no discurso e a organização discursiva em geral (cf. Cap. 5).

De todo o trabalho que empreendemos até ao momento, parece-nos lícito concluir que a estatividade desempenha um papel fulcral não só no que se refere à caracterização aspectual das predicações mas também no que toca à determinação e identificação das diferentes relações que estabelecem entre si.

Isto significa, em última instância, que a estatividade não vai restringir a sua influência exclusivamente ao domínio do Aspecto, na medida em que, ao condicionar a globalidade da organização temporal dos discursos, interfere, de uma forma decisiva, com muitos outros subsistemas da língua.

4. Perspectivas para Investigação Futura. Será importante reconhecer, antes de darmos o presente trabalho por concluído, que a pesquisa que levámos a efeito deixou várias questões sem resposta e alguns problemas em aberto, merecedores de uma análise mais aprofundada. São, de facto, abundantes as dúvidas aqui levantadas que requerem um olhar atento em investigações futuras. Destacamos os seguintes pontos de reflexão:

a. Estrutura Sintáctica e Representação Formal das Situações. A adopção de uma nova concepção de aspecto derivado, organizada em torno da coexistência de duas entidades distintas – os operadores e os "perspectivadores" aspectuais –, conduz-nos à necessidade de repensar o modelo a assumir para o tratamento do fenómeno em questão. Assim, torna-se imprescindível determinar a estrutura sintáctica subjacente a cada um dos referidos elementos, por forma a alcançar uma base sólida sobre a qual se possam desenvolver esforços no sentido de obter representações formais apropriadas para as diferentes eventualidades resultantes da sua aplicação (cf. a discussão em 6.2.).

b. Relações entre Sintaxe e Semântica Aspectual. É curioso observar que certos fenómenos de natureza sintáctica parecem encontrar interessantes correspondências no que respeita a restrições em termos de propriedades semânticas no domínio do Aspecto. Referimo-nos, por exemplo, ao facto de frases com verbos inergativos se revelarem, tendencialmente, o veículo preferencial para a expressão de situações de tipo atélico, enquanto frases com verbos transitivos e inacusativos serem quase sempre associadas a eventualidades de carácter télico. Um desafio que se nos coloca, nesse sentido, será o de encontrar generalizações capazes de dar conta deste género de co-relações.

c. O Estatuto dos Estados Face a Outras Classes Aspectuais de Predicações. Parece-nos, por outro lado, fundamental investigar mais aprofundadamente a relação que os estados mantêm com as restantes classes aspectuais de situações; nesse sentido, o estudo detalhado das diversas propriedades e dos comportamentos típicos dos processos facilitaria grandemente um tal objectivo, na medida em que estes se constituem como as eventualidades que mais se aproximam das predicações estativas, partilhando com elas uma série de características comuns.

d. Subcategorização de Outras Classes Aspectuais de Predicações. Como já tivemos oportunidade de constatar, a classe dos estativos não é totalmente homogénea; pelo contrário, divide-se em subcategorias que revelam propriedades e comportamentos específicos e diferenciados. Acontecerá o mesmo com as restantes classes aspectuais de predicações? Existirão evidências empíricas que nos permitam distinguir subcategorias relevantes no interior de Processos, Processos Culminados, Culminações e Pontos? Em caso afirmativo, qual a sua natureza e quais os comportamentos linguísticos que nos possibilitam identificá-las? Como se relacionam as diferentes classes aspectuais entre si? Serão as suas propriedades definitórias de tipo bipolar ou "graduável", como sucede, por exemplo, com a "faseabilidade"? Todas estas questões merecem, em nossa opinião, ser repensadas à luz dos resultados aqui alcançados.

e. Os Estados no Discurso. Embora tenham sido investigados alguns aspectos da interpretação das predicações estativas no discurso, nomeadamente no que se refere ao seu comportamento em frases linearmente ordenadas (veja-se o capítulo 5), persistem ainda muitas interrogações a este respeito. Seria importante, designadamente, explorar o impacto dos estados nas orações subordinadas (completivas[181], relativas, concessivas, etc.) e noutros contextos mais complexos que não nos foi possível tratar neste trabalho.

f. A Estatividade em Contextos Temporalmente Defectivos. Afigura-se-nos de grande relevância, por fim, o estudo da estatividade em certos contextos linguísticos em que a componente temporal é menos evidente e que não mereceram a devida atenção ao longo do presente trabalho. Referimo-nos, por exemplo, às nominalizações e a orações como as infinitivas[182], em que a componente temporal ou não existe ou desempenha um papel bem menos evidente do que nas orações de natureza "finita".

Estas questões – e provavelmente muitas outras – deixadas em aberto revelam-se merecedoras de especial atenção e ir-se-ão constituir, a nosso ver, como um importante ponto de partida para investigações futuras.

---

[181] Para o estudo de alguns aspectos da influência que a estatividade pode ter no contexto de frases completivas, cf. Silvano (2002).

[182] Para um estudo do comportamento das diferentes classes aspectuais de predicações nas orações gerundivas, cf. Leal (2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSCH, D., (1997) "Sequence of Tense and Temporal De Re" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 20, Nº 1: pp. 1-50.

ALVES, A. T., (2002/2003) *Sobre a Localização Temporal Adverbial Anafórica em Português*, Dissertação de Doutoramento, Universidade dos Açores.

ALVES, H. S., (1987) "Ser ou Estar: Eis a Questão" in *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: pp. 3-15.

ASHER, N., (1993) *Reference to Abstract Objects in Discourse*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

ASHER, N., e A. LASCARIDES (1998) "Bridging" in *Journal of Semantics*, Vol. 15, Nº 1: pp. 83-113.

BACH, E., (1981) "On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics" in P. Cole (ed.), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press.

BACH, E. (1986) "The Algebra of Events" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, Nº 1: pp. 5-16.

BARROSO, H., (1994) *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo – Visão Funcional/Sincrónica*, Porto, Porto Editora.

BARTSCH, R., (1995) *Situations, Tense, and Aspect: Dynamic Discourse Ontology and the Semantic Flexibility of Temporal System in German and English*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

BENNETT, M., (1981) "Of Tense and Aspect: One Analysis" in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds.), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press: pp. 13-30.

BENNETT, M. e B. PARTEE (1978) *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.

BERTINETTO, P.M., V. BIANCHI, J. HIGGINBOTHAM e M. SQUARTINI (eds.) (1995) *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier.

BINNICK, R., (1991) *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect.*, Oxford, Oxford University Press.

BLACKBURN, P., e A. LASCARIDES (1992) "Sorts and Operators for Temporal Semantics" in *Proceedings of the Fourth Symposium on Logic and Language*, Budapest.

BOOGAART, R., (1995) "Towards a Theory of Discourse Aspectuality" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 221-236.

BORILLO, A. (1988) "Quelques Remarques sur Quand Connecteur Temporel" in *Langue Française*, Nº 77: pp. 71-91.

BOUCHARD, D., (1997) "The Syntax of Sentential Negation in French and English" in D. Forget, P. Hirschbuhler, F. Martineau e M. L. Rivero (eds.), *Negation and Polarity: Syntax and Semantics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 29-52.

BRANCO, A., e B. CRYSMANN (1999) "Negative Concord and the Distribution of Quantifiers" in Y. D'Hulst, J. Rooryck e J. Schroten (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected Papers from 'Going Romance' 1999*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 39-62.

BRITO, A., e F. OLIVEIRA (1995) "Nominalization, Aspect and Argument Structure" in *Interfaces in Linguistic Theory, Selected Papers from the International Conference on Interfaces in Linguistic*, Porto, A.P.L./Edições Colibri: pp. 57-80.

CAMPOS, H. C., (1987) "O Pretérito Perfeito Composto: um Tempo Presente?" in *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: pp. 77-85.

CAMPOS, H. C., (1997) *Tempo, Aspecto e Modalidade: Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

CARECHO, J., (1996) *Sobre a Semântica das Construções com* ***Quando,*** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CARLSON, G., (1977) "A Unified Analysis of the English Bare Plural" in *Linguistics and Philosophy, Vol. 1: pp.* 413-456.

CARLSON, G., (1998) "Thematic Roles and the Individuation of Events" in S. Rothstein (ed.), *Events and Grammar*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers: pp. 35-51.

CARLSON, G., e F. PELLETIER (eds.) (1995) *The Generic Book*, Chicago, the University of Chicago Press.

CARVALHO, G. H., (1984a) "Ficar em casa/Ficar pálido. Grammatikalisierung und Aspektuellewerte" in *Estudos Linguísticos*, Coimbra Editora: pp. 167-197.

CARVALHO, G. H., (1984b) "Temps et Aspect: Problèmes Généraux et leur Incidence en Portugais, Français et Russe" in *Estudos Linguísticos,* Coimbra, Coimbra Editora: pp. 201-235.

CARVALHO, M., (1986) *Contribuição para o Estudo Sintactico-Semântico dos Verbos "Ser", "Estar" e "Andar" (auxiliar)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CHIERCHIA, G., (1995a) "Individual-Level Predicates as Inherent Generics" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, Chicago, the University of Chicago Press: pp. 176-223.

CHIERCHIA, G., (1995b) "A Note on the Contrast between Individual Level vs. Stage Level Predicates in German" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.) *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 111-123.

CHIERCHIA, G., (1998) "Reference to Kinds Across Languages" in *Natural Language Semantics*, Vol. 6, Nº 4: pp. 339-408.

CIPRIA, A., e C. ROBERTS (2000) "Spanish *Imperfecto* and *Pretérito*: Truth Conditions and Aktionsart Effects in a Situation Semantics" in *Natural Language Semantics*, Vol. 8, Nº 4: pp. 297-347.

CONTINI-MORAVA, E., (1989) *Discourse, Pragmatics and Semantic Categorization: the Case of Negation and Tense-Aspect with Special Reference to Swahili*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.

CORBLIN, F., e L. TOVENA (1999) "On the Multiple Expression of Negation in Romance" in Y. D'Hulst, J. Rooryck e J. Schroten (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected Papers from 'Going Romance' 1999*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 87-115.

COSTA, J., (1998) "L'Opposition Ser/Estar en Portugais" in A. Rouveret (ed.), *Être et Avoir: Syntaxe, Sémantique, Typologie*, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes.

CUNHA, C., e L. CINTRA (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.

CUNHA, L. F., (1998a) *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, F.L.U.P..

CUNHA, L. F., (1998b) "Breve Análise Semântica de Alguns Operadores Aspectuais do Português" in *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Aveiro: pp. 447-462.

CUNHA, L. F., (1998c) *Os Operadores Aspectuais do Português: Contribuição para uma Nova Abordagem*, Cadernos de Linguística Nº 1, Porto, C.L.U.P..

CUNHA, L. F., (1998d) *Breve Análise da Semântica do Progressivo*, Cadernos de Linguística Nº 4, Porto, C.L.U.P..

CUNHA, L. F., (1999) "Valores Temporais das Orações com Quando" in *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Faro: pp. 311-333.

CUNHA, L. F. (2000) *Valores Temporais das Orações com Quando*, Cadernos de Linguística nº 8, Porto, C.L.U.P..

CUNHA, L. F., (2002) "Efeitos Aspectuais da Negação Frásica" in *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: pp. 315-325.

CUNHA, L. F. e I. FERREIRA (2003) "Tipologia de Adjectivos e Construções Predicativas com *Ser* e *Estar* em Português Europeu", Comunicação apresentada ao XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 2003.

DAHL, O., (1985) *Tense and Aspect Systems*, Oxford, Basil Blackwell Ltd.

DAHL, O., (1995) "The Marking of the Episodic/Generic Distinction in Tense-Aspect Systems" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, Chicago, the University of Chicago Press: pp. 412-425.

DAVIDSON, D., (1967) "The Logical Form of Action Sentences" in N. Rescher (ed), *The Logic of Decision and Action*, Pittsburgh University Press: pp. 81-95.

De SWART, H., (1991) *Adverbs of Quantification: A Generalized Quantifiers Approach*, Dissertação de Doutoramento, Groningen.

De SWART, H., (1998) "Aspect Shift and Coercion" in *Natural Language and Linguistic Theory*, Vol. 16, Nº 2: pp. 347-385.

De SWART e A. MOLENDIJK (1999) "Negation and the Temporal Structure of Narrative Discourse" in *Journal of Semantics*, Vol. 16, N° 1: pp. 1-41.

DECLERCK, R., (1991) *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*, London and New York, Routledge.

DECLERCK, R., (1997) *When-Clauses and Temporal Structure*, London and New York, Routledge.

DEPRAETERE, I., (1995a) "The Effect of Temporal Adverbials on (A)Telicity and (Un)Boundedness" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 43-53.

DEPRAETERE, I., (1995b) "On the Necessity of Distinguishing between (Un)Boundedness and (A)Telicity" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 18, N° 1: pp. 1-19.

DESCLÈS, J.P. e Z. GUENTCHÉVA (1995) "Is the Notion of Process Necessary?" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 55-70.

DOWTY, D., (1979) *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel Publ..

DOWTY, D., (1986) "The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of Discourse: Semantics or Pragmatics?" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, N°. 1: pp. 37-62.

FILIP, H., (1996) "Boundedness in Temporal and Spatial Domains" in E. H. Casad (ed.), *Cognitive Linguistics Research - Cognitive Linguistics in the Redwoods, the Expansion of a New Paradigm in Linguistics*, Berlin, M. de Gruyter: pp. 665-692.

FONSECA, F. I., (1986) "Deixis et Anaphore Temporelle en Portugais" in *Morphosyntaxe des Langues Romanes – Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Aix-en-Provence, Université de Provence, Vol. 4: pp. 379-393.

FOREST, R., (1992) "L'interprétation des Énoncés Négatifs" in *Langue Française*, 94: pp. 35-47.

FRANCKEL, J., (1983) "Aspect et Énonciation. Description et Représentation de Certaines Déterminations Aspectuelles" in S. Fisher e J. Franckel (eds.), *Linguistique, Énonciation, Aspects et Détermination*, Paris, Édition de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales: pp. 115-155.

GARRIDO, A., (1996) *Expressões Temporais de Duração em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GIORGI, A. e F. PIANESI (1997) *Tense and Aspect: From Semantics to Morphosyntax*, Oxford/New York, Oxford University Press.

GLASBEY, S., (1996) "The Progressive: a Channel-Theoretic Analysis" in *Journal of Semantics*, Vol. 13, N. 4: pp. 331-361.

GLASBEY, S., (1998) "Progressives, States and Backgrounding" in S. Rothstein (ed.), *Events and Grammar*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

GONÇALVES, A, (1992) *Para uma Sintaxe dos Verbos Auxiliares em Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

GONÇALVES, A., (1993) "Aspectos da Reestruturação Sintáctica em Português Europeu: as Construções com os Verbos Modais" in *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra.

GOSSELIN, L., (1996) *Sémantique de la Temporalité en Français*, Louvain-la-Neuve, Duculot.

HAMM. F., e M. van LAMBALGEN (2003) "Event Calculus, Nominalisation, and the Progressive" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 26, Nº 4: pp. 381-458.

HINTIKKA, J., (2002) "Negation in Logic and in Natural Language" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 25, Nº 5-6: pp. 585-600.

HORN, L., (1989) *The Natural History of Negation*, Chicago, University of Chicago Press.

ISRAEL, M., (1997) "The Scalar Model of Polarity Sensitivity: the Case of the Aspectual Operators" in D. Forget, P. Hirschbuhler, F. Martineau e M. L. Rivero (eds.), *Negation and Polarity: Syntax and Semantics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 209-229.

JOHNSON, M., (1981) "A Unified Temporal Theory of Tense and Aspect" in P. P. Tedeschi e A. Zaenen (eds.), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect*, New York: Academic Press: pp. 145-175.

KAMP, H., (1981) "Événements, Réprésentations Discursives et Référence Temporelle" in Langages, Nº 64: pp. 39-63.

KAMP, H., e U. REYLE (1993) *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

KAMP, H., e C. ROHRER (1983) "Tense in Texts" in R. Bauerle, C. Schwarze e A. von Stechow (eds.), *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlim, Walter de Gruyter: pp. 250-269.

KEARNS, K., (2003) "Durative Achievements and Individual-Level Predicates on Events" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 26, Nº 5: pp. 595-635.

KENNY, A., (1963) *Action, Emotion and Will*, New York, Humanities Press.

KRATZER, A., (1989) "An Investigation of the Lumps of Thought" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 12, Nº 5: pp. 607-653.

KRATZER, A., (1995) "Stage-Level and Individual-Level Predicates" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, Chicago, the University of Chicago Press: pp. 125-175.

KRIFKA, M., (1989) "Nominal Reference, Temporal Constitution, and Quantification in Event Semantics" in R. Bartsch, J. van Benthem e P. van Boas (eds.), *Semantics and Contextual Expression*, Dordrecht, Foris Publication: pp. 75-115.

KRIFKA, M., (1998) "The Origins of Telicity" in S. Rothstein (ed.), *Events and Grammar*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers: pp. 197-235.

KRIFKA, M., F. PELLETIER, G. CARLSON, A. TER MEULEN, G. LINK e G. CHIERCHIA (1995) "Genericity, an Introduction" in G. Carlson e F. Pelletier (eds.), *The Generic Book*, Chicago, the University of Chicago Press: pp. 1-125.

LANDMAN, F., (1992) "The Progressive" in *Natural Language Semantics*, Vol. 1: pp. 1-32.

LASCARIDES, A., (1992) "Knowledge, Causality and Temporal Representation" in *Linguistics*, Vol. 30, Nº 5: pp. 941-973.

LASCARIDES, A., e N. ASHER (1993) "Temporal Interpretation, Discourse Relations and Commonsense Entailment" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 16, Nº 5: pp. 437-493.

LASCARIDES, A., e N. ASHER (1999) "Cognitive States, Discourse Structure and the Content of Dialogue" in *Proceedings to Amstelogue*, Amstelogue.

LASCARIDES, A., e J. OBERLANDER (1992) "Abducing Temporal Discourse" in R. Dale, E. Hovy, D. Rosner e O. Stock (eds.), *Aspects of Automated Natural Language Generation*, Springer Verlag: pp. 167-182.

LASCARIDES, A., e J. OBERLANDER (1993) "Temporal Coherence and Defeasible Knowledge" in *Theoretical Linguistics*, Vol. 19, Nº 1: pp. 1-35.

LEAL, A., (2001) *O Valor Temporal das Orações Gerundivas em Português*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LEITH, M., e J. CUNNINGHAM (2001) "Aspect and Interval Tense Logic" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 24, Nº 3: pp. 331-381.

LENCI, A., (1995) "The Semantic Representation of Non-quantificational Habituals" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 143-158.

LOPES, A., (1995) "Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva" in *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística,* Vol. III, Lisboa: pp. 351-371.

LOPES, A., (1997) "Para uma Análise Semântica e Pragmática do Pretérito Mais-que-Perfeito do Indicativo em Português Contemporâneo" in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: pp. 657-670.

LOPES, H., (1998) *Sintaxe e Aspecto dos Nomes Deverbais em Português*, Cadernos de Linguística Nº 2, Porto, C.L.U.P..

LOPES, Ó., (1972) *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LYONS, J., (1978) *Semantics,* Vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.

MARQUES, M., (1998) *Passivas com Verbos Psicológicos da Família de Preocupar*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, R., (1995) *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MATEUS, M. H., et al., (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.

MATEUS, M. H., A. BRITO, I. DUARTE, I. FARIA, S. FROTA, G. MATOS, F. OLIVEIRA, M. VIGÁRIO, A. VILLALVA (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 5ª Edição, revista e aumentada.

MATOS, G., (1998) "Negação Frásica e Concordância Negativa em Português Europeu" in *Actas do XIV Encontro Nacional da A.P.L.*, Aveiro: pp. 197-218.

MATOS, G., (1999a) "Negative Concord and the Scope of Negation" in Catalan Working Papers in Linguistics, Universitat Autònoma de Barcelona, Vol. 7: pp. 175-190.

MATOS, G., (1999b) "Negative Concord and the Minimalist Approach" in Y. D'Hulst, J. Rooryck e J. Schroten (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected Papers from Going Romance 1999*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 245-280.

MATOS, G., (2003) "Aspectos Sintácticos da Negação" in M. H. Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho: pp. 767-789.

MATOS, S., (1997) "Usos não Temporais de Operadores de Tempo e Aspecto" in *Sentido que a Vida Faz - Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: pp. 719-731.

MATOS, S., (1998) *Interpretações Temporais de Sintagmas com a Preposição Em*, Cadernos de Linguística Nº 3, Porto, C.L.U.P..

MATOS, S., (1999) *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

McNALLY, L., (1998) "Stativity and Theticity" in S. Rothstein (ed.), *Events and Grammar*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers: pp. 293-307.

MENDES, A., (1991) *A Referência Temporal no Discurso Conversacional aos 2/3 Anos de Idade*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

MEULEN, A. ter, (1983) "The Representations of Time in Natural Language" in A. ter Meulen (ed.), *Studies in Modeltheoretic Semantics*, Dordrecht, Foris.

MEULEN, A. ter, (1987) "Incomplete Events" in *Proceedings of the Sixth Amsterdam Colloquium*, University of Amsterdam: pp. 263-279.

MICHAELIS, L., (1998) *Aspectual Grammar and Past-Time Reference*, London and New York, Routledge.

MOENS, M., (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Dissertação de Doutoramento, Edimburgo.

MOENS, M., e M. STEEDMAN (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference" in *Computational Linguistics*, 14.

MÓIA, T., (1994) "Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com Desde e Até" in *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa.

MÓIA, T., (1998) "Semântica das Expressões Temporais com Haver" in *Actas do XIV Encontro Nacional da A.P.L.*, Aveiro: pp. 219-238.

MÓIA, T., (1999) *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with a Particular Focus on Portuguese and English*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MOURELATOS, A., (1981) "Events, Processes and States" in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds.), *Syntax and Semantics, 14: Tense and Aspect,* New York, Academic Press: pp. 191-212.

NATCHEVA, E., (1998) *Para uma Análise de Cinco Construções Perifrásticas Infinitivas no Português Europeu*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

NAUMANN, R., (2001) "Aspects of Changes: a Dynamic Event Semantics" in *Journal of Semantics*, Vol. 18, Nº 1: pp. 27-81.

NUNES, J. e E. THOMPSON (1995) "The Discourse Representation of Temporal Dependencies" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 365-379.

OBERLANDER, J., e A. LASCARIDES (1991) "Discourse Generation, Temporal Constraints and Defeasible Reasoning" in *Proceedings of the AAAI Fall Symposium on Discourse Structure in Interpretation and Generation*, Asilomar, California.

OGIHARA, T., (1995) "Double-Access Sentences and Reference to States" in *Natural Language Semantics*, Vol. 3, Nº 2: pp. 177-210.

OGIHARA, T., (1996) *Tense, Attitudes and Scope*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

OLIVEIRA, F., (1985) "Future in Portuguese: some Time and/or Modal Aspects" in *Actas do I Encontro da A.P.L.*, Lisboa: pp. 354-373.

OLIVEIRA, F., (1986) "Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito" in *Actas do II Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: pp. 78-96.

OLIVEIRA, F., (1991a) "Alguns Aspectos do Aspecto" in *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística,* Lisboa.

OLIVEIRA, F., (1991b) "Funções Discursivas de Alguns Tempos do Passado em Português" in *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, Porto, Associação Portuguesa de Linguística: pp. 165-185.

OLIVEIRA, F., (1992) *Algumas Questões Sobre Tempo e Aspecto*, Cadernos de Semântica, Nº 9, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, F., (1994) "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português" in *Actas do Congresso Internacional Sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, A.P.L.: pp. 151-190.

OLIVEIRA, F., (1995) *Aspecto: Algumas Questões*, Cadernos de Semântica, Nº 20, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, F., (1997) "Frases Genéricas" in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: pp. 745-755.

OLIVEIRA, F., (1998a) "Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em Português" in *Revista da Faculdade de Letras "LÍNGUAS E LITERATURAS"*, Porto, XV: pp. 421-436.

OLIVEIRA, F., (1998b) "Frases Genéricas: Algumas Especificidades do Português" in *Seminários de Linguística 2*, Faro, Universidade do Algarve, UCEH: pp. 5-19.

OLIVEIRA, F., (2003) "Tempo e Aspecto" in M. H. Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho: pp. 127-173.

OLIVEIRA, F., e A. LOPES (1995) "Tense and Aspect in Portuguese" in R. Thieroff (ed.), *Tense Systems in European Languages*, Vol. II, Tübingen, Niemeyer: pp. 95-115.

OLIVEIRA, F., L. F. CUNHA e S. MATOS (2000) "Alguns Operadores Aspectuais em Português Europeu e Português Brasileiro" in *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, Colibri: pp. 737-749.

OLIVEIRA, F., L. F. CUNHA, S. MATOS e A. GONÇALVES (2001) "Verbos de Operação Aspectual em PE e em PB: Semântica e Sintaxe" in *Boletim da Associação Brasileira de Linguística, Número Especial, II Congresso Internacional da ABRALIN*, Fortaleza, Imprensa Universitária/Universidade Federal do Ceará: pp. 380-385.

OLIVEIRA, F., e L. F. CUNHA (2003) "Termos de Espécie e Tipos de Predicados" in *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto: pp. 57-78.

OLSEN, M. B., (1997) *A Semantic and Pragmatic Model of Lexical and Grammatical Aspect*, New York & London, Garland Publishing.

PARSONS, T., (1990) *Events in the Semantics of English: a Study in Subatomic Semantics*, Cambridge Mass., the MIT Press.

PARSONS, T., (2002) "Eventualities and Narrative Progression" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 25, Nº 5-6: pp. 681-699.

PERES, J., (1993) *Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese*, Cadernos de Semântica, Nº 14, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, J., (1994) "Sobre a Semântica das Construções Perfectivas do Português" in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística: pp. 33-58.

PERES, J., (1997) "Extending the Notion of Negative Concord" in D. Forget, P. Hirschbuhler, F. Martineau e M. L. Rivero (eds.), *Negation and Polarity: Syntax and Semantics*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 289-310.

PERES, J., (2002) "Domínios da Negação em Português", Conferência apresentada no Centro de Linguística da Universidade do Porto, Porto, Março de 2002.

PESSOA, C., (1999) *Sobre o Conceito Semântico de Estatividade*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PORTNER, P., (2003) "The (Temporal) Semantics and (Modal) Pragmatics of the Perfect" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 26, Nº 4: pp. 459-510.

RAMCHAND, G. C., (1997) *Aspect and Predication: the Semantics of Argument Structure*, Oxford, Clarendon Press.

RIGAU, G., (1999) "Temporal Existential Constructions in Romance" in Y. D'Hulst, J. Rooryck e J. Schroten (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected Papers from Going Romance 1999*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 307-333.

RIO-TORTO, G., (1997) "Construção e Interpretação: o Exemplo dos Nomes Heterocategoriais" in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: pp. 815-834.

ROHRER, C., (1986) "L'Analyse dês Temps du Verbe dans un Texte Narratif" in *Morphosyntaxe des Langues Romanes – Actes du XVII Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Aix-en-Provence, Université de Provence, Vol. nº 4: pp. 439-451.

ROTHSTEIN, S., (1999) "Fine-Grained Structure in the Eventuality Domain: the Semantics of Predicative Adjective Phrases and Be" in *Natural Language Semantics*, Vol. 7, Nº 4: pp. 347-420.

RYLE, G., (1949) *The concept of Mind*, London, Barnes and Noble.

SANTOS, A. L., (1999) *O Particípio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SANTOS, D., (1996) *Tense and Aspect in English and Portuguese: A Contrastive Semantical Study,* Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

SCOTT, D., (1970) "Advice in Modal Logic" in K. Lamber (org.), *Philosophical Problems in Logic*, Dordrecht, Reidel.

SILVA, A., (1997) *A Semântica de Deixar: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

SILVANO, P., (2002) *Sobre a Semântica da Sequência de Tempos em Português Europeu. Análise das Relações Temporais em Frases Complexas com Completivas*, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.

SINGH, M., (1998) "On the Semantics of the Perfective Aspect" in *Natural Language Semantics*, Vol. 6: pp. 171-199.

SMITH, C., (1991) *The Parameter of Aspect*, Dordrecht, Kluwer Academic Press.

SMITH, C., (1999) "Activities: States or Events?" in *Linguistics and Philosophy*, Vol. 22, Nº 5: pp. 479-508.

SMITH, C., (2003) *Modes of Discourse: the Local Structure of Texts*, Cambridge, Cambridge University Press.

SOARES, N., (1994) "Começar a Vinf e Pôr-se a Vinf: marcadores de que fronteiras?" in *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: pp. 557-567.

TOBIN, Y., (1993) *Aspect in the English Verb: Process and Result in Language*, London and New York, Longman.

VENDLER, Z., (1967) *Linguistics in Philosophy*, New York, Cornell University Press.

VERKUYL, H., (1993) *A Theory of Aspectuality, the Interaction Between Temporal and Atemporal Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

VERKUYL, H., (1995) "Indices and Habituality" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 195-217.

VERKUYL, H., (1999) *Aspectual Issues: Studies on Time and Quantity*, Stanford, Center for the Study of Language and Information Pub.

VET, C., (1995) "The Role of Aktionsart in the Interpretation of Temporal Relations in Discourse" in P.M. Bertinetto, V. Bianchi, J. Higginbotham e M. Squartini (eds.), *Temporal Reference, Aspect and Actionality, Vol. 1: Semantic and Syntactic Perspectives*, Torino, Rosenberg & Sellier: pp. 295-306.

VIEGAS, M., (1996) *Aspectos da Semântica dos Localizadores Temporais em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

VLACH, F., (1981) "The Semantics of the Progressive" in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds.), *Syntax and Semantics, Vol. 14: Tense and Aspect,* New York, Academic Press: pp. 271-292.

VLACH, F., (1993) "Temporal Adverbials, Tenses and the Perfect" in *Linguistics and Philosophy*, Vol 16, Nº 3: pp. 231-283.

VOGLEER, S., (1999) "French Negative Sentences with *Avant* ('Before')-phrases and *Jusqu'à* ('Until')-phrases" in Y. D'Hulst, J. Rooryck e J. Schroten (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory – Selected Papers from 'Going Romance' 1999*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company: pp. 355-382.

ZUCCHI, S., (1998) "Aspect Shift" in S. Rothstein (ed.), *Events and Grammar*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers: pp. 349-370.

ZUCCHI, S., (1999) "Incomplete Events, Intensionality and Imperfective Aspect" in *Natural Language Semantics*, Vol. 7, Nº 2: pp. 179-215.